

Plano Pluri Anual

2016-2019

Relatório Anual de Avaliação - 2019

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Plano Pluri Anual

2016-2019

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial de Fazenda

Waldery Rodrigues Júnior

Secretário de Avaliação , Planejamento, Energia e Loteria - Interino

Nelson Leitão Paes

Subsecretário de Planejamento Governamental

Fernando Sertã Meressi

Equipe Técnica

Antônio Paulo Barêa Coutinho

Daniel Souza Coelho

Debora Nogueira Beserra

Dorotea Blos

Eduardo Augusto de Abreu Costa

Eduardo Rodrigues da Silva

Ernesto Batista da Silva Filho

Flávia Pedrosa Pereira

Luis Fernando Magnani de Oliveira

Nivaldo de Oliveira Sousa

Paulo Sérgio Alves Pinto

Rafael Martins Neto

Roberto Wagner da Silva Rodrigues

**Plano
Pluri
Anual**

2016-2019

AValiação DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS

Exercício 2019

PROGRAMA 2012

FORTELECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O programa de Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar abrange objetivos, compromissos e medidas que visam promover avanços e o enfrentamento dos desafios existentes nas políticas agrícolas para a agricultura familiar.

Os objetivos incluem os instrumentos de crédito e mitigação dos riscos climáticos e de mercado; de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e inovação; de apoio à organização econômica e inserção em mercados públicos e privados; de promoção da produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade e de contribuição para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva da população rural em situação de pobreza.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Na avaliação do programa para ano o exercício de 2019, destacam-se os objetivos relativos a crédito e seguro; ATER; acesso aos mercados e cooperativismo.

O programa usa como indicador chave o rendimento médio mensal domiciliar *per capita* da agricultura familiar para mensurar o andamento do conjunto de políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Os dados são calculados através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), e registraram aumento de 6% no último ano, chegando ao rendimento médio de R\$ 833,13 em 2019. Ao longo desse ciclo 2016-2019, o rendimento médio mensal aumentou 43%, em valores nominais.

CRÉDITO E PROTEÇÃO DA PRODUÇÃO E DA RENDA

Quanto às políticas voltadas ao crédito, as principais medidas realizadas para o crédito rural no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no ano de 2019 foram:

- A ampliação do volume de recursos disponibilizados para financiar o público beneficiário do Pronaf, o maior desde a sua criação em 1995, um total de R\$ 31,22 bilhões para a Safra 2019/2020;

- O aumento no volume de recursos orçamentários para subsidiar os financiamentos do crédito rural destinados aos beneficiários do Pronaf, Safra 2019/2020, significando um aprimoramento dos instrumentos econômicos de apoio ao produtor rural e mais subsídios aos pequenos e médios produtores;

- A manutenção de menores taxas de juros do crédito rural. Atualmente apresentando a variação de 0,5 % a.a. para o microcrédito, 3,0 % a.a. para produtos e finalidades incentivadas e máximo de 4,6 % a.a. para os demais produtos e finalidades no Pronaf. A medida tem a finalidade de aprimorar instrumentos de apoio ao produtor rural com adequação à sua condição e, por consequência, melhorar sua capacidade econômica, sua produção e a sua qualidade de vida;

- Possibilidade de financiamento da construção e reforma de moradias rurais até R\$ 50 mil, agregando qualidade de vida e estimulando a permanência dos agricultores familiares no campo.

O Plano Safra se tornou trienal (2017/2020) e estende-se até o primeiro semestre de 2020.

Os valores financiados em 2019 perfazem o montante de R\$ 24,5 bilhões e o número de contratos o total de 1.362.326. Portanto, no período de 2016 a 2019 alcançou-se um volume de 5,78 milhões de contratos, ou seja, cerca de 74% da Meta de 7,8 milhões de contratos.

O desempenho da linha de microcrédito do Pronaf superou o esperado, sendo que o volume total financiado em 2019 foi de R\$ 2.320.091.557,30 com um total de 660.978 contratos. Portanto, no período 2016-2019 alcançou-se um total de 2,49 milhões de contratos, superando em 38% a meta de 1,8 milhões de contratos.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem fundamental importância no acesso a diversas políticas públicas por meio das ações de seus agentes. Embora os cortes e contingenciamentos orçamentários tenham impactado negativamente o desempenho da ação que suporta essa política pública, no ano de 2019 foram atendidas 94.896 famílias com recursos diretos do governo federal, sendo 87.563 atendidas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e 7.366 pelas ações de ATER do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). No período de 2016 a 2019 foram atendidos 551.910 agricultores familiares, correspondendo a 63% da meta original de 880 mil famílias.

Em relação à meta de participação de pesquisadores, agentes de ATER e agricultores familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias foram 5.663 pesquisadores envolvidos em projetos que articulam ensino, pesquisa e extensão para a construção do conhecimento agroecológico. Com este número de participantes atingiu-se 81% da meta de 7.000 pessoas proposta no início do PPA.

As ações de formação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural visam contribuir para a expansão do aprendizado e qualificação profissional de técnicos e técnicas e agricultores e agricultoras familiares, de forma a permitir a atualização, o aprofundamento, a construção e a troca de conhecimentos com ênfase nos conceitos e princípios da Política Nacional de Ater (Pnater), dos 17.600 agentes de ATER previstos inicialmente foram formados 19.800, 112% do previsto para o período 2016-2019 por meio de convênios e contratos de repasse firmados com entidades de ATER e atuação da ANATER na capacitação inicial das chamadas públicas.

COOPERATIVISMO, INSERÇÃO EM MERCADOS E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO

Em 2019 foram intensificadas as ações do MAPA para a promoção da organização da agricultura familiar. No campo do fortalecimento do cooperativismo e associativismo destaca-se a parceria com a Agência Nacional

de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER para realizar ações de qualificação na gestão de cooperativas e associações em todo o território Nacional. Esta iniciativa é fundamental para inserir a agricultura familiar nos mercados públicos e privados, gerando assim, melhoria na renda e na qualidade de vida de seus associados.

No processo de inserção da agricultura familiar nos mercados institucionais destaca-se a parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a qual previu a realização de cursos, oficinas e seminários para a capacitação de agricultores familiares e gestores públicos, promovendo assim, a ampliação da participação de agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ainda neste tema, é importante destacar a atuação do MAPA nas Câmaras de Comercialização instituídas, em parceria com a Cooperação Alemã, nos estados do Amazonas, Pará, Acre e Amapá; as parcerias com Universidades e a participação direta de servidores da Secretaria Finalística em oficinas e capacitações em regiões com baixa execução do Programa.

No âmbito dos mercados privados destacam-se as parcerias com o Ministério do Turismo e com a Associação Brasileiras de Supermercados (ABRAS) para qualificar profissionais do setor, agricultores familiares e técnicos extensionistas com a finalidade de inserir cooperativas e associações de agricultores familiares nestes segmentos de mercado.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO DE BASE AGROECOLÓGICA E ORGÂNICA

A vigência do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo se encerrou em 2019. Não foi instituído novo Plano e os colegiados que coordenavam a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO e CIAPO - foram extintos.

Parte das ações previstas nos eixos do Planapo referentes a sociobiodiversidade e extrativismo foram incorporadas no Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade, lançada pelo MAPA em junho de 2019.

Algumas ações que estavam previstas no Planapo tiveram continuidade, mesmo sem a continuidade do Plano, tais como: a manutenção da parceria com a Conab para o apoio à inserção dos produtos da sociobiodiversidade na PGPM-Bio; o projeto Mercados Verdes e Sustentáveis em parceria com a GIZ (cooperação alemã); e a continuidade do projeto de fortalecimento da inserção da Agricultura Familiar nas cadeias de valor de Plantas Medicinais e Fitoterápicos em parceria com a Fiocruz.

AGRICULTURA FAMILIAR NA INTEGRAÇÃO REGIONAL E NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O período 2016-2019, diferentemente de outros momentos em que maiores investimentos eram feitos para impulsionar a agenda internacional, a agricultura familiar foi marcada por projetos menores, porém com consolidação dos espaços e amadurecimento das agendas internacionais. Observa-se que a meta de 'Qualificar 1.760 organizações da agricultura familiar' atingiu 96% de execução, beneficiando 1.689 organizações.

Em 2018 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a criação da Década da Agricultura Familiar 2019-2028, garantindo maior visibilidade das contribuições da agricultura familiar para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2030.

A *Reunión Especializada en Agricultura Familiar (REAF)* mostrou-se a reunião mais ativa do Mercosul, aprovando quatro recomendações de políticas públicas neste período e adaptando seu funcionamento às novas circunstâncias de baixo financiamento, sem perder o posto de referência de fórum participativo de discussão de políticas públicas diferenciadas.

Os temas comerciais ganharam destaque nos últimos anos, inclusive nos temas que dialogam com a agricultura familiar e o cooperativismo no acesso a novos mercados. Como exemplo deste trabalho, no segundo semestre de 2019 foi realizado o Seminário sobre as oportunidades e desafios para a agricultura familiar apresentados pelo Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, quando mais uma vez a secretaria responsável pelo público da Lei nº 11.326/2006 demonstrou estar atenta às mudanças no cenário global e buscou garantir um espaço de destaque para a agricultura familiar.

REDUÇÃO DA POBREZA RURAL, POR MEIO DA INCLUSÃO PRODUTIVA DOS AGRICULTORES

No período 2016-2019, foram atendidas com ações de inclusão produtiva rural 135.489 famílias, ou seja 75% da meta de 180 mil famílias. Desse total, 80.256 foram beneficiadas com o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, 13.440 com o Programa de Sementes e mais 41.793 famílias receberam alguma tecnologia social de acesso à água para produção.

No ano de 2016, deu-se início ao replanejamento das ações de inclusão produtiva rural, considerando as mudanças no contexto fiscal e na estrutura administrativa dos órgãos do governo federal responsáveis pela execução da política. Nesse sentido, foram firmados acordos de cooperação técnica com unidades federativas para execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, de modo que o custo dos serviços de assistência técnica e extensão rural, fossem em parte assumidos pelos entes subnacionais.

Em 2017, deu-se continuidade ao aprimoramento do Programa de Fomento. Foi publicado o Decreto nº 9.221/2017, o qual cria o serviço de atendimento familiar para inclusão social e produtiva, com o objetivo de propiciar às famílias beneficiárias um atendimento com perspectiva de inclusão social, além da melhoria de sua capacidade produtiva. Também com a publicação do Decreto mencionado, foi possibilitada a implementação conjunta dos Programas de Fomento e Cisternas, com vistas a alcançar maiores resultados por meio da implementação integrada de políticas sociais.

Em 2018 e 2019 essas ações conjuntas foram implantadas por meio de parceria com o BNDES-Fundo Social com atendimento a 2.380 famílias. Não foi dada continuidade à parceria com o BNDES-Fundo Amazônia, que previa atendimento a 6.600 famílias residentes em reservas extrativistas na Amazônia de forma articulada com ambos os programas, em que pese ter sido lançado Edital.

Contribuíram para o não cumprimento integral da meta o fato de que no período entre 2016-2019 houve a fusão do Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA com o MAPA. O MDA executava o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais de forma conjunta com o Ministério da Cidadania. Nesse período, também houve cancelamento de muitos contratos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o que impossibilitou o pagamento do recurso financeiro às famílias. Além disso, o cenário de restrição fiscal impactou significativamente tanto o Programa Fomento como o Programa Cisternas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O principal desafio para os próximos anos, no âmbito das políticas de ATER, é a execução dos serviços no âmbito da ANATER, diante dos recursos aportados em 2019, e o atingimento das metas de atendimento, tanto de agricultores familiares, quanto de organizações da agricultura familiar.

Com relação às ações de comercialização, os desafios são:

- Dar continuidade à parceria com o FNDE, em especial à relativa ao Sistema de Monitoramento de Oportunidades de Compras Públicas da Agricultura Familiar;
- Atuar prioritariamente nas Unidades da Federação que atualmente apresentam menor participação da agricultura familiar no conjunto das compras para alimentação escolar;

No que se refere à agricultura orgânica, permanece como desafio a definição de critérios e de metodologia de identificação de agricultores familiares que adotam sistemas agroecológicos ou que estão em transição agroecológica ou com produção orgânica. Essa agenda específica deverá ser fortalecida com o Programa Bioeconomia Brasil – Sociobiodiversidade, que trará também um viés mais econômico para a Pauta.

PROGRAMA 2015

FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que consagrou a saúde como um direito de todos. A saúde foi elencada entre os direitos sociais e a responsabilidade pelo seu financiamento é compartilhada entre as três esferas de governo. A gestão central do sistema foi atribuída ao Ministério da Saúde (MS), tendo por diretriz a execução das ações de forma descentralizada, priorizando que os municípios prestem os serviços de atendimento à saúde da população, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado. As Leis Orgânicas da Saúde, Lei nº 8.080/90 e nº 8.142/90, regulamentaram essas e outras disposições constitucionais estruturantes do SUS, estabelecendo as bases da gestão e do financiamento da saúde.

No período de 2016 a 2019, o Programa 2015 representou a organização da política de saúde e a execução das ações e serviços públicos em linhas de atuação, que constituem a integralidade da oferta de serviços em todos os níveis de atenção: da primária à especializada, inclusive a terapêutica; da vigilância em saúde; da assistência farmacêutica; bem como da política em ciência e tecnologia da saúde; da regulação do trabalho, dos serviços e produtos; além da regulação da participação privada em caráter complementar e suplementar. A política de saúde é norteadada pela distribuição de ações e serviços com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, da sinergia entre os níveis de atenção e da ampliação do acesso com qualidade, priorizando as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

Assim, a opção pelos objetivos que sustentam o programa 2015 levou em conta a operacionalização de uma estrutura de serviços focada na ampliação do acesso com qualidade, atendendo aos preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade. Visando materializar essa premissa, os objetivos apresentam ampla inter-relação, de forma que a consecução das metas e iniciativas de cada um potencializam as dos demais, promovendo avanços continuados na situação da Política de Saúde que poderão ser observados nos resultados que demonstram a expansão do acesso e melhorias na situação sanitária da população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

AMPLIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA E ESPECIALIZADA

A Política Nacional de Atenção Básica tem na Saúde da Família sua estratégia prioritária para a reorganização da atenção primária no País. Em 2015 a cobertura da população brasileira era de 60,95% com 40,16 mil equipes atuando. A expansão da cobertura contou com o crescimento da implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF), Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). No quadriênio, houve a manutenção de 44.472 equipes implantadas até dezembro de 2019.

Em complementação à atenção primária, em 2015 havia 24,46 mil Equipes de Saúde Bucal (ESB) atuando no País. Em 2019 o número de ESB chegou a 27.564 equipes, com uma cobertura populacional de 42,81%. Ainda na saúde bucal, alcançou-se o número de 1.161 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) em funcionamento.

O Programa Mais Médicos representa parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para melhorar o atendimento aos usuários do SUS. Em dezembro de 2019 foi aprovada a lei que cria o Programa Médicos pelo Brasil, que reforça o compromisso do MS de aprimorar a formação médica no País e de equacionar a demanda por médicos nas regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais. O MS está em fase de consolidação do programa e de promoção das atividades desses profissionais em sintonia com as atividades das equipes de Saúde da Família. Há previsão de criação de serviço social autônomo, a Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), para executar o programa por meio de um contrato de gestão, sob orientação técnica e supervisão do Ministério, tendo em vista a necessidade de buscar meios eficientes para alcançar os resultados almejados. Em 2019 foi observado que 14.490 profissionais médicos exerciam as atividades de integração ensino-serviço, distribuídos em 3.626 Municípios e 34 Distritos Sanitários Indígenas – DSEI, alcançando 65% dos municípios de todo território nacional. Atualmente, é priorizado o preenchimento de vagas desocupadas em municípios com maior grau de vulnerabilidade social e de difícil acesso, classificados como de perfis 4 (Grupo I do PAB), 5 (G 100), 6 (Áreas vulneráveis), 7 (Extrema Pobreza) e 8 (Saúde Indígena).

A estratégia e-SUS Atenção Básica (e-SUS AB) visa à informatização do processo de trabalho e à qualificação da informação, organizando o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS). A estratégia e-SUS AB contempla o software de Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), que tem o objetivo de melhorar o registro das informações, uma vez que estas são gravadas e recuperadas de forma eletrônica, além de serem organizadas de forma a facilitar o processo de cuidado dos cidadãos. A plataforma de

informatização contribuiu para o aumento da qualidade e ampliação do acesso à atenção à saúde por meio do registro e compartilhamento de dados individualizados de procedimentos e prontuários dos usuários do SUS, da marcação de consultas na atenção primária (agendamento online de consultas) em âmbito nacional e de diversos outros recursos para os gestores do SUS. Em 2019, 21.557 UBS possuíam PEC implantado.

Quanto à atenção especializada em saúde, destaca-se que, das cirurgias de transplante realizadas no Brasil, mais de 90% são financiados pelo SUS. Em 2015, o índice de transplantes de órgãos sólidos estava em 37,95 procedimentos por milhão da população, o qual foi elevado para 43,96 por milhão da população em 2019. Registra-se também o crescimento do número de doadores efetivos: mais de 3,732 mil doadores efetivos em novembro de 2019, ao passo que em 2015 eram 2,8 mil.

O câncer de mama é o segundo mais frequente no mundo e o mais comum entre mulheres. Entretanto, se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom. Em 2019 foram realizadas, até novembro, 2.253.068 mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos, totalizando 9.902.238 no período do Plano.

O principal método e o mais amplamente utilizado para rastreamento de câncer do colo do útero é o teste de Papanicolau (exame citopatológico do colo do útero) para detecção das lesões precursoras. A experiência de alguns países desenvolvidos mostra que a incidência de câncer do colo do útero foi reduzida em torno de 80% onde o rastreamento citológico foi implantado com qualidade, cobertura e seguimento das mulheres (WHO, 2008). A rotina preconizada no rastreamento brasileiro, assim como nos países desenvolvidos, é a repetição do exame de Papanicolau a cada três anos, após dois exames normais consecutivos no intervalo de um ano, em mulheres de 25 a 64 anos. Em 2019 foram realizados, até novembro, 6.165.258 exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos, totalizando 26.911.063 no período do Plano.

A Rede de Urgência e Emergência – RUE tem por objetivo articular e integrar os diferentes componentes e serviços que desempenham funções complementares no cuidado à saúde, englobando os serviços de Atenção Primária, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA), as Portas Hospitalares de Urgência, os serviços de retaguarda hospitalar e os serviços pré-hospitalares móveis, representados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e suas Centrais de Regulação.

Unidades de Pronto Atendimento (UPA) funcionam 24 horas por dia, sete dias por semana e podem resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame. Com isso ajudam a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A UPA inova ao oferecer estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Nas localidades que contam com UPA, 97% dos casos são solucionados na própria unidade. Quando o paciente chega às unidades, os médicos prestam socorro, controlam o problema e detalham o diagnóstico. Analisam se é necessário encaminhar o paciente a um hospital ou mantê-lo em observação por 24 horas. As UPAs fazem parte da Política Nacional de Urgência e Emergência, que estrutura e organiza a rede de urgência e emergência no país, com o objetivo de integrar a atenção às urgências. Em 2015 estavam em funcionamento 427 UPAs, número que passou para 641 em 2019.

Um dos principais componentes da RUE, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192) contava, em 2015, com uma cobertura populacional de 76,92% da população local. Em 2019 essa cobertura foi elevada para 85%.

Houve também evolução da oferta de leitos de UTI e de cuidado intensivo - UCI no País. Em 2016 foram habilitados 1.180 leitos de UTI (adulto, pediátrico, neonatal e coronariana) e 858 de UCIN (neonatal convencional e neonatal canguru). Em 2019 alcançou-se o total de 26.568 leitos (22.487 UTI e 4.081 UCI), dos quais 1.424 (1.030 de UTI e 394 de UCIN) foram habilitados no último ano.

No âmbito da saúde mental, a operacionalização da atuação em rede conta com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Os CAPS são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social, familiar e cultural, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Indica-se preferencialmente: CAPS I – Serviço de atenção à saúde mental em municípios com população acima de 15 mil habitantes; CAPS II em municípios com população acima de 70 mil habitantes; CAPS III em municípios com população acima de 150 mil habitantes; CAPS ad – Serviço especializado para usuários de álcool e drogas em municípios acima de 70 mil habitantes e CAPS i – Serviço especializado para crianças, adolescentes e jovens (até 25 anos) para municípios acima de 70 mil habitantes. Em 2019 foram implantados 75 novos CAPS, totalizando 287 no período do PPA 2016-2019.

Para fortalecer, ampliar e qualificar as ações de reabilitação e de prevenção precoce de incapacidades, o Ministério da Saúde instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) no âmbito do SUS para a atenção às pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, visual, ostomia e múltiplas deficiências, de forma integrada, articulada e efetiva, nos diferentes pontos de atenção. O ponto de atenção ambulatorial especializada em reabilitação é o Centro Especializado em Reabilitação (CER). Em 2019 a cobertura de Centros Especializados em Reabilitação atingiu o percentual de 35,16% nas Regiões de Saúde.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

Com a finalidade de prestar suporte medicamentoso às prescrições médicas resultantes das linhas de atenção, o Objetivo 0726 – Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS - destaca a promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais. O “Aqui Tem Farmácia Popular” teve como prioridade o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza.

A rede do Programa alcançou, em 2019, 78,9% (4.392) dos municípios brasileiros e um total de 31.055 farmácias credenciadas. Neste ano foram atendidos 21.299.492 usuários, sendo que 19.143.473 acessaram o Programa de forma gratuita para tratamento da hipertensão, diabetes ou asma.

No que se refere à ampliação da aquisição de medicamentos produzidos pela rede de Laboratórios Farmacêuticos Oficiais (LFO), na Rename existem 50 medicamentos para o tratamento das doenças malária, tuberculose, hanseníase e chagas. O componente estratégico não adquire todo o elenco descrito na Rename todos os anos, pois a necessidade do medicamento varia conforme alguns fatores, como: demanda da área técnica, dos estados e municípios, sazonalidade, estoque estratégico, problemas de produção do laboratório; diminuição da demanda pelo medicamento ou problemas administrativos na transferência de tecnologia. Em 2019 houve a aquisição de 15 medicamentos da Rename para tratamento dessas doenças (malária, tuberculose, hanseníase e chagas) produzidos pelos LFO, de um total de 39 adquiridos, alcançando 38,5% da meta para o ano.

Com relação à distribuição de medicamentos e insumos estratégicos ofertados por meio do Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica (CESAF), o Ministério da Saúde enviou aos estados cerca de 2,46 bilhões de unidades de

medicamentos e de insumos no período deste PPA, atendendo à 100% do programado para cada ano.

Para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias mensura-se a disponibilização mínima de unidades internacionais de fator de coagulação para garantir a integridade articular e a hemostase dos pacientes com hemofilia A e B. Em 2019 o Ministério da Saúde disponibilizou 4,62 UI's per capita de Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante distribuídos pelo MS e pela Hemobrás e 0,63 UI's per capita de Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuídos pelo MS e pela Hemobrás. A meta foi superada desde o primeiro ano do PPA em relação ao Fator VIII (3,35 UI's). Quanto ao Fator IX, houve uma significativa evolução na disponibilização, porém a quantidade adquirida deste Fator não foi suficiente para o alcance da meta e houve redução nos estoques de segurança nos estados com restrições para marcação cirurgias eletivas.

Quanto ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica – Qualifar-SUS, no período do plano foram alcançados 63% (3.508) dos municípios brasileiros habilitados no Eixo Estrutura, alcançando 99,8% da meta programada.

VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O Brasil passou a ter um norteador do planejamento das ações de Vigilância em Saúde. Aprovada por meio da Resolução CNS 588, de 12/6/2018, a Política Nacional de Vigilância em Saúde traz propostas da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, com definições claras de responsabilidades, princípios, diretrizes e estratégias, além da garantia do financiamento das ações da vigilância em saúde, de forma tripartite, com recursos e tecnologias necessários ao cumprimento do papel institucional das três esferas.

O Objetivo 0714 trata do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Destacamos alguns dos resultados alcançados em 2019:

- 94% de pessoas vivendo com HIV/AIDS, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida;
- 80% de examinados, entre os contatos domiciliares de casos novos de hanseníase registrados nos anos das coortes de 2019;

- 73,74% de regiões de saúde alcançaram uma cobertura de pelo menos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest);
- 21% de redução no número de casos autóctones de malária, passando de 187.757 em 2018 para 148.399 casos em 2019;
- 2.012.528 milhões de crianças menores de um ano de idade completaram o esquema vacinal da vacina pentavalente com três doses.

APRIMORAMENTO DA GESTÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE

O Ministério da Saúde é responsável pela coordenação do SUS e faz a gestão do trabalho e da educação em saúde em nível nacional. Assim, é grande o desafio de qualificar e formar gestores e profissionais de saúde, visando gerar ganhos de produtividade e eficiência para o SUS. Entre 2016 e 2019 foram qualificados 1.250.473 profissionais de saúde e gestores em processos de educação com foco na atenção primária, nas redes e programas prioritários. Esse número inclui o oferecimento de cursos de especialização *lato sensu* e *stricto sensu* voltados para estudantes de nível técnico, graduação, pós-graduação, gestores, docentes, trabalhadores e profissionais da área da saúde.

O Programa Nacional de Apoio à Formação de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência) tem o objetivo de incentivar a formação de especialistas, caracterizada pela integração ensino-serviço, em campos de atuação estratégicos para o SUS a partir das necessidades regionais identificadas. A quantidade de profissionais de saúde que ingressarão no Programa se referem a: bolsistas participantes de residência médica, residência multiprofissional e residência geral da família e comunidade.

Na vigência do PPA 2016-2019, foram beneficiados um total de 44.539 bolsistas pelo Pró-Residência.

COMPLEXO INDUSTRIAL E PESQUISA EM SAÚDE

Com respeito à geração e disseminação do conhecimento, bem como à expansão da produção de insumos e produtos de interesse do SUS, foi criado um objetivo específico que visa aperfeiçoar e ampliar a capacidade de inovação e de produção, trata-se do Objetivo 0727. O conjunto de metas desse objetivo torna possível a geração de evidências e conhecimentos científicos para dar suporte tecnológico às políticas públicas de saúde e à tomada de decisão por parte dos gestores, contribuindo para a sustentabilidade do SUS, o desenvolvimento do País, melhoria da qualidade de vida da população, e para o fortalecimento do papel do estado para o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde.

A implementação das propostas deste objetivo desenvolve-se em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) envolvem a cooperação, mediante acordo entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento, a transferência e a absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do país em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS. A modalidade da PDP é uma das ferramentas mais efetivas voltadas à consolidação da produção nacional de tecnologias estratégicas para atendimento às demandas do SUS, otimizando os processos de compras públicas do MS. Pela internalização da tecnologia de produtos estratégicos para o SUS, os produtores públicos nacionais tornam-se detentores da tecnologia, reduzindo as dependências produtiva e tecnológica, racionalizando o poder de compra do Estado. Em 2019, doze PDP estavam em fase IV (final do processo de internalização da tecnologia), mas nove relatórios de verificação de internalização das etapas de transferência de tecnologia encontravam-se concluídos, sendo 7 concluídos em 2018 – Clozapina, Olanzapina, Quetiapina e Tenofovir (LAFEPE), Tenofovir (Funed), Tacrolimo (Farmanguinhos) e Rivastigmina (IVB) – e dois concluídos em 2019 – Imatinibe (IVB) e Imatinibe (Farmanguinhos). Três PDP estão com visita técnica prevista para 2020: Alfataliglicerase (Biomanguinhos), Leflunomida (LFM) e Tenofovir + Lamivudina (Farmanguinhos).

Na modalidade fomento descentralizado é realizado o Programa Pesquisa para o SUS: Gestão Compartilhada em Saúde (PPSUS). O PPSUS financia pesquisas que refletem as necessidades de saúde de cada unidade federativa (UF), reduzindo as desigualdades regionais e promovendo a aproximação entre os sistemas de saúde e os sistemas de ciência, tecnologia e inovação locais. Em 2019 foram apoiados 138 projetos, que totalizam 989 nos quatro anos do PPA.

Os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são documentos que estabelecem critérios para o diagnóstico da doença ou do agravo à saúde; o tratamento preconizado, com os medicamentos e demais produtos apropriados; as posologias recomendadas; os mecanismos de controle clínico e o acompanhamento e verificação dos resultados terapêuticos a serem seguidos

pelos gestores do SUS. Em 2019 foram elaborados e/ou atualizados 23 protocolos, totalizando 99 durante PPA.

O processo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS) conta com a participação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), que assessora o Ministério da Saúde na incorporação, exclusão ou alteração pelo SUS de novos medicamentos, produtos e procedimentos, como também na constituição ou alteração de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT). De todas as demandas avaliadas desde 2012, a Conitec recomendou a incorporação de 278 (58,28%) e a exclusão de 47 (9,85%) tecnologias. Apenas entre 2016 e 2019, foram incorporadas 113 tecnologias em saúde para serem disponibilizadas no SUS. Além disso, a Conitec disponibiliza relatórios com linguagem acessível, o que representa o esforço na ampliação da informação científica à sociedade e fomento a que participe do processo. Entre maio de 2015 e outubro de 2019 foram elaborados e disponibilizados 176 Relatórios para a Sociedade no Portal da Conitec (<http://conitec.gov.br/index.php/relatorio-para-a-sociedade>).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Dentre as perspectivas e desafios a serem enfrentados pelo SUS no período 2020-2023, cabe destacar que o Ministério da Saúde está atento à necessidade de se ampliar o acesso da população aos serviços de Atenção Primária, priorizando o cadastramento da população aos serviços, a promoção da atividade assistencial dos profissionais da equipe da Estratégia Saúde da Família, a extensão do horário de atendimento e o aumento do número de equipes. Na Atenção Especializada um dos desafios é a redução da lista de espera para consultas, procedimentos e internações, buscando-se equilibrar demanda e oferta de serviços.

A execução das emendas parlamentares continuará a ter grande relevância, contando com a intensificação de sinergias entre as propostas que transmitem e a programação própria da pasta. Com o lançamento do *aplicativo* 'Emendas Parlamentares', *os congressistas passam a ter maior agilidade e transparência no acompanhamento de todas as fases de execução das emendas pelo celular.*

Em paralelo à ampliação do acesso aos serviços, a política de saúde será pautada pela busca de mais qualidade assistencial, com a adoção de tecnologias como a do prontuário eletrônico, informatização de unidades, bem como o aprimoramento dos métodos de monitoramento e avaliação, com foco nos resultados alcançados e com a adoção de linhas de cuidado baseadas em evidências.

Em relação à presença de médicos e outros profissionais de saúde em regiões carentes, o MS deverá consolidar o Programa Médicos Pelo Brasil e promover as atividades das equipes de Saúde da Família. Será priorizada a formação de médicos especialistas em Medicina de Família e Comunidade, ampliando a Residência Médica e Profissional no âmbito do SUS em parceria com as Instituições de Ensino.

Buscar-se-á, ainda, ampliar a cobertura vacinal. Além de aumentar os pontos de imunização disponibilizados à população, também deverá ser aumentada a quantidade de unidades com horário de atendimento estendido. Além disso, o Ministério da Saúde deverá capacitar mais profissionais de enfermagem para administrar vacinas e deverá engajar os Agentes Comunitários de Saúde nas campanhas de vacinação.

As doenças infecciosas serão enfrentadas com o aperfeiçoamento das estratégias de prevenção, aliadas à oferta de tecnologias de diagnóstico e manejo. Em sintonia com o surgimento de novos métodos e terapias, será prestado apoio aos profissionais de saúde visando à observância dos protocolos clínicos. Com foco no alcance de melhores resultados nos tratamentos e no aumento da adesão, buscar-se-á maior qualidade no monitoramento de casos, com mais efetividade no acompanhamento individual, observando-se a confidencialidade das informações dos pacientes.

A política em relação às doenças crônicas será norteadada pela incorporação de tecnologias e linhas de cuidado transversais que abrangem as várias linhas de atenção. Deverá ser garantida a formação, capacitação e adequação do processo de trabalho multiprofissional, assim como o fornecimento dos insumos necessários em tempo adequado. Pretende-se fomentar hábitos que visem à diminuição dos fatores de risco em nível populacional, ampliando-se a atenção individual na rede de atenção, principalmente por meio de ações que incentivem o hábito regular de atividades físicas aliadas à alimentação de qualidade.

Atento às situações de emergências de saúde pública, como nos casos de desastres naturais e epidemias, o Ministério da Saúde estimula gestores e especialistas de todas as linhas de atenção para que atuem de modo articulado na identificação de cenários de riscos, mapeamento de vulnerabilidades e estimativa de necessidades nessas situações. Para tanto é importante observar as realidades regionais e o cenário internacional, bem como manter canal de interlocução com as redes de pesquisadores e laboratórios. O ideal é garantir o

atendimento da população atingida sem sobrecarga ou desorganização do sistema. Assim, também considerando a necessidade de planejamento com antecedência para resposta a esses eventos, o Ministério da Saúde manterá canais ativos de comunicação com a sociedade e de construção de estratégias conjuntas de atuação com estados, municípios e demais ministérios afeitos.

Visando ofertar as melhores opções farmacológicas e terapêuticas à população, o MS buscará aprimorar os sistemas de incorporação, aquisição e distribuição de medicamentos e insumos, visando alcançar maior economia e efetividade na política, bem com evitar o risco de desabastecimento.

Para lidar com o fenômeno da judicialização, o Ministério da Saúde vai promover um diálogo qualificado com o Poder Judiciário sobre potenciais benefícios e danos inerentes a cada opção terapêutica, tendo em vista o preceito constitucional da equidade em saúde.

PROGRAMA 2016

POLÍTICAS PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA IGUALDADE E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

No âmbito deste Programa, em 2019, procurou-se, principalmente, resguardar a integridade física e moral da Mulher, bem como oferecer-lhe maior autonomia, especialmente, profissional. Assim, mereceram destaque os seguintes objetivos do Programa: “Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades”; “Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades”; e “Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades”.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A respeito da integridade física e moral da Mulher, sabe-se que o Brasil possui a 3ª melhor lei do mundo para proteção das mulheres, que é a Lei Maria da Penha, mas ainda precisa avançar em sua aplicação. A partir dessa constatação, o MMFDH empreendeu grandes esforços em prol da articulação política pela aprovação de alterações legislativas de proteção dos direitos das mulheres em situação de violência, entre elas normas que estabelecem regras sobre os danos financeiros associados à violência doméstica.

Nesse sentido, além da manutenção e ampliação de políticas como o Mulher Segura e Protegida, elaborou-se o Projeto Salve Uma Mulher, a fim de mitigar algumas das causas de violência contra as mulheres.

O Programa “Mulher, Viver sem Violência”, instituído pelo Decreto Nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, foi reformulado e passou a denominar-se Programa “Mulher Segura e Protegida”, ensejando a publicação do Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019.

Trata-se de uma política estratégica para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, e além da implantação das Casas da Mulher, o Programa também tem como eixos: a integração dos sistemas de dados das unidades da Casa da Mulher Brasileira com a Central de Atendimento à Mulher

- Ligue 180; a implementação de ações articuladas para organização, integração e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e outras situações de vulnerabilidade, considerado o contexto familiar e social das mulheres; a implementação de unidades móveis para atendimento das mulheres vítimas de violência fora dos espaços urbanos; e a execução de ações e promoção de campanhas continuadas de conscientização destinadas à prevenção da violência contra a mulher.

Já no que tange à implantação de Casas da Mulher Brasileira (CMB), apenas no primeiro semestre de 2019, foram realizados 88 mil atendimentos por meio das CMBs. A perspectiva é iniciar em 2020 a construção de 12 novas

casas e implantar mais 13 em espaços já existentes, totalizando 25 novas casas.

Quanto à igualdade de direitos entre homens e mulheres, tem-se como princípio básico a inclusão social, por meio da formação, do trabalho e do empreendedorismo feminino. Nesse sentido, está sendo construído o Programa Nacional Qualifica Mulher, com lançamento previsto para o primeiro semestre de 2020, que tem por finalidade a qualificação profissional, trabalho, empreendedorismo e geração de emprego e renda para as mulheres. Seu macro objetivo é promover a integração das políticas por meio de articulações das ações de qualificação profissional em âmbito nacional.

Considerando a regionalização, o órgão lançou a primeira etapa do projeto "Abraça o Marajó", que consiste em ações de articulação com múltiplos agentes públicos em prol do enfrentamento à violência contra a mulher, além do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, com foco no desenvolvimento econômico e social da região.

Foi promovida, ainda, nos meses de julho/agosto de 2019, a Campanha Nacional "*Eu respeito as muié*", que oportunizou a inserção do tema respeito as mulheres nas festividades juninas de todo país. O principal objetivo da campanha foi divulgar o respeito, promovendo a justiça social por meio de ações educativas, com ênfase nas relações sociais que envolvem a figura feminina, defender o papel fundamental da família, e sensibilizar a sociedade desde a primeira infância a favor do respeito à mulher.

A campanha foi divulgada em nível nacional pelas redes sociais do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, além da distribuição física de panfletos e abordagens realizadas nas Cidades de Campina Grande – PB, Goiânia - GO, Aparecida de Goiânia - GO e Itapuranga - GO. A intenção da ação foi fortalecer o diálogo e a cooperação da sociedade nas questões que envolvam todos os tipos de violência e desigualdades entre os sexos sofridos pelas mulheres.

A SNPM também criou o projeto "Mulheres Escalpeladas". O objetivo é contribuir para erradicação do acidente causado pelo eixo das embarcações na Região Norte do Brasil.

Por meio da Portaria nº. 2.842, de 3 de outubro de 2019, foi instituído o Projeto Salve uma Mulher, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM), que tem o objetivo de combater a violência contra o público feminino. Fruto de articulações políticas entre a SNPM e o Poder Legislativo, foram feitas alterações na Lei Maria da Penha para endurecer a responsabilização e a penalização de agressores, como a Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019.

Nos dias 30 e 31 de outubro, o Ministério sediou o I Encontro do Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil (CONCPC). O evento teve o objetivo de debater propostas de protocolos e formulários padrões que norteiam o atendimento nas delegacias, bem como aproximar e fortalecer a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres.

A programação incluiu análise do Formulário Nacional de Avaliação e Risco do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Protocolo de Atendimento à Mulher Vítima de Violência e o Protocolo de Investigação Criminal dos Femicídios.

O debate seguiu com a proposta de aprovar, no âmbito do CONCPC, resoluções que possam ser utilizadas por autoridades policiais de todo o Brasil, para assim aperfeiçoar o atendimento às mulheres, apuração dos fatos e maior responsabilização dos agressores.

AUTONOMIA ECONÔMICA, SOCIAL E SEXUAL E GARANTIA DE DIREITOS DAS MULHERES

O MMFDH tem como princípio básico a inclusão social, por meio da formação, do trabalho e do empreendedorismo feminino, mediante políticas públicas de desenvolvimento, centradas na melhoria das condições de vida das mulheres e na participação do progresso econômico.

Nesse sentido, criou-se o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que se encontra em sua sexta edição e o Programa Nacional Qualifica Mulher tem lançamento previsto para o primeiro semestre de 2020. O segundo tem por finalidade a qualificação profissional, trabalho, empreendedorismo e geração de emprego e renda para as mulheres, seu macro objetivo é promover a integração das políticas por meio de articulações das ações de qualificação profissional em âmbito nacional.

O Programa Pró-Equidade foi criado em 2005 e busca disseminar novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional para alcançar a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho formal. O Programa, desenvolvido junto a organizações de médio e grande porte do Brasil, desempenha papel relevante para a compreensão de dirigentes, empregadoras e empregadores sobre a necessidade de enfrentamento dos entraves à participação de mais mulheres no mercado formal do trabalho, fator essencial para a garantia de seus direitos.

Ao longo dos 10 anos do Programa participaram 191 organizações diferentes, tanto públicas como privadas. Na 5ª edição foram atingidos 940 mil trabalhadoras e trabalhadores e, na 6ª edição, o número ultrapassa 1 milhão e cem mil.

Em relação à premiação, em cada uma das edições, mais de 60% das organizações inscritas receberam o selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, conforme demonstra a tabela abaixo:

Programa	Organizações Participantes	Organizações que receberam o Selo
Pró-Equidade		
1ª Edição	15	11
2ª Edição	36	23
3ª Edição	71	58
4ª Edição	81	57
5ª Edição	83	68
6ª Edição	122	-

A 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça contou com a participação de 83 organizações, sendo 49 Públicas (59%), 21 privadas (25,5%), 11 de economia mista (13,5%) e duas de outra natureza. Essas instituições localizam-se, na região Sudeste (34), no Centro-Oeste (19); no Nordeste (14); no Sul (12); e na região Norte (4).

Ao aderirem ao Programa, as organizações participantes atingiram 939.182 (novecentos e trinta e nove mil, cento e oitenta e dois) trabalhadoras e trabalhadores, sendo 44% mulheres e 56% homens. Essa discrepância na quantidade de mulheres e de homens atingidos revela que existem menos mulheres incluídas nas organizações públicas e privadas participantes do Programa, realidade que é comparável aos dados de participação das mulheres no mercado de trabalho. Refletindo sobre esta realidade, o Programa busca o debate desta desigualdade, a fim de estimular medidas que ampliem o número de mulheres no corpo funcional das organizações.

O Programa prevê ações que contribuam para o reconhecimento e a valorização dos direitos humanos e da cidadania das mulheres, proporcionando igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. Durante a execução do programa serão executadas campanhas de conscientização fortalecendo a cultura do respeito, garantindo a igualdade no mundo de trabalho conforme prevê a Constituição Brasileira em seu art. 5º, e a Consolidação das Leis do Trabalho em seus arts. 461 e 462.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DEMOCRÁTICA E IGUALITÁRIA DAS MULHERES

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) está desenvolvendo o Programa Mais Mulheres no poder que objetiva fomentar e fortalecer a participação política, democrática e igualitária das mulheres nos espaços de poder e decisão.

O Projeto propõe ainda a criação, revisão e implementação de instrumentos normativos com vistas à igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e estimular a ampliação da participação de mulheres nos partidos políticos, nos cargos de liderança e de decisão no âmbito das entidades representativas de movimentos provenientes da sociedade civil organizada, tudo isso com o propósito de fortalecer e promover políticas públicas de promoção da dignidade da mulher.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), instituído pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), possuiu vigência entre 2013 e 2015. Em sua elaboração, houve o engajamento de membros do Comitê de Monitoramento e Articulação do PNPM e das Conselheiras do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Quando da formulação deste Programa Temático do PPA, havia a expectativa de formulação de um novo plano. Porém, já haviam sido reafirmados princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres, entre quais continuam pautando as políticas para Mulheres do MMFDH: - autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; - busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; - respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; - participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e - transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi incorporado à estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Tem como uma de suas importantes atribuições apoiar a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MMFDH) em suas articulações com diversas instituições da Administração Pública Federal e com a sociedade civil. Em 2019, por iniciativa do CNDM, foram realizadas as reuniões ordinárias de números 55, 56 e 57.

O CNDM é um órgão deliberativo e consultivo, responsável por propor políticas públicas que promovam a igualdade entre mulheres e homens, tendo sido criado pela Lei 7.353, de 29 de agosto de 1985.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A violência contra mulheres assume muitas formas, indo muito além da física e alcançando um amplo espectro econômico-social. Violência contra a mulher é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher, que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político, econômico ou perda patrimonial. Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como privados.

A fim de dar efetividade ao encaminhamento de denúncias, o MMFDH e o Ministério Público brasileiro (MP) assinaram acordo de cooperação técnica. A ação pretende uniformizar a atuação do órgão quanto às denúncias graves e de natureza especial encaminhadas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que constam no Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) espera implantar a Casa da Mulher Brasileira em 25 municípios em 2020. O espaço é um local destinado ao acolhimento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência.

O objetivo da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) é facilitar o acesso aos serviços especializados de atendimento, garantindo condições para o enfrentamento à violência vivenciada, o empoderamento e a autonomia econômica da mulher.

Mas essa não é a única política da pasta em defesa das mulheres. Com cada vez mais visibilidade, os projetos, as campanhas e as ações iniciadas em 2019 serão continuados e fortalecidos, além das novas políticas e programas que serão lançados.

O MMFDH quer incentivar uma maior participação das mulheres na política. Pesquisas revelam que o número de mulheres em cargos políticos é bastante inferior ao número de homens que ocupam essas posições.

Um exemplo das últimas eleições para o Senado Federal, por exemplo, é que 20 estados brasileiros não têm representação feminina no Congresso Nacional. Três deles nem apresentaram candidatas. A meta do Ministério para iniciar esse projeto é que haja, pelo menos, uma mulher eleita em cada câmara municipal.

PROGRAMA 2017

AVIAÇÃO CIVIL

A aviação civil constitui um setor importante para o país, tendo em vista que o transporte de passageiros e cargas pelo modal aéreo, assim como a adequação da infraestrutura aeroportuária, são grandes vetores de desenvolvimento e integração nacional, seja pelo estímulo à realização de negócios, seja pela aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas.

O programa temático Aviação Civil procura endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para a adequação da capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura; ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas; promoção da segurança da aviação civil; promoção de desenvolvimento institucional, regulatório e técnico; além do aprimoramento da eficiência e da segurança operacional do setor.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: o percentual de cancelamento de voos caiu de 11,16% em 2016 para 1,63% em 2019 e a movimentação de passageiros na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral) foi de 218,61 milhões de pessoas (embarques e desembarques), demonstrando um aumento contínuo desde 2016.

O principal evento do programa federal de concessões aeroportuárias em 2019 foi a realização do leilão da 5ª rodada, no qual foram arrematados 12 aeroportos, divididos em três blocos: Bloco Centro-Oeste: Cuiabá/MT, Alta Floresta/MT, Sinop/MT, Rondonópolis/MT; Bloco Nordeste: Recife/PE, Aracaju/SE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB, Juazeiro do Norte/CE; Bloco Sudeste: Vitória/ES e Macaé/RJ. De 2020 a 2023, estima-se que os aeroportos concedidos citados acima recebam R\$ 1,28 bilhão em investimentos na ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária.

As empresas aéreas brasileiras transportaram um total de 119,4 milhões de passageiros pagos em 2019, em voos domésticos e internacionais, o que representou crescimento de 1,38% em relação aos 117,7 milhões de passageiros pagos transportados em 2018. No mercado doméstico, foram transportados 95,3 milhões de passageiros pagos no ano passado, 1,8% a mais que o verificado em 2018.

ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Tendo em vista o grande crescimento do setor de aviação civil nos últimos anos e a demanda de passageiros projetada, há uma crescente pressão sobre a infraestrutura aeroportuária disponível no país.

No intuito de continuar ampliando e fortalecendo a interação entre o Estado e a iniciativa privada para a viabilização de uma infraestrutura moderna, ágil e competitiva, foram concedidos 12 aeroportos no leilão da 5ª rodada, divididos em 3 blocos,: Bloco Centro-Oeste: Cuiabá(SBCY), Alta Floresta (SBAT), Sinop

(SBSI), Rondonópolis (SBRD); Bloco Nordeste: Recife (SBRF), Aracaju (SBAR), Maceió (SBMO), João Pessoa (SBJP), Campina Grande (SBCG), Juazeiro do Norte (SBJU); Bloco Sudeste: Vitória (SBVT) e Macaé (SBME).

Com o crescimento do setor de aviação civil, surgem demandas regionais e necessidade de acesso a localidades não cobertas pela aviação regular. Nesse sentido, foi então formatado o Programa de Aviação Regional, que visa conectar o Brasil e levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros, como é o caso da Amazônia Legal.

No âmbito da Aviação Regional, destaca-se também a conclusão dos investimentos nos Aeroportos de Vitória da Conquista/BA, Sorocaba/SP e a pavimentação da pista do Aeroporto de Bonito/MS, bem como a entrega de 64 equipamentos de segurança contra atos de interferência ilícita - AVSEC (Aviation Security), sendo 33 Pórticos Detectores de Metais e 31 equipamentos de Raio-x, e de 19 Estações Meteorológicas de Superfície – Automática (EMS – A). Ademais, informa-se que foi concluído todo o material técnico para a contratação de empresa especializada na aquisição de rampas de acesso a aeronaves - AvRampa, cujo objetivo é permitir a acessibilidade no embarque para passageiros com dificuldade de locomoção.

Como um dos resultados das ações citadas acima, verifica-se, em relação ao primeiro ano do PPA, uma ampliação da capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas.

A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos atingiu em 2019 2,55 milhões de toneladas, equivalente a 106,25% da meta estabelecida. Do total da capacidade de movimentação de carga aérea, 77,5% está instalada nos aeroportos concedidos e o restante está nos aeroportos da rede Infraero. Quanto à capacidade de processamento de passageiros, houve um aumento para 410.013.500 pessoas, mantendo-se superada a meta estabelecida.

Visando à compatibilização da evolução das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica necessárias ao atendimento da demanda por transporte aéreo projetada, foi instituído no mês de novembro de 2018 o Plano Aeroviário Nacional (PAN). Com a publicação do Plano no Diário Oficial da União, a meta prevista é considerada como alcançada. Está prevista para 2020 a publicação do Plano Aeroviário Nacional - PAN 2020/2040, uma atualização e aperfeiçoamento das metodologias e de base de dados utilizadas no PAN 2018/2038. Nessa nova versão será utilizada uma matriz Origem/Destino com base em dados de telefonia móvel para identificar o fluxo de pessoas no país pelo modo de transporte aéreo e não-aéreo. Além disso, o PAN será complementado com planejamento específico sobre formação e capacitação de profissionais e planejamento de investimentos para fomento da aviação geral.

Além das ações estratégicas acima mencionadas, e adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a consideração de que a opinião dos passageiros é que deve orientar as decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, o Ministério da Infraestrutura realiza a Pesquisa de Satisfação de Passageiros, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, bem como monitora o desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagens entre outros, nos principais aeroportos do país. Por fim, registra-se que foi dada continuidade às averiguações e

atualizações das outorgas de exploração de aeródromos civis públicos junto a Estados e Municípios, tendo sido celebrados 42 convênios de delegação e 4 termos aditivos a convênios para dilação de prazo de desinterdição de aeródromos delegados e regularização de outorgas.

AUMENTO DA OFERTA DO SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO

O número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas em 2019 era de 755 e 144 aeroportos assim distribuídos: 35 aeroportos na Região Sul, 29 na Região Sudeste, 32 na Região Norte, 25 na Região Nordeste e 23 na Região Centro Oeste.

No decorrer do PPA, houve crescimento do número de rotas até 2018, com 785 rotas e 133 aeroportos. Os motivos a queda no número de operações entre 2018 e 2019 são diversos, podendo-se ressaltar, dentre eles, a readequação de custos realizada pelas empresas aéreas após um período de forte expansão de oferta. Dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação - QAV e pelo aumento do valor do dólar norte- americano.

Assim, foi publicada a Medida Provisória nº 863, convertida na Lei nº 13.842/2019, a qual altera a Lei nº 7.565/1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. A medida ampliou o limite de participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas aéreas brasileiras de 20% (vinte por cento) para até 100% (cem por cento), bem como eliminou também a exigência de que seus administradores tenham de ser brasileiros. Dentre os resultados esperados a partir da abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, incluem-se: o aumento da competição pela desconcentração do mercado doméstico, o aumento da quantidade de cidades e rotas atendidas pelo transporte aéreo regular, a redução do preço médio das passagens, o aprimoramento de técnicas gerenciais, a incorporação de novas tecnologias no processo de gestão das empresas, a diversificação de serviços e produtos e o aumento da conectividade da malha aérea doméstica com voos internacionais. Ademais, foi publicada Portaria que estabelece diretrizes referentes ao mercado internacional de serviços aéreos e consolida a política de liberalização de Acordos sobre Serviços Aéreos (ASAs) adotada pelo Brasil. A referida Portaria permite a negociação de direitos de tráfego de até sétima liberdade para cargas.

Outra iniciativa que contribui para o aumento da oferta de transporte aéreo é a política de ampliação e liberalização de Acordos sobre Serviços Aéreos - ASA, que teve continuidade em 2019 e que visa aumentar a conectividade e a mobilidade internacional. Nesse sentido, dentre outras iniciativas, foi publicada a Portaria nº 527/2019, que estabelece diretrizes referentes ao mercado internacional de serviços aéreos e consolida a política de liberalização de ASA adotada pelo Brasil. A referida Portaria permite a negociação de direitos de tráfego de até sétima liberdade para cargas.

PROMOÇÃO DA SEGURANÇA DA AVIAÇÃO CIVIL

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). No que se refere à segurança do transporte aéreo, em termos quantitativos, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2019, 37.929 itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade.

Essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa 0 (zero) em 2016, mantendo-se em 0 (zero) em 2017, 2018 e 2019. Esse é um parâmetro mundialmente utilizado como indicador de desempenho da aviação civil e representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, REGULATÓRIO E TÉCNICO DA AVIAÇÃO CIVIL

Em vista da crescente demanda do setor de aviação civil e para se alcançar os níveis internacionais de requerimento de funcionamento desse importante segmento econômico, o investimento na capacitação de recursos humanos é primordial. Tanto na formação inicial de profissionais, como na atualização e formação continuada dessas pessoas, com vistas a garantir a qualidade e a segurança dos serviços aéreos.

Dentre os programas previstos para promover o desenvolvimento técnico da aviação civil brasileira, estão o “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR” e o Programa Bolsa Piloto, além do incentivo e desenvolvimento de estudos e projetos para o planejamento e gestão dos recursos humanos da aviação civil. Desde 2016, foram capacitados 948 profissionais.

O Brasil tem participado ativamente nas discussões e elaboração das normas e recomendações técnicas emitidas pela Organização de Aviação Civil Internacional – OACI. Em 2019, o Ministério da infraestrutura - MINFRA publicou o “Guia de Orientação: CORSIA”, elaborado no âmbito do Projeto de Cooperação Diálogos Setoriais – Brasil/União Europeia. O documento refere-se à primeira etapa de implementação do *Carbon Offsetting and Reduction Scheme for International Aviation* - CORSIA e apresenta as obrigações de monitoramento, reporte e verificação das emissões de CO₂ pela aviação civil internacional. Também foi submetido à OACI a terceira edição do Plano de Ação para Redução das Emissões de CO₂ da Aviação Civil Brasileira, um trabalho contínuo que reflete o esforço colaborativo dos múltiplos atores, além de ser uma ferramenta para comunicar nos âmbitos doméstico e internacional o compromisso do setor com o meio ambiente. Finalizando, o Ministro da Infraestrutura assinou um Acordo de Cooperação Internacional com a Organização da Aviação Civil Internacional - OACI, que focará em fortalecer a capacidade técnica nas áreas de planejamento aeroportuário, operações e gestão aeroportuária.

APRIMORAMENTO DA EFICIÊNCIA E SEGURANÇA OPERACIONAL DA NAVEGAÇÃO AÉREA

No início do PPA 2016-2019, o MINFRA articulou a alteração de algumas regulamentações junto aos órgãos reguladores de forma a permitir que sejam prestados serviços de informação de voo de forma automática ou remota. No ano seguinte, foi dada continuidade às revisões de outros normativos de maneira a ampliar as possibilidades de uso de serviços automáticos e remotos. Com isso vislumbra-se atender com estes serviços uma maior quantidade de aeródromos, com custo de implantação reduzido ou mais adequado à prestação dos serviços.

O MINFRA continuará articulando junto aos órgãos competentes a formulação de uma metodologia de priorização de aeródromos que receberão procedimentos baseados em navegação via satélite, permitindo que, com baixo investimento em equipamentos, uma maior gama de aeródromos seja atendida com procedimentos de grande precisão.

Para fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais e, conseqüentemente, desenvolver os municípios e a região de influência dos aeródromos, tem sido adotadas diversas ações para prover os aeroportos brasileiros de equipamentos adequados à prestação dos serviços necessários para garantir a segurança operacional, sem que isto impacte a eficiência e a sustentabilidade dos aeródromos. Nesse sentido, de 2016 a 2019 foram implantados equipamentos de Auxílio à Navegação Aérea em 34 aeroportos brasileiros para garantir maior segurança, acessibilidade, regularidade e economicidade à operação dos aeródromos selecionados, impulsionando o transporte aéreo.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em linhas gerais, os objetivos e metas propostos no PPA 2016-2019 tiveram andamento de acordo com o planejado, sendo que algumas das metas previstas para serem atingidas em 2019 o foram antes disso. É o caso da meta relativa à elaboração do novo Plano Aeroviário Nacional – PAN, da meta que trata do aumento da capacidade de processamento de passageiros, da meta relacionada ao índice anual de acidentes aeronáuticos e da meta que compreende o desenvolvimento de marco regulatório para aeronaves remotamente pilotadas. Das 11 metas propostas no Programa, sete foram atingidas, totalizando um saldo de 64% de atendimento. Nesse saldo está sendo considerada inclusive a meta 03ZG do Objetivo 0083, pois dos 270 estudos previstos foram realizados 269, e o único estudo não realizado, relativo ao Aeroporto de Marabá/AM, foi inserido no escopo do TED nº 2/2017 celebrado com o Comando da Aeronáutica - COMAER e desenvolvido pela Comissão de Aeroportos da Região Amazônica - COMARA, o qual contempla diversos aeroportos da região Norte do País, incluindo o aeroporto em epígrafe.

Conforme já mencionado com relação às metas relativas à ampliação do número de aeroportos e de rotas atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, não há no marco regulatório referente ao transporte aéreo a possibilidade de interferências governamentais nas operações das empresas de transporte aéreo, ressalvadas questões relativas à segurança

operacional. Assim, tendo em vista que as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, a ampliação pretendida depende fundamentalmente das condições de mercado, pois a exploração de rotas ou o atendimento de novas localidades estão intrinsecamente relacionados às suas viabilidades econômicas, as quais foram especialmente impactadas pelo aumento do preço do querosene de aviação - QAV e pelo aumento do valor do dólar norte-americano, que desde 2011 apresentaram alta de 80% e 132%, respectivamente.

Com relação à meta relativa à capacitação de profissionais da aviação civil, informa-se que está em análise a possibilidade de mudança do público-alvo do Programa TREINAR, para que mais pessoas possam ser capacitadas, bem como mudança na modalidade de ensino, passando-se a priorizar os cursos à distância. Desde 2019, a SAC tem realizado diagnósticos sobre capacitação e formação de recursos humanos no setor de aviação civil. Assim, espera-se estruturar novos programas de capacitação e formação do setor, baseados principalmente nas recomendações da OACI, por meio do Programa "*Next Generation of Aviation Professionals – NGAP*", que tem por objetivo o estabelecimento de política entre os países-membros da OACI para desenvolver metodologia para atrair, treinar e reter profissionais da aviação civil das mais diversas áreas, com a finalidade de garantir o crescimento do setor e que a capacitação dos profissionais siga os padrões de segurança e performance requeridos, mesmo com a aposentadoria de profissionais em anos vindouros e a adoção de novas tecnologias. É válido ressaltar também que, após o levantamento da demanda dos aeroportos regionais, está prevista para 2020, no âmbito do Programa TREINAR, a capacitação de mais 600 profissionais.

Acerca da meta de ampliar a prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou sistemas de auxílio à navegação em 40 aeroportos, embora não se tenha conseguido atingir tal quantitativo no período de 2016 a 2019, informa-se que está tramitando na SAC proposta de Termo Aditivo ao TED nº 3/2017 firmado com o COMAER/CISCEA para suportar a aquisição de, pelo menos, mais 6 Estações Meteorológicas de Superfície - Automática (EMS-A).

Dentre os desafios para os próximos anos, ressalta-se a publicação do PAN 2020/2040, uma atualização e aperfeiçoamento das metodologias e de base de dados utilizadas no PAN 2018/2038. Nessa nova versão será utilizada uma matriz origem/destino com base em dados de telefonia móvel para identificar o fluxo de pessoas no país pelo modo de transporte aéreo e não-aéreo. Além disso, o PAN será complementado com planejamento específico sobre formação e capacitação de profissionais e planejamento de investimentos para fomento da aviação geral.

PROGRAMA 2019

INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMÍLIA, DO CADASTRO ÚNICO E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza extrema, e o reforço do acesso aos serviços de educação e saúde por meio de condicionalidades que representam compromissos assumidos pelas famílias e pelo Poder Público. São ações que reforçam o empoderamento da população mais vulnerável para uma participação mais efetiva na democracia brasileira.

As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias. As famílias devem matricular e manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluindo consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia; o Poder Público deve prover os serviços de saúde e de educação que garantam o exercício desses direitos sociais.

As políticas sociais implementadas pelo PBF só são possíveis graças ao Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 24 de junho de 2007. Trata-se do maior instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda do Estado Brasileiro.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único foi outro objetivo que se buscou alcançar no quadriênio 2016-2019. O Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o Governo Federal e os entes federados no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados pela gestão do Programa nos municípios e estados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa.

POLÍTICAS SOCIAIS AOS BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA

O investimento no Bolsa Família para enfrentar a pobreza gera impactos positivos na saúde e na educação da população beneficiada. Esses impactos são decorrentes da exigência do cumprimento das condicionalidades, as quais representam compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias e pelo

Poder Público. Nesse sentido buscou-se ao longo do PPA 2016-2019, aumentar a cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde e de educação e do atendimento pela assistência social das famílias beneficiárias em descumprimento de condicionalidades. Os números levantados pelo Poder Público a respeito do acompanhamento das condicionalidades revelam efeitos positivos nas famílias beneficiárias do Programa.

Na área de educação, em 2019, mais de 12 milhões de crianças e adolescentes beneficiários tiveram a frequência escolar acompanhada a cada bimestre, dos quais 95%, em média, cumpriram a presença mínima exigida para os alunos do Bolsa Família. A média anual de acompanhamento ficou em 91,29%, superando em quase 2 pontos percentuais a meta prevista no PPA 2016-2019. Com relação ao indicador taxa de acompanhamento das condicionalidades na educação, o seu valor saiu de 91,67% em 2014 e alcançou o índice de 93,07% em 2019. O resultado é fruto do trabalho realizado pelas redes municipais de educação de todo o Brasil e da articulação entre os ministérios da Educação e da Cidadania com as suas respectivas coordenações estaduais e municipais.

Na área da saúde, no 1º semestre de 2019 ¹ a cobertura de acompanhamento alcançada foi de 76,09%, superior, portanto, à meta prevista no PPA 2016-2019, de 73%. Dos 25 milhões de beneficiários que tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde, mais de 19 milhões foram acompanhados. Desse total, 4,8 milhões eram crianças menores de 7 anos, das quais 99,5% estavam com a vacinação em dia e 95,6% tiveram peso e altura monitorados, e 14,3 milhões eram mulheres para identificação de gestação. Entre as 467 mil gestantes identificadas, 99,9% estavam realizando pré-natal. Quanto ao indicador taxa de acompanhamento das condicionalidades na saúde das crianças, em 2014 o seu índice era de 74,02%, passando para 76,09% em 2019.

O acompanhamento das condicionalidades permite identificar quais crianças, adolescentes e gestantes em situação de pobreza têm dificuldades de acesso aos serviços de saúde e de educação. Nesse sentido, as famílias beneficiárias do PBF em situação de descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão com os benefícios suspensos, são um dos públicos priorizados no acompanhamento pela assistência social.

O PPA 2016-2019 contemplou o acompanhamento pela assistência social de pelo menos 50% das famílias em fase de suspensão por descumprimento de condicionalidades. No 4º período de apuração de 2019, referente a setembro e outubro, esse resultado foi de cerca de 15%. Com o intuito de qualificar os registros de acompanhamento no Sistema de Condicionalidades (Sicon), foram implementadas melhorias que levaram ao encerramento de cerca de 80% dos registros. A principal delas, implementada em fevereiro de 2019, foi o encerramento automático dos registros há mais de 7 meses sem atualização. Isso dificultou ainda mais o atingimento da meta,

¹Até o fechamento deste relatório, o resultado do acompanhamento do segundo semestre de 2019 ainda não estava fechado.

entretanto, avaliou-se que as medidas adotadas são fundamentais para refletir a realidade do trabalho realizado com as famílias em descumprimento de condicionalidades no âmbito do SUAS. A partir daí, será possível planejar, implementar e rever ações a partir de dados mais confiáveis e, com isso, estimular a inclusão das famílias em descumprimento de condicionalidades nos serviços socioassistenciais e buscar aumentar o número de registros.

Ainda em 2019 foram realizadas as Formações de Instrutores do Sistema de Condicionalidades (Sicon), capacitação na modalidade presencial sobre a utilização do sistema, considerando-se as normas do PBF e os objetivos do acompanhamento das condicionalidades. Três turmas foram conduzidas em Brasília, nas quais 81 pessoas de estados e municípios foram capacitadas como instrutores e multiplicadores do curso. Muitos estados com instrutores formados pelo Ministério realizaram capacitações próprias do Sicon ao longo do ano, como Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo, ampliando a disseminação do conhecimento sobre a utilização do sistema para seus municípios.

GESTÃO DO PBF E DO CADASTRO ÚNICO

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) foi criado com o objetivo de medir os resultados da gestão descentralizada do Programa Bolsa Família. O IGD é calculado mensalmente e observa indicadores de acompanhamento de atualização cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e na saúde, bem como de fatores que identificam como ocorreu a prestação de contas do uso dos recursos no âmbito local. Com base nos Índices obtidos por cada ente da federação, os recursos são calculados e transferidos aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal.

O PPA 2016-2019 estabeleceu como meta ampliar o número de municípios aptos a receber apoio financeiro por intermédio do IGD. Assim, no período de janeiro a novembro de 2019, houve um aumento de 7,32 % no número de municípios recebedores, passando de 5.067 em janeiro para 5.475 em novembro. Este último representa 98,29% do total de municípios do país.

O referido plano plurianual também definiu como meta o aumento do desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, medido com base no IGD. Nesse sentido, se comparados dezembro de 2018 e novembro de 2019, percebe-se uma variação de 0,01 ponto no índice médio dos municípios, elevando-se de 0,8516 para 0,8616. Ressalta-se que no atual nível de desempenho dos entes federados, as variações tendem a ter menores elevações.

No que se refere aos recursos, informa-se que em 2019 foram transferidos a estados e municípios R\$ 549,43 milhões, referente às competências dezembro de 2018 a novembro de 2019. Deste total, R\$ 541,07 milhões foram transferidos para municípios e R\$ 8,36 milhões para estados.

REDUÇÃO DA POBREZA PELA TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA

O PBF se desenvolve em três eixos principais: 1) a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; 2) as condicionalidades, as quais induzem os beneficiários ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e 3) a articulação institucional voltada a fornecer e ampliar o acesso das famílias beneficiárias a outras políticas que promovam o desenvolvimento das famílias, de modo a lhes possibilitar a superação da situação de vulnerabilidade.

No tocante ao primeiro eixo do programa, cabe destacar que o Programa Bolsa Família atendeu em média 13,78 milhões de famílias por mês no ano de 2019, sendo repassados R\$ 32,5 bilhões às famílias beneficiárias nesse período, considerando o valor recebido em dobro por efeito do Abono Natalino (“13ª parcela do Bolsa Família”). O valor médio mensal do benefício ao longo desse ano foi de R\$ 188,43 por família, desconsiderando o Abono Natalino.

Em dezembro de 2019 foram beneficiadas 13.170.607 famílias, correspondendo a cerca de 40,83 milhões de pessoas. O valor total disponibilizado pelo Governo Federal em benefícios às famílias beneficiárias alcançou R\$ 2,525 bilhões em dezembro de 2019 (desconsiderando o Abono Natalino – 13ª Parcela). No mesmo mês, o PBF alcançou 95,87% de cobertura, que corresponde à quantidade de famílias beneficiárias em relação à estimativa de famílias pobres e extremamente pobres.

Para o quadriênio 2016-2019, a média da taxa de cobertura PBF dos meses de dezembro de cada ano foi de 99,56%. A leve redução da cobertura no transcurso do ano de 2019 (chegando a pouco menos de 96%) deve-se ao aumento do valor médio do benefício desde abril desse ano, aliado às restrições orçamentárias que se impuseram no decorrer do último ano. Assim, a concessão de benefícios do PBF foi realizada somente para famílias dos grupos prioritários entre maio e dezembro passados.

Cabe destacar que, para além do foco na renda da população pobre e extremamente pobre, o Bolsa Família atingiu também segmentos populacionais historicamente mais vulneráveis como mulheres, jovens e Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), posto que no PBF 88,61% dos Responsáveis Familiares são mulheres, 77,19% dos beneficiários são pretos, pardos ou indígenas e cerca de 418 mil famílias pertencem aos grupos prioritários (dados de dezembro/19), garantindo, assim, o reforço à cidadania.

Em continuidade ao processo de aprimoramento e integração dos processos operacionais do PBF e do Cadastro Único, foi instituído em 2016 o Grupo de Trabalho Interinstitucional, com vistas ao aperfeiçoamento de rotinas de verificação de inconsistências e à melhoria da qualidade das bases de dados do MC. Houve a realização de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único (junho/2016) e da folha de pagamento do PBF (julho/2016) e outras bases do Governo Federal.

No que tange ao PBF, foi identificado 1,1 milhão de famílias beneficiárias com divergências cadastrais, resultando nas seguintes providências imediatas:

654 mil famílias tiveram o pagamento de seus benefícios do PBF bloqueados até a atualização cadastral, e 469 mil famílias tiveram seus benefícios PBF cancelados em novembro de 2016. Esse contingente ampliou-se a partir da identificação de outras inconsistências realizada pelo processo anual de averiguação cadastral de famílias beneficiárias.

Ainda em relação às medidas de controle, foram realizadas ações conjuntas com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 2016 e 2018, de modo a viabilizar cruzamentos entre as bases de dados do Cadastro Único e da folha de pagamento do PBF e as bases de dados do TSE de doadores de campanha e de prestadores de serviço em campanhas eleitorais, permitindo a identificação e investigação de casos suspeitos de subdeclaração de renda no Cadastro Único.

A Senarc também prosseguiu com as verificações mensais prévias à concessão do benefício (iniciadas em 2014 e aperfeiçoadas em 2017), por meio de cruzamentos do Cadastro Único com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e o Sistema de Controle de Óbitos (Sisobi). A partir de então, pessoas identificadas com algum tipo de divergência de informações nos cruzamentos mensais tornam-se inelegíveis ao PBF, enquanto não sanada a inconsistência.

No que se refere à manutenção do poder aquisitivo dos beneficiários do PBF durante o quadriênio 2016-19, foram realizados dois reajustes dos valores dos benefícios: em julho de 2016, com aumento de 12% em relação ao benefício médio do mês anterior, e correção nas linhas de pobreza - de R\$ 154,00 para R\$ 170,00 - e de extrema pobreza - de R\$ 77,00 para R\$ 85,00; e em julho de 2018, com aumento de 6% em relação ao benefício médio do mês anterior, e correção nas linhas de pobreza - de R\$ 170,00 para R\$ 178,00 - e de extrema pobreza - de R\$ 85,00 para R\$ 89,00

Ademais, no último mês de 2019, em razão do Abono Natalino instituído pela Medida Provisória nº 898/19, todas as famílias beneficiárias presentes na folha de dezembro de 2019 com benefícios liberados ou bloqueados² tornaram-se aptas ao recebimento do valor do benefício em dobro. O seu pagamento injetou em todo o país R\$ 2,5 bilhões a mais na economia.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

O Cadastro Único é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda (que possuem renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita* ou renda familiar mensal de até três salários mínimos). Podem também se cadastrar famílias com renda superior ao limite máximo, desde que essa inclusão esteja vinculada à seleção ou acompanhamento de programas sociais de iniciativa de qualquer dos três entes da Federação.

² Para famílias na situação de bloqueado, o benefício do Abono Natalino é disponibilizado para saque somente na hipótese de resolução da situação que originou o bloqueio e a efetivação do desbloqueio.

As informações agregadas pelo Cadastro Único compreendem informações sobre domicílio, condições de moradia, composição e renda da família, bem como informações individuais de cada membro da unidade familiar, compondo um retrato das dimensões da pobreza e vulnerabilidades socioeconômicas desta população. Atualmente, no Cadastro Único existem mais de 28 milhões de famílias cadastradas, o que representa 76 milhões de pessoas. Cerca de 16,3 milhões de famílias são pobres e extremamente pobres (renda *per capita* mensal de até R\$ 178,00).

Ao longo dos anos, o Cadastro Único passou por contínuos aperfeiçoamentos que permitiram a ampliação do seu uso por mais de 25 programas sociais apenas no nível federal. A boa qualidade das informações registradas no Cadastro Único possibilita que as famílias sejam beneficiadas pelas diversas políticas atendendo aos critérios de elegibilidade estabelecidos. Para tanto, o MC executa ações contínuas de atualização cadastral, quais sejam a revisão cadastral (para que as famílias mantenham seus registros atualizados), a averiguação cadastral (cruzamento com outras bases de dados, para verificar a inconsistências cadastrais) e a exclusão lógica (para os casos de famílias com registros desatualizados, cuja última atualização ocorreu há mais de 48 meses, ou que não atenderam aos procedimentos da averiguação cadastral).

Assim, no quadriênio de 2016-2019, foi realizado o lançamento simultâneo dos processos de Averiguação e Revisão Cadastral, tendo sido incluídos outros programas usuários no processo de revisão cadastral, como a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Benefício de Prestação Continuada, além do Programa Bolsa Família. Foi realizada também a indicação para o município dos nomes, Números de Identificação Social (NIS) e o tipo de inconsistência das pessoas das famílias incluídas em averiguação cadastral.

A atualização cadastral de 2019 resultou na atualização de 3.769.002 cadastros e na exclusão de 1.133.955 famílias por averiguação cadastral e 217.524 por cadastros desatualizados. Nesse sentido, o indicador taxa de atualização cadastral saiu do patamar de 71,73% em 2015 e alcançou o valor de 83,83 em 2019.

Foram utilizadas como fontes de informação para a averiguação cadastral de 2019, a Folha de Pagamentos do INSS, apenas benefícios previdenciários permanentes ou BPC, a GFIP e a Rais de 2017, considerando apenas servidores públicos efetivos. Também foram incluídas famílias identificadas em averiguações feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por força do Acórdão nº nº 1947/2019 – TCU.

Ademais, foi instituído por meio da Portaria nº 995/GM/MC/2019, o Grupo de Trabalho para Aperfeiçoamento do Processo de Averiguação Cadastral do Cadastro Único (GT), com a finalidade de propor o aperfeiçoamento de rotinas, procedimentos e a qualificação da base de dados do Cadastro Único. O relatório foi finalizado em dezembro, contendo recomendações de curto e médio-longo prazo.

Ainda como ações para fins de qualificação, em 2019, foi realizado o povoamento de CPF na base do Cadastro Único daquelas pessoas que não

tinham esse documento registrado em seus cadastros, o que resultou na inclusão de 5.332.617 números de CPF.

No que se refere à construção de mecanismos de governança e coordenação dos programas usuários do Cadastro Único, meta estabelecida no PPA 2016-2019, foi lançada a Rede Cadastro Único em maio de 2017, que é um espaço de interação para aperfeiçoar o uso dos dados do Cadastro Único e promover ações de integração dos programas usuários. Ressalta-se que a Rede Cadastro Único foi vencedora da 23ª edição do Concurso Inovação do Setor Público, promovido pela Enap.

Além disso, considerou-se necessário o estabelecimento de um documento que formalize a relação das gestões dos programas sociais, visando institucionalizar os procedimentos e normas que condicionem o uso do Cadastro Único. Assim, por meio da Portaria MDS nº 501/2017, de 29 de novembro de 2017, foi instituído o Termo de Uso dos dados do Cadastro Único, firmando algumas obrigações, dentre elas, o uso adequado do Cadastro Único. Todos os programas federais usuários já assinaram o Termo de Uso do Cadastro Único.

O êxito do Cadastro Único decorre também de sua estratégia de cadastrar as famílias em situação de pobreza por meio das prefeituras municipais. Em média, os municípios realizam mais de 1,4 milhão de inclusões e atualizações cadastrais por mês, com uma rede que mobiliza, em média, 34 mil operadores e mais de 56 mil entrevistadores em todo o país. Assim, fez necessário reconhecer a importância desses profissionais, com a inclusão na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria Entrevistador Social do Cadastro Único. Também foi realizado o Prêmio Rosani Cunha de Desenvolvimento Social – Edição Especial: Cadastro Único para Programas Sociais, que contou com a participação de mais de 150 inscrições municipais e estaduais de boas práticas de gestão do Cadastro Único, bem como de 189 candidatos a Entrevistador do Cadastro Único de destaque.

Para fins de apoio à gestão municipal do Cadastro Único foi celebrado também Termo de Execução Descentralizada com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), para garantir a continuidade da implantação de antenas de internet via satélite em municípios da Amazônia Legal, viabilizando a operacionalização do Sistema de Cadastro Único nestas localidades.

Quanto a melhoria do acesso às informações do Cadastro Único, as seguintes ações foram realizadas: o lançamento em 2017 do Consulta Cidadão e em 2018 do aplicativo “Meu CadÚnico”, instrumentos de comunicação com as famílias cadastradas no Cadastro Único. Este último sagrou-se vencedor do Prêmio “HDI EXPOVOG 2019” e foi um dos finalistas da 23ª edição do Concurso Inovação do Setor Público.

Quanto ao cadastramento diferenciado, em 2019 o Cadastro Único alcançou o total de 3 milhões de famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs). A marca é resultado do esforço de estados e municípios que adotaram ações diferenciadas de cadastramento, reforçando o papel do Cadastro Único de refletir a diversidade brasileira. As famílias GPTEs já são 10,48% do total de famílias cadastradas.

CONCLUSOES E PERSPECTIVAS

O atingimento dos objetivos fixados para o programa temático “Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais” no quadriênio 2016-2019 o manteve como importante instrumento para redução da pobreza. Considerando o recente período de retração econômica, o Programa foi importante para garantir a segurança das famílias beneficiárias.

Para o próximo quadriênio o objetivo principal é continuar contribuindo com a redução da pobreza por meio da transferência de renda. Considerando o recente período de retração econômica, o estabelecimento de uma política transparente de reajuste dos benefícios do Programa Bolsa Família é fundamental para garantir a segurança das famílias beneficiárias. Será necessário também aperfeiçoar o desenho de benefícios, de forma que torne menos complexa sua operacionalização e compreensão pelos beneficiários, mas que possibilite, além da manutenção do alívio da pobreza, também a indução de impactos de longo prazo.

Nesse sentido, reforçar e qualificar o acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, continua sendo um dos principais objetivos do Programa. Reafirmar o princípio da equidade subjacente às condicionalidades para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos, como as famílias em situação de pobreza, de forma que o poder público invista o esforço necessário para alcançar essas famílias, provê-las dos serviços sociais básicos e garantir sua oferta contínua para que elas sejam inseridas nas políticas universais. As melhorias ocorridas nos últimos anos no acompanhamento das condicionalidades precisam ter continuidade, bem como o aprofundamento da agenda comum entre os principais ministérios envolvidos – Cidadania, Educação e Saúde.

Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do Programa, outro importante desafio a ser enfrentado é o fortalecimento da rede intersetorial que atua no Programa, conjugando esforços da Assistência Social, Saúde e Educação, além do fortalecimento do modelo de incentivo financeiro à gestão do PBF por meio de estudos e aperfeiçoamentos no IGD, com o objetivo de se incrementar de forma contínua a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Da mesma forma, o Cadastro Único se coloca como uma ferramenta estratégica para a articulação da rede de promoção e proteção social, tendo como principais desafios para 2020-2023 o aperfeiçoamento contínuo dos processos (1) de atualização, averiguação cadastral e exclusão lógica, por meio da integração entre as bases de dados do Cadastro Único e do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); e (2) de apoio institucional às Gestões Municipais, em particular por intermédio da internalização de melhorias nos formulários do Cadastro Único.

Igualmente importantes outros desafios a serem superados nos próximos anos são: i) compatibilizar a concessão de benefícios ao orçamento aprovado para o exercício; ii) apoiar a implementação do Abono Natalino no exercício de 2020, o que envolve a previsão legal e a identificação do crédito orçamentário e sua aprovação; iii) aperfeiçoar a comunicação com os beneficiários; e iv) aperfeiçoar o modelo de capacitação dos agentes envolvidos na execução do Programa.

Esse conjunto de desafios deve ser levado em conta nos próximos anos para que o Programa Bolsa Família continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza ao tempo em que facilite o acesso da rede de serviços básicos e políticas públicas para a população mais vulnerável do país. Trata-se de fortalecer alicerces para que, no longo prazo, o Estado brasileiro possa reduzir ainda mais a pobreza e a desigualdade.

PROGRAMA 2021

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O Programa 2021 tem como estratégia central a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação, voltado para o estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia. Reúne as principais ações para o cumprimento da missão do MCTIC de produzir conhecimento e riquezas para o Brasil, contribuindo para a qualidade de vida dos brasileiros.

Expressa o desafio de promover as condições para que a ciência, a tecnologia e a inovação operem de forma permanente e como política nacional de mais longo prazo na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Tem como referência as recomendações da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022). Marco que assegura que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) possa exercer o seu papel de órgão central na coordenação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Em todo o mundo, inovações científicas e tecnológicas são desenvolvidas em busca de soluções para os grandes desafios sociais, ambientais e econômicos.

Suas ações são um pré-requisito para que o país reduza paulatinamente a sua defasagem em relação à fronteira tecnológica mundial; melhore nossa inserção internacional, ampliando a participação de produtos mais intensivos em conhecimento na pauta de exportações. Medidas que reposicionam a forma e o conteúdo dos compromissos urgentes com a inclusão social e a redução das desigualdades e da pobreza. Do mesmo modo que cria novos horizontes para o encontro definitivo do país com a sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento. Em suma, o programa é o passo para dar contemporaneidade às diretrizes do governo relativas a ampliação de acesso à formação, cultura, saúde e segurança alimentar, desenvolvimento urbano; cidadania; segurança pública e de fronteiras, atividade empreendedora; inclusão digital, entre outras.

O Programa possui sete objetivos, nove indicadores, 27 metas e 55 iniciativas em seu escopo. Diante dessa abrangência, a sua implementação depende de múltiplos atores para além do próprio Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações – MCTIC, como Unidades de Pesquisa, Organizações Sociais, Agências, Empresas Públicas e exige também parcerias com outros órgãos setoriais.

No período 2016-2019, a agenda ateu-se principalmente ao fortalecimento

dos eixos considerados estruturantes ao setor C, T&I: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica; e, iii) o fomento à inovação tecnológica para aplicação no setor produtivo brasileiro. Em 2016, com a expansão das competências do Ministério, incorporando as políticas do setor de telecomunicações, valorizaram-se as sinergias com o presente programa, diversificaram-se as oportunidades proporcionando maior integração das políticas públicas conduzidas pelo MCTIC. No final do período, potencializaram-se as oportunidades para intensificar processos de transformação para uma sociedade mais culta, conectada e com sentido de pertencimento ao que se denomina “Sociedade do Conhecimento”.

Ao concluir o ciclo PPA 2016-2019, ficou claro que o caráter transversal e a envergadura do Programa 2021 tornaram demasiado complexa a gestão e a análise dos parâmetros que definem seus objetivos e metas. Neste sentido, para o próximo ciclo PPA 2020-2023 propõe-se a configuração de um programa fundamentado na ampliação da capacidade científica nacional e outro para a aplicação de tecnologias e inovação para o desenvolvimento sustentável.

Principais Resultados

A análise do Programa ao longo do ciclo PPA 2016 - 2019, tomando por base os resultados alcançados se examinados os indicadores, objetivos e metas programadas, apresentou bom desempenho, não obstante as dificuldades enfrentadas neste período pelo país com reflexos diretos sobre às questões orçamentárias, financeiras, nas estruturas organizacionais, sobre as políticas públicas. A regulamentação do Marco Legal de Ciência e Tecnologia por meio do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, detalhando operacionalmente dispositivos da Lei nº 13.243/2016 que aprimora as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica expressa um resultado com consequências de larga duração para o devir da produção de P&D.

Os indicadores que se relacionam a Patentes, Publicações e Investimentos empresariais apontam para um crescimento, mesmo que pequeno, mas importante, considerando principalmente a crise fiscal e o tímido crescimento no período do país. A elevação do dispêndio em P&D do setor empresarial em relação ao PIB, 50,28%, indica uma possível mudança no padrão de financiamento à pesquisa no país. Verifica-se uma pequena inversão na proporção entre os investimentos públicos e privados em P&D. Embora os dados sejam relativos a 2017, como base de cálculo, o fato permite estimar de que pode estar começando a se concretizar, uma alteração no padrão de financiamento de forma definitiva, tal como ocorre em países mais intensivos em tecnologia. Revela igualmente o esforço da política pública em estimular a participação do setor empresarial no investimento em P&D.

Outro indicador, número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país, também aumentou durante esse ciclo. Reflexo, em parte, do maior envolvimento do setor privado e de uma maior disposição dos centros de pesquisa no desenvolvimento tecnológico e de inovação em se associar a projetos corporativos.

No que respeita à participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados, segundo a Scopus, merece destaque o aumento dessa participação, de 2,53% da produção mundial, em 2016, para 2,63%, em 2018, sendo o 14 país em número de publicações nesse ano, sem contar o reconhecimento da qualidade da pesquisa realizada no Brasil e conseqüentemente no reconhecimento internacional da capacidade nacional em operar pesquisas nos mais diversos campos da Ciência. No contexto mais geral do Programa, os indicadores revelam um desempenho resiliente face à desaceleração econômica e às dificuldades do financiamento público, nesse período.

Para assegurar a produção científica e tecnológica nacional, o programa fomentou a geração e aplicação de novos conhecimentos, mediante a atuação das agências de fomento, Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq e da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP. Merece destaque o forte suporte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e da sua secretaria-executiva, para o fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D das Instituições Científicas e Tecnológicas – ICTs, públicas e privadas, articulando-as ao setor produtivo e estabelecendo redes cooperativas de P&D por meio de projetos de pesquisa.

O eixo relacionado ao suporte, à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica foi objeto de apoio permanente ao longo da vigência do Plano Plurianual sendo particularmente expressivo em 2019. Nesse ano foram contratados 158 projetos para infraestrutura de pesquisa junto às ICTs, dos quais 27% localizados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Cabe ressaltar que, com exceção da região Norte (cujo investimento concentrou-se nos Estados do Amazonas e do Pará), todas as demais unidades da federação foram contempladas com recursos. Destaca-se o financiamento aos laboratórios multiusuários com capacidade de atender a demandas por pesquisas em escala regional e atender demandas diversificadas da comunidade científica e tecnológica. Desses, foram apoiados 69 projetos para manutenção corretiva de equipamentos multiusuários. O triênio 2016-2018 atendeu 156 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa em ICTs brasileiras – informações disponíveis em: <http://www.cnpq.br/web/guest/inct>. Destaque para o início dos trabalhos do

INCT denominado e-Universo. A ciência extraída de grandes bases de dados (Big Data) é uma realidade cada vez mais presente no mundo moderno, e exige a cooperação entre cientistas e profissionais de tecnologia de informação, dentro de uma cultura distinta das colaborações tradicionais. Este INCT fornecerá apoio para a participação de cientistas brasileiros em projetos internacionais de ponta que tem como objetivo a exploração do cosmos através de grandes levantamentos de dados astronômicos, tais como o *Sloan Digital Sky Survey*, o *Dark Energy Survey*, o *Dark Energy Spectroscopic Instrument* e o *Large Synoptic Survey Telescope*.

Por meio de editais com diversas finalidades foi possível, no período, manter o fomento à pesquisa básica e às áreas estratégicas. Exemplos disso são os Editais Universais, apoio ao Institutos Nacionais de C&T (INCT), Centros Nacionais Multiusuários, Institutos de Pesquisa do MCTIC, apoio à pesquisa para a Amazônia Legal, Programas para ampliação e consolidação da cooperação internacional. Parte dessas demandas foram aprovadas entre os anos de 2014 e 2017, porém só foram implementadas no período deste PPA. Em 2019, para execução de novas pesquisas, na modalidade não reembolsável, totalizando 168 novos contratos de apoio às ICTs.

Em 2019, houve continuidade aos esforços realizados nos anos anteriores de apoio por meio de crédito descentralizado à micro e pequenas empresas - MPE que incorporou 6 novos agentes parceiros: Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A.; Badesul Desenvolvimento S. A. - Agência de Fomento RS; Agência de Fomento do Paraná S. A.; Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A.; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul e Agência de Fomento de Goiás S. A, ou seja, a continuidade dos aportes com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Tivemos a contratação de 34 projetos de apoio a empresas para introdução de produtos, processos e serviços inovadores por meio de crédito e 31 projetos de subvenção econômica à inovação. No período do PPA os principais projetos em andamento são do Plano de Apoio ao Desenvolvimento e Inovação da Indústria Química - PADIQ, Chamada pública binacional Finep e Conselho Norueguês de Pesquisa – RCN e Plano de Desenvolvimento, Sustentabilidade e Inovação no Setor de Mineração e Transformação Mineral – INOVA Mineral, o Programa Centelha, Finep Tecnova II, Subvenção Econômica a Empresas, Cooperação Internacional entre Empresas e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1).

No caso particular do Programa Centelha, que apoia a produção de inovações associadas ao empreendedorismo, a concessão de recursos de subvenção econômica à inovação para apoio a MPE (limite de faturamento anual de R\$ 4.800.000) atendeu nove parceiros operacionais selecionados por meio da Carta Convite dentro do Programa Centelha nos seguintes estados: Amazonas,

Amapá, Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Paraná, promovendo a atuação regional. No caso do Finep Tecnova II, o apoio foi para as empresas brasileiras com faturamento anual de até R\$ 16 milhões foi por meio da Carta Convite MCTIC/FINEP – Programa de Apoio à Inovação Tecnológica FINEP-TECNOVA II que selecionou 16 parceiros operacionais nos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo. No programa de cooperação em pesquisa e inovação entre empresas brasileiras e países membros da rede internacional Eureka (Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Holanda, Espanha e Suíça), cabe destacar a Chamada Eureka - Globalstars Brasil 2018, lançada pela FINEP, que disponibilizou recursos para apoio de no mínimo €100 mil e no máximo €1 milhão por projeto.

O apoio à MPE de base tecnológica contou com o *FINEP INOVACRE para* contratação de 67 empresas (porte I e II) via crédito e 17 empresas por meio de investimento, *em 2019*. No período foram apoiadas 417 empresas, 41% da meta estabelecida, 1000 empresas. O resultado aquém do esperado deveu-se, em grande parte, a realização de editais no âmbito do *Programa Inova Empresa II* que ficou limitado a apenas dois editais dos 12 originalmente previsto para essa finalidade. Quanto ao Programa FINEP Startup, apesar de uma demanda de 1.686 propostas revelada nos editais de 2017 e 2018, e de uma previsão de até 110 empresas a serem contratadas, a Finep apenas conseguiu investir em 15 startups e 25 startups em fase de contratação. Para 2020 está previsto o lançamento do terceiro edital do Finep Startup, contendo mais duas rodadas de investimentos e podendo contemplar até 50 novas startups.

Concluindo, em 2019, no caso do FNDCT, embora tenha sido alcançado o patamar autorizado no orçamento com um empenho de R\$ 851 milhões para o financiamento de projetos, a restrição fiscal, obrigou uma redução de 41% nessa modalidade de fomento, sendo este montante remanejado para o pagamento de bolsas de formação de recursos humanos, cumprindo compromissos assumidos anteriormente. Neste contexto de restrição, a FINEP priorizou o pagamento de projetos contratados anteriormente, ficando prejudicadas as contratações de projetos já selecionados e aprovação de novas ações, impossibilitando o atingimento da meta de apoio a 7.000 projetos de pesquisa pelas agências de fomento, que incluem bolsas atreladas aos mesmos, apresentando decréscimo acentuado no ano de 2019, com a realização de apenas 20% desta meta. Em contrapartida, no que tange aos projetos voltados à infraestrutura ultrapassou-se a meta planejada (300 projetos) com a contratação de 379 projetos em 4 anos (158 em 2019). A situação relatada para o FNDCT para o ano de 2019, reflete o comportamento do período do PPA, o mesmo se pode afirmar para o CNPq e MCTIC, de forma

que o período realmente foi caracterizado por dificuldades em termos orçamentários e financeiros. Foi um período marcado por forte e permanente atuação na busca de soluções para a manutenção mínima das atividades de fomento e de formação de recursos humanos.

A formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à CT&I sofreu impactos com as restrições orçamentárias ocorridas no período 2016-2019 para o pleno atingimento das metas. A instituição de novos programas como o Ciência Sem Fronteiras exigiu aporte considerável de recursos em um cenário já debilitado, aumentando o desafio do atingimento das metas previstas para o Objetivo relacionado à formação de recursos humanos, quando da elaboração do Programa C,T&I. O MCTIC e CNPq envidaram todos os esforços para honrar com compromissos assumidos ao longo do período e ainda tentar avançar no apoio às áreas consideradas de futuro. No geral, considerando todos estes aspectos os resultados alcançados no período refletem este esforço com a manutenção do nível de atingimento das metas em um estágio que, ao menos não deixou que todo o esforço de C&T realizado nas últimas décadas fosse interrompido. Particularmente em 2019, cumpriu-se 89% da meta com a concessão de 17.186 bolsas de produtividade. Na concessão de bolsas para mestrado e doutorado *strictu sensu*, realizou-se 65% da meta com a distribuição de 14.245 bolsas, redução de 19% em relação à implementação do ano anterior. Para a internacionalização da formação, houve aumento no número de bolsas concedidas em relação aos anos anteriores, porém aquém da meta total, perfazendo apenas 58% com 2.961 bolsas. A modalidade de iniciação científica teve melhor desempenho alcançando 95% da meta com 39.160 bolsas implementadas.

As Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTIC possuem papel central na disponibilização de pesquisas, produtos e serviços para a sociedade. Em 2019, 51 tecnologias foram desenvolvidas e aprovadas para transferência de tecnologia, nestas unidades, ultrapassando a expectativa de 45 tecnologias por ano. Os números são uma evidência da importância das UPs na difusão de tecnologias para a sociedade e para o setor produtivo. Cumpre ressaltar o papel importante desempenhado pelos Núcleos de Inovação Tecnológicos (NITs) criados ao longo dos últimos anos e pela política de fortalecimento e aperfeiçoamento desses Núcleos, inclusive com recursos destacados no Orçamento, ao longo desse PPA. No período de 2016 a 2019 as Unidades entregaram 245 tecnologias. Destaque-se, em 2019, o *SciMining* – supercomputador desenvolvido pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) – dotado de inteligência artificial (IA) e processamento de alto desempenho para o reconhecimento de padrões (correlações, sequências temporais e/ou espaciais etc.), relacionamentos ou estruturas ocultas. A máquina será instalada no Centro de Pesquisas da Petrobras para realizar

pesquisas avançadas na área de petrofísica e dentro em breve um outro equipamento desta magnitude será entregue para a aplicação da Inteligência Artificial na área de Astrofísica.

Para além das tecnologias entregues, importa destacar os trabalhos voltados à implantação ou melhorias de infraestruturas nas unidades de pesquisa afetas ao MCTIC, tal como a conclusão da expansão da capacidade do Supercomputador Santos Dumont, pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) em 2019. A capacidade deste foi quintuplicada com a ampliação da sua velocidade máxima de processamento para 5 Petaflops (quatrilhões de operações matemáticas por segundo). O Santos Dumont se tornou o maior supercomputador não comercial da América Latina disponibilizado para projetos de P&I. Como exemplo da sua relevância, ressaltam-se as pesquisas para combate ao vírus Zika, cujos resultados já apontam para a efetivação de uma vacina.

Outro destaque é o Projeto Sirius, do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM, implementado pelo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS. Um acelerador de partículas, no qual já circulou o primeiro feixe de elétrons no acelerador principal e, em 2020 entrega 13 linhas em funcionamento. Trata-se de esforço iniciado em PPAs passados e que foi impulsionado no quadriênio 2016-2019. Estima-se que os ensaios experimentais com usuários “beta” serão iniciados a partir do segundo semestre de 2020. O Sirius, quando entrar em operação em 2020, será o segundo laboratório, no mundo, de luz síncrotron de 4ª Geração.

No período, cite-se ainda a expansão do Laboratório de Integração de Testes (LIT) do INPE. O LIT tem papel fundamental na montagem, integração e testes de satélites além de atender às necessidades de qualificação de produtos das indústrias automobilística, de telecomunicações, de informática, de eletromédicos e aeroespacial. A importância dessa ampliação se reforça com a pretensão brasileira de dar impulso à indústria de satélites no país, inclusive com novos satélites geoestacionários, como o SGDC2.

Em 2019, foi lançado o CBERS 04^a - Satélite Sino Brasileiro de Recursos Terrestres. O mesmo é fruto de uma colaboração internacional entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), pelo Brasil, e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST), pela China e de todo um trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos. Quando o satélite estiver em pleno funcionamento, serão geradas o dobro de imagens para monitoramento ambiental e gestão do território, bem como a produção de P&D em universidades e empresas que utilizam as tecnologias de geoinformação e de sensoriamento remoto.

Alinhado à nova política governamental e do MCTIC ocorreu a inauguração do Centro de Tecnologias de Dessalinização, localizado no Instituto Nacional do

Semiárido (INSA). O Centro testa, analisa e avalia o desempenho de sistemas comercializáveis de dessalinização ou purificação de águas salobras com vistas a ampliar o acesso à água potável no semiárido. A infraestrutura está em pleno funcionamento e conta com adesão de dezenas de empresas

Ainda em termos de serviços oferecidos à sociedade pelas UPs do MCTIC, aderindo ao eixo de popularização da ciência, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada – IMPA, com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática – SBM, realiza desde 2005 a Olimpíada Brasileira de Matemática – OBMEP. Em 2019, a OBMEP atingiu 54.831 escolas, sendo 49.002 públicas e 5.829 privadas, com 18.158.775 alunos inscritos na 1ª fase da OBMEP, cobrindo 99,71% dos municípios do Brasil. Os números comprovam a evolução e o aperfeiçoamento desta iniciativa que foi sempre apoiada e resguardada pelo MCTIC dada a sua relevância para a construção de uma sociedade com níveis de qualidade educacional crescentes.

Na mesma direção e complementarmente, a popularização da ciência no âmbito das ações de CT&I para inclusão social, contou com 162 projetos apoiados no contexto da 16ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, iniciativa está mantida a todo custo pelo MCTIC ao longo dos PPAs e que em 2019 abordou a importância da temática de *“Bioeconomia: diversidade e riqueza para o desenvolvimento sustentável”*; outros 103 projetos de Feiras e Mostras de Ciências; e 13 projetos de apoio às Olimpíadas Científicas. Destacam-se ainda o apoio às Oficinas de Projetos para professores de escolas públicas do Norte e Nordeste; às Olimpíadas Cubesats realizadas pela UFScar; e à realização do *“Encontro Nacional de Popularização da Ciência”* que contou com a participação de mais de 300 coordenadores de projetos apoiados em editais passados. No total, foram apoiados 287 projetos, em 2019, totalizando 1.290 projetos entre 2016 e 2019, acima da meta prevista. Adicionalmente, foi instituído o *“Programa Ciências nas Escola”* pelo Decreto nº 10.151/2019, fortalecendo a *Olimpíada Nacional de Ciências* e criando o curso EaD *Ciência é Dez*, com o estabelecimento inicial de 22 redes envolvendo universidades e ICTs federais.

Em 2019, ampliou-se o fortalecimento do programa GLOBE nas escolas brasileiras no âmbito do - Ciência na Escola, cuja finalidade é melhorar a qualidade de ensino de matemática, ciências exatas e ciências biológicas em escolas públicas de educação básica do Brasil; e motivar o desenvolvimento de pesquisas científicas no ensino básico. Igualmente e voltado a regiões mais necessitadas e no ambiente escolar deu-se apoio ao Projeto Avaliação do Impacto na Saúde em Comunidades Escolares Beneficiadas pelo Programa Água Atmosférica. Este, busca avaliar sete dimensões da saúde: sanitária, ambiental, tecnológica, mental, sociocultural, econômica e epidemiológica dos atores envolvidos nessa pesquisa.

Tivemos ainda ao longo do período o aumento considerável de participação na *Olimpíada Nacional de Ciências* que, em sua 3ª edição, incorporou a Biologia, por meio de uma articulação com o Instituto Butantã (SP). Em 2019 foi incorporada a Astronomia, em parceria com a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica. Ao longo de seus três anos, a ONC tem se revelado uma ação extremamente bem-sucedida, com um salto no número de inscrições 80.839 em seu primeiro ano para 202.282 na 3ª edição e mais de 1 milhão de alunos inscritos em sua quarta edição em 2019 e com cerca de 1400 cidades participantes sendo que em 2016 eram 390.

Por meio da promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos vislumbrou-se a universalização do acesso e inclusão dos indivíduos na sociedade da informação. Em termos de apoio a projetos em áreas estratégicas de tecnologias digitais, a meta inicial foi facilmente superada, destacando-se, em 2019, o apoio a projetos de Inteligência Artificial aplicada ao agronegócios; o desenvolvimento de plataforma da classe “*single board computer – SBC*”, otimizada para o desenvolvimento de soluções para “*Internet of Things – IoT*”; e, a capacitação de profissionais para desenvolver circuitos integrados e operacionalizar a primeira “*design house – DH*” nacional, focada em dispositivos fotônicos.

Na esteira da *Estratégia Nacional de Transformação Digital*, o Programa “*Start-Up Brasil*” executou cinco ciclos de aceleração de empresas nascentes entre 2013 e 2019, envolvendo 19 Estados e 13 países. O programa alavancou cerca de R\$ 392 milhões em investimentos externo e gerou mais de 2.832 empregos diretos. De 183 *startups* apoiadas, em seus quatro ciclos iniciais, 49 superaram o faturamento anual de 1 milhão de reais. Estima-se que 2019 tenha gerado um faturamento total do *portifólio* superior a 200 milhões de reais. A continuidade do apoio a startups se dará pelo novo programa “*Conecta Startup Brasil*”, visando aumentar a densidade de *startups* brasileiras, estimulando a Inovação Aberta através de uma ação integrada de ideação, conexão, capacitação e investimento. Adicionalmente, o Programa Mais TI, sob gestão da SOFTEX, mesmo sem repasses governamentais em 2019, viabilizou a capacitação, com certificação, de 6.795 alunos por meio da educação à distância - EaD. Cumulativamente, entre 2016 e 2019, alcançou-se 47% da meta prevista.

Quanto à fabricação de componentes e dispositivos eletrônicos, cujo programa previa estimular, ficou prejudicada em função das alterações na Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991) e do Programa PADIS (Lei nº 11.484/2007), em decorrência das decisões da OMC. Estas foram aprovadas somente em dezembro de 2019, por intermédio da Lei nº 13.969/2019, o que causou interrupção na apresentação de projetos por parte das empresas interessadas.

Contudo, ainda foi possível concluir a implantação do Laboratório Fábrica de Referência (LABFER) no Instituto CERTI, em parceria com o SENAI-SC, para geração e experimentação de tecnologias digitais, com foco em manufatura competitiva de produtos eletrônicos avançados, capacitação de RH e disseminação de tecnologias. Por razões também de mudanças de ordem legal (alteração nos Anexos II e III do Decreto nº 6.233/2007) que davam às empresas fabricantes de células e painéis fotovoltaicos algumas vantagens, gerou uma redução do número de empresas atuando no setor para 20. A persistir esta situação, corre-se o risco de cancelamento de mais 10 projetos em 2020.

Na promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação nas empresas, em 2019, o número de empresas que realizaram atividades de P&D e inovação via incentivos fiscais do Capítulo III da Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), referentes ao Ano Base 2018, foi de 1850, superando em 48% o valor da meta anual de 1.250 empresas, com investimento bruto de aproximadamente R\$ 12 bilhões e renúncia fiscal de R\$ 2,6 bilhões. Em 2019, as redes de serviços tecnológicos SIBRATEC contabilizaram satisfatoriamente 377.684 atendimentos e, em breve, irão configurar o “*Observatório de Serviços Tecnológicos no País*”. No que se refere ao apoio a projetos de desenvolvimento tecnológico e inovação nas cadeias produtivas, foram contemplados 40 projetos, totalizando 175 projetos entre 2016 e 2019, correspondentes a 58,3% da meta prevista (300 projetos). No que tange a meta de fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas, a evolução no período saiu de 1,1 milhão em 2016 para 2,13 milhão em 2019 em termos de atendimento realizados pelas Redes Sibratec de Serviços Tecnológicos.

A meta de passar de 2.650 para 3.100, o número de empresas atendidas em incubadoras de empresas, foi superada. Estudos realizados revelaram a existência 363 incubadoras ativas no Brasil, responsáveis por 3.694 empresas incubadas e 6.143 empresas graduadas. Estima-se que, em conjunto, as empresas incubadas geraram 14 mil postos de trabalho diretos, recolheram R\$ 110 milhões em tributos e tiveram um faturamento anual de R\$ 550 milhões. Por sua vez, as empresas graduadas foram responsáveis pela geração de 56 mil postos de trabalho diretos, recolheram R\$ 3,6 bilhões em tributos e faturaram cerca de R\$ 18 bilhões em 2017. O estudo também identificou a existência de 57 aceleradoras de empresas ativas, sendo 75% delas localizadas nas regiões Sudeste e Sul do País. As estimativas indicam que estes mecanismos aceleraram 2.028 startups, que faturaram R\$ 473 milhões, recolheram R\$ 94 milhões em tributos e geraram 4 mil postos de trabalho.

A promoção de políticas e programas de P&D, em áreas estratégicas, atende aos diversos domínios do conhecimento entre estas as áreas de Ciências do Mar e Antártica e Biodiversidade.

Por meio do *Programa Ciência no Mar* do MCTIC, foi possível acionar redes de pesquisa de excelência no país atuando em pesquisa marinha, ambiental e saúde para dar suporte à situação de emergência vivenciada no desastre causado pelo derramamento de óleo na costa brasileira. As pesquisas sobre a influência da atmosfera antártica na variabilidade climática do Atlântico Sul também tiveram continuidade com a manutenção do primeiro módulo científico instalado no interior do continente antártico - *Criosfera 1*.

No contexto do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade (SiBBr), plataforma operacionalizada pela Rede Nacional de Pesquisa (RNP), o desenvolvimento ao longo do PPA foi bastante satisfatório tendo alcançado em 2019 marcos importantes como o do lançamento do Atlas do SiBBr (ferramenta Living Atlas) e o Portal Espacial, módulo do Living Atlas, a partir da customização e adaptação da base australiana *Atlas of Living Australia*, disponibilizando dados de biodiversidade integrados às informações ambientais. Em 2019, o SiBBr atingiu a marca de mais de 15 milhões de registros de ocorrência da biodiversidade (15.517.260), de 112 instituições cadastradas na plataforma e mais de 200 coleções biológicas, entre museus e herbários, com tendência a crescer ainda mais nos próximos anos. Com este trabalho o Brasil também passou a ser membro pleno, com direito a voto, do Global Biodiversity Information Facility (GBIF), uma iniciativa multilateral que congrega dados sobre biodiversidade oriundos de aproximadamente 60 países participantes.

Considerações e Perspectivas

Em um ambiente de incerteza e dificuldades fiscais é notório que essas questões tiveram efeito direto sobre todos os entes que compõem a Rede MCTIC, em especial as agências de fomento, Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ou supervisionadas pelo Ministério. Assim, foram empreendidos esforços substanciais para uma melhor execução do proposto pelo Programa. Em 2019, ano em que as dificuldades se agravaram, pode-se dizer que todos os objetivos foram realizados satisfatoriamente, incluindo a gestão de marcos regulatórios importantes como da nova Lei de Informática, muito embora algumas metas não tenham sido plenamente alcançadas ao final do ciclo.

Desta forma e em linhas gerais, também se tem boas perspectivas para os anos vindouros como reflexos dos benefícios advindos da nova legislação aprovada e de sinais de recuperação fiscal do país. Sinais que permitem vislumbrar estabilidade e continuidade dos investimentos necessários ao desenvolvimento do Programa em termos de C, T&I, importante para o aumento da produtividade e competitividade do país.

imprescindíveis de melhoria do Programa para o sucesso das políticas de CT&I, tal como a necessidade do seu desmembramento em dois programas distintos para dar maior ênfase à ampliação da capacidade científica nacional e da inovação, com melhor delineamento das suas respectivas identidades e públicos alvos. Neste contexto, o próximo ciclo PPA 2020-2023 inclui os programas “*Brasil na fronteira do Conhecimento*” e “*Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável*”, em substituição ao Programa 2021, aprimorando o enfoque e objetividade de cada um dos dois programas.

PROGRAMA 2022

COMBUSTÍVEIS

O marco legal que estabelece as regras de funcionamento do setor de combustíveis prioriza a garantia do atendimento da demanda, com preço e qualidade adequados, em atendimento aos interesses dos consumidores, destacando-se: i) a Lei nº 8.176, de 8/2/1991 que instituiu o Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (SINEC); ii) o Decreto nº 238, de 24/10/1991, que dispôs que o SINEC compreenderá a Reserva Estratégica, destinada a assegurar o suprimento de petróleo bruto e de etanol, e os Estoques de Operação, destinados a garantir a normalidade do abastecimento interno de combustíveis em face de ocorrências que interrompam o fornecimento; iii) a Lei nº 9.478, de 6/8/1997, que instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), definiu como suas competências assegurar o adequado funcionamento do SINEC e o cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis e criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), estabelecendo suas competências, dentre as quais a regulação e fiscalização pertinente aos combustíveis de origem fóssil e renováveis; iv) a Lei nº 9.847, de 27/10/1999, que definiu regras para a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, estabelecendo a ANP como principal agente dessa atividade; v) a Lei nº 11.097, de 13/1/2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; e vi) o Decreto Nº 5.297, de 6/12/2004, que, entre outras providências, instituiu o Selo Combustível Social, a ser concedido a produtores de biodiesel que promovam a inclusão social da agricultura familiar.

Para cumprir os desafios da política nacional de energia no segmento de combustíveis e as prioridades estabelecidas pelo Governo, definiu-se uma série de objetivos, metas e iniciativas para o setor, a fim de garantir o atendimento da demanda em quantidade suficiente, com qualidade adequada, em tempo hábil e com custos favoráveis, dando-se ênfase aos produtos renováveis, à produção sustentável e à inclusão social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019, a produção de biodiesel fechou em 5,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2027) é de 6,4 bilhões de litros. Em grande parte, essa diferença deveu-se à greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. Já a

produção de etanol foi de 36,0 bilhões de litros em 2019, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2027 foi de 32 bilhões de litros. Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido.

Não obstante, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, vem reforçando o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

Implantação da estratégia para desenvolvimento do setor de biocombustíveis é a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), estabelecida pela Lei nº 13.576/2017. Trata-se do maior programa do mundo para reconhecimento das externalidades positivas dos biocombustíveis.

EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE REFINO

Em 2016, a ANP registrou, na Região Nordeste, acréscimo de 37,6 mil barris por dia (bpd) à capacidade instalada nacional de processamento de petróleo, cerca de 24,1% da meta proposta para o período de 2016 a 2019.

Nos anos seguintes não foram registrados incremento da capacidade de processamento de petróleo nacional.

No caso do Comperj, segundo a Petrobras, continuam os esforços em busca de parceiros investidores para a retomada das obras das unidades de refino. No entanto, importante esclarecer que as utilidades associadas à Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN serão continuadas, pois fazem parte da infraestrutura necessária para o escoamento e processamento do gás natural do polo pré-sal da Bacia de Santos.

O trem 2 da RNEST (capacidade de 115 mil bpd), segundo cronograma enviado à ANP pela empresa em novembro de 2018, está previsto para 2023, mas aguarda parceria para conclusão. Foi protocolada carta solicitando aditivo ao Termo de Compromisso com o Órgão Estadual do Meio Ambiente do Estado de Pernambuco - CPRH para conclusão do remanescente da Unidade de Abatimento de Emissões (SNOx – U-93), com previsão de conclusão da unidade em 2020, e que proporcionará acréscimo de 15 mil bpd ao parque nacional de refino.

Em função desta postergação, a operação atual da refinaria continuou limitada a 100 mil bpd, conforme exigência de Renovação da Licença de Operação - LO, emitida pela CPRH em janeiro de 2016, válida até emissão de nova LO. Há ainda a previsão de elevação da capacidade de processamento da Unidade de Destilação Atmosférica para 130 mil bpd, cuja previsão de conclusão é 2020.

BIOCOMBUSTÍVEIS

O principal instrumento para implantação da estratégia para desenvolvimento do setor de biocombustíveis é a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), estabelecida pela Lei nº 13.576/2017. Trata-se do maior

programa do mundo para reconhecimento das externalidades positivas dos biocombustíveis. É uma política de Estado coordenada pelo MME que objetiva promover a adequada expansão dos biocombustíveis na matriz energética nacional e dar previsibilidade para os agentes desse mercado.

Os resultados dessa estratégia impactam consideravelmente cinco objetivos estratégicos do MME: segurança energética; uso racional da energia; racionalidade econômica na atuação do MME em prol da sociedade; aproveitamento dos recursos energéticos de forma sustentável; e ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de energia.

O Ano de 2019 foi marcado pelo início da operação do RenovaBio em 24 de dezembro, para tanto foi necessário que o MME vencesse o grande desafio de concluir toda a regulamentação do programa.

A regulamentação da certificação dos produtores de biocombustíveis já havia sido implementada por meio da Resolução ANP nº 758/2018. Em junho de 2019, as metas da política foram regulamentadas pelo Decreto nº 9.888/2019. Em novembro de 2019, o MME publicou a Portaria MME nº 419/2019, que regulamentou as transações com o CBIO, após o impasse quanto à natureza jurídica do Crédito de Descarbonização - CBIO. Por fim, em dezembro de 2019, a ANP publicou a Resolução nº 802/2019, que estabeleceu os procedimentos para contabilização de lastro necessário para emissão primária do CBIO.

Outro grande desafio superado em 2019 foi a implementação da Resolução CNPE nº 16/2018, que dispõe sobre a evolução da adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional.

A partir de setembro de 2019, a mistura mínima obrigatória passou a ser de 11% de biodiesel ao diesel (B11), após a solução do impasse que adiou a conclusão do relatório final do maior programa mundial de testes e ensaios em veículos e motores para validação da mistura com 15% (B15), coordenado pelo MME, com ampla participação do setor e da sociedade.

O impasse foi solucionado em agosto, com a publicação da Resolução ANP nº 798/2019, que trata da especificação do biodiesel comercializado no Brasil, em especial em relação ao limite mínimo para a característica "estabilidade à oxidação". A medida visou proteger ainda mais os interesses do consumidor e dos usuários do sistema de transportes no país e estruturar as bases para futuros incrementos na adição de biodiesel no óleo diesel comercializado no país.

Em seguida, a ANP publicou o Despacho 621/2019, que fixou o percentual de adição de até 15% (quinze por cento), em volume, de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final, e a partir de 1º de setembro de 2019, o percentual mínimo, em 11%.

Com relação à produção em 2019 a produção de biodiesel fechou em 5,3 bilhões de litros, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no

Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2027) é de 6,4 bilhões de litros. Em grande parte, essa diferença deveu-se à greve de caminhoneiros ocorrida em maio de 2018. Já a produção de etanol foi de 36,0 bilhões de litros em 2019, sendo que a projeção de produção indicada para esse ano no PDE 2027 foi de 32 bilhões de litros. Em ambos os casos, o abastecimento foi garantido.

Não obstante, o Governo, conjuntamente com produtores, distribuidores e revendedores, vem reforçando o diálogo transparente e o permanente acompanhamento do mercado de biocombustíveis, visando assegurar o abastecimento do mercado interno.

Todas essas entregas somente foram possíveis com a implementação de um modelo de gestão voltado para resultados, o qual permitiu fornecer ao país e ao mundo um modelo efetivo de transição para uma verdadeira bioeconomia global de baixo carbono.

PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA CADEIA PRODUTIVA DO BIODIESEL

A resolução CNPE Nº 16, de 29 de outubro de 2018 estabeleceu o cronograma de aumento gradual de 10% para 15% do volume obrigatório de biodiesel no diesel vendido no Brasil. A medida oferece previsibilidade ao setor, incentiva a geração de empregos e investimentos na área de combustíveis. Essa adição compulsória, aliada à consolidação e qualificação do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), permite prever um cenário de crescente participação e acesso dos agricultores familiares a um mercado permanente, com a estimativa de ampliação do número de famílias participantes, e do valor e volume adquiridos destas famílias e contabilizados por meio do Selo Combustível Social nos próximos anos. O Selo Combustível Social beneficia cerca de 60 mil famílias em todo o país, totalizando um volume de aquisição de matéria-prima da agricultura familiar da ordem de 3,82 milhões de toneladas em 2018, último ano apurado. As aquisições de matéria-prima produzidas pela agricultura familiar totalizaram 5 bilhões de reais neste último ano. Atualmente existem 42 usinas produtoras de biodiesel (que representam aproximadamente 99% do volume de biodiesel comercializado) com a concessão do Selo Combustível Social.

O aperfeiçoamento dos marcos legais que disciplinam o Programa é importante para viabilizar as metas de ampliar a participação dos agricultores familiares no PNPB, diversificar as matérias-primas e qualificar a assistência técnica ofertada, e continuará acontecendo nos próximos anos. Nesse sentido, em 2019 foram realizadas as seguintes alterações normativas nas regras que dispõem sobre o Selo Combustível Social:

- Publicação da Portaria MAPA nº 144 de julho de 2019, que dispõe sobre os novos critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social (SCS). Inclusão da possibilidade de habilitação de cooperativas sem DAP Jurídica que possuam agricultores familiares em seu quadro.

- Portaria MAPA nº 174 de agosto de 2019, que dispõe sobre a participação e a habilitação de cooperativas como fornecedoras de matéria-prima e prestadoras de serviço de assistência técnica e extensão rural no âmbito do programa Selo Combustível Social.

Por conta dessas alterações, em 2019, treze novas Cooperativas foram habilitadas a participar dos arranjos do SCS. Até agosto de 2019, duas cooperativas haviam sido habilitadas: Cooperativa de Alimentos da Biodiversidade do Amapá (Bio + Açaí) e Cooperativa dos Suinocultores de Lacerdópolis (COOLACER). Com a publicação da Portaria MAPA nº 174, em agosto de 2019 foram solicitadas 11 novas habilitações, 8 de cooperativas sem DAP Jurídica e três cooperativas com DAP Jurídica. Essas habilitações aumentaram em mais de 20 mil o número potencial de agricultores familiares aptos a comercializarem no Selo Combustível Social.

Para o alcance do objetivo proposto, a Coordenação também continuará trabalhando nas avaliações de concessão e manutenção do Selo Combustível Social às empresas produtoras de biodiesel, no sentido de otimizar as ações operacionais realizadas, e também continuará apoiando projetos e estudos necessários à inserção e qualificação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Diante deste cenário, alguns dos desafios do Programa para os próximos anos são: assistência técnica que atenda às necessidades de qualificação e comercialização da cadeia do biodiesel e a diversificação das matérias primas produzidas pela agricultura familiar.

POLÍTICA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS

Objetivo 0553 - Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis

O mercado brasileiro de combustíveis derivados de petróleo está solidamente fundamentado nos princípios constitucionais da livre concorrência e da livre iniciativa. Nesse contexto, conforme a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, vigora no Brasil o regime de liberdade de preços em todos os segmentos desse mercado: produção, distribuição e revenda. Isso significa que não há qualquer tipo de tabelamento nem fixação de valores máximos e mínimos, ou qualquer exigência de autorização oficial prévia para reajustes.

Os preços praticados pelo mercado são resultado direto da concorrência entre os agentes econômicos. Quanto maior o número de agentes autorizados atuando efetivamente em todas as etapas da cadeia de comercialização, mais benefícios ao consumidor final com relação a preços e disponibilidade de combustíveis. Desde o final de 2016, percebe-se maior quantidade de agentes com atuação na etapa de fornecimento primário de gasolina e óleo diesel, especificamente por meio da importação. Exemplo disso é o fato de, nesse período, a Petrobras ter operado menos de 20% das importações desses combustíveis. Essa dinâmica fez com que distribuidoras regionais ganhassem

espaço, conseguindo competir com as empresas que atuam em âmbito nacional.

Encontra-se em curso o processo de desinvestimento de ativos de refino pela Petrobras, o que deve alterar definitivamente a estrutura desse mercado no Brasil, trazendo uma dinâmica mais competitiva entre os agentes econômicos.

USO RACIONAL DE DERIVADOS DO PETRÓLEO, DO GÁS NATURAL E DE BIOCOMBUSTÍVEIS

O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular é fruto de uma parceria entre o Inmetro e o Conpet (Coordenado pelo MME e Executado pela Petrobras) para a criação de um programa de etiquetagem para veículos. O Conpet tem iniciativas em vários segmentos, com destaque para a promoção da conscientização sobre o uso eficiente de derivados do petróleo e do gás natural. O Selo Conpet para veículos leves, é o principal programa do Conpet, tendo atualmente 36 fabricantes participantes, com dados de mais de 1300 modelos e versões dos automóveis produzidos e comercializados no país (dados preliminares de 2019). Em 2018, a participação no Programa atingiu 100% dos fabricantes e modelos no Brasil.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A retomada do crescimento econômico deverá favorecer novos investimentos no setor de combustíveis, ora interrompidos ou diminuídos. Ao mesmo tempo, a pressão por menores emissões de gases de efeito estufa favorecerá a expansão da produção de biocombustíveis no País, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e financeira, compatível com o crescimento do mercado e em harmonia com os compromissos brasileiros assumidos no Acordo de Paris. Ademais, o reposicionamento da Petrobras, notadamente no mercado de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, abrirá oportunidade para a construção de um mercado mais competitivo na oferta de combustíveis e, ao mesmo tempo, exigirá maiores esforços regulatórios por parte do Governo Federal, em articulação com os governos estaduais

PROGRAMA 2024

COMÉRCIO EXTERIOR

O comércio exterior deve ser reconhecido como componente estratégico para o desenvolvimento do Brasil e para o maior dinamismo do setor produtivo doméstico. Em um cenário mundial cada vez mais desafiador, com o aumento de tensões comerciais, concorrência internacional, fragmentação da produção e interdependência de trocas comerciais, torna-se vital ao Brasil adotar uma estratégia ambiciosa e proativa de comércio exterior, em patamar de coordenação perante as demais políticas públicas.

No ano de 2019, a economia mundial seguiu mostrando sinais de desaceleração da atividade econômica, como o menor crescimento do PIB mundial – de 3,5% em 2018 para 3% – e do comércio mundial – de 3,7% para 1,2%. Tais elementos impactaram na ação da política, por isso se envidou mais esforços para alavancar os resultados, envolvendo o aprimoramento do sistema de defesa comercial brasileiro, a utilização de instrumentos de apoio creditício às exportações, o fortalecimento da base exportadora em todas as regiões do país, a promoção do acesso das exportações e investimentos brasileiros em mercados prioritários, adaptação de normas e gestão do comércio exterior de bens e serviços e a facilitação do controle aduaneiro do comércio exterior.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A atuação do Governo brasileiro visando a maior integração da economia brasileira ao comércio internacional obteve grandes resultados em 2019:

- Conclusão das negociações do Acordo Mercosul-União Europeia;
- Conclusão das negociações do Acordo Mercosul-EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio);
- Assinatura do Acordo de Facilitação de Comércio do MERCOSUL;
- Em matéria de investimentos, o Brasil assinou ACFIs com Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Equador.
- Realização de rodadas negociadoras do Mercosul com Canadá, Coreia do Sul, Singapura e Líbano;
- Com relação ao Programa Portal Único de Comércio Exterior, houveram grandes avanços no novo processo de Exportação, com a diminuição da média do tempo de liberação de carga no modal aquaviário de 13 para 6 dias;
- Implementação de nova metodologia para o Programa Nacional da Cultura Exportadora (PNCE);
- Modernização do arcabouço legislativo relacionado às avaliações de interesse público e à estruturação das metodologias de análise processual em Defesa Comercial;
- Com relação aos indicadores do Programa 2024 – Comércio Exterior, a participação brasileira na exportação mundial de bens continuou crescente. Em 2016 o resultado foi de 1,16%; em 2017 1,18%; 2018 correspondeu a 1,22% e em 2019 alcançamos 1,23%.
- Houve declínio na participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais de 2,38% de 2018 (34,74%) para 2019 (32,35%). No período de 2016 a 2019, houve aumento apenas do ano de 2016 (34,87%) para 2017 (37%).

- A participação brasileira na exportação mundial de serviços seguiu de 0,69% em 2016 para 0,68% em 2017; 0,64% em 2018 e 0,57% em 2019.
- A exportação total de serviços (acumulado em 12 meses) teve resultados de 33.300,3000 em 2016, 34.478,4000 em 2017, 34.228,8803 em 2018 e 33.960,7500 em 2019 (valores em US\$ milhão).
- A exportação total de bens (acumulado em 12 meses) de 184.452,9000 em 2016 para 217.242,7000 em 2017, 237.092,0635 em 2018 e 223.998,6691 em 2019 (valores em US\$ milhão).

SISTEMA DE DEFESA COMERCIAL BRASILEIRO

Competências referentes à análise de interesse público com vistas a avaliar o impacto das medidas de defesa comercial sobre a economia nacional passaram a compor a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM), assim como foi agregada à estrutura da SDCOM a Coordenação-Geral de Interesse Público (CGIP).

A partir do início de 2019, o foco passou a ser a modernização do arcabouço legislativo relacionado às avaliações de interesse público e à estruturação das metodologias de análise processual. Desta forma foi publicada a Portaria SECEX nº 8, de 15 de abril de 2019, que disciplina os procedimentos de avaliação de interesse público em medidas de defesa comercial. A portaria foi colocada em consulta pública em conjunto com o Guia Material e o Guia Processual de Interesse Público, integrando os esforços para garantir maior transparência, previsibilidade e segurança jurídica às partes interessadas desses procedimentos.

Deve-se destacar que, no ano de 2019, foram recebidas 54 petições de investigações de defesa comercial, número 8,5% inferior ao correspondente a 2018, e foram iniciadas 36 investigações de dumping. Foram encerradas 32 investigações de dumping e 1 investigação de subsídios com aplicação de medida definitiva, além de 8 procedimentos sem aplicação de medidas. No tocante ao apoio ao exportador brasileiro investigado no exterior, foram acompanhadas 36 investigações de defesa comercial contra exportações brasileiras.

INSTRUMENTOS DE APOIO CREDITÍCIO OFICIAL ÀS EXPORTAÇÕES

No ano de 2019, diversas ações foram executadas visando o aprimoramento dos instrumentos de apoio creditício oficial às exportações, destacando-se as seguintes:

- Atualização dos decretos da governança colegiada relacionada ao apoio oficial: Decreto nº 9.798/2019, que atualizou a composição e as normas do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG); o Decreto nº 10.040/2019, que atualizou a composição e as normas do Comitê de Avaliação e Renegociação de Créditos ao Exterior (COMACE); e o Decreto nº 10.044/2019, que atualizou as normas da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) sobre financiamento ao comércio exterior.
- Promoção de Grupos de Trabalho para discussões técnicas sobre o novo modelo do Seguro de Crédito à Exportação (SCE): Ao longo de 2019, foram

lançados grupos de trabalho sobre diversos temas relacionados ao SCE, com inúmeras reuniões, elaboração de estudos e consultas técnicas e jurídicas, com o objetivo de subsidiar a reforma do modelo de lastro do SCE. Os eventos envolveram diversas lideranças do Ministério da Economia, membros do COFIG, equipes da ABGF e do BNDES, associações representativas de interesses econômicos setoriais, e instituições financeiras públicas e privadas.

- Aperfeiçoamento da análise do Seguro de Crédito à Exportação (SCE): A Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior SE-CAMEX, por meio da Subsecretaria de Financiamento ao Comércio Exterior - SUCEX, atuou continuamente junto à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias - ABGF para melhorar os processos de análise de risco e de conformidade anticorrupção do seguro. A ABGF, que é uma empresa pública contratada pela União para prestar os serviços operacionais do seguro, foi instada a revisar e a melhorar diversos processos internos e de relacionamento com exportadores e instituições financeiras, mitigando os riscos que surgiriam para a União na hipótese de Certificados de Garantia de Cobertura sem a devida diligência técnica necessária. Note-se que, em 2019, a ABGF chegou a receber advertência formal pelo inadequado cumprimento de suas obrigações contratuais - o que demonstrou o compromisso da União com a qualidade dos serviços prestados e do respectivo gasto público.

- Aproximação de agências de crédito à exportação (ECAs) estrangeiras: A SUCEX/SE-CAMEX manteve contato e relacionamento contínuo com numerosas entidades estrangeiras que desempenham funções similares às da União e da ABGF, com o objetivo de efetuar um processo contínuo de benchmarking das melhores práticas internacionais, buscando replicá-las sempre que possível nas operações de apoio oficial à exportação do Brasil.

- Iniciativas específicas de conformidade anticorrupção e socioambiental: Ao longo de 2019, a SUCEX/SE-CAMEX aprofundou a implementação de normas e de políticas internacionais que buscam mitigar os riscos de suborno e de corrupção nas operações do apoio oficial à exportação, bem como as que buscam ampliar o rol de medidas socioambientais aplicáveis ao mesmo apoio. Em termos concretos, esse trabalho gerou maior participação da União nos fóruns especializados da OCDE, minuta de acordo de cooperação técnica com a CGU, minuta atualizada de portaria e de resolução sobre conformidade anticorrupção do Seguro de Crédito à Exportação, e proposta de campanha de comunicação social enviada ao Gabinete do Ministro da Economia.

FORTALECIMENTO DA BASE EXPORTADORA

No ano de 2019 foi iniciada a implementação de nova metodologia para o Programa Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) através do Rota Global, programa desenvolvido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Convergente com os objetivos e diretrizes do PNCE, o programa foi incorporado e teve sua metodologia adaptada para a realidade da SECEX. A nova metodologia foi testada em 2 estados pilotos, MG e RR, em 2018 e foi considerada bem-sucedida: mostrou-se efetiva para diferentes contextos regionais; houve forte engajamento das instituições parceiras participantes dos comitês; a utilização homogênea do método por diferentes instituições foi aprovada; foi possível construir uma Matriz de Serviços mais robusta; constatou-se percepção positiva por parte das empresas atendidas. Assim, em 2019, iniciou-se a implementação da nova metodologia.

Importante destacar que há previsão de atendimento para todas as regiões do Brasil, bem como empresas de todos os setores (agronegócio, bens e serviços). Além de trazer melhorias para as empresas atendidas, a metodologia auxiliará as próprias instituições ofertantes de serviços, uma vez que são retroalimentadas com os resultados alcançados pelas empresas e opiniões dos empresários. Por fim, a metodologia também permitirá a avaliação das políticas públicas voltadas para o comércio exterior, já que será possível identificar lacunas (necessidades das empresas que as instituições locais ou nacionais não conseguem atender) e sombreamentos (diversos serviços executados pelas instituições com objetivos semelhantes), o que também auxiliaria na otimização de esforços.

Adicionalmente, foi concluída a reestruturação do Aprendendo a Exportar, representada pela nova plataforma, nova template, estrutura de navegação e atualização do conteúdo mediante a utilização do Gerenciador de Conteúdo CMS Joomla. O acesso dos usuários tem crescido progressivamente e em 2019 atingiu cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) acessos mensais.

FOMENTO À PROMOÇÃO COMERCIAL DE BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS

A plataforma “Invest&Export Brasil” é um website que serve como Guia de Comércio Exterior e Investimento, reunindo acervo consolidado de informações sobre oportunidades de negócio, assim como apresenta, de modo organizado e temático, os principais produtos e serviços disponibilizados pelos órgãos brasileiros dedicados ao tema. Além disso, o Guia de Comércio Exterior e Investimento segue a tendência internacional de compartilhamento de produtos e serviços entre diversos órgãos em um único ambiente eletrônico com layout padronizado.

No ano de 2019, o site Invest & Export Brasil registrou 458.239 acessos sobre diversos temas, como: Principais Agências da ONU; Fluxograma do Processo de Importação; Exportação Passo a Passo; Aprenda a Exportar; Série Como Exportar, entre outros. O Brasil foi o país que mais acessou o site, com 78% do total. Em seguida, Estados Unidos, Portugal e Argentina representam os principais países que consultam o Portal em busca de informações sobre exportação, importação e investimentos.

ACESSO DAS EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM MERCADOS PRIORITÁRIOS

O comércio exterior é uma das linhas condutoras do processo de reformas estruturais da economia brasileira, que visam a garantir a sustentabilidade do crescimento econômico através do aumento da eficiência econômica e do crescimento da produtividade. A maior inserção da economia brasileira no comércio internacional por meio da negociação de acordos comerciais permitirá o acesso das empresas nacionais a insumos e tecnologias e aumentará a concorrência no mercado doméstico, com estímulos à inovação e à produtividade. Neste sentido, em 2019 destaca-se a negociação dos seguintes acordos comerciais: Acordo para entrada em vigor do livre comércio bilateral de automóveis e veículos comerciais leves entre Brasil e México; 43º Protocolo Adicional ao ACE 14 (Acordo Automotivo); Acordo de Facilitação de Comércio do Mercosul; Compromisso Político para Conclusão do Acordo Automotivo Brasil-Paraguai; Acordo sobre o comércio de Zonas Francas entre Brasil e

Uruguai; Acordo Mercosul e União Europeia; Acordo Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA); Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) com Emirados Árabes Unidos, Marrocos e Equador.

NORMAS E GESTÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DE BENS E SERVIÇOS

Foi dada continuidade, no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio do Diálogo Comercial Brasil-EUA, a iniciativas de cooperação voltadas à simplificação de procedimentos e diminuição de custos no âmbito do comércio bilateral. O intercâmbio de certificados fitossanitários eletrônicos, em testes, foi viabilizado por intermédio do ePhyto Hub, criado no âmbito da Convenção Internacional de Proteção das Plantas (International Plant Protection Convention - IPPC).

No âmbito do MERCOSUL, foi aprovado pelo Comitê Técnico nº 2 (Assuntos Aduaneiros e Facilitação do Comércio), plano de ação com vistas à interoperabilidade entre os guichês únicos dos sócios do bloco. Trata-se de instrumento de grande relevância para a promoção da cooperação entre aduanas e outras agências governamentais com o objetivo de acelerar a liberação de mercadorias nas fronteiras e aumentar a segurança das cadeias logísticas.

Também foi desenvolvido em 2019 a gestão de riscos para inspeção de embalagens de madeira na importação: integração entre sistemas atuais para emprego de gestão de riscos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na inspeção de cargas transportadas com emprego de embalagens de madeira. A recepção antecipada dos dados da carga permitirá ao órgão selecionar antes do ingresso no Brasil as cargas que deverão ser inspecionadas, agilizando a liberação das demais.

Em 2019, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) concluiu os trabalhos relacionados à revisão da regulamentação sobre a concessão e a gestão do regime de drawback, contido na Portaria SECEX nº 23/2011, com o objetivo de tornar o ato normativo mais transparente, acessível e simples. Foram iniciados também os trabalhos entre a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) para o desenvolvimento da nova submodalidade para o regime de drawback suspensão, chamada de drawback contínuo, em conformidade com o documento intitulado “Nova Forma de Aplicação do Regime de Drawback Integrado Suspensão”.

CONTROLE ADUANEIRO DO COMÉRCIO EXTERIOR

Criado sob a coordenação da Receita Federal e da Secretaria de Comércio Exterior, o Portal Único do Comércio Exterior materializa a implantação do Acordo de Facilitação de Comércio da OMC e conta com a participação de mais de 20 órgãos de governo na remodelagem dos processos de importação e de exportação, baseada na integração entre os diversos órgãos que atuam no comércio exterior.

O novo Processo de Exportação foi lançado em março de 2017 e expandido gradualmente até ter se consolidado em outubro de 2018. Em 2019, a média do tempo de liberação de carga no modal aquaviário caiu de 13 para 6 dias, superando a meta de 8 dias estabelecida para o projeto. Além desta métrica, todos os documentos necessários para o processamento das exportações foram substituídos por um único documento: a Declaração Única de

Exportação (DU-E). A redução atingida foi de 85% na quantidade de documentos exigidos dos exportadores e de 60% na quantidade de informações prestadas, dobrando a capacidade de processamento de cargas de exportação, garantindo uma utilização mais inteligente e eficiente da capacidade dos portos do país.

Apesar do Novo Processo de Importação ainda estar em desenvolvimento, foram entregues funcionalidades que facilitam os procedimentos ainda no atual processo de declaração de importação (DI). Por exemplo, "Despacho sobre águas OEA", consiste na possibilidade do registro da DI antes da sua descarga na unidade da RFB de despacho. Desta forma o tempo médio entre a chegada e a entrega da carga fica em 3,16 dias.

O Programa do Operador Econômico Autorizado (OEA), lançado pela Receita Federal em 2015, beneficiou os importadores e os exportadores certificados com, em média, redução de 70% na de seleção para canal de conferência documental ou física pela Receita Federal de importação e 55% na exportação. A economia estimada desses operadores entre janeiro e dezembro de 2019, com custos de armazenagem, foi de cerca de US\$ 431 milhões, o que representa uma melhoria de 24% em relação ao ano anterior.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os resultados do Programa de Comércio Exterior refletem o compromisso da gestão em prol da abertura do comércio internacional, da desburocratização, e do fortalecimento das instituições e eficiência do Estado, por meio de políticas transversais que permitem grande impacto sobre a competitividade das empresas e a consequente construção de bases para a retomada de um crescimento mais sustentável e duradouro.

O sistema de defesa comercial brasileiro continuará em aprimoramento com vistas a transparência e modernização. No âmbito dos instrumentos de apoio creditício às exportações, estes serão aperfeiçoados mediante estímulos à oferta de financiamento a exportações com custos compatíveis com o mercado internacional, ou mesmo a oferta direta de financiamentos. Quanto ao fortalecimento da base exportadora, sua consolidação buscará todas as regiões do Brasil em sua nova metodologia, com treinamentos em conjunto com os Estados da Federação e a colaboração de instituições privadas para o atendimento personalizado às empresas brasileiras que tem o interesse em se internacionalizar. Já o acesso das exportações e investimentos brasileiros em mercados prioritários será fortalecida através de negociações de acordos tarifários e não tarifários, assim como o aprofundamento da cobertura de acordos existentes e a manutenção de diálogos para melhores práticas. No mesmo sentido, no controle aduaneiro o Programa Portal Único de Comércio Exterior continuará em desenvolvimento e aprimoramento, de forma a trazer benefícios aos usuários tanto na exportação, quando na importação.

Por fim, todas essas ações contam com o apoio de uma sólida agenda de simplificação, modernização e aprimoramento das normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços, para garantir maior dinamismo e competitividade ao comércio exterior brasileiro.

PROGRAMA 2025

COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA

O Programa de Comunicações está estruturado a partir de seis objetivos basilares que visam atender aos principais desafios do setor. São eles: (i) a expansão do acesso à internet em banda larga no país e a melhora na sua velocidade; (ii) substituição da TV aberta analógica pela digital, incluindo a possibilidade de interatividade permitida pela nova tecnologia; (iii) a ampliação dos serviços de radiodifusão pública e de atendimento e entrega postal; (iv) o incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; (v) o fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações; e, (vi) a ampliação da produção e do acesso a conteúdo multimídia com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

O programa 2025 enfrentou desafios significativos no período, face à velocidade das mudanças tecnológicas e a sua adequação à demanda. São exemplos disso a melhoria do modelo de gestão da qualidade dos serviços de telecomunicações; do modelo de gestão do espectro de radiofrequências; do modelo de gestão das autorizações e licenciamentos dos serviços de telecomunicações - regulamentação do licenciamento de estações, disponibilização do espectro. Fato importante na política de comunicações, ocorrido no período, versa sobre a digitalização da TV aberta, associada ao desafio de aumentar o alcance e a pluralidade dos serviços de radiodifusão. Passo relevante foi dado em 2019 com a simplificação do processo de outorga de licenças de radiodifusão possibilitando o aumento do número de rádios e TVs educativas, rádios comunitárias, geradoras de TV comerciais e ampliação do alcance dos canais do poder executivo.

Fechando o escopo deste apanhado geral do Programa, merece destaque o aumento e a melhoria dos serviços postais. O programa visou disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes e a disponibilizar os serviços de entrega postal externa a 97,50% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em que pese o ambiente de dificuldades econômicas e fiscais pelo qual atravessou o país no período coberto pelo PPA 2016-2019, somado à reestruturação política e organizacional, no qual teve como uma das suas consequências a integração da pasta de comunicações ao atual MCTIC, os resultados mostram avanços. Os dados dos seus principais indicadores atualizados não estão disponíveis, visto que a maior parte desses dependem da realização da Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílios (TIC-PNAD), realizada pelo IBGE, cuja divulgação dos resultados deve ocorrer apenas em

meados de abril de 2020, porém, o comportamento de outras variáveis revela o desempenho do Programa como satisfatório. Evidenciam avanços substantivos na área de comunicações, especialmente na qualidade dos serviços de comunicações do país, como se verá adiante.

Na perspectiva de **expansão do acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das TICs** (Objetivo 1020), destacam-se como resultados do ciclo PPA 2016-2019: a disponibilidade de serviços de banda larga a 99% dos municípios do país; o alcance de 90% para os acessos pessoais da banda larga móvel (3G/4G); o acesso franqueado à internet a 11 mil áreas de vulnerabilidade digital (escolas, unidades de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos, dentre outros) por meio do programa *GESAC - Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão*. Até o segundo semestre de 2018, o programa GESAC, tinha disponibilizado conexão para cerca 700.000 alunos em 2.319 escolas localizadas em áreas remotas. No âmbito do GESAC, até 31 de dezembro de 2019, a soma de pontos demandados ou instalados foi de 11.853, sendo 7.850 pontos para o *Programa Educação Conectada* do Ministério da Educação; 3.650 pontos sob a responsabilidade do MCTIC; 200 pontos demandados pelo *Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM*; e 153 pontos demandados pelo Ministério da Cidadania. Segundo o Censo Escolar 2018 (INEP-2018), atualizado em 12/10/2019, foram alcançados 2.450.000 alunos por meio da conexão GESAC.

Juntem-se a isso programas como *Juventude Rural, Computadores para Inclusão (CRC)* e *Redes de Cidadania*, que levaram capacitação a mais de 3.219 participantes no mesmo exercício. Com a evolução da implantação de *Cidades Digitais*, com 318 pontos de acesso público, beneficiaram-se cerca de 575.000 cidadãos. Há que se considerar ainda cerca de 4.000 Telecentros que beneficiam cerca de 400.000 usuários. Assim, a execução da meta alcançou, em 2018, 1.740.000 pessoas.

Portanto, a meta proposta para o período do PPA foi superada em mais de 400%, totalizando 4.190.000 participantes pelos Programas de Inclusão Digital. Tal número expressivo se deu pela liberação do Edital GESAC que permitiu a contratação da Telebrás para atendimento a 15.000 pontos de presença GESAC, permitindo assim parceria com outros Órgãos Públicos para ampliação dos números de localidades atendidas.

O sucesso do aumento da disponibilização da banda larga decorreu da implantação de redes de fibra óptica, tanto para conectar municípios à Internet (as chamadas redes de transporte) como para distribuir o sinal da rede para as residências (as ditas redes de acesso). Entretanto, o que favoreceu e agilizou avanços nessa área foi o fato do Brasil passar a contar com o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) com o uso crescente na transmissão de dados com alta velocidade e qualidade na banda

Ka, cobrindo todo o território nacional e a Amazônia Azul. O SGDC é uma entrega importante do Programa feita no período 2016-2019 para a sociedade.

Com um comportamento instável do indicador no período 2016-2019, em 2019, cabe registrar o aumento singular das exportações de equipamentos de telecomunicações, após ter ficado paralisado em 2017 e apresentado queda acentuada em 2018, apontando um possível reflexo da dinâmica do avanço acelerado da infraestrutura e do acesso à banda larga em todo mundo. Esse reflexo no Brasil ganha evidências com a melhoria da velocidade média de acesso à internet em banda larga das escolas públicas urbanas, com perspectivas futuras ainda melhores nesta qualidade da velocidade com a utilização do 4G e dentre em breve do 5G.

A implementação das Cidades Digitais, iniciativa prevista para o período do PPA, que envolve a implantação de infraestrutura de conexão ótica, disponibilizando aplicativos de governo eletrônico e formação na área de TIC em municípios selecionados, sofreu alterações na sua concepção inicial e passou a compor o *Programa Brasileiro de Cidades Inteligentes e Sustentáveis, em conformidade com o Decreto 9.612/2018* que dispõe sobre a política pública de telecomunicações. A evolução do programa associou-se à instalação da *Câmara de Cidades 4.0*, no âmbito do *Plano Nacional de IoT*, em cooperação com o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR. Ainda no atual ciclo do PPA, as metas foram reprogramadas para 100 cidades, instaladas devido a redução do limite de empenho em 2019. Neste novo contexto, executou-se 94% da meta reprogramada.

No período de 2016 até setembro de 2019, antes mesmo do encerramento do ciclo do PPA, a velocidade média da banda larga fixa no país alcançou 45 Mbps, saindo do patamar de 13,8 Mbps. Revela um extraordinário avanço, ainda mais se considerarmos que a linha de partida em 2015 era de 11Mbps. Se considerarmos o valor previsto da meta ao final do PPA, 25Mbps, esta foi superada em 80%. O resultado é fruto do aperfeiçoamento de estratégias e ações no período, desenvolvidas pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, todas voltadas para o estímulo à entrada de pequenos prestadores no mercado: Comitê de Prestadores de Pequeno Porte e alteração do *Plano Geral de Metas de Competição* - PGMC; mapeamento das lacunas de rede pelo *Plano Estrutural de Redes de Telecomunicações* – PERT; e a consolidação das ofertas de atacado de elementos de rede.

O número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa chegou a 164,7 milhões, em 2017, indicando um crescimento extraordinário. Ao final de 2016, apenas 64,7 % da população possuía acesso à internet e só 70% de domicílios possuíam internet banda larga. Não obstante não termos os dados mais recentes para todos os indicadores, de forma geral, os resultados são satisfatórios e significativos ao longo do ciclo deste PPA, não deixando que o país ficasse defasado em termos de infraestrutura de TICs em relação ao

resto do mundo. Considerando a continentalidade do Brasil, isto é um feito. Contudo, evidencia que todo um esforço será exigido para que estes benefícios alcancem, com qualidade, as regiões mais afastadas

De modo geral, o acesso à Internet vem sendo expandido para toda população, ano a ano, conforme observado nos dados apresentados. O mesmo se verifica no avanço do número de municípios que receberam a rede de 4ª Geração de celular entre 2018 e 2019; e no aumento dos municípios atendidos com a rede de transporte em fibra ótica, que permite a prestação do serviço de conexão de dados em alta velocidade.

Outros resultados que deixam boas perspectivas para o próximo ciclo remetem à: atualização do marco jurídico legal das Telecomunicações; ao Programa MCTIC *Conecta Brasil* associado à *Estratégia Brasileira para Transformação Digital* (E-Digital); à *Estratégia Brasileira para redes de 5ª geração (5G)*; ao Leilão de espectro de 5G e convivência com o sistema TVRO; aos Programas Norte e Nordeste Conectados - *Projeto Amazônia Integrada e Sustentável* e *Nordeste Conectado*.

A implantação da TV digital com inclusão social, relacionado ao Objetivo “Viabilizar a implantação da TV Digital com inclusão social” contou com ações de: fomento à capacitação de profissionais técnicos para implantação da TV Digital; distribuição de kit de conversor digital e antena para os beneficiários do Programa Bolsa Família; incentivo à rede varejista de equipamentos de TV Digital; realização de campanha de divulgação do processo de desligamento analógico e implantação da TV Digital; atendimento ao público por intermédio de *call center*; digitalização das estações analógicas de TV e RTV existentes; e, fomento à digitalização dos pequenos radiodifusores. Um conjunto de iniciativas que trouxe ao cenário e à vida dos brasileiros avanços substanciais.

No caso da implantação da TV Digital, trata-se de processo longo e ainda em curso. O ciclo PPA 2016-2019 representou a conclusão de apenas mais uma das etapas. Esta ação continuará no próximo ciclo. Em 2019, 2.595 municípios se encontravam com emissoras de TV digital implantadas, em 2016 eram 1.890 municípios com TV digital. O alcance da meta, nesse caso, foi de 80%, considerando que a intensão ao final do período era o de atingir 3244 municípios. Número que reflete as previsões do cronograma para transição da transmissão analógica dos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão para o Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T (Portaria MCTIC nº 2.992/2017, alterada pelas Portarias MCTIC nº 7.432/2018, nº 3.291/2018, e nº 5.938/2018). Até setembro de 2019, todos os municípios brasileiros foram liberados para a implantação das redes de telefonia móvel de quarta geração na "Faixa de 700 MHz". Cabe esclarecer, por fim, que o município é contabilizado na meta quando pelo menos uma estação de retransmissão de televisão ou de geradora, em tecnologia analógica, tenha sido digitalizada.

Até 31 de dezembro de 2019, 12,4 milhões de conversores digitais e antenas foram entregues aos beneficiários do Programa Bolsa Família do Governo Federal e às famílias integrantes do Cadastro Único (Decreto nº 6.135/2007), residentes nas localidades nas quais o desligamento estava previsto em cronograma normativo, sendo que este número já estava praticamente concluído em 2018. Como a meta foi limitada, inicialmente aos beneficiários do Programa Bolsa Família, pode-se dizer que se atingiu 39,42% da meta prevista com 5.414.469 de conversores entregues até o final de 2018. Todavia, houve no período, alteração no tipo de beneficiário, ampliando esse benefício a todas as famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), residentes nas localidades em que o sinal analógico de televisão desligaria até 31 de dezembro de 2018. Nesse novo contexto, o número de famílias elegíveis a receber o kit, passou a ser de 14.408.896 famílias, tendo sido atendidas 82,7% das famílias elegíveis com o total de 12,4 milhões de entregas concluídas no ciclo PPA 2016-2019.

A ampliação dos serviços de comunicação e expansão dos serviços de radiodifusão com ênfase no Sistema Público (Objetivo 1022), por meio do rádio ou da televisão, previstos nos *Planos Nacionais de Outorga* (PNO) para o serviço de radiodifusão educativa e radiodifusão comunitária ficou parcialmente prejudicada. Além da suspensão de editais previstos nestes planos, em 2016 e 2017, a Lei nº 13.424/2017 dispôs sobre o processo de renovação do prazo das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão e dos pedidos intempestivos de renovação de autorização de serviços de radiodifusão comunitária, acarretando o retorno de centenas de processos para análise. Diante de tal quadro, os esforços foram empreendidos na redução desse *backlog*. Ademais, as duas migrações, AM para FM e da TV analógica para a TV digital, mereceram atenção especial com reanálise do espectro de frequências e da canalização na faixa de frequência modulada, pois eram dependentes da limpeza da faixa de frequência para serem efetivadas.

Com avanços na normalização dos trâmites, em 2018 foi aprovado o PNO 2018/2019 para o serviço de radiodifusão comunitária, contemplando 697 localidades, com oportunidades de novas outorgas, sendo que, deste total, 340 municípios ainda não possuíam nenhuma entidade autorizada. Do referido PNO já foram publicados 7 editais, sendo o último em setembro de 2019. Ao final dos processos seletivos, pelo menos 75% dos municípios do país tinham pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária autorizada. A quantidade de municípios brasileiros com pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária autorizada, não teve um aumento percentual considerável, no período, uma vez que o exame das demandas identificadas pelos Editais continuou em processamento, sem uma conclusão definitiva, prejudicando o alcance desse objetivo. Considerando esta ineficiência no período buscou-se a análise de ferramentas que pudessem colaborar para a solução dos problemas. Para auxiliar nos trabalhos de análise duas

ferramentas inovadoras foram disponibilizadas, o Sistema de Controle de Informações – SISRD, e o MOSAICO, além da realização de revisão da metodologia da Radiodifusão Comunitária para o estabelecimento de novas regras de análise. Tal mudanças trarão reflexos para os próximos anos em atendimento às demandas dos municípios.

A meta de ampliar a rede com 140 novas rádios e televisões educativas prevista para o período teve um desempenho apenas relativo. Durante todo o ciclo 2016-2019, foi possível realizar 58,5% da meta global, com 82 rádios e televisões educativas novas.

Em 2019, o percentual de municípios brasileiros que possuíam Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa, manteve-se em 70%, aquém dos 90% dos municípios que estavam nessa condição e eram alvos do PPA 2016-2019. Esse percentual de municípios com estação de Radiodifusão Educativa não se alterou, permaneceu praticamente o mesmo de 2016. Do total de 5 editais previstos no PNO 2015/2016, 4 editais foram devidamente publicados, abrindo oportunidade para que 289 localidades pudessem ter novas estações de emissoras educativas. O alcance da meta global estabelecida, de 90%, ficou prejudicada com as dificuldades administrativas para a finalização dos procedimentos seletivos, o que ainda não ocorreu.

No caso da ampliação do número de geradoras de televisão comerciais, não houve novos contratos firmados no ano de 2019 em função da necessidade de se implementar novo processo licitatório que depende da finalização da metodologia de cálculo dos preços mínimos das outorgas, permanecendo, portanto, a realização de apenas 8 novas outorgas no período de 2016 a 2019.

Ainda no setor da radiodifusão e com vista à desburocratização e tornar mais célere as análises, ou seja, dar vazão à demanda represada e à demanda atual, o Ministério está investindo na melhoria dos processos de informatização destacando-se: o Sistema Integrado de Gestão e Controle do Espectro – MOSAICO, com módulos de auto cadastramento, aprovação de local de instalação – APL e canal virtual com análise em tempo real; e, o Sistema de Radiodifusão – SISRD, com fase de pré-outorga para manifestação de interesse e WebService integrado à Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ANATEL – SIGEC; Caixa Econômica federal – CEF e Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Tivemos avanços e aperfeiçoamentos legais que se somam a estes esforços como a publicação da Portaria Nº 5.589/2019, a qual prevê a liberação da instalação de estúdios em qualquer parte do território nacional e a inclusão de regras para estúdios que utilizam Serviços Auxiliares de Radiodifusão e Correlatos (SARC), na modalidade Ligação para Transmissão de Programas. Tem-se a Portaria nº 3.306/2019 que trata de normas complementares para a utilização do canal virtual pelas entidades executantes dos serviços de

radiodifusão de sons e imagens e retransmissão de televisão explorados diretamente pela União, vindo a facilitar ao cidadão a sintonização das emissoras públicas com maior frequência. Não menos importante foram as publicações da Portaria nº 4.598, 9/9/2019 que dispõe sobre as estações de radiodifusão e do decreto nº 9.942/2019 que aprova o regulamento do serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, medida encilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na Região. As iniciativas na área de radiodifusão demonstram intenso trabalho em termos de aprimoramento de processos e gestão, todas realizadas no período, de maneira que os resultados poderão ser atestados nos próximos anos.

Na área dos correios e serviços postais, a meta de Universalização do Atendimento (UAPB) ficou retratada na oferta de atendimento postal e fechou com resultado de 99,23%. Ou seja, foram ofertadas 10.459 posições de atendimento das 10.540 estabelecidas para o ano. Este resultado representa a oferta de atendimento postal a 99,75% dos municípios brasileiros, ou seja, ao final de 2019, os Correios estavam presentes em 5.556 municípios. Neste setor, cabe destacar o resultado de 91,25% dos 9.130 dos distritos brasileiros com mais de 500 habitantes atendidos pela distribuição postal. O percentual atingido representa a realização da distribuição postal em 8.964 distritos, havendo um decréscimo de apenas 8 distritos em relação ao ano de 2018. No que tange a entrega de objetos dentro do prazo, o resultado alcançado foi de 100,45% em relação à meta de 93% estipulada pela Portaria 4.474/2018. Entretanto, se consideramos o estabelecido pela Portaria Ministerial em 2019 foi de 93,42%. Em ambos os casos, os resultados são significativos no que respeita à melhoria dos serviços prestados pelos Correios.

Para **incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos** (Objetivo 1023), a política para desenvolvimento de aplicativos (*Inovapps*) passou a ser executada conjuntamente à política de startups do *Programa Startup Brasil*, o qual tem apresentado resultados robustos. Com relação aos incentivos fiscais para a produção de aplicativos nacionais por meio do *Programa de Inclusão Digital*, ressalta-se que esses incentivos foram revogados com a alteração da legislação fiscal. Em termos de fomento à produção de aplicativos de utilidade pública, ocorreram atrasos na realização de concursos, suspensos por ações judiciais e apenas 68 aplicativos, do total de 100 inscritos, foram entregues em 2016. Em 2017, foi possível completar a avaliação, e o resultado final é que 98 dos 100 inscritos receberam a aprovação final, concluindo 25% da meta global no período 2016-2019.

No caso da meta relacionada ao fomento da produção de 500 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de *smartphones*, a política foi prejudicada especialmente por causa da revogação do Programa de Inclusão Digital pela Lei nº 13.241/2015. A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) impetrou mandado de segurança contra essa Lei, que instituiu o fim da isenção de PIS/Cofins, para assegurar que o benefício fiscal

regulamentado pelo Decreto 5.602/2005 fosse mantido. O processo judicial sobre o Programa de Inclusão Digital (Lei nº 11.196/2005, art. 28) transitou em julgado no STJ, em 2017, e a política passou a vigorar até 31/12/2018 para as empresas associadas à Abinee. Apesar do embate jurídico, o desempenho de 2016, mostrou que em um único ano foi possível realizar 94% da meta prevista para o período de 4 anos. Apenas em 2016, foram produzidos 472 aplicativos.

No contexto do Objetivo 1135, a **promoção da inovação, desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria nacional de telecomunicações**, entre 2016 e 2019, observou-se um decréscimo na produção industrial em alguns segmentos do setor de TIC, atingindo particularmente o segmento de bens de telecomunicações incentivados no âmbito da Lei de Informática. Como resultado, o indicador em 2019 sofreu decréscimo de 7,28%, em relação à base de produtos alcançada em 2018. No caso das patentes com apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), 20 registros foram apurados em 2017 (17 da Fundação CPqD e empresas do seu ecossistema, 2 da Finatel e 1 da FAURGS) e 11 depósitos foram apurados em 2018 (6 da Fundação CPqD e empresas do seu ecossistema, 2 Unitec, 1 Univali e Intelbrás, 1 FAURGS e Digistar e 1 Finatel), totalizando 31 pedidos com apoio do Funtell (39% da meta global). A meta de alcançar 70% de modelos de smartphones com 4G desonerados não foi realizada no PPA 2016- 2019. No caso das conexões do tipo máquina a máquina, em outubro de 2019, a base de dados da Anatel registrou 22.904.720 conexões do tipo máquina a máquina (9.064.829 especiais e 13.839.891 padrões), superando a meta do PPA.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A natureza, a radicalidade e, sobretudo a velocidade das mudanças, que não cessam de surpreender, tem como substrato a transformação digital de tudo que implica a sociedade. Isso impôs ao MCTIC o compromisso de desenvolvimento de um conjunto coerente de iniciativas voltadas à construção de um Brasil com amplo acesso às comunicações incluindo até as comunidades mais remotas. O acesso à informação e ao conhecimento tem cunho estratégico para quaisquer pessoas ou instituições, configurando uma demanda latente na sociedade atual. Responsável pelo suporte à convergência das mídias digitais e pela infraestrutura de redes para o transporte da informação, o setor de telecomunicações responde por cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Ele consolida e amplia a cada dia o seu grau de importância para o desenvolvimento do Brasil.

Cabe destaque o esforço para dotar de infraestrutura de comunicação e internet todo o território nacional. Nesse âmbito, a qualidade de vida dos brasileiros é missão do MCTIC quando mira o vasto movimento de inovações e uso amplo das tecnologias digitais no campo social. Neste mundo novo das comunicações, tem-se o *Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)*,

associado ao *Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC)* e o programa *Educação Conectada* que apresentaram resultados surpreendentes e mantêm expectativa de chegar a 15.000 pontos de atendimento nos próximos anos, oferecendo gratuitamente conexão à internet em banda larga, por via terrestre e satélite, promovendo a inclusão digital em áreas de baixa densidade demográfica, como a rural. Ao mesmo tempo, os Projetos Norte e Nordeste Conectados reforçam este movimento com a expectativa de massificar o acesso de populações desassistidas aos serviços de internet de alto desempenho nessas regiões. A previsão do leilão de radiofrequências para a tecnologia 5G permitirá novos investimentos em infraestrutura de banda larga e desenvolvimento tecnológico. Todas essas iniciativas sustentam a continuidade da promoção da inovação, desenvolvimento tecnológico e competitividade da indústria nacional de telecomunicações no próximo ciclo do PPA, 2020-2023.

No horizonte estratégico do MCTIC, a modernização das tarefas afetas ao processo de outorga e renovação de emissoras de rádio e televisão devem zerar os processos que tramitam atualmente. Além disso, está previsto para 2020 a proposição, revisão e edição de novos dispositivos legais e infralegais que adequem o setor de telecomunicações aos novos desafios tecnológicos e a demandas da sociedade, criando um ambiente favorável a ampliação dos investimentos, em especial no que se refere ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel).

O que se verifica ao final deste ciclo do PPA, dadas as metas e resultados alcançados, indicam que o MCTIC e o governo federal atuam e apontam para o caminho correto, com a expectativa de que as próximas atualizações dos indicadores comprovarão tal tese. Os resultados demonstram o enorme o esforço realizado para que o país não fique defasado em termos de infraestrutura de TICs em relação ao resto do mundo. Considerando a continentalidade do Brasil, isto é um feito, entretanto evidencia que todo um esforço ainda será exigido para que o alcance destes benefícios com qualidade atinja as regiões mais remotas.

PROGRAMA 2027

CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO

A cultura tem um papel fundamental no processo de retomada do crescimento econômico e no desenvolvimento do País. Esse quadro está sustentado nas dimensões da cultura e seus desdobramentos na sociedade. Nesse sentido, no período de 2016 a 2019, o Programa 2027 centrou-se na compreensão das dimensões: simbólica, cidadã e econômica.

Tendo por base tais pressupostos e considerando a reestruturação do então Ministério da Cultura em Secretaria Especial da Cultura efetivada por meio da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, as ações realizadas no âmbito do Programa 2027 buscaram promover e reconhecer o agente criador, o produtor, o artista e conseqüentemente a cultura local de base. O Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Especial implementou também ações transversais voltadas para a formação do cidadão e para o bem-estar da população a partir do acesso à bens e serviços culturais.

No campo econômico, cabe destacar os expressivos números alcançados por meio da Lei de Incentivo à Cultura que reverberaram sobre projetos que movimentam a economia criativa da região onde estão inseridos. É oportuno destacar também os editais lançados que apoiaram segmentos específicos da produção cultural e incrementaram a economia criativa brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O quadro apresentado demonstra o avanço da política cultural em face das metas estabelecidas no Plano Plurianual. Em que pese o contexto de restrição de recursos vivenciado pelo Governo Federal ao longo do período do PPA, em especial no exercício de 2019.

As ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura demonstram a crescente e importante conscientização de estados e municípios quanto à importância da institucionalização de sistemas e planos de cultura.

As ações de preservação e promoção da diversidade, da memória e do patrimônio permitiram o reconhecimento de importantes manifestações culturais, bem como promoveu o incentivo a ações de incentivo à memória e ao patrimônio.

No setor do audiovisual é importante constatar o investimento em construção de salas de cinema em municípios que ainda não possuem o equipamento, bem como o investimento em editais.

A economia criativa foi fomentada especialmente pelo estímulo à produção e difusão cultural e também às ações de qualificação e ampliação de equipamentos culturais, permitindo assim maior acesso da população a serviços culturais.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

No tocante ao Objetivo 0779, é importante destacar que 100% dos estados e o Distrito Federal aderiram ao Sistema Nacional de Cultura e 41% destes aderiram e institucionalizaram seus sistemas estaduais de cultura.

No âmbito dos municípios brasileiros, verifica-se que 48% dos municípios brasileiros aderiram ao Sistema Nacional de Cultura e desses, 20% criaram as leis do sistema de cultura; 9% criaram seus planos de cultura; 15% possuem conselhos de cultura e 15% possuem fundos de cultura. Com base nos dados apresentados, percebe-se que 5% dos municípios aderiram e institucionalizaram seus sistemas de cultura.

Além das ações relacionadas à adesão ao Sistema Nacional de Cultura, a Secretaria Especial da Cultura promoveu a recomposição e atualização do Conselho Nacional de Política Cultural efetivada por meio do Decreto nº 9.891, de 27 de junho de 2019.

PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE, DA MEMÓRIA E DO PATRIMÔNIO

O Ministério da Cidadania, com o objetivo de promover a preservação da memória e do patrimônio, lançou o Edital de Culturas Populares no valor de R\$ 5 milhões destinados à premiação de 250 iniciativas culturais em todo o país.

Já a Fundação Nacional de Artes – Funarte, desenvolve atividades de tratamento e conservação de toda documentação produzida nas áreas em que atua, para a preservação da memória cultural do país. Em 2019 através de seu Programa de Edições, a Funarte foi responsável pela publicação de 10 obras, sendo duas delas inéditas e cinco obras reimpressas. Três publicações online excluíram custos de impressão e eliminaram as etapas da gráfica.

Houve a realização de projetos para a concessão de bolsas de estudos em que tiveram cerca de 339 inscritos para a concessão de 23 bolsas de estudo. O projeto Bolsa Funarte de Residências Artísticas nas Estações Cidadania-Cultura 2019 concedeu 18 bolsas para a realização de residências artísticas nesses espaços. Foram selecionados e premiados projetos que contemplaram diversas linguagens artísticas (Dança, Teatro, Circo, Música, Artes Visuais). O projeto Bolsa Funarte de Estímulo à Pesquisa de Conservação Fotográfica Solange Zúñiga selecionou 05 bolsistas para o desenvolvimento de propostas inéditas na área da conservação de acervos fotográficos.

Os projetos Programa Funarte de Capacitação em Conservação Fotográfica, Programa Funarte de Capacitação Artística e Técnica em Artes Cênicas e Painel Funarte de Bandas de Música foram responsáveis pela capacitação de 2.579 profissionais na área de música, teatro e conservação fotográfica através de 99 oficinas. Projetos de capacitação são valorizados pela instituição uma vez que vários profissionais capacitados são agentes multiplicadores de conhecimento adquirido.

A preservação e a promoção do Patrimônio Cultural Brasileiro avançaram muito nos anos do PPA 2016-2019. Houve um aumento do número de bens tombados, registrados e reconhecidos internacionalmente. Embora enfrentando algumas adversidades, de 2016 a 2019, 47 bens culturais de natureza imaterial foram registrados nos termos do Decreto nº 3.551/2000.

Além disso, o Iphan realizou inúmeras atividades que reafirmaram a importância do Patrimônio Cultural do Brasil na agenda nacional, com a realização de obras de restauro e requalificação em imóveis e áreas urbanas

que totalizam mais de R\$ 350 milhões somente neste período. Houve ainda a realização de debates em nível local, nacional e internacional e a publicação de títulos de conteúdo inovador, o que enriquece e atualiza o debate sobre o tema.

O Iphan também aprimorou a regulamentação de processos e rotinas internas que dialogam diretamente com o cidadão, bem como ampliou o olhar sobre as referências culturais e sua contribuição para a formação da identidade brasileira, sempre com o objetivo de aliar a preservação patrimonial ao desenvolvimento econômico e social do povo brasileiro.

FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES AUDIOVISUAIS

Ao longo do período 2016-2019, destaca-se, por exemplo, a superação, em 18 pontos percentuais, da meta referente à produção audiovisual regional, com o total de 236 obras apoiadas, entre longas, curtas, séries, jogos eletrônicos e narrativas transmídias, com a aplicação de critérios indutores de regionalização e de ações afirmativas de gênero, raça e etnia, dando-se prioridade a obras produzidas por negros, mulheres e indígenas, bem como àquelas produzidas no chamado CONNE (englobando as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Por meio dessas realizações, ampliam-se as oportunidades para a revelação de novos talentos e estimula-se a diversidade de vozes na produção audiovisual brasileira.

Outro destaque diz respeito à ampliação dos Núcleos de Produção Digital (NPDs), totalizando-se, ao fim do período, 26 núcleos espalhados por 22 Unidades da Federação. Espaços vocacionados para o apoio à produção audiovisual independente, os NPDs potencializam a formação e o aprimoramento de técnicos e realizadores do segmento.

A indústria cinematográfica nacional vem superando, desde o início do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, a meta traçada para o fim do período, de 130 filmes brasileiros de longa-metragem em salas de cinema a cada ano. Em 2019 foram lançados 171 longas-metragens (dados preliminares) e, embora o número seja inferior ao alcançado em 2018 interrompendo a sequência de aumentos dos anos recentes, a produção continua acima da meta estipulada.

O cinema nacional também se beneficiou do apoio concedido para a circulação de obras brasileiras no exterior. No ano de 2019, o Programa de Apoio à Participação Brasileira em Festivais, Laboratórios e Workshops Internacionais apoiou 97 obras ou projetos de obras que foram selecionados pelos eventos internacionais contemplados pelo Programa. Ressalta-se ainda, que 08 cópias de filmes foram confeccionadas e foram realizados 07 fretes para os eventos internacionais. Somando o desempenho de 2019 ao total acumulado durante todo o horizonte do PPA, chega-se ao total de 496 participações apoiadas.

Também importante para o setor, o número de salas de cinema no país manteve sua tendência de crescimento acima da população, diminuindo o índice de habitantes por sala, considerando-se a população prevista pelo IBGE para o ano de 2019. O índice de habitantes por sala de cinemas diminuiu consistentemente desde 2016, saindo de 65.071 para 60.439. A região Sudeste que concentra mais de 40% da população do país, apresenta o menor índice de habitantes por sala (48.3%), seguida pelas regiões Sul (54.304) e Centro-

Oeste (56.893). Já a região Norte possui cerca 80.135 habitantes por sala, enquanto a região Nordeste, que responde por 27% da população, possui o maior índice, com 97.893 habitantes por sala. Deve-se levar em conta, nesse período, dois fatores que enunciaram para que essa queda não fosse maior: a) o processo de digitalização do parque exibidor, que causou o fechamento de algumas salas comerciais de cinema principalmente a partir de 2017, e b) as dificuldades econômicas enfrentadas pelo país no período, que servem de fator para inibição de investimentos. Assim, não obstante o não alcance dos resultados almejados, percebe-se que o indicador está em trajetória de convergência em relação à meta, mesmo que em um ritmo menor que o previsto.

Já no segmento de TV por assinatura, o indicador manteve o patamar estável dos últimos quatro anos, sem apresentar sinais de convergência para a meta estabelecida. No entanto, considera-se de suma importância observar que tais patamares estão acima das obrigações legais previstas pela Lei nº 12.485/11. Segundo a legislação, os canais de espaço qualificado de conteúdo geral e de conteúdo infantil são obrigados a destinar cerca de 4% e 3,6% de sua programação semanal em horário nobre para transmissão de obras brasileiras independentes. Desde os 2016, no entanto, o percentual destinado por esses canais ao conteúdo brasileiro independente no horário nobre vem sendo significativamente superior ao exigido, girando na casa dos 10%.

ESTÍMULO DA PRODUÇÃO E DA DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

A Secretaria Especial da Cultura e as entidades vinculadas buscaram apoiar atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional, por meio de editais voltados para a circulação de feiras literárias e o apoio à eventos temáticos. Nesse escopo estão inseridas ações realizadas pela Fundação Cultural Palmares como o apoio à 47ª Feira do Livro de Pelotas, a Feira do Livro de Brasília, bem como o Seminário 35 anos de Luta e Resistência da População Negra. A Secretaria da Diversidade Cultural também promoveu atividades de difusão cultural que permitiram a circulação de apresentações gratuitas de música, teatro, dança e cultura popular em diferentes regiões do país.

A Fundação Nacional de Artes – Funarte realizou 19 projetos que tiveram por objetivo promover atividades voltadas para o processo de criação, produção e circulação da produção e do produto cultural brasileiro nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais, artes integradas e cultura brasileira, proporcionando a fruição e o acesso da população aos bens culturais. Foram realizados projetos de capacitação através de oficinas, em diversas cidades do país, visando à qualificação e reciclagem de profissionais de diversas áreas artísticas possibilitando um intercâmbio de informações preciosas e transformando cada participante em agente multiplicador de conhecimento. Também foram realizados projetos de pesquisas e de edições de obras que contribuem para ampliar o conhecimento sobre artes no país.

AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO ACESSO A BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

Elemento importante no exercício da cidadania dos brasileiros é o acesso da população aos bens e serviços culturais do país. Para alcançar esse objetivo, a Fundação Nacional de Artes - Funarte atua na manutenção física de espaços e no seu funcionamento, ofertando ingresso mais acessível à população, o que se traduz, a médio prazo, em formação de plateias.

A Funarte mantém diversos equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, a Escola Nacional de Circo e espaços para projetos de residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Dado o momento de restrição de recursos vivenciado pelo Governo Federal, não foi possível elaborar programação de abertura de todos os espaços da FUNARTE, contudo, foi possível alcançar a marca de 180.869 pessoas compondo o público que transitou pelos espaços.

O Programa Estação Cidadania Cultura, anteriormente denominado Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) contribui para a melhoria da qualidade de vida da população e para o acesso aos bens e serviços culturais ao viabilizar a construção/instalação/modernização de equipamentos culturais que agregam, em um mesmo espaço físico, programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. A iniciativa prioriza comunidades de alta vulnerabilidade social e com déficit de equipamentos culturais e esportivos.

Ao longo do ano de 2019, houve a entrega e/ou inauguração de 37 Estações Cidadania – Cultura nas 5 regiões do país. Ademais, das 329 operações atualmente abarcadas pelo programa Estação Cidadania – Cultura, até 31 de dezembro de 2019, 226 foram entregues e/ou inauguradas.

PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA E DA FORMAÇÃO ARTÍSTICA

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), desde 2016, conta com o “Mestrado Profissional em Memória e Acervos”, que no processo seletivo de 2019 contou com 72 candidatos, indicando o reconhecimento da instituição como lugar de produção e difusão de conhecimento sobre acervos e sobre a análise crítica dos mesmos. Em paralelo a essas atividades existem programas de bolsas de pesquisadores, que reúnem iniciantes no ofício da pesquisa (como no Programa de Iniciação Científica) e doutores experientes que encontram na FCRB a possibilidade de desenvolvimento de um trabalho científico relevante. Os resultados parciais ou finais desses processos de pesquisas são apresentados em eventos realizados na FCRB ou em outras instituições, inclusive no exterior, ou publicados em periódicos científicos, anais e livros.

Ademais, a Fundação Nacional de Artes – Funarte mantém em funcionamento, no Rio de Janeiro, há mais de 30 anos, a Escola Nacional de Circo, única escola pública voltada para o ensino das artes circenses no Brasil, que é referência nacional e internacional, fornecendo anualmente cerca de 60 bolsas de estudo para jovens de todas as regiões do país e exterior. O projeto “Bolsa para Formação no Curso Técnico em Artes Circenses” é o único curso profissionalizante de circo no Brasil com reconhecimento pelo Ministério da

Educação. Em 2019 a Funarte contou com 108 bolsistas e teve um público de 9.003 pessoas em seus espetáculos.

É oportuno destacar também a celebração de Termos de Execução Descentralizada com instituições federais de ensino para execução dos Planos de Cultura, no âmbito do Programa Mais Cultura. Os respectivos Planos de Cultura consistiram em uma série de ações que buscavam contribuir para que as Universidades e Institutos Federais cumprissem sua função social no campo da arte e da cultura, investindo em relações de aprendizagem, pesquisa e extensão. Todos os Planos de Trabalho já foram executados. O volume de recursos investidos nessas parcerias totalizou R\$ 7.675.096,00 descentralizados entre 2016 e 2019.

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA E INSERÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

A economia criativa continua se mostrando uma ferramenta extremamente importante na geração de riqueza e renda, mesmo tendo como pano de fundo anos de crise econômica. Existem profissões criativas que foram muito procuradas. Todas elas, de uma forma ou de outra, se relacionam ao contexto mundial de transformação digital e valorização da experiência do consumidor. E, juntas, são responsáveis pela geração de 25,5 mil postos de trabalho, com remuneração superior à média mensal do trabalhador brasileiro (dados da FIRJAN).

Nesse sentido, faz-se necessário que o poder público desenvolva ferramentas que possibilitem a tomada de decisão mais assertiva na formulação de políticas públicas. Baseado nesta necessidade, a Secretaria da Economia Criativa – SEC realizou o mapeamento de dez cadeias produtivas da economia criativa, com fornecimento de macrodados de cada setor, e ampliará este mapeamento nos próximos anos, com atualização dos dados relativos ao assunto.

Além disso, apoiou mais de 150 projetos em diversas atividades culturais e criativas, além de 15 candidaturas para a Rede de Cidades Criativas da Unesco. Complementarmente, a SEC vem construindo junto a Instituições financeiras linha de crédito diferenciada para atender as ações criativas pelo país. Por fim, estabelecemos junto aos municípios brasileiros a criação e implementação de agendas criativas, objetivando difundir a capacidade transformadora da economia criativa, bem como alavancar o desenvolvimento econômico regional.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando os resultados alcançados e a perspectiva para o próximo ciclo, é importante destacar que a Secretaria Especial da Cultura tem construído suas ações visando o maior alcance das políticas públicas, por meio da remodelagem da gestão e por meio da construção de ações transversais com Ministérios e Pastas que possuam temas convergentes com as ações de cultura.

PROGRAMA 2028

DEFESA AGROPECUÁRIA

A Defesa Agropecuária exerce papel fundamental para a economia do país e a saúde da população brasileira, considerando a expressão e crescente importância do agronegócio brasileiro no âmbito nacional e internacional.

Ciente disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) tem buscado se ajustar ao incremento da demanda de serviços sanitários proveniente da expansão agropecuária, do comércio exterior e da sociedade na busca por produtos de maior qualidade e segurança, como também dos novos conceitos de gestão e de governança pública.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os avanços obtidos, assim como, as dificuldades institucionais, operacionais e orçamentárias, se refletiram no desempenho dos seis indicadores do programa. No quadriênio, quatro indicadores tiveram índices melhores que os de referência, declarados em 2015; um se manteve praticamente constante; e outro teve desempenho inferior ao ponto de partida, em razão de critérios mais exigentes implementadas pelo Mapa.

Os índices de conformidade de produtos de origem animal e vegetal que eram de 85,3% e 85%, em 2015, ao final do plano atingiram respectivamente 85,8% e 91,2%; o indicadores de Conformidade de Insumos Agropecuários passou de 92% em 2015 para 78,6% em 2019 refletindo a introdução de critérios exigentes e focalizados nos estabelecimentos com maior risco de inconformidades;

Evoluíram satisfatoriamente os índices de não conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e em produtos de origem vegetal, que, em 2015, eram respectivamente 46,7 violações a cada 10.000 amostras e 9,8%. Estes índices em 2019 atingiram 36,2 violações e 6,7%. Por sua vez, o índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários se manteve praticamente estável em 95%, ante o índice de referência de 95,4% em 2015.

Ainda dentre os resultados relevantes alcançados, pode-se destacar a retirada de vacinação da Febre Aftosa no Paraná, o lançamento do Plano Estratégico Brasil Livre da Peste Suína Clássica, a estruturação do Programa Nacional de Prevenção às Pragas Quarentenárias Ausentes (PNPV–PQA), a implantação de 43 centrais de certificação de produtos de origem animal, a implantação de registros automáticos de bebidas e fertilizantes, bem como a implantação de 11 novos métodos de detecção para sete doenças de animais aquáticos na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários.

No segundo semestre de 2019, foi antecipada a retirada da vacinação obrigatória contra febre aftosa no Estado do Paraná. Com isso, o Mapa poderá solicitar, para aquela UF, o status de livre de febre aftosa sem vacinação junto à Organização Mundial da Saúde Animal (OIE). Atualmente, a única UF livre de febre aftosa sem vacinação é Santa Catarina.

O Plano Brasil Livre de Peste Suína Clássica (PSC), em 2019, objetiva erradicar a doença nos 11 estados situados fora da zona livre da doença no país: Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima. O plano de erradicação prevê a implantação de 36 ações, com a primeira providência sendo o aumento da vigilância agropecuária naqueles 11 estados.

O Programa Nacional de Prevenção às Pragas Quarentenárias Ausentes foi construído a partir de um trabalho conjunto entre MAPA e Embrapa, que permitiu elencar as 20 pragas quarentenárias de interesse prioritário para o país, a partir da lista oficial que possui cerca de 700 espécies entre fungos, insetos, bactérias, vírus, nematoides e plantas daninhas. Com a priorização, será possível desenvolver trabalho mais focado nas necessidades específicas de cada praga priorizada para evitar sua introdução no país, ou garantir sua detecção precoce e a adoção das medidas necessárias para a erradicação e controle, de forma tempestiva, caso sejam detectadas no território nacional.

As negociações com a China em 2019 merecem destaque no âmbito da participação do agronegócio brasileiro no cenário internacional. Foram firmados quatro novos instrumentos bilaterais (protocolos sanitários e fitossanitários para exportação de farelo de algodão, carne bovina termoprocessada, pera e melão), além de avanços na negociação dos protocolos para exportação de soro sanguíneo bovino, proteína concentrada e farelo de soja, e material genético avícola. Além disso, o mercado chinês foi aberto para lácteos brasileiros.

A construção da 1ª Agenda Regulatória da Defesa Agropecuária para o biênio de 2020-2021 foi concluída em 2019. Nessa agenda, o público interessado pôde sugerir temas e enviou contribuições que foram somadas aos temas propostos pelo próprio Ministério. Foram analisados um total de 166 temas, distribuídos em cinco eixos temáticos: 1) Temas Transversais; 2) Inspeção Vegetal; 3) Saúde Animal e Insumos Pecuários; 4) Alimentação e Inspeção Animal; e, 5) Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas.

Visando dar agilidade ao atendimento dos usuários na área de inspeção de produtos de origem animal, foi realizada uma otimização da força de trabalho e de recursos financeiros para a implantação de 43 das 50 Centrais de Certificação previstas distribuídas estrategicamente para atendimento de todos os estados da federação. Por serem unidades do Serviço de Inspeção Federal (SIF), as Centrais estão aptas a emitir Certificado Sanitário Nacional – CSN, Certificado Sanitário Internacional – CSI e Guia de Trânsito – GT.

A seguir, são apresentados os principais resultados específicos para cada Objetivo do Programa.

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA (SUASA)

Em 2019 ocorreram avanços nos mecanismos de Governança do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) com a reestruturação regimental do Ministério, onde foram criadas áreas para apoiarem a gestão e governança do Sistema, a avaliação e gestão de riscos, auditoria e inteligência

estratégica, bem como a coordenação do Sistema Nacional de Emergências Agropecuárias.

Como parte da gestão do SUASA, ocorreram melhorias nos processos de gestão e de auditoria e controle interno das instâncias intermediárias, com a consolidação do Programa Quali-SV, aplicado pela área de saúde animal para avaliar a qualidade dos serviços veterinários oficiais. Concluída a estruturação do processo de auditoria na instância central do sistema, envolvendo aspectos da defesa agropecuária, esta será iniciada em 2020.

Houve ainda, em 2019, o reconhecimento da equivalência e adesão ao SISBI-POA de três novos serviços de inspeção (SI) estaduais e cinco outros serviços de inspeção municipais, finalizando o exercício com 40 'SI' aderidos ao SISBI-POA, distribuídos em 15 Unidades da Federação.

Em 2019, implementou-se a ferramenta *Strategic Adviser* (SA) - Sistema de Gestão Estratégica e de Projetos, para automação do monitoramento e avaliação dos planos operativos anuais e demais indicadores nos níveis tático e estratégico da Defesa Agropecuária. Foi também implementado um módulo do Sistema Brasileiro de Emergência Veterinária (e-SISBRAVET) para notificação eletrônica e imediata de doenças animais pelo cidadão brasileiro. Foram também implantados módulos do SIPEAGRO voltados à alimentação animal e material genético.

Medidas administrativas foram adotadas buscando amparo legal para formulação de parcerias que viabilizassem a implantação do Parque Tecnológico no município de Pedro Leopoldo/MG, realizando-se tratativas com a Embrapa, UFMG e Ministério da Defesa no sentido de definir as bases técnicas e operacionais para sua implantação.

Das duas metas propostas em 2015, ambas qualitativas, logrou-se alcançar o Aperfeiçoamento e implantação de novas funcionalidades para gestão de dados da Defesa Agropecuária, estando em andamento a meta de Reestruturar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) através da sua modernização, desburocratização e revisão do marco regulatório.

MODERNIZAÇÃO DA DEFESA AGROPECUÁRIA

Em 2019 ocorreu a aprovação do Programa de Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária – ProDefesa, elaborado por meio de financiamento internacional junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para apoio à implementação do Plano de Defesa Agropecuária.

O modelo de cooperação técnica é baseado em resultados, e prevê a execução dos projetos para alcance de metas negociadas com o BID.

O Sistema de Controle de Arrecadação – SICAR, desenvolvido pelo Mapa para controle e emissão de multas, taxas e advertências, foi implementado para as áreas de Produtos Veterinários, Vinhos e Bebidas e Qualidade Vegetal, esperando-se que seja implementado nas demais áreas a partir de 2020.

No que se refere ao Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários - SIPEAGRO, foi disponibilizado em 2018 o registro automático de bebidas, vinhos e derivados da uva e do vinho. Essa funcionalidade

promove a desburocratização e maior celeridade da concessão de novos registros de produtos. No período de 01/01/2018 a 03/12/2018 foram realizados 16.401 registros. No mesmo período em 2019, foram computados 22.206 registros de produtos automáticos, o que representa um aumento de 27% na atividade vitivinícola.

De 12 metas propostas para se alcançar o objetivo de modernizar a defesa agropecuária, restrições de ordem institucional, operacional, orçamentária e financeira impactaram a plena execução de 7 metas. As 5 metas atingidas no período do PPA foram priorizadas pelo Mapa para garantir a execução de projetos estratégicos ou com maior impacto para as atividades cotidianas dos agentes das cadeias produtivas do agronegócio e da defesa agropecuária.

VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA INTERNACIONAL (VIGIAGRO)

No âmbito do MAPA conseguiu-se promover uma das etapas da modernização do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, por meio da implementação do Sistema Eletrônico de Deferimento de Processos de Fiscalização Agropecuária (SIGVIG3) e da alteração do Manual do VIGIAGRO, introduzindo novos procedimentos de deferimento via análise remota de processos.

A Defesa Agropecuária implantou em abril de 2019, o SIGVIG 3.0 no processo de liberação de Certificado Fitossanitário (CF), para exportação de produtos de origem vegetal, com impacto positivo verificado na redução do tempo de emissão dos certificados fitossanitários nas unidades do VIGIAGRO. Essa medida facilita o comércio internacional e simplifica procedimentos de fiscalização nos postos de vigilância agropecuária internacional. Importante salientar a necessidade de oficialização da atividade por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 1670/2015, em tramitação no Congresso Nacional.

Quanto às metas eleitas como representativas do objetivo obteve-se sucesso na meta de reduzir de 3 para 1,5 dias o tempo médio de conclusão dos processos de fiscalização de cargas nas operações regulares de comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário, já a meta de elevar em 40% a taxa de fiscalização das operações irregulares de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário deixou de ser perseguida, em benefício da primeira e devido ao fato de que as necessárias alterações normativas prévias que a viabilizavam não foram implementadas

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Brasil enfrentou dificuldades fiscais no período de vigência do PPA 2016- 2019 e para enfrentar a situação foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95/2016. No contexto do Novo Regime Fiscal, mais restritivo, a evolução dos objetivos do Programa Defesa Agropecuária foram impactadas por limitações orçamentárias e financeiras, com reflexo relevante nos resultados

Contudo, de uma forma geral, os objetivos e as metas do Programa 2028 evoluíram nos aspectos essenciais ao atingir 7 das 16 metas propostas. Outras 9 metas propostas não foram atingidas e, dessas, 5 não foram atingidas por descontinuidade da política pública durante o período do PPA e/ou falhas e insuficiência na articulação de atores envolvidos na implementação da política.

O Mapa buscou realizar arranjos institucionais e de gestão administrativa com o objetivo de minimizar os impactos das restrições orçamentárias, priorizando o cumprimento das metas relacionados aos projetos estratégicos ou com impacto na atividade de defesa agropecuária.

Em 2020 o Mapa prevê a continuidade da implantação das ações do Programa ProDefesa com: 1. Nova funcionalidade do Sisbravet, que permite acompanhar as medidas adotadas em emergências veterinárias, desde a notificação, atendimento até a solução de suspeita de doença em animais; 2. Avanço no Projeto Autocontrole, com a elaboração de normativo legal; 3. Implementação da Agenda Regulatória 2020-2021 que visa a racionalização, previsibilidade e transparência da produção de normas que regem a atuação dos vários agentes da Defesa Agropecuária e dos diversos segmentos do agronegócio; 4. Revisão, monitoramento e avaliação do programa de erradicação da febre aftosa e dos Planos Operacionais Anuais (POA) das unidades da Defesa Agropecuária.

As ações de modernização de serviços da defesa agropecuária continuarão a ser executadas com a implantação de novos módulos no SIPEAGRO e no SICAR. Ainda na vertente tecnológica, serão implementados novos módulos da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), que melhorarão o acesso às informações de interesse da defesa agropecuária, aperfeiçoando a gestão operacional e padronizando a coleta e a disponibilização das informações sobre produtores e propriedades, indústrias e serviços, gerando benefícios aos usuários internos e externos ao Mapa.

Da mesma forma, espera-se a implementação de dois módulos do e-SISBI, que será utilizado para gestão de serviços de inspeção estadual e municipal, bem como o cadastro de estabelecimentos e produtos neles registrados. Além disso, em 2020, deverão ser inseridas no SIGVIG3 as operações de importação de produtos de interesse agropecuário para Vigilância Agropecuária Internacional.

PROGRAMA 2029

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL

Este Programa tem como diretrizes estratégicas a redução das desigualdades regionais e intrarregionais, além da promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

O Programa busca estimular o desenvolvimento regional e territorial atuando em várias escalas, articulando ações que promovam uma melhor distribuição da ação pública e dos investimentos no Território Nacional, tendo como foco a atuação em territórios selecionados e o apoio ao desenvolvimento econômico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano de 2019 apresenta-se com grandes entregas relacionadas ao tema do desenvolvimento regional e territorial. A ênfase é a revisão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) por meio do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que propõe uma sistemática de planejamento da intervenção estatal integrada, tanto do ponto de vista setorial quanto federativo, assim como uma estrutura de governança voltada para a implementação articulada das políticas públicas necessárias à promoção do desenvolvimento. Acrescenta-se a retomada do planejamento regional com a elaboração, em conjunto com as Superintendências Regionais de Desenvolvimento, dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste enviados para o Congresso Nacional.

Em relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), um dos mais importantes instrumentos da Política Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), permanece com sua implementação no território brasileiro com destaque para a disponibilização da Plataforma Geoespacial do MacroZoneamento Ecológico-Econômico da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE BHSF), bem como de todos os documentos técnicos produzidos no âmbito do MacroZoneamento.

As articulações com os Estados da Faixa de Fronteira continuaram avançando, principalmente após a reinstituição do colegiado da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) pelo Decreto nº 9.961/2019. Em relação à inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR, destaca-se a implantação de dezesseis novos Polos no âmbito da iniciativa Rotas de Integração Nacional: Rotas do Açaí, da Biodiversidade, do Cordeiro, da Economia Circular, da Fruticultura, do Leite, do Mel e da Tecnologia da Informação e Comunicação. Ademais, foi alcançada a marca de dez rotas estruturadas e em atividade, que representa a superação em 100% da meta originalmente estabelecida.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento aplicaram em 2019 recursos na ordem de R\$ 44,7 bilhões em projetos das regiões beneficiadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sendo R\$ 7,7 bilhões na Região Norte (FNO), R\$ 29,4 bilhões na Região Nordeste (FNE) e R\$ 7,6 bilhões no Centro-Oeste.

No âmbito de atuação da SUFRAMA, destaca-se a aprovação em 2019 de 144 projetos industriais, superando a meta do PPA e alcançando a aprovação de 616 projetos industriais e de serviços, sendo 175 de implantação e 441 de ampliação, diversificação e atualização.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A União dispõe de duas importantes políticas para promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do Território Brasileiro: a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

APNDR foi objeto de revisão durante o PPA 2016-2019. O Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, revisa suas bases de atuação e propõe uma sistemática de planejamento da intervenção estatal integrada, tanto do ponto de vista setorial quanto federativo, assim como uma estrutura de governança voltada para a implementação articulada das políticas públicas necessárias à promoção do desenvolvimento.

Importante também destacar para 2019 a retomada do planejamento regional materializada no envio ao Congresso Nacional, em novembro de 2019, dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, registrados pela primeira vez desde a CF 1988, além da continuidade às atividades do grupo interministerial responsável pela revisão da PNDR e pela reativação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Órgão Central da política regional. A publicação do decreto da PDNR lançou bases para a nova governança da política: a Portaria Nº 3.149, de 27 dezembro de 2019 designou os representantes, titulares e suplentes, para compor o Comitê-Executivo da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; e a Portaria Nº 3.153, de 27 dezembro de 2019, designou os representantes, titulares e suplentes, para compor o Núcleo de Inteligência da Regional, ambas em fase de planejamento de suas atividades.

Por sua vez, a PNOT, ordena o território, tanto do ponto de vista temático quanto escalar, permitindo uma maior compatibilização entre políticas públicas, já que objetiva harmonizar políticas com diferentes objetivos. No entanto, apesar da importância do tema, objeto, inclusive, de comando constitucional, ao longo de toda a execução do PPA 2016-2019, os ajustes fiscais que se fazem necessários ao bom encaminhamento da macroeconomia nacional, no sentido de equilibrar as contas públicas, impactaram negativamente algumas das ações de planejamento relacionadas à PNOT. De forma mais contundente, destaca-se a impossibilidade em 2019 de se retomar o processo de revisão do Projeto de Lei que institui a PNOT, datado de 2007, pela falta de recursos destinados a contratação dos estudos técnicos necessários para a leitura territorial aprofundada, necessária a revisão de parâmetros. Todavia, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), um dos mais importantes instrumentos da PNOT, tem sido implementado no território brasileiro, pelo Ministério do Meio Ambiente. Destaca-se em 2019 a disponibilização da Plataforma Geoespacial do MacroZoneamento Ecológico-Econômico da Bacia

Hidrográfica do Rio São Francisco (MacroZEE BHSF), bem como de todos os documentos técnicos produzidos no âmbito do MacroZoneamento.

A execução dos planos, programas e ações da PNDR é financiada, em grande parte, pelos Fundos Constitucionais. Em 2019, os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO) disponibilizaram recursos na ordem de R\$ 45,4 bilhões para aplicação em projetos das regiões beneficiadas. Desse total, os Fundos Constitucionais aplicaram R\$ 44,7 bilhões, sendo R\$ 7,7 bilhões na Região Norte (FNO), R\$ 29,4 bilhões na Região Nordeste (FNE) e R\$ 7,6 bilhões no Centro-Oeste.

Quanto aos financiamentos dos Fundos de Desenvolvimento Regional, estavam previstos no ano de 2019 recursos na ordem de R\$ 1,2 bilhão para aplicação em projetos na área de atuação das Superintendências do Desenvolvimento Regional (Sudam, Sudene e Sudeco), sendo R\$ 395,5 milhões para o FDA, R\$ 650,3 milhões para o FDNE e R\$ 160,6 milhões para o FDCO. Assim, ao final de 2019, foi empenhado todo o orçamento previsto para o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, R\$ 395,5 milhões, mirando a contratação de um novo projeto na Região da Amazônia Legal. O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, por sua vez, teve recursos empenhados no total de R\$ 642,4 milhões, o que representa 98,8% do orçamento previsto para o ano, contemplando 5 novos projetos. Já no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste foram empenhados recursos na ordem de R\$ 158,1 milhões (98,5% do orçamento previsto), visando à contratação de 2 projetos.

Com relação a atuação das Superintendências Regionais de Desenvolvimento, cabe destacar no âmbito de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) a elaboração do Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), aprovado por meio da Resolução CONDEL/SUDENE 127/2019. Foi realizado também, através do Projeto de Cooperação Internacional com o PNUD, a contratação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), cujo escopo prevê a revisão do PRDNE, a articulação e a inteligência.

No âmbito de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), salienta-se a elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), também aprovado em CONDEL/SUDAM, além do apoio ao projeto “Nova Metodologia do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO” e do projeto “Pesquisa sobre a performance da produção acadêmica na Amazônia”. Similarmente, foi realizado o Acompanhamento dos Planos sub-regionais, em especial o PDTS-Marajó e Xingu, através da articulação com os atores regionais para a implementação das ações e emissão de relatórios. Por fim, ocorreu a “Identificação de projetos e ações de investimentos em logística de transporte de cargas dos estados da Região Amazônica, sendo eles: Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão com vistas à elaboração de um Plano Estratégico de Investimentos em Logística na Amazônia Legal”.

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), igualmente elaborou o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO). Além disso, por meio da execução de convênios e outros

instrumentos congêneres, apoiou a realização de obras de drenagem de águas pluviais, pavimentação asfáltica, aquisição de caminhões, tratores, carregadeiras, patrulhas mecanizadas. Também foram realizados cursos profissionalizantes, contribuindo com a promoção do desenvolvimento regional.

No contexto da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), o Plano de Ação da Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE da Grande Teresina-PI foi aprovado e entregue.

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) prosseguiu com a reformulação do normativo sobre as “Diretrizes e Normas Técnica para a ocupação do Distrito Agropecuário da Suframa”, que foi aprovado e possibilitou implantação de novos projetos, registrando a apresentação de 8 projetos de implantação e atualização do Distrito Agropecuário. Destaca-se que, em 2019, foram aprovados 144 projetos industriais na área de atuação da SUFRAMA, sendo 45 de implantação e 99 de ampliação, atualização e diversificação. Com isto, no período do PPA 2016-2019 alcançou-se a meta de 616 projetos industriais e de serviços aprovados, sendo 175 de implantação e 441 de ampliação, diversificação e atualização.

Adicionalmente, o Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano, atuou no fortalecimento da capacidade produtiva, inclusive com a aquisição de equipamentos, implantação de infraestrutura social de apoio à produção, construção de obras civis, implantação de sistemas de geração de energia, canalização, tratamento e abastecimento de água. Assim, foram aplicados em 2019, por meio de repasse aos Entes Federados, cerca de R\$ 226 milhões na construção, recuperação e manutenção das malhas viárias situadas nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul propiciando melhores condições para o escoamento de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros.

INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR NA FAIXA DE FRONTEIRA

O projeto de retomada das ações relacionadas a este objetivo, no intuito de superar os percalços pendentes, ocorreu com baixa evolução, ainda em consequência dos limites de ordem orçamentária.

Avançaram-se com as articulações com os Estados da Faixa de Fronteira, com maior força após a reinstituição do colegiado da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF) pelo Decreto nº 9.961/2019. A parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para o desenvolvendo de estudos, resultou no lançamento da publicação “Fronteiras do Brasil: uma avaliação do Arco Central - Volume 4”.

O Ministério do Desenvolvimento Regional regularizou, por meio da Portaria nº 1.080, de 24/04/2019, o reconhecimento oficial do município de Cáceres/MT (Brasil) com San Matías (Bolívia) como cidades-gêmeas, embasado pelo estudo técnico do Ipea.

ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO

A Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU) identificou no território brasileiro variados aglomerados produtivos com aptidão para impulsionar o desenvolvimento regional, através do fomento à geração de novos negócios e ocupações, proporcionando a inclusão produtiva em territórios prioritários para a PNDR. Desse modo, em parceria com as Superintendências do Desenvolvimento Regional da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, ministérios setoriais, bancos de desenvolvimento, estados e municípios, instituições de ensino e pesquisa, foram implantados dezesseis novos Polos no âmbito da iniciativa Rotas de Integração Nacional. As Rotas do Açaí (PA); da Biodiversidade (BA, AM, BA/ES); do Cordeiro (CE, PI); da Economia Circular (GO-DF-MG; PB); da Fruticultura (AL, CE/PE); do Leite (CE); Mel (PI, CE) e da Tecnologia da Informação e Comunicação (GO-DF-MG, PE) foram ampliadas e fortalecidas com a realização de oficinas de planejamento estratégico, além da celebração de Termos de Execução Descentralizada (TED) e de Convênios com estados e municípios para financiar projetos estruturantes para as cadeias produtivas priorizadas.

Destaca-se que cerca de vinte iniciativas foram formalizadas a partir das carteiras de projetos, totalizando mais de R\$ 10 milhões investidos nas cinco macrorregiões brasileiras, inclusive com recursos de contrapartida e aportes adicionais de parceiros estratégicos como a Sudene, que patrocinou projetos da Rota TIC, Polo Mangue Digital; o FIDA, que financiou as oficinas de planejamento do Estado do Piauí (Rotas do Mel e Cordeiro); e a Sudam, que patrocinou projetos da Rota do Cacau, Polo Transamazônica e capacitação para os polos da Rota do Açaí. Os projetos apoiados pelas Rotas de Integração Nacional buscam aproximar empresas e produtores dos centros de pesquisa e qualificação profissional no sentido da formação de sistemas regionais de inovação, tecnologia, produção e comercialização, no intuito de promover o avanço tecnológico, a capacitação, levando à diferenciação e competitividade dos territórios beneficiados.

As Rotas identificaram atividades sustentáveis e inclusivas em todo o território nacional, capazes de alavancar cadeias produtivas estratégicas no século XXI, como biotecnologia, TICs, reciclagem e energias renováveis. O sucesso da iniciativa conjugou a inovação à governança territorial e setorial, alinhando interesses públicos e privados em prol do desenvolvimento produtivo regional.

GESTÃO SOCIAL NOS TERRITÓRIOS RURAIS

A gestão social nos territórios rurais se dá pelo apoio a instâncias colegiadas e suas redes visando à articulação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável. Essas ações foram apoiadas até 2017 por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – Nedet, que prestaram assessoria a 185 colegiados territoriais.

No ano de 2019, com a publicação do Decreto nº 9.784, de 7 de maio de 2019, que revogou os Conselhos Nacionais, e em razão das restrições orçamentárias, não foi possível apoiar a elaboração de novos planos territoriais e estaduais. No entanto, considerando que as informações relativas ao funcionamento dos conselhos estavam desatualizadas e, no intuito de intensificar parcerias, foram realizados levantamentos para identificar o funcionamento e organização dos Conselhos Municipais, permitindo desta

forma a aproximação e realização destas parcerias, para uma subsequente elaboração/atualização de planos municipais, territoriais e estaduais.

OFERTA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS NOS TERRITÓRIOS RURAIS

No exercício de 2019, com foco na inclusão produtiva, a partir do Manual Operacional de Seleção de Projetos de infraestrutura aos Territórios Rurais, com realização de chamada pública, foram selecionadas setenta e seis propostas de convênio, das quais, quarenta e quatro obtiveram aprovação de viabilidade técnica e receberão um valor de R\$ 11.347.553,80, beneficiando aproximadamente 9.680 famílias. Essa chamada teve como objetivo viabilizar a aquisição de equipamentos para incrementar a infraestrutura para produção, beneficiamento, escoamento e comercialização de produtos da agricultura familiar, gerando aumento na renda do agricultor e na dinâmica econômica dos territórios rurais. No período do PPA 2016-2019 foram apoiados 277 projetos de infraestrutura e serviços, distribuídos em todas as regiões brasileiras.

No âmbito da ação de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Combate à Pobreza no Semiárido do Nordeste, houve, em 2019, o pagamento de Fomento Produtivo Rural para 10.682 famílias das 53.749 atendidas pela assistência técnica, no âmbito do projeto Dom Helder Câmara, para implementação de projetos produtivos. O valor investido foi da ordem de R\$ 22.610.800,00. Outras 7.095 famílias receberão o fomento em 2020 mil projetos.

CAPACIDADES E COMPETÊNCIAS DA POPULAÇÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

A valorização e a ampliação do acesso à informação, conhecimento e tecnologia consistem em um elemento de extrema importância para o desenvolvimento territorial. Neste sentido, o Programa Arca das Letras é um importante instrumento para apoiar e promover o acesso à informação e ao conhecimento, sendo realizado por meio da difusão do livro e da criação de bibliotecas no meio rural, em parceria com outras instituições, visando o acesso e ao incentivo à leitura, bem como ao desenvolvimento de atividades artístico- culturais. Além disso, promove a capacitação de Agentes de Leitura, voluntários das comunidades para atuarem como mediadores e incentivadores de atividades culturais.

Em 2019 foram enviados dois acervos da Arca das Letras para o estado de Alagoas, vinte e quatro para o estado de Minas Gerais, um para o estado do Pará, cento e um para o estado do Ceará, dois para o Distrito Federal, cento e treze para o estado do Maranhão e sessenta e três para o estado da Bahia, totalizando trezentos e seis acervos enviados para dez Unidades da Federação. No acumulado 2016 a 2019, o programa entregou novecentos e trinta e quatro bibliotecas rurais Arca das Letras.

E ainda para apoiar a formação de atores locais nos territórios rurais em desenvolvimento territorial, mil setecentos e trinta e um agentes foram capacitados no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) por meio do contrato de gestão firmado com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. O objetivo do PDHC é atender sessenta mil famílias com

assistência técnica e extensão rural contribuindo para a redução da pobreza rural e das desigualdades no Semiárido brasileiro.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As realizações ao longo do exercício de 2019, observaram as necessidades regionais e se materializaram em projetos integrados, com foco no desenvolvimento regional e urbano, que fortaleceram as redes de sistemas produtivos e inovativos locais, rurais e urbanos, compreendendo a agricultura irrigada; potencializaram as atividades produtivas e de sua infraestrutura de suporte, bem como o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis de apoio à produção; promoveram a melhoria da infraestrutura urbana, do planejamento, da gestão e do financiamento do desenvolvimento urbano pelos municípios brasileiros.

A criação do Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019, que revisa as bases de atuação da PNDR é o destaque desse ano, acrescentando as atividades de reativação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, Órgão Central da política regional, bem como a implantação do Núcleo de Inteligência da Regional. Do mesmo modo, a ampliação para 10 Rotas de Integração Nacional, que são redes de arranjos produtivos locais, merece relevância para o desempenho em 2019.

Para o ano de 2020, espera-se a aprovação do Projeto de Lei dos Planos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste, enviados ao Congresso Nacional, e o avanço das tratativas para revisão do Projeto de Lei que institui a PNOT. A execução dos projetos selecionados dos Polos de Agricultura Irrigada e a criação de novos polos da Região de Unai/MG, do Estado de São Paulo/SP, da Região de Sorriso/MT, e da Região de Mossoró/RN também serão entregues em 2020. Por fim, aspira-se investimentos para elaboração de diagnóstico para estruturar e implementar parques tecnológicos nos municípios situados nos Arcos Sul e Norte, visando apoiar o desenvolvimento da faixa de fronteira e a integração sul americana.

PROGRAMA 2033

ENERGIA ELÉTRICA

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como alguns de seus principais objetivos expandir a capacidade de geração e transmissão do sistema elétrico brasileiro, elemento essencial para viabilizar o desenvolvimento do país. Entende-se que essa expansão deva ocorrer em consonância com os interesses do consumidor, o que se busca viabilizar por intermédio de objetivo relacionado à busca da qualidade na prestação dos serviços de energia elétrica, por meio dos instrumentos regulatórios. Além disso, a necessária expansão da capacidade do sistema deve ocorrer em pleno alinhamento com as preocupações ambientais, o que se explicita por meio da presença de metas específicas voltadas para a expansão de energias alternativas, bem como realização de estudos de viabilidade.

Um outro aspecto relevante é o da busca por universalização do acesso à energia elétrica, consignada em objetivo específico do programa.

Cumpra ressaltar alguns elementos que caracterizam a conjuntura do setor de energia elétrica, e que devem ser considerados para o adequado planejamento do setor, a saber: a preocupação com as mudanças climáticas; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; as restrições hídricas em algumas regiões do País; a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidrelétricos na matriz energética nacional.

O programa temático Energia Elétrica contempla um conjunto de objetivos e iniciativas que percorre etapas e executa os processos necessários para gerar, transmitir e distribuir energia elétrica aos consumidores. Esse processo se inicia com os estudos das necessidades, passa pelo planejamento e pesquisa para definir onde construir (estudos de inventário e viabilidade), pelos leilões, obras de geração, transmissão e distribuição. Também são partes importantes deste processo a regulação e fiscalização do setor e seus agentes, a pesquisa tecnológica e também a realização de projetos voltados à eficiência energética e à universalização do serviço de energia elétrica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Nesse contexto, no segmento de geração de energia elétrica, no ano de 2019, foram desenvolvidas ações visando a assegurar as condições de suprimento de energia elétrica de forma a prover infraestrutura energética para o crescimento sustentável do País.

Em 2019, foram incorporados 7.331 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o que representa um crescimento de aproximadamente 4% na oferta.

Com isso, em 31 de dezembro de 2019, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil chegou a 170 GW, mantendo a predominância de fontes renováveis. A fonte hidráulica possui a maior participação na matriz elétrica, com 63% (109 GW), seguida da fonte térmica, com pouco mais de

25%. A fonte eólica alcançou 9% da matriz e a fonte solar, incluindo geração distribuída (GD), chegou a 2,6% em 2019

Em 2019, foram acrescentados ao monitoramento 111 novos empreendimentos de geração, decorrentes dos leilões de energia realizados no ano.

Quanto à transmissão de energia elétrica, em 2019, foram incorporados à Rede Básica um total de 8.886,52 km de novas linhas de transmissão e 13.552,60 MVA de novos transformadores de alta tensão.

As linhas de transmissão da Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de tensão 230 kV ou superior) alcançaram, em dezembro de 2019, a extensão de 154.429,58 km.

CAPACIDADE DE GERAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

No início do PPA 2016-2019, a capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil era de 140.857 MW. Em 2019 entraram em operação 7.331 MW, elevando a Matriz Elétrica Brasileira a 170.118 MW instalados, o que resultou em um crescimento de 20,8% no período do PPA 2016-2019. Incluindo a Geração Distribuída (GD), a potência instalada total em dezembro de 2019 chegou a 172.258 MW.

Ao fim de 2019, na geração centralizada, as usinas de fonte hidráulica representaram a maior participação na capacidade instalada, com 109.058 MW, equivalentes a 64,1% da matriz elétrica Brasileira. As usinas térmicas (UTE), em segundo lugar, encerraram o ano de 2019 com 41.219 MW instalados, representando 24,2% da matriz elétrica nacional. Em relação às fontes renováveis de geração de energia elétrica, no encerramento de 2019 as usinas eólicas (EOL) representaram 9,0% da capacidade instalada de geração, com 15.378 MW, enquanto os parques fotovoltaicos (UFV), fonte em ascensão na matriz elétrica nacional, constavam com 2.473 MW, correspondente a 1,5% da matriz.

O ano de 2019 foi marcado pela entrada em operação, na geração centralizada, de 4.950,9 MW de capacidade de geração de fonte hidráulica, destacando-se a conclusão de importantes empreendimentos hidrelétricos, como a UHE Belo Monte (11.233 MW) e as UHEs Baixo Iguaçu (350,2 MW), Sinop (401,9 MW) e Colíder (300 MW). Nesse ano, também colaboraram para o crescimento da matriz elétrica a entrada em operação de 981,8 MW em usinas eólicas, 657,89 MW em usinas fotovoltaicas e 740,6 MW em térmicas, destacando-se, neste caso, a entrada em operação da UTE Pampa Sul, com 345 MW de potência instalada e a conclusão da motorização de 37 novos empreendimentos, na maioria a biomassa.

Com o intuito de manter a metodologia utilizada nos anos anteriores (2016 a 2018), na consolidação das Metas não foi considerada a Geração Distribuída.

ESTUDOS DE EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO E PROMOÇÃO DE LEILÕES

Em 2019, ocorreu apenas o Leilão de Transmissão nº 02/2019, realizado em dezembro, o qual permitiu a contratação de 2.467 km de novas linhas de transmissão e de 7.791 MVA de nova capacidade de transformação, totalizando um investimento estimado de R\$4,2 bilhões. O certame teve um percentual de arremate de 100% de todo o investimento disponibilizado, comum deságio médio de 60,3%.

Em 2019, dois leilões para a expansão da capacidade de geração foram realizados. O primeiro foi o "Leilão de Energia Nova A-4, de 2019", que resultou na contratação de 401,6 MW de capacidade instalada de novos empreendimentos ou ampliações, com um investimento associado estimado em R\$ 1,9 bilhões e deságio médio de 45%. O segundo foi o "Leilão de Energia Nova A-6, de 2019", que permitiu a contratação de 2.775,5 MW em novos empreendimentos ou ampliações, com um investimento associado estimado em R\$11,2 bilhões. Registra-se que a baixa contratação em relação à meta decorre da redução das projeções do consumo de energia elétrica nos últimos anos, que ainda sofre os impactos da retração da atividade econômica verificada no País.

CAPACIDADE DE TRANSMISSÃO DO SISTEMA ELÉTRICO

Em 2019 a conclusão de novos empreendimentos, com a entrada em operação de novas linhas de transmissão e aumento na capacidade instalada de transformação, ficou abaixo das expectativas indicadas ao final de 2018, devido principalmente a postergação da conclusão das obras da Transmissora Mata de Santa Genebra. No total, entraram em operação mais 8.886,52 km de novas linhas de transmissão, contra uma estimativa inicial de 9.751,30 km, e 13.552,60 MVA de capacidade transformadora adicional, onde eram esperados 17.281 MVA. Esses valores de expansão correspondem tanto às instalações novas acrescentadas ao sistema elétrico nacional como a ampliação das instalações existentes. As linhas de transmissão da Rede Básica (sistema de transporte de energia elétrica de tensão 230 kV ou superior) alcançou, em dezembro de 2019, a extensão de 154.429,58 km.

Com relação especificamente às novas instalações agregadas ao sistema elétrico, o montante realizado em linhas de transmissão atingiu a meta estabelecida para o Período 2016-2019, quanto as novas subestações de transformação, a meta para o período não foi atingida. No caso da ampliação e reforço das instalações existentes, as metas foram atingidas. Isso pode ser considerado um bom sinal na direção do alcance do Objetivo de expandir a capacidade atual do sistema de transmissão nacional, de forma a garantir a entrega da energia gerada nas usinas para distribuição à maioria das unidades consumidoras existentes no País.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA

A partir de 2016 algumas distribuidoras realizaram o levantamento dos domicílios ainda sem energia elétrica em suas áreas de concessão, resultando

em pedidos de prorrogação do prazo de universalização do acesso à energia elétrica. Após análise dos cadastros e apresentação em audiência pública, a ANEEL homologou os pedidos da COELBA (BA), CELPA (PA) e CEMAR (MA), autorizando novos contratos a serem firmados no âmbito do Programa Luz para Todos.

INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS

Com vistas a assegurar que os serviços de energia elétrica sejam prestados de maneira adequada e com qualidade, foram estabelecidos novos limites para os indicadores coletivos de continuidade: Duração e Frequência Equivalente de Interrupção - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção - FEC. O tempo e o número de vezes que uma unidade consumidora fica sem energia elétrica, em um período de tempo definido (mês, trimestre ou ano), permitem que a ANEEL avalie a continuidade da energia oferecida à população. Quando ocorrem transgressões ao limite exigido, compensações automáticas são feitas pelas distribuidoras aos respectivos consumidores afetados.

Quanto mais arrojados são os limites dos indicadores de continuidade, mais intenso é o sinal regulatório de qualidade para o serviço público de distribuição de energia elétrica. Entre 2016 e 2019, o DEC Brasil teve limite reduzido de 18,11 horas/ano para 13,51 horas/ano, tendo sido apurado o valor preliminar de 11,8 horas/ano. Já o FEC Brasil saiu do patamar de 9,76 interrupções/ano para 8,94 interrupções/ano, tendo sido apurado preliminarmente o valor de 6,11 interrupções/ano. Note-se que os indicadores são no sentido de quanto menor melhor.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Atualizando os resultados do Procel para o ano base de 2018, conforme relatório Resultados Procel 2019, o Programa alcançou naquele ano uma economia de energia de aproximadamente 23.000 GWh. Essa energia economizada ajudou o país a evitar a emissão de 1,7 milhão de toneladas de CO₂ equivalentes, o que corresponde às emissões geradas por 584 mil veículos durante um ano. Em 2019 foi executado o Segundo Plano Anual de Aplicação de Recursos do PROCEL, aprovado em dezembro de 2018, e que teve vigência de 12 meses. Com ações mais bem direcionadas e contemplando todos os subprogramas do Procel, estima-se que, em 2019, os resultados do Programa promovam a economia de aproximadamente 24.900 GWh, aumento de 8,54% em relação a 2018.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Geração de Energia Elétrica

No período de 2020 a 2023 deverão ser acrescentados ao sistema 16.881 MW de potência instalada – média de 4.220 MW por ano e cerca de 10% de crescimento nos quatro anos.

Transmissão de Energia Elétrica

No período de 2020 a 2023 poderão ser acrescentados ao sistema 29.378 km de linhas de transmissão – média de 7.345 km por ano, um incremento para o sistema de cerca de 19%.

Previsão da Expansão da Capacidade Transformadora (MVA)

Para as subestações elétricas, no período de 2020 a 2023 deverão ser acrescentados ao sistema 72.537 MVA de capacidade transformadora – média de 18.134 MVA por ano, um incremento para o sistema de cerca de 19%.

Relativamente à definição de diretrizes de política tarifária, um dos grandes desafios é implementar medidas efetivas que reduzam os encargos e subsídios tarifários, com especial atenção aos itens custeados pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que se refletem no nível das tarifas praticadas em todo o território nacional. Esse tema tem sido tratado pelo Ministério de Minas de Energia, com especial atenção a partir da edição da Lei 13.360, em 17 de novembro de 2016, que trouxe uma série de alterações na legislação a respeito da CDE

Quanto à comercialização de energia elétrica para o período 2020-2023, um ponto que merece destaque é a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica proveniente de empreendimentos de geração existente "A- 4" e "A- 5", em 2020. A partir de 2021 está previsto o encerramento de volumes significativos de contratos de energia vinculados a usinas termelétricas provenientes dos leilões de energia nova realizados em 2005, 2006 e 2007, bem como contratos remanescentes do Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT.

No tocante à universalização do acesso à energia elétrica, no momento, 46 distribuidoras e 39 permissionárias de energia elétrica do País já estão com as suas áreas de concessão universalizadas, restando, ainda, 11 distribuidoras que não alcançaram a universalização do acesso à energia elétrica em suas respectivas áreas de concessão. Atualmente, essa demanda é de aproximadamente 500 mil famílias sem acesso aos benefícios proporcionados por este Serviço Público, que estão localizadas, principalmente, na Região Norte e em parte da Região Nordeste (Bahia e Piauí).

No âmbito do Programa Luz para Todos, até o seu término previsto para o final de 2022, conforme o Decreto Nº 7.520/2011, está prevista a realização de 228.220 ligações, sendo que 95.052 ligações serão realizadas em 2020, 79.091 ligações em 2021 e 54.077 ligações em 2022.

Para o período 2020-2023, um dos grandes desafios do processo de universalização do acesso à energia elétrica é o atendimento à população residente em regiões remotas da Amazônia, onde, no período de 2003 a 2019, foram atendidos, apenas, dois mil e duzentos domicílios. Atualmente, essa demanda por energia elétrica em comunidades localizadas em regiões remotas da Amazônia Legal é de 72 mil ligações.

Diferentemente dos atendimentos com extensão de rede convencional, cujos procedimentos e metas já estão estabelecidos, o atendimento das regiões remotas requer um tratamento diferenciado, com a aplicação de tecnologias de geração de energia limpa e sustentável, e fortemente integrada aos processos produtivos característicos de cada comunidade, o que demandará do MME a elaboração de uma nova política pública para o atendimento dessa população.

PROGRAMA 2034

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E SUPERAÇÃO DO RACISMO

O programa temático de “Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo” foi construído no exercício de 2015, sob a orientação de outros parâmetros de política pública. Assim, coube ao recente Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) a tarefa de compatibilizar a execução de suas políticas afetadas à Igualdade Racial e Superação do Racismo com o Plano Plurianual (PPA) em encerramento de vigência.

De certa forma, percebeu-se certo anacronismo de alguns atributos do PPA 2016-2019 em relação às novas diretrizes, mas de forma alguma quanto aos preceitos constitucionais. A Constituição brasileira, sob a égide do princípio da igualdade ou da não-discriminação, em seu artigo 5º, dispõe que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Neste exercício de 2019, destacam-se o fortalecimento do conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola; a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana; e o fortalecimento e expansão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

PRINCIPAIS RESULTADOS

De forma inédita, em uma parceria com o Ministério da Cidadania, a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR) esteve envolvida em 2019 no Programa Cisternas, promovendo a execução de ações específicas para povos e comunidades tradicionais. Cerca de 3,7 mil famílias do semiárido nordestino e da comunidade quilombola Kalunga, em Goiás, passarão a ter acesso à água potável por meio desse Projeto. As construções das cisternas tiveram início em 2019 e devem ser concluídas em 2020.

AÇÕES AFIRMATIVAS E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Em 2019, o MMFDH, por instrumento da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), lançou duas publicações. Uma foi o livro “Cultura, Terra e Resistência: Saberes dos Quilombos do Sul” e, a outra, foi o Livro do Professor – “História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação infantil”. Ambas têm o objetivo de promover a igualdade étnico-racial nas escolas. Além disso, foi impressa uma nova edição do Estatuto da Igualdade Racial com uma tiragem de 50 mil unidades.

A pasta ainda promoveu a elaboração de conteúdo para um curso de educação à distância (EAD) com o objetivo de capacitar servidores do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) com ênfase étnico-racial nos presídios. O contrato foi assinado e foi feito um Acordo de Cooperação com uma instituição de ensino superior para a produção do conteúdo do curso.

REVERSÃO DE REPRESENTAÇÕES NEGATIVAS DA PESSOA NEGRA

Vale lembrar que a legislação brasileira é bem ampla no que diz respeito à promoção da igualdade racial. A Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, conhecida como estatuto da Igualdade Racial, garante à população negra o direito à saúde com atenção a sua especificidade, conforme Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra; direito à educação, cultura, esporte e lazer, conforme essa população os conceber; direito à memória e valorização de sua origem, refletido na implantação da Lei nº 11.645/2008; direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; direito à terra e moradia adequada; direito ao trabalho digno, prevendo, inclusive, punição para a prática discriminatória no ambiente de trabalho (descrita na CLT art. 373-A); direito de ser dignamente representado nos meios de comunicação; entre outras garantias.

Há também dois projetos de lei em tramitação no Congresso que, se aprovados, poderão agregar de forma positiva a promoção da Igualdade Racial uma vez que o que propõem são a criação mecanismos que visam ao combate à discriminação no ambiente de trabalho e melhoria no levantamento de dados.

No entanto, acredita-se que mais do que propor novas leis, é preciso regulamentar aquelas leis que carecem de regulamentação e monitorar sua aplicação.

Por isso, a SNPIR emitiu ofício tanto aos governos estaduais quanto aos Ministérios públicos estaduais solicitando informações sobre a criação de delegacias especializadas em crimes raciais, sobre coordenações específicas juntos aos MPs para tratar de questões raciais e solicitando providências.

Contratou ainda, por meio de Termo de Execução Descentralizada, a ENAP para realizar levantamento e avaliação da implantação da Lei de cotas para o serviço público, além de propor capacitação online para bancas de heteroidentificação.

AGENDA SOCIAL QUILOMBOLA

Com o objetivo de promover o acesso à terra para comunidade quilombola, no exercício de 2019 foram expedidos 03 títulos, que representam uma área de 235,1917 hectares, em benefício de dois territórios quilombolas e aproximadamente 477 famílias. Trata-se de dois imóveis situados no Território Quilombola Invernada Paiol de Telha, município de Reserva do Iguaçu / PR, com áreas de 168,3797 ha e 57,0899 ha, bem como um imóvel situado no Território Quilombola Invernada dos Negros, municípios de Campos Novos e Abdon Batista / SC, com área de 9,7221 ha. Ao longo dos últimos quatro anos foi titulado mais de 23 mil hectares.

Além disso, em 2019 foram publicados 8 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTIDs, beneficiando 1.368 famílias quilombolas nos estados de Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe e Pernambuco (região do Médio São Francisco). Assim, entre 2016-2019, foram publicados 79 RTIDs, somando 587.783,5924 hectares para 8.417 famílias em todas as regiões do

país, ultrapassando a meta previamente estabelecida para o período do PPA 2016-2019.

Também em 2019, foram publicadas 02 Portarias de Reconhecimento nos estados de Maranhão e Rondônia, totalizando 7.780,8493 hectares reconhecidos em benefício de 91 famílias quilombolas. Considerando os resultados acumulados entre 2016 e 2019, foram publicadas 51 Portarias de Reconhecimento, com área reconhecida de 460.782,2847 mil hectares em benefício de aproximadamente 3.582 famílias. Considerando que a emissão da Portaria de Reconhecimento é um ato da Presidência da Autarquia, os trabalhos processuais necessários para tal ato são realizados pelas Superintendências Regionais, que encaminham ao Incra-Sede o Conjunto Portaria. Nesse sentido, cabe registrar que foram enviados ao Incra-Sede mais de 160 mil hectares em Conjuntos Portaria em 2019, sendo esse trabalho submetido à decisão da gestão. Dessa forma, a meta de emissão de 40 portarias para os 4 anos de vigência do PPA 2016/2017, foi ultrapassada.

No caso dos conjuntos avaliações, foram recebidos 07 conjuntos em 2019, instrumento esse previsto na Norma de Execução Conjunta DF/DT 03/2010, para solicitação de créditos orçamentários visando pagamento de imóveis incidentes em áreas decretadas como de interesse social para regularização fundiária de territórios quilombolas. No total, esses conjuntos correspondem à área avaliada de 862,194 hectares. Foram recebidos conjuntos avaliações referentes a imóveis incidentes nos territórios quilombolas: Capoeiras / RN (02), Mata Cavallo / MT (02) e Caiana dos Crioulos / PB (03).

Somando-se os novos resultados alcançados em 2019, no quadriênio 2016-2019 houve a recepção de aproximadamente 32 mil hectares de conjuntos avaliações, ou 80% da proposta de avaliação de 40 mil hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados.

DIREITOS E ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS – POVOS CIGANOS

Neste ano, em comemoração ao dia nacional do cigano, em abril, foi realizado o Seminário “Somos ciganos, somos brasileiros” que contou com a participação de ciganos das cinco regiões do país e das três etnias presentes no país com o intuito de se dar início à construção do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos.

O Ministério, por meio de sua Secretaria temática, tem acompanhado de perto e emitido nota técnica a respeito do Projeto de Lei sobre os Estatuto dos Ciganos em trâmite no Congresso Nacional. A Lei garantirá aos ciganos direitos essenciais na luta contra a discriminação que sofrem.

Sabe-se que os primeiros representantes desse grupo étnico chegaram ao Brasil já no século XVI, oriundos de Portugal, de onde foram expulsos pela Coroa, sendo condenados pelo “crime” de “serem ciganos”, sendo portanto desde então vítimas de discriminação.

No Brasil não foram acolhidos de forma receptiva, sendo marginalizados e juntando-se em grupos para sua sobrevivência e preservação étnica e identitária.

Como população heterogênea presente no país desde 1574, há de se considerar que o aspecto religioso segue as tendências nacionais, não obstante as regionalizações tenham grande força assimiladora. Sobre isso temos no Brasil hoje ciganos convertidos ao islamismo, às variadas vertentes do cristianismo, ao espiritismo, bem como a cultos particularizados a entes já falecidos. Isso posto consideramos que a pluralidade religiosa dos ciganos brasileiros não sugere uma única religião ou entidade com poder agregador,

Os ciganos vulneráveis em situação de itinerância e nomadismo, ainda que não sejam maioria no país e estejam concentrados na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, são os que enfrentam maiores dificuldades de acesso a direitos básicos, tais como: educação, saúde e segurança. Quanto a isso, consideramos que suas tendas, veículos ou mesmo imóveis alugados temporariamente sejam seus domicílios, invioláveis e protegidos pelas Constituição Federal.

SISTEMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SINAPIR)

Instituído pela Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e regulamentado pelo decreto nº 8.136/2013, o SINAPIR constitui forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais no Brasil, com o propósito de garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa de direitos e o combate à discriminação e as demais formas de intolerância.

A adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao sistema contribui nos processos de criação e fortalecimento de órgãos e conselhos de promoção da igualdade racial no âmbito regional e local, desenvolvendo esta política pública nacionalmente.

Dessa forma, a implementação do SINAPIR promove uma transformação a partir da sua institucionalização, ampliando-se a efetividade e o alcance de benefícios à população negra.

A adesão ao SINAPIR é condição para que os órgãos de promoção da igualdade racial estaduais, distrital e municipais participem do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, o FIPIR, um espaço de debate em busca de gestão descentralizada e democrática da política em nível nacional.

Em 2019, houve as adesões dos municípios de São Mateus do Maranhão; Macapá/AP; Maringá/PR; Caruaru/PE; Lauro de Freitas/BA; Vila Velha/ES. Entre os estados, as adesões Amapá e do Rio de Janeiro.

Além disso, em 2018, o SINAPIR já havia adesões de 30 entes federados, entre municípios e estados das cinco regiões do país, como Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e São Paulo.

As adesões de municípios em 2018 foram: Patos de Minas/MG), Barra Mansa/RJ e Mostardas/RJ, em março; São João do Meriti/RJ, Pântano Grande/RS, Jundiá/SP e São José do Rio Preto/SP, em abril; Cruzeiro da Fortaleza/MG, Pompéu/MG, Campo Grande/MS, Pontal do Paraná/PR, São Tomé/RN e Santos/SP, em junho; Iraquara/BA, Cachoeiro do Itapemirim/ES, Januária/MG, Tomé-Açu/PA, Tavares/RS e Araras/SP, em julho; e o município de São Paulo/SP, Virgem da Lapa/SP e Magé/RJ, em agosto; Rio Claro/SP, Horizonte/Ceará, em setembro; Governador Valadares/MG, em outubro; Curitiba/PR e Criciúma/SC, em novembro. Também houve as adesões do Distrito Federal (abril) e do Estado de Alagoas (julho) e Rondônia (setembro).

Dando o número significativo de adesões ocorridas em 2018, houve um esforço considerável em 2019 para o início da operacionalização de parcerias.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL NA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Em 2019, o MMFDH, por meio de sua SNPIR, buscou se fazer presente em fóruns multilaterais tais como o Painel entre sessões de Alto Nível do Conselho de Direitos Humanos da ONU a respeito da incompatibilidade entre democracia e racismo, ocorrido em março na sede da ONU em Genebra. O objetivo do evento foi discutir formas de combater e eliminar efeitos de discursos de ódio sobre os direitos humanos no mundo.

No âmbito regional, a SNPIR compareceu às audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) organizadas no âmbito das sessões: 171^a, 172^a, 173^a e 174^a, nas quais foram tratados os temas: situação dos direitos humanos dos indígenas e quilombolas; violência contra defensores de direitos humanos; e respostas a recomendações que o Estado brasileiro recebeu da CIDH. Em fórum regional, a Rede Ibero-americana de Órgãos e Organismos contra a Discriminação (RIOOD), aprovou-se a declaração contra o Discurso de Ódio.

No âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAAH), no primeiro semestre de 2019, houve a aprovação do Plano de Ação para o enfrentamento ao Racismo, Xenofobia e Discriminação Biênio 2019-2020; já no segundo, além de compartilhar o progresso da implementação do dito Plano, discutiu-se também a possibilidade de publicar decisões e resultados mais relevantes como forma de marcar os 10 anos de existência do fórum.

O Ministério também se envolveu na organização da Reunião de Altas Autoridades dos Direitos dos Afrodescendentes do Mercosul (RAFRO). Realizado semestralmente, o encontro regional tem como objetivo fortalecer as ações de igualdade racial em cada país do bloco e avançar nas discussões das questões raciais na América Latina.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) continuou a desenvolver trabalhos relacionados à população afrodescendente e foi além, ampliando seu atendimento para povos e comunidades tradicionais até então invisibilizados socialmente. A ideia é promover a igualdade étnico-racial entre todos, incentivar o empreendedorismo e apoiar o protagonismo dessas populações.

O MMFDH, por meio da SNPIR, planeja desenvolver em 2020 projetos e ações que efetivamente promovam a igualdade étnica na sociedade, a começar pelas escolas, alcançando crianças e adolescentes. A pauta visa combater o racismo no ambiente escolar.

Entre os objetivos, está a conscientização sobre igualdade entre os povos, raças e etnias; o resgate à autoestima das crianças e adolescentes; o fortalecimento da cultura africana e indígena nas escolas, conforme determinam as leis 10.639/2003 e 11.645/2008; entre outros.

A meta é que, entre fevereiro e novembro de 2020, o projeto alcance, pelo menos, uma média de 14 mil crianças e adolescentes nas escolas do Brasil.

Outro projeto prioritário no planejamento da SNPIR para 2020 é a realização de um estudo a respeito do infanticídio indígena. A prática, que ainda ocorre em algumas aldeias brasileiras, consiste em sacrificar crianças que, porventura, nasçam ou desenvolvam alguma doença “desconhecida” ou deficiência física, gêmeos e filhos de mães solteiras.

A meta do MMFDH é levantar dados estatísticos sobre essa prática, que possibilitem o desenvolvimento de ações de prevenção, enfrentamento e combate ao infanticídio nas aldeias.

PROGRAMA 2035

ESPORTE, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO

O Programa 2035 buscou contemplar nos seus objetivos as diversas políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal voltadas a promover o acesso da sociedade à prática esportiva por se tratar de direito social garantido constitucionalmente e meio para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população.

Nesse sentido, um dos objetivos desse programa temático trata especificamente de iniciativas que visam a democratização do acesso à prática do esporte educacional como meio para a promover inclusão social e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, notadamente daqueles em situação de maior vulnerabilidade social.

Por se tratar de modalidade esportiva mais popular e mais praticada no país, há também objetivo voltado para a prática do futebol, com a ênfase na promoção da modalidade de futebol feminino, atrelado a esse objetivo também há o desenvolvimento de ações voltadas à promoção dos direitos do torcedor.

Outra perspectiva das ações governamentais desenvolvidas no âmbito do Programa 2035 refere-se às políticas públicas voltadas à melhoria da infraestrutura esportiva, bem como à preparação de equipes e atletas profissionais de alto rendimento, visando a projeção do Brasil à condição de potência esportiva reconhecida mundialmente. Nesse contexto, cabe destacar a existência de objetivo específico no PPA 2016-2019 voltado para a preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, bem como para a gestão do legado olímpico.

Por fim, cabe destacar que o Esporte no âmbito do Governo Federal esteve sob os três primeiros anos do PPA 2016-2019 sob a responsabilidade do então Ministério do Esporte, iniciando 2019 sob responsabilidade da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Em que pese as mudanças organizacionais, importa frisar que a estrutura administrativa das áreas finalísticas foi mantida, propiciando o adequado desenvolvimento da política esportiva sem comprometimento dos seus resultados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Com o sucesso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 o Governo Federal continuou a fomentar e desenvolver políticas esportivas em diversas frentes e para as cinco regiões do país. Sendo o esporte um fenômeno social multifacetado, com a finalidade de contemplar suas múltiplas variações, destaca-se como principais resultados o fomento a projetos esportivos de inclusão social e desporto educacional e de lazer; o apoio direto a atletas com bolsas (Bolsa Atleta); a realização de campeonatos internacionais no país; o incentivo ao treinamento de equipes esportivas; o apoio e o fomento de pesquisas científicas no âmbito do esporte; o desenvolvimento de mecanismos e normativos de governança das entidades esportivas do Sistema Nacional do Desporto, dentre outras.

FOMENTO AO FUTEBOL E DEFESA DO DIREITO DO TORCEDOR

No intuito de cumprir com o objetivo de fomentar e incentivar a prática do futebol, a Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor executou, no ano de 2019, diversos projetos no âmbito do futebol feminino e masculino, dentre os quais se destacam: as “V e VI Clínicas de Futsal Feminino”; a 1ª Edição do “Futebol e Debate” (ciclo de palestras); a cerimônia para celebrar o “Dia Nacional do Futebol”, em 19 de julho de 2019, evento que contou com a presença de notáveis do futebol nacional e autoridades brasileiras, inclusive o Presidente da República; e o evento “Outubro Rosa: futebol e mulher”, realizado em São José dos Pinhais/PR, que teve como objetivo incentivar a prática da modalidade pelas mulheres.

Além disso, foram assinados, em 2019, 48 (quarenta e oito) novos Convênios para a Realização de Torneios Regionais de Futebol Amador e suas derivações (Futsal e Beach Soccer) e para a Implantação de Núcleos do Programa Seleções do Futuro.

Além dos Convênios, também em 2019, foram assinados 10 (dez) Termos de Execução Descentralizada - TEDs para o desenvolvimento de centros e núcleos de desenvolvimento do futebol - Academia & Futebol, Simpósios e Seminários sobre Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

ACESSO DA POPULAÇÃO AO ESPORTE E AO LAZER

Foram desenvolvidas diversas ações no âmbito do esporte educacional e de lazer, por meio de eventos esportivos de cunho educacional, de participação e de políticas esportivas para população indígena e comunidades tradicionais. Houve também, ao longo do ano de 2019, fomento à produção científica e a realização de investimentos para a qualificação de infraestrutura para o desenvolvimento de ações esportivas.

No Programa Segundo Tempo e suas vertentes (Padrão, Universitário e Paradesporto), bem como no Programa Segundo Tempo – Forças no Esporte (PST/PROFESP) foram beneficiados nos anos de 2016-2019 o total de 507.965 pessoas.

O Programa Luta pela Cidadania – PLC, Programa Esporte e Lazer – PELC, Programa Vida Saudável e Programa Vida Saudável modalidade Pessoa Idosa, beneficiaram no período do PPA o montante de 834.740 pessoas.

No âmbito da produção científica, houve apoio para a implantação de Centros de Desenvolvimento de Pesquisas da Rede CEDES em diversos estados, com a previsão de realização de pesquisas, eventos científicos, cursos de qualificação/formação, intercâmbios, implantação de centros de memória, publicação de livros, material didático, trabalhos em anais e artigos em periódicos, dentre outras ações. Por meio desses centros toda a produção da Rede CEDES é socializada por acesso aberto ao Repositório Vitor Marinho e, por meio de blog/redes sociais, que estão em desenvolvimento.

Em 2019 a Rede CEDES integrou 82 Instituições de Ensino Superior, 114 Grupos de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte e Lazer e 335 pesquisadores.

Importante salientar o apoio a realização de eventos científicos de abrangência internacional como o “XXI CONBRACE - Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte” e “VIII CONICE - Congresso Internacional de Ciência do

Esporte”, por meio do Centro de Pesquisas da Rede CEDES do Rio Grande do Norte e em parceria com a UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Também foram realizadas parcerias para desenvolvimento de atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias e para estruturar a política de esporte estudantil, articulando as ações voltadas à iniciação e formação esportiva e competições esportivas.

A participação do Brasil na 25ª Edição dos Jogos Sulamericanos Escolares 2019, realizada em Assunção no Paraguai, contou com recursos do Governo Federal, viabilizando a organização e a participação da delegação brasileira no evento. Cabe ressaltar que o Brasil, compareceu com a maior delegação do evento, ao todo foram 222 pessoas, das quais 168 são atletas entre 12 a 14 anos de idade, alunos de escolas públicas e privadas (alunos bolsistas), e 54 técnicos, oficiais, dirigentes e gestores. Além do Brasil, participaram Argentina, Bolívia, Bonaire, Chile, Equador, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai. Atualmente, o evento é considerado a competição escolar mais importante das Américas, tendo sido Brasil campeão das últimas edições. Em 2019 houve recorde de medalhas na história brasileira nos jogos: 52 ouros, 28 pratas e 23 bronzes.

Entende-se que as atribuições da SNELIS definidas no PPA 2016-2019, dentro do Objetivo 1127, foram cumpridas e permitem continuidade na busca de “ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida” para o próximo quadriênio.

BRASIL NO ROL DAS POTÊNCIAS ESPORTIVAS MUNDIAIS

O esporte de alto rendimento é desenvolvido observando o ciclo olímpico e paralímpico, no ano de 2016, o cenário esportivo mundial passou por uma fase importante: o encerramento de mais um Ciclo Olímpico e Paralímpico e a consequente renovação para o novo Ciclo 2016-2020.

O Brasil teve a oportunidade de protagonizar esta transição com a preparação, promoção e realização dos Jogos “Rio 2016”, transformando o Rio de Janeiro no palco do maior evento esportivo do mundo e demonstrando, mais uma vez, a capacidade do País de sediar megaeventos esportivos com liderança e eficiência.

Programa Bolsa Atleta e Atleta Pódio

Atualmente, são seis as categorias de bolsa oferecidas pela Secretaria Especial do Esporte - SNEAR: 1) Atleta Estudantil; 2) Atleta de Base; 3) Atleta Nacional; 4) Atleta Internacional; 5) Atleta Olímpico e Paralímpico; e 6) Atleta Pódio.

O Programa completa quinze anos em 2020, tendo como prioridade o investimento em esportes que compõem o Programa de Competições dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, para formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o Brasil nas competições.

No Edital nº 1/2019, foram beneficiados 293 atletas, sendo 122 atletas olímpicos e 171 paralímpicos. Já o Edital nº 2/2019 contemplou 6.248 atletas nas categorias de bolsa Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico.

Cabe destacar os impactos positivos que o Programa Bolsa Atleta teve no desempenho brasileiro em competições esportivas. Em 2019 o Brasil conquistou 169 medalhas nos jogos Pan-americanos de Lima, no Peru, terminando em segundo lugar no quadro de medalhas. Do total de medalhas, 139 (82,2%) foram conquistadas por atletas apoiados pelo Bolsa Atleta. Já nos Jogos Parapanamericanos, das 308 medalhas do Brasil, 287 (93,1%) contaram com participação de atletas contemplados pelo Bolsa Atleta, sendo que o país ficou com a 1º colocação do quadro geral de medalhas, com 308 pódios, seguido por Estados Unidos (185) e México (158).

Nos Jogos Mundiais Militares, realizado em Wuhan, China, a delegação brasileira conquistou 98 medalhas no total, sendo que 78 (79,6%) tiveram participação de atletas bolsistas.

Nesse sentido, o Programa Bolsa Atleta tem a expectativa de manter o investimento nos atletas de alto rendimento para 2020, bem como contribuir para que o esporte nacional consolide o elevado padrão de qualidade do esporte Olímpico e Paralímpico desenvolvido no Brasil.

Ainda no sentido de apoiar modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas, no ciclo do PPA 2016-2019 o apoio foi conduzido de forma descentralizada por meio de parcerias com as entidades que compõem o Sistema Brasileiro do Desporto. Estas parcerias foram realizadas por meio de convênios, termos de fomento, termos de execução descentralizada, contratos de repasse e termos de compromisso, permitindo apoiar aproximadamente 90% das 70 modalidades integrantes do Programa olímpico e paralímpico “Rio 2016” e “Tóquio 2020”.

Política Nacional de Infraestrutura Esportiva

No ano de 2019 ocorreu um grande avanço no desenvolvimento das ações para implementação das políticas públicas voltadas para a infraestrutura esportiva. O maior destaque foi a publicação da Resolução Ministerial nº 01, de 20 de novembro de 2019, que aprovou a Política Nacional de Infraestrutura de Esporte – PNIE, cujo principal objetivo é orientar a implantação e a manutenção de edificações e espaços esportivos no País, com vistas a alçar o Brasil como potência esportiva, observando os princípios da boa e regular gestão dos recursos públicos.

Para o monitoramento dos instrumentos de repasse para obras de infraestrutura esportiva, está sendo desenvolvido o Cadastro Nacional de Infraestrutura Esportiva – CNIE, um portal eletrônico que trará as informações concentradas em um só lugar. Além disso, houve o desenvolvimento do Cadastro Online de Propostas de Obras de Infraestrutura de Esporte e a realização de visitas de orientação técnica em todas as regiões do País.

Ademais, ocorreu em 2019 investimentos para reforma, modernização, ampliação e construção de espaços esportivos em todas as regiões do País, que contribuíram para ampliação do exercício de atividades e o desenvolvimento dos atletas. Foram concluídas 1.153 obras de infraestrutura, que beneficiaram a população de 23 Estados da federação, com tipologias diversas de empreendimentos.

Centro de Iniciação ao Esporte – CIE

O programa para construção de Estações Cidadania Esporte (antigo Centro de Iniciação ao Esporte – CIE) constitui o maior projeto de legado de infraestrutura esportiva dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. O objetivo das unidades é ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em regiões de vulnerabilidade social das grandes cidades. Cada unidade pode ofertar até 13 modalidades olímpicas, 06 paralímpicas e 01 não olímpica.

Esse programa finalizou o exercício de 2019 com um total de 122 operações ativas, das quais, 93 possuem Autorização de Início de Obra e 29 estão inauguradas. As 15 Estações Cidânicas – Esporte inauguradas em 2019 estão distribuídas nos seguintes estados: 4 no Paraná, 5 em São Paulo, 2 no Rio Grande do Sul, 2 no Piauí, 1 no Acre e 1 no Espírito Santo. A Secretaria Especial do Esporte - SNEAR também buscou orientar os novos gestores municipais por meio de diversas ações, dentre as quais destacam-se: avaliação de benchmarking, audioconferências, portarias, dentre outras. Essas orientações foram voltadas para resultados, por isto, tiveram como foco a adequada gestão das obras e dos contratos públicos, visando fomentar a conclusão dos empreendimentos e a entrega para a comunidade.

Controle de Dopagem

A Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) atua como Autoridade de Coleta, Testes e Gestão de Resultados e no ano de 2019 com a formalização de uma parceria no valor de quase 4 milhões de reais conseguiu alcançar 92 da meta anual com 1.555 amostras válidas de urina e 95% da meta anual de amostras válidas de sangue: 341. Dessa forma, no ano de 2019 foram realizadas 8.697 coletas de amostras válidas e que compuseram o Plano de Testes da ABCD de 2019. É importante informar que se tratou do ano em que ocorrem os Jogos Pan-americanos e Para Pan-americanos de Lima.

Além disso, 2020 é o ano dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Tóquio, o que naturalmente demanda um aumento no número de controles a serem realizados, comprovando o comprometimento da ABCD com o controle de dopagem em relação aos seus atletas e nas competições realizadas em solo pátrio visando conferir credibilidade aos índices obtidos nas competições classificatórias e aos atletas que conquistarem seu direito de participação nestes eventos. Tais medidas buscam viabilizar a participação da Delegação Brasileira de forma limpa e livre de quaisquer formas de dopagem.

Todas as amostras cuja Autoridade de Teste é a ABCD devem ser analisadas por Laboratório creditado pela Agência Mundial Antidopagem. Por questões de eficiência e economicidade, as amostras colhidas pela ABCD têm sido encaminhadas ao Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), viabilizadas por meio de recursos públicos no valor de quase 4 milhões de reais, que custeou o Plano de Distribuição de Testes (PDT) de 2019 e suprirá a cobertura das análises do PDT de 2020, no primeiro trimestre.

Também nesse sentido, foi formalizado Termo de Descentralização de Recursos para a aquisição de kits de coleta (sangue e urina), caixas térmicas e bolsas de transporte de amostras biológicas para cumprimento dos Planos de Distribuição de Testes de 2020 a 2023", no valor total de R\$ 889.834,00 (oitocentos e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e quatro reais), junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, parceira da ABCD na luta contra a dopagem.

Na área de educação e informação, as ações prioritárias se basearam nos programas de prevenção com as ações educativas da Campanha #JOGOLIMPO, em parceria com Confederações (CBAAt, CBA, CBH, CBE etc) e o CPB (Comitê Paralímpico Brasileiro).

GESTÃO DO LEGADO OLÍMPICO

No ano de 2019, o Governo Federal aplicou mais de 80 milhões de reais para efeito da gestão e manutenção das instalações esportivas integrantes do Parque Olímpico da Barra e do Complexo Esportivo de Deodoro. Importa frisar que com o término de existência da Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO, conforme previa a Lei nº 13.747, de 23 de agosto de 2017, o Governo Federal criou o Escritório de Governança do Legado Olímpico - EGLO, por meio do Decreto nº 10.154, de 4 de dezembro de 2019, mantendo a gestão do Legado sob o Governo Federal, mas mantida a expectativa de temporalidade até que a gestão do legado olímpico seja repassada para a iniciativa privada.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em que pese a contração econômica sofrida pelo país nos últimos anos, os resultados obtidos demonstram satisfatório desempenho governamental nas políticas públicas voltadas a promoção do esporte. Ademais, no sentido de continuar a ampliar e qualificar seu desempenho institucional a Secretaria Especial do Esporte elaborou seu planejamento estratégico para os próximos anos, definindo ações prioritárias para a gestão do esporte no país.

Almeja-se a continuidade e o aperfeiçoamento dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelas secretarias finalísticas integrantes da Secretaria Especial do Esporte. Busca-se, ainda, potencializar o número de atendimento de pessoas com recursos públicos, orçamentários e extra orçamentários (Lei de Incentivo ao Esporte), de forma a utilizar a extraordinária ferramenta que é o esporte como meio para a inclusão social. Noutra perspectiva, busca-se contribuir direta e indiretamente para que o esporte brasileiro de Alto Rendimento continue a ter resultados satisfatórios, preferencialmente continuando a subir nos diversos rankings e quadros de medalhas.

PROGRAMA 2037

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza em todo o território nacional um conjunto de ações voltadas à redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas significativas da população. A magnitude e a dispersão territorial desse público que enfrenta situações diversas de vulnerabilidade e risco constituem grandes desafios que exigem, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso dos usuários, integração das ações e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas.

A tabela seguinte permite visualizar a magnitude e a distribuição regional da vulnerabilidade decorrente da renda.

Vulnerabilidade Social: Quantidade de Famílias*, por renda <i>per capita</i> mensal e Região (dez/2019)						
Renda <i>per capita</i> mensal das famílias	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Até R\$ 89,00 (extrema pobreza)	1.684.139	7.066.732	3.493.287	734.997	541.433	13.520.588
De R\$ 89,01 a R\$ 178,00 (pobreza)	392.584	844.937	1.026.268	318.327	271.411	2.853.527

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) * famílias registradas (extração em 14/12/19).

São 13,5 milhões de famílias em situação de extrema pobreza, das quais 52% na região Nordeste. Outras 2,8 milhões de famílias encontram-se em situação de pobreza (Sudeste e Nordeste com 1/3, cada).

Contudo, a pobreza tem um caráter multidimensional, não se limitando à questão da renda. Situações diversas de vulnerabilidades e riscos comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes, ampliam a evasão e baixo desempenho escolar, gravidez precoce (10–19 anos), trabalho infantil, homicídios e agressões, exploração sexual e drogadição, comprometendo a saúde, educação, qualificação educacional e profissional e as oportunidades de trabalho. O envelhecimento, a presença de deficiência e a violência urbana aumentam os riscos de isolamento e exclusão desses públicos. Esse conjunto de situações limita a capacidade de superação desses riscos, reforçando a volatilidade e precarização do trabalho e da renda, comprometendo a capacidade de manutenção dessas pessoas e de suas famílias.

Para enfrentar esses desafios, o programa 2037 – Consolidação do SUAS articula três objetivos, compreendendo: ações de Proteção Social Básica

e Especial; o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e a qualificação da gestão do SUAS e os mecanismos de participação e controle social.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos do Programa.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E ESPECIAL

O SUAS organiza seus serviços em dois níveis, considerando a complexidade das situações envolvidas. A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Esses serviços são ofertados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), em outras unidades públicas ou entidades de assistência social.

Em dez/2019, existiam quase 8,4 mil unidades CRAS (fonte: CadSUAS), presentes em quase todos os municípios, dos quais 7,4 mil (88%) recebem cofinanciamento federal para oferta de seus serviços. Essa rede permite a cobertura de 25,7 milhões de famílias, o que corresponde a 89% do total de famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) em dezembro/2019. Em 2019, os CRAS realizaram mais de 23,6 milhões de atendimentos e acompanharam a cada mês, em média, 1,3 milhão de famílias (fonte: RMA³). Para ampliar essa cobertura, o Governo Federal cofinancia a oferta de serviços por 1,2 mil Equipes Volantes (em mais de 1 mil municípios), que atuam junto a populações que vivem em áreas isoladas ou de difícil acesso. Em razão das limitações fiscais, desde 2016 não ocorreu expansão do cofinanciamento federal para ampliação dessa rede de unidades/serviços.

Esse trabalho com famílias é complementado pelo Serviço de Convivência, realizado em grupos organizados por faixas etárias, visando à socialização e convivência familiar e comunitária. Em 2019 o Governo Federal cofinanciou a oferta desse serviço em quase 5 mil municípios (89%), com capacidade de atendimento a 1,6 milhão de usuários, havendo incentivos financeiros para que metade dessas vagas seja destinada ao público prioritário. No último trimestre de 2019, os municípios informaram o atendimento de 1,9 milhão de usuários, dos quais 806 mil estavam identificados em uma ou mais situações prioritárias (fonte: SISC).

Referenciado no Marco Legal da Primeira Infância, o Programa Criança Feliz visa promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Nessa direção, articula a integração de ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura e direitos humanos. O SUAS integra o Criança Feliz, por meio de atendimentos da rede socioassistencial, às famílias com crianças alcançadas pelo programa, incluindo a realização de visitas domiciliares. Até dez/2019, quase 2,8 mil municípios aderiram ao Programa, dos quais 2,5 mil já haviam iniciado as visitas domiciliares, contando com 23 mil profissionais

³ Todos os dados do RMA referentes a 2019 são dados preliminares. Os dados consolidados serão divulgados ainda no 1º semestre de 2020.

(supervisores e visitantes). Desde sua implantação, o Programa já atendeu 857,2 mil indivíduos (710,2 mil crianças e 147 mil gestantes, de 702 mil famílias).

A Proteção Social Especial é direcionada a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, em situação de ameaça ou violação de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados.

Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são as principais unidades de prestação de serviços de Média Complexidade. Em dez/2019, o Governo Federal cofinanciava a oferta de serviços em 2,6 mil CREAS, cobrindo 2,3 mil municípios (96% de cobertura daqueles com >20 mil habitantes). Em 2019, o principal serviço dos CREAS realizou mais de 2 milhões de atendimentos particularizados e acompanhou, em média, mais de 256 mil casos (pessoas ou famílias) a cada mês (fonte: RMA). Em razão das restrições fiscais, a execução da meta de ampliar a cobertura da oferta regionalizada desses serviços ficou limitada a 117 municípios, no período 2016-2019.

Os CREAS também podem ofertar o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) em meio aberto (de liberdade assistida-LA e de prestação de serviços à comunidade- PSC). Em dez/2019, o Governo Federal cofinanciava a oferta desse serviço em aproximadamente 1,3 mil municípios. Em 2019, os CREAS acompanharam mensalmente quase 42 mil adolescentes em Medidas Socioeducativas (fonte: RMA).

Além disso, 228 Centros de Referência para População em Situação de Rua (Centro Pop), presentes em 203 municípios, também recebem cofinanciamento federal. Essas unidades prestam serviços de orientação individual e grupal, além de encaminhamento a outros serviços, contribuindo para a construção da autonomia, a (re)inserção social e proteção em situações de violência. Em 2019, essas unidades realizaram mais de 1,6 milhão de atendimentos, a mais de 380 mil pessoas (fonte: RMA).

O serviço de Abordagem Social busca identificar situações de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras, visando a inserção desses indivíduos e famílias na rede de serviços e a resolução de suas necessidades imediatas. Em dez/2019, o Governo Federal cofinanciava esse serviço em mais de 500 equipes (de CREAS e Centro Pop), em 265 municípios. Em 2019, foram realizadas 1,1 milhão de abordagens, a aproximadamente 485 mil pessoas (fonte: RMA).

Os Centros-Dia são unidades que ofertam atendimento especializado a pessoas com deficiência e idosas que vivem em situação de dependência de cuidados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 18 unidades, de 18 estados. Como esse serviço também pode ser prestado em unidades similares, sua cobertura é superior a 1 mil municípios, por meio de 1,6 mil unidades (das quais, 92% são entidades privadas). Além disso, foram implantadas 09 unidades específicas para o atendimento de crianças de 0 a 6

anos, com microcefalia ou deficiências associadas ao *Zika* vírus. Estima-se que cada unidade tenha capacidade de atender entre 30 e 150 pessoas/mês.

O trabalho infantil é uma das situações que recebem especial atenção da Assistência Social, por meio do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). As famílias identificadas nessas situações são incluídas no CadÚnico, beneficiadas com a transferência de renda do Bolsa Família e acompanhadas pelos CRAS ou CREAS e as crianças e adolescentes são inseridos em serviços socioeducativos, por meio do Serviço de Convivência (SCFV). Desde 2014, todos os estados, o DF e mais de 900 municípios identificados com alta incidência de trabalho infantil passaram a contar com recursos federais para o apoio à gestão. No período 2016-2019, esses municípios realizaram mais de 83 mil ações de enfrentamento do trabalho infantil (fonte: Simpeti).

A Alta Complexidade oferta serviços de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos (abrigos, casas-lares, repúblicas e residências inclusivas) e famílias acolhedoras (para crianças e adolescentes), destinados a indivíduos e famílias em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, em razão de rompimento ou inexistência de vínculos familiares e comunitários. Dados preliminares do Censo SUAS 2019 identificam mais de 6,1 mil unidades de acolhimento (60% não governamentais), que apresentam capacidade de atender 170 mil pessoas, em mais de 2,2 mil municípios. Ao final de 2019, o Governo Federal cofinanciava a oferta de 85,9 mil vagas, destinadas a idosos e mulheres em situação de violência, crianças e adolescentes, jovens e adultos com deficiência, população em situação de rua e migrantes.

Em resposta à situação de emergência decorrente do aumento de migrantes venezuelanos, especialmente em Roraima, o Ministério da Cidadania tem cofinanciado a manutenção de abrigos temporários e a interiorização dos migrantes em outros estados. Em 2019, foram interiorizados 22,3 mil imigrantes e outros 7 mil se encontravam em acolhimentos naquele Estado.

Outras situações emergenciais demandaram recursos e apoio do Ministério, especialmente Brumadinho (MG) e áreas afetadas pelo derramamento de petróleo na costa brasileira. Nesses casos, foram criados auxílios emergenciais para beneficiários do BPC e Bolsa Família, em Brumadinho, e pescadores profissionais artesanais domiciliados nos municípios afetados, o que demandou, no ano, recursos financeiros da ordem de R\$ 66 milhões.

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

A União também é responsável pelo financiamento e gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que transfere um salário mínimo mensal a pessoas com deficiência, de qualquer idade e que apresentem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, ou idosas com 65 anos ou mais, desde que, em ambas as situações, comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem tê-la provida por sua família. A renda familiar *per capita* mensal desses públicos alvo deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Em 2019, o BPC atendeu 4,6 milhões

de beneficiários, sendo 2,6 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de pessoas idosas.

A partir da publicação do Decreto nº 8.805/2016, todos os requerentes e beneficiários do BPC devem ser necessariamente registrados no CadÚnico, o que favorece o acompanhamento familiar pelos serviços socioassistenciais e o acesso dos beneficiários a outros serviços e programas que utilizam o CadÚnico como instrumento de seleção de seu público alvo.

Em dez/2019, quase 90% dos beneficiários do BPC já estavam registrados no CadÚnico, o que representa uma significativa evolução em relação ao final de 2016 (43,5%). O prazo para inclusão dos demais beneficiários será encerrado em maio/2020, sendo suspensos os benefícios daqueles que não efetuarem seu registro nesse prazo. Além disso, a partir da publicação do Decreto nº 9.462/2018, que alterou o Regulamento do BPC, ocorreu o fim da exigência de convocação por edital de beneficiários com indícios de irregularidades no recebimento do benefício. Para tornar mais ágil esse processo, a notificação tem ocorrido preferencialmente por meio da rede bancária.

Além disso, o Programa BPC na Escola visa promover o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, em idade escolar. O programa conta com a adesão de todos os estados, o DF e quase 5 mil municípios. O último cruzamento de dados do BPC com o Censo Escolar (Inep/MEC) mostrou que, em 2017, aproximadamente 347,6 mil beneficiários (65,3% dos 532,2 mil beneficiários com até 18 anos) encontravam-se registrados no sistema escolar. Uma das metas do SUAS no PPA era mobilizar e acompanhar 90% das famílias de crianças e adolescentes beneficiários do BPC em idade escolar que estão fora da escola.

APOIO À GESTÃO DO SUAS E AO CONTROLE SOCIAL

O Ministério da Cidadania (MC), por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), também coordena diversas iniciativas visando apoiar e qualificar a implementação do SUAS, no âmbito da gestão e dos mecanismos de participação e controle social em todas as esferas federadas.

O Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) é o principal instrumento para execução da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS. Por meio dele, o MC apoia os estados e o DF na implementação de seus planos de capacitação de técnicos, gestores e conselheiros da Assistência Social. Entre 2016-2019 foram capacitadas pelo programa 43 mil pessoas, que juntamente com outras estratégias, como cursos à distância (EAD), totalizaram 84 mil pessoas capacitadas.

Por fim, ao final de 2019 o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) já contava com 20,3 mil entidades na base de dados, das quais 12,9 mil já haviam concluído o processo de cadastramento (fonte: CNEAS). O registro no CNEAS é requisito para a realização de parcerias das entidades com o poder público, abrangidas pelo marco regulatório das organizações da sociedade civil – MROSC (Lei nº 13.019/2014), incluindo a concessão e renovação de Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS). O CEBAS é um importante

mecanismo de parceria público-privada, sendo o principal instrumento de financiamento indireto dessas entidades. Ao final de 2019, aproximadamente 5,4 mil entidades estavam usufruindo da certificação concedida pelo MC, das quais aproximadamente 1 mil foram concedidas ou renovadas no ano.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No período 2016-2019 a implementação da política de Assistência Social concentrou seus esforços na consolidação e qualificação dos serviços, benefícios e da rede de unidades prestadoras de serviços, visando ampliar sua efetividade no enfrentamento da pobreza, vulnerabilidades e riscos sociais.

A gestão empreendeu um grande esforço visando à manutenção dos serviços nos níveis existentes, apesar dos constrangimentos decorrentes da situação econômica e fiscal, inclusive nas esferas subnacionais, também responsáveis pelo cofinanciamento das ações. Nessa conjuntura, restaram prejudicadas grande parte das metas que visavam expandir as ações e, em decorrência, implicavam em aumento dos gastos. Provavelmente, esse permanecerá como um dos principais desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Ao longo da vigência do PPA 2016-2019, seu monitoramento revelou a necessidade de ajustes no programa, principalmente em razão de que alguns atributos, previstos em 2015, não levavam em consideração o cenário econômico e fiscal enfrentado pelo País nesse período, inclusive nas demais esferas da federação.

Para o próximo período (PPA 2020-2023), os principais desafios colocados para a Assistência Social e o SUAS compreendem:

- Viabilizar recursos orçamentários e financeiros para a manutenção dos serviços socioassistenciais ofertados nos níveis existentes;
- Implementar o novo desenho de revisão do BPC, adequando os normativos ao novo modelo de avaliação da pessoa com deficiência;
- Aprimorar a gestão das emergências sociais;
- Ampliar a articulação e integração do SUAS aos Sistemas Único de Saúde (SUS) e de Justiça, tornando-o mais efetivo e reduzindo sua crescente judicialização;
- Fortalecer a integração entre o Cadastro Único, os programas intersetoriais e as ofertas públicas governamentais e não governamentais no SUAS; e
- Aprimorar critérios de gestão e atendimento dos serviços e programas socioassistenciais, incluindo a regulamentação ou atualização de normativos do SUAS.

PROGRAMA 2038 DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

No momento atual, que sinaliza para a retomada do crescimento econômico, faz-se necessário continuar investindo no aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão capazes de auxiliar o Governo na busca de soluções que viabilizem a ação governamental. O Programa teve como compromisso central a busca pela efetiva simplificação e otimização da prestação de serviços capazes de alavancar a competitividade do País e atrair investimentos.

O provimento de serviços públicos eficientes requer o enfrentamento contínuo de desafios para aperfeiçoar e inovar a gestão, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia. Diante desse cenário, o Programa atuou em várias vertentes, focando na eficiência da gestão e simplificação de serviços públicos; uso integrado de tecnologia de informação; aperfeiçoamento da força de trabalho; fortalecimento da participação social e das políticas de comunicação, controle social e transparência; e no conhecimento da realidade brasileira por meio de informações estatísticas oficiais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa 2038 possui seis indicadores e concentra um rol de sete objetivos, que possuem diversas áreas de atuação. Entre os principais resultados, tem relevância, no âmbito da Plataforma de Cidadania Digital, a transformação digital de serviços públicos, que teve como objetivo a melhoria dos serviços prestados à sociedade e empresas, com ênfase na sua simplificação e digitalização.

Outra importante atuação do governo foi o fortalecimento dos controles internos, que contribuiu para o aprimoramento da gestão de recursos financeiros e para o subsídio à tomada de decisão. Nesse contexto, insere-se a Auditoria Interna Governamental, realizada pela Controladoria Geral da União (CGU), que contabilizou, no período 2016- 2019, benefícios financeiros, que representam R\$ 27,7 bilhões de economia efetiva e 1.099 benefícios não financeiros.

Somada a esses resultados, destacou-se a implementação de módulos do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet), que unificará em um banco de dados geoespaciais as bases cadastrais dos imóveis públicos pertencentes à União.

Entre os indicadores relevantes do Programa, o “% de servidoras no Poder Executivo”, apresentou a seguinte evolução: o quantitativo de servidoras ativas (força de trabalho) do Poder Executivo Federal obteve ligeiro crescimento no período do PPA 2016-2019, de 1,1%. De fato, em 2014, ano de referência do

índice do indicador, as mulheres respondiam por 46% da força de trabalho, enquanto que, em 2019, esta representatividade passou a ser de 46,50%.

O indicador “Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC”, em relação a 2015, ano de referência para o indicador, 2019 apresentou acréscimo da 2 média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC na ordem de 42,5%. Passando a média mensal de 7.914 pedidos para 11.276. Além disso, vale destacar que o percentual de pedidos feitos que estavam em omissão atingiu, em 2019, o índice de 0,04%, em um universo de 832.287 pedidos. Um recorde histórico de baixas omissões.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

O Governo Federal tem desenvolvido atividades no sentido de aprimorar as políticas públicas, por meio de ações que promovam a participação social e que fortaleçam a capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública. Na atribuição de promover a participação social no âmbito do Governo Federal, a Plataforma Participa.br representou uma ferramenta de governança digital de diálogo entre a sociedade e o Governo Federal em diferentes assuntos. Pelo portal digital, diversos órgãos realizaram consultas públicas de propostas de normativos, a fim de promover o aperfeiçoamento de políticas públicas. Complementarmente, foi dada continuidade ao desenvolvimento do novo portal de participação social do Governo Federal, onde foi estabelecida a necessidade de migração dos conteúdos dos portais governamentais para o portal único, registrado sob o domínio “gov.br”.

CAPACIDADE DO ESTADO DE PROVER ENTREGAS À SOCIEDADE COM QUALIDADE

Em apoio à gestão pública, destacou-se, em 2019, a Jornada de Transformação de Serviços Públicos, que consistiu em atividades de automação de serviços públicos e oferta de soluções de TI, para fornecer à administração pública ferramentas de gestão para melhoria dos serviços prestados aos cidadãos e empresas, com ênfase na sua simplificação e digitalização. Ressalta-se o lançamento do Portal GOV.BR, que visou centralizar as informações de serviços e notícias do Governo Federal e hoje conta com mais de três mil serviços cadastrados.

Outra ferramenta que possibilitou a administração pública tornar-se mais eficiente, com foco na economia de recursos financeiros, refere-se à edição de normativos, no âmbito do Sistema de Serviços Gerais (Sisg), com destaque para os seguintes atos: i) Decreto nº 9.764, 11 de abril de 2019 – dispõe sobre o recebimento de doações de bens móveis e de serviços, sem ônus ou encargos, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal, operacionalizado por meio do Reuse.Gov; ii) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - regulamenta

a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens, a contratação de serviços comum e a implantação do novo sistema eletrônico; iii) Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019 - estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal; iv) Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019 - dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da APF e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), simplificando as regras do planejamento das compras governamentais; v) 3 Portaria ME/GAB nº 179, de 22 de abril de 2019 – dispõe sobre medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços.

Importa anotar que o Decreto 10.035, de 1º de outubro de 2019, criou a Plataforma+Brasil, com o objetivo de operacionalizar todos os tipos de transferências da União, ampliando o universo dos tipos de instrumentos, não ficando restritos às transferências voluntárias. Nesse contexto, considerando que o Decreto 9.745, de 8 de abril de 2019, alterou o nome Rede Siconv para Rede+Brasil, foram publicados atos visando ao aperfeiçoamento do marco regulatório do processo de transferências da União, no âmbito dessa Rede, tais como: i) IN ME/CGU nº 1, de 17 de fevereiro de 2019 – estabelece diretrizes para análise de prestações de contas de convênios e contratos de repasses, enviadas a partir de 01/09/2018, com base na metodologia de avaliação de riscos; ii) IN nº 206 de 18 de outubro de 2019 - estabelece prazos para que órgãos e entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal, utilizem obrigatoriamente a modalidade de pregão, na forma eletrônica, ao executarem recursos transferidos da União para a aquisição de bens e serviços.

No intuito de promover a racionalização da APF, foi publicado o Decreto nº 9.725, de 12 de março de 2019, que promoveu o corte de vinte e um mil cargos em comissão, funções de confiança e gratificações no âmbito do Poder Executivo federal. A ação possibilitou, além da redução de quantitativos e de tipologias existentes, uma economia orçamentária anual na ordem de 194 milhões de reais.

No que se refere à gestão do patrimônio da União, foram entregues, no âmbito do Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio da União (PMPGU), produtos relevantes, cabendo destacar módulos do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet); o Projeto Acervo sob tutela da Superintendência do RJ; e os avanços na metodologia e captura, armazenamento e tratamento relacionadas a cartografia e geoinformação. Na busca por economia de recursos e reduzir despesas com aluguéis, o valor por venda dos imóveis sem interesse público, social e econômico dobrou e as alienações atingiram a marca de R\$ 180 milhões.

Outra importante frente de atuação do governo é o fortalecimento dos controles internos. No âmbito da promoção da Auditoria Interna Governamental, realizada pela CGU, foram aferidos benefícios financeiros, que decorrem, principalmente, da implementação pelos gestores públicos federais das recomendações decorrentes de auditorias de avaliação na execução de programas de governo; na gestão de administradores públicos; em operações de crédito externos; apurações de denúncias e representações; em tomadas de contas especiais; e em atos de pessoal. No quadriênio 2016-2019, foram contabilizados 493 benefícios financeiros, que representam R\$ 27,7 bilhões de economia efetiva e 1.099 benefícios não financeiros.

Para fomentar a atuação do Estado com qualidade, houve a ampliação da maturidade sobre governança, gestão de riscos, controles internos e integridade dos órgãos e entidades federais. Durante a vigência do PPA, foram capacitados mais de 11 mil servidores públicos, provendo aumento de entregas com qualidade à sociedade.

Adicionalmente, visando a melhoria da gestão pública, foram elaborados os instrumentos: Avaliação de Políticas Públicas – Guia Prático de Análise Ex Ante; Avaliação de Políticas Públicas – Guia Prático de Avaliação Ex Post; e Guia da Política de Governança Pública, documentos aprovados pelo Comitê Interministerial de Governança (CIG) no ano de 2018, conforme art.º 9 do decreto nº 9.203/2017.

No quadriênio 2016-2019, com a prestação de serviços de consultoria, no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, foram intensificadas as ações de desburocratização e simplificação administrativa, agregando valor público à sociedade. Neste contexto, as consultorias realizadas proporcionaram a publicação do Decreto Federal nº 9.412/2018, que atualizou os valores de referência das modalidades previstas da Lei nº 8.666/1993, proporcionando economia em mais de 30% dos casos. Foi instituído, também, o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) 100% digital. O instrumento possibilitará a extinção do atendimento presencial em 1.856 unidades, gerando uma economia de R\$ 65 milhões/ano.

Outra iniciativa foi o desenvolvimento de instrumentos gerenciais (painéis) que fornecem informações relacionadas ao pagamento de benefícios pelo Governo Federal, o que fortalece a gestão de riscos do gestor público federal responsável pelas políticas e oportuniza o controle social por permitir eficiência na gestão de benefícios previdenciários – como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade, auxílio maternidade e auxílio reclusão – quanto de benefícios assistenciais relacionados ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e ao Bolsa Família.

Ainda nessa seara, consultoria realizada no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para aprimoramento do desenho do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), resultou na internalização, pelo Ministério, de metodologia para desenvolvimento dos modelos lógicos, para vinculação entre Planejamentos Estratégicos e Orçamentários. Outra consultoria no Ministério

da Integração proporcionou melhorias no desenho da política pública do Cartão Reforma por meio do aprimoramento dos controles internos, redução de custos e melhores mecanismos de supervisão ministerial.

EFICIÊNCIA DA AÇÃO DO ESTADO VIA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E APRIMORAMENTO DA GESTÃO

Uma das frentes de atuação foi a disseminação para a sociedade da prestação de serviços de forma eletrônica pelos órgãos. Nesse contexto, a Plataforma de Cidadania 4 Digital apresentou-se como estratégia para acelerar a transformação de serviços públicos em todos os órgãos e entidades da APF. No total, em 2019, foram transformados digitalmente 515 serviços públicos, significando que mais 18 milhões de brasileiros puderam solicitar serviços públicos, sem precisar se deslocar fisicamente. O impacto econômico da digitalização dos serviços foi de uma economia anual de R\$ 346 milhões para o governo, reduzindo despesas de pessoal e espaço físico de atendimento. Ainda como ação para aumentar a eficiência do Estado na transformação digital, de 2016 a 2019, mais de 460 serviços públicos digitais foram integrados à Plataforma de Autenticação Única, envolvendo mais de 15 Órgãos Públicos Federais, 27 Unidades da Federação e dois Municípios. O Login Único possui mais de 45 milhões de contas cadastradas (cidadãos).

Outra frente de atuação voltada para eficiência da ação do Estado foi a edição de marcos normativos de controles internos e gestão de riscos: i) Instrução Normativa (IN) Conjunta CGU/MP nº 01/2016, que estabelece aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal o dever de implementar, manter, monitorar e revisar os controles internos da gestão, identificando, avaliando e gerenciando os riscos que possam impactar os objetivos estabelecidos pelo Poder Público; e ii) Decreto nº 9.203/2017 que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O citado decreto estabelece que as auditorias internas governamentais devem abranger a avaliação e a melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança.

Ainda no contexto de aprimoramento da ação do Estado, por meio da melhoria dos processos de gestão e do emprego de tecnologia da informação foram aperfeiçoados os processos de análise de Tomadas de Contas Especiais (TCE) e atos de pessoal, com a utilização dos sistemas e-TCE e e-Pessoal, que agilizam as análises realizadas. No eTCE eliminou-se o processo físico, proporcionando maior celeridade e fidedignidade dos dados. No e-Pessoal foram colocados filtros que impedem a continuidade de atos com inconsistências, o que permite a emissão direta do parecer do controle interno em atos sem pendências.

No processo de aprimoramento da gestão, visando a contribuição para o aumento da participação privada nos investimentos de infraestrutura, principalmente para acesso aos recursos de fundos de apoio à projetos de

parcerias público-privadas, foi iniciado durante a vigência do PPA o projeto de Avaliação da Maturidade Regulatória, em parceria com o Escritório das Nações Unidas de Serviços e Projetos (UNOPS). O projeto tem como objetivo avaliar a maturidade regulatória dos órgãos públicos em âmbito nacional, de forma a apoiar governos e órgãos reguladores a identificar gargalos e oportunidades na estrutura regulatória e pode contribuir com o processo ascensão do Brasil à OCDE.

Outro destaque quanto ao aumento da eficiência da ação do estado via tecnologia da informação na vigência do PPA 2016-2019 foi o desenvolvimento, pela CGU, do sistema “Malha Fina de Convênios”. O sistema utiliza a tecnologia de aprendizado de máquina para análise automatizada das prestações de conta em transferências voluntárias da União.

Visando agregar valor à gestão, houve o aperfeiçoamento do marco regulatório e da supervisão técnica desenvolvida nas Unidades componentes do Sistema de Controle Interno (SCI) e nas auditorias singulares do Poder Executivo Federal (PEF) no sentido da melhoria dos processos de trabalho, das ferramentas e do desenvolvimento de competências dos servidores que atuam na atividade de auditoria interna governamental. Assim, foram desenvolvidos o Referencial Técnico e o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental, que estabelecem procedimentos, princípios, diretrizes e requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal.

Ainda com vistas a agregar valor à gestão, foi aperfeiçoada a supervisão técnica sobre as UAIG com a edição de Instruções Normativas estabelecendo a sistemática de quantificação e registro dos resultados e benefícios da atividade de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal e diretrizes para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e para o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT).

Buscando o aumento da eficiência da ação do estado via aprimoramento da gestão, visou-se a melhoria no processo de governança e integridade dos órgãos e entidades do governo federal e empresas estatais. No âmbito do PPA 2016-2019 foi avaliado o grau de maturidade das medidas de integridade de empresas estatais e foram realizadas avaliações de sustentabilidade econômico-financeira. Além disso, foram desenvolvidas ações para mitigar riscos atrelados aos processos de desestatização e desinvestimento.

EFICIÊNCIA DA FORÇA DE TRABALHO DO ESTADO

O Governo Federal, por meio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), priorizou ações com alto potencial para criação de capacidades institucionais nos órgãos e entidades da APF. Como resultado dessa iniciativa, em alinhamento ao Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019, que dispõe sobre os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e

Assessoramento Superiores (DAS) e das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), passou-se a considerar essencialmente as competências técnicas e comportamentais necessárias às respectivas entregas.

O Governo implementou soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho, com destaque para o projeto Sistema de Gestão de Pessoas (Sigepe). A evolução do Sistema conta, em 2019, com o desenvolvimento de sete módulos, que já estão em utilização pelos usuários e áreas de recursos humanos do Executivo Federal. Também foram entregues novas funcionalidades nos módulos anistiado político, requerimento, aplicativo mobile (carteira digital e atualização cadastral) e seleção de pessoas. Foi implantado, ainda, o novo módulo SigepeLegis, nova interface web para diversas transações do legado e perícia médica virtual.

GESTÃO DAS INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCIÊNCIAS E REGISTROS ADMINISTRATIVOS

A realidade brasileira sofre profundas transformações econômicas, sociais e ambientais de forma dinâmica e contínua. Em 2019, destacam-se os seguintes resultados que contribuíram para o aprimoramento da realidade brasileira: i) início da divulgação dos resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018); ii) atualização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com divulgação em 2020, a partir dos resultados da POF 2017-2018, que atualizou os hábitos de consumo, despesas e renda das famílias; iii) PNAD Contínua: retrato do mercado de trabalho do interior do país; iv) divulgação dos resultados definitivos do Censo Agropecuário 2017; v) divulgação do Índice de Preços ao Produtor (IPP com nova série histórica).

Vale destacar, ainda, a realização do Censo Demográfico, com coleta prevista para 2020. Em 2019, foram realizadas as seguintes etapas: definição dos temas e do tamanho dos questionários do Censo 2020; realização da Segunda Prova Piloto; e do Censo Experimental, uma espécie de ensaio geral do Censo Demográfico. Importante ainda a atuação do Governo Federal, por meio do IBGE, para ajudar no resgate das vítimas em Brumadinho (MG), divulgando de forma antecipada as coordenadas geográficas dos domicílios rurais e estabelecimentos agropecuários em Brumadinho (MG) e outros 17 municípios da região para ajudar no resgate das vítimas do rompimento de uma das barragens da Mina do Feijão, bem como outras informações geoespaciais sobre a região atingida.

CONTROLE SOCIAL, TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO

O Governo Federal, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), trabalhou no aprimoramento de instrumentos de transparência e no monitoramento da implementação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de

2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI). A avaliação do atendimento à LAI realizada em 2019 abrangeu 11 agências reguladoras do Poder Executivo Federal. As devolutivas dos órgãos, juntamente com sua avaliação e resultados, estão disponibilizados em transparência ativa no site www.lai.gov.br. Outra ação de destaque na promoção da transparência e acesso às informações governamentais foi a avaliação da política de Dados Abertos, estabelecida pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, ocasião em que é verificado se os Planos de Dados Abertos (PDAs) estão disponibilizados pelos órgãos públicos. As informações são publicadas no Painel de Monitoramento de Dados Abertos (<http://paineis.cgu.gov.br/dadosabertos>). Vale destacar, ainda, as atividades do Portal da Transparência do Governo Federal (www.transparencia.gov.br), principal ferramenta de divulgação de informações sobre servidores, sanções, contratos, convênios, receitas e despesas com atualização diária. Em 2019, o Portal da Transparência recebeu informações sobre o Benefício de Prestação Continuada para monitoramento dos gastos públicos do Governo Federal e foram iniciadas tratativas de dez novas bases para a publicação em 2020.

Cumprindo com o compromisso de instituir mecanismos que aprimorem o tratamento e apuração das denúncias, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, em 2019 foram implementadas na Plataforma Fala.BR novas funcionalidades relacionadas à proteção e salvaguarda dos dados pessoais e de identificação do denunciante, adequado a plataforma aos requisitos da Lei n. 13.460/2017. Além disso, cabe destacar a assinatura do Decreto n. 10.153/19 que dispões sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta.

O Decreto determina que as ouvidorias que compõem o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal adotem uma série de medidas adicionais para resguardar a identidade dos denunciante, dentre elas a obrigatoriedade de solicitar o consentimento do denunciante para realizar o trâmite de sua denúncia para outra ouvidoria competente e de retirar todas as informações que poderiam revelar a sua identidade, sempre que o consentimento for negado ou quando for enviada às unidades de apuração. Com a pseudonimização como regra, cabe às referidas unidades comprovar à ouvidoria a necessidade de conhecer a identidade do denunciante para os fins apuratórios.

O Governo Federal também atuou na implementação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas. Como ação de fortalecimento institucional da Ouvidoria Pública, destaca-se a institucionalização da Rede Nacional de Ouvidorias, por meio do Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019. A institucionalização da Rede permitiu a ampliação do Programa de Fortalecimento das Ouvidorias (Profort), com a disseminação da Plataforma Fala.BR e do Programa de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco) para União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para que a sociedade acesse informações sobre serviços, foi instituído, por meio do Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019, o

portal único "gov.br, local onde estão cadastradas as informações sobre mais de 3.465 serviços públicos federais.

FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL COM A SOCIEDADE

O Governo atuou de forma alinhada ao fortalecimento da comunicação social do Poder Executivo federal com a sociedade. Neste sentido, desenvolveu ações de Publicidade Institucional e Publicidade de Utilidade Pública, com objetivo de dar visibilidade aos atos e decisões do Governo Federal, prestar contas à sociedade e divulgar temas de interesse social. Dentre as ações de publicidade institucional, cabe destacar campanhas como “Nova Previdência” que teve por objetivo esclarecer as dúvidas da população, de forma clara e objetiva, sobre a necessidade da revisão do sistema previdenciário do país. A campanha “Brasil by Brazil”, que será permanente, visa construir uma imagem do Brasil no exterior, com disseminação de informações em redes sociais, inserções em rádios, aeroportos e metrô.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os resultados do Programa refletem o compromisso do Governo Federal de continuar avançando no aprimoramento da gestão por meio de auditoria governamentais e na simplificação da relação com a sociedade, reduzindo procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade dos serviços públicos. De forma geral, o Programa apresentou bom desempenho na execução dos objetivos e metas, o que pode ser verificado pelas atividades desenvolvidas em apoio à gestão pública, como a transformação digital de serviços públicos, gerando economia de recursos financeiros para o País.

Contribuiu também para o Programa, a criação da Rede+Brasil, que é uma rede de governança colaborativa para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria dos processos de gestão das transferências da União, por meio da Plataforma +BRASIL, a qual o Siconv integra.

Cabe também destacar as ações exercidas para melhorar o potencial econômico e socioambiental do patrimônio imobiliário da União, com a entrega, em 2019, de módulos do Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais (SPUnet).

Como desafios do Programa a serem enfrentados no PPA 2020-2023, os mais prementes são: aumento de serviços digitais oferecidos pelo Governo Federal; facilidade do cidadão ao acesso à informação; aumento na quantidade de cidadãos com identidades digitais emitidas; crescimento da migração dos portais para o Portal único.gov.br; e crescimento na satisfação nos serviços avaliados pelo cidadão.

PROGRAMA 2039

GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA, GARANTIA DA ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIO

Os desafios do Ciclo do PPA 2016-2019, envolvem a retomada do crescimento econômico sustentado, a inclusão social, a redução das disparidades sociais e regionais, o cumprimento das metas de inflação e a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Assim, o programa 2039, no âmbito do PPA 2016-2019, foi norteado pela diretriz do “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia” envolvendo órgãos e entidades vinculadas ao extinto Ministério da Fazenda (MF) e atual Ministério da Economia (ME). O programa baseia-se, entre outras ações, na busca de mecanismos para aumentar a taxa de investimento da economia com medidas articuladas para a retomada do crescimento e conseqüente elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

A fim de retomarmos o crescimento da economia brasileira precisamos de um conjunto de reformas de reequilíbrio fiscal, no qual a Nova Previdência assume papel de protagonismo, bem como da melhora do ambiente de negócios, em que o investimento capitaneado pelo setor privado possa ser guiado pelas melhores oportunidades de mercado, ampliando a produtividade e gerando maior crescimento e desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os resultados de 2016 a 2019 mostrados pelos indicadores macroeconômicos do programa 2039 mostraram que a economia brasileira segue em processo de recuperação gradual, especificamente em 2019 que marca a retomada do crescimento na economia brasileira, com maior vigor dos indicadores econômicos nos últimos meses do ano. Boa parte dessa retomada reflete os resultados das medidas e reformas adotadas pelo governo.

Diversas agendas encontram-se em pleno andamento, seja para obter equilíbrio fiscal (Nova Previdência, combate à corrupção e a desperdícios; Cessão Onerosa; reforma tributária; reforma administrativa), seja para aumento da produtividade (Abertura Econômica com acordo entre Mercosul e União Europeia; aumento da Liberdade Econômica, com redução de burocracia e regulação excessiva; Novo FGTS; choque de energia barata; e privatizações). Essas medidas contribuem para o crescimento econômico e geração de emprego e renda e tem ajudado o país a obter melhor inserção no cenário internacional.

A inflação registrada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) situou-se em 4,31% nos doze meses encerrados em dezembro de 2019. O índice ficou bem próximo do centro da meta estipulada para o ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 4,25% a.a., com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual, para mais ou para menos. Isso

afetou positivamente a redução da taxa de juros que alcançou o patamar mais baixo da série histórica, 4,50%a.a. O ótimo resultado do IPCA alinhado à retomada do crescimento do PIB confirma o processo contínuo de recuperação sustentável da economia brasileira.

Pelo lado da receita fiscal, verificou-se também melhora do ambiente econômico no País, que contribuiu para que, em relação a 2018, a arrecadação apresentasse crescimento significativo, de 9,7% em 2019. O Resultado Primário do Setor Público finalizou 2019 em -0,9% do PIB e também apresentou melhoras, com redução do déficit em relação ao ano anterior.

Com a melhoria das condições fiscais já se observa importante redução do risco país, que está em níveis inferiores à média do período de classificação do Brasil como grau de investimento (abr/2008 a set/2015). Mesmo com as incertezas do mercado internacional, o Brasil tem conquistado uma posição de credibilidade que se destaca entre seus pares no cenário internacional.

Abaixo, destacam-se, por Objetivo, as execuções das principais metas do programa.

Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Destaca-se que a inflação sob controle contribuiu para um ambiente favorável de retomada da economia brasileira. O IPCA, medida oficial de inflação, ficou abaixo do centro da meta (4,25%) ao longo de todo o ano de 2019, tendo se elevado, nos meses de novembro e dezembro, devido ao impacto do aumento dos preços da carne e do feijão. No entanto, os preços controlados permitiram a redução consistente dos juros básicos na economia, com a meta da Taxa Selic encerrando o ano em seu menor patamar (4,5% aa).

Assim, a economia brasileira apresentou recuperação gradual ao longo de 2019. Em dezembro de 2019 o crédito ampliado a empresas e famílias situou-se em 79,2% do PIB, com avanço de 8,3% em doze meses, destacando-se o crescimento expressivo do financiamento às empresas não financeiras por meio do mercado de capitais, refletindo a busca das empresas não financeiras por financiamentos menos onerosos e a demanda dos Fundos de Investimento (FIs) por ativos mais rentáveis, o que não impacta em aumento relevante do risco de liquidez. Por outro lado, o crédito às famílias manteve ao longo do ano tendência de aceleração do volume de crédito concedido.

Os indicadores de capitalização e de alavancagem continuam significativamente superiores aos requeridos pela regulação. A retenção de lucros tem sido a principal fonte de aumento de capital principal, o que corrobora a percepção de avanço em qualidade. E assim como em períodos anteriores, o nível de provisões mantém-se confortável, em linha com o perfil de risco da carteira de crédito, não indicando a necessidade de novas provisões que possam comprometer a qualidade de capital disponível. Em termos prospectivos, a adequada adaptação ao arcabouço de Basileia III, a sustentável geração de resultados e a folga de capital devem permitir que os índices de capitalização se mantenham sólidos, mesmo em um cenário de retomada do crédito.

Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo que é assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional.

Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.

O início do ano de 2019 foi bastante desafiador, dado que a economia brasileira passou por diversos choques de curto prazo, como as incertezas intrínsecas ao período eleitoral, a tragédia de Brumadinho, a crise da Argentina e as incertezas do ambiente externo. Com isso, projetos foram adiados e a economia tendeu a se recuperar em ritmo mais lento que o esperado.

No final do 4º trimestre de 2019, a economia brasileira continuou a mostrar sinais de recuperação do ritmo de crescimento da atividade. Houve aumento do emprego e da renda, com conseqüente redução da taxa de desocupação. A inflação manteve-se controlada e permitiu que os juros chegassem em seus menores patamares históricos. Com a melhora do desempenho macroeconômico, houve aumento das expectativas em relação à economia brasileira, que se traduziu em queda do risco-país e maior confiança de empresários e consumidores.

Nesse sentido, com vistas ao desenvolvimento do financiamento privado em infraestrutura, o Ministério da Economia tem buscado aperfeiçoar a legislação que trata dos instrumentos financeiros referentes ao setor, com destaque para medidas de aprimoramento da Lei nº 12.431/2011, focadas principalmente no incremento do mercado privado de financiamento de longo prazo. Destaca-se que a emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura, uma das principais formas de financiamento de empreendimentos do setor, atingiu o volume recorde de R\$ 33,8 bilhões em 2019.

Em 2020, o principal desafio é a implementação das medidas já propostas no âmbito da Iniciativa de Mercado de Capitais (IMK). Estão previstas importantes modificações legais voltadas para a criação de uma nova modalidade de debêntures de infraestrutura, com o objetivo de atrair mais investidores institucionais e estimular a participação de estrangeiros, sobretudo por meio de alterações na forma de tributação e enquadramento de fundos.

Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.

Garantir o equilíbrio fiscal é condição necessária para que o Estado possa atuar de forma sustentável ao longo do tempo e no longo prazo. Desta forma, aprimorar a gestão de receitas e despesas, fornecendo ao Estado mecanismos para manter a responsabilidade fiscal, se torna fundamental para atingir este objetivo. Isto posto, foram tomadas várias iniciativas ao longo de 2019 de forma a aprimorar a gestão de receitas e despesas. Como exemplo destas iniciativas, pode-se citar a melhora da estruturação dos registros contábeis e fiscais dos regimes previdenciários, através da atualização das estimativas de provisões

previdenciárias referentes aos servidores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da União e das pensões dos militares.

Importante destacar que, ao longo de 2019, foram feitas análises regulares da sustentabilidade da dívida bruta e líquida do setor público, o que envolve projeções da DBGG (Dívida Bruta do Governo Geral) e da DLSP (Dívida Líquida do Setor Público). As análises conduzidas mostraram que ainda é fundamental manter esforços no processo de consolidação fiscal, para assegurar um comportamento mais benéfico da dívida pública.

Pelo lado da receita, no ano de 2019, com a continuidade da melhora do ambiente econômico, a arrecadação federal cresceu 6,1% em termos reais (preços corrigidos pelo IPCA), um crescimento significativo. Destaca-se a receita obtida no leilão dos excedentes de petróleo dos contratos de cessão onerosa do pré-sal e pela nova política de dividendos.

Por fim, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios, foi realizada a transferência de parte dos recursos arrecadados pela União, por meio do leilão da cessão onerosa, aos entes subnacionais.

Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.

O Ministério da Economia tem buscado reduzir as fragilidades estruturais, advindas de gestões anteriores, por meio de um conjunto coordenado de reformas e medidas de política econômica voltadas para garantir a estabilidade econômica, melhorar a alocação e uso dos recursos públicos, estimular a inovação, incentivar o aumento da produtividade dos fatores e dos investimentos, promover maior integração regional, nacional e global, preservando-se o equilíbrio das contas públicas, de modo a permitir o crescimento econômico e a expansão da renda e emprego no País.

As políticas de direcionamento de crédito implementadas no período 2010- 2016 elevaram a ineficiência alocativa, que é fonte primária de misallocation. Nesse sentido, o atual governo tem buscado a melhoria do arcabouço regulatório para o mercado de crédito, de modo a expandir, em bases sustentáveis, a parcela do crédito alocado pelo mercado. A redução da ineficiência alocativa (misallocation) é a estratégia central de política econômica do governo para aumento da produtividade. Essa orientação está refletida nas recentes iniciativas de regulamentação do sistema financeiro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e também na política de devolução de recursos fornecidos pelo Tesouro Nacional aos bancos públicos através de empréstimos e de instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD).

Os números do saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional mostram aumento das operações com crédito livre e correspondente diminuição das operações com crédito direcionado em 2019. A diminuição do saldo de operações de crédito com recursos direcionados sofre influência da queda de participação da concessão de crédito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em contrapartida, observa-se elevação da participação privada no mercado de capitais, como no caso de emissões corporativas. Outra evidência da diminuição da participação do Estado no mercado de crédito pode ser observada no saldo total de crédito operado por instituições financeiras sob controle privado que, em

dezembro/2019, foi superior ao operado por instituições públicas, mantendo tendência constatada nos meses anteriores. Em relação a dezembro de 2018, percebe-se aumento da participação de instituições privadas, que era de 48,7% e passou a ser mais da metade do saldo total (52,9%).

No que diz respeito ao mercado de trabalho, o Ministério da Economia vem implementando um amplo processo de atualização e modernização das Normas Regulamentadoras (NRs) de Segurança e Saúde no Trabalho e de consolidação e simplificação de decretos trabalhistas, com o objetivo de garantir a saúde e a segurança do trabalhador por meio de regras mais simples e racionais, que não onerem desnecessariamente as empresas pela imposição de requisitos que pouco contribuem para efetivamente proteger a saúde e a segurança do trabalhador.

Entre as políticas para redução da misallocation implementadas pelo governo em 2019, destaca-se o Novo FGTS. As novas regras do FGTS atacam o problema da ineficiência no uso dos recursos por três canais: cria o saque aniversário, elevando o retorno regular do trabalho formal; elimina a multa de 10% por demissão, facilitando a realocação de recursos na economia; e cria um mercado de crédito de recebíveis de saque aniversário que barateia o crédito especialmente aos trabalhadores de menor renda. Uma vez que o Novo FGTS eleva o retorno do trabalho formal, cria-se um redirecionamento da mão de obra para o caminho da formalização, e, portanto, de retomada da produtividade. Dessa forma, o Novo FGTS reduz a misallocation decorrente da alta informalidade na economia brasileira. O fim da multa de 10% sobre a demissão também estimula melhor alocação de recursos na economia.

O Novo FGTS propicia a criação de um novo mercado de crédito, utilizando os recebíveis futuros de saque aniversário como garantia. Uma vez que essa garantia tem risco muito baixo, os juros cobrados da nova modalidade serão muito menores que os cobrados em modalidades que não contam com garantias sólidas. O resultado é uma maior eficiência no sistema financeiro, possibilitando aos trabalhadores o acesso a crédito a juros baixos, hipótese não existente até então. A medida reduz as fricções financeiras e gera maior eficiência na alocação de recursos.

No tocante a atividades lotéricas, merece destaque a iniciativa de aperfeiçoamento da regulamentação da exploração de loterias por entidades turfísticas (jôqueis-clubes), hipótese prevista no artigo 14 da Lei 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Também teve início, em 2019, com a criação da modalidade lotérica Apostas Esportivas de Quota Fixa, nos termos do disposto nos artigos 29 a 35 da Lei 13.756/2018, o processo de regulamentação dessa nova modalidade lotérica, a qual, em princípio operada sob regime de concessão, haverá de fomentar o mercado nacional de apostas esportivas, de modo a inserir o País no ambiente de negócios mais rentável do mercado internacional de captação de apostas com pagamento de prêmios. Destaca-se a realização do leilão da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex), realizado sob a coordenação do Ministério da Economia, ocorrido em 22 de outubro de 2019, cuja oferta de outorga chegou a R\$ 818 milhões, havendo previsão de que as vendas do produto lotérico (Lotex) se iniciem no segundo semestre de 2020.

Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Ao longo de 2019, houve desaceleração da atividade global, em parte devido às incertezas políticas, decorrentes do impasse para solução do conflito comercial entre Estados Unidos e China e da indefinição do processo de saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit). Em conjunto, esses eventos afetaram a confiança dos empresários, o que exerceu influência negativa sobre o comércio internacional e, portanto, sobre o fluxo de exportações e importações e os potenciais lucros decorrentes dessas atividades. A consequência de todos esses fatores acarretou o arrefecimento da demanda global. Apesar do ambiente internacional conturbado, o Brasil tem procurado fazer o ajuste interno por meio de reformas pró-mercado e estabelecer acordos bilaterais relevantes como o do Mercosul com a União Europeia, o maior acordo comercial da história mundial.

As reduções de tarifas ao comércio trouxeram aumento de cerca de 6% na produtividade total dos fatores do País e um resultado similar na produtividade do trabalho.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para 2020, há expectativa de elevação ainda maior no ritmo de atividade no País. Nessa direção, apontam fatores como a melhoria das expectativas em relação ao desempenho da economia brasileira, os efeitos da queda da taxa básica de juros, os resultados das reformas estruturais e os impactos do ajuste fiscal em andamento. As medidas estruturais de ajuste fiscal, a redução de direcionamento de crédito, a eliminação de custos e cunhas ao setor privado e no mercado de trabalho têm ajudado na busca de mais eficiência e de melhor alocação de recursos na economia brasileira e produzirão efeitos permanentes na produtividade e na renda do país. A retomada de produtividade pode não ser imediata, mas está sendo garantida, acompanhada de maior grau de desenvolvimento do País.

Nota-se que os indicadores de emprego e atividade têm apresentado cenário consistente para a retomada da economia em 2020. O emprego formal tem mostrado aceleração nos últimos meses, dando sinais de aquecimento da economia, o que é fundamental para a atividade, uma vez que a produtividade no setor formal é maior que a do setor informal. Nesse sentido, destaca-se a elevada correlação histórica entre o resultado de criação líquida de empregos formais e o PIB, que leva a uma aceleração na previsão de crescimento. Estima-se que o impacto da liberação de recursos do FGTS se estenda ao longo do primeiro trimestre de 2020. Na mesma direção, a redução das taxas de juros deve começar a apresentar efeitos na atividade no primeiro semestre de 2020, especialmente a partir do segundo trimestre.

PROGRAMA 2040

GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Os desastres naturais quando ocorrem provocam perdas humanas e materiais gerando diversos impactos na sociedade. A maioria dos desastres está intimamente relacionado às instabilidades atmosféricas das quais resultam em inundações, vendavais, chuvas de granizos, enxurradas, alagamentos.

O Brasil, por sua grande extensão territorial e populacional, é vulnerável a vários tipos de desastres e os seus impactos afetam grande parcela da população e geram significativos prejuízos socioeconômicos.

Para proteger a população de eventos hidrometeorológicos e climáticos extremos, o Programa Gestão de Riscos e de Desastres promove ações articuladas de prevenção e redução do tempo de resposta à ocorrência de desastres naturais, mapeia as áreas de risco de desastres para dotar o País de um sistema estruturado de prevenção, monitoramento, alerta, resposta a desastres naturais e recuperação de cenários atingidos por desastres.

Diante da problemática de riscos de desastres no País e tendo em vista os avanços obtidos nos últimos anos nas etapas de mapeamento e monitoramento de ameaças, tem-se investido em ações de disseminação de alertas e recomendações à população, bem como empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações e, ainda, empreendimentos de contenção de encostas, além das ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastres.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Nos exercícios de 2016 a 2019 foram concluídos 73 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, atingindo-se, portanto, a meta proposta. Em 2019, 19 empreendimentos foram concluídos com valor de investimento de R\$ 380,9 milhões, 16 apoiados com recursos orçamentários no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e outros 3 apoiados com recursos extraorçamentários. Além desses empreendimentos, existem, ao todo, 120 empreendimentos de drenagem urbana em andamento no País, somando R\$ 9,46 bilhões em investimentos, sendo R\$ 8,24 bilhões em repasses/empréstimos, os quais deverão ser concluídos nos próximos anos.

Buscando aprimorar as ferramentas de planejamento urbano com recorte orientado à redução de riscos de desastres naturais, foram formalizadas parcerias com universidades federais e com o Serviço Geológico do Brasil para a contratação de Cartas Geotécnicas de Aptidão à Urbanização em apoio a 66 municípios críticos a desastres naturais. Deste total, foram concluídas 37 cartas geotécnicas nos exercícios de 2016 a 2019 em municípios apoiados ultrapassando, portanto, a meta prevista.

Quanto à execução de Planos Municipais de Redução de Riscos - PMRR, enquanto instrumento de planejamento urbano frente à gestão de riscos de desastres naturais, em 2019 foram contratados 2 PMRR, em parceria com a Universidade Federal do ABC Paulista, para atender os municípios de

São Bernardo do Campo e Franco Rocha, no Estado de São Paulo. Como resultado, no período de 2016 a 2018 foram concluídos 20 PMRR para atender cidades dos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, sobrepassando a meta estabelecida no PPA.

De forma a apoiar estados e municípios para execução de intervenções estruturantes com o objetivo de prevenir a ocorrência de desastres relacionados a deslizamentos de encostas e processos correlatos, o programa apoia a elaboração de projetos e a execução de obras de contenção de encostas urbanas com alto risco de deslizamentos. Do total de 136 empreendimentos contratados entre 2011 e 2014, 10 foram finalizados em 2019, perfazendo um total de 53 empreendimentos concluídos no PPA 2016 – 2019.

Fortalecendo o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, foi realizada, em 2019, em Brasília, a primeira capacitação em segurança de barragens especificamente para elaboração de Plano de Ação Emergencial - PAE e Plano de Contingência Municipal - Plancon em decorrência de acordo formalizado com o Comitê Brasileiro de Barragens. Estiveram presentes alguns dos maiores especialistas do Brasil no tema, sendo participantes membros das defesas civis de todas as esferas de governo.

Outras capacitações também foram realizadas em 2019 como: Elaboração do plano de contingência baseado na metodologia japonesa (Projeto Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais - GIDES) no estado de Pernambuco; capacitações presenciais nos estados do Paraná, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina e Mato Grosso visando o fortalecimento das defesas civis municipais quanto a sua atuação local, bem como a sensibilização dos órgãos municipais para uma atuação sistêmica; e capacitação para análise e aprovação de projetos de estabilidade de encostas em Belo Horizonte e Salvador. No total, em 2019, 422 agentes de defesa civil participaram dos eventos, incluindo a totalidades de temas tratados no âmbito da gestão de riscos e desastres. Como resultado, durante o PPA 2016-2019, 1.173 agentes de proteção e defesa civil foram capacitados em gestão de riscos e de desastres.

No eixo Monitoramento e Alerta, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden monitora, desde 2016, 958 municípios, e, a partir de 2019 o Centro passou a dispor de um sistema semiautomático e supervisionado de envio de alertas, com o objetivo de diminuir o tempo despendido nas suas emissões. Além disso, foram também desenvolvidas e implementadas as “curvas IDF” (curvas de intensidade, duração e frequência das chuvas históricas), mediante as quais se pode “qualificar” imediatamente uma chuva observada ou prevista em termos do tempo de recorrência. Esses avanços contribuíram significativamente para melhorar a eficiência dos alertas e para atingir as metas relacionadas no PPA 2016-2019. Neste contexto, destaca-se que tanto a meta de antecedência mínima de 2 horas para envio de alertas de nível muito alto, quanto à de identificação das condições deflagradoras de desastres naturais foram plenamente alcançadas e como principais resultados, relacionados à emissão

de alertas, em 2019 foram enviados 2.192 alertas de risco de desastres, tanto para eventos hidrológicos como geodinâmicos, maior número anual até o momento. Desses alertas, 1.111 corresponderam a processos hidrológicos e 1.081 a eventos geodinâmicos de deslizamentos de terra. Com relação a distribuição geográfica, 357 alertas foram emitidos para municípios monitorados da Região Sul, 1.189 para a Região Sudeste, 19 para a Região Centro-Oeste, 478 para a Região Nordeste e 149 para a Região Norte. Com respeito ao nível de criticidade dos 2.192 alertas, 1.976 foram emitidos com nível moderado (nível utilizado quando não se descarta o fenômeno alertado, embora sua probabilidade seja baixa), 188 com nível alto (maior probabilidade de ocorrência e maior potencial de impacto na população) e 28 com nível muito alto. Ressalta-se que os alertas de nível muito alto tiveram ocorrências confirmadas em 93% das oportunidades. Para os alertas de nível alto, em 47% dos casos foi constatada a ocorrência dos desastres alertados. Já para os alertas de nível moderado, apenas em 18% deles houve ocorrência de desastres. Esses números indicam claramente que os níveis de risco utilizados pelo Cemaden em 2019 tiveram uma relação muito adequada com a possibilidade de ocorrência dos fenômenos alertados.

Outro avanço, em 2019, nesse Eixo, foi a implementação e disponibilização para todos os estados do país do projeto de envio de alertas pela TV por assinatura, alcançando 16 mil usuários desse serviço.

Entre 2016 e 2018 foram realizados trabalhos de setorização de riscos em 511 municípios atendidos com Mapas de Setorização de Riscos e, em 2019, foram setorizados 101 municípios, sendo 19 novos municípios setorizados e 82 revisitados. Ainda em 2019 foram elaboradas 78 cartas de suscetibilidade nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e Rondônia, perfazendo um total de 201 cartas elaboradas no âmbito do PPA 2016-2019.

REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES NATURAIS COM PLANEJAMENTO DE OBRAS

De forma a promover a redução do risco de desastres naturais com execução de obras, em 2018 foram concluídos 15 empreendimentos de drenagem urbana em municípios críticos, com valor de investimento de R\$ 652,24 milhões e em 2019 foram concluídos 19 com investimento de R\$ 380,9 milhões. Esses empreendimentos, somados aos outros 54 concluídos em 2016, 2017 e 2018, resultam no total acumulado de 73 empreendimentos concluídos, atingindo-se, portanto, a meta proposta. Além desses empreendimentos, existem, ao todo, 141 em andamento no País, somando R\$ 9,85 bilhões em investimentos, sendo R\$ 8,34 bilhões em repasses/empréstimos, os quais deverão ser concluídos nos próximos anos.

No que se refere ao apoio a estados e municípios para execução de intervenções estruturantes com o objetivo de prevenir a ocorrência de desastres relacionados a deslizamentos de encostas e processos correlatos, em 2018 foram pagos R\$ 61,2 milhões para apoio à conclusão de projetos e à execução de obras de contenção de encostas urbanas com alto risco de deslizamentos. Do total de 136 empreendimentos contratados entre 2011 e

2014, 134 foram iniciados e, destes, 38 foram concluídos em anos anteriores a este PPA; 11 no ano de 2016, 16 em 2017, 16 em 2018, e mais 10 no ano de 2019, totalizando 53 empreendimentos concluídos no PPA 2016- 2019.

Outra obra concluída em 2018 foi a Barragem de Serro Azul que possui um volume de acumulação de 380 milhões de metros cúbicos de água e beneficiará os municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros, no Estado de Pernambuco, alcançando cerca de 131 mil habitantes e no Estado do Amazonas foi concluída a obra de contenção de erosão fluvial na orla do município de Pauini que beneficiará cerca de 18 mil pessoas na região. Além dessas, encontra-se em execução obras como a Contenção do processo de Erosão Marinha e Estabilização da Linha de Costas das Praias da Redonda e Barreira de Baixo no município de Icapuí/CE, essa beneficiará cerca de 18 mil pessoas e encontra-se com 50% de execução física.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SINPDEC)

No exercício de 2019, a atuação integrada dos órgãos do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil foi realizada, dentre outras, mediante a formalização de Acordo de Cooperação Técnica com o Comitê Brasileiro de Barragens para desenvolvimento de programa de educação em segurança de barragens, especificamente para elaboração de Plano de Ação Emergencial - PAE e Plano de Contingência Municipal - Plancon. Em outubro foi realizada a primeira capacitação que reuniu alguns dos maiores especialistas do Brasil no tema, sendo participantes membros das defesas civis federal, municipais e estaduais e técnicos de empreendimentos de barragens de mineração e geração de energia elétrica de todo o Brasil, com o objetivo de refinar o plano de capacitação para a elaboração de PAE/Plancon.

Quanto às capacitações e com o objetivo de dar continuidade ao Projeto Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais - GIDES, realizou-se no estado de Pernambuco a capacitação conjunta entre a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec, a CPRM e o Cemaden. O tema da capacitação foi a elaboração do plano de contingência baseado na metodologia japonesa, visando a integração entre os órgãos do sistema para um melhor atendimento à população das áreas de risco, diminuindo o número de afetados, preservando vidas e bens materiais. Nos estados do Paraná, São Paulo, Sergipe, Santa Catarina e Mato Grosso foram realizadas capacitações presenciais visando o fortalecimento das defesas civis municipais quanto a sua atuação local, bem como a sensibilização dos órgãos municipais para uma atuação sistêmica. No total, 296 agentes de defesa civil participaram destes eventos.

Para a capacitação à distância EaD, foram elaborados juntamente com o Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil/UFSC os materiais para curso de utilização do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD que estarão disponíveis na plataforma EVG da Escola Nacional de Administração Pública - Enap a partir de fevereiro de 2020. O

objetivo desta capacitação é tornar os usuários municipais, estaduais e federais aptos a operar o Sistema da maneira mais completa e precisa possível nos processos de solicitação de reconhecimento federal e de recursos para as ações de resposta e reconstrução. Ainda com o foco no fortalecimento do Sistema, foram encaminhados no ano de 2019 o total de 7.309 materiais, incluindo livros, manuais e coletores para municípios dos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul, Sergipe e Mato Grosso.

No âmbito internacional, a Sedec participou da XVI Reunião de Ministros e Altas Autoridades para Gestão de Riscos e Desastres (RMAGIR), ocorrida em Buenos Aires (Argentina) no mês de abril, e do I Encontro Brasileiro em Redução de Riscos de Desastres (RRD) - Plataforma Global, em Genebra (Suíça) no mês de maio.

AUMENTO DA CAPACIDADE DE EMITIR ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

Em 2019, com base no número total de municípios monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden que tiveram situação de emergência e/ou de estado de calamidade pública reconhecidos em 2019 (79 casos), foi constatado que o Cemaden identificou 91% das condições deflagradoras destes desastres (72 casos). Para esses municípios, o Cemaden emitiu “alertas”, “comunicados de atenção”, “previsão de riscos geo-hidrológicos” ou “Notas Técnicas”, todos encaminhados ao Cenad/Sedec/MDR. Desta forma, a taxa de acerto na previsão das condições deflagradoras no ano de 2019 superou a meta prevista, que era de 80%.

Ainda em 2019, foram emitidos 24 alertas de nível muito alto para processos geodinâmicos de movimentos de massa (deslizamentos de terra). Não houve envio de alertas de nível muito alto para processos de enxurrada no ano de 2019. Dos 24 alertas de nível muito alto para processos de movimentos de massa, 23 deles tiveram ocorrências confirmadas. Apenas o alerta enviado para Ubatuba no dia 03 de fevereiro, onde as chuvas totalizaram mais de 300mm, não provocou, segundo relatos da Defesa Civil Local, ocorrências relevantes. Assim, para estabelecer o tempo médio de antecedência dos alertas de nível muito alto foi considerado o tempo transcorrido entre o envio do alerta e o horário de ocorrência dos deslizamentos.

Foram implantados, em 2019, mais 2 sistemas de alerta na bacia do rio Itapecuru beneficiando os municípios de Caxias, Codó e Coroatá, e do rio Pomba beneficiando os municípios de Aperibé e Santo Antônio de Pádua, totalizando, assim, 16 sistemas de alerta hidrológicos em operação até o final do PPA 2016-2019, como 63 municípios beneficiados e 7,01 milhões de habitantes (IBGE 2010), sendo seis deles implementados no período do referido PPA.

No eixo de Alerta, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - Sedec com a implantação do projeto solução de Notificação de Emergência via Mensagem de Texto iniciado em 2017, alcançou, em 2019, 7 milhões de usuários dos serviços de telefonia móvel, mediante o envio de mensagens via SMS, o que representa um grau de maturidade do serviço.

Após o amadurecimento do sistema de envio de alertas via SMS, deu-se início, em 2019, ao cronograma de implementação e disponibilização do serviço via TV por assinatura que alcançou mais de 16 mil usuários desse serviço.

ATENDIMENTO À POPULAÇÃO AFETADA E RECUPERAÇÃO DE CENÁRIOS ATINGIDOS

Para atender a população afetada por desastres naturais, tem-se promovido ações de pronta resposta e recuperação, de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres naturais. Destaca-se a Operação Carro-Pipa (OCP) que atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem/seca na região do Semiárido Brasileiro. Em 2019, cerca de 4.571 caminhões atuaram nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte para atendimento a 641 municípios e 2.214.082 pessoas. Também foram repassados R\$ 629.276.025,44 ao Exército Brasileiro para a operacionalização da OCP.

Em 2019 foram transferidos recursos para a execução de ações de resposta em 68 municípios, distribuídos em 20 estados da federação para aluguel social, kits de assistência humanitária e locação de maquinário. A execução dos recursos se dá mediante o Cartão de Pagamento da Defesa Civil – CPDC.

Buscando alcançar uma maior agilidade na abertura das contas do CPDC, na liberação dos recursos, no atendimento a meta e, ainda, objetivando evitar erros no envio dos dados bancários, desde abril de 2019 a iniciativa para a abertura da conta do CPDC é exclusiva do Ministério de Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec). Essa iniciativa pode ser executada a qualquer momento bastando que o município/estado tenha um usuário cadastrado no S2iD. Em 2016, conforme dados fornecidos pelo Banco do Brasil - BB, 2.219 municípios haviam aderido ao Cartão. Desde àquela época, o BB não atualizava os dados de adesão. Em 2019, após a implantação da nova sistemática, e com base naqueles dados e dados da Sedec, o número de municípios com adesão passou para 2.266, ou seja, 40% dos municípios brasileiros. Com essa sistemática, poder-se-ia alcançar 77% dos municípios brasileiros por já possuírem, ao menos, um usuário cadastrado no Sistema. No entanto, a legislação bancária não permite que contas inativas se mantenham por mais de um ano. Assim, a Sedec tem aberto as contas somente quando há necessidade da transferência dos recursos. Apesar da meta não ter sido alcançada (100% dos municípios), o objetivo de agilizar a transferência dos recursos para execução de ações de resposta foi atendido.

Para as ações de recuperação foram transferidos recursos para atendimento a 44 municípios distribuídos em 13 estados (Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo) contemplando a recuperação de pontes e bueiros.

Quanto ao apoio à elaboração de Planos de Contingência em municípios críticos, em 2019 foram realizadas capacitações com a participação de 40 agentes de defesa civil e da sociedade. Em 2018, os Planos de Contingência elaborados e inseridos no S2iD totalizavam 76 passando para 197 em 2019.

ELABORAÇÃO DE MAPEAMENTO EM MUNICÍPIOS CRÍTICOS

Em 2016 foram realizados trabalhos de setorização de riscos em 102 municípios. Em 2017 foram atendidos mais 107 municípios com Mapas de Setorização de Riscos Geológicos. Em 2018 foram entregues 302 Mapas de Setorização de Riscos e em 2019 foram setorizados 101 municípios, sendo 19 novos municípios setorizados e 82 revisitados. Deste total, 02 municípios não apresentam áreas de risco. Nos municípios setorizados, foram delimitados 2.104 setores de risco alto e muito alto, compreendendo 126.864 moradias e 509.026 pessoas em situação de risco. Em 2019 foram elaboradas 78 cartas de suscetibilidade nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco e Rondônia. Essas cartas são documentos interpretativos que classificam o terreno em níveis baixo, médio ou alto em relação aos fenômenos de geração de desastres.

Num cômputo geral, de 2012 a 2019 foram executadas 492 Cartas de suscetibilidade a movimentos de massa e inundações, sendo 201 delas realizadas no âmbito do PPA 2016-2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Tem-se por objetivo no próximo ano ampliar o sistema de alerta incluindo a TV digital (sinal aberto) de forma a atender o público deste produto.

Para 2020 vislumbra-se elaborar um protocolo de ação conjunta CEMADEN-CENAD, juntamente com outras instituições federais, com a finalidade de estabelecer ações de preparação e mitigação em situações de previsão e/ou iminência de ocorrências de desastres geo-hidrometeorológicos que abranjam mais de um Estado da Federação. Para isso, o CEMADEN/MCTIC está aprimorando a Previsão de Risco geo- hidrometeorológica diariamente disponibilizada no site do Centro. As previsões aprimoradas estarão disponíveis para todos os municípios do território brasileiro e não somente para municípios prioritários considerados no escopo do PPA- 2016-2019.

A identificação de regiões e populações vulneráveis aos impactos de riscos naturais é útil para a proposição de medidas focadas na redução de vulnerabilidades sociais e na melhoria dos mecanismos de governança de risco. Avanços nesses aspectos deverão ser viabilizados a partir da coleta de dados do próximo Censo Demográfico (previsto para 2020), o que possibilitará atualizar a estimativa da população vivendo em áreas de riscos de desastres. Tal estimativa foi feita no âmbito da parceria IBGE-CEMADEN, considerando dados de mapeamentos das áreas de riscos providas pela CPRM. A

atualização da estimativa está sendo discutida entre CEMADEN, CENAD, ANA, CPRM e IBGE.

PROGRAMA 2041

GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL INTRODUÇÃO

O Brasil possui elevado potencial para diversas substâncias minerais, com expressivas reservas já identificadas e a possibilidade de descoberta de novas ocorrências, na medida em que se amplie o conhecimento geológico do território nacional. A diversidade de riquezas e a vocação mineral colocam o País em posição de destaque no cenário global da atividade. Na sociedade contemporânea não se pode dissociar a manutenção de padrões de qualidade de vida mais elevados da exploração desses recursos.

Em razão de se tratar de uma atividade extrativa de recurso natural não renovável e da rigidez locacional inerente, somado às relações que guarda com a economia – por exemplo, a condição de escassez de recurso no atendimento à demanda da sociedade –, é possível classificar a mineração como atividade estratégica no contexto geopolítico global. Em razão disso, o conhecimento geológico do território assume posição relevante entre as atividades do setor e o beneficiamento das matérias primas e a agregação de valor, por meio da transformação mineral, são vetores fundamentais na geração de empregos, desenvolvimento tecnológico e geração de divisas para o país.

Com esta visão, o programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral está estruturado em objetivos, metas e iniciativas em torno: (i) da ampliação do conhecimento do território nacional, por meio da realização de estudos e levantamentos e de melhoria da difusão de informações geocientíficas; (ii) da ampliação das oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios; (iii) do estímulo à agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral; (iv) do fortalecimento da governança pública e da sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor; e (v) do desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Tais objetivos, metas e iniciativas permitirão o adequado aproveitamento dos recursos minerais, de forma sustentável, em um ambiente de confiança, inovação e competitividade para o setor de geologia, mineração e de transformação mineral, resultando em racionalidade econômica na exploração dos recursos minerais em prol da sociedade.

Para tanto, é fundamental a existência de um marco legal e regulatório, que ofereça segurança jurídica aos atores do setor; a ampliação e divulgação do conhecimento geológico do território nacional, inclusive em relação à Plataforma Continental Jurídica Brasileira; o aprimoramento do planejamento e monitoramento setorial; o desenvolvimento da gestão integrada de informações

do setor mineral, especialmente no Serviço Geológico Brasileiro – CPRM e na Agência nacional de Mineração – ANM e, por fim, o aprimoramento dos processos de trabalho, da governança pública e institucional.

As metas e iniciativas são monitoradas por um conjunto de dezesseis indicadores que avaliam não apenas os resultados das ações governamentais em torno do setor de mineração e transformação mineral, mas os impactos das políticas públicas na atividade econômica, indicadas pelo desempenho exportador e importador, arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, entre outras.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Criação e instalação da Agência Nacional de Mineração;
- Alteração da legislação de regência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais– CFEM;
- Alteração do Regulamento do Código Mineral;
- Em relação aos dezesseis indicadores do programa 2041, destacam-se:
 - › A Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM – o valor de referência é expresso em R\$ 1,712 bilhão (31/12/2014). Para o ano de 2019 o valor arrecadado foi de R\$ 4,504 bilhões, 161,9% maior do que o valor de referência e 48,3% maior do que o valor arrecadado em 2018.
 - Com a modificação introduzida pela Lei que alterou a sistemática de cobrança da CFEM, confirmou-se o crescimento previsto na arrecadação desta contribuição.
 - › As Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2019, apresentaram queda de 9,7% em relação ao ano de 2018, com um total exportado de US\$ 46,5 bilhões.
 - › As Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral – em 2019, apresentaram queda de 12,1% em relação ao ano de 2018, com um total importado de US\$ 24,6 bilhões.

Indicador descrição	Unidade de Medida	Índice de Referência	Data de apuração	2019	
Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	R\$ bilhão	1,7120	31/12/2014	4,504	31/12/2019
Empregos diretos do setor de Mineração e Transformação Mineral	unidade	909.900,	31/12/2013	732.300	31/12/2018
Exportações do setor de Mineração e Transformação	US\$ bilhão	51,5	31/12/2014	46,5	31/12/2019

Indicador descrição	Unidade de Medida	Índice de Referência	Data de apuração	2019	
Mineral					
Grau de dependência do Brasil com relação ao fosfato	porcentagem (%)	22,1	31/12/2014	74,32	31/12/2018
Grau de dependência do Brasil com relação ao potássio	porcentagem (%)	94,7	31/12/2014	96,91	31/12/2018
Importações de agrominerais	US\$ bilhão	3,4000	31/12/2014	3,623	31/12/2019
Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral	US\$ bilhão	28,000	31/12/2014	24,600	31/12/2019
Participação da Mineração e Transformação Mineral no PIB brasileiro	porcentagem (%)	3,840	31/12/2014	2,260	31/12/2018
Razão entre o volume exportado de minério de ferro e o volume exportado de aço	razão	35,1000	31/12/2014	24,3	31/12/2019
Volume da produção de aço	milhões de toneladas	34,0000	31/12/2014	34,9	31/12/2018
Volume da produção de bens minerais metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	423,2362	31/12/2013	460,0	31/12/2016
Volume da produção de bens minerais não metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	752,9451	31/12/2013	305,4	31/12/2016
Volume da produção de bens semimanufaturados metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	45,6361	31/12/2013	71,7	31/12/2018

Indicador descrição	Unidade de Medida	Índice de Referência	Data de apuração	2019	
Volume da produção de bens semimanufaturados não metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	84,6	31/12/2013	61,2	31/12/2018
Volume da produção de minério de ferro	milhões de toneladas	399,4	31/12/2014	460,0	31/12/2018
Volume da produção de minérios de elementos terras raras	tonelada	600,0	31/12/2013	4.525,0	31/12/2016

O programa 2041 está sob a responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, por meio da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM, do Serviço Geológico Brasileiro – CPRM, da Agência Nacional de Mineração - ANM, das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; e do Ministério da Economia, por meio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

CONHECIMENTO GEOLÓGICO DO TERRITÓRIO NACIONAL

Os levantamentos geológicos representam uma das principais atribuições do Serviço Geológico do Brasil-CPRM, e constitui atividade fundamental para a ampliação do conhecimento geológico, para a evolução das Geociências e para o desenvolvimento econômico de qualquer nação. Os levantamentos geológicos visam a produção de conhecimento sobre o território nacional, e são considerados a atividade precursora da indústria mineral, visto que a cartografia geológica eficiente aumenta as chances de novas descobertas minerais, bem como permite a expansão daquelas já conhecidas, além de prover conhecimento para uma melhor gestão do território nacional e dos recursos existentes.

Historicamente os levantamentos geológicos realizados pelo SGB-CPRM têm sido concentrados nas áreas de embasamento pré-cambriano, que possuem alto potencial para conter minerais metálicos, e o balanço atual do que já foi concluído, desde a criação da CPRM até o desenvolvimento dos programas Geologia do Brasil (PPA 2004-2007 e PPA 2008-2011) e Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral (PPA 2012-2015), mostra que cerca de 60% e 23% do território nacional estão mapeados nas escalas 1:250.000 e 1:100.000, respectivamente, e que menos de 3% tem cartografia geológica compatível com a escala de 1:50.000. Mesmo assim, esses percentuais envolvem levantamentos efetuados em diferentes épocas e,

portanto, com resultados heterogêneos, em vista da evolução dos conceitos científicos e do desenvolvimento tecnológico.

No PPA 2016-2019 os levantamentos geológicos estão vinculados à meta Meta 0439 Realizar levantamentos geológicos em 300.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas”, e estes foram custeados principalmente pela ação orçamentária “Levantamentos Geológicos e de Potencial Mineral de Novas Fronteiras (Novas Fronteiras)”, mas também pela ação “Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil”, no âmbito dos projetos realizados em Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM).

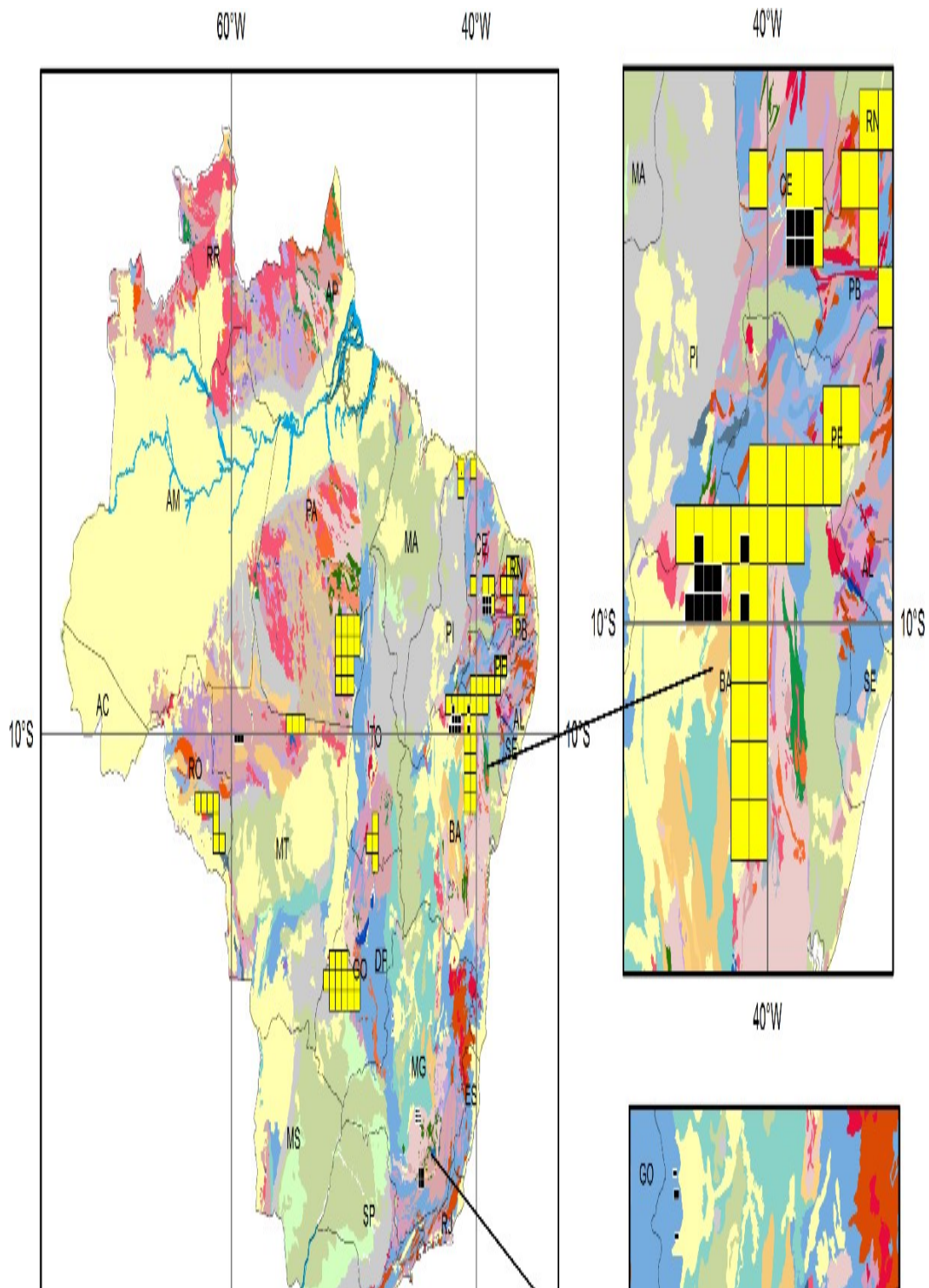
Os projetos do tipo Novas Fronteiras e ARIM que contribuíram para alcance da meta foram realizados em 18 áreas, localizadas nas regiões norte, nordeste, centro-oeste e sul do distribuídas do território nacional. No entanto, também foram realizados levantamentos geológicos em 3 áreas localizadas no sudeste do Brasil, região não contemplada na meta originalmente, mas onde tais levantamentos foram fundamentais para dar suporte a estudos de avaliação de recursos minerais.

As áreas trabalhadas estão posicionadas em províncias minerais consolidadas (ex. Carajás/PA), em províncias minerais em consolidação (ex. região da província Juruena-Teles Pires/MT), assim como em áreas que têm reconhecido potencial para novas descobertas, mas que são imaturas sob o ponto de vista exploratório (ex. Nova Brasilândia/RO).

Nos projetos realizados, a abordagem metodológica foi fundamentada na ampla integração de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos. A cartografia geológica sistemática, em geral obedecendo limites de folhas cartográficas, foi implementada em áreas definidas como prioritárias, a partir de suas características e potencial geológico, e nos demais setores prevaleceu a integração geológico-geofísica. Em consequência, estes projetos produziram um conjunto expressivo de mapas geológicos (cartografia sistemática) e/ou geológico-geofísicos (cartografia não sistemática) de folhas cartográficas nas escalas 1:100.000, 1:50.000 e 1:25.0000, além de mapas de integração geológica que abrangem a área integral dos projetos, apresentados em diferentes escalas, definidas em função do tamanho da área e compatíveis com o nível de conhecimento geológico existente.

Os mapas apresentados na Figura 1 foram todos disponibilizados para download no banco de dados corporativo do SGB-CPRM, o GeoSGB, assim como os seus respectivos arquivos vetoriais em ambiente de SIG-Sistemas de Informações Geográficas.

Ao fim do PPA 2016-2019, foi contabilizada uma área total de 485 km² na qual foram realizados levantamentos geológicos, com mapas publicados, o que



representa um aporte significativo de novos dados e informações geológicas, e conseqüente avanço global do nível do conhecimento geológico da área continental brasileira.

Figura 1 – Distribuição dos mapas geológicos e geológico-geofísicos publicados no ciclo 2016-2019 nas diferentes escalas.

AMPLIAÇÃO DA EXPLORAÇÃO MINERAL

Durante a vigência do PPA 2016-2019 a ação “Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil” focou suas atividades em 3 linhas de ação principais, levando em consideração as linhas dos empreendimentos “Definição de Blocos para licitação em Áreas de Relevante Interesse Mineral”, “Temáticos Estratégicos” e “Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM”:

- 1) Reconhecimento geológico-econômico básico de novas fronteiras exploratórias e o adensamento de informações geológicas em áreas chave de províncias e distritos minerais e áreas especializadas em minerais estratégicos e agrominerais conhecidos, a fim de se melhorar o entendimento sobre os processos de formação de depósitos minerais;
- 2) Geração de mapas de favorabilidade ou de potencial mineral para os diferentes recursos minerais, a fim de se delimitar as melhores áreas para investimento em prospecção e exploração mineral e indicar novas oportunidades, tanto nas províncias minerais conhecidas quanto em novas fronteiras exploratórias, além de áreas específicas para minerais estratégicos, industriais e agrominerais. Em alguns projetos envolveu ainda estudos sobre modelagem geológica e avaliação de recursos de modo a auxiliar o processo de valoração das áreas;
- 3) Identificação de guias prospectivos para os diferentes sistemas minerais existentes no Brasil e reconhecimento de assinaturas geológicas e minerais, geoquímicas, geofísicas, isotópicas e espectrais associadas aos depósitos conhecidos, que contribuam para melhorar a assertividade e reduzir os custos dos projetos de prospecção e exploração da indústria mineral.

A disponibilização dos dados obtidos produzidos nestes projetos, materializados nos 22 relatórios publicados, possui como objetivo primordial avançar no conhecimento geológico e do potencial mineral das Províncias Metalogenéticas do Brasil. A partir desse salto no conhecimento e no aporte de novos dados públicos somados ao investimento privado no desenvolvimento de novos programas exploratórios e a implantação de novos empreendimentos minerários, espera-se ampliar as reservas brasileiras em diversas substâncias metálicas, entre elas ouro, cobre, níquel, chumbo e zinco. Esse aumento de reservas é de suma importância para o país, tendo em vista o fornecimento de matéria-prima para a indústria nacional, assim como ampliação do portfólio e do volume exportado de commodities, com impacto direto na balança comercial e no superávit comercial brasileiro. Em 2017 por exemplo foram arrecadados cerca de US\$ 1,5 bilhões de CFEM (82% de toda a produção mineral) e contabilizados ~US\$ 42 bilhões em exportações de substâncias metálicas.

Ao longo do PPA 2016-2019 ocorreu um grande incremento nas pesquisas voltadas para os agrominerais (“Projetos Temáticos Estratégicos”). No Projeto Fosfato por exemplo foram estudadas 27 áreas para fosfato, praticamente todas próximas a regiões agrícolas e com baixo IDH, resultando em 4 publicações. O impacto destes produtos pode ser sentido no forte incremento nas requisições de direitos minerários junto a ANM, sobretudo nas regiões do sudeste de Tocantins, região central da Bahia (Irecê), noroeste do Rio Grande do Norte (Bacia Potiguar), divisa Paraíba-Pernambuco (Miriri), oeste do Mato

Grosso do Sul (região de Corumbá) e região centro-sul do Rio Grande do Sul (Lavras do Sul). Nesta última área, foi descoberto o depósito de fosfato de Três Estradas pela equipe do projeto Fosfato Brasil e que hoje está prestes a entrar em operação. A partir dessas informações a empresa Águia Fertilizantes realizou investimentos que superam os R\$ 400 milhões e a estimativa é que serão gerados 700 empregos temporários durante a implantação das obras e 350 permanentes na operação da mina. O órgão ambiental estadual já emitiu a licença prévia para a implantação do projeto. A expectativa é que a mina tenha vida útil de 63 anos, movimentando um total de 244 Mt de material, destes sendo aproximadamente 66,3 Mt de minério de fosfato.

Para os minerais estratégicos e críticos (“Projetos Temáticos Estratégicos”) foram executados projetos com o objetivo de atender a demanda interna e mundial impulsionada pelo advento da quarta revolução industrial, que tem como base as novas tecnologias (smartphones, baterias de carros elétricos, etc.) e um mercado crescente, em franca expansão. Com base nesse novo cenário, esses minerais são também classificados como críticos-tecnológicos ou portadores do futuro, a exemplo dos terras raras, grafita, lítio, cobalto, paládio, vanádio, nióbio, etc. Projetos visando a ampliação do conhecimento de elementos terras raras na região norte (Seis Lagos e Costa Marques) e também de lítio do médio Jequitinhonha (baixo IDH) foram publicados nesse período do PPA. No caso específico do lítio do Jequitinhonha, os resultados apontaram a descoberta de novos depósitos, que configurou o surgimento de um novo subdistrito mineral na região (45 corpos rochosos descritos, sendo 20 deles novas ocorrências). Dois anos após a publicação do trabalho foram registradas na área mais de 130 solicitações de direito minerários na ANM, quase 10x o registrado em 2016. A descoberta acabou movimentando a região, tendo até o MPF-MG convocado reunião para discutir a instalação de um polo de exploração, beneficiamento e exportação de minério de lítio entre os municípios de Araçuaí e Itinga. O projeto, orçado em US\$ 500 milhões, já está sendo fiscalizado pelo órgão. A empresa Sigma Mineração também pretende investir R\$ 350 milhões (incluindo gastos já realizados na exploração de reservas) na primeira fase de um projeto de abertura de mina, o que seria o maior empreendimento de lítio no país, gerando cerca de 200 empregos diretos. Serão produzidos 240 mil t/ano de espodumênio, o equivalente a 14,4 mil t de lítio.

Os resultados dos projetos ligados a necessidade de rochas e minerais industriais (“Projetos Temáticos Estratégicos”) apresentaram nas regiões metropolitanas e em locais de obras de infraestrutura (ex. Ferrovia Transnordestina, transposição Rio São Francisco), assegurando suprimento destas substâncias a preços competitivos (incremento do setor mineral), geração de emprego e renda, e redução de custos (impacto social). Além disso, tem como objetivo subsidiar o poder público na elaboração de um novo ordenamento territorial, auxiliando na coexistência da atividade mineral e as demais formas de uso do espaço físico. Como exemplo da importância regional desses empreendimentos, pode citar o caso da região metropolitana de Manaus. A identificação de áreas com argila para uso como material

pozolânico (cimentos especiais) contribuiu para a instalação de uma indústria de fabricação de cimento com alta performance (maior valor agregado) no município de Manaus, gerando mais de 80 empregos diretos. Constitui a única indústria do ramo na região, contribuindo para o barateamento dos cimentos especiais para o consumidor final.

Na linha de ação “Reavaliação do Patrimônio Mineral da CPRM” foram trabalhados 9 blocos de áreas sob titularidade do SGB/CPRM, distribuídas por todo o território nacional, formando uma carteira que inclui projetos para bens minerais como ouro, cobre, chumbo, zinco, níquel, caulim, carvão, turfa, fosfato e diamante. Os resultados permitiram identificar novas oportunidades exploratórias a serem ofertadas ao mercado por meio de licitação, de modo que a empresa ganhadora do certame assumira o compromisso de investimento em prospecção e pesquisa mineral e, caso o projeto mostre viabilidade, de fazer desembolsos de capital e desenvolver o projeto, recebendo a União royalties quando do início da operação do projeto. O case de sucesso atual foi o bloco de Palmeirópolis, constituído por seis processos minerários, licitados em 2019. O leilão da Promessa de Cessão de Direitos Minerários do Complexo Polimetálico (Pb-Zn-Cu-Cd-Ag-Au) de Palmeirópolis, sul do estado de Tocantins, envolveu a venda de ativos minerários de áreas que estão há mais de 30 anos estagnadas, sem gerar receitas para a União e com um grande potencial a ser explorado. A estimativa de arrecadação é de R\$ 15 milhões com bônus. Em investimentos, são esperados mais de R\$ 255 milhões, além da expectativa de geração de 2.500 empregos. Além deste projeto, a CPRM possui outros 29 ativos minerários que poderão seguir o mesmo caminho gerando empregos, renda e fomentando o desenvolvimento local.

GOVERNANÇA PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE DO SETOR MINERAL

No início da execução do PPA 2016 – 2019, ainda estava pendente de aprovação no Congresso Nacional o PL 5807/2013, que pretendia instituir um novo marco legal e institucional para a gestão do patrimônio mineral brasileiro. A demora na aprovação da nova legislação afetava significativamente as expectativas do setor e demandou ação imediata do governo, que optou por substituir o projeto de lei, que não teve o relatório final examinado pelos parlamentares.

Assim, ao longo de 2016 discutiu-se pelo envio ao Congresso Nacional de medidas provisórias para alteração do Código Mineral, criação da Agência Nacional de Mineração e de alteração na legislação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Com a aprovação das medidas provisórias que criou a Agência Nacional de Mineração e promoveu alterações na legislação da CFEM, a atuação do Ministério de Minas e Energia, em seguida, no que toca ao fortalecimento da governança pública, esteve direcionada à regulamentação da legislação aprovada no ano de 2017. Em 2018 foi editado o Decreto nº 9.587/2018 para instalação da Agência Nacional de Mineração (ANM), criada pela Lei nº

13.575/2017. Em relação à Lei nº 13.540/2017, que atualizou as normas sobre a CFEM, foram publicados os Decretos nº 9.252/2017, que estabeleceu metodologia de cálculo para o valor de referência da compensação, e nº 9.407/2018, que regulamentou a distribuição da participação governamental aos municípios afetados pela atividade de mineração.

A modernização do regulamento do Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967), por meio do Decreto nº 9.406/2018, foi outra ação de grande relevância desenvolvida no âmbito deste Objetivo. As alterações realizadas e a atualização de dispositivos obsoletos asseguram maior segurança jurídica e contribuirão para a desburocratização, além de facilitar a operacionalização das normas, resultando em ganhos ao minerador.

No último ano deste PPA, outros temas que mereceram a atenção do Ministério de Minas e Energia, tais como: (i) eliminação de restrições quanto à participação de capital e de mão de obra estrangeira em atividade de pesquisa e lavra mineral em faixa de fronteira; (ii) a regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, que trata do aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas; (iii) a alteração da legislação sobre proteção das cavidades naturais subterrâneas de forma a eliminar eventuais conflitos com a atividade de extração mineral; (iv) a revisão das normas relativas à permissão da lavra garimpeira; e (v) a revisão do monopólio de minerais nucleares.

Merece destaque a instalação da Agência nacional de Mineração, com a modernização da legislação relativa à segurança de barragens e a introdução do protocolo eletrônico para requerimentos junto àquela autarquia.

PROMOVER DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA E MÉDIA MINERAÇÃO

Nos últimos anos, em decorrência da ausência de dotação orçamentária e da mudança estrutural promovida pela criação da Agência Nacional de Mineração – ANM (Lei nº 13.575/2017), as atividades e ações para esse Objetivo foram centradas na conclusão do estudo “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META. O projeto foi contratado por meio de financiamento do Banco Mundial - BIRD com objetivo de proporcionar um maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala no Brasil e dar subsídios para o aprimoramento das políticas setoriais deste Ministério. O Diagnóstico, abrangendo minerais metálicos, não metálicos e gemas, foi executado pelo consórcio Projekt Consult e RCS Global. Esse estudo foi finalizado em julho de 2018 e seus resultados foram apresentados em seminário aberto ao público no dia 28 de agosto do mesmo ano, estando os estudos disponíveis no sítio eletrônico do MME.

A partir das mudanças estruturais ocorridas com a chegada de um novo Governo em 2019, as ações para o desenvolvimento da pequena e média mineração foram delineadas, principalmente, para a resolução de conflitos do segmento garimpeiro. Como consequência, em julho de 2019, foi instituído um Grupo de Trabalho para estudar o regime de outorga de lavra garimpeira (GT-

PLG), por meio das Portarias nº 108/SGM, de 11 de julho de 2019 e nº 109/SGM, de 18 de julho 2019, cuja vigência estendeu-se por todo o ano. Esse grupo apresentou um relatório complexo que abordou diversos aspectos dessa atividade, desde as limitações para a sua formalização, a necessidade de alterações de atos normativos, até proposta de nova governança.

Ainda em 2019 deu-se início ao processo de construção de um guia para Governos de gestão da Mineração Artesanal e em Pequena Escala – MAPE, desenvolvido em parceria com o Fórum Intergovernamental sobre Mineração, Minerais, Metais e Desenvolvimento Sustentável (IGF), o *Canadian International Resources and Development Institute (CIRDI)* e o Programa ACP-EU. As tratativas iniciais entre as partes foram realizadas no primeiro semestre, onde ocorreu a seleção dos atores (força de tarefa e fórum de consultas). Já em setembro foi realizada oficina interna no âmbito do MME para o debate e preparação para a construção do Guia sobre a MAPE, ocorrendo a apresentação, em outubro, do resumo dos trabalhos no *Annual General Meeting* do IGF em Genebra, Suíça.

Também em 2019, iniciou-se o processo de cumprimento do Artigo 7º da Convenção de Minamata, com a comunicação pelo governo brasileiro ao Secretariado em 20 de novembro de 2019, a partir do qual inicia-se a contagem do prazo de três anos para a apresentação do Plano de Ação Nacional – PAN para redução e, onde possível, eliminação do uso do mercúrio nas atividades de “Mineração de ouro artesanal e em pequena escala”, conforme previsto no “Anexo C” da referida Convenção, promulgada pelo Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018.

Ao longo desse mesmo ano, dentro do contexto do Programa “Mapeando os ODS na Mineração Brasileira”, ocorreram reuniões com o PNUD, com o objetivo de promover novas ações para 2020. A proposta é a organização de um evento em parceria com o PNUD, Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, órgãos de governo, dentre outros, para promover a divulgação e a internalização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) no setor mineral. O evento deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2020.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A execução do Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral foi fortemente influenciada pelos impactos das mudanças políticas ocorridas ao longo do período – três administrações entre 2015, ano da formulação do Programa, e 2019. Além disso, a situação crítica das contas públicas afetou significativamente a execução de diversas ações que terminaram por prejudicar o atingimento de diversas metas.

Apesar disso, ao final do Programa foi possível concluir a definição de um conjunto de leis e decretos reformulando o marco legal existente, com a aprovação das leis que regulamentam a cobrança da CFEM e a criação da Agência Nacional de Mineração - ANM e, ainda, modernização do Código de Mineração. Tudo isso contribuiu para o alcance de maior segurança jurídica, estabilidade regulatória e governança, condições demandadas pelos

investidores, e que, certamente, favorecerá importantes avanços no setor mineral brasileiro, fundamental para o desenvolvimento do país.

O Ministério de Minas e Energia na execução do PPA 2020 – 2023, ressaltando-se o novo modelo institucionalizado, pretende orientar as áreas sob sua responsabilidade para a execução de programas, projetos e ações que aumentem a segurança jurídica no setor mineral brasileiro, elimine os gargalos aos investimentos, aumentem a eficiência da gestão pública e assegurem o desenvolvimento sustentável, com diversificação, da produção mineral brasileira.

Na área de sustentabilidade, a expectativa é o desenvolvimento de duas ações para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala – MAPE, em particular, o segmento garimpeiro: (i) um novo modelo de gestão e governança para a atividade garimpeira, considerando o relatório do GT-PLG (Grupo de Trabalho para estudar o regime de outorga de lavra garimpeira); e (ii) Plano de Ação Nacional – PAN sobre “Mineração de ouro artesanal e em pequena escala”, no âmbito da Convenção de Minamata.

Em paralelo, deve-se considerar, no âmbito do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – META - Fase 2, a execução de ao menos quatro projetos no campo da sustentabilidade ou de desenvolvimento tecnológico da mineração: (i) “Aproveitamento de Resíduos Sólidos e Rejeitos da Mineração”; (ii) “Inserção Tecnológica para Aprimoramento Produtivo das Pequenas e Médias Empresas de Mineração”; (iii) “Mineração e sociedade: atividade extrativa como elo para a promoção da autonomia econômica municipal e do desenvolvimento socioambiental”; e (iv) “Mineração Urbana: recuperação de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos”.

Especial atenção será dada na continuidade da implantação e fortalecimento da ANM, com a adoção de práticas de gestão modernas e emprego de infraestrutura tecnológica capaz de suportar a gestão dos processos minerários e a adoção de processos automatizados que agilizarão os serviços prestados na ANM. Haverá a necessidade de recomposição da força de trabalho, com a realização de concurso público e desenvolvimento de ações de capacitação e treinamento dos servidores.

A adoção de Indicador para a Meta definida para o PPA 2020-2023 - Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM) - focado na apuração dos resultados sobre fiscalização de barragens; produção mineral; gestão da concessão da outorga mineral e produção do conhecimento geológico - permitirá o acompanhamento e a correção de rumos de forma eficiente das políticas públicas do setor.

PROGRAMA 2042

PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA

Este programa visa o desenvolvimento de pesquisas e a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas ao setor agropecuário brasileiro, além da disseminação da cultura e ampliação do processo de inovação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, a geração de emprego e renda e inclusão tecnológica do pequeno e médio produtor rural.

Para tanto, abrange desafios relacionados à produtividade e competitividade do setor; à segurança alimentar; à sustentabilidade produtiva e ambiental, com destaque para a Agricultura de Baixa Emissão de Carbono e à inclusão social dos pequenos agricultores e daqueles de base familiar. Visa também realizar inovações organizacionais e a incorporação de novos arranjos para o aprimoramento da pesquisa agropecuária brasileira, fortalecendo e consolidando a atuação da Embrapa no Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA.

A competitividade agropecuária é importante para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. O setor agro desempenha papel fundamental, entre outros aspectos, no abastecimento do mercado interno de alimentos, fibras e energia, na geração de riqueza, no equilíbrio das contas externas, na geração de emprego e renda e na estabilização de fluxos migratórios internos.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao apresentar esta avaliação não podemos olvidar que dificuldades institucionais, operacionais e de natureza fiscal que afetam os orçamentos da união, refletem-se no desempenho dos seis indicadores escolhidos para o programa.

No período do PPA, quatro dos indicadores tiveram índices melhores que os de referência, mensurados em 2015. Os índices de retorno dos investimentos em P&D e de produtividade de cacau nos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica superaram os índices de referência em 32% e 8%, respectivamente. Os índices de impacto social e impacto ambiental das tecnologias da Embrapa avaliadas no ano, também ultrapassaram os índices de referência em 12% e 3% em 2019.

Dois dos indicadores selecionados tiveram desempenho inferior ao ponto de partida, estes indicadores são ligados ao número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas e número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa que respectivamente atingiram 97% e 78% do índice de referência de 2015, o que é considerado um bom resultado em face das limitações acima citadas.

INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

Este Objetivo visa fomentar o desenvolvimento e disseminação de tecnologias agropecuárias para que alcancem o setor produtivo, possibilitando gerar aumento da produtividade agropecuária, como resultado da maximização da eficiência produtiva, capacidade de gestão, competitividade e sustentabilidade,

por meio do uso de tecnologias apropriadas, do melhoramento genético de espécies, da conservação e proteção de recursos genéticos e cultivares, dentre outros fatores.

Em 2019, foram protegidas 328 novas cultivares, ampliando-se para 4.036 o número de cultivares protegidas, superando a meta de 3.440 estipulada para todo o período do PPA. Com relação a novas espécies passíveis de proteção, em 2019 foram incluídas no regime de proteção 20 novas espécies, totalizando 217 espécies com cultivares protegidas no Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL CONTINUADA

A Assistência Técnica e Extensão Rural tem fundamental importância na difusão das tecnologias e no acesso às diversas políticas públicas por meio das ações de seus agentes.

Embora os cortes e contingenciamentos orçamentários tenham impactado negativamente o desempenho do objetivo, no ano de 2019 foram atendidas 94.896 famílias com recursos diretos do governo federal, sendo 87.563 atendidas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER e 7.366 pelas ações de ATER do antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário. No período de 2016 a 2019 foram atendidos um total de 117.979 produtores rurais atingindo 87,4% da meta prevista no PPA.

Também relacionada a esse objetivo, estão as metas associadas à agricultura irrigada, onde, no período do PPA, foram disponibilizados serviços de assistência técnica para 5.794 produtores em projetos públicos de irrigação e capacitados 4.056 novos produtores no quadriênio, respectivamente 58% e 21% das metas estabelecidas inicialmente.

Importante destacar que os novos produtores capacitados receberam também kits de irrigação, propiciando a aplicação inicial da tecnologia em suas propriedades, ampliando, dessa forma, as possibilidades de produção e melhoria da renda.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA A INOVAÇÃO NA AGROPECUÁRIA

O objetivo visa produzir conhecimento científico e tecnológico através da manutenção de uma média anual de 800 projetos de P&D e inovação em temas estratégicos da agropecuária.

A meta tem sido superada anualmente. Os números de projetos de P&D de 2016 a 2019 foram respectivamente 1.390, 1.330, 1.152 e 822.

Foram gerados, a partir de projetos encerrados no exercício de 2018, 955 tecnologias/produtos/serviços passíveis de adoção pelos públicos-alvo dessas tecnologias. Esse resultado foi capturado pelo indicador “Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano”.

De janeiro a dezembro de 2019, a Embrapa contou com 822 projetos em sua carteira de pesquisa, organizados em temas estratégicos da agropecuária brasileira. A gestão da pesquisa conta com sistemas de informações e

instrumentos de apoio gerencial organizados em 34 portfólios. Desse total de projetos, 548 (66%) são financiados diretamente com recursos do Tesouro Nacional e gerenciados pelo Sistema Embrapa de Gestão (SEG).

Na busca por sustentabilidade da atividade agrícola, alguns destaques do ano de 2019 foram: desenvolvimento de novas cultivares de algodão, alho, café, acerola, amendoim, amora-preta, arroz de terras altas, arroz irrigado, feijão guandu, gergelim, grão de bico, mandioca, pessegueiro, seringueira, soja, erva mate e feijoeiro comum; cultivar de alho comum adaptada à região semiárida do nordeste brasileiro; cultivar de arroz irrigado tolerante a baixas temperaturas; cultivar de soja tolerante ao encharcamento do solo, adaptada às áreas de rotação com a cultura do arroz irrigado no sul do RS; processo agropecuário para cultivo de milho e feijoeiro em sistema de sequeiro no Semiárido; sistema de produção de forragem para caprinocultura no semiárido, com maximização da eficiência ambiental, agrônômica e econômica e fertilizante organomineral nitrogenado de eficiência aumentada e baixa emissão de N₂O.

No sentido de inserção da agricultura brasileira na bioeconomia, alguns destaques são: caracterização do biocarvão como insumo visando sequestro de carbono em solos agrícolas; processo de suplementação de formulações com vitamina C nanoencapsulada obtida do resíduo agroindustrial de acerola; nanoemulsão a base de carnaúba para revestimento de frutas e hortaliças para redução de perda de água e podridões e aumento do tempo de prateleira.

SOLUÇÕES INOVADORAS PELAS CADEIAS E ARRANJOS PRODUTIVOS DA AGROPECUÁRIA

Nesse objetivo todas as 3 metas foram atingidas ou superadas, sendo que em 2019 foram celebrados 331 Contratos ou Acordos, dos quais 93% são contratos nacionais de direito sobre melhoramento genético. Entre 2016 e 2019 foram celebrados 1.518 Contratos e Acordos, superando a meta em 52%.

Foram capacitados, em 2019, 6.197 agentes multiplicadores (consultores, extensionistas de empresas públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural e agricultores multiplicadores) em cursos temáticos ou de caráter mais geral. Também foram validadas e incorporadas nacionalmente 3 tecnologias sociais desenvolvidas pela Embrapa: Sistemas de Produção de Hortaliças Tradicionais (PANC); Quintais Orgânicos de Frutas e Partitura da Biodiversidade (PBIO).

Foram implementadas 393 Unidades de Referência Tecnológicas (URT), sendo que as principais tecnologias presentes nas URT em 2019 foram quintais orgânicos (117); cultivares de mandioca (113); Cultivares de café (31); cultivares de soja (24); Cultivares de alho (21); Cultivares de batata doce (17); Integração Lavoura Pecuária e Floresta -ILPF (7), Cultivar de trigo (7).

Em relação ao ILPF, foram mantidas 18 URT e 12 URTP (Unidade de referência tecnológica e de pesquisa), algumas estabelecidas em novas áreas e outras em áreas da Embrapa e de parceiros existentes.

A Embrapa ainda lançou e/ou atualizou um total de 22 aplicativos móveis, tais como: AgroPragas Maracujá; AppLeite; Arbopasto; BioSemeie; Roda da Reprodução; Central do Empregado; CIM Custos; CIM Rebanho; Cria Certo; Custo Fácil; DiagSui Embrapa; Doutor Milho; Ferti-Matte; GHG; Guia Clima;

Manejo-Matte; Nutri Meio-Norte; Pastejando; Prosa Rural; SGRMobile; Zarc - Plantio Certo. Estas soluções tecnológicas estão disponíveis no Portal da Embrapa (<https://www.embrapa.br/solucoes-tecnologicas?link=acesso-rapido>).

PARCERIAS, PROCESSOS, RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURAS ESTRATÉGICAS

Em 2019, 560 instituições brasileiras e internacionais participaram da execução de projetos em parceria com a Embrapa. Dentre as instituições parceiras, destacam-se as Universidades Federais, Estaduais e outras Instituições de Ensino Superior, que perfazem 35,8% das instituições parceiras.

No período do PPA foram estabelecidas três novas Unidades Mistas de Pesquisa – UMiP e Unidades de Pesquisa e Transferência Tecnológica UMiPTT: são elas:

UMiPTT de Balsas com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da região Centro Sul do Maranhão, envolvendo a Embrapa Cocais, a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e o Instituto Federal do Maranhão (IFMA);

UMiP Automação Agropecuária cujo objeto é a parceria para pesquisas em 4 áreas estratégicas: Sensores; VANT; Processamento de Imagens; Big Data e Internet das Coisas (IoT) envolvendo a Embrapa Instrumentação, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar);

UMiPTT Cinturão Citrícola, instalada nas cidades de Araraquara e de Bebedouro em São Paulo, para enfrentar a doença bacteriana HLB (greening), principal ameaça à sustentabilidade da cadeia de citros no Brasil e outras pragas e doenças que podem entrar no território brasileiro, envolvendo a Embrapa, o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) e a Fundação de Pesquisa Agroindustrial de Bebedouro (Fupab).

Em 2019, foram executadas diversas ações de pesquisa em 68 projetos de inovações tecnológicas para produtores, indústrias e outros clientes em parceria com várias unidades descentralizadas da Embrapa, Universidades, Empresas e outros entes nacionais e internacionais.

Em relação aos programas de capacitação, durante o ciclo do PPA um total de 4.829 pesquisadores executaram com sucesso cursos de pós-graduação em vários níveis de complexidade e duração, sendo 913 em 2016, 1.403 em 2017; 961 em 2018 e 1.552 em 2019.

COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE AGROPECUÁRIA E INCLUSÃO SOCIOPRODUTIVA NAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU

No contexto desse objetivo, que se realiza nos Biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônica, foram disponibilizadas e validadas 14 tecnologias em 2019, totalizando 451 no período do PPA. Esse total representa 125% da meta prevista. No tocante ao desenvolvimento de cultivares de cacauzeiro, não houve acréscimo no exercício em análise, mantendo-se as mesmas 81 cultivares do ano anterior, representando 81% da meta prevista.

Quanto à difusão de tecnologia, foi planejada a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 75.000 mil produtores/ano e em 2019, foram assistidos, considerando atendimentos diretos e via parcerias com entes municipais e estaduais, 44.106 produtores que representa 59% da meta do exercício. E em relação à área assistida de palmácea/dendê para biocombustíveis, foram assistidos 1.955 ha, 14% do total estimado para 2019.

A capacitação voltada para a apicultura tem contribuído para o desenvolvimento dessa atividade no sul da Bahia, com envolvimento de 4.100 apicultores organizados em 32 associações e 2 cooperativas.

No foco ambiental, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção. Destaca-se, também, o Projeto Cacau de Alta Produtividade (Projeto Cacau 500), que visa difundir entre os produtores rurais a tecnologia do manejo intensivo.

No que se refere à produtividade média nacional de cacau, observa-se uma sensível recuperação no ciclo do PPA-2016/2019, concentrada no ano de 2019. Considerando-se como referência o ano de 2015, em 2016, houve um decréscimo de 25% na produtividade (297 Kg/ha), observando-se sua recuperação gradativa nos anos subsequentes, fechando o ciclo em 2019 com aumento da produtividade, ante 2015, de 8,1% (428 Kg/ha). Esse resultado decorre da diminuição da produção de amêndoas em 9,3% (252.540 toneladas) e redução da área plantada em 16,6% (590.005 hectares).

A pesquisa e inovação, integradas à assistência técnica e extensão rural realizadas conjuntamente com os parceiros, vêm contribuindo para a recuperação da cacauicultura nacional e para mitigar os impactos socioeconômicos e ambientais.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os fluxos de conhecimento para a inovação da agricultura são provenientes de diversos agentes: institutos públicos de pesquisa, centros privados de pesquisa e inovação, universidades, empresas globais e locais do agronegócio, startups agrícolas, associações e cooperativas de produtores, dentre outros.

Em consequência, os sistemas de pesquisa, desenvolvimento e inovação estão sendo reconhecidos como ecossistemas de PD&I, justamente porque dependem da interação bem-sucedida de diferentes agentes e desses com setores produtivos e organizações que fomentam a inovação e regulam as decisões.

Ainda que haja variações em diferentes cenários, é possível identificar convergência no que se refere à identificação de tecnologias emergentes, que devem impactar significativamente o futuro da pesquisa agrícola, na busca por inovações que equacionem desafios enfrentados em sistemas agroalimentares. Dentre elas, destacam-se bioinformática, agricultura 4.0, biotecnologia, biologia sintética, transição proteica, design de alimentos, agricultura vertical, automação e robótica, hiperconectividade, genética, nanotecnologia, inteligência artificial, fotônica, tecnologias quânticas, internet das coisas, realidade aumentada.

Essa nova agricultura, ainda mais baseada em uso de dados e tecnologia da informação, tende a gerar mais valor para os setores produtivos e a sociedade,

entregando mais e melhores produtos, garantindo a preservação da base de recursos naturais, e também contribuirá, cada vez mais, para o desenvolvimento regional e o bem-estar da população rural.

PROGRAMA 2044

PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA JUVENTUDE

No âmbito do Programa Promoção e Direitos da Juventude trabalha-se com a garantia de cumprimento dos direitos dispostos no Estatuto da Juventude e das demandas do segmento juvenil e é possível fazer uma analogia com uma central de operações responsável por coordenar as ações dos demais órgãos envolvidos em todos os processos. Dessa forma, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) está incumbida de elaborar, validar, articular e avaliar programas e ações voltados para jovens e combater o paralelismo e a fragmentação das iniciativas já existentes, conforme define seu projeto de criação. Como determina do Estatuto da Juventude, a SNJ também tem como incumbências promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para o segmento juvenil.

Ao integrar as políticas de juventude ao ciclo de planejamento e orçamento públicos, promover a transversalidade e ampliar a produção de conhecimento sobre o segmento juvenil, o Sistema Nacional de Juventude demonstra a importância da pauta no Governo atual, bem como garante que sua implementação e desenvolvimento sejam marcados por inovações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os Indicadores do Programa 2044, a despeito de estarem significativamente distantes da esfera de governabilidade do Ministério da Família, contribuíram para nortear as políticas de Juventude implementadas em 2019, com destaque o Espaço 4.0.

Indicador	Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	31/12/2014	386.931	30/11/2019	440.267
Média de anos de estudos de pessoas entre 15 a 17 anos	30/09/2013	7,6	30/06/2018	9,11
Média de anos de estudos de pessoas entre 18 a 24 anos	30/09/2013	9,7	30/06/2018	11,28
Média de anos de estudos de pessoas entre 25 a 29 anos	30/09/2013	10	30/06/2018	11,66
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	30/09/2013	57,7	30/09/2019	52,26

Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	31/12/2013	18,3	31/12/2019	43,48
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos de idade	30/09/2013	61,65	31/12/2018	61,3

Assim como ocorreu em relação à maioria dos Programas cuja atribuição de monitoramento se encontra sob responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), verifica-se dissonância entre a maioria de seus atributos e o Planejamento Estratégico Institucional. No entanto, observa-se desempenho considerável das metas relativas aos objetivos “Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina”; e “Fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil”.

POLÍTICA DE JUVENTUDE JUNTO A ENTES FEDERADOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Para atender a política de juventude junto a entes Federados e Organismos Internacionais é importante ressaltar o Observatório Internacional da Juventude (OIJ), organização liderada por estudantes da Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), que compôs a delegação brasileira que participou do 5º Encontro da Juventude dos BRICS. Após ser realizado em todos os demais países do bloco (Rússia, Índia, China e África do Sul), o evento desembarcou pela primeira vez no Brasil, de 17 a 20 de outubro.

O tema que guiou as discussões das delegações foi o “Empreendedorismo e Novas Tecnologias - Como Canalizar o Potencial dos Jovens do BRICS para o Desenvolvimento”.

Com base nessa diretriz, as delegações foram divididas em grupos de trabalho que refletiam os temas dos painéis do evento: Inclusão por meio da Educação; Futuro do Trabalho - Ações e Reduções de Impacto; Habilidades Sócio-Emocionais - A importância dos “Soft-Skills”; Jovens como uma ponte para melhorar as relações intra-BRICS e Ascensão Social por meio do empreendedorismo e geração de empregos.

“Com base nas falas dos participantes e no tom das discussões dos grupos, pode-se dizer que das questões suscitadas, a criação de empregos para a juventude, considerando a escassez destes em todos os países participantes, e o fortalecimento das relações intra-BRICS foram os principais desafios dos grupos de trabalho e o legado desta edição”, destacou Larissa Merheb, diretora de Projetos do OIJ.

O OIJ participou do último grupo, baseando suas propostas nos anos de experiência com articulação dos BRICS e da importância do empreendedorismo para a juventude periférica, que justifica o desenho do Projeto E.L.A (Empreendedoras Líderes do Amanhã), em andamento. As proposições vão constar no relatório final do evento.

PLANO JUVENTUDE VIVA

Com relação ao Plano Juventude Viva, a SNJ está em tratativas com os temas: Povos Indígenas, LGBT, Prevenção e Combate à Tortura e combate ao trabalho escravo, no âmbito do MMFDH, e com entes externos relativamente aos temas direito à saúde e direito à educação, para atender a transversalidade, e; em articulação com entes subnacionais e outros poderes, com objetivo de elaborar e pactuar um plano de implementação das recomendações da ONU.

O Plano Juventude Viva surgiu com o objetivo principal de atuar para o aperfeiçoamento de instituições e políticas públicas visando a desconstrução da cultura de violência e a redução da vulnerabilidade da juventude através da garantia do acesso a direitos e do enfrentamento ao racismo institucional. Pretendia-se, assim, impulsionar a transformação de territórios marcados pela violência letal de jovens negros.

Concomitantemente, a SNPIR está em tratativas com o Departamento Penitenciário Nacional e com o Sistema Nacional de Socioeducação – SINASE para capacitação dos agentes de segurança pública e dos socioeducadores por meio da disponibilização de módulo EAD e oficinas que abordarão conteúdos sobre as relações étnico-raciais.

Informamos ainda que o Plano Juventude Viva tem servido como norteador de políticas públicas deste Ministério ao combate à Violência contra a juventude Brasileira.

A exemplo disso, este Ministério, por meio da Secretaria Nacional da Juventude tem capitaneado o Projeto “INOVA JOVEM”, que nasceu de ações advindas do Juventude Viva. Até o momento, foram abertas mais de 160 turmas de ensino à distância em todo o Brasil.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS DA JUVENTUDE

A ação, 1º Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude, da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), visa promover iniciativas inovadoras no âmbito de políticas públicas para a juventude.

Foi escolhida a melhor proposta de cada região do Brasil, que receberá o Selo de Inovação da SNJ, além de medalhas de reconhecimento para as equipes. As iniciativas que se classificaram entre o 2º e 10º lugares, de cada região, receberão um certificado de participação.

Além disso, as iniciativas vencedoras também terão suas propostas disponibilizadas no repositório virtual do Centro de Documentação em Políticas Públicas de Juventude (CEDOC) e serão publicadas em um periódico criado pela secretaria.

No âmbito deste objetivo, destaca-se o Programa Estação Juventude 2.0. Trata-se de iniciativa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), que oferece diversos serviços para promover a inclusão e emancipação dos jovens, além de ampliar o acesso dos jovens às políticas públicas. Ao todo, foram inauguradas 09 unidades do Estação Juventude no exercício de 2019, com repasse financeiro para a execução do programa.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO JUVENIL

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), divulgou a lista final de entidades e pessoas físicas que irão compor o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) no período 2019/2021. A seleção teve recorde de participação social, tendo recebido 378 inscrições. Dessas, 190 foram de entidades regionais, 106 de entidades nacionais e 82 de pessoas físicas de notório saber.

Da região Sul, o processo recebeu 62 inscrições, seguidas da região Norte, com 57. A região do Centro-Oeste foi a terceira com maior participação, com 33 inscritos. A região Nordeste teve 25 e, o Sudeste, 13 inscritos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Tendo em vista a mudança de estrutura organizacional – Decreto nº 10.174/2019 e a elaboração do Planejamento Estratégico do MMFDH - Portaria nº 2.467/2019, o órgão apresentou mudanças significativas em seu quadro institucional e alterações em atividades de cada secretaria nacional.

O processo de elaboração do Planejamento Estratégico ocorreu de abril a agosto de 2019, dividido nas seguintes etapas: definição da Missão, Visão e Valores; construção da Cadeia de Valor (identificação dos Macroprocessos Finalísticos, Gerenciais e de Suporte), elaboração do Mapa Estratégico, com os objetivos estratégicos nas perspectivas Aprendizado e Crescimento, Processos Internos e Resultados para a Sociedade), definição de indicadores e metas, e a constituição do portfólio de projetos estratégicos.

Diante o exposto, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos apresenta perspectivas de acordo com as prioridades de governo, e com o novo modelo do Plano Plurianual – PPA 2020-2023, com o Planejamento Estratégico implantado e no alinhamento com o Programa Juntos pela Vida: Família e Direitos Humanos.

Uma das principais preocupações do Ministério para com a Juventude é a inserção no mercado de trabalho, que precisa acompanhar as mudanças decorrentes da 4ª Revolução Industrial. Tem-se conhecimento de estudo realizado pela Universidade de Oxford, segundo o qual 47% dos empregos irão desaparecer nos próximos 20 anos. Assim, entende-se ser essencial preparar os jovens para as novas demandas e ajudá-los a desenvolver habilidades relacionadas às novas tecnologias.

Também, está em execução campanha de prevenção à gravidez precoce no Brasil. No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 930 adolescentes e jovens dão à luz diariamente, totalizando mais de 434,5 mil mães adolescentes por ano. Somente em 2016, nasceram: 24 mil bebês filhos de meninas de até 14 anos de idade; 477 mil filhos de mães com idade entre 15 e 19 anos. Das meninas de 15 a 17 anos que não têm filhos, 9 em cada 10 meninas estão na escola. Já entre as que têm um filho ou mais, menos de 3 continuam estudando (UNFPA). Em 2018, em torno de 15% do total de nascidos vivos foram de mães com idade até 19 anos, de acordo com os dados preliminares do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC).

Direcionada aos adolescentes, a campanha buscou usar a estratégia que aborda a conscientização e a reflexão como formas de prevenção da gravidez na adolescência a partir do vínculo à atenção primária à saúde, visando a enfatizar o plano de vida, o planejamento familiar, a saúde sexual e a saúde reprodutiva, bem como a prevenção de doenças. A campanha é intitulada “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”, e foi lançada pelos Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e da Saúde (MS) lançaram no dia 03 de fevereiro.

PROGRAMA 2046

OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Associado à diretriz estratégica do Plano Plurianual 2016-2019 de “Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo com melhoria do ambiente de negócios, ampliando a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da economia”, o programa consolida os objetivos e metas de várias políticas públicas.

Abrangendo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), o Programa ainda inclui as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), instituição que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar, visando orientar pesquisas, orientar o monitoramento e prover a logística necessária para obtenção do conhecimento e desenvolvimento das ações para uso sustentável e preservação dos recursos do mar.

Os cinco objetivos do programa abrangem ações do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e Uso Compartilhado do Ambiente Marinho, Potencial Mineral e Biológico dos Fundos Marinhos (PNGC), e Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), propiciando ainda a formação de recursos humanos especializados e a consolidação de uma mentalidade marítima na sociedade brasileira.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019, o Programa deu continuidade às pesquisas científicas no mar e ilhas oceânicas, ao monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos, à presença física na Amazônia Azul e Antártica, ao gerenciamento costeiro, ao conhecimento e uso sustentável dos recursos do mar e da Antártica e à pesquisa do potencial mineral e biológico e das variáveis oceanográficas em áreas internacionais e plataforma continental brasileira, assim como ao desenvolvimento das ações de implementação da PNRM e da POLANTAR.

Ressaltam-se os resultados das atividades técnicas e institucionais para estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental - CLPC colocando o Brasil na vanguarda da pesquisa em oceano profundo.

A Proposta de limites contida na Submissão Parcial Revista da Região Sul, defendida em 2018, foi aprovada pela CLPC em Mar/2019. Estão em andamento a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, apresentada em Mar/2018 e a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG) encaminhada em Dez/2018. Desse modo, a área total reivindicada pelo Brasil para além das 200 milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 mil Km² inicialmente reivindicados em 2004.

Outro destaque em 2019 foi o término das obras da nova Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), com inauguração prevista para Jan/2020. A taxa

de atendimento logístico de pesquisas na Antártica teve um aumento significativo em 2019, ultrapassando a meta prevista e atingindo 84,97%.

Várias dificuldades gerenciais, institucionais e orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos três indicadores do programa, ainda assim, no quadriênio, os 3 indicadores alcançaram índices superiores aos de referência declarados em 2015.

O indicador de Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, que era de 0%, em 2015, ao final do plano atingiu 76%; O número índice do indicador de Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais passou de 0 em 2015 para 113.740.000 em 2019; enquanto a Taxa de Atendimento Logístico da Demanda de Pesquisa em Oceanos e na Antártica evoluiu de 84,8% para 98,9%, patamar considerado adequado para a cobertura das demandas da comunidade científica.

PESQUISA CIENTÍFICA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS

O IX Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), vigente de 2016 a 2019, é o principal instrumento para promoção da pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e o uso sustentável dos oceanos. O PSRM é conduzido no âmbito da CIRM para apoiar as pesquisas no mar, nas ilhas oceânicas e na Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial, bem como a formação de recursos humanos em Ciências do Mar.

As seguintes ações, desenvolvidas pelo PSRM em 2019, merecem destaque:

Na Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar, em 2019 foi dada continuidade à construção dos quatro navios-laboratório de ensino flutuante. O primeiro navio, "Ciências do Mar", foi prontificado em julho de 2017 e entregue à Universidade Federal de Rio Grande (FURG). O segundo navio foi entregue à Universidade Federal do Maranhão, no segundo semestre de 2018. O terceiro será entregue a Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2020. O quarto navio tem previsão entrega em julho de 2020.

As pesquisas científicas nas ilhas oceânicas são desenvolvidas pelos Programas PROARQUIPELAGO (São Pedro e São Paulo) e PROTRINDADE (Ilha da Trindade, Arquipélago de Martin Vaz e águas marítimas adjacentes). Em 2019, foram realizadas várias comissões de embarque de alunos em formação em Ciências do Mar,

A estação científica no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, permanentemente guarnecida por 4 pesquisadores vem operando sem restrições e em 2019, foram realizadas 24 expedições e apoiados 7 projetos de pesquisa que se vinculam a universidades espalhadas por todo o território nacional.

Na estação científica da Ilha da Trindade, que também vem operando sem restrições, em 2019 foram realizadas 10 expedições e apoiados 26 Projetos de Pesquisa vinculados às mais diversas áreas do conhecimento. Também em 2019, o ICMBio iniciou trabalho conjunto com a Marinha para elaboração do

plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Arquipélago e do Monte Columbia (Decreto nº 9.312, de 19/03/2018).

Também é importante para o Objetivo a operação e manutenção do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil), formado por redes de boias, marégrafos, ondógrafos e outros equipamentos que visam a coleta sistemática de dados oceanográficos e climatológicos no Atlântico Sul e Tropical.

Fazem parte do GOOS-Brasil a Rede PIRATA com 8 boias fixas; a Rede PNBOIA com outras 8 boias meteoceanográficas fixas e 8 flutuadores ARGO; a rede GLOSS-Brasil com 12 estações maregráficas. Ainda existe a Rede de Ondas - coordenada pela FURG, tem por objetivo monitorar a agitação marítima em águas rasas, e é composta por ondógrafos, localizados no litoral brasileiro.

LIMITE EXTERIOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA ALÉM DAS 200 MILHAS

A definição do limite exterior da plataforma continental será um legado de fundamental importância para o futuro das próximas gerações de brasileiros, que verão aumentadas as possibilidades de descoberta de novos campos petrolíferos, a exploração de recursos da biodiversidade marinha, que a ciência atual reconhece como um dos campos mais promissores do desenvolvimento da biogenética, e de exploração de recursos minerais em grandes profundidades, ainda não viáveis economicamente.

Nesse sentido o Brasil apresentou a Submissão Parcial Revista da Região Sul, sendo a proposta aprovada pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) em mar/2019. Apresentou também a Submissão Parcial Revista da Região Equatorial, em mar/2018, que se encontra em análise por uma Subcomissão da CLPC e concluiu a Submissão Parcial Revista da Região Oriental/Meridional, incluindo a Elevação do Rio Grande (ERG), encaminhando-a em dez/2018.

A ERG é uma área de mais de 900 mil km² que possui grande valor estratégico e econômico para o Brasil, considerando seu potencial mineral e energético e com essas submissões, a área total reivindicada pelo Brasil além das duzentas milhas náuticas foi elevada para cerca de 2 milhões de Km², em comparação aos 960 mil Km² reivindicados pelo Brasil ao apresentar sua submissão original em 2004.

USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO E GERENCIAMENTO DA ZONA COSTEIRA

A Política Nacional para os Recursos do Mar define como relevante o planejamento das atividades desenvolvidas no Mar Territorial, na Zona Econômica Exclusiva e na Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País e reforça a importância do tema ao estabelecer, como uma das ações necessárias a “promoção da gestão integrada dos ambientes costeiro e oceânico, visando o uso sustentável dos recursos do mar”.

Para atender esse objetivo da PNRM, foi criado em 2013 no âmbito da CIRM, o Grupo de Trabalho Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GT-UCAM),

coordenado pela SECIRM e que se desdobrou nos subgrupo de Planejamento Espacial Marinho (PEM) e o de Legislação (LEG).

Durante o ano de 2019, ocorreu uma reunião do GT-UCAM, já sob o novo nome de "Grupo Técnico de Planejamento Espacial Marinho (GT-PEM)", em decorrência do Decreto nº 9.858/2019, que dispõe sobre a CIRM. Essa nova denominação se concatena com o conceito e os esforços patrocinados pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO quanto ao Planejamento Espacial Marinho (PEM).

Para a COI-Unesco "Planejamento Espacial Marinho (PEM) é um processo público de análise e alocação da distribuição espacial e temporal de atividades humanas em áreas marinhas, para alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais que geralmente foram especificados através de um processo político".

Adicionalmente, houve a participação e a divulgação das atividades em curso no âmbito do GT-PEM, conduzido pela CIRM, em 7 eventos relevantes para angariar o apoio das diversas instituições públicas e privadas detentoras de dados marinhos ou com interesses nas atividades marinhas no país, de forma a fortalecer a implantação desta relevante política pública no Brasil.

Ainda em 2019 a SECIRM obteve o apoio da COI-UNESCO e do Governo do Reino da Suécia (por meio do Acordo Bilateral Brasil x Suécia) para patrocinar, no período de 09 a 12 de dezembro, um Curso de Capacitação em Planejamento Espacial Marinho para 19 representantes brasileiros. Esse curso supriu uma das iniciativas constantes do Plano de Trabalho do GT-UCAM (GT-PEM) aprovado em 2018, a saber: "Capacitar pessoal em Planejamento Espacial Marinho".

No tocante à iniciativa de "Adoção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais para a organização e consolidação dos dados sobre a zona costeira e marinha", foi realizado em 2019 pelo GT-PEM análise acerca da situação dos bancos de dados marinhos das instituições que constituem a CIRM, constando-se que poucas instituições possuem seus dados marinhos devidamente estruturados em bancos de dados próprios, em formatos adequados e com metadados devidamente preenchidos.

Tal constatação tornará o cumprimento da iniciativa acima citada mais demorado e trabalhoso, uma vez que demandará dos órgãos governamentais e não governamentais que detêm dados marinhos o efetivo ajustamento/cumprimento dos requisitos técnicos estabelecidos no Decreto nº 6.666/2008, que institui no âmbito do Poder Executivo federal a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE e dá outras providências.

Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO)

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) é conduzido na Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) pelo GI-GERCO e coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Este é o maior e mais heterogêneo colegiado existente na CIRM, composto dentre órgãos públicos por representantes da comunidade civil e comunidade acadêmica. Devido aos diversos interesses e expertises, a deliberação ocorre com muita diplomacia.

O GI-GERCO foi criado em 1996 com o objetivo de promover a integração de políticas públicas incidentes na Zona Costeira do Brasil e tem como atribuição

principal a elaboração e a implementação do Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC - Dec. nº 5.300/2004, Art. 7º). Até 2019 esteve em vigor o IV PAZ-ZC composto por 18 ações estratégicas, de execução compartilhada pelos membros do GI-GERCO.

O Plano de Ação de Combate ao lixo no Mar, ação prevista no IV PAF-ZC foi o destaque de 2019, com a criação do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM), reflexo do compromisso voluntário assumido pelo governo brasileiro durante a Conferência dos Oceanos, realizada em Nova Iorque em junho de 2017. O PNCLM contém 30 ações distribuídas em seis eixos temáticos, que visam mitigar e solucionar o problema.

Outra iniciativa que interage com o IV PAF-ZC é o Projeto Orla e a transferência da gestão de praias urbanas aos municípios. Em dez/18 foi lançado o “Projeto Brasil, Essa é a Nossa Praia” para orientar 20 destinos turísticos em praias urbanas na região Nordeste do país quanto à implementação de ações de gestão responsável da orla, adoção de boas práticas de sustentabilidade por gestores públicos, comunidade local e turistas.

Em Dez/2019 foi assinada a Portaria SECIRM nº 144 que dispõe sobre a reorganização do GI-GERCO, no que tange à composição, competências e forma de atuação do colegiado.

PRESENÇA BRASILEIRA NA REGIÃO ANTÁRTICA

Em 2019 o PROANTAR manteve os esforços para a continuidade das atividades de pesquisa científica no Continente Antártico e na região do Oceano Atlântico entre o Brasil e as Ilhas Malvinas. Essas pesquisas foram apoiadas diretamente por navios da Marinha, pela Estação Antártica Comandante Ferraz, em acampamentos lançados pelos Navios da MB e em parceria com outros países signatários do Tratado da Antártica,

As atividades de pesquisa desenvolvidas focalizam a análise dos ecossistemas antárticos, suas conexões com a América do Sul e as mudanças climáticas, a geodinâmica e a história geológica da Antártica e suas relações com o continente sul-americano. Atende também pesquisas sobre a química dos oceanos, a geoquímica e poluição marinha, ciências humanas e sociais, biologia humana e medicina polar, além da inovação tecnológicas.

Além disso, as Operações Antártica servem como laboratório para estudos sobre maximização da atividade de logística, de longa duração e a grande distância, executada pela Marinha do Brasil (MB) e pela Força Aérea Brasileira (FAB), para apoio a atividades científicas que demandam uma complexa estrutura para atuar no continente antártico.

A Operação Antártica XXXVII, iniciada em 08 de outubro de 2018 e encerrada em 13 de abril de 2019 apoiou dezenove projetos científicos, os quais realizaram atividades embarcadas nos Navios da MB, em onze acampamentos lançados e recolhidos pelos Navios da MB, em estações estrangeiras e na Estação Antártica Comandante Ferraz.

Em 23 de novembro de 2019 foi realizada a passagem de função do Grupo- Base “SPERARE” para o Grupo-Base “FERRAZ”, o qual será o primeiro a ocupar as instalações da nova Estação Antártica Comandante Ferraz, prevista para ser inaugurada em Jan/2020.

O Brasil é Membro Consultivo do Tratado da Antártida desde 1983, participando na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, e ao crescente conhecimento científico daquela região. De igual forma, este status garante ao país a participação na elaboração e aprovação das Medidas, Decisões, Resoluções, diretrizes e outras normas que regulam as atividades - tanto da Marinha do Brasil quanto dos pesquisadores, dos cidadãos brasileiros - na Antártica.

Em 2019 o Brasil se fez representar na XLII Reunião das Partes Consultivas do Tratado da Antártica e no XXII Comitê de Proteção Ambiental, realizados na cidade de Praga, República Tcheca, no período de 1º a 11 de julho de 2019. As próximas reuniões (XLIII ATCM e a XXIII CEP) serão realizadas na cidade de Helsinski, Finlândia, no período de 25 de maio a 4 de junho de 2020.

Durante a XLII ATCM o Brasil apresentou documentos relacionados às ações de monitoramento realizadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e instituições parceiras desde o incêndio da antiga EACF, bem como as atividades de bioremediação, bem como, o reporte sobre andamento das obras de reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) incluindo os cuidados ambientais envolvidos e a apresentação dos novos projetos de pesquisa brasileiros aprovados na chamada nº 21/2018 do CNPq/MCTIC.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao término do PPA 2016-2019, o Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica consolida a posição ativa do Brasil em estabelecer o limite exterior da plataforma continental brasileira, nas negociações globais acerca das mudanças climáticas, do uso sustentável dos recursos do mar, focado em inovações tecnológicas que propiciarão o desenvolvimento de novas cadeias produtivas, além de oferecer apoio logístico para a realização de pesquisas multidisciplinares na Zona Costeira, nos Oceanos, Ilhas Oceânicas Brasileiras e na região Antártica.

As dificuldades gerenciais e fiscais impactaram a implementação do Programa ao fazer, como já declinado, com que as dotações orçamentárias anuais fossem inferiores ou desalinhadas às necessidades do Programa. Contudo, de uma forma geral, os objetivos e as metas do Programa 2046 tiveram desempenho bastante razoável, pois das 15 metas, 7 foram plenamente atingidas, 2 atingiram percentual acima de 90% de execução, incluída nestas a construção da Nova EACF, uma meta acima de 50% e uma meta atingida parcialmente por dependência de organismo internacional (CPLC). Apenas 4 das metas propostas não alcançaram ao menos 50% do percentual previsto.

As ações decorrentes dos Objetivos, Iniciativas e alcance das Metas foram conduzidas de modo a aumentar a pesquisa científica, tanto no mar como na Antártica, a formação de recursos humanos, a presença física, o monitoramento oceanográfico e climatológico dos oceanos e o gerenciamento costeiro.

Desta forma, fica evidenciado que as Políticas que orientam as atividades da CIRM, bem como os Planos que as implementam, têm caráter transversal e multissetorial, principalmente no que se refere a formalização de parcerias entre órgãos federais, universidades, empresas e institutos de pesquisa

nacionais e internacionais, adequando-se plenamente aos princípios que norteiam o Planejamento Plurianual do Governo Federal.

PROGRAMA 2047

SIMPLIFICAÇÃO DA VIDA DA EMPRESA E DO CIDADÃO: BEM MAIS SIMPLES BRASIL

As micro e pequenas empresas representam 99% das empresas no país, 53,9% do trabalho formal e 27% do PIB (Fonte: Sebrae). Diante desse cenário, a Secretaria Especial de Micro e Pequena Empresa (SEMPE) é o órgão do Governo Federal responsável pela elaboração da política nacional de desenvolvimento para as micro e pequenas empresas, microempreendedores individuais e artesãos, e busca implementar medidas em parcerias com diversos Ministérios, Sistema S, Instituições Financeiras, entidades representativas da MPE e demais atores públicos e privados, com o objetivo de estimular o desenvolvimento dos pequenos empreendimentos no Brasil.

A SEMPE é responsável pela presidência do Fórum Permanente da MPE (FPMPE) e do Comitê Gestor da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim) e coordena as ações no âmbito do Grupo de Trabalho do Microempreendedor Individual (GT MEI).

A Secretaria Especial tem concentrado seus esforços em apoiar os movimentos do empreendedor em iniciar, manter ou expandir o seu negócio, atuando junto aos seus *stakeholders* para reduzir o peso da burocracia, simplificar e agilizar os procedimentos de registro, garantir a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Constituição Federal e LC nº123/06, garantir a oferta de crédito adequado, propiciar condições para fomento da inovação para o acesso a novos mercados (nacional e internacional), além de prover capacitação e assistência técnica de maneira que adotem as mais eficientes práticas de gestão e de sustentabilidade.

Em linha com as políticas públicas anteriores, o Programa 2047 do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 definiu como uma de suas prioridades corrigir algumas das distorções enfrentadas por MPE no acesso a mercados, especialmente os de compras públicas e exportação, e no acesso à inovação, à tecnologia, à capacitação e ao crédito, distorções essas que implicam em baixa competitividade do setor e alto índice de mortalidade empresarial nos primeiros anos de vida do negócio. A definição desse desafio como estratégia principal partiu do reconhecimento de que as distorções enfrentadas pelas MPE estão associadas, em grande medida, à conjunção dos seguintes fatores:

(i) custos de transação proporcionalmente maiores que os enfrentados por empresas de maior porte econômico relativo; e (ii) inexistência de instrumentos providos pelo mercado que promovam uma alocação de recursos capaz de anular ou pelo menos suavizar os efeitos distorcidos dos custos de transação.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As MPEs continuam sendo as maiores empregadoras no Brasil, conforme o indicador Participação das Micro e Pequenas Empresas no Emprego Formal, mantendo mais da metade dos empregos formais, com percentual de 53,94% em 2019.

No âmbito empresarial, ampliaram-se os processos da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e Legalização de Empresas (RedeSim) com a adesão do Distrito Federal, totalizando 100% de integração entre os estados nas chamadas “Fase 01” e “Fase 02”, que contemplam sistemas que facilitam e simplificam a consulta aos dados empresariais e ao registro de novos atos de empresas. Com a ampliação da RedeSim, os mecanismos dos principais processos empresariais, como o registro de novas empresas, tornam-se mais simples, incentivando a atividade empresarial. A perspectiva para os próximos anos é a ampliação da chamada “Fase 3” da RedeSim, que trará uma integração completa dos atos. Somente em 2017, 25 estados já haviam aderido à nova fase, restando os estados de São Paulo e Paraná, que já sinalizaram que terão seu projeto de ampliação da integração ampliado para a nova fase da RedeSim já em 2018.

Também em 2017, promulgou-se a Lei nº 13.425/17, em que se unificaram os processos de Licenciamento de Empresas pelos órgãos de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, como o Corpo de Bombeiros e a Vigilância Sanitária. O próximo passo a ser dado nessa questão é a publicação do decreto que regulamentará essa Lei. Esse decreto já se encontra na Casa Civil da Presidência da República e deve ser publicado em breve.

Neste contexto, houve ainda o lançamento do Programa de Simplificação do Acesso a Produtos e Serviços Financeiros para o Microempreendedor Individual – Programa CREDMEI. O Programa tem como objetivo promover o acesso do empreendedor ao crédito e outras financeiras necessárias ao desenvolvimento da empresa.

Por fim, destaquem-se os resultados alcançados no âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), que em consonância com a Lei nº 13.180/2015. Dentre os principais resultados de 2019 estão a implantação da nova versão do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB (Módulo Cadastro do Portal do Artesanato Brasileiro), permitindo a evolução funcional da solução e a implementação efetiva da Nova Base Conceitual do Artesanato. Além disso, o número de artesãos cadastrados no Programa alcançou 159.384, dos quais 6 mil foram beneficiados por ações de apoio a comercialização, num volume comercializado de R\$ 10.780.554,69.

SIMPLIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS PROCESSOS DE LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS

A RedeSim é um sistema integrado, instituído pela Lei nº 11.598/2007, que permite a abertura, a alteração, a baixa e a legalização de empresas. São partes do processo da RedeSim as seguintes etapas: Etapa de Análise da Viabilidade de Nome e Locacional; Etapa de Registro Mercantil; Etapa de Registro das Inscrições Tributárias; e Etapa de Licenciamento (Concessão do

Alvará de Funcionamento). Em 2019, constatou-se um grande avanço na adesão dos Estados e Municípios ao processo da RedeSim, totalizando 3.725 municípios com integração em alguma etapa. Isso permitiu a redução de custos e de tempo a milhares de cidadãos empreendedores brasileiros.

Atualmente o Brasil encontra-se na posição 140º no quesito abertura de empresas. A implementação da RedeSim na capital de São Paulo permitiu aos partícipes a revisão dos processos, eliminando exigências em duplicidade, redução da burocracia e integração dos sistemas de formalização de empresa, em uma parceria das esferas federal, estadual e municipal. Como decorrência imediata, eliminou-se a duplicidade de coleta das informações e suprimiu-se interações presenciais do empreendedor. A revisão dos processos foi acompanhada por todos órgãos integrantes do processo, por meio dos seus representantes em Grupos de Trabalho.

No Rio de Janeiro foi implantado o novo portal *web* (<https://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/Regin/ReginServicos>). Nesse portal, o empresário usa a tecnologia de certificação digital para realizar todo o procedimento de formalização - abertura, alteração e baixa - da empresa eletronicamente, ou seja, todo o trâmite é realizado *online*.

De forma geral, as Juntas Comerciais vêm trabalhando na integração, simplificação e desburocratização dos processos, de forma a reduzir os procedimentos e a simplificar os processos de legalização de empresas. Nesse sentido, está sendo trabalhado a unificação do Portal do Empreendedor com o Portal da RedeSim.

Ainda no ano de 2017, o Grupo de Trabalho de Indicadores, vinculado ao Comitê Gestor da RedeSim, emvidou esforços no sentido de desenvolver metodologia, métricas e ferramentas de apuração e medição dos tempos das etapas de abertura de empresa (Etapa de Análise da Viabilidade de Nome e Locacional, Etapa de Registro Mercantil, Etapa de Registro das Inscrições Tributárias e Etapa de Licenciamento (Concessão do Alvará de Funcionamento) sob responsabilidade dos órgãos envolvidos (Prefeituras, Juntas Comerciais, Administrações Tributárias Federal e Estadual e Órgãos de Licenciamento), bem como melhorar o processo atual de medição da integração.

O prazo informado em 2017 no Relatório *Doing Business* (elaborado pelo Banco Mundial), período de medição junho de 2016 a junho de 2017, apresenta 79,5 dias como prazo médio nas cidades do Rio de Janeiro-RJ e São Paulo- SP. Ao se analisar os critérios utilizados para composição do prazo identificou-se que o Banco Mundial considera as etapas descritas acima e mais três etapas que, *a priori*, não compõem o prazo de abertura no Brasil: Obtenção de Certificado Digital (*token*), Registro dos Empregados no Programa de Integração Social (PIS) e Registro no Sindicato Patronal e no Sindicato dos Empregados. Dessa forma, o resultado apontado pelo Relatório diverge da metodologia utilizada pela SEMPE.

Nesse sentido, além de considerar três etapas adicionais, o dado não reflete a realidade atual das empresas que se encaixam no perfil medido, pois, após a

implantação dos dois novos sistemas de abertura de empresa nas duas cidades e a revisão dos processos, já é possível abrir empresas em até 5 dias na cidade de São Paulo e 7 dias na cidade do Rio de Janeiro. Considerando o exposto, a medição realizada pelo Banco Mundial está sendo questionada pela Secretaria de Governo, pela Subsecretaria do Programa Bem Mais Simples Brasil, pela Receita Federal e pela SEMPE, para que a pesquisa reflita a atual situação do processo de abertura de empresas nessas Capitais.

Diante do exposto, encontra-se em estudo minuta de Resolução contendo as diretrizes para se medir o tempo de legalização de empresas em todo o País, de acordo com a Resolução CGSIM nº 37, de dezembro de 2016. A Resolução atribui à SEMPE a elaboração e disponibilização do Mapa RedeSim em *site* na *WEB*, para que a população e os órgãos parceiros (Prefeituras, Secretarias de Finanças, Juntas Comerciais, RFB, Cartórios, Secretarias de Estados de Fazendas, Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária e Meio Ambiente) tenham acesso ao grau de integração perante a RedeSim, e ao tempo transcorrido em cada uma das etapas do processo de abertura e legalização de empresas, alterações e baixas de empresa, em qualquer unidade da federação. A nova metodologia refletirá a realidade do ambiente de negócios no Brasil no que tange à oportunidade de abertura de uma empresa.

AMPLIAÇÃO DOS MERCADOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO ARTESANATO

Com a finalidade de permitir forte inserção das micro e pequenas empresas no comércio exterior brasileiro, em outubro de 2016, foi editado decreto de regulamentação do Regime Simplificado de Exportação (Simples Internacional) para Micro e Pequenas Empresas (MPEs), previsto no art. 49-A da Lei Complementar nº 123/2006. Por meio do novo procedimento, um operador logístico irá realizar pela MPE todos os procedimentos necessários à efetivação da exportação. Antes da implementação desse tratamento favorecido para as MPE, o procedimento era o mesmo aplicável às empresas de médio e grande porte.

Em 2017, foram habilitados os primeiros operadores logísticos e os novos procedimentos vêm permitindo redução de custos e de tempo necessários à conclusão das operações, proporcionando maior competitividade às empresas de pequeno porte. Em 2019, articulou-se, por meio do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, 5 reuniões por Comitê Temático 2 reuniões Plenárias, 3 reuniões ordinárias, 2 reuniões específicas da Semana Nacional do Crédito, 1 Reunião Específica de Recuperação de Judicial de MPEs, 1 Reunião Específica Extra de Inauguração do CT-MEI. Quanto à “Semana Nacional do Crédito”, esta é conduzida por um subgrupo de trabalho específico, composto por representantes da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa (SEMPE), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e das instituições financeiras (Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa e Santander).

Na Semana Nacional do Crédito, houve a realização da 3º Edição da Semana Nacional do Crédito realizando-se 423 eventos em 21 estados brasileiros com a participação de 31 instituições e um público estimado em 28.600 pessoas; a

construção de site para divulgação e acompanhamento anual www.semanadocredito.gov.br e a celebração de convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para comparar resultados de 2019 e 2020, por meio do Observatório das MPEs. De acordo com informações dos bancos, o total de recursos aplicados em operações de MPE em outubro de 2017, mês de destaque da ação, alcançou o montante de R\$ 8 bilhões. No âmbito do Fomenta Nacional, em 2017, a SEMPE participou do evento VIII Fomenta Nacional, promovido pelo Sebrae, com significativa participação na rodada de negócios/encontro de oportunidades, bem como na mediação do Painel Oportunidade para os Microempreendedores Individuais nas Compras Públicas. Durante os dois dias de evento, foram realizadas palestras, painéis, oficinas, seminários temáticos e internacionais.

Com o objetivo de corrigir falhas no mercado de capacitação empresarial, técnica e gerencial, encontra-se em desenvolvimento no âmbito do Portal do Empreendedor a solução Buscador de Capacitações, que permitirá ao MEI e à MPE o acesso simplificado a soluções de capacitação técnica e gerencial oferecidas por diversos operadores do mercado de educação empresarial, promovendo a unificação da oferta em um único ambiente, integrado ao Portal do Empreendedor. Este ambiente contará com ferramentas de customização da oferta baseadas em algoritmos de recomendação, estruturados para promover trilhas de aquisição do conhecimento orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais. A expectativa é de que a primeira versão seja implantada em julho de 2020. No âmbito desta estratégia, foi celebrada parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, onde encontra-se em elaboração mapeamento de competências técnicas e gerenciais, que permitirá o desenvolvimento de ferramenta de jornada do empreendedor que o apoiará em sua trajetória de desenvolvimento técnico e gerencial.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), houve a participação em 4 feiras nacionais do artesanato, onde foram comercializadas cerca de 300.597 peças, com faturamento total de R\$ 10.780.554,69 e atendimento direto a 6 mil artesãos, representando um crescimento real de 54% em relação a 2018. Estes resultados demonstram a consolidação das ações de apoio à participação do artesão em feiras e eventos de comercialização no âmbito da estratégia de ampliação de mercados para o produto artesanal brasileiro.

Em 09/10/2019, foi assinado o Memorando de Entendimento – nº 19/2019 entre a Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, do Ministério da Economia – SEPEC-ME e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, visando atuação conjunta para o desenvolvimento do artesanato brasileiro. A cooperação permitirá o desenvolvimento das seguintes ações: Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Artesanato Brasileiro 2020-2023, Prêmio do Artesanato 2019 "Prêmio PAB", evolução do Portal do Artesanato Brasileiro, Feiras e Rodadas de Negócios, Apoio no projeto Laboratórios Técnicos - Artesanato Mais Competitivo e Formalização do artesão.

ACESSO DA SOCIEDADE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Conforme Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, que “Institui a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta dos serviços públicos digitais no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”, foi desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) a Plataforma de Cidadania Digital que é composta pelo Portal de Serviços do Governo Federal (www.servicos.gov.br), e de ferramentas de controle de acesso, acompanhamento e avaliação da solicitação do usuário.

Ao longo de 2017, a Secretaria Especial do Programa Bem Mais Simples (SEPBM) articulou com órgãos dos governos federal, estadual e municipal, e com entidades da sociedade civil, realizou debates e implementou ações para a simplificação de procedimentos e melhoria do ambiente de negócios nos temas: Abertura de Empresas, Registro de Propriedades, Comércio Internacional e Obtenção de Alvarás de Construção.

Iniciou-se dentro do Plano Bem Mais Simples (PBMS) a construção pelo Serpro de uma ferramenta denominada Portal Único de Serviços Públicos, com objetivo de integração de informações cadastrais do cidadão e fornecimento de serviços públicos digitais em ambiente único e seguro. Contudo, foi identificado, posteriormente, a existência de iniciativa idêntica sendo conduzida pelo MPDG denominada a Plataforma de Cidadania Digital, que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.936/2016.

O projeto da Plataforma de Cidadania Digital também faz interlocução com o Projeto Brasil-Cidadão, em que serão integradas as bases de informações dos cidadãos, além de realizar autenticação para acesso aos serviços disponibilizados na Plataforma Digital.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em 2019, a SEMPE buscou dar continuidade à relevância institucional atribuída pelo Governo Federal às MPE no País e manter o atendimento diferenciado aos pleitos desse segmento. As ações implementadas no âmbito do programa, nas áreas de educação, inovação, artesanato e MEI, crédito, desburocratização, simplificação, competitividade e agenda de cooperação, promoveram a melhoria do ambiente de negócios e contribuíram para a retomada do nível de confiança na economia.

Nesse sentido, a SEMPE segue cumprindo seu papel legal, implementando ações que propiciem a promoção de ambiente empreendedor adequado, o crescimento econômico, a criação de condições para a geração e a manutenção de empregos e a perenização das empresas abrangidas por esse segmento.

PROGRAMA 2048

MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO

Este Relatório apresenta a visão consolidada da evolução do Programa 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito, destacando os principais resultados obtidos em 2019. O referido programa pauta-se na Lei 12.587/2012, instrumento que define as diretrizes, princípios e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, conforme estabelece a Constituição, no que tange ao transporte e à mobilidade urbana.

No escopo da PNMU, o Programa 2048 propõe apoio aos entes federativos, seja por meio de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou de financiamento (FGTS e BNDES), com vistas à elaboração de projetos e planos e à implantação de infraestrutura de novos sistemas de transporte público coletivo urbano e de expansão e melhorias nos sistemas existentes que contemplem mecanismos de integração intermodal física e tarifária, prioritariamente, dos sistemas de transporte público coletivo de média e alta capacidade.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que conta tanto com recursos do OGU quanto de financiamento do FGTS, em 2019 houve continuidade na execução das obras de infraestrutura de mobilidade urbana. Até o final do referido ano, foram investidos R\$ 3,42 bilhões (OGU e Financiamento) em 96 empreendimentos de sistemas de transporte público coletivo, em 60 municípios de 21 unidades da federação.

Em se tratando de recursos oriundos do OGU, em 2019 foram concluídos 02 empreendimentos do PAC nas regiões Norte e Nordeste. O valor total pago para ambos soma-se R\$ 205,98 milhões, sendo que destes, R\$ 9,09 milhões foram pagos em 2019.

Em relação à carteira PAC com recursos de financiamento do FGTS, em 2019 foram concluídos 49 empreendimentos (em todas regionais), acumulando-se R\$ 900,25 milhões financiados. Destes, R\$ 19,52 milhões foram pagos no ano de 2019.

Quanto ao Programa Avançar Cidades - Mobilidade Urbana, que conta com recurso de financiamento, desde sua abertura (2017) até 2019, foram selecionadas 267 propostas que somam R\$ 1,78 bilhão (sem incluir os recursos de contrapartida dos entes federados). Destes totais, 102 empreendimentos no valor total de R\$ 636 milhões foram contratados no ano de 2019.

Em relação ao Programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (REFROTA), em 2019 foram contratados R\$ 113,40 milhões. O valor acumulado referente às propostas contratadas (desde 2017)

está na ordem de R\$ 409,91 milhões, enquanto o das propostas selecionadas é de R\$ 482,12 milhões.

Assim, para o cumprimento das metas do Programa 2048 – Mobilidade Urbana e Trânsito, estão sendo desenvolvidas ações que permitem o apoio a implantações de infraestruturas de mobilidade urbana, tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, com recursos orçamentários e extraorçamentários. O Programa também está orientado à manutenção e à evolução de Sistemas de Tecnologia de Informação na área de trânsito e de Mobilidade Urbana, bem como a um conjunto de iniciativas e metas relacionadas à Política Nacional de Trânsito.

O programa contém ainda ações voltadas para a melhoria dos sistemas metroferroviários sob gestão do Governo Federal, possibilitando aos usuários mais rapidez, conforto e segurança nos seus deslocamentos, por meio de medidas adotadas pelas entidades vinculadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR): Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A (TRENSURB).

Da participação da TRENSURB, destacamos a contratação do Projeto de atualização tecnológica do sistema de radiocomunicação, prevendo a evolução do sistema analógico para o sistema digital. A implantação está em andamento, encaminhando-se para a fase de testes. A obra para recuperação da Subestação Sapucaia do Sul foi concluída e o Termo de referência visando à atualização do sistema de energia de tração para garantir a operacionalidade plena do sistema encontra-se na fase interna de elaboração de Minuta de edital. Foram concluídos diversos Termos de Referência para implantação de melhorias nas estações, passarelas e Terminais de Integração, incluindo adequações à Legislação de acessibilidade.

Em relação à contribuição da CBTU, houve a continuidade da modernização dos sistemas metroferroviários de João Pessoa/PB (estação IFPB em execução), Natal/RN (contrato aditivado para construção da nova estação de Parnamirim), Maceió/AL (entrega do projeto de viabilidade técnico econômico da expansão até mangabeiras), Recife/PE (continuidade na execução das pontes sobre o rio Pirapama e da recuperação e modernização de 11 transformadores) e Belo Horizonte/MG (pagamento das faturas referentes ao aditivo do contrato nº 024-2018/DT de serviço de fornecimento e instalação de rádios de comunicação da STU- BH).

SISTEMA DE MOBILIDADE URBANA

No ano de 2019 foi dada continuidade às seleções públicas dos Programas Avançar Cidades - Mobilidade Urbana e Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano (REFROTA), ambos iniciados em 2017 e por meio de financiamento de recursos provenientes do FGTS.

O Avançar Cidades tem como objetivo melhorar a circulação das pessoas nos ambientes urbanos por intermédio do financiamento de ações

de mobilidade urbana voltadas à qualificação viária, ao transporte público coletivo, ao transporte não motorizado (transporte ativo) e à elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos executivos.

Já o REFROTA tem como objetivo, por meio da aquisição de ônibus, ampliar a eficiência dos prestadores de serviço de mobilidade urbana e com isso, melhorar a qualidade de vida da população.

Ainda em 2019 foi lançado o programa de Renovação de Frota do Transporte Público Coletivo Urbano de Passageiros Sobre Trilhos (RETREM), que tem como objetivo melhorar a qualidade do serviço ofertado aos usuários nos sistemas de transporte público coletivo sobre trilhos, por intermédio de financiamento destinado à aquisição de material rodante pelos prestadores dos setores público e privado.

POLÍTICA NACIONAL DE MOBILIDADE URBANA

Com objetivo de aumentar a efetividade da assistência técnica aos municípios para apoio ao planejamento da mobilidade urbana em âmbito nacional e em conformidade com a PNMU, a Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos disponibilizou em seu sítio eletrônico o Sistema de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana. O sistema busca auxiliar o gestor municipal na elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, com os conteúdos mínimos previstos na Lei, e de acordo com a metodologia simplificada apresentada na Cartilha de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana para municípios com até 100 mil habitantes.

Compõem ainda as ações de assistência técnica do MDR, a “Cartilha de apoio à elaboração de planos de mobilidade urbana para municípios com até 100 mil habitantes” e o tutorial em vídeo para auxiliar os municípios no preenchimento dos conteúdos mínimos necessários para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, ambos disponíveis no sítio eletrônico do MDR.

POLÍTICA NACIONAL DE TRÂNSITO (PNT)

No exercício de 2019, o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) trabalhou no aprimoramento das condições de segurança e educação de trânsito, buscando reduzir o número de acidentes de trânsito e salvar vidas, e no fortalecimento do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), fomentando a municipalização, realizando fiscalizações, criando novas soluções nos sistemas informatizados, promovendo campanhas e eventos, entre outras atividades.

Foram integrados ao SNT 65 novos municípios em todo o país, atingindo 30% do total de municípios brasileiros. Dessa forma, o número de municípios integrados ao SNT é de 1.690 municípios. Assim, 70% dos municípios brasileiros (3.880 cidades) não se encontram integrados ao SNT, de modo que não realizam a gestão do trânsito de maneira adequada.

Ainda em 2019 foram realizadas campanhas educativas de trânsito para redução de acidentes com o tema “NO TRÂNSITO, O SENTIDO É A VIDA” e o projeto Maio Amarelo. Além disso, o DENATRAN cumpriu com o cronograma das Campanhas Educativas para 2019 conforme estabelecido pela Resolução CONTRAN nº 771, de 28/02/2019.

Com o intuito de promover a segurança no trânsito e trazer celeridade aos processos, ocorreu a Simplificação do processo de concessão do Certificado de Adequação a Legislação de Trânsito (CAT), a fim de dar maior celeridade, o processo de análise foi revisto, com a adoção de procedimentos expeditos a fim de dar uma maior vazão a emissão dos documentos, de modo a mitigar os efeitos danosos causados à indústria automotiva brasileira, aos importadores, e aos demais interessados na obtenção do documento.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Por entender que o planejamento ainda é um forte gargalo para o alcance dos objetivos previstos pela Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU - Lei nº 12.587/2012), em 2020 o novo Programa 2219 – Mobilidade Urbana (substituto do Programa 2048) contemplará a Ação Orçamentária 15UE - Planos de Mobilidade Urbana Locais. Trata-se de ação destinada a viabilizar a elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, exigência legal a partir de abril de 2021, para municípios com mais de vinte mil habitantes ou que integrem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico com população superior a um milhão de habitantes.

Em 2020 também se espera o início das obras das seleções efetuadas no âmbito do Programa Avançar Cidades – Mobilidade Urbana, que em sua maioria destina-se a qualificação viária, ao transporte não motorizado e a elaboração de estudos, planos e projetos. Além dos empreendimentos selecionados, estima-se a análise e possível aprovação de mais 180 propostas, que somam um montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão.

Quanto aos empreendimentos do PAC que utilizam recursos do Orçamento Geral da União, o foco é dar andamento às obras já iniciadas com o intuito de concluí-las.

Como alternativa para viabilizar a melhoria da mobilidade urbana das cidades, pretende-se facilitar e incentivar a participação do setor privado, seja na renovação da frota de veículos do transporte público coletivo urbano - melhorando a eficiência do serviço prestado ao usuário, seja na execução de obras com participação e alianças com as concessionárias, operadoras e permissionárias dos serviços de transporte público coletivo urbano e intermunicipal.

PROGRAMA 2049 MORADIA DIGNA

A política habitacional é norteada pelo princípio da universalização do acesso à moradia, um direito social assegurado pela Constituição Federal em seu artigo 6º. Para garantir o referido direito, são considerados aspectos para além da unidade habitacional, como a infraestrutura, a inserção urbana, o acesso a serviços públicos, as oportunidades de trabalho e a geração de renda.

Para tanto, a Política Nacional de Habitação se estrutura em quatro eixos principais de atuação, que estão refletidos nos objetivos do Programa Moradia Digna: financiamento e subsídios à provisão habitacional; urbanização de assentamentos precários; desenvolvimento institucional dos intervenientes; e aprimoramento da cadeia produtiva da construção civil voltada à habitação de interesse social.

Em consonância com o eixo 1 do Plano Nacional de Habitação (PLANHAB), a produção intensiva de unidades habitacionais permaneceu como base da Política Nacional de Habitação. O Programa Minha Casa, Minha Vida, presente em quase 100% do território nacional, seguiu como maior instrumento da consecução do direito à moradia.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No ano de 2019, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), apesar do cenário de restrições orçamentárias, manteve-se como a mais relevante iniciativa do Governo Federal para a ampliação do acesso à moradia, devido ao volume de contratações e entregas realizadas pelo programa. Esteve presente em 97% dos municípios brasileiros, contratando em 2019 a 406.563 unidades habitacionais em todas as faixas do programa e realizando a entrega de 393.330 unidades. O volume de contratação foi maior na modalidade que opera com recursos FGTS, nas faixas 1.5, 2 e 3 do PMCMV, com contratações de pessoas físicas e jurídicas.

O financiamento imobiliário também se manteve em 2019, destacando a contratação de 52.642 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas mediante Carta de Crédito Individual (CCI), com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS, no valor de R\$ 5,35 bilhões, e a aplicação de R\$ 48,97 bilhões em operações de crédito imobiliário habitacional com recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE.

A seguir são apresentados os principais aspectos de gestão e resultados que contribuíram para o atingimento dos objetivos do Programa.

MELHORIA DE CONDIÇÕES DE VIDA E HABITABILIDADE

Um dos objetivos do Programa é melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários. No ano de 2019, buscou-se aprimorar a gestão da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-Habitação,

bem como retomar o financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos entes públicos, para a execução de intervenções de urbanização integrada de assentamentos precários.

Da carteira de obras contratadas desde o lançamento do PAC, que totalizava 5.426 contratos, foram concluídos, até 31/12/2019, 2.678 operações, com investimento de R\$ 4,84 bilhões, que beneficiaram mais de 560 mil famílias. Neste mesmo período foram distratados 2.088 contratos.

Em 2019, foram selecionadas 19 propostas de financiamento aos entes públicos para urbanização de assentamentos precários. Além disso, foram concluídas 77 das operações contratadas em anos anteriores e ativas na carteira de investimentos, beneficiando mais de 80 mil famílias. Também foi retomada a execução de 76 operações que, quando concluídas, beneficiarão 126 mil famílias. Os dados foram retirados do 10º balanço do PAC, de 31 de dezembro de 2019.

O valor total desembolsado para as operações lastreadas com recursos do OGU, no exercício, incluindo restos a pagar, foi de R\$ 230,5 milhões. Dentre as operações que estão contempladas nesse objetivo, 23 Termos de Compromisso foram empenhados no ano de 2019, utilizando R\$ 69,5 milhões do Orçamento Geral da União (OGU). Os dados foram obtidos dos relatórios orçamentários/financeiros desta SNH.

MINHA CASA MINHA VIDA

A ampliação do acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com o fortalecimento dos programas de atendimento habitacional é outro importante objetivo (0383) perseguido no Programa Moradia Digna do PPA 2016-2019.

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 e está presente em 5.413 dos 5.570 (97%) municípios brasileiros. Em 2019, foram contratadas 406.563 unidades habitacionais em todas as faixas do Programa, conforme a renda familiar mensal bruta: faixa 1 (até R\$ 1.800,00); faixa 1,5 (até R\$ 2.600,00); faixa 2 (até R\$ 4.000,00); e faixa 3 (até R\$ 9.000,00).

Em cenário marcado por restrição fiscal, o orçamento disponibilizado no exercício de 2019 foi destinado ao pagamento dos compromissos assumidos em anos anteriores, não tendo sido possível a abertura de processos seletivos de contratação de novos empreendimentos nas modalidades que abrangem a faixa 1 do PMCMV. Não obstante, obedecendo a determinação judicial, foram contratadas 1.500 unidades habitacionais (UH) relativas a 3 operações no município de Macapá/AP, conforme tabela de contratações e entregas abaixo.

Embora as contratações na faixa 1 do PMCMV tenham se mostrado pouco expressivas em 2019, o Governo Federal manteve os compromissos firmados nos anos anteriores, o que permitiu a entrega de 65.872 unidades habitacionais no exercício.

Para as demais faixas do Programa foi mantida a meta de contratação de 325.000 unidades habitacionais definida na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2019.

Considerando o conjunto de contratações da modalidade do PMCMV que opera com recursos do FGTS, a meta foi superada, sendo registrado um total de 405.063 contratações nas faixas 1.5, 2 e 3 do Programa, incluindo contratações com Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ), assim como unidades em produção e em estoque contratadas em 2019, conforme tabela de contratações e entregas abaixo.

No entanto, considerando que o benefício oferecido pelo Programa nesta modalidade se materializa no momento da contratação com PF, registra-se, no exercício de 2019, uma entrega total de 327.458 UH, sendo 31.442 na faixa 1,5 e 251.798 na faixa 2, as quais recebem subsídio do Orçamento Geral da União (OGU) por meio da Ação 00CW, e mais 44.218 na faixa 3, que compõe o PMCMV mas não recebe subsídio do OGU, conforme tabela a seguir.

Contratações e Entregas PMCMV em 2019

Faixa de Renda	Ação Orçamentária / Modalidade PMCMV	Meta de 2019 ¹	UH Contratadas	UH Entregues	% Meta
Faixa 1	00AF/FAR– Empresas	-	1.500	48.123	-
	00CY/FDS- Entidades Urbanas	-	0	3.503	-
	00CX/PNHR- Entidades Rurais	-	0	14.246	-
Subtotal Contratações e Entregas Faixa 1:			1.500	65.872	
Faixa 1,5	00CW FGTS	-	22.140	31.442	87,1
Faixa 2	00CW FGTS	325.000 ²	201.282	251.798	%
Faixa 3	Sem ação orçamentária	-	33.348	44.218	-
Em	Sem ação	-	148.293	-	-

produção/estoqu e (PJ)	orçamentária	
Subtotal Contratações e Entregas Faixas 1,5, 2 e 3 (FGTS):	405.063	327.458
TOTAL Contratações e Entregas	406.563	393.330

Data de referência: 31 de Dezembro de 2019.

Fonte dos dados: SNH/MDR

1. Não houve meta de contratação definida para as modalidades da faixa 1 do PMCMV no exercício de 2019.
2. A meta da ação 00CW refere-se à Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2019.

Associado ao objetivo do Programa Moradia Digna de disponibilizar 3 milhões de moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, vale lembrar que foi estabelecida meta geral de contratação de 3 milhões de UH para todo o período do PPA 2016-2019, sendo esperada, portanto, a contratação média de 750 mil UH por ano, no conjunto das faixas do PMCMV.

No entanto, tendo em vista o cenário fiscal restritivo que caracterizou quase todo o período de vigência do PPA 2016-2019, o orçamento alocado para as ações que lastreiam o PMCMV não foi suficiente para ampliar as contratações do Programa em nível suficiente para o alcance integral da meta inicialmente estabelecida.

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO

Este objetivo está vinculado às ações de financiamento providas por recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), além de programas dos agentes financeiros do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), no âmbito do Programa Moradia Digna, sujeitos às ações diretas do mercado de financiamento, tanto para pessoas físicas, quanto para as empresas da construção civil.

O SFH, conforme Resolução nº 4.676, de 31 de julho de 2018 do Banco Central do Brasil (BACEN), destina-se a facilitar e a promover a construção e a aquisição da casa própria ou moradia, especialmente pelas classes de menor renda da população. São integrantes do SFH como agentes financeiros, além das entidades previstas na lei citada, as demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e as entidades fechadas de previdência complementar.

Essa mesma Resolução estabelece que o SBPE tem por finalidade promover o financiamento imobiliário em geral, por meio da captação e do direcionamento dos recursos de depósitos de poupança. São integrantes do

SBPE: os bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário, as caixas econômicas, as sociedades de crédito imobiliário e as associações de poupança e empréstimo.

Durante o ano de 2019, os agentes financeiros do SFH contrataram 52.642 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas mediante Carta de Crédito Individual (CCI), com recursos do FGTS não enquadráveis nas condições do PMCMV, totalizando investimentos de R\$ 5,35 bilhões. No período 2016 a 2019, os investimentos atingiram R\$ 23,85 bilhões no âmbito do SFH.

De acordo com o Banco Central do Brasil, até 30 de novembro de 2019, foram contratados R\$48,97 bilhões em operações de crédito imobiliário habitacional com recursos do SBPE no âmbito do SFH, totalizando R\$ 179,73 bilhões contratados no período entre 2016 e novembro 2019.⁴

Embora a quantidade alcançada represente 56% da meta projetada, há que se considerar que a meta é altamente impactada pelas condições da atividade econômica do país, especialmente pela geração de empregos e taxa básica de juros, fatores que se mostraram favoráveis somente a partir de meados do ano de 2019.

CAPACIDADE TÉCNICA E INSTITUCIONAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL

Quanto ao objetivo de fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social, o índice de adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) é de 97,23%, que se manteve estável durante o ano de 2019, pois não houve novas adesões nesse ano.

Acerca da regularidade dos municípios no SNHIS, apenas 1.307 municípios estavam regulares durante o ano de 2019, cerca de 23,48% do total de municípios do país, havendo um aumento de 0,53% em relação ao ano anterior. Observa-se uma ampliação de 5,57% nos municípios regulares entre o ano de 2016 e 2019.

QUALIDADE DA CONSTRUÇÃO CIVIL

No âmbito dos Sistemas do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), que engloba o Sistema de Qualificação de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC); o Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC); e o Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores e Sistemas Convencionais (SiNAT).

Ao longo de 2019, com vistas à modernização tecnológica e gerencial, aumento da produtividade e sustentabilidade do setor da construção civil, foram obtidos os seguintes resultados: a) Monitoramento de 23 produtos-alvo do setor

⁴ Fonte: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/mercadoimobiliario>

da construção civil, representando mais de 4.500 produtos/componentes, com vistas a combater a produção, importação e distribuição não conforme dos mesmos, envolvendo a participação de 14 Entidades Setoriais Nacionais, alcançando um Indicador de Conformidade médio de 80%, no âmbito do SiMaC; b) Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de 2.002 empresas construtoras, nos níveis de Adesão, Nível “B” e Nível “A” do SiAC do PBQP-H, na especialidade técnica “Execução de Obras”, no âmbito do SiAC; c) Elaboração e publicação de 1 (uma) nova Diretriz SiNAT, 2 (dois) novos Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) de produtos ou processos inovadores, induzindo a utilização de tecnologias inovadoras nos empreendimentos do PMCMV, bem como a publicação de 14 (quatorze) novas Fichas de Avaliação de Desempenho de sistemas convencionais (FAD's), no âmbito do SiNAT.

Vale ressaltar que os resultados do SiNAT ficaram aquém do esperado, devido à necessidade de reestruturação do modelo institucional de análise dos documentos do referido Sistema, motivada pela promulgação do Decreto nº 7.759, de 11 de abril de 2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Diante do cenário macroeconômico adverso, o orçamento consignado aos programas habitacionais no exercício de 2019 foi destinado para o cumprimento dos compromissos referentes aos contratos firmados até o final de 2018 e, portanto, não houve espaço no orçamento para que a SNH/MDR organizasse processos de seleção para a contratação de novos empreendimentos.

Em que pese o cenário de restrição fiscal no ano de 2019, o Governo Federal manteve os compromissos já firmados em anos anteriores no PMCMV, implementando ações de melhoria no acompanhamento dos empreendimentos em execução, com o aprimoramento das bases de informações a partir do controle de qualidade, da análise crítica dos dados recebidos e do alinhamento dos conceitos utilizados na operação do Programa, enquanto a urbanização de assentamentos precários adotou, durante o ano de 2019, medidas de gestão para saneamento da carteira. O Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), através de seus sistemas SiMaC, SiAC e SiNAT, contribui para um aumento da qualidade técnica da construção civil no País.

Na perspectiva de reformulação dos 52 de atendimento habitacional no ano de 2020, o MDR, em parceria com a Caixa Econômica Federal, Ministério da Cidadania, Ministério da Economia e Casa Civil da Presidência da República, trabalha em proposta para aprimoramento da atuação da União, tendo em vista não somente as necessidades de ajustes e adaptação à nova realidade orçamentária, mas também uma maior integração com estados e municípios na implementação da política habitacional, priorizando famílias em condição de vulnerabilidade social.

Programa 2050

Mudança do Clima

Nos Planos Plurianuais Federais, o tema Mudança do Clima foi abordado diretamente pela primeira vez no

PPA 2000-2003 como o programa 0475 – Mudanças Climáticas – cujo objetivo era “desenvolver informações científicas relativas à emissão de gases de efeito estufa para subsidiar a definição da política de atuação em mudanças climáticas”.

Para o PPA 2016-2019 o Programa 2050 – Mudança do Clima traz um conjunto de objetivos que, de forma integrada com as metas e as iniciativas propostas, procura evidenciar a evolução do estágio de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC).

A PNMC foi instituída pela Lei nº 12.187, de 2009, posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 7.390, de 2010, posteriormente substituído pelo Decreto nº 9.578, de 2018. A política estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos a serem adotados em relação à mudança do clima. Embora o Brasil não esteja vinculado a metas obrigatórias de redução pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (em inglês *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC, doravante denominada Convenção do Clima), em linha com o princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, a PNMC declara um compromisso nacional voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) entre 36,1% a 38,9% das emissões projetadas para 2020.

O Decreto nº 9.578/2018, entre outras ações, detalha os instrumentos da PNMC para cumprimento do compromisso voluntário brasileiro. Para efeito da regulamentação são considerados o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE), o Plano para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) e o Plano de Emissões da Siderurgia. A PNMC ainda prevê planos para os setores de transporte (urbano e interestadual de passageiros e carga), saúde, indústria (transformação, bens duráveis, química fina e de base, papel e celulose, construção civil) e mineração.

Além do que foi previsto na PNMC, devem ser considerados os novos compromissos assumidos pelo país junto à Convenção do Clima, com a apresentação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC da sigla em inglês) do Acordo de Paris, ratificado pelo Brasil em 12 de setembro de 2016. Conforme apresentado na NDC, para atender ao desafio de reduzir em 37% a emissão de GEE para o conjunto da economia brasileira até 2025, comparado ao nível de emissão em 2005 com base no Segundo Inventário Nacional, o Governo Federal buscará articular junto aos atores relevantes a efetiva mitigação e adaptação à mudança do clima por meio da implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos existentes.

Desde a entrada em vigor do Acordo de Paris, para fins de planejar a implantação e o financiamento de ações e medidas para o cumprimento da NDC, o Ministério do Meio Ambiente coordenou a elaboração de uma Estratégia Nacional para a Implementação e o Financiamento da NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

A título de insumo inicial a esse processo, produziu-se, no contexto de um projeto de consultoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um documento-base, com a finalidade de subsidiar a elaboração de estratégia de implementação. O documento serviu de base para o processo de discussão com os setores de governo e partes interessadas. Esse processo recebeu em 2018 contribuições dos estados e municípios, além de diversas empresas e instituições que agregaram informações relevantes para os setores prioritários definidos na NDC.

Além disso, o MMA coordenou e articulou processos de colaboração com os principais *stakeholders* para elaboração da Estratégia. Foram realizadas reuniões com colaboradores dos setores de biocombustíveis, setor elétrico e agropecuário para construção da estratégia em articulação com os setores envolvidos.

Foram realizados os diálogos Talanoa entre os setores do governo federal, da comunidade científica, da indústria, dos povos indígenas, nos quais houve a colaboração para produção de conteúdo acerca da implementação da NDC.

Como coordenador do extinto Grupo Executivo sobre Mudança do Clima, o MMA realizou reuniões em 2018 através das quais houve o envolvimento dos membros do Grupo no processo de definição das atividades e formato de suas contribuições para a estratégia.

Um desafio a ser vencido consiste no desenho da estratégia de transparência e mensuração, relato e verificação (MRV), que deverá ser repensada com base nos novos contextos nacional e internacional de enfrentamento da mudança do clima trazidos pela NDC e pelo Acordo de Paris, de maneira que se implemente uma ferramenta de transparência e divulgação de informações que permita o acompanhamento da implementação das principais ações de mitigação e adaptação à mudança do clima no país, bem como facilite o acesso público à informação disponível.

Em matéria de adaptação aos efeitos da mudança do clima, em 2016 foi iniciada a implementação do Plano Nacional de Adaptação (PNA), que busca promover o desenvolvimento nacional resiliente à mudança do clima, evitar e minimizar perdas, e aproveitar possíveis oportunidades.

O financiamento de atividades promotoras de redução das emissões e de remoção por sumidouros de gases de efeito estufa e a adaptação à mudança do clima tiveram instrumentos relevantes durante o período do PPA, destacando-se que investimentos e potenciais fontes de mobilização de recursos estão sendo prospectados, em apoio à implementação dos compromissos assumidos pelo país.

Assim, o programa 2050 visa à continuidade e ao aprofundamento da implementação da PNMC e ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Mudança do Clima. Pretende-se que o efetivo cumprimento dos objetivos propostos possa levar o país a progredir em sua trajetória de mitigação e de adaptação à mudança do clima de forma compatível com o desenvolvimento econômico e social.

Ressalta-se que no final de 2019, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), estabelecida pela Lei nº 12.187/2009 e regulamentada pelo Decreto nº 9.578/2018, teve sua estrutura de governança revisada e publicada pelo Decreto nº 10.145 (28 de novembro de 2019). Nela se estabelece o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), de caráter permanente, cuja finalidade é estabelecer diretrizes, articular e coordenar a implementação das ações e políticas públicas do país relativas à mudança do clima.

Cabe a este novo Comitê, dentre outras, definir as diretrizes para a ação do Governo brasileiro nas políticas relacionadas à mudança do clima e promover a coerência entre a PNMC e as ações, medidas e políticas que tenham impacto, direta ou indiretamente, nas emissões e absorções nacionais de gases de efeito estufa, e na capacidade do País de se adaptar aos efeitos da mudança do clima.

Diferentemente da estrutura de governança anterior, a atual conta com a participação do referido Comitê em nível de Ministros de Estado, presidido pelo Chefe da Casa Civil da Presidência da República, o que demonstra a importância atribuída ao tema ao reposicionar sua governança na centralidade do governo.

Ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) cabe a função de Secretaria Executiva do CIM, devendo prestar apoio administrativo e técnico ao Conselho de Ministros.

Principais Resultados

A seguir são descritos os principais resultados obtidos nas metas e iniciativas dos Objetivos do Programa.

Informação e Tecnologias para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas

Na direção do cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção do Clima, no ano de 2016 foi encerrado o projeto de cooperação técnica internacional que permitiu a elaboração, submissão, publicação e distribuição da Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção do Clima (TCN – disponível em <http://sirene.mctic.gov.br/>).

Também em 2016, juntamente com a apresentação da TCN à Convenção do Clima, foi lançado o Sistema de Registro Nacional de Emissões (Sirene), que é um sistema computacional cujo objetivo principal é disponibilizar os resultados de emissões de gases de efeito estufa do Brasil. Encontram-se disponíveis no sistema resultados de emissões de 1990 a 2016, pertinentes ao Quarto

Inventário Nacional de Emissões Antrópicas e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal. Esses resultados de emissões estão acessíveis no Sirene por tipo de gás, por setor, por subsetor, por ano e por Unidade Federativa para os setores Agropecuária e Uso da Terra, Mudança do Uso da Terra e Florestas. Também estão disponíveis os resultados de emissões de GEE das Estimativas Anuais para série histórica de 1990 a 2016, conforme previsto no Decreto nº 7.390/2010, para acompanhamento dos compromissos nacionais voluntários. O Decreto no. 9.172/2017 estabeleceu que confere ao MCTIC a responsabilidade de divulgar anualmente os resultados consolidados dos dados coletados pelo Sirene, relativos à mensuração, ao relato e à verificação de emissões de gases de efeito estufa

No período do PPA foram produzidos e submetidos à Convenção do Clima o Segundo e Terceiro Relatório de Atualização Bienal do Brasil (BUR, em inglês), sendo que a Terceira edição encontra-se em Consulta Internacional (ICA). Além disso, foram elaboradas a 4ª e a 5ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, o qual apresenta estimativas das emissões de GEE para até o ano de 2015 e 2016, respectivamente. A 4ª edição das estimativas encontra-se disponibilizada no Portal do Sirene, enquanto a 5ª edição encontra-se em fase de ajustes finais e será lançada em meados do ano de 2020.

O Projeto Opções de Mitigação de Emissões de Gases de Efeito Estufa em Setores-Chave do Brasil, finalizado em 2017, proporcionou muitos treinamentos, estudos técnicos e articulações entre atores governamentais com o objetivo de reforçar a capacidade técnica do Governo para a implementação de ações de mitigação de emissões de gases de efeito estufa nos principais setores econômicos (indústria, energia, transportes, residencial e serviços, gestão de resíduos, uso da terra e florestas), contribuindo para a implementação, o acompanhamento e a avaliação dos planos setoriais e nacional, bem como para sua revisão. Todas as publicações foram disponibilizadas no site do projeto ([http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/opcoes_mitigacao/Opcoes de Mitigacao de Emissoes de Gases de Efeito Estufa GEE em SetoresChave do Brasil.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/opcoes_mitigacao/Opcoes%20de%20Mitigacao%20de%20Emissoes%20de%20Gases%20de%20Efeito%20Estufa%20GEE%20em%20SetoresChave%20do%20Brasil.html)).

Na área de modelagem, foram realizados esforços para o avanço do conhecimento técnico-científico em diferentes componentes do Sistema Terrestre. Dentre os avanços, destacam-se: (a) melhoria na modelagem regional climática para geração de projeções da mudança do clima para a América do Sul; (b) evolução do modelo INLAND, que trata das interações superfície terrestre-atmosfera; (c) evolução da plataforma de modelagem ambiental espacialmente explícita (TERRA-ME); (d) o aprimoramento e calibração dos modelos de mudanças de uso da terra (LUCC-ME: Land Use and Cover Change Modeling Environment) e de emissões de gases do efeito estufa (INPE-EM); (e) o desenvolvimento do Modelo Hidrológico Distribuído (MHD-INPE) e do Modelo Regional do Sistema Terrestre Eta/NOAH-MP-INPE. Além disso, tiveram início os trabalhos para a realização de simulações (clima

atual) e projeções de cenários futuros de mudanças climáticas com maior detalhamento sobre o Brasil, considerando os novos cenários de emissões chamados de RCPs (Representative Concentration Pathways), RCP 4.5 (cenário otimista) e 8.5 (pessimista) do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC, da sigla em inglês) no período de 1961 a 2100. Outra importante contribuição da área de modelagem foi a publicação da segunda edição ampliada e revisada do Atlas Brasileiro de Energia Solar, em colaboração com diversas universidades e centros de pesquisa. Resultados de modelagem do projeto HELIX foram incorporados nas análises realizadas pelo CCST/INPE. Esse projeto tem como objetivo avaliar os impactos da mudança climática a partir de diferentes níveis específicos de aquecimento global, a saber: 1,5°C, 2°C, 4°C e 6°C acima dos níveis pré-revolução industrial, o que representa uma abordagem inovadora que vai ao encontro de estudos realizados no âmbito do Acordo de Paris e dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.

Vale a pena destacar, ainda, a aprovação do projeto “Avaliação das Necessidades Tecnológicas para Implementação de Planos de Ação Climática no Brasil” pelo Fundo Verde para o Clima (GCF, da sigla em inglês). Esse projeto visa desenvolver uma avaliação abrangente das necessidades tecnológicas para a implementação de planos de ação climática no Brasil tem previsão de finalização das atividades até o final de 2020. O projeto, entre outros resultados, produzirá roadmaps e planos de ação tecnológica para a implementação de tecnologias prioritárias para a transição do país para uma economia de baixo carbono, incluindo diretrizes para acesso a financiamento para a implementação dessas atividades.

Mitigação da Mudança do Clima e Adaptação aos seus Efeitos

Atualmente, o desafio dos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento concentra-se no alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e na implementação da NDC, principalmente no que diz respeito ao fim do desmatamento ilegal no país.

Cabe ressaltar a publicação da Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) no ano de 2016. Entre 2016 e 2018, uma série de iniciativas foram concretizadas, a partir da atuação da Comissão Nacional para REDD+ - CONAREDD+ para a implementação da estratégia, com destaque para a conceitualização das Salvaguardas de REDD+ (de acordo com o contexto nacional de implementação) medidas para promover o alinhamento da implementação de REDD+ entre os níveis estadual e federal e a viabilização da captação de pagamentos por resultados de REDD+ por parte dos Estados da Amazônia Legal (com acordos já firmados por Acre e Mato Grosso). As atividades da CONAREDD+, incluindo uma revisão da ENREDD+, deverão ser retomadas no ano de 2020 após as mudanças, referentes a sua composição e funcionamento, determinadas pelo Decreto nº 10.144, de 28 de novembro 2019.

Ainda no âmbito da ENREDD+ destacam-se a mensuração e o relato referente à redução de emissões por desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado no

período 2016-17 e a captação de recursos de pagamentos por resultados de REDD+ provenientes do Fundo Verde para o Clima. Segundo dados dos Anexos Técnicos de REDD+ do Terceiro Relatório de Atualização Bial de Brasil, ainda pendente de avaliação sob a Convenção do Clima, o Brasil obteve redução de 769.000.872,94 tCO₂ na Amazônia, superando a meta de 737.465.122 tCO₂ estabelecida pelo PPA 2016-2019, e de 461.807.051 tCO₂ eq no Cerrado. O projeto de pagamentos por resultados de REDD+ do Brasil financiado pelo Fundo Verde para o Clima foi aprovado em 2019 e irá destinar US\$ 96,5 mi para a implantação de instrumentos econômicos, para a redução do desmatamento e para a recuperação florestal na Amazônia, e para medidas de aperfeiçoamento da implementação da ENREDD+.

Do ponto de vista de ações de mitigação e adaptação do setor agrícola às mudanças do clima, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) vem sendo implementado em todo o território nacional, em conjunto com os Grupos Gestores Estaduais (Planos ABC Estaduais) e por meio de parcerias promovidas para este fim para todas as tecnologias listadas no plano: Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD), Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), Sistema Plantio Direto (SPD), Florestas Plantadas (FP), Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) e Tratamento de Dejetos Animais (TDA). Um dos instrumentos do Plano ABC é o Programa ABC, que é uma linha de crédito destinada a financiar a adoção de sistemas sustentáveis de produção na agropecuária e, adicionalmente, tenham a capacidade de mitigar GEE e elevar a renda do produtor rural. Este programa, de 2010 a 2019, financiou cerca de 37.000 projetos, envolvendo um total de 2.943 municípios, os quais representam 53% dos municípios brasileiros. Os projetos totalizaram um aporte de recursos financeiros de aproximadamente R\$ 19,3 bilhões de reais. Cálculos conservadores realizados com base em dados da Plataforma ABC e em dados mais recentes de instituições de pesquisa do total de GEE mitigado, obtidos de forma indireta, indicam que a implementação das atividades do Plano ABC representou uma redução de 133,36 milhões de tCO₂eq (191% da meta de redução de 70 milhões de tCO₂e no período de 2016-2019) no período do presente PPA.

Com relação à adaptação à mudança do clima, vale destacar o avanço ocorrido nos últimos anos na elaboração de diagnósticos de impactos e vulnerabilidades da mudança do clima para todo o território nacional – imprescindíveis para ajudar a reduzir riscos na implementação de políticas públicas – e no fortalecimento da articulação federativa – por meio do estabelecimento de bases para o apoio a estados e municípios na identificação de riscos, impactos e medidas de adaptação à mudança do clima, visando uma maior proteção de toda a sociedade.

Nessa linha, os principais resultados alcançados foram:

- Estruturação da governança do PNA, com o estabelecimento do Grupo Interministerial Técnico de Adaptação (GTA) e do grupo de articulação

federativa para atuação na agenda de adaptação à mudança do clima, com elaboração da primeira minuta de estratégia⁵;

- Elaboração e publicação do 1º Relatório de Monitoramento & Avaliação da implementação do PNA - em português e inglês;
- Lançamento da Plataforma de gestão do conhecimento em Adaptação - Adaptaclima (<http://adaptaclima.mma.gov.br/>);
- Lançamento da plataforma PROJETA, para disponibilização de dados de projeção de mudança do clima (<https://projeta.cptec.inpe.br/>);
- Desenvolvimento de metodologia e índice de vulnerabilidade da população à mudança do clima juntamente com um software (SisVuClima);
- Elaboração do mapeamento de impactos relacionados a secas, enchentes e deslizamentos, considerando cenários de mudança do clima, para todos os municípios brasileiros;
- Lançamento da Estratégia Brasil para acesso ao GCF;
- Implementação da Garantia da Lei e da Ordem, por meio do Decreto nº 9.985, de 23 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.022, de 20 de setembro de 2019, que assegurou a atuação das Forças Armadas em ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais e no levantamento e combate a focos de incêndio. A adoção da GLO Ambiental trouxe como resultados a redução em 16% do número de focos de calor entre agosto de setembro de 2019;
- Proibição do uso do fogo, por sessenta dias, em todo o território nacional (Decreto nº 9.992, de 28 de agosto de 2019, alterado pelo Decreto nº 9.997, de 30 de agosto de 2019);
- Decisão do Supremo Tribunal Federal, no âmbito da ADPF 568 e Reclamação 33667, que destinou R\$ 1,06 bilhão de recursos do Fundo da Lava Jato para as ações de prevenção, fiscalização e combate do desmatamento, incêndios florestais e ilícitos ambientais na Amazônia Legal;
- Implementação do projeto “Paisagens Sustentáveis da Amazônia”, desenvolvido pelo MMA, em parceria com o GEF e os estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Pará. O projeto apoia atividades de recuperação ambiental, inventários florestais, identificação de áreas potenciais para concessão florestal, fortalecimento de cadeias produtivas da sociobiodiversidade, análise de CAR, regularização ambiental de propriedades e elaboração de planos de gestão de unidades de conservação;

5 Considerando a entrada em vigor do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019 que extinguiu e estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, em 2019 buscou-se formas alternativas de retomar as atividades de acompanhamento e monitoramento da implementação do PNA assim como sua revisão.

- elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF);
- implantação do projeto “Concretizando o Potencial de Conservação da Biodiversidade em Áreas Privadas”, parceria do MMA com o GEF e os estados para o desenvolvimento de uma base de dados espaciais sobre o valor de conservação de áreas privadas no Bioma Cerrado, por meio de modelagem que considere a provisão de diferentes serviços ecossistêmicos;
- Realização do evento Wild Fire, Conferência Internacional sobre incêndios florestais juntamente com o IBAM;
- Aprovação do projeto Floresta+ junto ao Fundo Verde do Clima em 2019 com a captação de 96 milhões de dólares como pagamento de resultados de redução do desmatamento nos anos de 2014/2015.

Como exemplo relevante de ações mais recentes de promoção da agenda de adaptação à mudança do clima, destaca-se em 2019 a continuidade da implementação do Plano Nacional de Adaptação (PNA). Além disso, considerando que a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris (NDC, na sigla em inglês) também apresenta um componente de Adaptação, as ações do governo, coordenadas pelo MMA, devem considerar as orientações deste documento.

A abordagem para o monitoramento das ações em mudança do clima encontra-se em processo de reestruturação visando a nova circunstância trazida pelo Acordo de Paris, promulgado no Brasil pelo Decreto 9.073/2017. A perspectiva de monitoramento das ações em mudança do clima segue agora a reorientação para as necessidades de Transparência e Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e este novo cenário desenvolve-se considerando o contexto nacional e internacional sobre mudança do clima abordado na NDC do Brasil ao Acordo de Paris.

A metodologia inicial para o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de gases de efeito estufa (SMMARE), esboçada em 2014, inicialmente prevendo uma abordagem setorial para o acompanhamento dos Planos Setoriais, foi remodelada para atender a NDC do Brasil. Nesse sentido, vislumbra-se a necessidade de um redirecionamento da estratégia inicial, frente as ações indicativas para a implementação da NDC e da necessidade de acompanhamento da implementação das NAMAS.

Considerando as lições aprendidas e as lacunas identificadas no processo anterior, a abordagem para o SMMARE foi reformulada, e tem em funcionamento um piloto que inicialmente agrega os dados do setor florestal e da agropecuária, tendo como horizonte futuro agrupar diversos módulos de MRV em diferentes setores, a depender da aquisição de informações principalmente por meio dos Ministérios responsáveis pela implementação das

respectivas ações. O piloto do SMMARE está hospedado no portal Educaclima, o qual foi reformulado em 2019 para atender a crescente necessidade de transparência e divulgação destas e outras informações relacionadas à mudança do clima (www.educaclima.mma.gov.br).

Sensoriamento Remoto do Desmatamento e Incêndios Florestais

Foram realizados avanços no desenvolvimento de tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais por meio da ampliação do escopo do monitoramento de desmatamento para o bioma Cerrado, da implementação de um sistema integrado e multiescala de monitoramento da Amazônia e do desenvolvimento de metodologia e de sistema operacional de mapeamento de área queimada com qualificação da severidade do incêndio florestal em adição ao monitoramento de focos de calor.

Para o Cerrado, por meio do projeto FIP Cerrado, iniciou-se, em 2017, a produção de mapas de desmatamento anual (PRODES) e do sistema de alerta de desmatamento (DETER). Desde o início desses trabalhos foram produzidos os valores de desmatamento consolidados para os anos de 2016, 2017 e 2018. A partir de maio de 2018 passou a ser divulgado os alertas diários de desmatamento para o Bioma Cerrado, alertas estes que passaram a ser consumidos diretamente pelas equipes de fiscalização do IBAMA e das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. O monitoramento dos demais biomas (Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa) iniciou-se no final de 2018, com recursos do Fundo Amazônia (BNDES), aprovado em dezembro de 2017. Em 2019 foram divulgados os resultados do mapeamento do desmatamento para estes 4 biomas referentes ao ano de 2016, completando assim o mapa do desmatamento de todos os biomas brasileiros para o ano de 2016. Em 2020 serão concluídos os mapeamentos do desmatamento de todos os biomas até 2019.

O monitoramento do desmatamento da Amazônia Legal por sensor radar também evoluiu com a aquisição de novos computadores e o início da etapa de testes de detecção de desmatamento com imagens de radar orbital. No ciclo outubro de 2016 a abril de 2017, foram monitorados 250 mil km² por cinco vezes neste período, o que resultou na detecção de 7.775 polígonos de desmatamento (corte raso) com área maior que 3 ha, o que equivale a um total de 198.020 ha desmatados detectados. O ciclo outubro/2017 a abril/2018 iniciou-se com o monitoramento de 350 mil km² no mês de outubro e também novembro, devendo continuar com este quantitativo por mais cinco vezes, o que corresponde aos meses de dezembro a abril. Para o ciclo outubro/2018 a maio/2019 uma nova metodologia de detecção do desmatamento foi desenvolvida com a geração automática de alertas de desmatamento com uma fase final de homologação. Com isso foi incorporada a classe degradação. A geração de alertas não quantifica a área com corte raso/degradação, mas de modo automático cria um vetor circundando a área desmatada que, uma vez homologada, é entregue por intermédio de geoserviço 24 horas após sua

homologação. A utilização deste tipo de serviço resulta em velocidade de disponibilização dos alertas aos órgãos interessados.

Em 2019 foi realizada a 7ª Conferência Internacional sobre Incêndios Florestais, também conhecida como Wildfire, que é um evento que acontece a cada quatro anos e que tem por objetivo fomentar discussões e divulgar avanços realizados no período, tanto para prevenção e controle aos incêndios florestais, como para a redução dos impactos do fogo para pessoas, comunidades e ecossistemas do mundo inteiro. Os participantes, provenientes de 37 países, discutiram ainda outros temas, como a criação de interface global entre profissionais envolvidos na temática, os avanços tecnológicos e metodológicos relacionados à gestão dos incêndios e ao manejo do fogo e as perspectivas e oportunidades para a implementação do manejo integrado do fogo, no Brasil e no mundo. Sobre esse último ponto, destaca-se a elaboração da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que tem sido implementada pelas instituições federais que atuam na prevenção e no combate aos incêndios florestais (Ibama e ICMBio).

Considerações e Perspectivas

A agenda de mitigação da mudança do clima apresenta como desafio o alcance das metas definidas pela Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) até 2020 e a implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC).

Assim, deve-se considerar o novo Plano de Combate ao Desmatamento Ilegal que está em construção e que busca orientar as ações governamentais e não governamentais para as áreas de combate ao desmatamento ilegal em todos os biomas do território nacional (Pampa, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Amazônia). Tal plano contempla os seguintes eixos: regularização fundiária, ordenamento territorial (ZEE), pagamento por serviços ambientais, bioeconomia, tolerância zero ao desmatamento ilegal e recuperação da vegetação nativa. Além disso, permanece a implementação da ENREDD+ de modo que sejam atendidas as metas estabelecidas na PNMC no ano de 2020 e, posteriormente, atender a NDC brasileira.

Importantes resultados foram alcançados ao longo do presente PPA que resultarão em instrumentos fundamentais para o avanço da implantação de medidas que contribuirão para o alcance das metas do país quanto às emissões de GEE. O Sirene consolidou-se nesse período como um instrumento relevante para a transparência dos dados de emissões de GEE. Houve a publicação da Terceira Comunicação do Brasil à Convenção do Clima, e a execução de grande parte do projeto de confecção da 4ª Comunicação Nacional, com previsão de lançamento no ano de 2020. A 4ª e 5ª edição das Estimativas Anuais de Emissões de GEE foram produzidas e dois Relatórios de Atualização Bial foram submetidos à Convenção do Clima. Para a produção desses relatórios foi necessário a mobilização e parceria de dezenas de instituições de pesquisa, centenas de pesquisadores e diversos órgãos do governo federal e da sociedade civil, num processo colaborativo para a

construção de informações robustas e confiáveis sobre as emissões de GEE no país.

Os sistemas de sensoriamento remoto do desmatamento e incêndios florestais tiveram grandes avanços, tanto na ampliação de dados de satélites utilizados como insumo, quanto a expansão das regiões monitoradas. Em 2019 passou-se a monitorar o desmatamento de todos os biomas brasileiros, antes o monitoramento contínuo era realizado apenas para a Amazônia e Cerrado.

Em termos de adaptação à mudança do clima, o Plano Nacional de Adaptação (PNA) estabelece as diretrizes para realização de medidas adaptativas visando ao incremento da resiliência climática de 11 setores e temas: Agricultura; Biodiversidade e Ecossistemas; Cidades; Desastres Naturais; Indústria e Mineração; Infraestrutura (energia, transportes e mobilidade urbana); Povos e Comunidades Vulneráveis; Recursos Hídricos; Saúde; Segurança Alimentar e Nutricional; Zonas Costeiras. Diversos estudos sobre vulnerabilidade foram sistematizados em uma abordagem nexus+, que envolve a segurança hídrica, energética, alimentar e socioeconômica, que integrará o trabalho da 4ª Comunicação Nacional à Convenção do Clima. Um importante instrumento de apoio à tomada de decisão na linha da adaptação à mudança do clima foi o lançamento do Sistema de Informações e Análises sobre os Impactos das Mudanças Climáticas (ImpactaClima), uma plataforma que permite avaliar os impactos presentes e futuros das mudanças climáticas. Esse sistema deverá ser expandido para cobrir todo o território nacional e setores como energia e alimentos, atualmente ele aborda o setor água.

Em termos de arcabouço institucional, destaca-se um importante marco para a governança do tema Mudança do Clima no âmbito do Governo Federal, dado pelo Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019. Nele se estabelece o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), de caráter permanente, cuja finalidade é estabelecer diretrizes, articular e coordenar a implementação das ações e políticas públicas do país relativas à mudança do clima.

Tendo em vista as informações citadas nesse relatório considera-se que o programa foi bastante exitoso no sentido de promover atividades que contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas pela PNMC, e de entregar produtos e tecnologias que continuarão a dar suporte para o aprimoramento de atividades que contribuirão para atingimento de compromissos internacionais e, sobretudo, que ajudarão o país na transição para o desenvolvimento sustentável e construção de uma economia resiliente às mudanças climáticas e ambientalmente amigável.

PROGRAMA 2052 PESCA E AQUICULTURA

O Programa Pesca e Aquicultura prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos na cadeia produtiva da pesca e aquicultura que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e socioeconômica.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A fim de desenvolver a aquicultura e pesca brasileira de forma sustentável e competitiva, destacam-se, no PPA 2016-2019, as ações voltadas para abertura do mercado brasileiro de pescados à União Europeia, as publicações de normativas de ordenamento da atividade pesqueira, a execução dos trabalhos comitês de gestão da lagosta, dos atuns e afins, recurso pesqueiros pelágicos sudeste e sul e nas Bacias do Norte, as cotas de captura para a frota de cerco/traineira e de emalhe anilhado e os procedimentos de acesso ao recurso e o aprimoramento do ordenamento da modalidade “cardume associado”.

No âmbito do monitoramento e do controle da atividade pesqueira os principais resultados foram a implementação de nova ferramenta para gestão da safra da tainha, o mapa de bordo online, SisTainha, a melhoria do Sistema PREPS, o que permitiu diminuir as oscilações de acesso pelos usuários e melhorou a velocidade de resposta do sistema, impactando em um melhor rastreamento das embarcações, a consolidação do marco regulatório, principalmente quanto ao licenciamento ambiental dos empreendimentos, o aprimoramento das técnicas de cultivo sustentáveis e da carcinicultura (cultivo de camarões), a instalação de infraestruturas de processamento, o ordenamento da atividade aquícola em águas da União.

SANIDADE DOS RECURSOS PESQUEIROS E AQUÍCOLAS

As condições e negociações para abertura do mercado brasileiro de pescados à União Europeia avançaram no ano de 2019, especialmente no que diz respeito a legislação quanto aos critérios de controle. A Instrução Normativa MAPA nº 56/2019, publicada nesse ano, estabeleceu os critérios e requisitos para o credenciamento de organismos certificadores para verificação de conformidade das condições higiênico-sanitárias de embarcações pesqueiras. A Instrução Normativa MAPA nº 57/2019, estabeleceu os critérios de Controle Oficial de Conformidade das Condições Higiênico-Sanitárias de Embarcações Pesqueiras, que fornecem matéria-prima para o processamento industrial de produtos da pesca destinados à União Europeia.

ORDENAMENTO, MONITORAMENTO E CONTROLE DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Em relação ao ordenamento da atividade pesqueira em 2019, houve dinamização na execução das atividades dos Comitês de Gestão: da lagosta,

dos atuns e afins, dos pelágicos sudeste e sul e nas Bacias do Norte, os quais iniciaram um processo de discussão nas regiões de maior intensidade pesqueira dos recursos. Ressalta-se que com a publicação do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que extinguiu e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, essa política de ordenamento, instituída à época pelo Decreto nº 6.981 de 2009, se encontra em processo de reestruturação.

Para o ordenamento pesqueiro foram publicadas as seguintes normativas: (1) IN MAPA nº 8 e 9 de 2019, que estabeleceram as cotas de captura para a frota de cerco/traineira e de emalhe anilhado e os procedimentos de acesso ao recurso, definindo também o quantitativo de embarcações, ambas modalidades de pesca importantes na região sudeste e sul que capturam a espécie; (2) a IN MAPA nº 68, de 12 de dezembro de 2019, que alterou a data prevista no art. 38, da IN MPA nº 29, de 22 de dezembro de 2014, considerando o prazo para entrada em vigor estabelecido no art. 38 da IN MPA nº 29/2014, e as sanções previstas nesta normativa, se fez necessária a publicação de novo ato normativo prorrogando este prazo. A publicação da IN MAPA nº 68/2019 visa resguardar proprietários de embarcações pesqueiras atuantes no mercado nacional, de eventuais ações de fiscalização amparadas pela IN MPA nº 29/2014, e viabiliza a conclusão de trâmites relacionados à elaboração de normativa substituta à esta norma.

Em 2019 houve o processo seletivo das embarcações para atuarem na captura dos recursos pesqueiros por meio de Edital. Foi realizado um ajuste nas regras de ordenamento iniciais por meio da IN MAPA nº 53/2019 e definido o Modelo do formulário de mapa de bordo específico para as embarcações autorizadas a promover a pesca de cardume associado na IN MAPA nº 51/2019.

Também foi publicada a IN MAPA nº 54 e 74 de 2019, com novas regras de ordenamento da atividade de pesca da lagosta, com avanços ao desenvolvimento da atividade com sustentabilidade.

A IN MAPA nº 70, de 2019, estabeleceu as espécies e a área de operação da autorização de pesca complementar para período de defeso do camarão rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*, *Farfantepenaeus subtilis*) camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus kroyeri*), camarão branco (*Litopenaeus schmitti*), possibilitando a continuidade da atividade de pesca para o público autorizado nessa modalidade.

Ainda para fins de ordenamento das atividades pesqueiras, em 2019, foram realizadas as seguintes consultas públicas que dispuseram para apreciação, a discussão, revisão e atualização de normas de importantes recursos pesqueiros nacionais: (1) Portaria SAP nº 3.853, de 20 de agosto de 2019, a qual dispôs para apreciação pública a proposta de Instrução Normativa com o objetivo de revisar e alterar o modelo vigente de ordenamento para as espécies pesqueiras com finalidade ornamental ou de aquariofilia para as espécies continentais, estuarinas e marinhas, equiparando ao modelo de ordenamento da pesca com fins alimentares; (2) Portaria SAP nº 5.195, de 5 de novembro de

2019, para Ordenamento da pesca da Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), com readequação do seu período de defeso e da área de captura para pesca de arrasto, visando o manejo da pesca do recurso e a continuidade na eficiência do desempenho da cadeia produtiva; e (3) Portaria SAP nº 5.191, de 5 de novembro de 2019, para alteração do artigo 7º da Instrução Normativa IBAMA nº 25, de 1º de setembro 2009, referente a pesca do Lambari (*Axtyanax* sp.) na microbacia do Rio Timbó em Santa Catarina.

Também houve avanços nas discussões de ordenamento no âmbito internacional com a participação da SAP na 26ª Reunião Anual da Comissão Internacional de Conservação dos Atuns do Atlântico – ICCAT, cujas tratativas implicarão na implementação de normativas internas para regulamentação da atividade.

No âmbito do monitoramento e do controle da atividade pesqueira, no ano de 2019 foi implementada uma nova ferramenta para gestão da safra da tainha, o mapa de bordo online, SisTainha. Por esta ferramenta foi possível o bloqueio automático da saída dos barcos ou entrada nas empresas pesqueiras, quando do atingimento da cota estipulada. Foi possível, também, a extração de dados das cotas de captura, o qual subsidiou o relatório final da safra da tainha de 2019. Proporcionou também a garantia da internalização e confidencialidade dos dados relacionados à arte da pesca e de dados da pesca do litoral. Por esse primeiro protótipo, está sendo planejada a extensão para todas as frotas de pesca.

Em novembro de 2019 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, objetivando a pesquisa, formação de pessoas, planejamento e ordenamento das atividades de pesca nas suas várias modalidades e no apoio das ações de empreendedorismo, cooperativismo, associativismo nacionais e internacionais.

Em dezembro de 2019 foi lançado o edital para credenciamento de embarcações para emissão de autorização de pesca complementar para captura de tainha para o ano de 2020.

Também foi realizada a melhoria dos seguintes sistemas: (1) PREPS – Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações, com alteração de máquina e local de hospedagem do sistema, o qual diminuiu as oscilações de acesso pelos usuários e melhorou a velocidade de resposta do sistema, impactando em um melhor rastreamento das embarcações, (2) RGP – Registro Geral da Atividade Pesqueira, que é um módulo de cadastro de pescadores e de entidades colaboradoras para armazenamento de dados.

Foi implementado o novo sistema Pescador Amador – PNDPA e regularizadas todas as emissões das carteirinhas de pescador amador, por meio do site do MAPA para desembarcados e embarcados. Essa ação permitiu validar quase 150 mil pescadores amadores para a pesca brasileira.

E ainda foi possível viabilizar o GED – Gestão dos Processos e Informações, refletindo na organização da documentação recebida da gestão anterior, com a

digitalização de um milhão e setentas mil páginas. Com toda a documentação organizada, foi possível agilizar diversas das demandas pendentes, gerando um benefício e melhorias dos serviços prestados ao setor pesqueiro.

PRODUÇÃO AQUÍCOLA E PESQUEIRA SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA

Em 2019, a operacionalização do Programa de Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel para embarcações pesqueiras nacionais, foi formalizada por meio da Portaria MAPA nº 311, de 30 de dezembro de 2019, que estabeleceu a cota anual de óleo diesel para os beneficiários do Programa e habilita as empresas para fornecimento do óleo diesel, relativas ao ano de 2020. Também foi instituído Grupo de Trabalho por meio da Portaria MAPA nº 239, de 23 de outubro de 2019, visando o aprimoramento do Programa.

Em 2019 a pesca e aquicultura estiveram contempladas no Plano Safra 2019/2020, os principais avanços foram: - A equiparação da atividade pesqueira e aquícola à atividade agrícola/agropecuária para fins de concessão do crédito. - A não exigência documental do RGP-Registro Geral da Atividade Pesqueira para Aquicultura. Essa alteração terá um efeito de agilizar e possibilitar destravar as operações de crédito para o setor aquícola. - O Manual de Crédito Rural-MCR passou em 2019 a ter os produtos da Pesca e também da Aquicultura no Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP). Essa ação do governo, visa permitir aos produtores (Pescadores e Aquicultores) a venda de sua produção por valor não inferior ao preço mínimo, para os produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) ou por valor não inferior ao preço de referência para produtos não amparados na PGPM. - O MCR passa a ter preços de referência para produtos da Pesca e também da Aquicultura. Esses preços não influenciam o livre comércio entre as partes, mas tem uma importância de caráter de orientação à concessão de crédito para empresas e cooperativas com atividade de beneficiamento e industrialização.

Houve continuidade na execução do PROJETO REBYC II LAC com a realização em 2019, de 55 Oficinas de discussões locais, abrangendo os estados do Pará, Piauí, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas, Santa Catarina, Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná, Maranhão e Paraíba. A finalização do Projeto está prevista para 2020 e a principal entrega será uma proposta de plano de gestão das pescarias de camarões na costa brasileira.

No que tange aos Projetos de pesquisas, nos exercícios 2019 e 2018, houve o acompanhamento da execução do Edital CNPQ nº 22/2015 que engloba 5 projetos aprovados com a finalidade de subsidiar o ordenamento da pesca marinha no âmbito do Projeto “Sustainable Management of Bycatch in Latin America and Caribbean Trawl Fisheries” – Projeto REBYC – II LAC (Gestão Sustentável da Captura Incidental nas Pescarias de Arrasto da América Latina e Caribe) firmado pelo Governo Brasileiro e a FAO. Esse Projeto apoia a implementação das Diretrizes da FAO, tais como: Diretrizes Internacionais para

o Ordenamento das Capturas Incidentais e a Redução dos Descartes (Diretrizes B&D); Diretrizes Voluntárias para Alcançar Sustentabilidade da Pesca de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza (Diretrizes PPE); Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável do Mandato da Terra, da Pesca e dos Bosques no Contexto da Segurança Alimentícia Nacional (Diretrizes VGGT), que se aplica como outro instrumento internacional recente com grande relevância para as pescarias de arrasto na América Latina e Caribe. O Governo Brasileiro comprometeu-se junto à FAO e a Co financiar quatro projetos no âmbito do REBYC – II LAC; um na costa Norte do Brasil (DEFAU NORTE) com foco na pesca de arrasto industrial; um na costa Nordeste do Brasil (DEFA) com foco na pesca de arrasto artesanal; dois na costa Sul (Rede VIVA e FURG) com foco na frota artesanal e industrial de arrasto de camarão. O valor aportado pelo Governo Federal em 2018, incluindo todas as atividades do Projeto REBYC – II LAC foi de R\$ 2.001.464,52 (dois milhões, um mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). Também foram firmados outros projetos de pesquisa, estes: Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de gerar dados científicos para subsidiar o processo de ordenamento das pescarias de lagostas na costa brasileira, no valor de R\$ 1.575.255,55 (um milhão, quinhentos e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) e Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal do Ceará – UFC, com o objetivo de diagnosticar e divulgar a potencialidade da pesca esportiva no estado do Ceará no valor de R\$ 1.020.500 (um milhão, vinte mil e quinhentos reais). Foram finalizadas as atividades técnicas do projeto de cooperação técnica internacional realizado em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, com o objetivo de formular as ações de implantação de políticas e programas de inovação para o apoio ao desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro brasileiro. Foram contratados 20 consultores especialistas na modalidade produto. O Projeto envolveu um montante de R\$ 1.224.000,00 (um milhão, duzentos e vinte quatro mil reais).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

As perspectivas para o PPA 2020-2023 visam a continuidade do ordenamento e desenvolvimento da atividade aquícola e pesqueira a partir dos seguintes objetivos: (1) promover o desenvolvimento da aquicultura e pesca sustentável, (2) prover conhecimentos e tecnologias adequadas voltadas a adoção de soluções para aquicultura e pesca, (3) desenvolver a Aquicultura e a Pesca competitiva e ampliar o mercado internacional e nacional (4) ampliar a capacidade econômica, da renda e do trabalho dos aquicultores e pescadores.

PROGRAMA 2053 PETRÓLEO E GÁS

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazos e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento, que é o principal desafio do setor.

Nesse sentido, o Programa 2053 – Petróleo e Gás do PPA 2016-2019 apresenta um desenho voltado às políticas públicas para o segmento de *upstream* de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção, e para o segmento *midstream* de gás natural, que engloba o seu processamento e transporte. Este desenho engloba cinco objetivos e nove metas.

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás possui correlação direta com a disponibilidade de áreas para realização de exploração e exploração de hidrocarbonetos (ou pesquisa e produção de petróleo e gás natural). Por se tratar de bem estratégico e não renovável, faz-se necessária a busca constante da descoberta de novas reservas, com vistas à manutenção dessas atividades, o que ocorre por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

Apresenta-se adiante, de forma mais detalhada, os resultados mais relevantes do Programa de petróleo e gás no âmbito do PPA 2016-2019.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A retomada dos leilões de Petróleo e Gás Natural (P&G) no País demandou esforços para o aperfeiçoamento da legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair mais investimentos para o País. Para tanto, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução CNPE nº 17, de 2017, com a nova Política de Exploração e Produção de P&G. Dessa forma, a ANP atendeu às diretrizes do CNPE e introduziu novidades nas rodadas de licitações realizadas em 2018 como a adoção da fase única de exploração, royalties distintos para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, redução do patrimônio líquido mínimo para não operadores e incentivos para aumentar a participação de fundos de investimentos.

Um relevante passo firmado pelo País foi o estabelecimento de um calendário de rodadas de licitações, com o qual já podemos colher bons frutos, e podemos estimar com a implementação da agenda atual do setor, que no período de 2019 a 2040 o País atrairá investimentos da ordem de US\$ 460 bilhões no setor de exploração e produção de petróleo e gás. Tais investimentos permitirão ao Brasil dobrar as atuais reservas de petróleo, além de triplicar sua produção atual, que passará dos atuais 2,5 milhões de barris por dia para cerca de 7,5 milhões, no pico de produção.

O Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás relativo ao ciclo 2017-2019 foi publicado em dezembro de 2019. Foram atualizadas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servem de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e, atividades de levantamentos geológicos básicos.

PLANEJAMENTO A PARTIR DO ZONEAMENTO NACIONAL DE RECURSOS DE ÓLEO E GÁS

A retomada dos leilões de Petróleo e Gás Natural (P&G) no País demandou esforços para o aperfeiçoamento da legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair mais investimentos para o País. Para tanto, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a Resolução CNPE nº 17, de 2017, com a nova Política de Exploração e Produção de P&G. Dessa forma, a ANP atendeu às diretrizes do CNPE e introduziu novidades nas rodadas de licitações realizadas em 2018 como a adoção da fase única de exploração, royalties distintos para áreas de novas fronteiras e bacias maduras, redução do patrimônio líquido mínimo para não operadores e incentivos para aumentar a participação de fundos de investimentos.

Ainda temos muito a progredir no setor, dado que o Brasil é um país de dimensão continental e com enorme potencial. Possuímos menos de 5% das áreas sedimentares contratadas, com apenas 30 mil poços perfurados (enquanto nossa vizinha Argentina possui mais de 60 mil e os Estados Unidos da América mais de 4 milhões), sendo que existem duas bacias sedimentares sem um único poço.

Nesse contexto, para manter e ampliar o sucesso no setor, o Ministério de Minas e Energia está empenhado em concretizar a abertura do mercado energético brasileiro, atuando, de forma harmoniosa e transparente, gerindo expectativas e desenvolvendo diversas iniciativas que visam destravar gargalos em importantes questões nacionais, sempre, fundamentadas nos pilares da governança; da estabilidade jurídico-regulatória; da previsibilidade; da competitividade; do respeito aos contratos; e em nome, principalmente, do interesse público.

A atual política de exploração e produção de petróleo e gás natural, definida na Resolução CNPE nº 17/2017, tem por objetivo a atração e a manutenção de investimentos, com maior pluralidade de agentes, usando as melhores práticas e tecnologias no que diz respeito ao meio ambiente. Como diretriz temos a maximização da recuperação dos recursos dos reservatórios, a quantificação do potencial petrolífero nacional e a intensificação das atividades exploratórias no país, bem como a promoção da adequada monetização das reservas existentes, resguardando os interesses nacionais.

Ações gerais e específicas estão sendo implementadas nesse sentido, dentre as quais podemos citar: acelerar o desenvolvimento do Pré-sal, maximizar o fator de recuperação em campos maduros, avançar o desenvolvimento de áreas de novas fronteiras, desbloquear o potencial dos reservatórios convencionais e daqueles de baixa permeabilidade, melhorar os processos de licenciamento ambiental e repostas às emergências.

Um relevante passo firmado pelo País foi o estabelecimento de um calendário de rodadas de licitações, com o qual já podemos colher bons frutos, e podemos estimar com a implementação da agenda atual do setor, que no período de 2019 a 2040 o País atrairá investimentos da ordem de US\$ 460 bilhões no setor de exploração e produção de petróleo e gás. Tais investimentos permitirão ao Brasil dobrar as atuais reservas de petróleo, além de triplicar sua produção atual, que passará dos atuais 2,5 milhões de barris por dia para cerca de 7,5 milhões, no pico de produção.

Até 2030, o Brasil terá dobrado sua capacidade de produção de gás natural, que sairá dos atuais 120 milhões de metros cúbicos por dia para mais de 260 milhões de metros cúbicos por dia. Nessa esteira, o Brasil será responsável, em 2040, por 23% do acréscimo da produção de petróleo no mundo, colocando-se, dessa forma, entre os 5 maiores produtores do planeta.

O Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás relativo ao ciclo 2017-2019 foi publicado em dezembro de 2019. Foram atualizadas as áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira, que servem de base para o planejamento de áreas para as rodadas de licitação e para a tomada de decisões sobre pesquisas, projetos e, atividades de levantamentos geológicos básicos.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL POR MEIO DE SISTEMAS COORDENADOS

A produção média de petróleo no Brasil em 2019 foi de 2.170 mil barris por dia (bpd) e 2.690 mil barris de óleo equivalente por dia (boed), cerca de 6% acima do mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, à maior produção das plataformas que iniciaram a sua produção em 2018 (P-74, P-69, P-75 e FPSO Campos dos Goytacazes) e em 2019 (P-76, P-77, P-67 e P-68), que compensaram a cessão de direitos de 25% da participação do Campo de Roncador e o maior volume de perdas devido à realização de manutenções em plataformas e ao declínio natural de produção.

Neste ano, nossa produção total de óleo e gás, incluindo gás natural foi de 2,77 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), dos quais 2,69 milhões boed foram produzidos no Brasil e 82 mil boed foram produzidos no exterior. Nossa produção própria de óleo no Brasil foi de 2,17 milhões de barris por dia (bpd).

Dos 2,69 milhões boed produzidos no Brasil, 81% foi de óleo e 19% foi de gás natural.

Neste ano nossa média anual de produção operada (incluindo nossos parceiros) de óleo e gás, incluindo gás natural foi de 3,4 milhões boed, dos quais 3,3 milhões boed foram produzidos no Brasil.

Os principais destaques da produção em 2019 são:

I - A produção no pré-sal, que vem sendo desenvolvido nos últimos 11 anos e atingiu um recorde mensal de 2,6 milhões boed de produção operada de óleo e gás;

II – O atingimento do recorde mensal de produção própria de óleo e gás natural de 3,1 milhões boed;

III- O recorde de tempo de ramp-up na Bacia de Santos com as plataformas P75 (8,6 meses) e P-77 (7,7 meses)

IV - Entrada em operação de 4 sistemas de produção: as Plataformas P-76 e P-77 (Campo de Búzios, pré-sal da Bacia de Santos), P-67 (Campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos), [sendo esta última iniciando em dezembro/18], além da P-68 (Campo de Berbigão e Sururu, na Bacia de Santos).

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O MME, em conjunto com outros órgãos de Governo, trabalhou para aperfeiçoar a legislação brasileira com o intuito de melhorar o ambiente de negócios e, conseqüentemente, atrair mais investimentos para o País.

Fundamentam a nova Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, estabelecida pela Resolução CNPE nº 17/2017, que substituiu a que estava em vigor desde 2003, 4 pilares:

- aumento do fator de recuperação dos volumes de óleo e gás já descobertos, hoje aquém da média internacional;
- identificação do real potencial petrolífero nacional antes do já esperado pico da demanda global por petróleo, previsto para a primeira metade deste século ou antes;
- a intensificação da atividade exploratória, que em função da estagnação atingiu seu menor nível histórico;
- e a estratégica monetização das reservas e futuras descobertas de modo a se beneficiar do valor do petróleo nas próximas 3 a 4 décadas e também do valor associado ao incremento da relevância do gás natural ao longo deste século.

Com a nova Política foi possível estabelecer um planejamento de rodadas até 2021 que, com as novas diretrizes, contribuirá para incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, por meio da geração de empregos, da qualificação profissional, da competitividade, da pesquisa, desenvolvimento e inovação e com o desenvolvimento da indústria nacional.

As Resoluções já aprovadas pelo CNPE, que tratam dos leilões de prospectos a serem ofertados no regime de Partilha e Concessão, estão em consonância com o plano plurianual de oferta de áreas, dando uma maior previsibilidade para a indústria.

Outra importante frente de atuação foi a criação do Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural em Áreas Terrestres (REATE2020), que tem como principais objetivos revitalizar as atividades de E&P em áreas terrestres em todo o território nacional, estimular o desenvolvimento regional, além de aumentar a competitividade da indústria petrolífera *onshore* nacional.

A Resolução CNPE nº 15/2018, que estabelece as regras para a comercialização, pela Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA, do petróleo e gás natural da União. Essa nova política tem por objetivo estabelecer regras e diretrizes para a realização da operação de venda pela empresa, preferencialmente por leilão, ou por agente comercializador que venha a ser contratado para essa função, visando-se atingir os objetivos inicialmente previstos de maximização das receitas dessas operações em benefício da sociedade, prezando ainda pela simplicidade, transparência, rastreabilidade e adoção das melhores práticas da indústria. Com base nos planos de desenvolvimento para as áreas já contratadas em que a União possui parcela da produção, a PPSA estima que estejam disponíveis para comercialização cerca de 359 milhões de barris de petróleo entre 2018 e 2028. Nessa estimativa, não foram incluídos os recursos potencialmente contidos nas áreas em Fase de Exploração.

INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E O MERCADO DE GÁS NATURAL

Em relação a elaboração do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT), que decorria de determinação constante no Decreto nº 7.382, de 2 de dezembro de 2010, destaca-se que esse foi alterado pelo o Decreto nº 9.616, de 17 de dezembro de 2018, que eliminou a exigência de publicação do Plano. Dessa forma, o Ministério de Minas e Energia passa a considerar, para proposição ampliações e expansões de gasodutos de transporte, estudos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O setor tem, em geral, registrado dificuldades para a definição da viabilidade ambiental das áreas para oferta nas licitações petrolíferas. Os maiores entraves são percebidos na oferta de áreas fora das bacias de Campos e Santos. Nas demais bacias, percebem-se dificuldades para oferta e ainda para o licenciamento de atividades de exploração e produção, como por exemplo na Bacia do Solimões e também nas bacias da margem equatorial, quais sejam as bacias do Foz do Amazonas, Pará-Maranhão e Barreirinhas, principalmente. Além disso, cita-se o bloqueio para oferta de áreas em águas rasas em todo o País, ou situadas em distâncias inferiores a 50 km da linha de costa ou ainda de unidades de conservação integral. O tratamento das dificuldades citadas contribuirá para a melhoria do ambiente de confiança e aumento da competitividade da indústria petrolífera no País.

Mesmo com o processo de Avaliação Ambiental de Áreas Sedimentares, instituída pela Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 2012, que somente em 2018 iniciou os estudos nas primeiras bacias, quais sejam, a do Solimões, em terra, e a de Sergipe-Alagoas/Jacuípe, em mar, cuja manifestação conjunta entre o MME e o MMA, prevista nessa Portaria e também na Portaria CNPE nº 17/2017, sobre a viabilidade ambiental das áreas a serem ofertadas, não se tem obtido grandes avanços no aumento da previsibilidade do licenciamento ambiental.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Apesar do setor de óleo e gás no País estar passando pela maior transformação de sua história, e diversas medidas estarem sendo implementadas, ainda é preciso intensificar e fortalecer os projetos e ações em andamento, entre elas, as que objetivam a adequação e a simplificação tributárias do mercado de gás natural, a exploração e produção de hidrocarbonetos em reservatórios de baixa permeabilidade, além de estimular investimentos, concorrência e a entrada de novos agentes no mercado e a formação de parcerias empresariais para o fortalecimento da indústria de fornecedores de bens e serviços para o setor de Petróleo e Gás - P&G.

Considera-se que as atividades de Exploração e Produção - E&P de P&G possuem grande relevância para a sociedade devido aos benefícios socioeconômicos advindos, de interesse nacional, decorrentes da sua monetização, que, por fim, gera oportunidades de emprego e renda.

PROGRAMA 2054 PLANEJAMENTO URBANO

O Programa 2054 - Planejamento Urbano sintetiza as principais ações do governo federal com vistas a dar suporte aos entes federativos na efetivação da política urbana local e metropolitana. O Programa estrutura-se em três eixos principais: apoio à implementação de instrumentos, transformações urbanísticas e regularização fundiária urbana.

A atuação do governo federal com vistas a promover o planejamento, a regulação e a gestão de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável se dá de forma indireta, sobretudo mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana e metropolitana.

Na área das transformações urbanísticas estruturais, o planejamento urbano visa promover a acessibilidade em áreas urbanas por meio de soluções técnicas e projetos que eliminem barreiras arquitetônicas e urbanísticas, de modo a garantir o acesso à cidade por todos, sejam pessoas com deficiência, idosos ou pessoas com mobilidade reduzida. Esse objetivo busca fomentar transformações espaciais com foco na urbanização acessível, orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade.

No campo da regularização fundiária urbana o Programa visa apoiar a implementação de processos de regularização fundiária nos municípios, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e a redução da pobreza nas cidades. A atuação do Governo Federal no tema da regularização fundiária urbana ocorre por meio de três linhas principais: o apoio financeiro para a implantação de medidas técnicas, jurídicas e administrativas de regularização fundiária nos municípios; a capacitação de agentes públicos que atuam na temática; e a elaboração e aperfeiçoamento de legislações e normas relacionadas ao tema.

PRINCIPAIS RESULTADOS

As transformações urbanísticas estruturais e a urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade tem sido o foco das estratégias de qualificação de áreas que requeiram a dinamização do uso e ocupação do solo, a melhoria dos espaços públicos e da infraestrutura urbana, visando ao cumprimento da função social da cidade e da propriedade e possibilitando o acesso à terra urbanizada, segura e bem localizada para todos.

Nesse sentido, o Governo Federal revisou diversos atos normativos do espaço urbano; publicou a Instrução Normativa n. 11/2019, que estabelece procedimento específico do Programa de Desenvolvimento Urbano (Pró-Cidades) para o Setor Público; implementou em julho o terceiro módulo do Sistema Pró-Cidades, permitindo o cadastramento de 50 propostas dos Entes Federados, no montante de R\$ 3.498.637.526,66, sendo uma delas selecionada: município de Lauro Muller/SC, com valor de R\$ 1.100.000,00. Em

apoio a estados e municípios para promoção da urbanização acessível e desenvolvimento urbano, bem como para ações de infraestrutura urbana, foram investidos em torno de R\$ 59.540.860,21 e celebrados 225 novos contratos de repasse, com recursos do Orçamento Geral da União de R\$ 144.799.749,81.

Quanto à elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI), com a colaboração integrada entre governo, sociedade civil, instituições de ensino e setor privado, em 2019, foram promovidas duas oficinas de trabalho. Vale destacar também a importante contribuição da Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Projeto ANDUS) aos municípios brasileiros, no caso do Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores, que se encontra disponibilizado, desde dezembro de 2019, na versão para teste, na Biblioteca do Portal Capacidades (<http://www.capacidades.gov.br/biblioteca>).

TRANSFORMAÇÕES URBANÍSTICAS ESTRUTURAIS E URBANIZAÇÃO ACESSÍVEL

O Governo Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, instituído mediante edição do Decreto n. 9.666, de 2 de janeiro de 2019, consequência da fusão dos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, revisou diversos atos normativos visando à simplificação de processos em benefício da população, sobretudo, os normativos do segmento urbano; publicou a Instrução Normativa n. 11, de 8 de abril de 2019, que estabelece procedimento específico de enquadramento e seleção das propostas de operação de crédito, no âmbito do Pró-Cidades para o Setor Público; e implementou o terceiro módulo do Sistema desse Programa.

Em julho, foi iniciado o processo de cadastramento das propostas dos Entes Federados, atingindo um total de 50 propostas cadastradas, com valor de investimento de R\$ 3.498.637.526,66, perfazendo cerca de 87,46% do orçamento do Fundo de Garantia do Tempo de Trabalho (FGTS) destinado ao Programa, no quadriênio 2019-2022, conforme Resolução CCFGTS n. 903, de 13 de novembro de 2018, a saber: 14 propostas em ajuste, com valor de R\$ 203.418.630,58; 11 propostas em elaboração, com valor de R\$ 791.256.451,50; 9 propostas em enquadramento, com valor de R\$ 2.319.087.012,15; 15 propostas em validação, com valor de R\$ 183.775.432,43; e 1 proposta selecionada, apresentada pelo município de Lauro Muller, situado no Estado de Santa Catarina, com valor de R\$ 1.100.000,00, por meio da Portaria MDR n. 3.118, de 23 de dezembro de 2019.

Além disso, celebrou 225 novos contratos de repasse, com recursos oriundos do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 144.799.749,81 para viabilizar a execução de projetos de desenvolvimento e melhoria urbana, tais como: construção, revitalização e urbanização de praças; requalificação urbana; construção e revitalização de pista de passeio; implantação de obras de acessibilidade; entre outras intervenções que propiciam melhor qualidade de vida aos cidadãos. Ademais, foram investidos R\$ 59.540.860,21 na execução de contratos de repasse pactuados em exercícios anteriores, distribuídos nas seguintes regiões: Norte (1.393.307,56), Nordeste (22.359.464,30), Centro-Oeste (9.229.419,64), Sudeste (20.800.902,94) e Sul (5.757.765,77).

INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS E PARTICIPATIVOS DE PLANEJAMENTO E DE GESTÃO URBANA SUSTENTÁVEL

A atuação do Governo Federal em relação a esse objetivo se dá de forma indireta, especialmente mediante ações de capacitação, elaboração de estudos, aperfeiçoamento de legislações e marcos legais, e articulação com órgãos do executivo e/ou do legislativo sobre temas relacionados à política urbana em diferentes escalas.

Destaca-se em 2019, o início do processo de elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que tem como objetivo estruturar a “política-mãe” de desenvolvimento urbano, a partir de uma visão de território articulada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e capaz de criar convergências de ações no território, aumentando a eficiência dos investimentos públicos e melhorando a qualidade de vida nas cidades. Como “política-mãe” das ações de desenvolvimento urbano, a PNDU atingirá os 5.570 municípios brasileiros, orientando ações diferenciadas de acordo com a localização regional, o porte e a função dos municípios.

A PNDU reservará um capítulo para tratar sobre organização e governança interfederativa e metropolitana no Brasil. Deverá integrar temas relacionados às relações interfederativas no espaço metropolitano, acompanhamento da elaboração, aprovação e/ou implementação dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDI's) e possibilidades de financiamento do desenvolvimento urbano-metropolitano.

Para o fortalecimento da implementação de instrumentos de planejamento territorial e de gestão urbana municipal para aplicação efetiva do Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), no âmbito do Projeto ANDUS, foram finalizados os trabalhos de diversas consultorias que resultaram na entrega dos seguintes produtos: i) curso de capacitação e Guia de Implementação da Nova Agenda Urbana e ODS na política, planejamento e gestão urbana municipal; ii) estratégia de formação e capacitação sobre temas relacionados ao Desenvolvimento Urbano Sustentável; iii) guia de elaboração e revisão de Planos Diretores, formulado a partir de novas abordagens temáticas e metodológicas; iv) estudo “Políticas com incidência territorial”, que contempla a análise das políticas setoriais e das políticas de escopo integrado, contendo recomendações gerais à elaboração da PNDU; v) estudo “Panorama das Cidades Inteligentes no Brasil”, que subsidiou a equipe técnica para o início dos trabalhos de elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI).

Outrossim, foram contratadas consultorias para: i) a moderação do processo de elaboração da CBCI, bem como para a redação do documento final; ii) redação da primeira versão da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU); iii) elaboração de um método de capacitação para utilização do Guia de elaboração e revisão de Planos Diretores Municipais; e iv) desenvolvimento de um banco de dados para subsidiar a elaboração e implementação da PNDU, que se encontra em concepção, e a elaboração de tipologias municipais e supramunicipais.

No que tange à elaboração do banco de dados em cooperação com a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), foi contratado o consultor que irá mapear, processar, sistematizar e organizar dados essenciais a uma leitura analítica do território, bem como identificar lacunas de dados necessários à PNDU, a serem produzidos e disponibilizados em momento futuro, com vistas à construção posterior de uma solução WEB de Sistema de Informações Geográficas voltado ao Desenvolvimento Urbano Sustentável, integrado à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), com a finalidade de apoiar a implementação, o acompanhamento e a revisão da Política.

Também foi consolidada a parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para avaliar as possibilidades de elaboração de um sistema que sirva ao desenvolvimento urbano nacional, para participar do processo de formulação da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes, bem como da coordenação conjunta da Câmara Cidades 4.0, celebrada em outubro de 2019. Já em dezembro, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem como objetivos, dentre outros, identificar, sistematizar e classificar elementos para a caracterização da diversidade e singularidade territorial para a construção de uma tipologia supramunicipal com vistas a subsidiar a elaboração da PNDU.

Ainda, com apoio do Projeto ANDUS, foi desenvolvido o Guia para elaboração e revisão de Planos Diretores, que pretende auxiliar os municípios brasileiros para que possam avançar em seus Planos Diretores instrumentalizados, isto é, que sejam capazes de sair do campo das diretrizes e efetivar respostas aos seus problemas e desafios, de modo que obstáculos decorrentes da capacidade administrativa das respectivas prefeituras e da realidade socioeconômica da população sejam superados, a fim de que os municípios consigam tirar proveito de suas potencialidades e enfrentar seus desafios. Destaca-se a inovação refletida no método que auxilia o agente local, a partir da identificação de seus problemas concretos, conduzindo-o a formas possíveis de enfrentamento que façam sentido em suas realidades específicas.

Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Regional está apoiando, via Termo de Execução Descentralizada, formalizado com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMG), a elaboração do Plano Diretor do município de Porto Murtinho/MT, como parte de uma estratégia mais ampla que se relaciona ao Corredor Bioceânico de integração com os países da América do Sul.

No que se refere à promoção e o apoio a programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica realizadas pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades (PNCC), por meio de sua plataforma virtual, o Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), foram realizadas as seguintes atividades, que capacitaram 7.745 pessoas: na Modalidade presencial: formadas 5 turmas do curso Diálogos sobre Eficiência Energética (160 pessoas capacitadas); e na Modalidade Ensino à Distância (EaD): i) Transferência do Direito de Construir – TDC (814); ii) Operações Urbanas Consorciadas – OUC (1074); iii) Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (945); iv) Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV (1879); v) Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e IPTU (932); vi) Regulasan (251); vii) Pré-Diagnóstico e

monitoramento das eficiências eletromecânicas e hidroenergéticas de sistemas elevatórios de água - Fase I e II (293); viii) Planos de Saneamento (338); ix) SNIS – Água e Esgoto (315), SNIS – Resíduos Sólidos (162), SNIS – Série Histórica (207); e xi) Contratos de Desempenho: Gestão de Perdas de Água e de Eficiência Energética (375).

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

Um dos objetivos da ação Apoio à Regularização Fundiária Urbana é apoiar estados, municípios e Distrito Federal na implementação de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas a promover a regularização fundiária de núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda, incorporando estes ao ordenamento territorial urbano e promovendo a segurança jurídica de seus ocupantes.

No ano de 2019, além da revisão do Manual do Programa e da administração da carteira de contratos de repasse e termos de execução descentralizada já existentes, procurou-se atuar no desenvolvimento de algumas ações estratégicas para capacitação e fortalecimento da capacidade institucional de agentes locais e na produção de conhecimentos para aprimoramento da política, a saber: a elaboração de um curso à distância para capacitação de agentes locais; o desenvolvimento de estudos para estimativa e mapeamento da Irregularidade Fundiária Urbana com vistas ao conhecimento da extensão, localização e características da irregularidade fundiária urbana no país; a assistência técnica aos municípios da Amazônia Legal para regularização fundiária em áreas da União transferidas por meio do Programa Terra Legal (Amazônia Legal) e fortalecimento da sua capacidade institucional; a atuação em comunidades de baixa renda no estado do Rio de Janeiro para regularização fundiária urbana, assistência técnica e capacitação dos municípios envolvidos, além de ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, buscando o fortalecimento e articulação interinstitucional de forma ampla, já que a regularização fundiária depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Após a instituição do Ministério do Desenvolvimento Regional, mediante edição do Decreto n. 9.666, de 2 de janeiro de 2019, este ficou responsável pelas políticas públicas de promoção do desenvolvimento regional e produtivo e de infraestrutura urbana. Em consequência disso, algumas atividades e ações foram reavaliadas e, mesmo, reprogramadas, de modo a refletirem a integração das diversas escalas de planejamento – urbano, metropolitano e regional – bem como a estarem alinhadas ao Planejamento Estratégico Institucional, que se encontra em fase de conclusão e servirá como referência em sua atuação.

Em relação ao desenvolvimento de projeto de cooperação técnica Brasil-Alemanha: "Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável (Projeto ANDUS), que em 2019 apoiou diversas atividades relacionadas ao processo de

elaboração da Carta Brasileira para Cidades Inteligentes (CBCI) e ao processo de elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), permitiu a consolidação de novos instrumentos, tais como, guias e bancos de dados sobre o desenvolvimento urbano, que consolidaram novas bases para o desenvolvimento urbano sustentável e para atuação em suporte às cidades inteligentes no Brasil.

Para o exercício de 2020, mediante esse Projeto, se dará a concretização de seis projetos-pilotos construídos em cooperação com municípios, após pactuação dos temas de interesse no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável. Por meio de consultorias contratadas, serão testadas estratégias e instrumentos tanto existentes como novos, adaptáveis e replicáveis em realidades semelhantes, contribuindo para a perspectiva local da Política Nacional.

Em continuidade à elaboração da PNDU, estão previstas a contratação de estudos, como (i) articulação dos instrumentos das políticas setoriais, territoriais e urbanas e (ii) aprimoramento do Zoneamento Ambiental Municipal enquanto instrumento da política urbana. A perspectiva é entregar o documento base da PNDU em dezembro de 2020 para início dos debates com a sociedade civil e Poder Legislativo.

Cumprir destacar a institucionalização do Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais (PFCG), pela Portaria n. 2.652, de 11 de novembro de 2019, e já integra o rol de ações do Programa 2217 da SDRU, no Plano Plurianual (PPA 2020-2023), com a meta de capacitar 57 mil servidores ao longo dos 4 anos de sua vigência.

Quanto ao fomento à instituição de Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios para a implementação de instrumentos de planejamento urbano, foi iniciada tratativa junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para desenvolvimento de uma linha de financiamento de Cadastros que reconheça a diversidade dos municípios brasileiros e ofereça opções mais adequadas às suas realidades, sobretudo para os menores municípios.

Com relação às transformações urbanísticas estruturais e obras de reabilitação, para 2020, além de dar continuidade ao processo de celebração de novos projetos, serão monitoradas as execuções das obras contratadas em anos anteriores e, também, no âmbito do Pró-Cidades, será dada continuidade ao processo de análise das 49 propostas cadastradas pelos Entes Federados.

A ação Apoio à Regularização Fundiária Urbana passa a compor o Programa Moradia Digna, a cargo da Secretaria Nacional de Habitação, com o novo Plano Plurianual aprovado para o período 2020/2023. Para o exercício de 2020, há dotações orçamentárias aprovadas na ordem de R\$ 11.000.000,00, que darão suporte à continuidade de ações estratégicas para capacitação e fortalecimento da capacidade institucional de agentes locais e na produção de conhecimentos para aprimoramento da política, e R\$ 3.000.000,00 de emendas parlamentares que apoiarão estados, municípios e Distrito Federal na

implementação de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas a promover a regularização fundiária de núcleos urbanos informais ocupados por população de baixa renda, incorporando estes ao ordenamento territorial urbano e promovendo a segurança jurídica de seus ocupantes.

PROGRAMA 2056 POLÍTICA ESPACIAL

A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associado, entendidos como essenciais para a sustentabilidade de um programa espacial nacional completo e autônomo. Tais aspectos são descritos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), atualmente em sua 4ª versão, referente ao período 2012- 2021.

Como forma de garantir o acesso aos serviços providos por essas aplicações, a política também busca a autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de sistemas espaciais, de especialistas, de pesquisa e de serviços, buscando reduzir a dependência com relação às necessidades de acesso a dados e informações providos por esses sistemas ou às decisões tomadas em outros países. No desenvolvimento e construção dessa autonomia, a capacitação da indústria nacional para desenvolver e produzir sistemas espaciais completos constitui outro importante ponto da política espacial, que busca a ampliação e organização da cadeia de valor e de fornecedores de bens e serviços para o setor espacial.

Como resultado do esforço na área do desenvolvimento de satélites e lançadores, os projetos atualmente em execução no Brasil vislumbram consolidar no país o domínio tecnológico completo para a condução de missões espaciais capazes de oferecer uma série de aplicações de interesse nacional e regional nas áreas de observação da terra, meteorologia, posicionamento e navegação, ciência, telecomunicação e serviços de lançamento, dentre outras que, juntas, proporcionarão os benefícios já citados, ampliando nossos horizontes como nação e elevando a qualidade de vida de nossa população.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O período de vigência do PPA (2016-2019) foi marcado por forte restrição orçamentária e financeira e pelo quadro reduzido de recursos humanos nos principais órgãos finalísticos do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE). Entretanto, continuaram os esforços realizados pela Agência Espacial Brasileira (AEB) para, em benefício da sociedade brasileira, dotar o país de capacidade de acesso ao espaço; aperfeiçoar e

ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços espaciais por meio de novas missões nacionais; fomentar a captação e formação de capital humano para o setor; e dominar tecnologias críticas e estratégicas para o desenvolvimento das atividades espaciais.

Os esforços voltados à conquista da capacidade de acesso ao espaço foram concentrados prioritariamente na atualização e manutenção das infraestruturas dos centros de lançamento e nos projetos de partes e subsistemas que integrarão o Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1). Os principais resultados obtidos nesse período foram os avanços alcançados nos projetos do motor-foguete S50 e do veículo suborbital VS-50, este que qualificará os motores S50 que irão compor os estágios do VLM-1.

Com relação ao programa de microgravidade, ressalta-se a evolução do projeto da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM); a realização das operações de lançamento Rio Verde em 2016 e Mutiti em 2018; e a evolução do processo de transferência de tecnologia do veículo suborbital VSB-30 para a indústria com previsão de conclusão em 2020.

No segmento de satélites, um dos resultados mais significativos para o Programa Espacial durante o último PPA foi o lançamento bem-sucedido do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS-4A) em dezembro de 2019. Também houve grande evolução no projeto do satélite Amazonia-1, que se encontra com seu modelo de voo integrado e em fase final de testes com lançamento previsto para 2020. A entrada em operação destes sistemas deve contribuir para o aumento da disponibilização e do uso das imagens produzidas por satélites nacionais, o que deve proporcionar uma evolução positiva no indicador relativo ao Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT), que é um dos indicadores voltados ao monitoramento do Programa Temático. Durante o PPA (2016-2019), observou-se, devido a um aumento significativo do número de imagens CBERS distribuídas, um salto deste indicador de 20,97%, em 2016, para 46,49%, em 2017, mantendo essa tendência em 2018 atingindo o índice de 81,46% e fechando o PPA em 2019 com 81,19%. O aumento do número de imagens CBERS distribuídas nesse período, foi resultado da operacionalização completa do processamento e catalogação das imagens para distribuição e ao ajuste contínuo dos parâmetros de processamento, o que melhorou a qualidade radiométrica e geométrica das imagens e, conseqüentemente, aumentou o interesse de uso das mesmas.

Várias iniciativas e projetos voltados ao domínio de tecnologias críticas e à atração e formação de capital humano para o setor espacial foram impactados pela falta de recursos, como é o caso dos projetos do Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo (ACDH) de satélites; do sistema de navegação e controle (SISNAC) de foguetes; e do motor-foguete a propulsão líquida. Contudo, resultados significativos foram alcançados no âmbito deste objetivo, com maior destaque para: seis contratos de transferência de tecnologia firmados no âmbito do Plano de Absorção e Transferência de

Tecnologia (PATT) do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); lançamento dos nanossatélites ITASAT e Floripasat-1; e a inauguração do Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial).

Outro indicador de monitoramento da Política Espacial no PPA, o Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional (IPSEN-2) reflete o quanto das despesas empreendidas nas iniciativas e projetos do Programa Temático estão sendo direcionadas às empresas brasileiras que fornecem produtos e serviços tecnológicos para o Programa Espacial Brasileiro. Observando o histórico do indicador, tem-se que o valor apurado para 2016 foi calculado erroneamente, de maneira que o valor de 32,91%, apurado em 2017, corrigiu essa distorção. Os valores do IPSEN-2 apurados em 2018 e 2019, foram respectivamente 33,9% e 35,53%, o que denota uma aplicação crescente dos recursos do Programa Temático em contratos com empresas nacionais. Este resultado se alinha à ação prioritária preconizada no PNAE de mobilizar a indústria nacional para o desenvolvimento de sistemas espaciais completos.

A seguir são detalhados os principais resultados consolidados por objetivo do programa temático.

CAPACIDADE DE ACESSO AO ESPAÇO

Um dos principais desafios do Programa Espacial Brasileiro é o de alcançar a autonomia de acesso ao espaço, o que significa utilizar veículos lançadores nacionais para, a partir de centros de lançamentos localizados no Brasil, injetar, na órbita da Terra, satélites também desenvolvidos ou construídos com domínio das tecnologias que lhes são necessárias. Este desafio se manifesta como um dos objetivos do PPA (2016-2019).

Uma das metas desse objetivo é a realização do voo de qualificação, com carga útil nacional, do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM-1). Projetado para colocar cargas úteis de até 150kg em órbita baixa (LEO) - equatorial, polar ou de reentrada, o VLM-1 está sendo desenvolvido em parceria com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e teve, em 2016, a revisão e homologação dos requisitos de missão. Para a qualificação de subsistemas críticos e mitigação de riscos no desenvolvimento deste veículo lançador, optou-se pelo desenvolvimento e teste em voo do veículo suborbital VS-50, que teve suas revisões *Preliminar Design Review* (PDR) e *Critical Design Review* (CDR) realizadas respectivamente em 2017 e 2018. Em 2019, foram realizados a PDR do VLM-1, o ensaio estrutural de qualificação do motor-foguete S50, que integra a configuração do VS-50 e do VLM-1, e ensaios de *hardware-in-the-loop* do sistema de controle. Entretanto, devido a restrições orçamentárias e desafios tecnológicos do projeto, novas atualizações foram necessárias nos cronogramas, modificando a data de lançamento do veículo Suborbital VS-50 para o segundo semestre de 2020 e do VLM-1 para 2022. Outro fator que impactou o desenvolvimento dos projetos, foi a redução da força de trabalho disponível, objeto este que foi endereçado por grupo de trabalho específico no

âmbito do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB).

A realização do voo tecnológico para qualificação do sistema de navegação inercial (SISNAC) é outra meta do objetivo e, em virtude da descontinuidade do projeto VLS-1, sofreu modificações no planejamento original. De maneira a aproveitar os avanços tecnológicos adquiridos no desenvolvimento do projeto, o SISNAC tem a sua qualificação como carga útil do voo do VS-50 em 2020.

Em relação às iniciativas do objetivo, no segmento de veículos suborbitais, atualizou-se o cronograma para qualificação da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), que será finalizado em outubro de 2020. No Programa Microgravidade, em 2016, obteve-se sucesso parcial na tentativa de realizar experimentos em ambiente de microgravidade por meio da Operação Rio Verde. Nesta operação foi possível obter alguns resultados dos experimentos científicos, tais como o teste do sistema de recuperação da carga útil e a validação da operacionalidade da infraestrutura de solo para o lançamento. Em 2018, foi realizada a Operação Mutiti, que, utilizando o motor-foguete S30, conduziu 5 experimentos de desenvolvimento tecnológico. Com relação ao veículo de sondagem VSB-30, destaca-se a publicação, por parte do IFI, da oferta tecnológica com intuito de transferir a tecnologia de fabricação para a indústria, com expectativa de assinatura dos contratos a partir de 2020.

As atividades de manutenção e operação dos Centros de Lançamento vêm sendo empreendidas com priorização dos sistemas operacionais críticos para as operações de lançamento, com destaque, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), para a aquisição de nova antena de Telemetria em Banda S e o planejamento da adaptação da Torre Móvel de Integração (TMI) para ser utilizada nos lançamentos dos veículos VS-50 e do VLM-1. Em decorrência da aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), assinado entre Brasil e EUA, ocorreram discussões para investimento na infraestrutura necessária para viabilização da exploração comercial. Isso permitirá a realização de lançamentos de artefatos espaciais a partir do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

Com relação aos regulamentos técnicos, em 2016, deu-se início ao processo de revisão dos Regulamentos de Segurança Espacial da AEB e em 2017 foram concluídos os trabalhos de revisão do regulamento para licença e autorização de lançamentos espaciais. O objetivo destes regulamentos é estabelecer os requisitos a serem cumpridos para a realização de lançamentos comerciais a partir de território brasileiro. Além disso, houve participações de especialistas nas reuniões técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e da *International Standards Organization* (ISO), viabilizando a defesa dos aspectos normativos aeroespaciais de interesse do país.

Entre as contribuições para o desenvolvimento da indústria nacional, ainda no âmbito desse objetivo, além dos desdobramentos dos projetos e iniciativas citados anteriormente, destacam-se os contratos para atender as demandas de desenvolvimento do motor de propulsão líquida e para o fornecimento de seis

motores foguetes S50; a realização de fóruns voltados ao desenvolvimento da indústria espacial brasileira; e mais recentemente o trabalho conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) focado na viabilização de encomendas tecnológicas (ETEC).

DISPONIBILIZAÇÃO DE IMAGENS, DADOS E SERVIÇOS UTILIZANDO SATÉLITES NACIONAIS

No contexto deste objetivo, considera-se altamente necessária e estratégica a consolidação no país de uma capacidade própria para projetar, desenvolver e fabricar satélites artificiais de observação da Terra, voltados às aplicações de interesse nacional em áreas como recursos minerais, florestais e hídricos, agricultura, meio ambiente, vigilância territorial e monitoramento de desastres ambientais.

Uma das metas decorrentes deste objetivo é lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia. Para tanto, avanços importantes foram realizados nos três segmentos da missão Amazonia-1 durante a vigência do PPA (2016-2019). A execução da meta, mesmo com as restrições orçamentárias, evoluiu de 70% em 2016, para 93% em 2019. Como últimos avanços da missão, no segmento de solo, foi realizado o teste de compatibilidade com o novo sistema de rastreamento, as revisões *Critical Operational Review* (COR) e dos sistemas de software, estando o segmento em fase final de preparação para *Launch and Early Orbit Phase* (LEOP) e operação. No segmento do satélite, preparações e testes do modelo de voo foram realizados e validados, bem como os testes térmicos. A compatibilização com o segmento aplicação foi concluída, garantindo que a cadeia desde a geração da imagem (simulador) até o processamento e decodificação dos dados auxiliares funcionem normalmente. Quanto ao segmento lançador, o contrato para lançamento teve andamento conforme o planejado, assim como o teste preliminar de comunicação com as antenas que proverão o suporte logo após o lançamento realizado. Espera-se ter a operação em órbita do satélite no segundo semestre de 2020.

A outra meta relacionada ao objetivo é o lançamento do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-4A. Desde a construção dos arranjos institucionais de apoio e do planejamento dos contratos industriais, preparativos para as atividades de Montagem, Integração e Testes (AIT) e adaptações dos subsistemas remanescentes dos satélites CBERS-3 e 4, realizados em 2016, a missão evoluiu até o lançamento bem-sucedido do satélite CBERS-4A em 20 de dezembro 2019, configurando, desta forma, o alcance da meta. Concluídas a preparação para o rastreamento e recepção de dados e a atualização do software para processamento de imagens (MS3)-em 2020 iniciará o período de comissionamento do satélite, cuja vida útil é de cinco anos. O satélite CBERS-4A entregará imagens de alta resolução a seus usuários, continuando e aprimorando os bons resultados de seus predecessores da série CBERS.

Considerando as várias iniciativas do objetivo, há de se destacar que o cenário de restrição orçamentária comprometeu o andamento adequado de vários projetos e missões, como é o caso do segundo satélite da série Amazônia, das missões SCD-Hidro e SABIA-Mar – este em parceria com a Argentina, que atualmente ainda se encontram em fases iniciais de estudos e avaliações. O Projeto EQUARS teve um maior avanço, passando pela realização da *Preliminary Requirement Review* (PRR), que significa um amadurecimento importante nas definições tecnológicas da missão.

Nesta carteira de missões e projetos, também há iniciativas voltadas ao domínio das tecnologias de plataformas de porte reduzido (micro e pequenos satélites), para a definição de requisitos de futuras missões científicas, meteorológicas e por radar, além da atualização de sistemas de solo e o estímulo à participação da indústria nacional. No âmbito destas iniciativas, destacam-se o desenvolvimento do experimento ProtoMIRAX, que deve voar em 2020 uma câmara imageadora de Raios X, e dois estudos preliminares realizados no Centro de Projeto Integrado de Missões Espaciais (CPRIME) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que analisou duas missões de imageamento radar, ambas baseadas na Plataforma Multimissão (PMM), própria para missões na classe de 500 kg.

Com relação ao rastreo e controle de satélites, dois resultados significativos foram obtidos: a aquisição de um novo sistema de antena para a Estação Terrena de Cuiabá (ETC), imprescindível para que os satélites possam ser convenientemente controlados em órbita. Sua aquisição só foi possível graças a um esforço conjunto das instituições envolvidas no desenvolvimento dos satélites Amazonia 1 e CBERS-4A, que disponibilizaram recursos para esta aquisição. Encontra-se em estágio de conclusão; a aquisição de um software adicional de dinâmica de voo de veículos espaciais, com quatro funcionalidades a mais que o software atualmente existente no Centro de Rastreo e Controle de Satélites imprescindível para o controle do satélite Amazonia 1.

CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, CAPITAL HUMANO E TECNOLOGIAS CRÍTICAS

A ampliação do domínio das tecnologias críticas e o desenvolvimento e consolidação das competências e de capital humano compõem um dos objetivos do PPA (2016-2019). Em essência, observando a própria dinâmica do desenvolvimento tecnológico na área espacial e a necessidade de manutenção de um corpo técnico qualificado para a condução de tais atividades, considera-se que o assunto apresenta um caráter permanente na Política Espacial, sendo perseguido de forma contínua, visando garantir autonomia e sustentabilidade ao desenvolvimento das atividades espaciais no Brasil.

No âmbito deste objetivo, há a meta de concluir o desenvolvimento de Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo (ACDH) de satélites. O desenvolvimento do ACDH nacional figura como passo importante em

direção ao domínio das tecnologias necessárias ao desenvolvimento de missões espaciais nacionais. Esta meta foi bastante afetada pelas restrições de recursos orçamentários e redução do quadro de recursos humanos do SINDAE e, apesar dos esforços de gestão da AEB junto ao INPE, observou-se a evolução de apenas 10% no desenvolvimento do ACDH. Na expectativa de se obter avanços de forma mais otimizada, definiu-se como mais apropriado o desenvolvimento desse subsistema junto às atividades de projeto do próximo satélite da série Amazonia.

Também é meta a conclusão do modelo de engenharia do motor-foguete a propelente líquido, projeto conduzido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE/DCTA) em parceria com o Centro Aeroespacial da Alemanha (DLR). Dentre os avanços alcançados pelo projeto, destacam-se: o projeto, a fabricação e os ensaios do regulador de empuxo do Motor; o projeto, a fabricação e os ensaios dos modelos de desenvolvimento e dos modelos de engenharia dos ignitores da câmara de empuxo e do gerador de gás; os projetos e os ensaios dos componentes do sistema de ancoragem; a fabricação da câmara de empuxo curta do motor; o projeto e a fabricação dos modelos de desenvolvimento dos componentes da turbobomba; e o projeto da turbobomba do motor. Em 2019, por consequência de sucessivos anos com reduções orçamentárias, as atividades do Projeto foram continuadas apenas para os compromissos internacionais firmados no âmbito da parceria SALSA e UBATUBA.

Outra meta prevista neste objetivo é firmar seis contratos no âmbito da implementação do plano de absorção e transferência de tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC-1). Em 2016, foram iniciados cinco destes contratos, dos quais três foram concluídos com êxito e dois têm previsão de conclusão para junho de 2020. Em 2019, foi iniciado o sexto e último contrato, que implementará a transferência de Tecnologia de Cargas Úteis Ópticas de Observação da Terra, e tem o início de suas atividades de treinamento prevista para janeiro de 2020.

Visando o domínio de tecnologias de plataformas e subsistemas de satélites de até 10 kg, houve um esforço para dar continuidade ao programa educacional SERPENS e para viabilizar o desenvolvimento do nanossatélite SERPENS-2, que deve ser iniciado em 2020. O nanossatélite ITASAT, lançado em 2018, concluiu um ano de operação e já conta com relatos descrevendo em detalhes as lições aprendidas durante o projeto. No final de 2019, foi realizado o lançamento bem-sucedido do cubesat Floripasat-1, que é fruto da parceria entre a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a AEB e faz parte do programa Uniespaço. Há de se destacar também a missão *Scintillation Prediction Observations Research Task* (SPORT), iniciativa que prevê o lançamento de um nanossatélite para estudos de bolhas de plasma na ionosfera. Nas atividades de coleta de dados e a manutenção do sistema de observação em Clima Espacial, ocorreram as primeiras recepções de dados da constelação

de satélites de Rádio Ocultação do COSMIC-2, que contribuem para o monitoramento de irregularidades ionosféricas globalmente.

Finalmente, durante o período do PPA, houve a continuidade das ações de atração, formação e capacitação de recursos humanos para o setor espacial, como a plataforma Espaço, Educação e Tecnologia (E2T). Iniciada em 2017, a plataforma tem o objetivo de reorganizar as ações de desenvolvimento de tecnologias e de competências da AEB, agregando iniciativas para atrair jovens para a temática espacial e, como consequência, estimular à escolha de carreiras voltadas para as áreas de Ciências, Matemática, Engenharia e Tecnologias. Um dos projetos que está sendo executado no âmbito da plataforma é o Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial), localizado em Parnamirim/RN e inaugurado em novembro de 2017. Nos três anos de funcionamento do CVT-Espacial, mais de 3.000 estudantes participaram de “Um Dia Espacial”, quando tiveram contato com assuntos relacionados à temática espacial. Ainda neste contexto, nos anos de 2017, 2018 e 2019, foi realizada a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), que registrou a participação do total de 397 estudantes. Em 2019, foi realizada a 1ª Feira de Ciências Virtual, contou com a participação de estudantes de diversas partes do país. Destaque também para a iniciativa piloto da Olimpíada de Desenvolvimento Espacial e Aplicações (ODE), na qual

60 estudantes das regiões de Natal-RN, Alcântara-MA e Florianópolis-SC foram selecionadas para desenvolver uma temática espacial para ajudar na resolução de problemas. De 2018 a 2019, o programa de educação ambiental GLOBE-NASA, uma parceria realizada entre as agências espaciais brasileira e americana para divulgação da temática espacial em escolas, contou com 734 participantes, com destaque para a capacitação de 200 professores de Recife-PE, Natal-RN, Alcântara-MA, Florianópolis-SC e Brasília-DF.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O setor espacial mundial tem passado por mudanças nos últimos anos. A participação crescente da iniciativa privada nas atividades espaciais, vem resultando na queda no preço do acesso ao espaço. A cada novo lançamento privado, o acesso ao espaço se aproxima de tornar-se uma *commodity*. Ao mesmo tempo, as características territoriais e geopolíticas do Brasil, bem como a evolução das tecnologias e comunicações num mundo globalizado, criam demandas de Estado nas áreas de telecomunicações, levantamento e prospecção de recursos naturais, acompanhamento de alterações no meio ambiente, vigilância de fronteiras e áreas marítimas, que só podem ser efetivamente alcançadas por meio do fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro, garantindo o acesso ao espaço e o desenvolvimento de aplicações derivadas dos produtos espaciais em benefício da sociedade brasileira.

Diante desse cenário, em 2018, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) criou o Comitê para o Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), proporcionando a discussão entre os vários atores do setor espacial

sobre os rumos e mudanças de direção necessários para potencializar o Programa Espacial Brasileiro. Vários grupos de trabalho foram estabelecidos para avaliar e propor soluções para temas específicos do Programa Espacial Brasileiro, são eles, Governança do Setor Espacial, Acordo de Salvaguardas Tecnológicas com Estados Estrangeiros, Liquidação da ACS, Empresa Pública, Projeto Mobilizador, Desenvolvimento do VL-X, Plano de Marketing, Recomposição do Quadro de Pessoal, Formas de Financiamento do Projeto Mobilizador, Questão Fundiária e Patrimonial do CLA, Lei Geral do Espaço e Consolidação do CEA. Os resultados desses grupos nortearão as futuras ações no âmbito do Programa Espacial Brasileiro. Nesse contexto, estão em curso as ações para a elaboração do novo Programa Nacional de Atividades Espaciais. Alinhado a esse cenário, houve este ano a aprovação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST). Os consequentes diálogos e preparações da infraestrutura de Alcântara-MA para albergar o futuro Centro Espacial de Alcântara (CEA), permitindo lançamentos privados a partir do centro, mostram um efetivo esforço de alinhamento do Brasil perante o novo cenário mundial. Outras iniciativas de miniaturização de missões espaciais, por nanossatélites e cubesats, e escolha de módulos de serviço compatíveis com múltiplas missões espaciais, a exemplo da Plataforma Multimissão (PMM), coadunam com tendências atuais do mercado mundial de produtos e serviços espaciais. O cenário é desafiador, principalmente frente aos recursos orçamentários restritos dedicados ao setor. Entretanto, espera-se importantes avanços advindos da consolidação de uma nova Governança do Programa Espacial Brasileiro, o estabelecimento de uma Lei Geral do Espaço, a aproximação do setor espacial com o Congresso Nacional com a criação de uma Frente Parlamentar Mista para o Programa Espacial Brasileiro e a reformulação e atualização dos instrumentos de planejamento do setor espacial brasileiro, possam enfim colocar o Brasil em destaque nas atividades espaciais mundiais.

PROGRAMA 2058 DEFESA NACIONAL

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas. O alcance dos objetivos, metas iniciativas e ações previstas no Programa Defesa Nacional é essencial para a efetividade da Política Nacional de Defesa.

Cabe ressaltar, que no período de 2016 a 2019, a estratégia adotada pelo MD, para a evolução da Política de Defesa foi a priorização dos projetos estratégicos de defesa. Essa priorização leva em consideração que os contratos relacionados a esses projetos foram estabelecidos, em geral com cláusulas de transferência de tecnologia importantes para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa.

Cita-se como exemplos de legado desses projetos estratégicos, o conhecimento adquirido pelo País para desenvolver e fabricar meios operativos como aeronave de caça (FX-2), o cargueiro (KC-390) e os submarinos convencionais e de propulsão nuclear, tecnologias que contribuem para a autonomia do Brasil em áreas estratégicas, além de colaborar para o desenvolvimento do país.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa Defesa Nacional, coordenado pelo Ministério da Defesa (MD) e executado por meio da atuação concertada dos Comandos Militares, teve avanços no quadriênio 2016-2019, notadamente no aparelhamento das Forças Armadas; no monitoramento do espaço terrestre, aéreo e das águas jurisdicionais brasileiras; e no desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID).

No que concerne ao aparelhamento, as Forças Armadas passaram a dispor de quantidade maior de navios, aeronaves, viaturas e sistemas, mediante processos aquisitivos ou de modernização.

Os avanços obtidos, assim como, as dificuldades orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos cinco indicadores do programa. No quadriênio, três indicadores tiveram índices superiores aos de referência, declarados em 2015; um se manteve constante; e outro teve desempenho inferior ao ponto de partida.

O índice de operacionalidade da força terrestre, que era de 45%, em 2015, ao final do plano atingiu 74,4%; o de disponibilidade da frota da Força Aérea Brasileira passou de 40,11% em 2015 para 40,64% em 2019; enquanto o índice de monitoramento do espaço aéreo se manteve em 93,13% no período, patamar adequado para a cobertura do espaço aéreo brasileiro nos padrões atuais.

Por outro lado, o índice dos meios operativos da Marinha, apresentou o resultado de 47%, quando o índice de referência em 2015 era de 48%. Por fim, o índice de participação da base industrial de defesa no PIB, evoluiu de 0,15% em 2015 para 0,17% em 2019, dado o volume de autorizações de exportação de produtos de defesa de US\$ 1,2 bilhão.

PROMOÇÃO DA MULTILATERALIDADE INTERNACIONAL NA ÁREA DE DEFESA

O Brasil avançou ao formalizar vários acordos internacionais em matéria de defesa, dentre os quais destacam-se os Acordos de Cooperação celebrados com Cabo Verde, Indonésia, Argélia, Chile e Líbano.

No que se refere à diplomacia militar, a saída do Brasil da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em outubro de 2019, implicou na saída do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e da Escola Sul-americana de Defesa (ESUD), sendo que as atividades de cooperação na América Latina terão continuidade no âmbito do Foro do Progresso para a América do Sul – PROSUL.

Considera-se, portanto, que o objetivo foi atingido em 2019, levando-se em conta os avanços nas negociações relacionados ao intercâmbio na área de defesa e o alcance das três metas componentes.

RECURSOS HUMANOS PARA AÇÕES NECESSÁRIAS À DEFESA NACIONAL

Ao final de 2019, foram alcançadas as três as metas relativas à capacitação. Contudo, as duas metas de alteração de efetivos da FAB não foram alcançadas, em virtude da descontinuidade da estratégia da política pública.

ELEVAÇÃO DA CAPACIDADE OPERATIVA DAS FORÇAS ARMADAS

Com a finalidade de elevar a capacidade operativa, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas promoveu diversas ações e atividades no decorrer da vigência do PPA.

Cita-se como exemplos de ações relacionadas ao adestramento, a participação das Forças Armadas (FA) em operações e exercícios militares, a exemplo da Operação Rio Branco e dos Exercícios Meridiano e Azuver e em missões de adestramento Aspirantex, Obangame Express, Mansup, Caribex e Aderex

Outra forma de ampliar a capacidade operacional das Forças Armadas é promovendo a modernização dos meios com que trabalham essas instituições. Em 2016 e 2017 foi implantado o treinamento de tripulações da FAB, por meio de simuladores. Esse método contribui para a formação de pilotos, com intervalo inferior a 24 meses, conforme meta estabelecida no PPA.

Foi concluído o Projeto de Racionalização do Serviço Militar, iniciado em 2016, que possibilitou o alistamento militar *on line*, gerando rapidez e simplificação do processo. Dessa forma foram cumpridas as metas associadas ao treinamento dos efetivos. A meta associada à prontidão logística dos meios da marinha não

foi atingida em razão da incompatibilidade entre o orçamento do projeto e o dimensionamento da meta.

ADEQUAR A INFRAESTRUTURA E A DISTRIBUIÇÃO DAS INSTALAÇÕES MILITARES TERRESTRES

Nesse objetivo as Forças Armadas priorizaram a realização de obras urgentes nas organizações militares (OM) situadas em todo o território nacional.

Dessa forma, as três metas de adequação de organizações militares foram integralmente cumpridas, enquanto a construção do Hangar para abrigar a aeronave KC-390 foi postergada em razão do andamento dos projetos KC-X/KC-390.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES NA COMUNICAÇÕES E INTELIGÊNCIA, CIBERNÉTICA E ESPACIAL

O objetivo foi atingido, tendo em vista os avanços obtidos nas áreas da cibernética, nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação. Todas as quatro metas inerentes à Defesa foram alcançadas.

Na área da defesa cibernética, cabe mencionar a implantação do Sistema Militar de Defesa Cibernética e a estruturação do Comando de Defesa Cibernética, criado para proteger os sistemas de informações e neutralizar ataques. No campo da segurança da informação, a autoridade certificadora da defesa emitiu em 2019, segundo ano de funcionamento, cerca de 1.500 certificados, acumulando um total de 2.000 nos dois primeiros anos de funcionamento.

Os serviços disponibilizados pelo Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²) foram ampliados no período com a efetiva entrada em operação do Satélite Geoestacionário de Comunicações (SGDC). E, em 2019, essa capacidade foi expandida com a instalação de novos pontos de presença. Na área de comando e controle (C2), o destaque foi a continuidade do desenvolvimento de aplicativos *softwares* de C2, amplamente empregados nas atividades de preparo e emprego do Exército.

No Programa Nuclear da Marinha (PNM) tiveram continuidade as obras prediais do Centro Experimental Aramar, em Iperó (SP), onde são abrigados o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE) e as demais instalações que atendem ao Programa.

APARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS COM MEIOS MILITARES PARA A DEFESA NACIONAL

No Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil (Prosub) foi entregue o primeiro submarino (Riachuelo), que se encontra em testes. O segundo submarino (Humaitá) teve suas cinco sessões integradas e foi construído 65,1% do Estaleiro e da Base Naval.

No que se refere ao aparelhamento da Força Terrestre, cita-se como destaques os Programas Astros 2020 e Guarani. O Programa Guarani dotará o Exército de blindados sobre rodas desenvolvidos no país e o Programa ASTROS 2020 entrega à artilharia novas capacidades dissuasórias e de apoio de fogo.

No decorrer do PPA 2016-19 foi concluído o desenvolvimento do foguete guiado e adquiridas viaturas e munições para o Sistema ASTROS, totalizando com essas entregas, 42,5% do programa e 52% do sistema de lançadores múltiplos.

Em relação ao Programa Guarani, no período do PPA foram entregues 197 viaturas blindadas 6x6 e adquiridos 75 kits completos de Comando e Controle e 11 Sistemas de Armas.

No que concerne à Força Aérea Brasileira, os projetos mais importantes são: H-X BR, FX-2, KC-X (Desenvolvimento) e KC-390 (Aquisição das aeronaves).

No Projeto H-X BR, que visa o desenvolvimento, produção e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, em 2019, foi recebida a 35ª unidade. Já o Projeto FX-2 dotará a Força Aérea Brasileira de novos caças multiemprego. A primeira aeronave brasileira teve a campanha de ensaios iniciada em agosto de 2019 com a realização de seu primeiro voo.

Os Projetos KC-X e KC-390 referem-se, respectivamente, ao desenvolvimento e à aquisição de 28 Cargueiros Militares, de projeto e fabricação nacional. Em 2019, a aeronave desenvolvida se encontra em fase de certificação final, com conclusão de 91,5% do desenvolvimento. Também foram entregues duas aeronaves do projeto KC-390, sendo prevista a entrega de mais três em 2020.

Ainda que os projetos estratégicos tenham tido avanços no período de 2016 a 2019, o Objetivo ficou prejudicado principalmente, em decorrência das restrições orçamentárias. Das sete metas propostas, apenas a de incorporação de 10 meios navais e aeronavais à Marinha do Brasil atingiu o percentual previsto para o final do período.

PLANEJAMENTO, PREPARAÇÃO E CONDUÇÃO DE OPERAÇÕES MILITARES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Ao longo do período de vigência do PPA foram realizados 20 exercícios militares conjuntos. Esses eventos contribuíram para a ampliação dos níveis de adestramento e prontidão logística das Forças Armadas, em favor das eventuais hipóteses de emprego. Destacaram-se em 2019, a realização dos exercícios militares Meridiano, Azuver, Panamax e Felino.

Também releva mencionar, que em 2019, o Ministério da Defesa realizou as “Operações Ágata”, destinadas à redução dos crimes transfronteiriços e ambientais e diversas operações de garantia da lei e da ordem (GLO) sendo as mais emblemáticas a Amazônia Azul, visando à minimização dos danos ambientais por resíduos de óleo que atingiram a costa brasileira e a Operação

Verde Brasil, com o objetivo de diminuir os índices de incêndios e crimes ambientais na Região Norte.

No que se refere ao planejamento e à execução de operações e exercícios militares, considera-se que o objetivo e suas metas foram alcançados.

MONITORAR E DEFENDER O ESPAÇO TERRESTRE E AÉREO E AS ÁGUAS JURISDICIONAIS

No que diz respeito à meta de realização de 100 operações de fiscalizações das águas jurisdicionais, no período do PPA foram realizadas 403 fiscalizações. A diminuição da quantidade nos dois anos finais do PPA deveu-se às dificuldades de ordem financeira para realizar manutenções nos meios navais que realizam patrulhas e inspeções.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) atingiu 97% de implantação do Projeto Piloto (Mato Grosso do Sul) até o final de 2019, e 12,6% do total previsto para o Programa.

No que se refere ao espaço aéreo e à defesa aeroespacial, desde 2016 vem sendo empregados satélites no monitoramento e controle. O emprego dessa tecnologia contribui para o aperfeiçoamento da fiscalização sobre o uso de aeródromos fora da faixa de fronteira brasileira, o que proporcionou ampliação da capacidade de atuação da FAB.

Não obstante os progressos obtidos o objetivo não foi plenamente atingido, visto que cinco das seis metas estabelecidas não foram alcançadas em razão da incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta. Contudo, vale mencionar que quatro das metas não alcançadas atingiram percentuais acima de 60% de realização.

DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS E DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Nos últimos anos, conforme preconizado pela Estratégia Nacional de Defesa, o Brasil vem priorizando o desenvolvimento e a fabricação de produtos de defesa nacionais, visando redução da dependência tecnológica e superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis.

No que se refere ao processo de catalogação de produtos de defesa, ao final de 2019, houve um crescimento de 74,2% no total de itens catalogados. Destaca-se, em 2019, a continuidade dos Projetos de CT&I de interesse da Defesa, com iniciativas de integração governo-universidade-empresa.

Entretanto, três das seis metas desse objetivo não foram atingidas em função da edição de normativos que impactaram o cumprimento integral das metas ou pela incompatibilidade entre a programação orçamentária e o dimensionamento da meta.

COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, A DEFESA CIVIL E A SOCIEDADE

Além das suas atribuições precípuas, o Ministério da Defesa realiza várias ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil.

O Programa Calha Norte PCN se destaca pela execução de transferências voluntárias de recursos da União a estados e municípios específicos. Em 2019 foram celebrados 472 convênios.

No apoio à infraestrutura nacional, a engenharia do Exército realizou, em 2019, asfaltamento de rodovias, manutenção de estradas, recuperação das margens do Rio São Francisco, dentre outras obras importantes para o desenvolvimento do País.

Cabe destacar também, em 2019, o apoio às ações de socorro decorrentes do rompimento da Barragem Córrego do Feijão, em Brumadinho – MG; no combate aos incêndios ocorridos na floresta amazônica (Operação Verde Brasil); e no atendimento aos imigrantes da Venezuela, no âmbito da Operação Acolhida.

Na área educacional, o Projeto Rondon é desenvolvido em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior públicas e privadas. Foram capacitados na vigência do PPA, 2.973 rondonistas.

O Ministério da Defesa também promoveu ações de formação profissional, a exemplo do Projeto Soldado Cidadão que capacitou 35.342 jovens, no período de 2016 a 2019. Na área de assistência social, merece destaque o Programa Forças no Esporte – Segundo Tempo e o Projeto João do Pulo que juntos beneficiaram 28.000 crianças e adolescentes

Pelo exposto, conclui-se que o objetivo foi atingido, com três das quatro metas alcançadas, à exceção do Projeto Rondon, que alcançou 80% do planejado.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Brasil enfrentou dificuldades no equilíbrio das contas públicas no período de vigência do PPA 2016-2019 e para enfrentar a situação foi promulgada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (Novo Regime Fiscal). No contexto de restrição fiscal, a evolução dos objetivos do Programa Defesa Nacional foram impactadas por limitações orçamentárias e financeiras, com reflexo nos resultados do PPA.

As dificuldades fiscais impactaram a implementação da Política de Defesa Nacional ao fazer com que as dotações consignadas nas leis orçamentárias anuais fossem inferiores às necessidades do Programa, contudo, de uma forma geral, os objetivos e as metas do Programa 2058 tiveram desempenho satisfatório, pois das 44 metas de responsabilidade do MD, 55% foram atingidas e 45% não alcançaram o percentual previsto. Vale justificar que 41% das metas não alcançadas obtiveram percentual acima de 70% de execução.

Cabe ressaltar que o MD realizou os arranjos de gestão necessários a fim de minimizar os impactos das restrições orçamentárias, priorizando o cumprimento

das metas previstas no PPA, principalmente aquelas relacionados aos projetos estratégicos de defesa.

Por fim, vale ressaltar, que a execução da Política de Defesa Nacional e a manutenção da capacidade de defesa do país são objetivos de caráter contínuo, por isso a perspectiva é de que nos próximos exercícios sejam continuados os esforços de investimentos estratégicos no setor de defesa.

PROGRAMA 2059 POLÍTICA NUCLEAR

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e o Ministério de Minas e Energia - MME, são os responsáveis pela execução da política nuclear. Nesse cenário, merecem destaques três instituições: Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB e a Nuclebrás Equipamentos Pesados S/A - NUCLEP.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, autarquia vinculada ao MCTIC, sendo a autoridade máxima do governo no setor, tem como missão “Garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear; desenvolver e disponibilizar tecnologias nuclear e correlatas, visando o bem-estar da população”; e, como atribuições legais, garantir o uso seguro da energia nuclear e das radiações ionizantes, proteger os trabalhadores e o público em geral, bem como preservar o meio ambiente.

A CNEN é também a entidade responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos gerados pelas atividades que envolvam materiais radioativos, respondendo, ainda, pela orientação, planejamento, supervisão, fiscalização e pesquisa científica na área nuclear.

Compete também à Instituição, em cumprimento às normas nacionais e acordos internacionais assumidos pelo Brasil, assegurar que as instalações em que sejam utilizados materiais radioativos, operem de acordo com as normas nacionais de proteção física, incluindo os mecanismos para prevenção de roubo, furto, sabotagem e atos terroristas.

Outra instituição que participa do Programa Nuclear é a Indústrias Nucleares do Brasil S/A - INB, empresa vinculada ao MME, que tem como missão “Fornecer produtos e serviços associados ao ciclo do combustível nuclear, destinados à geração de energia elétrica, com segurança, qualidade e sustentabilidade.”

Esta empresa é responsável pela planta industrial da Unidade de Concentrado de Urânio - URA, pela etapa de conversão do U^{3O^8} em UF^6 necessária para o combustível das Usinas de Angra I e II, pela Usina de Enriquecimento de Urânio e pelas etapas de reconversão e fabricação de pastilhas e de montagem do Elemento Combustível – EC.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial temos toda a etapa de mineração e beneficiamento de urânio realizadas no país, com a conversão e parte do enriquecimento sendo contratados no exterior, e a reconversão, fabricação e montagem dos elementos combustíveis, também sendo executadas em sua totalidade no País.

O domínio completo do ciclo do combustível é de vital relevância, uma vez que os elementos combustíveis produzidos são empregados nos reatores de potência, que proporcionam a produção da energia elétrica, e, nos reatores de pesquisa, para produção de radioisótopos, desenvolvimento de materiais, etc. -

Por fim, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP, vinculada ao MME, é uma indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua preferencialmente na área de caldeiraria pesada e está instalada no município de Itaguaí/RJ.

A NUCLEP tem como missão: "Atender as demandas estratégicas, principalmente nas seguintes áreas de atuação: nuclear, defesa, petróleo e gás, e, geração de outras fontes de energia", já tendo fornecido diversos componentes pesados para as usinas Angra I e Angra II. No momento, participa ativamente do Programa PROSUB, por meio de contratos com a Marinha do Brasil para fornecimento de equipamentos pesados.

ATUAÇÃO DA POLÍTICA NUCLEAR

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos gerais assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear, desenvolver ciência e tecnologia nuclear e correlatas para medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia, além de atender ao mercado nacional de combustível nuclear, assim como fornecer equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Além da geração de energia elétrica, há uma ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, saúde, meio ambiente e agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

A Medicina Nuclear, a radioterapia e os Raios-X para tratamento, são as áreas de aplicação da energia nuclear onde são utilizados radioisótopos e técnicas nucleares, tanto em diagnósticos como em terapias, para a avaliação e o tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades.

Para esse setor da área médica, cujos procedimentos para diagnóstico ou terapia utilizam radiofármacos, o país conta hoje com aproximadamente 470 serviços de medicina nuclear distribuídos por todo o território brasileiro. O Brasil apresenta uma demanda crescente por este tipo de serviço, em torno de 8% ao ano. Os insumos que viabilizam a realização destes procedimentos são produzidos, em sua maioria, em reatores nucleares de pequeno porte. Os reatores de pesquisa existentes no país não têm capacidade para produzir esses insumos em escala comercial, o que traz para o país uma forte dependência em relação aos fornecedores estrangeiros. Nesse sentido, o projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) é fundamental para dotar o

País de autonomia necessária ao atendimento integral da demanda nacional por esses insumos.

Outro setor que será beneficiado com a implantação do RMB é o da indústria nuclear, que hoje depende de serviços contratados no exterior para realizar testes com componentes estruturais e com materiais utilizados na fabricação de elementos combustíveis. Além disso, outros serviços que utilizam tratamento por irradiação poderão ser realizados em maior escala no país.

É importante ressaltar que ao longo dos últimos anos, o setor nuclear brasileiro vem passando por uma expansão de suas atividades, caracterizada pelo crescente número de instalações nucleares e radiativas operando no país e que atuam nos mais diversos segmentos de aplicação, como energia, saúde, indústria, agricultura e meio ambiente. Atualmente, o país conta com um conjunto de profissionais experientes, com sólida formação e conhecimento da área nuclear. Entretanto, esse grupo de profissionais não está dimensionado adequadamente para atender ao crescimento da demanda, sendo necessário incrementar a renovação e a reposição dos quadros técnicos existentes, de tal forma a possibilitar a sustentabilidade da competência hoje existente.

Ao longo de todo o período do PPA-2016/2019 deu-se continuidade ao programa de formação especializada que oferece bolsas de mestrado e doutorado direcionadas a alunos de pós-graduação de várias instituições de ensino do País e em diversas áreas de especialização. No entanto, esse esforço é insuficiente para atender às demandas do setor, sendo necessário ampliar, a médio prazo, o número de profissionais formados nos diversos segmentos, o que se pretende dentro da programação prevista para o PPA- 2020/2023.

Dentre as principais metas do Programa Política Nuclear, destacam-se:

- (i) buscar a autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoeletrica;
- (ii) ter autossuficiência tecnológica e industrial nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes;
- (iii) ampliar a oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio-ambiente, agricultura e indústria); e
- (iv) atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere ao desenvolvimento de submarino de propulsão nuclear.

Com o alcance dessas metas, espera-se, como principais resultados, um maior equilíbrio da matriz energética, o acesso da população aos benefícios da tecnologia nuclear aplicada à medicina, a ampliação do uso de tecnologia nuclear na indústria e a economia de divisas, contribuindo para o fortalecimento da soberania nacional e para o acesso a mercados internacionais.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Para o quadriênio 2016-2019, foram definidos três indicadores do programa: número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas; quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos em todo o território nacional e taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear. Os números alcançados nos três indicadores mostram que todos atingiram as metas previstas no PPA.

O indicador de número de produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas, que compreende a totalidade de pedidos de proteção de propriedade intelectual e do número de instrumentos jurídicos firmados no âmbito da Lei de Inovação, tinha o índice de referência de 24 no ano de 2014. No final de 2019 foi alcançado o índice de 22 produtos e serviços tecnológicos. Este índice está dentro da variação anual normal de itens tecnológicos desenvolvidos, tendo em vista os diversos componentes que influenciam este indicador (tipo e complexidade do item desenvolvido, recursos financeiros e humanos).

O indicador de quantidade de exames de medicina nuclear utilizando radiofármacos tinha como índice de referência, em 2014, o quantitativo de 1.328.745. No final de 2018, o total de exames realizados foi de 1.753.349, conforme dados obtidos junto ao DATASUS e à ANVISA, sendo que, no caso da ANVISA, os valores foram estimados para o ano de 2018, até que seja publicada a edição anual do Mapa de Assistência à Saúde para este exercício.

Cabe ressaltar que o Brasil possui hoje 16 ciclotrons dedicados à produção de radioisótopos de meia vida curta, sendo 4 da CNEN e 12 da iniciativa privada e que garantem o atendimento a aproximadamente 200 clínicas que realizam exames de radiodiagnóstico utilizando equipamentos PET/CT de última geração.

Por fim, o indicador correspondente à INB, do programa Política Nuclear, taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional, evoluiu de 72,5 ao final de 2018, para 75,1% ao final de 2019.

FORNECIMENTO E CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS

O objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira, é fundamental para a política, pois, apesar da oferta de molibdênio 99 (Mo-99) no país ser da ordem de 4% da demanda mundial, o número per capita de exames de medicina nuclear executados no Brasil é ainda inferior ao observado em outros países de mesmo nível de desenvolvimento econômico.

Para isso foram definidas duas metas para este objetivo: a primeira, ampliar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 Ci por semana até o final de 2019. Observa-se, no entanto, uma estagnação no crescimento da produção, com o ano de 2019

apresentando uma produção semanal no valor de 470 Ci, refletindo o quadro de recessão do País.

A segunda meta refere-se à implantação do RMB, com características e capacidades para prestar os serviços de produção de radioisótopos – em especial o molibdênio 99 (Mo-99) – para realizar testes de irradiação de combustíveis nucleares e de materiais, além das correspondentes análises de pós-irradiação e a realização de pesquisas científicas com feixes de nêutrons em várias áreas do conhecimento.

Para o ciclo do PPA 2016-2019 a meta prevista é atingir 20% de execução física do RMB. Até 2019 foi possível atingir o montante de 22,3 % da implantação do empreendimento, como resultado do aporte de recursos proporcionado pelo MCTIC por intermédio do FNDCT.

CICLO PARA PRODUÇÃO DO COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Esse Objetivo tem três metas previstas. A primeira que é atender com produção nacional 10% da demanda anual de urânio enriquecido das centrais de Angra 1,2, e 3. A meta foi ultrapassada com atingimento de 10,8%, em função inauguração da Cascata 8, ao final de novembro de 2019, tendo a Usina de Enriquecimento de Urânio atingido uma capacidade nominal instalada de cerca de 54.000 kg UTS/ano.

O enunciado da segunda meta de aumentar de 96 para 98 a quantidade de elementos combustíveis produzidos anualmente para a operação das centrais de Angra 1 e 2, inicialmente estabelecido para refletir o incremento da produção anual de elementos combustíveis produzidos pela INB, em decorrência da entrada em operação da Usina Nuclear de Angra 3, foi alterado durante o exercício de 2017, uma vez que as obras de construção da nova Usina foram paralisadas por tempo considerado indeterminado, naquela ocasião. Esta alteração foi efetivada após entendimento da INB e do MCTIC com a SEPLAN/MPDG, e oficializado através da Portaria 315/2017, do MPDG.

No exercício de 2019 foram produzidos 88 Elementos Combustíveis. Desta forma, durante a vigência do PPA 2016-2019, foram produzidos 317 elementos combustíveis, consolidando-se atendimento integral às demandas dos reatores em operação.

A terceira meta de atingir 75% da execução da ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité alcançou apenas 9,7% no período do PPA. As principais dificuldades enfrentadas pelo projeto estão relacionadas à demora quanto ao licenciamento nuclear. Neste sentido a INB está envidando esforços para atender prontamente às demandas apresentadas pelos órgãos de licenciamento (CNEN e IBAMA). Com o objetivo de estabelecer previsibilidade na concessão de licenças, motivado por demanda do TCU constante do processo TC nº 020.376/207-0, foi estabelecido entre a INB e a CNEN um cronograma na forma de plano de ação para licenciamento da Mina

do Engenho e para desenvolvimento da Mina Subterrânea com respectivos prazos para as instituições.

A evolução do projeto no período do PPA 2016 – 2019 também foi impactada pelas restrições orçamentárias e dificuldades financeiras enfrentadas pela INB, dado a sua falta de capacidade de geração de caixa para fazer frente aos elevados investimentos, orçados em mais de R\$ 571 milhões, justificando a necessidade de financiamento do projeto em recursos do Tesouro – Fonte 0100.

SISTEMA DE REGULAÇÃO E SEGURANÇA DAS ATIVIDADES DO SETOR NUCLEAR

Na Segurança Nuclear e Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas a CNEN é responsável pela regulação, licenciamento, controle e fiscalização de todas as atividades que envolvam material nuclear e radiações ionizantes no País, incluindo as instalações, os procedimentos, os materiais, os equipamentos e o pessoal relacionado com essas atividades.

Esse Objetivo tem duas metas. A primeira que é controlar, por ano, 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa foi plenamente atingida com o controle de 2.950 instalações. A variação ocorreu devida à suspensão e/ou reclassificação como inativa, de instalações, à atualização da Base de Dados e à entrada de dezenas de novas instalações no processo de licenciamento.

A segunda meta de atender a demanda de 30 novos empreendimentos nucleares a serem licenciados, incluindo a usina de Angra III. No ano de 2019 foram atendidos 26 novos empreendimentos. A diferença decorre de um conjunto de variáveis desde a dificuldade do licenciado em atender as exigências regulatórias até mesmo a paralisação do empreendimento, como aconteceu com a construção da usina de Angra 3.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA NUCLEARES E APLICAÇÕES PARA DIVERSOS USOS

A CNEN atua na pesquisa e desenvolvimento em conformidade com a sua atribuição de promover e incentivar a pesquisa científica e tecnológica no campo da energia nuclear. Os produtos ofertados pelas atividades de P&D da CNEN são conhecimento científico (publicações técnicas) e tecnologia (protótipos, processos, métodos, softwares) nas áreas nuclear e correlatas. São oferecidas consultorias técnicas (que envolvam P&D) para empresas do setor produtivo que pretendam utilizar técnicas nucleares em suas atividades rotineiras ou na solução de problemas tecnológicos específicos a partir de técnicas nucleares. Trata-se de produtos e serviços com alto grau de especialidade, com alto valor técnico-científico agregado. As atividades de P&D

são parte fundamental do processo de inovação tecnológica e de execução das consultorias contratadas por empresas do setor produtivo.

O objetivo desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade, tem duas metas: primeira de publicar 1.200 artigos em periódicos indexados, e a segunda de formar 700 profissionais em temas de interesse para o setor nuclear.

Em 2019 foram publicados aproximadamente 440 artigos em periódicos indexados. O total de publicações acumulado no período de 2016 a 2019 atingiu 1.366 artigos, o que representa 115% do total previsto para o ciclo PPA 2016-2019.

Em 2019 foram formados cerca de 240 profissionais em áreas de interesse do setor nuclear. O total acumulado no período de 2016 a 2019 atingiu 814 profissionais formados, o que representa cerca de 116% do total previsto no ciclo PPA 2016-2019.

No ciclo PPA 2016-2019, as metas previstas para esse objetivo (em número de publicações em periódicos indexados e no número de profissionais formados) foram suplantadas. Muito disso deve-se aos recursos financeiros obtidos junto aos órgãos de fomento, tais como Finep, Fapesp e Fapemig, uma vez que os recursos orçamentários disponibilizados têm se mostrado insuficientes nos últimos anos.

Há, entretanto, uma preocupação atual com a possibilidade de redução dos recursos disponibilizados pelos órgãos de fomento nos próximos anos, de modo que, para se possibilitar o alcance de resultados mais expressivos, ou mesmo manter o nível atual de realizações, faz-se necessário recompor e ampliar os valores financeiros disponibilizados para atendimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento

PROTEÇÃO DO PÚBLICO, DOS TRABALHADORES E DO MEIO AMBIENTE

Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e respostas a situações de emergência é outro objetivo importante para o programa de Política Nuclear, pois a geração de eletricidade por meio de fonte nuclear, as aplicações das radiações ionizantes na saúde, indústria, agricultura e meio ambiente e o processamento de materiais brutos que contenham radionuclídeos de ocorrência natural produzem rejeitos radioativos que ocorrem de formas variadas e com características físicas e químicas bastante diferentes.

Rejeitos radioativos são fontes de emissão de radiação ionizante e, como tal, constituem agentes de risco devendo, portanto, ser gerenciados de tal forma que a proteção à saúde humana e ao meio ambiente seja garantida no presente e no futuro.

A principal meta para esse objetivo, que era de atingir 15% da implantação do Repositório Nacional para Rejeitos Radioativos de Baixo e

Médio Níveis de Radiação – RBMN, foi ultrapassada em 2019 com o alcance de 18% do nível de implantação do projeto. A fase atual do projeto é o de seleção de local. A seleção definitiva está em processo de avaliação junto à Autoridade Regulatória e espera-se concluir essa etapa do processo até o final de 2020.

A data estabelecida para a conclusão da implantação do repositório é dezembro de 2023, e os passos seguintes para o cumprimento dessa meta são: aprovação dos locais candidatos por parte da área regulatória e obtenção da Autorização de Construção; aprovação do EIA/RIMA por parte do IBAMA e obtenção da licença de Instalação; construção do repositório; obtenção da Licença de Operação junto ao IBAMA e da Autorização para Operação junto à área regulatória; início de operação do repositório (janeiro de 2024).

EQUIPAMENTOS PESADOS PARA INDÚSTRIA NUCLEAR E DE ALTA TECNOLOGIA

O objetivo de produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor é composto por duas metas.

Com relação à primeira meta, de produzir 8 equipamentos e componentes para indústria nuclear e de alta tecnologia, sendo: 1 para usina nuclear de Angra-III, 3 para o submarino nuclear e 4 cascos de submarinos convencionais, a NUCLEP produziu no ano de 2019, 383 toneladas. Dentre essas, merecem destaque algumas obras em andamento no período:

- Finalização da construção de 4 Cascos Resistentes de Submarinos Convencionais para a Marinha do Brasil, com –100% de conclusão
- Fornecimento/fabricação de 3 Condensadores para a Usina Nuclear de Angra III, com avanço na prontificação de 90,2%.
- Fornecimento/fabricação de 8 Acumuladores para Usina Nuclear de Angra-III, com avanço na prontificação de 98,6%.
- Fornecimento/fabricação de 1 Vaso de Pressão de reator para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 41,5%.
- Fornecimento/fabricação de 2 Geradores de Vapor para o Submarino Nuclear, com avanço na prontificação de 29,6%.

Em relação à meta de manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares – certificações NPT, NS e NA, concedida pelo ASME (*American Society of Mechanical Engineers*), os Selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como

fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

É importante ainda destacar no âmbito do objetivo que, mesmo com as reduções de orçamento, a iniciativa de modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, para atender ao Programa Nuclear Brasileiro e ao mercado nacional e internacional, foram modernizados/adquiridos/recuperados 17 equipamentos para o parque fabril da empresa. Desta forma, a NUCLEP deu mais um passo na preparação da fábrica para os desafios tecnológicos dos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando a importância da política nuclear para o país, 3 grandes projetos estão contemplados neste PPA: implementação do empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro; construção do Repositório de Baixo e Médio Níveis de Radiação e a Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité, no estado da Bahia (INB).

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoe elétrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria), além da melhoria da capacidade científica e tecnológica do País para responder às demandas do setor produtivo pela agregação de maior valor tecnológico a seus processos e serviços.

PROGRAMA 2061 PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Previdência Social é uma política de longo prazo que garante renda ao trabalhador e a sua família em caso de perda da sua capacidade de trabalho, seja em função de doença, gravidez, prisão, morte ou idade avançada. A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC). As políticas previdenciárias são elaboradas e acompanhadas pela Secretaria de Previdência – SPREV, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT, do Ministério da Economia - ME. O RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. O RPC é um regime privado, contratual e de caráter facultativo, cabendo ao Estado atuar na sua regulação, supervisão e fiscalização. É operacionalizado pelas Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC) e pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), fiscalizadas e supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), respectivamente. Os RPPS, por sua vez, são voltados aos servidores públicos e instituídos no âmbito de cada ente federado. Têm caráter contributivo e solidário e devem observar critérios que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em dezembro de 2019, totalizou-se 35,6 milhões de benefícios administrados pelo INSS, dos quais 30,9 milhões referem-se a benefícios do RGPS, 69% referentes à clientela urbana e 31% à rural. A arrecadação líquida do RGPS em 2019 foi de R\$ 413,3 bilhões e a despesa com benefícios previdenciários de R\$ 626,5 bilhões, resultando em déficit de R\$ 213,2 bilhões. A aprovação da EC 103 tende a reduzir a trajetória de crescimento acelerado da despesa, contribuindo para a sustentabilidade fiscal do País. No RPPS, os indicadores evidenciaram uma piora nos resultados financeiro e atuarial, por isso, reforçando a necessidade de edição da Lei de Responsabilidade Previdenciária e da aprovação de reformas previdenciárias pelos entes. O déficit financeiro apurado para o conjunto dos RPPS foi de R\$ 200,6 bilhões (2,1% do PIB). Desse total, R\$ 97,2 bilhões referem-se aos Estados e Distrito Federal; R\$ 45 bilhões à União (servidores civis), e R\$ 8,3 bilhões aos RPPS municipais. O déficit atuarial desses regimes foi de R\$ 6,7 trilhões, equivalente a 92,61% do PIB, sendo R\$ 4,4 trilhões dos Estados e DF, R\$ 1,2 trilhão da União, e R\$ 1,0 trilhão dos municípios. Com relação ao RPC, em junho/19, a população dos planos de benefícios previdenciários administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar era da ordem de 7,63 milhões de pessoas (2,79 milhões de participantes ativos, 667 mil aposentados, 183 mil beneficiários de pensão e 3,99 milhões de designados). Em dezembro de 2019, 292 EFPC administravam 303 Planos de Benefícios na modalidade Benefício Definido – BD, 445 na modalidade Contribuição Definida – CD e 338 na modalidade Contribuição Variável – CV, com 2.791 patrocinadores e 482 instituidores. Em setembro de 2019, o ativo das EFPC foi de R\$ 960 bilhões, perfil que favorece o financiamento de investimentos de longa duração. O ativo das EAPC foi de

R\$ 970 bilhões. Os ativos EAPC e das EFPC totalizam 27% do PIB. Em relação à solvência dos planos de benefícios das EFPC, em novembro de 2019 houve superávit acumulado de R\$ 6,3 bilhões, o maior desde junho de 2014, apontando para a recuperação do setor. Os planos BD apresentaram superávit de 91 milhões, revertendo o déficit observado desde o final de 2018. A captação líquida anual das EAPC voltou a crescer, após queda entre 2017 e 2018, atingindo valor superior ao pico da série histórica. Já os valores resgatados dos planos das EAPC diminuíram 12%, caindo para R\$ 60 bilhões em setembro de 2019. O investimento total das EAPC e EFPC, em setembro de 2019, somavam R\$ 1,88 trilhão. A Previdência Complementar dos servidores públicos dos entes atingiu, em setembro de 2019: patrimônio de R\$ 4,38 bilhões, 12 EFPC, 403 patrocinadores, 24 planos de benefícios e 131.306 participantes ativos (junho de 2019). A evolução do RPC será favorecida pela determinação imposta pela EC 103 de instituição de previdência complementar pelos entes com RPPS em até 2 anos.

O Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS é a ferramenta utilizada pelo governo federal para atender as políticas públicas e sociais do governo, composto de registros cadastrais, vínculos trabalhistas e previdenciários, contendo em sua base (dezembro/2019) 464,5 milhões registros entre pessoas físicas e jurídicas. Em 2019 foram incluídos 9.709.506 novos registros. A base do CNIS, além de ampliada, tem sido aprimorada pela melhor qualidade das informações colhidas. Em 2019, foi publicado o Decreto nº 10.047, que representou um grande avanço na governança e fortalecimento das ações de interoperabilidade entre as informações do CNIS e os demais sistemas da administração pública federal. O Decreto também instituiu o Observatório de Previdência e informações do CNIS que visa fomentar a produção acadêmica e científica. Quanto à Inteligência Previdenciária e Trabalhista, foram produzidos 469 Relatórios de Inteligência e 954 Relatórios de Informação, totalizando 1.423 relatórios concluídos. Foram realizadas 45 operações especiais e 21 ações de flagrantes pela Força-Tarefa Previdenciária e Trabalhista. Ao todo, as ações identificaram prejuízos superiores a R\$ 270 milhões e proporcionaram economia de pelo menos R\$ 961 milhões aos cofres públicos, com a desarticulação de esquemas criminosos e a cessação de irregularidades.

OBJETIVO 0250: INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DO CIDADÃO NO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

Estima-se que existam cerca de 24,9 milhões de pessoas ocupadas (entre 16 e 59 anos) sem proteção previdenciária. Embora a Assistência Social cubra uma parcela dessa população, trata-se de um enorme passivo social que exige uma política de inclusão social e expansão de cobertura previdenciária. Calcula-se que, dos 24,9 milhões de trabalhadores desprotegidos, 12,0 milhões poderiam ser contribuintes da Previdência, por terem renda, posição no mercado de trabalho e idade adequados. Os motivos para a não participação desses trabalhadores são variados e podem estar na falta de informação e conscientização sobre a importância da proteção previdenciária, na necessidade de aumento da fiscalização sobre o segmento econômico ou na existência de barreiras à inclusão. Nesse sentido, em 2019 foi regulamentada a inclusão previdenciária dos motoristas de aplicativo no RGPS. Ainda, o número de optantes do MEI chegou a 9,4 milhões, registrando um aumento de 18,1% em relação a 2018. Quanto aos RPPS, o desenvolvimento do eSocial

proporcionará a criação do sistema integrado de dados dos servidores públicos, com avanços na gestão dos cadastros dos servidores vinculados aos RPPS. Outra medida refere-se a investimentos na educação financeira e previdenciária como instrumento de alavancagem deste objetivo, e em 2019 esta ação ganhou novo impulso com o advento da EC nº 103/2019 e a necessidade da regulamentação infraconstitucional. Foi disponibilizado o curso “Noções Básicas em Previdência Complementar”, em parceria com a Enap. A SURPC e a Previc participaram das atividades da 6ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), tendo contado com o envolvimento de 586 organizadores. Os dados obtidos junto aos organizadores de 15.657 ações de educação previdenciária indicam que a Semana ENEF alcançou mais de 10,2 milhões de pessoas. Em relação à promoção da inclusão, a Instrução Previc nº 9/2018, que possibilitou a oferta de planos de benefícios para cônjuges e dependentes econômicos de seus participantes e assistidos, denominados “Plano Família”, repercutiu positivamente, com a entrada de mais de 12 mil novos participantes em 2019.

OBJETIVO 0251: QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

A elevação do número de contribuintes da Previdência Social está diretamente relacionada com a confiança que se tem no sistema previdenciário e por isso, algumas ações importantes foram implementadas e estão se consolidando, tais como: agilidade no reconhecimento de direitos, maior transparência na divulgação das contas da Previdência Social, investimento na qualificação de servidores, atendimento digital pelo aplicativo MEU INSS, a expansão da rede de atendimento e aperfeiçoamento e ampliação de programas de combate às fraudes previdenciárias. No âmbito dos RPPS em 2019, foram atendidas cerca de 3.600 solicitações e consultas por meio de um sistema unificados (GESCON), correspondentes a 72% de resolutividade.

OBJETIVO 0252: SUSTENTABILIDADE DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Em 2019, o tema sustentabilidade dos regimes previdenciários esteve em forte evidência, especialmente no tocante à perspectiva de garantia futura de honrar com os compromissos, no tocante a direitos dos cidadãos, na perspectiva do equilíbrio orçamentário-financeiro, culminando com alterações na Constituição Federal em processo de reforma do sistema. No Brasil, atualmente há uma situação de desequilíbrio nos Regimes Previdenciários Públicos (RGPS e RPPS), caracterizado por um resultado operacional negativo que leva a uma necessidade de recursos do orçamento fiscal, prejudicando a realização de outras políticas. A tabela abaixo ilustra que apenas o financiamento do RGPS consumiu 2,9% do PIB em 2019. Resultado do RGPS em 2019 (%PIB)

Para os RPPS, tem-se como fator relevante a necessidade de aprimoramento da gestão, com destaque para o Programa Pró-Gestão RPPS, de adequação de sua legislação à Emenda Constitucional n.º 103 de 2019, e de instituição

Composição	% PIB
INSS (déficit)	-2,9
Receita	5,7
Despesa	8,7

de planos de previdência complementar a esses. Na esteira do projeto de reforma do sistema previdenciário, e respectivos regimes, a SURPC realizou ações relativas à avaliação do sistema de capitalização para a Previdência e de aperfeiçoamento do RPC. Foi apresentada proposta de emenda à PEC nº 133/2019 acerca de autorização da inscrição automática de servidores públicos

nos planos de benefícios patrocinados por Entes Federativos, administrado por entidade de previdência privada e aprovadas propostas de resoluções no âmbito do CNPC sobre transparência, adequação à EC 103/2019 e sobre o aperfeiçoamento dos processos de certificação, habilitação e qualificação de dirigentes das EFPC. Entre os normativos emitidos pela Previc em 2019 para garantir a solvência das EFPC, destacam-se a Instrução nº 12, que estabeleceu procedimentos para seleção e monitoramento de prestadores de serviço de administração de carteiras de valores mobiliário e de fundo de investimento, a Instrução nº 13, que aperfeiçoou os procedimentos para certificação e habilitação de dirigentes, a Instrução nº 20, que dispõe sobre as Demonstrações Atuariais e os elementos mínimos que devem constar da Nota Técnica Atuarial dos planos de benefícios e portarias de aprimoramento do envio de informações pelas EFPC. O sistema tem apresentado consistente recuperação nos últimos períodos, de tal forma que os resultados positivos reverteram o resultado agregado do sistema para um superávit próximo a R\$ 3,5 bilhões, com cerca de 29,3 bilhões de déficit contra 32,8 bilhões de superávit, devido aos resultados dos investimentos e ao cumprimento dos planos de equacionamento de déficits. A liquidez do sistema permanece em patamar satisfatório. Ademais, constata-se que o risco de crédito é baixo e não representa ameaça à solidez do sistema.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os principais desafios do RGPS no período do PPA 2016-2019 foram a busca pela sua sustentabilidade e pela ampliação da cobertura. Outro desafio foi o encaminhamento, ao Congresso Nacional, da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 06, de 2019, que originou a Emenda Constitucional nº 103/2019. A medida representa a mais ampla reforma constitucional do sistema previdenciário realizada no período pós Constituição de 1988. A proposta adequa as regras brasileiras à mudança demográfica da população e assegurar um modelo de previdência que seja financeira e atuarialmente mais sustentável, assim como justo do ponto de vista social. Espera-se que, com o conjunto das medidas aprovadas, será possível reduzir a trajetória de crescimento insustentável da despesa previdenciária, possibilitando também condições para o crescimento da economia em bases sólidas, sustentáveis e de longo prazo. Para os RPPS, apesar da EC 103/2019 ter reformulado a forma das contribuições dos servidores ativos, aposentados e pensionistas e possuir regras de fortalecimento da fiscalização desses regimes, as regras de benefícios não são aplicadas automaticamente aos entes subnacionais, exigindo que sejam direcionados esforços para o incentivo às reformas locais e exigência do equilíbrio financeiro e atuarial. Com a EC e as alterações da norma geral desses regimes pela Lei nº 13.846/2019, há a necessidade de reformulação dos atos normativos existentes, adequação dos sistemas, regulação dos requisitos para gestão desses regimes e do processo disciplinar, além de reforço na capacidade operacional da SRPPS. Destaque também para a necessidade, com a nova regulação da compensação financeira ao final de 2019, de adoção de medidas para estruturar um mecanismo de operar as compensações previdenciárias entre regimes e a efetivação do conselho nacional de RPPS, como órgão regulador dos RPPS. Para os próximos anos, o principal desafio em relação ao sistema previdenciário brasileiro será a regulamentação das reformas aprovadas em 2019, e no tocante à previdência

complementar, entre outros, a implantação do RPC pelos entes federativos, o fomento do regime e a compatibilização e harmonização das regras nos segmentos aberto e fechado, com a finalidade de promover um sistema previdenciário justo e sustentável. O sistema de previdência complementar fechado está em fase de consolidação. As mudanças estruturais e conjunturais em andamento, que buscam aumentar a solidez e a credibilidade do sistema, representam maior exigência de capacidade operacional das entidades para a adequada gestão de recursos de terceiros. As medidas de natureza regulatória implementadas pela Previc para fortalecer as linhas de defesa do sistema trazem benefícios relevantes, mas também impactam os custos operacionais, com exigência de governança mais robusta, controles internos mais precisos, gestão de riscos adequada e transparência, dirigentes mais qualificados, trabalhos e reportes de auditoria externa específicos, comitês de auditorias nas EFPC, procedimentos contábeis e atuariais mais acurados, segregação patrimonial entre planos, entre outras. Apesar da satisfatória situação de liquidez e de solvência a curto e médio prazo, a perspectiva é que o ambiente econômico seja mais desafiador nos próximos anos, pois o cenário tende a ser mais volátil e a exigir maior diversificação na alocação de recursos. Além disso, as premissas atuariais necessitarão ser constantemente revisitadas, em especial em função do impacto do aumento da longevidade no setor associado a uma perspectiva de taxas de juros mais baixas. Para este fim, a Previc continuará aperfeiçoando seus processos de supervisão do desempenho das EFPC e respectivos planos de benefícios, com foco na qualidade das informações e no aprimoramento e tecnologia de prospecção e análise das informações financeiras e atuariais.

Tudo que envolve o INSS é superlativo. Trata-se da maior autarquia do país, responsável pela operacionalização do reconhecimento dos direitos no âmbito RGPS, que abrange mais de 50 milhões de segurados e 35 milhões de beneficiários, destinatários mensais de R\$ 49 bilhões. Igualmente superlativos são os desafios de gerir uma estrutura complexa, capilarizada, em um singular momento de transformação. O INSS distribui-se por todo o território nacional, por meio de aproximadamente 1.700 agências, contando com uma qualificada força de trabalho formada por 23 mil servidores, que buscam conferir qualidade no atendimento e excelência operacional. Ocorre que, em 2019, a aposentadoria de seis mil servidores impôs a necessidade de uma rápida e profunda transformação em todos os processos de trabalho, com foco na eficiência gerencial, na simplificação dos procedimentos, na valorização dos servidores e, especialmente, no respeito aos segurados. A fotografia, em janeiro/2019, apresentava um preocupante cenário de crescimento gradativo do número de novos requerimentos (quase um milhão por mês) e, ao mesmo tempo, significativa perda da capacidade de resposta, provocando acúmulo de processos e atraso na resposta ao segurado. Paralelamente, também exigiam pronta atenção a significativa judicialização da previdência (6 mil novas ações judiciais por dia), a alta incidência de irregularidades no pagamento de benefícios (quase três milhões de processos com indícios) e a premente necessidade de modernização da gestão administrativa da autarquia. Para responder a esses desafios, três grandes “Estratégias” foram planejadas: a Estratégia Nacional de Atendimento Tempestivo, a Estratégia Nacional Integrada para Desjudicialização da Previdência Social e a Estratégia Nacional Antifraude Previdenciária. Ademais, duas ações transversais foram priorizadas

e vêm sendo implementadas de forma estruturada: a transformação digital da autarquia e a melhoria de seu processo de gestão, que darão suporte e exequibilidade ao conjunto de medidas concretas abarcado pelas Estratégias. O projeto de transformação digital do INSS busca gerar mais comodidade ao cidadão, permitindo-lhe acessar praticamente todos os serviços previdenciários de forma remota; franquear ao INSS condições de aprimorar e otimizar a gestão dos recursos humanos de que dispõe; e garantir mais segurança e higidez aos processos internos de combate a irregularidades na concessão e manutenção de benefícios. Os resultados já podem ser observados. Assim, 90 dos 96 serviços do INSS foram disponibilizados de forma digital e remota. Hoje, os requerimentos formulados por meio dos canais remotos responderam por 90% de todas as solicitações endereçadas ao Instituto, enquanto apenas 10% do total de pedidos foi apresentado presencialmente, em uma das agências físicas do Instituto. Essa é uma revolução na forma de relacionamento do cidadão com o INSS. Nesse mesmo período, registrou-se o menor prazo de espera do agendamento de sua história: apenas 7 dias (há dois anos eram 70 dias). A produtividade global na análise de requerimentos cresceu de 680 mil análises em janeiro para 1,08 milhão de análises em outubro. Nesse mesmo contexto, a produtividade dos servidores mais que dobrou se compararmos os servidores que estão no Programa de Gestão criado – Teletrabalho com os que não estão. Há um relevante esforço para cessação dos pagamentos indevidos, identificação da origem das irregularidades e desenvolvimento de medidas mais eficientes de controle prévio, capazes de evitar o surgimento de novos desvios. Em sincronia com esse objetivo, encontra-se em execução a Estratégia Nacional Antifraude Previdenciária, que consolidará uma série de medidas a serem adotadas na autarquia visando ao estabelecimento de uma dinâmica permanente, estruturada e sustentável de combate às irregularidades. Enfim, o balanço que se apresenta demonstra de maneira consolidada as estratégias e o amplo leque de ações estruturadas que vêm sendo adotadas para tornar a gestão do Instituto mais eficiente.

PROGRAMA 2062

PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

O Programa “Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes” materializou as políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da criança e do adolescente no período 2016-2019. Tal missão é executada pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA).

Conforme avaliação do Ministério, todas as metas afetas a este Programa Temático foram alcançadas, com destaque para aquelas diretamente vinculadas ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), tais quais: “Articular ações de educação aos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente”; e “Estruturar e articular ações intersetoriais para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares”.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa não possui indicadores, tampouco metas quantitativas. Porém, com base no planejamento estratégico institucional, foram definidas metas orientadoras das políticas para crianças e adolescentes, das quais listamos algumas a seguir:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA CÁLCULO	DE METAS 2019	RESULTADO 2019 TOTAL
Fomentar o gerenciamento das informações cadastrais e do perfil dos segmentos de direitos humanos	Relatório anual do PPCAAM	Relatório entregue	1	1
Intensificar a educação em direitos humanos e a cultura de valorização da família, com foco na proteção e inclusão	Quantidade de crianças e adolescentes capacitadas para o uso consciente de tecnologia, através de websérie e guias.	Número de crianças e adolescentes capacitados	5.000	200

Intensificar a educação em direitos humanos e a cultura de valorização da família, com foco na proteção e inclusão	Capacitações gerais SNDCA (Atores do sistema SGD, adolescentes, lideranças comunitárias, PPCAAM, etc)	Número de pessoas capacitadas	1.350	5.035
Promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e excelência	Conselheiros capacitados	Número conselheiros capacitados por módulo/ano	7.200	4.953
Aperfeiçoar os mecanismos de proteção e defesa à vida de testemunhas, de vítimas, de defensores dos direitos humanos e de crianças e adolescentes ameaçados	Índice de pessoas protegidas através do PPCAAM	nº de protegidos/nº total de inseridos*100	100	100
Aperfeiçoar os mecanismos de proteção e defesa à vida de testemunhas, de vítimas, de defensores dos direitos humanos e de crianças e adolescentes ameaçados	Índice de estados participantes do PPCAAM	nº de estados contemplados/27*100	59	59

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No exercício de 2019, merece destaque a implantação do Programa Criança Protegida no estado de Rondônia, com a formação de mais de 540 profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios do estado.

Destaca-se abaixo, mais resultados relevantes relacionados à política nacional, tendo como fonte os dados do Sistema Integrado de Gestão – SIG/SNDCA:

- Capacitações gerais SNDCA (Atores do sistema SGD, adolescentes, lideranças comunitárias, PPCAAM, etc);
- Capacitação de crianças e adolescentes para o uso consciente de tecnologia, através de websérie e guias;
- Adesão ao Sistema SIPIA CT - Sistema de Informações para Criança e Adolescente - Formação de 6.000 Conselheiros de Direito e Tutelares;
- Fortalecimento dos conselhos tutelares com kits de equipagem (os Kits são formados por equipamentos fundamentais ao funcionamento e atuação do Conselho Tutelar. O kit completo é composto por um veículo, cinco computadores, uma impressora, um refrigerador, um bebedouro, uma cadeira para automóvel para transporte de crianças, uma TV Smart e um ar-condicionado portátil. Já o kit acessório é composto por uma cadeira para automóvel para transporte de crianças, uma TV Smart e um ar-condicionado portátil):

Quantidade de conjuntos de equipagem entregues - 578

Quantidade de municípios atendidos - 576

Ainda em 2019, foi concluído o levantamento e diagnóstico dos materiais de divulgação e capacitação existentes do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro - PAIR. Como resultado, foram desenvolvidos materiais didático-pedagógicos de divulgação e capacitação do PAIR junto a atores e gestores municipais e estaduais do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, composto por cartilhas de orientação e explicação, cartaz infográfico com a proposta do programa e jogo de cartões educativos.

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIREITOS VIOLADOS OU RESTRITOS

Em 2019, o Programa Criança Protegida teve a adesão dos estados de Rondônia, na região norte do Brasil, e de Santa Catarina, na região sul. A meta para os próximos 12 meses é que o Programa seja realizado em mais cinco estados brasileiros, a depender da adesão dos interessados.

Entre os objetivos, estão o comprometimento dos entes federativos com o enfrentamento de violações de direitos de crianças e adolescentes, maior assertividade na identificação de casos de violação de direitos, melhoria qualitativa de dados e fortalecimento da rede de proteção a crianças e adolescentes.

Também foram capacitados mais de 3 mil profissionais do Sistema único de Assistência Social - SUAS e do Sistema Socioeducativo em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e Fechado.

A seguir, destacam-se outros resultados relevantes do exercício de 2019:

- Proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte;
- Participação de Estados do PPCAAM;
- Relatório sobre protagonismo cultural de crianças e adolescentes;
- Ampliação da base de dados do sistema nacional de informações do SINASE;
- Realização da campanha nacional maio laranja em 18 de maio, com vistas ao combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A campanha reforçou a linha direta para denúncia de abusos: o Disque 100;
- Consolidação da política nacional de acompanhamento aos egressos do sistema socioeducativo;
- Ampliação dos convênios de cofinanciamento para implantação de programas de atendimento às medidas socioeducativas de internação e semiliberdade;
- Consolidação dos parâmetros nacionais de segurança socioeducativa;
- Diagnóstico georreferenciado quantitativo e qualitativo de crianças em situação de rua e pais encarcerados; em acolhimento institucional e acolhimento familiar;
- Participação na coordenação colegiada da Agenda Intersetorial do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (consiste na mobilização dos estados e municípios de maior incidência de trabalho infantil para construção de uma agenda de enfrentamento);
- Participação no Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI;
- Participação na Comissão Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI;
- Articulação de redes para enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes nas regiões de fronteira, com foco na integração das ações entre os países que fazem fronteira com a Região Norte e Centro Oeste do Brasil.
- Articulação e capacitação de gestores e profissionais que atuam em 05 (cinco) municípios de fronteira para uma atuação em rede no contexto das ações de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, em suas diferentes especificidades e demandas, contribuindo para sua inserção pessoal, familiar, social e produtiva.

No período de vigência do PPA 2016-2019 houve resultados consideráveis, entre eles, merece destaque a disponibilização de 369 veículos a Conselhos tutelares.

Houve também a Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes. O Brasil foi aceito como membro da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, iniciativa liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que reúne governos de diferentes países, organizações internacionais, sociedade civil, entre outros grupos.

O objetivo dessa estratégia internacional é contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente para o que propõe acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

Mais uma medida de alcance social foi a instituição da Política Nacional de Trabalho no Âmbito do Sistema Prisional, visando ampliar e qualificar a oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas que saíram do sistema prisional.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

A proteção dos direitos da criança e do adolescente também será ampliada em 2020, com a continuidade do Programa Criança Protegida (PCP), instituído em 2019, que tem por objetivo qualificar os agentes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e, assim, aprimorar o atendimento, a assistência e a proteção da criança e do adolescente com direitos violados.

Para 2020, também o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) terá avanços, buscando-se um maior número de estados associados.

De forma transversal, foram iniciadas ações como a campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo”, lançada no dia 03 de fevereiro pelos Ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e da Saúde (MS). A proposta tem o objetivo de reduzir os altos índices de gravidez na adolescência que, no Brasil, estão 50% acima da média mundial. A cada mil meninas, 46 se tornam mães adolescentes. Na América Latina, o índice é de 65,5. Já no Brasil, o número sobe para 68,4. Atualmente, mais de 434,5 mil adolescentes se tornam mães por ano no país.

O MMFDH planeja desenvolver em 2020, por iniciativa de sua Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR), projetos e ações que efetivamente promovam a igualdade étnica na sociedade, a começar pelas escolas, alcançando crianças e adolescentes. A pauta visa combater o racismo no ambiente escolar.

Outro projeto transversal voltado para crianças, em 2020, é a realização de um estudo a respeito do infanticídio indígena. A prática, que ainda ocorre em algumas aldeias brasileiras, consiste em sacrificar crianças que, porventura, nasçam ou desenvolvam alguma doença “desconhecida” ou deficiência física, gêmeos e filhos de mães solteiras.

A meta é levantar dados estatísticos sobre essa prática, que possibilitem o desenvolvimento de ações de prevenção, enfrentamento e combate ao infanticídio nas aldeias.

Com o lançamento do programa Abrace o Marajó, realizado no dia 03 de março de 2020, espera-se eliminar o abuso e a exploração sexual de crianças na região do arquipélago. Além disso, políticas como o Sistema Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio e as ações contra a exploração e abuso de crianças e adolescentes seguirão como itens relevantes da pauta do Ministério.

PROGRAMA 2063

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Dentre os objetivos do Programa 2063, o que alcançou melhores resultados foi o de “Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança”, com destaque para a regulamentação de artigos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI, no campo de acessibilidade; a realização periódica de fóruns de políticas públicas para pessoas com deficiência, canal de diálogo entre o governo e a população, de forma a mapear os maiores desafios e anseios das pessoas com deficiência, bem como ouvir sugestões e propostas de políticas públicas; a validação técnico-científica de instrumento de avaliação biopsicossocial da deficiência para políticas públicas, para atender ao novo paradigma conceitual da deficiência estabelecido pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; e em fase final, a equipagem de 40 Conselhos Municipais/Estaduais de Direitos das Pessoas com Deficiência.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Durante o PPA 2016-2019 o MMFDH, por meio de sua Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNDPD, apresentou como resultados a celebração de 11 convênios com órgãos Estaduais e Municipais com o objetivo de criar Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência ou fortalecer os existentes com a aquisição equipamentos e realização de cursos de capacitação dos conselheiros.

O valor gasto com essa ação, entre 2016 e 2019, foi superior a R\$ 1,7 milhão, provenientes de emendas parlamentares individuais. Em 2019 foram celebrados 2 convênios para ampliar o intercâmbio de boas práticas na promoção de direitos de pessoas com deficiência, com o Município de Tiete/SP e outro com o Estado de Roraima.

Além dos convênios celebrados, foi concluído processo licitatório no valor de R\$ 899.957,53 para aquisição de equipamentos de informática e bens mobiliários que beneficiarão, aproximadamente, 54 Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência. Destacamos ainda a meta “Implantar o Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências”, o qual possibilitará eficiência e harmonia na avaliação da deficiência, necessárias em diversas políticas públicas. A implantação de um modelo único da avaliação vem sendo discutida no âmbito do Governo Federal desde 2007, quando foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) pela Presidência da República com o objetivo de “avaliar o modelo de classificação e valoração das deficiências utilizado no Brasil e definir a elaboração e adoção de um modelo único para todo o país”.

Dessa forma, para instituir o modelo único de avaliação da deficiência, foi criado o Comitê do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência da Avaliação Unificada da Pessoa com Deficiência através do Decreto não numerado, de 27 de abril de 2016, e, em seguida, pelo Decreto nº 8.854, de janeiro de 2017.

Em apoio às atividades do Comitê, em janeiro de 2017, a SNDPD assinou uma Carta Acordo com a Universidade de Brasília – UnB e com a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional celebrado com a Organização dos Estados Ibero-Americanos – OEI, com o objetivo de executar o projeto “Implantação do Modelo Único de Avaliação e Valoração da Deficiência: uma análise do processo de validação do Índice de Funcionalidade Brasileiro – IFBr pelas Políticas Sociais Brasileiras”.

Em síntese, a UnB realizou uma pesquisa de validação do instrumento único que será implantado para avaliação e valoração da deficiência, cujos resultados constam no relatório técnico e analítico final (Produto 11), que foi entregue em novembro de 2019, e foram apresentados no seminário “Quebrando Barreiras”, ocorrido em dezembro de 2019 na Câmara dos Deputados.

A próxima etapa para a implantação do modelo único de avaliação e valoração da deficiência é a criação de uma base de dados com informações relativas à pessoa com deficiência que vem sendo chamada de “cadastro inclusão” – prevista para o ano de 2020.

Cabe esclarecer que a despeito do programa não possuir indicadores e as metas quantitativas serem dissonantes das atuais diretrizes do Ministério, procurou-se orientar as políticas a partir de indicadores do planejamento estratégico institucional.

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	METAS 2019	RESULTADO 2019 TOTAL
Índice de capacitação sobre direitos das pessoas com deficiência patrocinados pelo MMFDH (cursos lançados)	Critério 1: nº de cursos lançados (cumulativo)	4	2
Índice de capacitação sobre direitos das pessoas com deficiência patrocinados pelo MMFDH (pessoas capacitadas)	Critério 2: nº de pessoas capacitadas (cumulativo)	28.000	44.000
Percentual de artigos da Lei Brasileira de Inclusão - LBI regulamentados	Nº de artigos regulamentados / Nº de artigos que necessitam de regulamentação * 100 (cumulativo)	42%	33%

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Para atender ao objetivo 0442 (Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança), a SNDPD também tem atuado na regulamentação dos artigos da Lei Brasileira de Inclusão.

Para o aprimoramento do marco legal afeto aos direitos das pessoas com deficiência, foi instituído um Grupo de Trabalho no âmbito da SNDPD, através da Portaria MMFDH nº 15, de 30 de janeiro de 2019, com o objetivo de dar maior celeridade na regulamentação dos dispositivos da Lei Brasileira de Inclusão - LBI.

Além da regulamentação da LBI, o Grupo de Trabalho também tem discutido a revisão de outros normativos que dependem de implantação e da regulamentação do modelo único de avaliação e valoração da deficiência. Assim, cabe informar que neste ano foram regulamentados os artigos 51 e 52 da Lei nº 13.146, de 2015, através da publicação do Decreto nº 9.762, de 11 de abril de 2019, que dispõe sobre "as diretrizes para a transformação e a modificação de veículos automotores a fim de comporem frotas de táxi e de locadoras de veículos acessíveis a pessoas com deficiência".

Ainda no âmbito do acompanhamento do aprimoramento do marco legal, a SNDPD se manifestou ao longo de 2019 a respeito de diversos projetos de leis elaborados por parlamentares, referentes aos direitos da pessoa com deficiência. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que um dos maiores desafios colocados para esta Secretaria tem sido disseminar junto à população o novo conceito de deficiência trazido pela Convenção e pela LBI.

Essa dificuldade de compreensão do novo conceito de deficiência tem sido percebida nos projetos de leis analisados recentemente, pois verifica-se que diversos deles ainda se pautam na visão fragmentada sobre deficiência e quase sempre são voltados aos interesses de grupos específicos, em detrimento de uma concepção mais ampla abrangida pelo modelo biopsicossocial.

Dessa forma, com a implantação do modelo único de avaliação pautada no modelo biopsicossocial, a proposta é que todos os grupos sejam abarcados para fins de acesso aos benefícios e serviços previstos pelas diversas políticas públicas.

Para o cumprimento da meta de consolidação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência, em 2019, 8 conselhos foram fortalecidos (convênios formalizados em 2019):

- 2 Convênios celebrados e 1 licitação realizada – Estado de Roraima – criação, implantação e aquisição de equipamentos para 06 (seis) conselhos nos municípios de Cantá, Iracema, Rorainópolis, Caracaraí, Pacaraima e Alto Alegre e fortalecimento do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE/RR) (total 7 conselhos beneficiados).

Público alvo: aproximadamente 90 (noventa) mil pessoas com deficiência com a estruturação do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência - COEDE e com a implantação dos 06(seis) Conselhos

Municipais, serão beneficiadas: Cantá (3.809 pessoas), Iracema (2.124 pessoas), Rorainópolis (5.728 pessoas), Caracaraí (3.975 pessoas), Pacaraima (2.065 pessoas) e Alto Alegre (1.965 pessoas).

Município do Tiete: fortalecimento do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência por meio da aquisição de 2 veículos adaptados - Equipagem.

Em relação aos dados dos convênios em 2018, foram 32:

- Aquisição de Equipamentos para os Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (11 Conselhos beneficiados nos municípios de Teresina, Campo Maior, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Regeneração, São João do Piauí, São Raimundo Nonato e Uruçuí);
- Criação e implantação do Conselho Municipal dos Direitos para Pessoas com Deficiência no Município de Porto Real do Colégio – AL (1 conselho beneficiado);
- Fortalecimento das ações do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/PI (1 conselho beneficiado);
- Estruturação e Fortalecimento de Conselhos Municipais de Direitos da Pessoa com Deficiência, no Estado da Bahia - Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social/BA (10 Conselhos beneficiados nos municípios de Anagé; Condeúba; Encruzilhada, Guajeru; Maetinga; Malhada; Malhada de Pedras; Planalto; Presidente Jânio Quadros e Poções);
- Capacitação de conselheiros/as e lideranças em implantação e fortalecimento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência na região sul do país - Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habilitação de Santa Catarina/SC – 180 pessoas beneficiadas;
- Aquisição de equipamentos e capacitação dos conselheiros estaduais de Alagoas - Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – Semudh/AL (6 Conselhos beneficiados – Conselho Estadual e 5 municipais em Maceió, Arapiraca, Campo Alegre e Delmiro Gouveia);
- Aquisição de Equipamentos para o Conselho Estadual de Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado do Tocantins (1 conselho beneficiado);
- Aquisição de veículo acessível (adaptado) para estruturação do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONEDE/AC (1 conselho beneficiado);
- Estruturação da Rede de Serviços para Pessoas com Deficiência através da aquisição de um veículo adaptado para o município de São Gonçalo do Piauí (1 conselho beneficiado).

ACESSIBILIDADE E EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Para o objetivo 0736 (Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade), ressaltamos a publicação da 2ª edição do *Manual de*

Adaptações de Acessibilidade (MDH, 2018), com informações e instrumentos voltados aos gestores dos prédios da administração pública federal, com o objetivo de diagnosticar a situação de acessibilidade das edificações públicas e permitir a elaboração de planos de trabalho com metas progressivas de correção dos problemas diagnosticados.

Destacam-se ainda os cursos de Introdução à Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, nas modalidades presencial e EaD, desenvolvidos em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Destacamos que, neste ano de 2019, foram realizados seminários e fóruns temáticos com a participação de gestores estaduais e municipais, representantes da sociedade civil e segmentos da iniciativa privada com o objetivo de discutir e colher informações sobre os diversos temas que envolvem a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, fora as reuniões ordinárias do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, que também ocorreram rotineiramente ao longo do ano.

Contudo, como destacado ao longo do monitoramento do PPA, a SNDPD também promove iniciativas diretas junto aos municípios com a descentralização de ações por meio de parcerias com o poder público municipal e com organizações da sociedade civil, como as iniciativas para o fortalecimento da rede de conselhos e a equipagem de instituições que prestam serviços às pessoas com deficiência. A título de exemplo, destacamos os 2 termos de fomento celebrados em 2019 com as APAEs de Ribeirão Preto e Taiaçu - SP, que possibilitarão a melhoria dos serviços de habilitação e reabilitação ofertados para as pessoas com deficiência daquela região, com aquisição de novos equipamentos e mobiliários para as instituições.

Em 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos vai lançar o projeto “Brasil Inclusão”. A iniciativa incluirá regulamentações, plataforma de cadastro único, medidas no campo de empregabilidade, entre outras ações em benefício dessa população.

Desde 2015, quando a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) foi sancionada, há uma expectativa de que a avaliação biopsicossocial da deficiência seja implantada. O método finalmente ganhará forma com por meio do “Brasil Inclusão”.

A partir da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o conceito de deficiência passou do modelo biomédico, centralizado na doença e nas limitações do corpo, para o modelo biopsicossocial, que também compreende barreiras socioeconômicas, ambientais e atitudinais.

A LBI, em seu artigo 92, prevê a criação do Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência. O objetivo é que haja um registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas, que permitam a identificação e a caracterização

socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a efetivação de seus direitos.

Pensando nisso, será criada uma plataforma digital, na qual as pessoas com deficiência poderão ser cadastradas. Mais do que mapear o exato número de pessoas com deficiência no país, o cadastro pretende possibilitar a identificação dessas pessoas para eliminar a burocracia relacionada ao acesso às políticas públicas, entre outras situações que dificultam a garantia dos direitos previstos por lei.

Entre as ações propostas estão estudos e pesquisas para identificar medidas para ampliar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, envolvendo empresas e funcionários com deficiência. O objetivo é assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, com vistas à sua inclusão social e ao exercício da cidadania.

PROGRAMA 2064

PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, a despeito de não possuírem conteúdo único, servem de norte para a realização dos objetivos do Estado referentes às liberdades individuais e aos direitos coletivos em sentido amplo, tais como: sociais, econômicos e culturais. Também as políticas públicas precisam ser norteadas por esse mesmo objetivo. Nesse sentido, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) tem pautado suas ações.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Os indicadores do programa, ainda que, em grande parte, estejam fora da governabilidade do Ministério, demonstraram evolução significativa. Os dois indicadores mais relacionados às atribuições do Ministério seriam o “Proteção a Defensores de Direitos Humanos” e o “Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas”. Em 2019, cerca de 1,1 mil pessoas foram atendidas por estas políticas públicas.

O Programa Federal de Assistência e Proteção às Vítimas e Testemunhas (Provita) foi criado pela Lei nº 9807/99 e completou 20 anos em julho de 2019.

A estratégia de proteção e a atuação conjunta do Estado e da sociedade beneficiaram, ao longo desse tempo, mais de 10 mil pessoas, evitando que fossem localizados por seus algozes, demonstrando assim a efetividade e a eficácia desta política pública.

Atualmente, o Provita atende cerca de 500 pessoas em todo o país. Desde sua criação, nenhum dos incluídos teve as ameaças contra eles concretizadas. O programa também fornece apoio psicológico, social e jurídico, inclusive para o acompanhamento do caso em que o usuário colabora com a Justiça. Em 2020, pretende-se ampliar o número de vagas do programa e aperfeiçoar suas regras, com a elaboração de um novo modelo de transferências, novas garantias de proteção e com a possibilidade de acordo.

O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), executado a partir de 2004, visa proteger lideranças que defendem direitos humanos que estão ameaçadas e precisam, necessariamente, permanecer nos locais onde atuam mantendo sua voz ativa.

Apesar do significativo desafio de viabilizar tal proteção, não se registra ocorrência de mortes de protegidos relacionadas à sua atuação. O programa atua no atendimento e acompanhamento dos casos em situação de risco e ameaça em todo território nacional, conforme previsto no Decreto nº. 9.937 /2019 e no Decreto nº 6.044/2007, que estabelece a Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PNPDDH).

Atualmente, o PPDDH acompanha 645 defensores de direitos humanos em todo o país. Dos 645 acompanhados, 203 estão protegidos pelo programa federal, sendo que 20 foram incluídos durante o ano de 2019.

FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Destacam-se algumas iniciativas de promoção realizadas no exercício de 2019:

I - Semana alusiva ao Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (Lei 11.635/2007) e ao Dia Mundial da Religião (21 de janeiro) - participação em eventos com momentos de celebração pelo respeito à liberdade de religião ou crença, reafirmando compromissos de solidariedade junto às religiões e crenças que enriquecem a construção nacional brasileira. Como exemplo, houve a participação do Ministério durante o Ato Inter-religioso no Terreiro Ile Axé Oya Bagan, da Mãe Baiana (16 de janeiro, Paranoá/DF); assim como a assinatura de Nota Pública pela Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e pelo Secretário Nacional de Proteção Global, Sérgio Queiroz. Apoio institucional para a realização de Roda de Conversa sobre Intolerância Religiosa (21 de janeiro, no ParlaMundi da Legião da Boa Vontade); e participação no Encontro da Diversidade Religiosa, no auditório da Federação Espírita Paraibana (21 de janeiro, João Pessoa/PB);

II - Participação da delegação brasileira, entre os dias 16 e 18 de julho de 2019, no Segundo Encontro Ministerial para o avanço da Liberdade Religiosa, em Washington D.C., a convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos, cujo objetivo foi fortalecer o diálogo sobre os desafios, formas concretas de enfrentamento da perseguição religiosa e da discriminação, além da proposição de ações efetivas para garantia de maior respeito à liberdade de religião ou crença. O evento reuniu cerca de mil líderes religiosos e da sociedade civil e mais de 100 delegações estrangeiras.

III - Diálogos com a Diretoria de Promoção dos Direitos LGBTs - DPLGBT para a construção de ações transversais;

IV - Diálogos com o Departamento Penitenciário Nacional (Depen) sobre Assistência religiosa nas Unidades Prisionais;

V - Foram realizadas reuniões de recepção por demanda de representantes da Igreja Adventista, da Fé Bahá'í, e das Testemunhas de Jeová;

VI - Diálogos com líderes e representantes de diversas Igrejas Cristãs Brasileiras visando apresentar o cenário de discriminação e violência religiosa contra as religiões de matriz Africana. Na ocasião, foi apresentado a esses líderes o conjunto da evidência de que essas religiões são as mais discriminadas no Brasil, e a evidência de que cristãos compõem uma parcela significativa dos ofensores da liberdade de religião ou crença, de culto e do direito à não-discriminação. A Estratégia da SNPG prevê, portanto, para o ano de 2020 edições de diálogos com representantes das mais diversas religiões e crenças;

VII - Celebração de Termo de Execução Descentralizada nº 4/2019, entre a Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), visando a elaboração e publicação de um manual de boas práticas, com recomendações gerais e recomendações específicas para diferentes áreas do serviço público, sobretudo para a melhor compreensão do tema da liberdade de religião e convicções, e a realização de ações de aprendizagem, cujas áreas prioritárias para as ações incluem o Serviço Público em Geral, o Sistema Carcerário, a Educação Pública, a Saúde Pública, a Segurança Pública e os colegiados;

VIII - Em curso a criação do Comitê Nacional da Liberdade de Religião ou Crença no âmbito do MMFDH, com a finalidade de viabilizar a articulação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com outros órgãos e entidades para o reconhecimento do direito à liberdade religiosa, a promoção do respeito às diferentes crenças e convicções, e a preservação do padrão constitucional brasileiro de laicidade, bem como para subsidiá-lo na formulação e proposição de diretrizes de ação e na implementação de planos, programas e projetos relacionados ao respeito às diferentes crenças e convicções, à liberdade de culto e à laicidade do Estado; e

IX - Encaminhamento de expediente à Ouvidoria do MMFDH visando um detalhamento na árvore de questões disponibilizadas ao público via Disque 100, de modo a explicitar os casos de violação de liberdade de religião ou crença.

Em relação aos itens III e IV, no dia 05 de fevereiro, o Ministério publicou relatório inédito sobre o tratamento dispensado às pessoas integrantes da população LGBT nas prisões do país. Chamado de “LGBT nas prisões do Brasil: Diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, o documento é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG).

Este primeiro diagnóstico, desenvolvido e coordenado pelo Departamento de Promoção de Direitos LGBT, apresenta dados oficiais inéditos que nunca foram produzidos e/ou publicados no Brasil. Durante 10 meses, um consultor percorreu os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal (DF) visitando ao menos uma unidade prisional por unidade da Federação.

Em cada estado, foram priorizadas as prisões que contam com celas, alas ou pavilhões reservados para a população LGBT. Nos estados que não dispõem desse tipo de política institucional, foram priorizadas as unidades que contavam com o maior número de LGBTs previamente mapeados pelas respectivas Secretarias de Administração Penitenciária.

Com esses dados, é possível propor um protocolo de procedimentos institucionais, de segurança e de atenção às especificidades da população LGBT. Também é possível produzir dados oficiais qualificados inéditos sobre a população LGBT nas prisões, gerando subsídios confiáveis para orientar políticas públicas futuras. Segundo o Especialista Independente

da ONU na proteção contra a violência e discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero, Sr. Victor Madrigal-Borloz, não há relatos de projetos como este em nenhum país do mundo, evidenciando assim um empenho na busca por garantia de direitos.

Na próxima etapa, o Departamento de Promoção dos Direitos LGBT trabalhará na elaboração e edição de uma Portaria Interministerial, com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, para regulamentação das Alas ou Celas para LGBTs. O link para acesso ao material produzido é: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-/fevereiro/TratamentopenaldepessoasLGBT.pdf>

PROTEÇÃO A PESSOAS E COMBATE À TORTURA E AO TRABALHO ESCRAVO

No Brasil, os números da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo mostram que, de 1995 até o momento, mais de 54.000 (cinquenta e quatro mil) trabalhadores foram resgatados de situações de trabalho escravo, o que torna o Brasil referência internacional no enfrentamento a essa grave violação à dignidade humana.

A construção de um pacto nacional interfederativo sobre o tema veio ao encontro da necessidade de se dar maior concretude à política de combate ao trabalho escravo e à sua peculiaridade de ser descentralizada e dependente da ação de diferentes órgãos e entidades estatais, além da sociedade civil organizada, guardando consonância ainda com o II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (II PNETE), que tem como uma de suas metas principais o fortalecimento institucional das estruturas estatais voltadas à erradicação do trabalho escravo.

Após o ano de 2017, quando iniciamos as articulações, obtivemos a adesão de 24 (vinte e quatro) estados, o que resultou até o momento na criação de 5 (cinco) novas Coetrases (Comissões Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo) - PR, RO, AM, AC e DF e na criação de 3 (três) novos Planos Estaduais para Erradicação do Trabalho Escravo - CE, PA e MA.

No ano de 2013, o Brasil aprovou a Lei nº 12.847/13 que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT), criou o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e o Mecanismo Nacional de Prevenção e à Tortura (MNPCT). O Mecanismo Nacional tem como função precípua a prevenção e o combate à tortura a partir de visitas regulares previstas em planejamento anual, elaboração de relatórios com recomendações propostas aos órgãos competentes e de notas técnicas. Ademais, as(os) peritas(os) do MNPCT têm autonomia e independência de posicionamento e opinião no exercício de suas funções.

Assim, em consonância ao que dispõe a Lei nº 12.847/13, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) assinou, no dia 13 de agosto de 2019, a Declaração de adesão ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT).

CANAIS DE ESCUTA E ACOLHIMENTO

A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) realizou 125.352 atendimentos pelo Disque Direitos Humanos – Disque 100 no primeiro semestre de 2019. Em comparação ao mesmo período do ano passado, a ouvidoria registrou um aumento de 19,12% de denúncias pelo canal. O balanço geral foi divulgado no dia 11 de novembro.

Fazem parte dos números as ligações que geram novas denúncias (76.529), as respectivas complementações (11.548) e os atendimentos especializados (9.253). O serviço de disseminação de informações sobre direitos humanos gerou 24.977 registros no primeiro semestre. Pouco mais de 1% dos atendimentos (2.895) foram redirecionados à Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180.

Sobre violações contra pessoas LGBT, a ouvidoria registrou, no primeiro semestre de 2019, 513 denúncias. Destas, 74,98% são referentes à discriminação, seguida por violência psicológica – que consiste em xingamentos, injúria, hostilização, humilhação, entre outros (com 72,22%) – violência física (36,67%) e violência sexual (8,89%). Dentre as denúncias de discriminação, os números que mais despontam mostram a discriminação por orientação sexual (89,85%), identidade de gênero (17,51%) e religiosa (3,55%).

Por fim, o Disque 100 recebeu 1.988 denúncias classificadas como “outras violações” durante o ano 2019. A categoria inclui trabalho escravo, tráfico de pessoas, violência policial e contra policiais, tortura, conflitos agrários e fundiários urbanos, xenofobia, apologia e incitação ao crime contra a vida, neonazismo, violência contra comunicadores sociais, dentre outras violações que não possuem público específico. Em comparação com o ano anterior, a categoria obteve um aumento de 13,66%.

Dentre os tipos de violações registrados estão: violência institucional (59,57%), tortura, outros tratamentos e penas cruéis (46,16%), negligência (42,77%), violência física (42,45%), direito à memória e à verdade (40,26%), violência psicológica (37,96%), outras violações (4,82%), discriminação (3,39%), abuso financeiro e econômico (3,06%), violência sexual (2,15%), trabalho escravo (0,91%), tráfico de pessoas (0,33%) e exploração do trabalho infantil (0,07%).

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Para 2020, a SNPG planejou diversas ações como, por exemplo, a otimização do módulo Discriminação Religiosa, do Disque Direitos Humanos, o Disque 100. O Ministério também promoverá diálogos de promoção e educação da liberdade de religião ou crença com a participação de católicos, protestantes, testemunhas de Jeová, espíritas, religiões de matriz africana, mórmons, muçulmanos, budistas, entre outros.

O MMFDH também está se articulando com o Ministério da Educação (MEC) para incorporar a liberdade de religião ou crença, o pluralismo e a tolerância como temas de ensino religioso para a educação básica.

Internacionalmente, o Ministério planeja a contratação de consultorias para revisar a metodologia do Relatório de Violência e Intolerância Religiosa no Brasil (RIVIR), elaborar pesquisa sobre a percepção do brasileiro a respeito da liberdade de religião ou crença e realizar balanço específico dos dados do Disque 100, módulo Discriminação Religiosa.

A secretaria prevê, ainda, a publicação de cartilhas sobre o direito à liberdade de religião ou crença para públicos alvos contemplados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; o lançamento de uma campanha institucional sobre o tema; e a criação de um curso à distância sobre liberdade de religião ou crença na plataforma virtual do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC_DH).

PROGRAMA 2065

PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

A Fundação Nacional do Índio – Funai, conforme registro abaixo das atividades executadas no exercício de 2019, conseguiu atingir a maior parte de seus compromissos no desenvolvimento do Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

Foi possível desenvolver ações prioritárias para grupos em situação de vulnerabilidade, tais quais crianças e jovens em situação de afastamento do convívio familiar, fomentar atividades de geração de renda, particularmente aquelas que contribuíram para o manejo sustentável dos territórios tradicionalmente ocupados, bem como dar continuidade a atividades que contribuem para a regularização dos territórios indígenas, ação fundamental para garantia do direito constitucional da posse plena.

Outrossim, cabe mencionar como destaque do presente exercício a atuação da Funai em apoiar a divulgação e reflexão sobre a centralidade das línguas indígenas para reprodução física e cultural destes povos. Atuação que contou com o apoio de organismos internacionais e outras instituições públicas de ensino e de patrimônio cultural brasileiro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

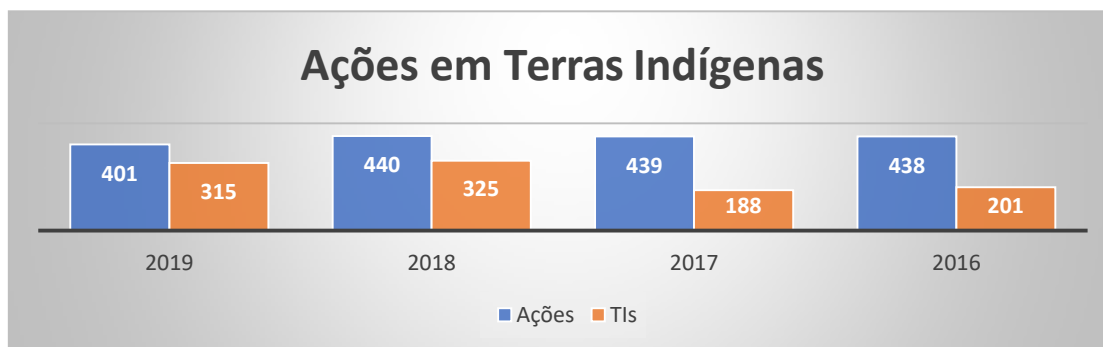
Os principais resultados do Programa 2065 foram:

Das ações educativas comunitárias, identificadas como educação não formal, foram apoiadas 26 iniciativas voltadas à valorização das línguas, culturas, conhecimentos, saberes e práticas, próprios aos povos indígenas, bem como 18 ações de Revitalização de Línguas Indígena e 96 ações relacionadas às questões de gênero, assuntos intergeracionais e participação social. A Funai atuou ainda nas demandas que envolvem crianças e jovens indígenas em risco ou situação que culmine em afastamento do convívio familiar e comunitário.

No que tange ao licenciamento ambiental, a Funai se manifestou, com o objetivo de buscar garantir o adequado acompanhamento em processos de empreendimentos passíveis de afetar terras e povos indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial. Para tanto, foram promovidas reuniões de esclarecimento, de apresentação/validação: a) do componente indígena dos Estudos de Impacto; b) das análises técnicas da Funai; c) do componente indígena dos Planos Básicos Ambientais, entre outras. No ano de 2019 houve um resultado bem acima do estabelecido, além de continuar a atuação em processos de regularização do componente indígena de empreendimentos instalados no interior ou próximo a terras indígenas.

Com relação à garantia da posse plena sobre as Terras Indígenas - TIs, por meio de ações de demarcação, regularização fundiária e proteção territorial, destaca-se a entrega da posse plena para os indígenas em seis TIs em que foram concluídas a regularização: Fortaleza do Castanho, Igarapé Grande,

Paraná do Arauató, Tabocal e Arary (AM) e Pankararu (PE), e também os esforços que contribuíram para a consecução da meta de 20 TIs delimitadas no período. Foram ainda executadas 438 ações em 201 TIs em 2016, 439 ações em 188 TIs em 2017, 440 ações em 325 TIs em 2018 e 401 ações em 315 TIs em 2019, envolvendo atividades de fiscalização, prevenção, combate aos incêndios florestais e informação territorial com vistas ao combate de ilícitos.



No que concerne às indenizações de benfeitorias, informa-se que no período ocorreram ações desta natureza em 842 ocupações de não índios em 28 terras indígenas distintas. No âmbito da regularização fundiária, foram procedidos os registros imobiliários de 11 terras indígenas, totalizando aproximadamente 1.296.278 hectares em nome da União. Outras duas áreas reservadas foram registradas em nome da União e usufruto indígena, e foi efetivado o cadastro do registro cartorial na Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União - SPU para sete áreas.

Os resultados alcançados pelo Museu do Índio no quadriênio 2016-2019 se relacionam com o macroprocesso estabelecido pela Funai de “Preservação dos bens culturais e documentação de línguas, culturas e acervos indígenas”. As três metas definidas no âmbito do Plano Plurianual foram trabalhadas de forma que aquela referente à promoção do patrimônio cultural foi parcialmente alcançada, com o apoio a 106 projetos culturais dos povos indígenas; enquanto as outras duas, voltadas à pesquisa e à preservação do patrimônio cultural, foram amplamente superadas, com a realização de 58 projetos de documentação de línguas e culturas indígenas e a documentação, preservação e difusão de 218.308 itens dos acervos da instituição.

PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS

Na área da saúde indígena, em 2019, se incentivou a Participação de servidores (as) nos Conselhos de Controle Social do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs, geridos pela Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - Sesai/MS.

Nessa temática, destaca-se o acompanhamento das ações de saúde, atuação para a ampliação da participação de servidores nos Conselhos dos 34 DSEIs, implementação das Redes Intersectoriais de Saúde Mental, operacionalidade da política de Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais

Específicos – ADA, executada pelo Ministério da Cidadania e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB para combater cenários de insegurança alimentar e nutricional; e, ainda, se apoiou a realização da 44ª Expedição dos Expedicionários da Saúde, no Pará, ocasião em que ocorreram atendimento de aproximadamente 15.000 indígenas.

DIREITOS SOCIAIS E CULTURAIS E DIREITO À CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS

A Funai em 2019 apoiou ações educativas comunitárias no campo dos direitos sociais e culturais de modo a valorizar as formas próprias de ensino e aprendizagem dos povos indígenas, os quais podem vir a fomentar reflexões e possibilidades mais adequadas para a educação escolar.

Ainda nessa temática, ressalta-se a ampliação do atendimento dos indígenas na condição de segurados especiais no PREVBARCO (Estratégia de Inclusão pela Previdência Social) e os avanços para o acesso à Documentação Básica, a criação do Cadastro Administrativo de Informação Indígena, regulamentada pela Portaria da Presidência da Funai, nº 1030/2019.

Em relação às demandas de Infraestrutura Comunitária em TIs, direta ou indiretamente foram realizadas a implantação de edificações permanentes de acordo com a necessidade e costumes de cada povo atendido. No campo da Proteção Social dos Índios, foram desenvolvidos trabalho de qualificação e articulação das políticas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para os povos indígenas, destacando-se a elaboração do Acordo de Cooperação Técnica CNIS – ACT CNIS/INSS/FUNAI e do Acordo de Cooperação Técnica Digital – ACT Digital/INSS/FUNAI (para publicação em 2020); e a realização da décima Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas do Mercosul – RAPIM. Na ocasião foi aprovada a “Declaração Sobre Registro Civil de Nascimento para Indígenas no Mercosul”, elaborada pelos países integrantes do bloco, visando colaborar com o desenvolvimento de políticas públicas e ações nacionais para acesso universal à documentação por meio da implantação de sistemas seguros e integrados de registro civil.

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DAS TERRAS INDÍGENAS

No ano de 2019, no âmbito do etnodesenvolvimento, foram destaques as seguintes áreas: 1) Agricultura: apoio ao plantio da cultura do café no Estado de Rondônia (TI Rio Branco) em parceria com o Governo estadual, o que rendeu a comunidade o prêmio de segundo lugar no Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café de Rondônia; 2) Extrativismo: coleta de castanha é a principal atividade apoiada, sobretudo, nos Estados da região Norte, com destaque às TIs jurisdicionadas às Coordenações Regionais no estado de Rondônia-RO; e 3) Pecuária: bovinocultura e criação de animais de pequeno e médio porte. Destaca-se ainda, as tratativas para comercialização de carne bovina proveniente da Ilha do Bananal para a empresa Korin, e a imunização de bovinos contra a febre aftosa. Já sobre a criação de animais de pequeno e médio porte há ocorrência nas regiões do Nordeste e em Roraima, gerando um atendimento de aproximadamente 28.000 famílias indígenas.

No âmbito das ações de gestão ambiental, foi dada continuidade ao apoio a iniciativas nas seguintes linhas de atuação: a) conservação e recuperação ambiental; b) instrumentos de gestão ambiental; c) formação em gestão territorial e ambiental; e d) incidência em políticas ambientais visando garantir as especificidades dos povos indígenas - PIs. Ao todo foram apoiadas mais de 100 atividades, abrangendo aproximadamente 120 TIs, em todos os biomas brasileiros. Acerca das ações de conservação e recuperação ambiental destaca-se o apoio a atividades de reflorestamento; implementação de sistemas agroflorestais; manejo e conservação de espécies de fauna; educação ambiental voltada ao gerenciamento de resíduos sólidos; iniciativas relacionadas ao ICMS Ecológico; acompanhamento de desastres e emergências ambientais. Com relação aos instrumentos de gestão ambiental em TIs e à formação em gestão territorial e ambiental, destaca-se o apoio à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PGTAs.

POSSE PLENA SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS

Nas ações para constituição de áreas reservadas destinadas a indígenas instituiu-se a Reserva Indígena Krenyê (MA), com a aquisição do imóvel denominado “Fazenda Vão do Chapéu”; e a aquisição do imóvel denominado “Fazenda Santa Verônica”, reconhecida na Funai como Reserva Indígena Tekoa Gwyrá Pepo (SP).

Com relação à previsão inicial da demarcação física de 30 terras indígenas, foram concluídas as demarcações de cinco através de convênios com municípios, unidades da federação e instituições governamentais. A adoção de tal estratégia foi necessária devido às novas normativas de contratação via certame licitatório, que exigem uma etapa preliminar relacionada à análise de riscos, inviabilizando esta forma de execução, pois a maior parte das terras indígenas aptas à demarcação física estão localizadas em regiões com graves tensões sociais e/ou conflitos fundiários. Neste sentido, a força de trabalho da Funai foi direcionada para o apoio institucional ao planejamento e tomada de decisão através de inteligência geográfica, relacionados aos principais processos internos, sendo estes a IN02/2013 (atestados administrativos e reconhecimento de limites), ações de usucapião e a IN02/2015 (licenciamento ambiental).

Durante os anos de 2016 a 2019, foram realizados atendimento aos povos indígenas de recente contato por meio da manutenção de equipes permanentes em 9 Bases de Proteção Etnoambiental - BAPes e pontos de apoio realizando ações de promoção e proteção dos direitos de povos indígenas de recente contato em 6 Terras Indígenas. Igualmente, foram realizadas ações de acompanhamento e apoio ao atendimento de saúde e processos educativos em todas as Frentes de Proteção Etnoambiental – FPE, e foi dada continuidade no acompanhamento de ações de pós-contato: Korubo e Povo do Xinane. Com relação à proteção de povos indígenas isolados, foram mantidas equipes permanentes em 17 BAPes, realizando controle de ingresso e vigilância em 12 Terras Indígenas com a presença de povos isolados.

PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

No que diz respeito à formação de pesquisadores indígenas para a documentação de suas línguas, culturas e acervos, as atividades decorrentes do acordo de cooperação técnica desenvolvido pelo Museu do Índio com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foram de extrema importância para que a Funai pudesse superar a meta estabelecida no PPA 2016-2019. Com isso, foram realizados 58 projetos de pesquisa e documentação na Amazônia, resultando na salvaguarda e incorporação de registros de aspectos culturais e linguísticos de diversos povos indígenas transfronteiriços em situação de vulnerabilidade sociocultural aos acervos da instituição.

Em relação às atividades de preservação do patrimônio cultural, o Museu do Índio seguiu desenvolvendo a metodologia de conservação de acervos que tem sido aprimorada ao longo dos últimos anos e coloca o órgão técnico-científico da Funai no rol das mais modernas e avançadas instituições museológicas do país. Nesse contexto, as iniciativas de processamento técnico, classificação e digitalização de 218.308 itens dos acervos etnográficos, documentais e bibliográficos guardados pela instituição foram atividades de destaque na preservação e difusão desse patrimônio, inclusive por meio do repositório digital Tainacan, onde está disponível o maior acervo etnográfico digitalizado do país, com informações catalográficas e imagens em alta resolução de cerca de 20.000 itens dos acervos do Museu do Índio.

Por fim, as atividades voltadas à promoção do patrimônio cultural ocorreram por meio do apoio financeiro a 106 projetos e iniciativas culturais dos povos indígenas, com a interveniência das unidades regionais da Funai para sua execução junto a comunidades de todo o país.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Ao longo do período de vigência do PPA 2016-2019 destacamos uma redução orçamentária considerável. Ademais, houve uma mudança de estrutura regimental que resultou, temporariamente, na fragmentação institucional das ações sob responsabilidade da Fundação que ficaram dispersas entre dois ministérios.

Quanto às perspectivas de continuidade das ações cabe mencionar que não haverá, para o próximo quadriênio, programa temático que espelhe o Programa 2065 – “Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas”. Isso pode acarretar maior dificuldade de detalhamento e acompanhamento das ações que compõem a Cadeia de Valor da instituição, bem como a priorização dos macroprocessos que caracterizam sua área de negócio e principais entregas à sociedade.

Os trabalhos voltados à preservação e divulgação do patrimônio culturais indígenas realizados pela instituição, em permanente relação com as comunidades indígenas, universidades e organizações da sociedade civil, dentre outras parcerias, contribuíram para a prestação de serviços públicos de excelência, mesmo no contexto de fechamento do Museu do Índio para visitação do público em geral.

O massivo investimento realizado ao longo dos últimos anos na modernização da estrutura física, de equipamentos e das soluções de tecnologia de informação e comunicações permitiram a ampliação do alcance das ações de difusão dos acervos da instituição, central para continuidade da prestação de um serviço público de excelência no ano de 2019.

Esforços têm sido envidados para garantir a continuidade e prorrogação do acordo de cooperação firmado com a UNESCO para execução do Projeto *“Salvaguarda do Patrimônio Cultural e Linguístico de Povos Indígenas Transfronteiriços e de Recente Contato na Região Amazônica”*, cuja vigência atual expira em dezembro de 2020, de tal forma que os recursos aportados ao projeto possam ser utilizados conforme definido neste instrumento de cooperação e continuem a propiciar o desenvolvimento de trabalhos de documentação e registro por pesquisadores e pelos povos indígenas envolvidos em tal iniciativa.

Da mesma forma, as iniciativas de promoção do patrimônio cultural, que abrangem o apoio a projetos culturais dos povos indígenas e a realização de atividades de divulgação científica, cultural e educativa, deverão ser fortalecidas no próximo quadriênio.

Com relação à garantia da posse plena das terras indígenas, foram publicadas renovações das Portarias de Restrição de Uso nas áreas com presença de povos isolados. Também foram realizadas ações de localização e monitoramento de povos isolados, centenas de ações de fiscalização e prevenção de ilícitos nas terras indígenas do país, com apoio dos órgãos de segurança pública e de fiscalização ambiental em parte considerável dos trabalhos.

No que concerne à meta de elaboração de sete Planos de Proteção de Povo Indígena Isolado e de sete Programas para Povos de Recente Contato, houve avanços significativos em seu cumprimento, como a elaboração de diagnósticos específicos para estes povos. Destaca-se ainda a publicação do Programa Korubo, que servirá de base para os demais Programas para povos de Recente Contato no próximo quadriênio.

Quanto às ações de Gestão Territorial e Ambiental, destaca-se a necessidade de estruturar novo projeto estratégico, com o intuito de institucionalizar as ações-piloto realizadas no âmbito do Projeto de Gestão Territorial e Ambiental, concluído no PPA 2012-2015. Já nas ações de promoção e proteção dos direitos sociais, a perspectiva é de consolidação do Sistema Brasileiro de Proteção Social, visando a universalização progressiva do atendimento, cujas taxas são sistematicamente inferiores às médias nacionais, levando em consideração as especificidades socioculturais e políticas dos povos indígenas.

PROGRAMA 2066

REFORMA AGRÁRIA E GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

A política fundiária é uma das políticas públicas mais antigas, existindo desde o Brasil colônia e associada à política de reforma agrária, tem evoluído ao longo dos anos, visando o uso mais eficiente e equânime da terra. No Plano Plurianual 2016-2019, essas políticas declararam como principais objetivos: i) o combate à pobreza, redução da desigualdade, ampliação das oportunidades econômicas no meio rural por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social; ii) o fortalecimento da governança fundiária, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais; iii) o combate à violência no campo decorrente de conflitos agrários; iv) o assentamento de famílias via desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, em projetos sustentáveis com abordagem territorial, priorizando famílias acampadas com garantia de equidade de gênero e visando o acesso à terra da juventude e sua permanência no campo; v) a implantação, qualificação e consolidação de projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero; vi) a promoção da educação em todos os níveis e acesso à cultura ao público alvo da reforma agrária e do crédito fundiário, incluídos os povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao avaliar os resultados do programa não se pode desconsiderar que no período do PPA 2016-2019 existiram transições organizacionais em 2016 e em 2019 com as consequentes dificuldades institucionais, operacionais, que se somaram à restrições de natureza fiscal que afetaram os orçamentos da união no quadriênio e se refletem no desempenho dos quatro indicadores escolhidos para o programa.

No período do PPA, três dos quatro indicadores tiveram índices melhores que os de referência, mensurados em 2015. Sendo que o Índice de Governança da Malha Fundiária atingiu 100% da área de jurisdição do Incra, que corresponde à área cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e o Índice de Regularização Fundiária na Amazônia Legal evoluiu positivamente de 20% em 2015 para 31,2% em 2019.

O Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade evoluiu de 1,8% em 2015 para 6,4% em 2018, sendo descontinuado em 2019 devido a uma mudança na política de aquisição de imóveis rurais e um dos indicadores selecionados, o Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária, teve desempenho inferior ao ponto de partida, reduzindo-se a 4% do índice de referência de 42,4% em 2015, devido às restrições orçamentárias.

OBTENÇÃO DE TERRAS E ASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS

A aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária é uma importante política dentro do Programa, pois a criação de projetos de assentamento e a

consequente redistribuição de terras aos beneficiários do programa constitui-se num dos pilares do Estatuto da Terra.

Em 2019, especialmente, as ações de obtenção de terras e o assentamento de famílias, com a criação de projetos de reforma agrária, foram fortemente impactadas, em razão das restrições orçamentárias. Em outra esteira, a intervenção de órgãos de controle externo, a exemplo do Tribunal de Contas da União, também afetou essa política, pois as recomendações advindas do Acórdão TCU nº 775/2016, posteriormente substituído pelo Acórdão TCU nº 1976/2017 suspenderam o processo de seleção de famílias até que fossem sanadas as pendências. A partir das constatações, a autarquia esteve obrigada a realizar vistoria ocupacional para identificação de ocupantes irregulares e de lotes vagos, bem como, a suspender a aquisição de novas áreas, priorizando o preenchimento daqueles lotes. Isto resultou na expedição de novo normativo em 2018 para dispor sobre o processo de seleção de famílias, que prevê o lançamento de editais públicos, cuja sistemática foi instituída pelo Decreto 9.311/2018 e na Instrução Normativa Incra 96/2018.

Nesse contexto, o Incra orientou a suspensão das vistorias de imóveis para fins de reforma agrária, bem como os processos de obtenção de terras em andamento para o mesmo fim, evitando assumir compromissos que poderiam não ser cumpridos. Diante de tudo isso o Incra estabeleceu nova sistemática de seleção, o que resultou na edição da Instrução Normativa Incra 98/2019, consequência do Decreto 10.166/2019.

No exercício de 2019, o Incra assentou 5.409 famílias, com isso atingindo no quadriênio 13% da meta proposta de 120 mil famílias. Durante o PPA um total de 16.128 famílias foram assentadas em 139 Projetos de Assentamento situados em todo o país, mediante a regularização de lotes já ocupados, bem como pelo reconhecimento de famílias em áreas quilombolas, em projetos de desenvolvimento sustentável (PDS), em projetos agroflorestais (PAF) e em projetos agroextrativistas (PAE).

DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS

Para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos são implementadas iniciativas e ações que visam o alcance do potencial produtivo e do bem-estar social dos assentados. Destacam-se dentre as atividades mais relevantes, as ações voltadas à infraestrutura, com a implantação e/ou recuperação de estradas vicinais e abastecimento de água. Em que pese o reduzido orçamento disponível no acumulado no PPA temos um total de 101.947 famílias atendidas com obras de infraestrutura, o que representa 85% da meta prevista para o período.

Outra atividade relevante é a Concessão de Crédito Instalação, nas suas diversas modalidades, tais como o apoio inicial, que visa apoiar a instalação das famílias no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, e a modalidade Fomento, que viabiliza a implementação de projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda.

Em 2019 foram atendidas 7.224 famílias com Apoio Inicial e 7.499 famílias com Fomento, totalizando no período da vigência do plano 57.466 famílias, o que representou 18% da meta prevista. Com relação ao crédito fomento mulher foram atendidas 22.390 mulheres, sendo que no acumulado do PPA foram atendidas 59.497, representando 33% da meta prevista.

Os motivos para o não atingimento da totalidade das Metas do PPA estão relacionados a vários fatores, dentre eles as consequências do Acórdão TCU nº 775/2016, que bloqueou temporariamente um número significativo de famílias assentadas; a restrição orçamentária para a contratação de serviços de assistência técnica às famílias assentadas, fator fundamental para a elaboração dos projetos produtivos da modalidade Fomento.

Para a superação dos entraves, o Incra vem atuando para o tratamento dos indícios de irregularidade das famílias bloqueadas em decorrência do Acórdão TCU e também na intensificação das parcerias com entidades públicas, via Acordos de Cooperação Técnica, para elaboração dos projetos produtivos do Fomento.

Em 2019 foram atendidas 23.206 famílias com obras de infraestrutura, sendo 60 famílias com obras para abastecimento de água; 4.088 famílias com implantação de 616 km de estradas; 11.221 famílias com a recuperação de 9.435 km de estradas; 7.217 famílias com abastecimento de água; e 620 famílias com outras obras.

Com relação aos projetos de agroindustrialização e comercialização, em 2019 foram atendidas 129 famílias com obras do Programa Terra Sol. No acumulado do PPA temos um total de 11.895 famílias atendidas com estas ações, o que representa 74% da meta prevista.

No caso da Assistência Técnica, o programa praticamente deixou de existir em 2017, remanescendo apenas algumas iniciativas em 2018, que culminaram no cancelamento de todos os contratos em 2019, com impacto significativo nos projetos de produção orgânica e de base ecológica e na operacionalização do Crédito Instalação, uma vez que é pré-requisito a elaboração de projetos produtivos para o acesso às modalidades Fomento e Fomento Mulher.

ACESSO A CULTURA E À EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

O acesso à cultura e a educação formal são fundamentais para a promoção do desenvolvimento sustentável nas áreas de reforma agrária, pois contribuem para a fixação do homem no campo, além de efetivar a sucessão rural. Também são importantes para a consolidação dos projetos de reforma agrária, pois oferecem as condições de melhoria gradativa na qualidade de vida e na dignidade humana ao prover maior autonomia social, cultural e econômica dos assentados.

Esse objetivo desenvolveu projetos educacionais de caráter formal e informal, a serem executados por instituições de ensino aos beneficiários do Programa de Reforma Agrária, do Crédito Fundiário e dos projetos manejados pelos órgãos estaduais quando reconhecidos pelo Incra.

A meta realizada de 4.025 beneficiários incorporados ao Pronera, representou 31% da meta prevista de 13.000 incorporações. Contudo, o quantitativo de beneficiários em formação e aqueles que as concluíram demonstram a relevância dos resultados do Pronera.

No período deste PPA, 10.972 beneficiários concluíram a sua formação nos cursos de alfabetização; graduação; pós-graduação e profissionalizantes. Foram 7.500 estudantes formados em 2016, 1.242 em 2017, 415 em 2018 e 1.815 em 2019.

Como alternativa à restrição orçamentária foram reavaliadas as estratégias de implementação da política pública. Ajustou-se os planos de trabalhos dos projetos, considerando eventuais reduções nas metas motivadas por evasões de estudantes e redução de despesas; repactuou-se os valores de alguns projetos previstos; incentivou-se confecção de emendas parlamentares para atender os projetos em execução; suspendeu-se o início de projetos que ainda não selecionaram estudantes; dentre outras.

Por fim, cabe enfatizar que o Pronera tem se consolidado como umas das principais políticas públicas de educação do campo do país, possibilitando reflexões e práticas educativas que fortalecem as áreas de reforma agrária.

GOVERNANÇA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR)

No contexto da governança fundiária houve a integração do SNCR do Incra com o Cadastro Fiscal de Imóveis Rurais (Cafir) da Receita Federal do Brasil, que culminou na criação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR).

Destacam-se também os trabalhos realizados no âmbito do CNIR, com a estruturação, desenvolvimento e implementação do sistema de forma a assegurar a fidedignidade e atualização das informações estruturais dos imóveis rurais utilizadas pelas diversas entidades produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro. A integração entre os sistemas permite uma maior articulação entre as políticas de caráter fiscal, ambiental, ordenamento fundiário, desenvolvimento econômico e social do País.

No exercício 2019, foi instituído o comitê Técnico, com representantes do Incra e Receita Federal do Brasil (RFB). Iniciaram-se as discussões sobre a disponibilidade de dados gráficos do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), sob gestão do Incra, à base de dados do CNIR, via “WebService”. Aumentou o percentual de vinculação dos códigos do SNCR e do CAFIR no ambiente do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. A vinculação do Número do Imóvel Rural na Receita Federal (NIRF) representa a integração entre os dois maiores cadastros de imóveis rurais do país.

Foram feitas tratativas entre Incra, RFB, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Serviço Florestal Brasileiro (SFB), para integração de suas bases de dados ao CNIR, com ampliação dos dados disponíveis visando à melhoria da Governança da Malha Fundiária Nacional.

Pode-se destacar como resultado desse objetivo o bom desempenho do Índice de Governança da Malha Fundiária, cujo resultado ultrapassou os 100% da área cadastrada no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

Um dos motivos para se ultrapassar 100% do indicador são as estradas, ferrovias, florestas públicas, terreno de marinha, unidades de conservação e terras indígenas, que não tem código no SNCR porque não são considerados imóveis rurais, mas constam do acervo fundiário do Incra.

Além disso, o Incra promoveu o georreferenciamento da malha fundiária nacional alcançando a marca de 150 milhões de hectares certificados referentes a 315 mil parcelas, o que faz do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) uma das fontes de informações fundiárias mais confiável do país.

Amazônia Legal

Com a publicação da MP 870/2019 convertida na lei 13.844/2019, houve rearranjo da organização administrativa federal que culminou na extinção da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD/CC houve a transferência para o Incra da atribuição de promover a regularização fundiária na Amazônia Legal.

Em 2019, as ações do Incra concentraram-se no rearranjo de suas estruturas organizacionais, dos marcos legais, dos sistemas operacionais e na capacitação de servidores, de modo a dar continuidade as atividades de regularização fundiária que vinham sendo desenvolvidas na Amazônia Legal. Nesse aspecto, destacam-se as publicações da Portaria Incra 1.242/2019, da MP 910/2019 e do Decreto 10.165/2019 e da Instrução Normativa 100/2019.

No que tange a destinação de áreas públicas, em que pese os esforços, a execução desta meta com um todo ficou aquém do planejado. Em 2019 foram arrecadados 4.928 hectares. Levando em consideração o período de 2016- 2019 foram arrecadados 2.418.507 de hectares, o que representou 16% da meta estabelecida.

No escopo do georreferenciamento de imóveis rurais na Amazônia Legal registrou-se um incremento de 20 milhões de hectares, superando em 104% a meta de 10 milhões de hectares. Destaca-se também o cadastramento e o georreferenciamento de 75.305 imóveis rurais em apoio à regularização fundiária executada pelos estados, ratificação em faixa de fronteira e titulação de imóveis rurais superando a meta em 50%.

A Gestão de Terras Públicas visa arrecadar terras devolutas e destiná-las aos entes públicos como etapa do processo de regularização fundiária. Nos quatro anos foram arrecadados 796.589,6562 hectares.

Em 2019, o Incra no âmbito SNCR gerenciou 480.293 imóveis cuja área foi de 96.850.289 hectares. A ação de fiscalização cadastral está diretamente ligada ao gerenciamento do cadastro rural e qualifica, identifica e orienta a ação fundiária, na aferição da regularidade cadastral e cumprimento da função social da propriedade.

Em 2019 foram cadastrados e georreferenciados 3.037 imóveis rurais em apoio à regularização fundiária executada pelos estados, ratificação em faixa de

fronteira e titulação de imóveis rurais de domínio da União. No período do Plano a execução da meta foi de 75.305 hectares, superando-a em 50%.

A regularização traz segurança jurídica; fomento e desenvolvimento local, regional e nacional; reduz os conflitos no campo e amplia a proteção ambiental por meio do vínculo das pessoas com a terra.

Considerando que houve redução das dotações orçamentárias para custear a atividade, os resultados são considerados satisfatórios.

PROMOÇÃO DE ACESSO A TERRA A TRABALHADORES RURAIS

O Programa Nacional de Crédito Fundiário –Terra Brasil durante o exercício de 2019 beneficiou 733 famílias de trabalhadores rurais e investiu mais de R\$ 13 milhões de reais em implantação de infraestrutura básica e produtiva para 623 agricultores familiares.

Como outro importante resultado pode-se destacar a expedição de 34.154 documentos de titulação fundiária no exercício de 2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando o curso histórico da Política de Reforma Agrária, marcada inicialmente por um ciclo de expansão, quanto ao alcance do universo de seu público-alvo (o trabalhador rural sem-terra) e a ênfase na aquisição de terras para assentamentos e considerando ainda os mais recentes fatos que evidenciam o esgotamento desse ciclo, dos quais citamos:

i) a determinação dos Acórdãos TCU nº 775/2016 e nº 1976/2017, que suspenderam cautelarmente os processos de cadastro e seleção de novos beneficiários para o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA e de novos pagamentos e remissões dos créditos instalação, bem como, o acesso a outros benefícios e políticas públicas atrelados à Reforma Agrária;

ii) a Lei nº 13.465/2017, que atualiza a Lei nº 8.629/1993, que trata da reforma agrária e regularização das ocupações em Estados da Amazônia pelo Programa Terra Legal;

iii) o Decreto 9.311/2018, que regulamentou a Lei nº 8.629/93 e a Lei nº 13.001/2014, dispendo sobre a seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do PNRA; e

iv) o cenário de restrição fiscal, refletido na redução das dotações orçamentárias

evidenciam, mais do que nunca, a necessidade se manter a atual direção estratégica da política de reforma agrária, no sentido de aumentar os esforços de governança territorial e de regularização fundiária com a emissão de títulos para a famílias já assentadas e os posseiros de boa-fé.

Para o atendimento de seus objetivos no PPA, o Incra atuou de forma direta ou por meio de parcerias com governos estaduais e/ou municipais.

Além disso, atuou no tratamento dos indícios de irregularidade apontados pelo Acórdão TCU 775/2016, visando o desbloqueio definitivo das famílias assentadas e o pleno acesso das mesmas às políticas públicas.

Também foi realizada no período um esforço de atualização das normativas internas, tendo em vista as alterações legislativas, especialmente na Lei 8.629/1993, culminando, em 2019, com a edição da Instrução Normativa 99/2019, que trata dos procedimentos administrativos para a titulação de imóveis rurais em projetos de assentamento da reforma agrária, bem como a verificação das condições de permanência e regularização de beneficiários no PNRA, que busca a simplificação de procedimentos e adequação das ações ao Decreto 9.311/2018, alterado pelo Decreto 10.166/2019.

Os números alcançados no PPA 2016-2019, apesar das dificuldades orçamentárias e operacionais, especialmente no ano de 2019, mostram o esforço na execução das metas estabelecidas.

PROGRAMA 2068

SANEAMENTO BÁSICO

A Lei nº 11.445/2007, que estabeleceu os princípios e as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, tem norteado a atuação da União, em articulação com os estados, os municípios e a iniciativa privada, a fim de viabilizar a universalização dos serviços de saneamento básico no País. Apesar dos grandes desafios ainda existentes para a universalização, observa-se que a cobertura dos serviços tem avançado de forma positiva nos últimos anos.

Conforme preconizado pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), as medidas desenvolvidas podem ser classificadas em duas categorias:

- Medidas estruturais, as quais correspondem aos tradicionais investimentos em infraestrutura, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para conformação das infraestruturas físicas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; e
- Medidas estruturantes, que se referem ao suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços, compreendendo as medidas de aperfeiçoamento da gestão e do planejamento dos serviços de saneamento.

O Plano Plurianual 2016-2019 contemplou as duas categorias de medidas nos três objetivos que constam no Programa 2068 – Saneamento Básico.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Como resultado, em 2019, destaca-se a conclusão de vários empreendimentos que contribuíram para a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, nas modalidades de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário.

Quanto ao abastecimento de água, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, foram concluídos 37 empreendimentos, o que corresponde a um investimento de aproximadamente R\$ 4 bilhões. Pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) foram concluídos 63 empreendimentos, e pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) foram concluídos cinco empreendimentos.

No que se refere ao esgotamento sanitário, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, foram concluídos 45 empreendimentos, totalizando um investimento de cerca de R\$ 1 bilhão. Pela Funasa foram concluídos 44 empreendimentos e pela Codevasf foram concluídos 19 empreendimentos.

Além desses resultados, destacam-se os seguintes avanços no rol de objetivos do Programa: o percentual de domicílios urbanos e rurais com renda de até 3 salários mínimos mensais que possuem banheiro, ou sanitário no domicílio, ou na propriedade, evoluiu positivamente, passando de 95,84% em dez/2013 para 97,43% em dez/2018. O percentual de domicílios urbanos servidos por rede

coletora de esgotos ou fossa séptica evoluiu de 83,9% em dez/2013 para 88,44% em dez/2018 e o percentual de tratamento do esgoto coletado evoluiu de 68,5% para 72,4 % neste mesmo período.

Nos tópicos seguintes são apresentados, de forma resumida, os principais resultados do Programa, agrupados por objetivo.

GESTÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

O objetivo (0353) visa à implementação de medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Nesse sentido, destaca-se o apoio técnico e financeiro dado pelo Governo Federal à elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Em se tratando de pequenos municípios com menos de 50 mil habitantes, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) celebrou parcerias que resultaram em 466 planos concluídos no período de 2016 a 2019.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) publicada pelo IBGE em 2018, com data de referência 31/12/2017, o percentual de municípios brasileiros que declararam possuir plano de saneamento básico, contemplando os quatro componentes, é de 28,7%, o que corresponde a 1.599 municípios.

Outra medida estruturante do objetivo refere-se ao apoio dado aos municípios para o controle da qualidade da água para consumo humano. Por meio da Funasa, foram atendidos, em 2019, 532 municípios que, somados aos 1.675 atendidos no período de 2016 a 2018, resulta no total de 2.207 municípios atendidos, ou seja, 110,35 % da meta.

Quanto à implementação de programas locais de combate às perdas e ao desperdício de água e o apoio a medidas que contribuam para a redução das perdas no abastecimento de água, deve-se registrar que, em 2019, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional, foram selecionados 4 empreendimentos e 2 foram contratados.

Ainda com relação às medidas estruturantes, deve-se destacar que, em 2019, foram concluídos 34 estudos e projetos com recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional, os quais beneficiaram 41 municípios no País. Além desses, outros 78 estudos e projetos encontram-se em execução. Cabe ressaltar que alguns contratos beneficiam mais de um município e assim, os 41 municípios beneficiados em 2019, juntamente com os 165 beneficiados até o final de 2018, perfazem um total acumulado de 206 municípios beneficiados, o que corresponde a 87,28% da meta.

MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES EM ÁREAS RURAIS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Em se tratando do objetivo (0355) que visa à implementação de medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, o Governo Federal, por meio da Funasa, tem desenvolvido ações visando à implantação, ampliação e/ou melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, bem como melhorias sanitárias domiciliares que têm como público-alvo a população rural dispersa, população rural adensada, população residente em localidades de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos, aldeias e demais agrupamentos populacionais caracterizados como rurais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, bilhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável e ao saneamento, resultando em perdas humanas desnecessárias e evitáveis, com diferentes impactos na educação e no desenvolvimento socioeconômico dos países, fato esse que foi inserido na Agenda 2030, o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6 de “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos”.

Neste contexto, a primeira meta visa apoiar comunidades tradicionais e áreas rurais por meio de ações para promover a segurança e qualidade da água destinada ao consumo humano. Os dados analisados demonstram que foram atendidos 841 comunidades do mês de janeiro até dezembro/2019 com 3.832 ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano, que podem ser traduzidas por: diagnóstico da qualidade da água para consumo humano fornecida por Sistemas ou Soluções Alternativas de Tratamento de Água; diagnóstico situacional dos sistemas e soluções; apoio laboratorial (apoio ao controle e à vigilância da qualidade da água); capacitações e orientações técnicas; Fomento ao Plano de Segurança da Água e aos tratamentos específicos da água destinada ao consumo humano proveniente de sistemas/soluções de abastecimento público.

No que diz respeito à ampliação da oferta de rede de coleta e estrutura de tratamento de água nas comunidades rurais, destaca-se que uma parcela da meta cabe à Funasa e outras parcelas cabem a outros órgãos do Governo Federal que também atuam em saneamento rural. As metas alcançadas em 2019, pela atuação do governo federal, são: 3,62 milhões de domicílios rurais estão servidos por rede coletora ou fossa séptica; 4,74 milhões de domicílios rurais possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade; e 7,23 milhões de domicílios rurais são abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA E DO ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

No âmbito do objetivo (0610) que visa à implementação de medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico, em especial, por meio de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, observa-se

que o Governo Federal tem atuado de forma bastante satisfatória, uma vez que praticamente todas as metas já foram alcançadas ou mesmo superadas.

Nesse contexto, quanto à meta que visa ampliar o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna, em 2019, observou-se o atendimento a 60,2 milhões de domicílios ante o previsto de 58,6 milhões de domicílios. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Regional foram concluídos 37 empreendimentos e encontram-se em andamento outros 252 empreendimentos que totalizam R\$ 9,6 bilhões, sendo 148 com recursos extraorçamentários e 104 com recursos do OGU. Quanto às ações da Funasa, foram concluídos 63 empreendimentos e estão em andamento 575. Pela Codevasf, foram concluídos cinco empreendimentos e encontram-se em execução quatro outros empreendimentos.

Já o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários atingiu 54,25 milhões de domicílios ante o previsto de 49,6 milhões de domicílios. Em 2019, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, foram concluídos 45 empreendimentos e outros 358 estão em andamento, sendo 153 com recursos do OGU, no montante de R\$ 6,3 bilhões, e 205 com recursos extraorçamentários, no valor global de R\$ 10,9 bilhões. Pela Funasa, foram concluídos 44 empreendimentos e estão em andamento 446 empreendimentos que totalizam R\$ 2,1 bilhões. Além disso, foram iniciados outros 34 empreendimentos. Pela Codevasf, foram concluídos 19 empreendimentos e outros 29 encontram-se em execução com valor estimado de investimento de R\$ 379,1 milhões.

Cabe registrar, por fim, que a meta de ampliação do volume anual de esgoto tratado registrou, em 2019, o valor de 5,19 bilhões de m³, que é superior à meta de 4,8 bilhões de m³ estabelecida para o período do PPA 2016-2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em relação ao Programa Saneamento Básico, observa-se que os resultados são bastante satisfatórios, em especial quanto ao atingimento das metas de medidas estruturais nas modalidades de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Ressalte-se que, considerando os desafios prementes do setor, deve-se buscar sempre o alinhamento com as metas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab).

Diante dos desafios da universalização dos serviços de saneamento, merece destaque a iniciativa do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - FEP, com o objetivo de prover assessoramento técnico e financeiro aos municípios para estruturação de projetos de concessões. Administrado pela Caixa Econômica Federal, a finalidade do fundo é colaborar com os municípios para viabilizar a realização de concessões e estimular a disseminação de parcerias com o setor privado. No âmbito do FEP já existem projetos pilotos em andamento, em diversos

municípios brasileiros, tais como: Bauru/SP, Estado do Ceará, Consórcio CONVALE/MG, Teresina/PI e São Simão/GO, com projetos de Resíduos Sólidos Urbanos. Já para esgotamento sanitário os municípios são: Crato/CE e Volta Redonda/RJ.

Cabe também registrar os esforços do Governo Federal para o aperfeiçoamento do marco regulatório do setor, de forma a contribuir para a busca constante da melhoria da qualidade e da universalização dos serviços de saneamento básico. Nesse sentido, pode-se destacar a previsão da criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico (Cisb), introduzida pelo PL 4.162/2019, a qual se alinha à diretriz do Plansab de criação de uma instância de coordenação e acompanhamento da Política Federal de Saneamento Básico.

Além disso, PL 4.162/2019 fortaleceu o papel regulatório da União nas políticas de saneamento, prevendo a edição de normas de referência com vistas à melhoria constante nas atividades de regulação e fiscalização e, por conseguinte, à redução da insegurança jurídica dos agentes e ao estímulo aos investimentos no setor.

PROGRAMA 2069

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Programa Segurança Alimentar e Nutricional foi elaborado em um contexto cujos dados nacionais e internacionais apontavam para redução importante da Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil, como demonstrou em 2014, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) ao retirar o Brasil do Mapa da Fome. A prevalência de subalimentação no Brasil à época caiu para menos de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é mais um problema estrutural no país.

Apesar dos avanços, grandes desafios se colocavam para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e apontavam para uma ação específica do governo para os próximos 4 anos no sentido de reduzir a insegurança alimentar e nutricional, principalmente em Povos e Comunidades Tradicionais (PCT); de promover a produção e o consumo de alimentos adequados e saudáveis que contribuíssem para a prevenção e o controle das doenças decorrentes da má alimentação; de ampliar o acesso à água de qualidade para consumo humano para populações rurais; de fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional); e de estruturar e consolidar o diálogo e a cooperação internacional do Brasil para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, com a participação da sociedade civil. Tais desafios foram identificados e refletidos nos objetivos do programa temático.

PRINCIPAIS RESULTADOS

A seguir são apresentados os principais resultados que contribuíram para a implementação dos objetivos e metas do Programa Temático, inclusive com a análise contextualizada dos indicadores.

CONSOLIDAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A estrutura de governança da segurança alimentar e nutricional no Brasil tem evoluído de forma contínua nos últimos anos. Um dos marcos dessa trajetória foi a instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), por meio da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Desde a sua criação, o Sisan vem alcançando avanços importantes relacionados à sua implementação, como a adesão, até 2019, de todos os 26 estados e do Distrito Federal, além de 360 municípios.

O fortalecimento do Sisan e de seus componentes tem sido fundamental para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de SAN, de forma intersetorial e participativa. Tal governança vem sendo replicada pelos estados e pelos municípios com o apoio da Caisan Nacional.

Mais recentemente, em razão da alteração na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios ocorrida no início de 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e a

Caisan Nacional encontram-se em processo de reestruturação e atualização de seus membros.

PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO E ACESSO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL

A ampliação da produção de alimentos mais saudáveis e sustentáveis para a população brasileira constitui-se o foco deste objetivo que também perpassa pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Uma das estratégias do Ministério da Cidadania para isso é a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O Governo Federal compra alimentos produzidos pela agricultura familiar e doa a entidades da rede socioassistencial, equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Programa é desenvolvido por meio de seis modalidades diferentes: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (PAA Leite), Aquisição de Sementes e Compra Institucional.

Em 2018/2019, 73% dos recursos empenhados pelo programa foram investidos nas regiões rurais prioritárias, sendo 62% na região Nordeste e 11% na região Norte. R\$ 88,7 milhões foram investidos para aquisição de 33 milhões de litros de leite de 8.014 agricultores familiares (janeiro- setembro/2019) por meio da modalidade PAA Leite, executada exclusivamente na região do semiárido brasileiro. 68% dos beneficiários dessa modalidade nos anos de 2018/2019 estavam no Cadastro Único (50% destes em situação de extrema pobreza). Cabe destacar que R\$ 131 milhões foram pagos a 31.786 agricultores familiares por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA. Destes, 49,3% eram mulheres rurais. Ademais, foi realizada aquisição direta de 113 veículos para o transporte de alimentos da agricultura familiar, repassados de forma a potencializar as ações do PAA em 113 municípios executores.

Em síntese, o PAA, exceto a modalidade Compra Institucional, investiu, em 2019, R\$ 210 milhões, beneficiando mais de 40 mil agricultores familiares e cerca de 10 mil entidades socioassistenciais e equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Ao longo do histórico de execução do Programa estratégias vêm sendo adotadas para promover a participação de mulheres. Destaca-se, especialmente, a implementação da Resolução nº 44/2011 do Grupo Gestor do PAA que exige percentual mínimo de participação de mulheres em diversas modalidades e mais recentemente a metodologia de pontuação de projetos apresentados por organizações da agricultura familiar na execução via Conab, que confere pontuação maior para aqueles compostos por mulheres. A partir da implementação destas ações, foi possível atingir antecipadamente a meta proposta no PPA 2016-2019 já no ano de 2017.

A modalidade Compra Institucional pode ser executada pelos diversos entes da administração pública, com recursos próprios. Entre 2016 e 2019 o Portal de Compras da Agricultura Familiar se consolidou e permitiu melhor articulação entre quem demanda e oferta alimentos. De 2018 para 2019 houve um incremento de 17% nas compras da agricultura familiar pela União, alcançando volume de R\$ 285.774.426,00 sendo responsável pelo maior

volume de compras da agricultura familiar, incluindo um processo contínuo de orientação, capacitação e qualificação de agricultores fornecedores, técnicos das áreas de compras e gestores públicos.

Destaca-se, ainda, que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), executado pelo FNDE/MEC, contribui de forma considerável para a composição deste objetivo, à medida que estimula as aquisições da agricultura familiar e o abastecimento das unidades públicas de educação com alimentos saudáveis. Os dados referentes à execução dos anos de 2018 e 2019 ainda não estão disponíveis no sítio do FNDE, contudo, considerando a média de compras nos últimos anos, estima-se um valor da ordem de R\$ 1,2 bilhão em compras relacionadas à agricultura familiar para a alimentação escolar.

AMPLIAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO NO MEIO RURAL

A ampliação do acesso à água de qualidade para consumo humano para populações rurais com vistas à universalização do atendimento desse público é o grande desafio colocado neste objetivo, como também o acesso à água para produção.

Dentre as ações, destaca-se o Programa Cisternas, alinhado com a meta estratégica do Ministério da Cidadania de garantir o acesso à água para consumo humano e produção nos territórios mais vulneráveis do semiárido e mais recentemente, na Amazônia.

Em 2019, 25.709 famílias foram beneficiadas com as cisternas de água para consumo humano e 4.784 famílias beneficiadas com as cisternas de água para produção. Já 566 escolas rurais foram beneficiadas com as cisternas escolares. No que se refere ao atendimento às escolas rurais, o percentual da meta total realizada em 2019 corresponde a pouco mais de 60% em relação ao previsto, em razão do fechamento de diversas escolas rurais, com reflexo no planejamento realizado pelas entidades executoras. A referência utilizada pelo Programa Cisternas para a estimativa de demanda é o censo escolar, sob responsabilidade do MEC, situação não confirmada nos territórios.

COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR EM GRUPOS E POVOS ESPECÍFICOS

Segundo a publicação “O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo em 2019” da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), para o triênio de 2016 a 2018, a prevalência de subalimentação na população brasileira está abaixo de 2,5%, bem abaixo de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é um problema estrutural para o país. Importante destacar que a FAO, a partir de 2018, passou a divulgar as estimativas de prevalência de subalimentação dos países até 2,5%, abaixo do qual o modelo estatístico não é suficientemente preciso para a disponibilização de valores.

Embora tenha havido uma queda na prevalência de desnutrição aguda (peso abaixo do esperado para a idade) em crianças menores de cinco anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família de 2016 a 2019 (de 4,63% para 4,44% - dados do SisvanWeb), a maior incidência entre crianças pertencentes a povos e comunidades tradicionais

(PCT) (como indígenas e quilombolas) se mantém superior à média nacional e continua como um grande desafio a ser enfrentado.

Para o enfrentamento do contexto de desnutrição infantil em PCT, algumas estratégias foram adotadas. Desenhou-se um conjunto de ações de inclusão produtiva rural para estimular a geração de trabalho e renda e garantir o acesso a alimentos para as famílias que vivem em áreas rurais e se encontram em situação de extrema pobreza.

Uma dessas ações é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que no período de 2016 a 2018 atendeu mais de 12 mil famílias de povos e comunidades tradicionais. Além disso, 564 foram beneficiadas com tecnologias sociais de acesso à água para a produção de alimentos pelo Programa de Acesso à Água e outras Tecnologias Sociais. Em 2019, 3.568 famílias receberam recursos do Programa Fomento e quase 2 mil famílias tiveram acesso à água. Além disso, foi firmado um convênio com o Estado de Minas Gerais para a implementação de 690 cisternas em comunidades quilombolas atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho.

Por fim, foi formalizado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a Pastoral da Criança, cujo objetivo é o acompanhamento nutricional das crianças menores de 6 anos nos territórios com maior vulnerabilidade e insegurança alimentar e nutricional. Dados de acompanhamento enviados pela instituição, referentes aos anos de 2018 e 2019, mostram aumento do percentual de crianças desnutridas nos municípios e aponta também para um aumento preocupante do sobrepeso e da obesidade.

ALIMENTOS SAUDÁVEIS E PREVENÇÃO DAS DOENÇAS DECORRENTES DA MÁ ALIMENTAÇÃO

A obesidade na população adulta tem apresentado uma tendência de aumento no mundo como um todo. No Brasil, os dados apontam também para um crescimento, segundo apuração anual da Pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do Ministério da Saúde. Entre os anos de 2016 e 2018, o excesso de peso da população adulta subiu de 54,0% para 55,7%. Já em relação à obesidade, o percentual passou de 18,9% para 19,8%.

Outros dados demonstram, por outro lado, que os brasileiros têm adotado hábitos mais saudáveis. O mesmo levantamento mostra que o consumo de refrigerantes no período entre 2016 e 2018 caiu de 19% para 14,4%, próximo da meta de redução de 14%. No mesmo período, porém, foi também observado que houve uma queda no consumo regular de frutas e hortaliças (de 37,6% para 33,9%), o que provocou o distanciamento do alcance da meta de ampliar o consumo para 43% até 2019.

Diante disso, em 2019 deu-se seguimento aos processos de estabelecimento de ações articuladas em nível estadual e municipal voltados à promoção da alimentação adequada e saudável, que resultaram com a formalização da adesão ao Pacto Nacional para Alimentação Saudável no estado do Ceará e municípios de Caxias (MA) e Parnarama (MA). A adesão ao Pacto pelo estado do Maranhão permanece vigente até dezembro de 2020. O objetivo desta iniciativa é ampliar as condições de oferta, disponibilidade e

consumo para uma alimentação adequada, a fim de combater sobrepeso, obesidade e doenças decorrentes da má alimentação, conforme prevê o Pacto Nacional para Alimentação Saudável (Decreto nº 8.553/2015).

Visando o fortalecimento da agenda de promoção da alimentação adequada e saudável, oportunizou-se a elaboração de metodologias e materiais de referência, capazes de apoiar a formação de multiplicadores para as temáticas de Segurança Alimentar e Nutricional e da Educação Alimentar e Nutricional voltadas à primeira infância.

Nos campos de formação e educação, deu-se continuidade à parceria firmada em 2018, entre o Ministério da Cidadania e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, cujo objetivo é fortalecer a abordagem de Segurança Alimentar e Nutricional e Educação Alimentar e Nutricional para famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, visando à promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. Outra parceria foi firmada entre o Ministério da Cidadania e a Universidade Federal de Lavras, cujo objeto é o fomento às ações de cooperação institucional e de consolidação de redes de mobilização com vistas à Educação Alimentar e Nutricional junto à juventude.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O país mantém ativa participação na agenda internacional de SAN e nas organizações internacionais que cuidam dos temas relativos a esta área, tais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); o Programa Mundial de Alimentos (PMA); o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a própria Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2019, o Brasil continuou a atuar no âmbito da Década de Ação em Nutrição – 2016-2025, lançada pela Assembleia Geral da ONU, na qual se reconhece a necessidade de erradicar a fome e evitar todas as formas de má nutrição, em todo o mundo. Além disso, ressalta a importância da nutrição na agenda dos países, estando também em consonância direta e indiretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030.

Nesse contexto, organizou encontros das Redes de Ação sobre “Guias Alimentares baseados no nível de processamento dos alimentos” e “Estratégias para redução do consumo de sal para prevenção e controle de doenças cardiovasculares nas Américas e Caribe” coordenadas pelo Ministério da Saúde; e da “Rede de Ação sobre Governança em Segurança Alimentar e Nutricional e Compras Públicas da Agricultura Familiar” coordenada pelo Ministério da Cidadania (MC). Ademais, coordenou a participação da delegação brasileira integrada por diferentes órgãos nas Consultas Regionais da América Latina e Caribe sobre as Diretrizes Voluntárias sobre Sistemas Alimentares e Nutrição da FAO.

A principal plataforma internacional de discussão de questões de SAN é o Comitê Mundial de Segurança Alimentar (CSA) da FAO. A 46ª Sessão Plenária do CSA ocorreu no mês de outubro de 2019, em Roma. O Brasil

contou com expressiva delegação, chefiada pelo Ministério da Agricultura, que incluiu representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, Saúde, Cidadania e Educação (FNDE). Neste Comitê, o Brasil destacou o papel da governança multissetorial de SAN estabelecida pelo país no desenvolvimento de iniciativas que contribuem para o estabelecimento de sistemas alimentares mais saudáveis, inclusivos e resilientes. A delegação reforçou, ademais, o papel fundamental das compras institucionais na geração de demanda estruturada pelos produtos da agricultura familiar, mencionando estratégias nacionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos com fortes impactos na produção e na renda da agricultura familiar e na SAN brasileira.

Quanto à cooperação internacional, iniciou-se as ações do Projeto de Cooperação Técnica com a FAO – Projeto FAO 0235 – Fortalecimento da governança e políticas públicas para sistemas alimentares sustentáveis e adequados em países da América Latina e Caribe, que possibilita, ao Ministério da Cidadania, a troca de experiências entre ações governamentais desenvolvidas para garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Também foi assinada a Revisão Substantiva do Projeto de Cooperação Técnica com a FAO – Projeto FAO 085 – Apoio ao aprimoramento e à consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que dá continuidade à produção técnico-científica desenvolvida por esta parceria.

AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

Permanece como um dos desafios para os próximos anos a ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, especialmente por meio da promoção das temáticas da agroecologia, da produção orgânica e da sociobiodiversidade. O principal instrumento de política pública para tanto é o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), coordenado no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), que foi extinta no âmbito da reforma administrativa realizada no início de 2019. O referido Plano, que estava em sua segunda edição e teve sua vigência encerrada em dezembro de 2019, articulava diversas ações e iniciativas de disponibilização de crédito, assistência técnica e extensão rural (Ater), tecnologias de acesso à água para a produção, fomento e acesso aos mercados públicos de aquisição de alimentos, inclusive com aquisição de sementes de qualidade e alimentos orgânicos ou de base agroecológica.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Em que pese os avanços alcançados durante o período de execução deste PPA, muito ainda há por realizar quando se trata de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e reduzir a Insegurança Alimentar e Nutricional da população, principalmente de Povos e Comunidades Tradicionais.

Permanecem como desafios para os próximos anos o fortalecimento do Sisan com a ampliação do número de municípios com adesão e expansão de ações integradas que qualifiquem os programas de Segurança Alimentar e

Nutricional; a regulamentação da composição e funcionamento da Caisan para a retomada de suas atividades; e a elaboração do III Plano de Segurança Alimentar e Nutricional 2020-2023.

Na elaboração do novo Plano, serão discutidas as ações de inclusão social e produtiva, seus novos objetivos e metas, com priorização às famílias mais vulneráveis. Também serão avaliadas novas possibilidades de arranjos institucionais e de políticas públicas, para que seja mantido o acompanhamento social e produtivo das famílias pobres e extremamente pobres com crianças desnutridas e que vivem no meio rural. Dessa forma, pretende-se ampliar o acesso dessas famílias à atividade produtiva e auxiliá-las, também, no desenvolvimento de projetos não agrícolas, incluindo orientações sobre alimentação saudável e educação alimentar e nutricional.

No que se refere ao acesso à água para consumo humano de famílias, a partir de dados do Cadastro Único, estima-se que cerca de 500 mil famílias no semiárido e 400 mil na Amazônia ainda têm acesso precário à água de qualidade e estão sujeitas a doenças de veiculação hídrica diversas, com impacto direto na saúde e no desenvolvimento social e econômico. Desta forma, mantém-se a perspectiva de ampliação do acesso à água para consumo humano para as famílias residentes em áreas rurais.

Fundamental é a continuidade do processo de aprimoramento e de integração de ações, como o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa Cisternas, com as iniciativas de oferta de água para consumo e produção. Nesse sentido, permite-se a chegada simultânea e coordenada da tecnologia social de acesso à água e da assistência técnica individualizada e periódica.

Outra estratégia que está em desenvolvimento para implementação nos próximos anos é a integração e articulação de um conjunto de programas de inclusão produtiva rural com foco específico nas famílias em extrema pobreza do meio rural e que recebem o benefício do Programa Bolsa Família, com vistas a garantir autonomia financeira, redução da insegurança alimentar e rompimento do ciclo intergeracional da pobreza.

Pretende-se também continuar a aprofundar a coordenação com as instituições pertinentes da área de SAN, de modo a fortalecer o protagonismo internacional do Brasil no tema, fortalecendo, ao mesmo tempo, a cooperação brasileira para a promoção internacional da agenda de SAN e para o estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis e ambientes promotores de uma vida saudável.

Por fim, é importante destacar outros desafios que se colocam para a agenda de segurança alimentar e nutricional como o enfrentamento de perdas e desperdícios de alimentos; o mapeamento dos desertos alimentares no Brasil que poderá propiciar melhor desenho de ações que garantam o acesso a alimentos mais saudáveis à população; e o aprimoramento dos indicadores nacionais e internacionais para a gestão das políticas públicas nessa área.

PROGRAMA 2071 PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Visando à promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, o Programa 2071 foi estruturado em quatro grandes objetivos: (1) fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios; (2) fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado; (3) promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador; e (4) promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.

Em 2019, face à nova estrutura organizacional da União trazida pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e a extinção do Ministério do Trabalho, os objetivos, metas e iniciativas que compõem o Programa 2071 passaram a ser executados e acompanhados pelo: i) Ministério da Economia, sendo parte de competência da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, e parte de competência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, conforme Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019; e ii) Ministério da Cidadania, por meio do Departamento de Economia Solidária, conforme Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O país recupera gradualmente a taxa de crescimento econômico e o equilíbrio fiscal. Entretanto, as altas taxas de desemprego, rotatividade e informalidade ainda persistem. Nesse sentido, a implantação da Carteira de Trabalho Digital em substituição ao documento físico apresentou-se como iniciativa importante para ganhos de eficiência aos trabalhadores, empregadores e governo. A Carteira de Trabalho Digital está disponível nas versões IOS e Android, e na Web, por meio do portal de serviços do Governo Federal - Gov.br. No ano de 2019, foram mais de oito milhões de acessos, sendo que o volume mais expressivo se deu a partir de setembro, mês da implantação. Ao mesmo tempo, registros de vínculos realizados pelos empregadores por meio do eSocial, no cumprimento da obrigação de anotação na carteira de trabalho, estarão disponíveis ao trabalhador, resultando em mais transparência e menos burocracia para o exercício da atividade econômica e para a geração de empregos.

O seguro-desemprego também passou por um processo de modernização com o desenvolvimento de novas funcionalidades no processo de solicitação via internet (Seguro-Desemprego 100% Web). Em 2019, além de solicitar a habilitação ao seguro-desemprego, é possível apresentar recurso contra uma decisão de indeferimento do benefício pela internet. No ano de 2019, 164.283

trabalhadores recorreram às soluções digitais do seguro-desemprego, seja para requerer o benefício ou mesmo solicitar a reanálise por meio de recurso administrativo, sem necessidade de agendamento, fila de espera e atendimento presencial. Mais de 84% dos trabalhadores foram dispensados de comparecer a um posto de atendimento, com validação do direito na própria plataforma digital. Esses primeiros resultados indicam que, se considerado o número médio de atendimento físico em torno de 554,6 mil trabalhadores/mês, o uso da ferramenta digital dispensaria, ao ano, 5,59 milhões de trabalhadores ou, mensalmente, 465.916 mil trabalhadores, de comparecerem a uma unidade de atendimento. Os serviços digitais do seguro-desemprego melhoram a eficiência do serviço público, permitem a redução dos custos, e conferem comodidade e segurança ao trabalhador.

Dentre os resultados dos indicadores que compõem o Programa, registra-se que oito mil crianças e adolescentes foram afastados da situação de trabalho no período do PPA. Além disso, 4,4 mil trabalhadores foram resgatados do trabalho análogo ao escravo. A taxa de rotatividade teve uma redução de 43,8% para 37,8% no período entre agosto 2014 e dezembro de 2018 (último resultado disponível). A taxa de acidentes de trabalho típicos e doença ocupacional reduziu de 13,59 para 11,62 em 2018 (dados preliminares estimados). A taxa de requerentes do seguro desemprego recolocados no mercado de trabalho por meio da intermediação de mão de obra, obteve resultados superiores a 60% do universo de segurados, de 2016 a 2019.

SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Uma das ferramentas empregadas na integração das políticas de trabalho, emprego e renda foi o Portal Mais Emprego, hoje denominado Emprega Brasil. A inovação desse sistema consistiu em possibilitar a integração do atendimento ao trabalhador em toda a rede de atendimento, sejam Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, agências regionais do extinto Ministério do Trabalho, agências integrantes do Sistema Nacional de Emprego (Sine) ou agências da Caixa Econômica Federal autorizadas. Além de integrar as ações que constituem os pilares básicos do Programa do Seguro Desemprego (solicitação do benefício associada à intermediação de mão de obra e qualificação profissional), o sistema inovou ao encaminhar requerentes do seguro-desemprego a vagas disponíveis no Sine, caso sejam compatíveis com o perfil profissional do trabalhador. Quanto aos resultados das ações de qualificação profissional, em especial no que tange à meta 04NS – Promover a qualificação profissional de 760 mil trabalhadores, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, cabe destacar que, no âmbito do Projeto Escola do Trabalhador, 1.285.425 matrículas foram realizadas, beneficiando 750.727 trabalhadores, dos quais 233.356 concluíram algum curso na plataforma virtual. O resultado dessa avaliação culminou na elaboração da Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, de que trata o Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019. Na implementação dos eixos dessa estratégia, já foram firmados acordos com entidades formadoras do Sistema S com vistas ao alinhamento da oferta de acordo com a demanda do setor produtivo, por meio de vouchers empresariais; foi celebrado, ainda, instrumento

para o desenvolvimento de projeto piloto de contratação por performance, cujo objeto prevê a qualificação de 800 jovens e sua empregabilidade em percentual acima do observado em um grupo de controle, de modo a garantir a efetividade da ação.

CRÉDITO A ATIVIDADES EMPREENDEDORAS E MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO

No que diz respeito às ações de fomento à geração de emprego e renda, tem-se o Programa de Geração de Emprego e Renda do FAT (Proger) e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). O Proger destacou-se por priorizar suas aplicações de recursos dos depósitos especiais do FAT em concessão de crédito para micro e pequenas empresas, do setor urbano, de turismo e de fomento às pequenas empresas exportadoras. Análise de informações do estoque de empregos das empresas financiadas pelo Proger Urbano demonstra sua efetividade na criação de postos de trabalho e geração de renda.

Já com relação ao PNMPO, do valor concedido no âmbito do programa, pode-se afirmar que 80% foram destinados a capital de giro. Nesse quadriênio destaca-se a publicação da Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, alterada pela Medida Provisória nº 905, de 28 de novembro de 2019, que simplificou processos e incluiu a possibilidade de utilização de novas tecnologias no processo de orientação dos beneficiários de microcrédito desde a primeira visita, de forma a reduzir os custos operacionais que envolvem a concessão dos financiamentos, custos que tornam elevados em virtude da presença da figura do agente de crédito. Merece destaque ainda o aumento da renda ou a receita bruta anual para enquadramento dos beneficiários do PNMPO para até R\$ 360 mil reais e a criação do Fórum Nacional de Microcrédito, instância destinada a promover o diálogo contínuo em torno do aperfeiçoamento do Programa, atendendo aos anseios dos entes operadores e reforçando a importância da participação social nas discussões afetas às políticas de governo.

TRABALHO DECENTE

A garantia do direito ao trabalho decente impõe a necessidade de se tomar medidas estratégicas para a alteração da realidade laboral no Brasil. Nesse sentido, foram realizadas ações prioritárias para a promoção do trabalho decente, tais como o fortalecimento do Plano Nacional de Combate à Informalidade (Plancite), intensificação da fiscalização eletrônica, maior ênfase na fiscalização de Segurança e Saúde nos setores com altos índices de mortalidade e incapacidade permanente, além da ampliação da Estratégia de Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho, de forma a articular os diversos setores da sociedade, aprimorando e atualizando as normas regulamentadoras. Registre-se, ainda, como ações de destaque, o combate ao trabalho análogo ao de escravo e às piores formas de trabalho infantil, ambos considerados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como eixos centrais de atuação na promoção ao trabalho decente. Com um total de 198,1 mil ações fiscais para inserção de aprendizes no mercado de trabalho

realizadas durante o período, a fiscalização trabalhista não só atingiu a meta estipulada para o PPA mas aumentou a sua atuação no segmento em 17,98%.

Foram empreendidas 41,3 mil ações fiscais para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados durante o período, que não só contribuíram para o alcance da meta estipulada, mas fizeram com que a inspeção do trabalho aumentasse a sua atuação no segmento em 18,21%. O mesmo ocorreu com as ações fiscais voltadas para a erradicação das piores formas de trabalho infantil; 20,2 mil fiscalizações foram realizadas no período de 2016 a 2019, superando o realizado no período do PPA anterior em 67,70%. Com a realização de 116 ações fiscais planejadas para o combate ao trabalho análogo ao de escravo entre 2016 e 2019, a inspeção do trabalho não só atingiu a meta estipulada para o PPA, mas aumentou a sua atuação no segmento em 39,76%. Para prevenir acidentes e doenças do trabalho em segmentos econômicos prioritários foram realizadas 136,6 mil fiscalizações no período. O resultado ficou 29% abaixo do valor de referência, que era de 192,7 mil ações fiscais. Quanto a atualização e aprimoramento das normas regulamentadoras voltadas à segurança e saúde no trabalho, o ano de 2019 foi marcado pelo início da revisão em massa de tais documentos; nesse esforço, as NR-01, NR-03 e NR-12 foram revisadas e a NR-02 revogada.

RELAÇÕES DO TRABALHO

Destaca-se a publicação do novo marco regulatório, dado pela edição da Portaria nº 501/2019, em 1º de maio de 2019, com o lançamento do e-Sindical. Todas as etapas passaram a ser 100% digitais, com possibilidade de peticionamento eletrônico no site, prevendo também o acompanhamento em tempo real das decisões administrativas. Além da possibilidade de iniciar o pedido, o módulo de peticionamento decorrente permite a intimação eletrônica e a complementação das informações diretamente no processo pelo interessado. Como todos os processos de Registro Sindical circulam agora exclusivamente por meio digital, houve celeridade na distribuição, facilidade de acesso ao cidadão, aumento da transparência e segurança do trâmite administrativo, incremento do controle social das ações do Estado.

Adicionalmente, registra-se que a meta relacionada a regularização de entidades sindicais registradas depende, primeiramente, da iniciativa da própria entidade sindical em protocolar junto ao órgão competente os instrumentos de atualização/regularização, esta omissão, quando ocorre, prejudica por si só o alcance da meta estabelecida. Quanto à meta relacionada a redução do prazo de 45 dias para 15 dias, no prazo médio de espera do trabalhador para assistência a homologação da rescisão do contrato de trabalho nas unidades do extinto Ministério do Trabalho, registra-se que as alterações promovidas na CLT pela Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, fizeram com que a meta perdesse o seu objeto, visto que o procedimento em questão deixou de ser exigido.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Os empreendimentos econômicos solidários vêm sendo valorizados como estratégias de dinamização socioeconômica no âmbito de processos de

desenvolvimento local ou territorial sustentável. Em apoio às ações de economia solidária, foram realizados 1.702 empreendimentos, em 2019, sendo aproximadamente 7.074 pessoas beneficiadas, sendo 58% mulheres. No período de 2016-2019, foram totalizados 9.441 empreendimentos apoiados, frente aos 14.000 inicialmente previstos. Apesar do não atingimento da meta, ressalta-se que, no exercício de 2020, será dada continuidade à implementação das ações inicialmente propostas.

O principal objetivo da política de economia solidária é o apoio a projetos que alcance a população mais vulnerável da sociedade, trazendo os seguintes benefícios: fomento e fortalecimento da Economia Solidária por meio do repasse de recursos para assessoramento técnico; incubação de iniciativas econômico-solidárias; comercialização e consumo sustentáveis e solidários e sua organização em redes de cooperação; fortalecimento institucional para criação de um ambiente favorável à formalização dos empreendimentos e estruturação da política nacional, com participação e controle social; e implantação do Sistema Nacional de Economia Solidária.

Outras ações de promoção e apoio à economia solidária que merecem destaque são: realização da 26ª Feira Internacional de Cooperativismo; inauguração de Centros públicos de Economia Solidária; e a estruturação das cooperativas de catadores de resíduos sólidos e materiais recicláveis, fornecendo equipamento, assessoria e formação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No que se refere ao plano de transformação digital, a expectativa é a de implementar a carteira de trabalho digital em todo o território nacional e potencializar o uso do Seguro-Desemprego 100% Web como o principal instrumento de habilitação ao benefício. Nesse sentido, é fundamental ajustar a rotina do sistema do seguro-desemprego transacional para a nova realidade, garantindo o monitoramento contínuo e dinâmico dos processos e a segurança das informações.

Quanto à rede Sine, paralelamente a outros projetos que foram desenvolvidos visando seu aperfeiçoamento e modernização, em 2019, cabe citar o projeto Sine Aberto, que possibilita o “compartilhamento” do banco de dados do Sistema Nacional de Emprego – Sine com pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresárias (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra, conforme diretrizes estabelecidas pela Resolução CODEFAT nº 826, de 26 de março de 2019. O resultado esperado desta ação é a obtenção de emprego por parte dos trabalhadores mais bem capacitados e qualificados da amostra do Sine e, ao longo do tempo, a redução do desemprego friccional.

Contudo, há que se registrar também as dificuldades enfrentadas pela gestão pela inadequação do instrumento de convênio para execução de uma política pública continuada, como a intermediação de mão de obra. E, nesse sentido, o grande destaque, para o período, se deve – sem dúvidas, à edição do novo

marco regulatório do Sine com a publicação da Lei nº 13.667, em 17 de maio de 2018. A Lei regulou, em todo o território nacional, a execução das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, dotando o sistema de uma nova estrutura para a gestão e operacionalização das suas ações e serviços.

Faz-se imperioso elencar também as diversas medidas que estão sendo tomadas com o intuito de regulamentar as diretrizes trazidas pela nova legislação. A primeira medida realizada foi a aprovação da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, que regulamentou procedimentos e critérios para a transferência automática de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT aos respectivos fundos do trabalho dos Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do artigo 12 da referida Lei. Neste contexto, cabe ressaltar que estão em elaboração Resoluções que versarão sobre o Índice de Gestão de Desempenho - IGD, sobre critérios para repasse de recursos, sobre a prestação de contas, entre outros temas. Já as perspectivas para a política de capital humano relacionam-se à expansão dos eixos da Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego, o que deverá ocorrer a partir da avaliação das implementações iniciais já realizadas.

Nesse tocante, é importante destacar que a avaliação da efetividade das medidas voltadas ao aperfeiçoamento do capital humano implementadas e a possibilidade de sua reorientação, sempre de forma aliada à interlocução com o setor produtivo, com vistas a que a oferta de ações estejam compatíveis com a demanda real do mercado, permearão as iniciativas sob gestão desta SPPE, para que os objetivos de suas políticas — potencializar a empregabilidade e elevar a produtividade do trabalhador — sejam alcançados. Como desafios do Programa a serem enfrentados no PPA 2020-2023, os mais prementes são: ajuste nas políticas que sintonizem a qualificação do trabalhador com as demandas de mercado; aumento na abrangência da rede de atendimento do SINE, de modo a incrementar a intermediação de mão de obra; desenvolvimento de políticas que contribuam para a inserção de trabalhadores em atividades produtivas; criação e manutenção de postos de trabalho; estímulo à formalização dos pequenos negócios; e apoio a unidades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e trabalho, a micro e pequenas empresas e pequenos empreendimentos. Além disso, a nova rotina digital exigirá a continuidade de processos internos que favoreçam o rápido acesso dos cidadãos à informação e aos serviços, bem como a convalidação dos dados das bases de governo, visando a mitigação de riscos e o fortalecimento dos serviços de tratamento de dados tendo em vista os ganhos de eficiência, economicidade, conforto e transparência.

PROGRAMA 2076

DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO TURISMO

Um grande desafio imposto ao Brasil é a geração de emprego e renda para impulsionar o crescimento econômico e o aumento da produtividade. O setor de turismo, nesse sentido, desempenha um relevante papel na economia mundial, possui grande capacidade de geração de emprego e renda, novos negócios, produção de bens e serviços, por meio de melhorias na infraestrutura, de modo a trazer benefícios tanto aos turistas quanto à comunidade local.

Nesse contexto, o Ministério do Turismo (MTur) tem priorizado sua política de investimento, principalmente, para a implementação de infraestrutura turística nos municípios brasileiros, com a finalidade de contribuir para a estruturação de serviços e equipamentos turísticos que proporcionem o crescimento da economia. O objetivo é compatibilizar o crescimento do PIB com a redução das desigualdades entre as regiões por meio do investimento e da implementação de projetos estruturantes no setor do turismo.

Os resultados que impactam no referido índice-chave em 2019 podem ser percebidos, primeiramente, no gerenciamento de mais de 1.500 projetos de infraestrutura turística, com a celebração de contratos que totalizam R\$ 1,24 bilhão. Até o momento, o MTur desembolsou cerca de R\$ 280 milhões. Adicionalmente, em 2019, foram concluídas mais de 830 obras.

Contudo, os impactos dos investimentos em infraestrutura turística podem ser sentidos, ainda, pelos novos postos de trabalho criados em toda a cadeia do turismo. Segundo informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério da Economia, até o mês de outubro de 2019, o saldo entre admitidos e desligados foi positivo em 8.071 carteiras de trabalho assinadas nas atividades características do turismo (act's). Para o mesmo período em 2018, o saldo foi negativo em 5.751 carteiras de trabalho, que foram baixadas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- ✓ Elaboração do Programa Investe Turismo e da realização dos Seminários estaduais. Apresentação do programa nas 27 capitais do país, com aproximadamente 4.000 participantes.
- ✓ Decreto Interministerial de isenção de vistos para EUA, Canadá, Austrália e Japão.
- ✓ Aprovação da Lei Geral do Turismo na Câmara dos Deputados.
- ✓ Medida Provisória a Hora do Turismo (Extinção da taxa do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), Manutenção de benefícios fiscais sobre leasing de aeronaves e de remessas para o exterior das agências e operadoras de turismo, Autorização de transformação da EMBRATUR em agência).
- ✓ Melhoria nas condições de acesso ao crédito do Fundo Geral de Turismo, possibilitando aos micro e pequenos empresários o financiamento de capital de giro associado e isolado. Ampliação de 8 para 18 o número de agentes financeiros credenciados para operacionalizar o Fungetur.
- ✓ Instituição da Política Nacional de Gestão Turística e do Comitê Interministerial de Gestão Turística do Patrimônio Mundial Natural e Cultural.

- ✓ Apoio a 52 eventos geradores de fluxos turísticos.
- ✓ 2º Prêmio Nacional do Turismo, em conjunto com o Conselho Nacional de Turismo.
- ✓ Consolidação da Rede de Inteligência de Mercado no Turismo (RIMT).
- ✓ Mapeamento do turismo religioso no país.
- ✓ Cursos técnicos do MedioTec e de formação inicial de guias.
- ✓ Criação da Escola Nacional de Turismo, em Foz do Iguaçu.
- ✓ Criação da Escola Nacional de Turismo, em Foz do Iguaçu.
- ✓ Realização de eventos para promoção da gastronomia associada a produtos da agricultura familiar.
- ✓ I Seminário de Segurança Turística.
- ✓ Seminário “Turismo em Áreas Protegidas”.
- ✓ Gestão compartilhada de Áreas da União: Portaria Interministerial MTur/ME nº 151, 10/4/19, e Instrução Normativa Conjunta nº 1, 11/9/19. Proposta de projeto-piloto em Foz do Iguaçu/PR.
- ✓ Celebração do Prodoc junto à Unesco para a Promoção do patrimônio, Economia Criativa e outros.

COMPETITIVIDADE DOS DESTINOS, PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

Em 2019, a previsão de recursos de dotação orçamentária inicial para investimentos no Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística foi de R\$ 550.240.965,00. No referido exercício, foram apoiados 619 novos projetos de infraestrutura turística em todas as unidades da federação, que totalizam um repasse de aproximadamente 500 milhões de reais.

Entre o total de recursos orçamentários investidos, foram apoiados, ainda, 2 novos projetos de infraestrutura turística, que totalizam um repasse de R\$ 9.021.109,81 à conta de recursos oriundos do Orçamento Geral da União- OGU destinados à participação da União no PRODETUR Nacional, o que contribuirá diretamente para o aumento da competitividade e estruturação dos destinos turísticos contemplados.

No que tange aos financiamentos de crédito para o setor de turismo, o Ministério do Turismo credenciou novos agentes financeiros para executar os recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, ampliando de 8 para 18 o número de instituições habilitadas. Entre 2017 e 2019, foram empenhados R\$ 576,6 milhões para concessão de crédito aos empresários do ramo turístico. Somente em 2019, foram contratados R\$ 116,3 milhões para execução de 214 operações turísticas, em 104 municípios, distribuídos entre 8 estados brasileiros (ES, MG, MT, PR, RS, SE, SC, SP), gerando 2.249 empregos no setor de turismo brasileiro.

No ano de 2019, o Mtur participou de cinco eventos para atração de investimentos, no Brasil e no exterior, sendo eles o Marché International des Professionnels de l'immobilier – MIPIM, em Cannes, França; o Fórum Global de Economia do Turismo – GTEF, em Macau, China; World Travel Market Latin America – WTM e ABAV Expo, ambos em São Paulo/SP; e o Festuris, em Gramado/RS. Ressalta-se que do GTEF resultou a conquista de agenda com grandes investidores do ramo de Resorts Integrados.

Quanto ao PRODETUR+Turismo, programa que apoia o setor público e a iniciativa privada no acesso a recursos de financiamentos nacionais e internacionais, na implementação de projetos para o desenvolvimento e estruturação dos destinos turísticos, foram fomentados, em 2019, por intermédio de análise de propostas de ações, mais de R\$ 5,6 bilhões em projetos e emitidos 169 selos certificadores de propostas consideradas prioritárias no desenvolvimento e estruturação do turismo nacional.

Uma das principais ações do Programa é o SELO+Turismo, que identifica propostas prioritárias ao desenvolvimento do turismo, no município e na região turística, sendo um instrumento por meio do qual os gestores públicos e privados qualificam seus projetos e planos de investimentos, com um carimbo que carrega o DNA do Turismo, com identidade própria junto aos bancos financiadores e agilidade no acesso aos recursos de financiamentos. Além disso, foram realizados em 24 estados da Federação, em conjunto com o Sebrae e a Embratur, Seminários do Investe Turismo, um programa de articulação e fomento do turismo que promove a convergência de ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento, gerar empregos, aumentar a qualidade e competitividade de 30 rotas turísticas estratégicas do Brasil.

Em 2019, também foi anunciado o novo Mapa do Turismo Brasileiro 2019-2021, que agora reúne 2.694 cidades de 333 regiões turísticas. Estados e municípios que trabalham o setor como política de desenvolvimento seguiram critérios adicionais, a exemplo da obrigatoriedade de participação em Instância de Governança Regional (IGR) e a existência de Conselho Municipal de Turismo. Ressaltamos que todos os municípios que possuem Conselhos Municipais de Turismo e Instâncias de Governanças Regionais – IGR, formalizadas foram certificados no referido ano.

Avanços também marcaram o Programa de Regionalização do Turismo (PRT). O Conexão PRT + Integrado permitiu uma troca de experiências mais ampla com os 3.054 interlocutores nos estados e os gestores das IGRs.

Foi, ainda, instituída a Política Nacional de Gestão Turística do Patrimônio Mundial Natural e Cultural. O documento aponta diretrizes para viabilizar a preservação, a valorização e o aproveitamento da visitação dos espaços no Brasil, que envolvem 22 destinos reconhecidos pela Unesco.

O MTur, com o intuito de otimizar esforços e consolidar as ações de qualificação profissional para o turismo, buscou integração de programas já existentes no Governo Federal, firmou Acordo de Cooperação Técnica o Ministério da Educação (MEC), visando a oferta de vagas em cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Diante do que Fundamenta e orienta o PNT 2018-2022, em 2019 o MTur criou o SISTEMA de Código de Conduta destinado à proteção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, direcionado aos prestadores de serviços turísticos. O objetivo é que as empresas e prestadores de serviços turísticos assumam os compromissos estabelecidos no Código de Conduta, adotem uma posição explícita de repúdio à violência sexual contra crianças e adolescentes em sua política interna e que promovam ações de disseminação de informação e capacitação, de modo que seus funcionários e parceiros comerciais tenham mais esclarecimento sobre o tema e saibam como proceder em casos suspeitos.

A adesão é gratuita, voluntária e feita via sistema que pode ser acessado pelo hotsite <http://www.codigodeconduta.turismo.gov.br/index.php/pt/> com o pré-requisito de que a empresa possua cadastro no Cadastur. O objetivo é que juntos, todos possam combater a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Com o intuito de estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços turísticos, foi iniciado o diagnóstico da Segurança Turística, por intermédio de articulações com órgãos ligados a segurança pública, a defesa civil, a defesa do consumidor e a vigilância em saúde, visando a sistematização das ações desses entes.

Foi também firmado Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre MTur, MMA, ICMBio e Embratur, com vistas à implantação de ações conjuntas para desenvolver o turismo ecológico e integrado à diversidade sociocultural e à conservação da biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais, bem como atuar na sua promoção e apoio à comercialização em âmbito nacional e internacional. O ACT congrega diversas ações com intuito de fomentar o turismo em Unidades de Conservação, com foco na infraestrutura, capacitação, apoio a promoção e comercialização para a melhoria dos serviços turísticos nas Unidades de Conservação.

Uma importante ação foi a realização do Seminário Turismo em Áreas Protegidas, em que foram debatidas políticas públicas de turismo alinhadas ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à conservação de áreas protegidas, o evento contou com a participação de mais de 100 pessoas de forma presencial. Entretanto, o alcance foi muito maior tendo em vista que o evento foi transmitido ao vivo por meio da plataforma da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Além disso, o conteúdo encontra-se disponível nos sites da ENAP e do MTUR para que o público interessado.

Houve, ainda, parceria junto à Secretaria Especial de Cultura para a implementação da Rede Brasileira de Cidades Criativas, visando o desenvolvimento do turismo criativo e dos setores da economia criativa nas cidades participantes. A ideia é elaborar e implementar ações conjuntas de capacitação de agentes e empreendedores culturais e do turismo atuantes nas cadeias produtivas, promovendo a diversificação da oferta turística, fomentando políticas públicas que tornem os ecossistemas da criatividade mais férteis.

O Ministério do Turismo celebrou, junto à UNESCO, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, um PRODOC intitulado “Promoção do turismo nos sítios do patrimônio cultural e natural, da economia criativa e de outras políticas vinculadas ao turismo e ao desenvolvimento sustentável”. Visa fomentar, qualificar e diversificar a oferta turística brasileira e auxiliar a formulação e implementação de políticas governamentais em sintonia com o referencial programático da UNESCO. Viabiliza o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos para a gestão da inovação no âmbito da Administração Pública.

Diante da necessidade de normatizar a utilização das áreas de domínio da União, foram publicadas a Portaria Interministerial ME/MTur nº 151/2019 e a Instrução Normativa Conjunta ME/MTur nº 01/2019, que estabelecem a gestão compartilhada de áreas turísticas, de domínio da União, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para a regularização e utilização das

áreas com potencial turístico, bem como desenvolvê-las para atrair investimento e aumentar o fluxo turístico internacional e nacional no Brasil.

Com relação ao tema Segurança Turística, foram realizados encontros, seminários e articulações ligadas à Segurança Turística onde foi destacada a importância de se qualificar profissionais de segurança pública, bem como incentivar a colaboração efetiva do trade turístico nesta área.

A requalificação e modernização de espaços públicos voltados ao turismo está sendo direcionada pelo Programa Revive, que abre o patrimônio público com interesse arquitetônico, histórico ou cultural ao investimento privado para desenvolvimento de projetos de vocação turística, através da realização de concursos públicos para concessão. Dentre os principais objetivos estão a preservação e valorização do patrimônio público, a ampliação e diversificação da oferta turística e a geração de receitas patrimoniais.

PROMOÇÃO DOS DESTINOS, PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS BRASILEIROS

Das ações realizadas no exterior para a promoção de destinos, produtos e serviços turísticos no exterior, destacam-se, em 2019: realização de 2 campanhas de Publicidade atingindo um total de 8 países; ações contínuas nas redes sócias do @visitbrasil; evoluções no portal e mapeamento de influenciadores.

Cabe destacar ainda que Brasil esteve representado em diversos Eventos e Feiras Internacionais. Os eventos mencionados, bem como as atividades de relacionamento, focaram nos mercados estratégicos definidos no Planejamento Tático-Operacional da Embratur, quais sejam: Estados Unidos da América; França; Alemanha; Reino Unido; Portugal; Itália; Espanha; Chile; Uruguai; Argentina; Paraguai; Peru; México; Colômbia; e China.

No âmbito das atividades, encontram-se a participação em feiras internacionais de turismo tais quais, FITUR/Espanha, ITB/Alemanha, ITB/China, FIT/Argentina, FITPAR/Paraguai, WTM/Londres, sendo que nesta feira o estande foi premiado como o melhor estande para se fazer negócios, e no da FITPAR/Paraguai, o mais atrativo.

Também foram realizados Workshops para agentes de viagem e demais componentes do trade, principalmente em parceria com a Visit Brasil Association – VBRATA, com a qual foram realizados *Roadshows* no Reino Unido, França e Itália, mas também com grandes operadores, como Solférias e USTOA. Tal tipo de atividade permite uma abordagem técnica e focada para sensibilização e treinamento dos atores que efetivamente serão responsáveis pela venda direta aos turistas em potencial daqueles mercados.

Com relação à Produção Associada ao Turismo, as ações foram desenhadas com base em uma estratégia mais eficiente para agregar valor aos destinos, e a incorporação de novos produtos à oferta turística, como os de agropecuária, artesanato, manifestações culturais e gastronomia, gerando desenvolvimento e integração de atividades turísticas com foco na Produção Associada.

Com o intuito de possibilitar o aproveitamento das potencialidades locais para o desenvolvimento sustentável do turismo, buscou-se fortalecer a atuação do MTur na produção associada ao turismo e no turismo de base local em ações promocionais em eventos relevantes do setor.

Nesse contexto, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, o Ministério realizou um projeto de pesquisa aplicada e apoio técnico-científico nas ações de promoção da gastronomia brasileira associada aos produtos da agricultura familiar junto ao setor de turismo. A estratégia é diversificar a oferta turística, a inclusão social e a geração de trabalho e renda. As ações previstas marcam o desenvolvimento de um dos programas prioritários estabelecidos pelo MTur, que consiste na promoção da Gastronomia Brasileira como ativo estratégico para o desenvolvimento do Turismo.

A estratégia de comercialização dos eventos é focada nas negociações com variados segmentos do setor de turismo. Considerando os números das duas ações, foram comercializados R\$ 40.280,00 em vendas diretas ao público, com uma expectativa de R\$ 390.000,00 em negócios futuros firmados entre as cooperativas e empreendimentos do setor. Inúmeras famílias que representam as cooperativas de agricultores familiares foram beneficiadas nestes eventos.

Sob a ótica de eventos geradores de fluxo turístico, foi apoiada a realização de 43 eventos culturais, tradicionais e de notório conhecimento popular, contribuindo para a promoção, o posicionamento dos destinos no mercado turístico e o fomento da atividade turística por meio da geração de emprego e renda. Prioritariamente, foram consolidados os festejos juninos mais tradicionais, com grande potencial para o aproveitamento turístico, funcionando como indutores de demanda turística. Além disso, foram potencializados os eventos gastronômicos, incrementando os calendários de eventos locais, especialmente nos períodos de baixa temporada, utilizando a gastronomia como fator de promoção da culinária regional e fomentadora da valorização dos produtos e produtores locais, promovendo inclusão social e reforço da identidade cultural da população local.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Ministério do Turismo vem atuando sistematicamente para tornar o setor um importante vetor de desenvolvimento econômico. No entanto, alguns desafios ainda precisam ser vencidos, como a redução do custo Brasil, a desburocratização do setor e a melhoria do ambiente de negócios, de modo a ampliar os investimentos e contribuir com o aumento do número de viagens no país e, conseqüentemente, com a geração de emprego e renda.

Entre as dificuldades observadas em 2019, fica notória a necessidade de articulação e parcerias com órgãos e o trade, tendo em vista que fatores externos dificultaram o pleno desenvolvimento das ações. Por exemplo, houve complicações nas capacitações com a seleção e contratação de docentes para os cursos da Polícia Militar (PM). Outro fator foi adequar a disponibilidade dos policiais aos dias e horários estabelecidos para a execução das aulas, além da sensibilização por parte do Comando das policias na liberação dos policiais para a realização dos cursos.

Tem-se, ainda, a falta de realização de chamamento público para apoio a eventos geradores de fluxos turísticos com orçamento próprio. Isso impacta na realização do apoio aos eventos, já que fica condicionado ao direcionamento de emendas parlamentares.

Em contrapartida, algumas ações tiveram sucesso em 2019 e já estão planejadas para 2020, como a instituição de Grupo de Trabalho das áreas de domínio da União, que elaborará Portaria Ministerial com a definição do porte e demais parâmetros de empreendimentos turísticos, bem como, os critérios de

análise dos projetos técnicos que definirão as áreas com potencial para o desenvolvimento do turismo. Também será selecionada a área da União para a realização de projeto-piloto.

Além disso, a fase de implementação do projeto Revive Brasil, que tem a metodologia originada em Portugal, será adaptada às características do Brasil e contará com a parceria da SPU e IPHAN para o seu desenvolvimento. O projeto será apresentado ao IPHAN E SPU para validação. O Instrumento de cooperação com o Governo de Portugal (Instituto de Turismo de Portugal) tem previsão de assinatura no início de 2020.

Com relação aos eventos geradores de fluxo turísticos, apesar de não ter havido o chamamento público, foram celebrados 10 convênios em 2019 com execução prevista para 2020, sendo 2 eventos religiosos, 1 evento de veraneio e 7 eventos de carnaval.

O MTur começa o ano de 2020 alicerçado em novos direcionamentos, tendo em vista a finalização do Planejamento Estratégico (com previsão de entrega para o 1º trimestre) que norteará todas as ações do ministério para os próximos 4 anos, com estratégias bem definidas e que estão alinhadas com o novo PPA 2020-2023.

PROGRAMA 2077 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

O programa no quadriênio buscou estimular o produtor rural a desenvolver uma atividade agropecuária mais sustentável e resiliente às adversidades por intermédio da transferência de tecnologia, da assistência técnica e extensão rural, da organização da produção, da modernização dos sistemas produtivos, da agregação de valor e qualidade aos produtos agropecuários, da disponibilização do crédito rural, do provimento do seguro rural e do estabelecimento do zoneamento agrícola.

Os avanços obtidos através da gestão das políticas públicas envolvidas, assim como, as dificuldades orçamentárias decorrentes da situação fiscal do País, se refletiram no desempenho dos 20 indicadores do programa. No quadriênio, 16 indicadores tiveram índices superiores aos de referência, declarados em 2015 e 4 tiveram desempenho inferior ao ponto de partida.

A taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário negativa em -3,6% ocorrida em 2019, a redução da produção nacional de cana-de-açúcar em 208 e 2019 são ocorrências pontuais que examinadas em profundidade apontam para fatores conjunturais e não estruturais. Já o aumento no valor das importações de produtos da agropecuária para o patamar de US\$ 11, 2 bilhões/ano decorre da maior integração dos mercados internacionais, observando-se que o saldo comercial é extremamente positivo para o Brasil.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em que pese a redução de 0,5% do valor real das lavouras, em relação a 2018, e um crescimento de 9% da pecuária, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) em 2019 apresentou crescimento de 2,6%, estimado em R\$ 630,9 bilhões. As apólices aprovadas no Sistema de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural totalizaram 6,9 milhões de hectares segurados. Tendo por base a estimativa de área plantada pelo IBGE, o Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado ficou em 8,81%, ou seja, 50% superior ao apurado em 2018.

No que se refere à Produção Orgânica, em 2019 registrou-se 22.077 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, com aumento de 26,35% em relação a 2018 e de 92,34% em relação ao início do quadriênio 2016-2019.

Foram estimadas 27.878 Unidades de Produção Orgânica, referindo-se a uma área total de 908.812,80 hectares com produção orgânica, um acréscimo de 26,35% se comparada com a área estimada em 2018.

O Produto Interno Bruto da Agropecuária cresceu, em 2019, 5,8% em relação ao ano anterior, tendo como contribuições positivas o algodão, milho e laranja.

No ano de 2019 não foram realizadas operações de apoio à comercialização através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para os produtos que compõem a fórmula do indicador correspondente. Os preços de mercado operaram em patamares superiores ao preço mínimo, dispensando, portanto, a

atuação do governo. A exceção foi o trigo, cujo preço de mercado chegou a ficar abaixo do mínimo, porém em um patamar muito próximo dele, o que levou os produtores a não demandarem intervenções.

As exportações brasileiras de produtos agropecuários diminuíram 3,6% em comparação a 2018, somando US\$ 81,66 bilhões em 2019. Tal redução ocorreu em função da queda do índice de preço das exportações setor agropecuário brasileiro. Os cinco principais setores exportadores de 2019 foram: complexo soja; carnes; cereais, farinhas e preparações; e complexo sucroalcooleiro.

Conforme o Boletim de Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, para a safra 2018/19, a estimativa da produção brasileira de grãos é de 242,12 milhões de toneladas. Isso equivale a um aumento de 6,3% em relação à safra anterior (2017/18). As condições climáticas favoráveis e o plantio ocorrido dentro da janela ideal permitiram esse recorde na produção total. As maiores produções foram da soja (115 milhões de toneladas), milho (100 milhões de toneladas) e arroz (10,4 milhões de toneladas).

Quanto à Produção Nacional de Carnes, esta tende a crescer, visto que a China está se tornando uma grande importadora da carne brasileira. As importações brasileiras de produtos agropecuários totalizaram US\$ 11,18 bilhões em 2019, representando redução de 1,2% em comparação aos US\$ 11,32 bilhões registrados em 2018.

A cultura da cana-de-açúcar proporcionou a produção de 620,44 milhões de toneladas na safra 2018/19, com redução de 2% em relação à safra anterior.

A implementação das atividades Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC), utilizando-se cálculos conservadores para o total de gases de efeito estufa - GEE mitigado, permite relatar a redução de 133,36 milhões de tCO₂e nas emissões de GEE no período de 2016-2019, indicando que as metas de redução das emissões na agropecuária brasileira até 2020 já foram cumpridas.

A seguir, são apresentados os avanços nas principais metas do Programa, organizadas por objetivos.

PROJETOS PÚBLICOS DE IRRIGAÇÃO

A revitalização das infraestruturas de irrigação em projetos públicos de irrigação (PPI) continuou obtendo avanços no ano de 2019, referente aos projetos da Codevasf, com investimentos na ordem de 77,5 milhões de reais. Esses investimentos contribuem para a manutenção e aumento da área cultivada nos PPI, a qual contabilizou aproximadamente 122.373 hectares em 2018, obtendo uma média de VBP na ordem de R\$ 24.135,52 por hectare. Além disso, a Empresa Pública investiu cerca de R\$ 41,5 milhões nos PPI de: Baixo de Irecê/BA; Salitre/BA; Mocambo-Cuscuzeiro/BA; Pontal/PE; Marrecas/PI; Inhapi/AL e Iuiu/BA, que ao fim de suas implantações irão aumentar substancialmente a área irrigada.

Quanto ao planejamento para o desenvolvimento da Agricultura Irrigada no território nacional, o MDR por meio do Projeto de Cooperação Técnica com a

FAO para a “Promoção de Políticas Públicas de desenvolvimento Regional”, está atualizando o estudo “Análise territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada”, adaptando a ferramenta construída para sua disponibilização em plataforma web. Este estudo atualizado servirá de base para a elaboração do Plano de Ação Imediata para o desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil no período 2020-2023, que traçará as diretrizes para efetivar a expansão da irrigação nas áreas prioritárias identificadas nos referidos estudos.

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO E CLIMÁTICO E SISTEMAS DE PREVISÃO DE TEMPO E CLIMA

A evolução contínua de técnicas de previsão de Tempo e Clima permitiu em 2019 que se classificassem e divulgassem os riscos meteorológicos sobre o território brasileiro, informação que é disponibilizada para a Defesa Civil, parceiros institucionais e aos cidadãos. Por esse motivo, são efetuados continuamente investimentos no adensamento da rede meteorológica automática, reportando a cada hora informações meteorológicas e climáticas de todo país para uso de inúmeras organizações nacionais e internacionais.

Em 2019 foram instaladas 12 unidades, atingindo o total de 574 unidades instaladas até Dez/2019, para uma meta prevista de 700 unidades. Dessa forma, a meta do PPA 2016-2019 ficou com um índice de 82% de execução.

MECANISMOS DE GESTÃO DE RISCOS CLIMÁTICOS PARA AGROPECUÁRIA

Em 2019, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) empregou R\$ 440,3 milhões, beneficiando cerca de 58 mil produtores e atingindo uma cobertura de 6,9 milhões de hectares, ou seja, aproximadamente 9% da área plantada com lavouras, com destaque para as culturas de soja, milho 2ª safra, trigo, maçã e uva.

Com o objetivo de incentivar a contratação de apólices de seguro rural nas Regiões Norte e Nordeste do país, foi destacado o valor de R\$ 20 milhões para apólices contratadas exclusivamente nestas regiões. Tal medida foi fundamental para que o número de apólices contratadas em 2019 no Norte e Nordeste mais que dobrasse em relação ao ano anterior.

Destaca-se igualmente, o recorde no número de culturas subvencionadas pelo PSR no ano de 2019, perfazendo 60 no total, demonstrando que o incentivo na diversificação de culturas e regiões vêm surtindo efeito positivo.

No tocante ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), em 2019 foram realizados pela Embrapa novos estudos para as culturas de banana, uva e cacau, assim como o desenvolvimento de novas metodologias de avaliação de riscos com o aprimoramento do ZARC, que passou a gerar relatórios por cultura.

CRÉDITO RURAL E OUTRAS FONTES DE FINANCIAMENTO

Em 2019, os principais desafios do crédito rural estiveram relacionados à disponibilidade de recursos para o financiamento do custeio da safra 2019/2020, e principalmente para a realização de investimentos, em quase

totalidade dependente de recursos orçamentários do Tesouro para a equalização de juros.

Mesmo diante das restrições orçamentárias foi possível aumentar a disponibilidade de crédito rural no Plano Safra 2019/2020 (R\$ 191,53 bilhões) em 0,3% comparativamente ao Plano anterior (R\$ 190,89 bilhões).

Também houve melhora nas condições de acesso aos recursos do crédito rural por meio da revisão do modelo de financiamento via direcionamento do crédito rural, o que possibilitou o estabelecimento de condições mais favoráveis aos pequenos e médios produtores rurais e o estabelecimento de uma linha de financiamento agropecuário de até R\$1,0 bilhão para a concessão de créditos para liquidação integral de dívidas de produção, além da instituição de nova modalidade de financiamento para a composição de dívidas rurais (Pro-CDD AGRO), destinada às empresas processadoras de produtos agropecuários e aos fornecedores de serviços rurais.

CAFEICULTURA SUSTENTÁVEL

No período de 2016-2019, a safra brasileira de café, em média, ficou em torno de 51,84 milhões de sacas, com crescimento médio da safra de 5,2% ao ano.

Para o PPA 2016-2019, foi estipulada a meta de ampliar para R\$ 1,5 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamentos para custeio com recursos do Funcafé.

No período 2016-2019, foram disponibilizados os montantes de R\$950 milhões, R\$1,010 bilhão, R\$1,100 bilhão e R\$1,300 bilhão em 2019, correspondendo à média de crescimento de 12,3% ao ano e de 37% em relação ao início do Plano.

Foram ainda investidos R\$ 38,534 milhões em projetos de pesquisa para a geração de tecnologias para promover a sustentabilidade, competitividade, inovação e incremento tecnológico da cafeicultura, durante vigência do Plano.

AGRICULTURA DE BAIXA EMISSÃO DE CARBONO (Plano ABC)

No Plano ABC, no período de 2016 a 2018, foi promovida a implantação de 14 dos 15 projetos estaduais teórico-práticos para estimular o produtor na utilização de sistemas conservacionistas, sendo: Região Norte (4), Nordeste (5), Centro-Oeste (2), Sudeste (2) e Sul (1), atingindo assim 93,3% da meta prevista no PPA.

Em 2019, foram estabelecidos planos estaduais de agricultura de baixa emissão de carbono em todos os estados e até esse ano, foram capacitados mais de 82.000 produtores, agentes de assistência técnica e extensão rural, pesquisadores, estudantes e profissionais do sistema bancário.

A implantação de unidades de teste e demonstração (UTD), ou unidades de referência tecnológica (URT), alcançou a marca de mais de 964 unidades, instrumentos vitais para ampliar a difusão do Plano ABC em todo o Brasil.

O Plano ABC, através dos mecanismos de crédito rural e outras fontes de financiamento, já investiu no campo cerca de R\$ 19,3 bilhões em mais de 36 mil contratos firmados com produtores rurais, totalizando uma área superior a

9,83 milhões de hectares em 2.943 municípios, equivalentes a 53% do total do país.

COOPERATIVISMO E ASSOCIATIVISMO RURAL

No período de 2016 a 2019, por meio dos Programas CooperGênero e AgroJovem Empreendedor, ocorreu a capacitação de 8.565 dirigentes e empregados em gestão de cooperativas e associações rurais e a capacitação em organização produtiva e gestão da propriedade de 20.467 associados e não associados de cooperativas e associações rurais, tendo atingido dessa forma as metas para o ano.

Foi também lançado o Programa Brasil Mais Cooperativo, com vistas a apoiar o cooperativismo e a agricultura familiar, por meio da oferta de ações de assistência técnica, apoio à qualificação de processos de gestão, produção, comercialização nos mercados institucionais e privados, organização social, intercooperação e formação técnica, viabilizados pela parceria com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

BIOMASSA AGROPECUÁRIA

O setor de florestas plantadas ocupa aproximadamente 1% da área do país e responde por 91% de toda a madeira produzida para fins industriais, sendo o nosso país o maior produtor mundial de celulose fibra curta e o líder no ranking global de produtividade florestal, valores quase duas vezes maiores do que a produtividade das florestas em países do hemisfério norte. Em 2019, o setor manteve-se como o terceiro maior exportador da balança comercial do agronegócio, atrás do complexo soja e das carnes, com exportações na ordem de U\$ 12,9 bilhões, respondendo por 13% das exportações do agronegócio.

SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Com relação à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, em 2019 foram trabalhadas 13 novas regiões, totalizando 98 regiões apoiadas desde o início do PPA 2016-2019.

Em referência à produtividade e qualidade dos produtos de origem animal, foram implantadas boas práticas pecuárias em 10.000 propriedades rurais; capacitados 4.000 profissionais e 1.000 técnicos multiplicadores em boas práticas agropecuárias, processamento de insumos e alimentos e bem-estar animal. Foram também implantados os Planos Nacionais de Estruturação das Cadeias Agroalimentares Tradicionais e de Pequeno Porte; e de Fomento às Boas Práticas na Cadeia Produtiva do Leite.

No período do PPA, implementou-se 699 projetos que permitiram a implantação de Boas Práticas em 57.084 propriedades rurais em 20 estados da federação. Desses, 62 projetos foram ou estão sendo executados nas regiões do semiárido nordestino e mineiro, tendo sido atendidos 2.509 e 2.732 produtores, respectivamente, totalizando 5.241 produtores na região do semiárido brasileiro.

PROMOÇÃO DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E DA PRODUÇÃO ORGÂNICA

Até o final de 2019, foram regularizados 22.077 produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, evidenciando a estimativa de 27.878 Unidades de Produção Orgânica em funcionamento no Brasil e o total de 908.812,80 ha de área de Produção Orgânica. O crescimento do setor de produção orgânica para o quadriênio 2016-2019 foi de 92,34%, representando um resultado extraordinário frente aos desafios enfrentados pela economia e o setor de produção neste período.

AGRICULTURA IRRIGADA

Estima-se que em 1,33 milhões de hectares de área privada no país foram utilizados processos de irrigação, resultado esse que pode ser medido, não só por sua expressão numérica, mas também em termos de geração de empregos e renda (ainda não apurados), a diminuição da pressão por novas áreas de cultivo e o aumento da produção e produtividade no campo, claramente observáveis pelo crescente desempenho nas últimas safras agrícolas.

Desde 2015, cerca de 2,4 milhões de hectares irrigados foram incorporados ao processo produtivo agropecuário e agroindustrial.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Um dos maiores desafios a serem enfrentados pela agropecuária brasileira nos próximos anos será o de comunicar interna e externamente o quão sustentável é a sua produção, haja vista a competição que o setor enfrenta em relação aos países concorrentes e de setores da sociedade brasileira.

A maior ou menor efetividade dessa comunicação é que terá o poder de estimular, em maior ou menor escala, o investimento em toda a cadeia produtiva para manter a competitividade, produtividade e o padrão tecnológico, resguardando-a dos efeitos adversos dos eventos climáticos, do risco de incidência de pragas e doenças, das barreiras sanitárias e não sanitárias e das oscilações de mercado que se refletem no comportamento dos preços das commodities e insumos. O constante apoio do Governo Federal ao produtor rural continuará sendo fator crucial para o sucesso do agronegócio brasileiro.

No plano externo, o Brasil figura entre os cinco principais exportadores mundiais de produtos agropecuários. Para ampliar ainda mais a participação brasileira no mercado mundial será necessário reforçar as ações de combate às barreiras tarifárias e não tarifárias junto aos organismos internacionais e aumentar a competitividade dos produtos agropecuários brasileiros, além de buscar a formação de parcerias e novos acordos comerciais. Nesse sentido, foi lançada a “Estratégia de Abertura, Ampliação e Promoção no Mercado Internacional do Agronegócio Brasileiro de 2019 a 2022” e o Plano “O Melhor do Agro Brasileiro”.

Programa 2078

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

O Brasil possui a maior biodiversidade do mundo, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta. Dispondo de seis biomas continentais e de vários ecossistemas marinhos, o País detém o maior número de espécies conhecidas, com grande variabilidade genética, além de ser referência mundial em percentual de áreas protegidas, tendo em vista que 18% do seu território é coberto por Unidades de Conservação (UC) e 13% por terras indígenas, aproximadamente.

Entre as iniciativas do Brasil voltadas para a proteção, conservação e utilização sustentável da biodiversidade, destacam-se: a Convenção de Diversidade Biológica, ratificada pelo Congresso Nacional em 1994; a Lei nº 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; o Decreto nº 4.339/2002, que estabelece a Política Nacional de Biodiversidade (PNB) e as diretrizes para a implementação dessa política; a Lei nº 11.284/2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas; o novo Código Florestal, Lei nº 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; e a Lei nº 13.123/2015 e o Decreto 8772/2016, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

O Programa de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade também é outra importante iniciativa dessa temática, uma vez que tem como propósito enfrentar os seguintes desafios: reduzir a ameaça de extinção de espécies; ampliar o uso do patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado, com a repartição justa e equitativa dos benefícios; elevar a renda e promover a inclusão produtiva das famílias que contribuem para a conservação da biodiversidade; regularizar, no âmbito do contexto ambiental, os imóveis rurais, por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e ampliar a produção florestal e o número de unidades de conservação federais. A redução à ameaça de extinção das espécies requer avaliação do estado de conservação, construção de cenários de risco de perda da biodiversidade e adoção de medidas de proteção e de conservação. São considerados instrumentos de gestão de espécies: listas de espécies ameaçadas, planos de ação, planos de gestão, áreas de exclusão de pesca ou outras atividades antrópicas, guias de licenciamento e unidades de conservação.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: a) o percentual da área de propriedades rurais cadastradas e em monitoramento no Cadastro Ambiental Rural atingiu a marca de 100% em 2019; b) mais de 1 milhão de hectares de área de floresta pública federal sob regime de concessão florestal; c) o percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação ameaçadas de extinção e listadas nos três PANs (Plano de Ação Nacional) representam 1,78 %, (653 espécies) de um total de 36.784 espécies nativas e listadas na Flora do Brasil no período do presente monitoramento; d) e o percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação avançou de 42,45% para 69%, entre dez/2014 e dez/2019.

A seguir, são apresentados os avanços nas metas mais importantes do

programa, organizadas por objetivos.

Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por Meio dos Instrumentos do Código Florestal

Após a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, em 06/05/2014, já foram declarados mais 6,3 milhões de imóveis rurais, o que corresponde a mais de 543 milhões de hectares. Somente em 2019 foram cadastrados, até 30/11/2019, cerca de 39,2 milhões de hectares.

No período, foram implementadas ferramentas com métodos ágeis de gestão de projeto (SCRUM), a fim de aumentar a transparência interna e externa, ampliando a produtividade da equipe e a qualidade no cumprimento dos prazos das entregas.

O principal resultado do Sistema de Cadastro Ambiental Rural para 2019 foi o desenvolvimento dos ambientes de análise e retificação dinâmicas do CAR, com vistas a promover celeridade à análise dos cadastros registrados no SICAR. Os ambientes estão em fase final de desenvolvimento e deverão ser entregues à sociedade ao longo do primeiro semestre de 2020.

Foi lançado, ainda, o aplicativo para celular da Central do Proprietário/Possuidor, recurso destinado a apoiar os processos administrativos que exigem comunicação e colaboração entre os proprietários e possuidores de imóveis rurais declarados no CAR e as equipes dos órgãos competentes pela análise do CAR, especialmente para envio e recepção de documentos e informações em formatos digitais.

No que se refere à infraestrutura do SICAR, foram realizadas as seguintes ações:

- Aquisição de switch de núcleo;
- Conclusão da entrega do sistema de infraestrutura de alta eficiência e disponibilidade do centro de processamento de dados – sala segura, e;
- Aquisição de solução e tratamento de entrega de dados.

Destacam-se, ainda, as seguintes realizações:

- execução do Projeto Gestão Integrada da Paisagem no Bioma Cerrado - FIP/Paisagens Rurais, com a atuação como membro da Unidade Gestora do Projeto (UGP), com a missão de promover a articulação e a gestão do projeto junto aos parceiros (SENAR, EMBRAPA, GIZ, INPE) visando apoiar propriedades rurais no processo de regularização ambiental e na recuperação produtiva de pastos degradados, e destacando, em 2019, a realização de diagnóstico e caracterização por sensoriamento remoto das 53 bacias hidrográficas aonde o Projeto irá atuar, e de diagnóstico socioeconômico e ambiental das mesmas bacias selecionadas;
- execução do Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado - KfW/CAR com a realização de revisão de meio termo que resultou na inserção de apoio a projetos de recomposição que serão selecionados por meio de chamamentos públicos, no âmbito do Componente 3, o qual prevê a implementação de Unidades de Referência e Transferência de T formação continuada, em parceria com a EMBRAPA; e
- execução do Projeto Cerrado Federal, de 2015 a 2018, sendo que os

principais resultados foram: (1) realização de 5.600 inscrições de imóveis rurais de agricultores familiares no CAR, com área correspondente de 400.000 ha, sendo 770 nascentes cadastradas; (2) 32 territórios de Povos e Comunidades Tradicionais inscritos no CAR, atendendo 2.500 famílias e com 196 nascentes cadastradas; e (3) realização de 16 eventos de divulgação do CAR, com 480 pessoas participantes e 59 municípios atendidos.

Produção Florestal Sustentável e Conhecimento Sobre as Florestas

O Brasil possui aproximadamente 498 milhões de hectares (59% do seu território) cobertos por florestas naturais e plantadas - o que representa a segunda maior área de florestas do mundo. As florestas públicas representam cerca de 312 milhões de hectares no país o que corresponde a 37% do território nacional.

Para alavancar políticas públicas com foco na produção florestal sustentável, foi criado o objetivo 1066 - Ampliar a Produção Florestal Sustentável e o conhecimento sobre as florestas. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão responsável pelo objetivo, deverá produzir, consolidar e disponibilizar informações sobre florestas regularmente, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor florestal.

No contexto das atividades relativas à inclusão de 4.000 pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis por meio de assistência técnica e capacitação, destacamos as seguintes realizações para o período de 2016 a 2019:

- i) lançamento do Edital FNDF nº 01/2015, com o Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal, que resultou na realização de cerca de 56.000 inscrições no CAR de propriedades rurais de pequenos agricultores familiares, territórios de povos e comunidades tradicionais do semiárido brasileiro, no bioma Caatinga;
- ii) apoio técnico do acompanhamento da execução dos convênios oriundos do Edital FNMA nº 01/2015, com a finalidade de recuperação florestal, em áreas de preservação permanente, localizadas em bacias hidrográficas cujos mananciais de superfície contribuem, direta ou indiretamente, para o abastecimento de regiões metropolitanas com alto índice de criticidade hídrica;
- iii) atendimento a 305 famílias de extrativistas ribeirinhos na Amazônia, em 6 comunidades na RESEX Verde para Sempre, localizada no município de Porto de Moz/PA para realização de serviços de planejamento, apoio a execução de planos de manejo florestal comunitário, e a gestão e comercialização da produção madeireira;
- iv) execução do Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia, com o lançamento do Portal Saberes da Floresta e a disponibilização de quatro cursos na plataforma de EaD do SFB, totalizando 3.014 pessoas capacitadas;
- v) realização da iniciativa de fortalecer o Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável, Programa Arboretum, de forma a ampliar e consolidar as atividades de fomento a produção de mudas e sementes na região do extremo sul do estado da Bahia;
- vi) execução do Projeto Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia FIP/CAR, com a assistência técnica para realização de 1.600 inscrições no CAR, de imóveis rurais de até 4 módulos fiscais localizados nos Estados de Minas Gerais, do Maranhão e do Piauí;
- vii) acompanhamento técnico dos projetos apoiados via Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), para apoio à gestão e comercialização de

produtos florestais nativos do Cerrado, de assistência técnica para manejo florestal de lenha na Caatinga e em atividades florestais sustentáveis, abrangendo apoio ao fortalecimento da cadeia produtiva de produtos florestais madeireiros e não madeireiros, em quatro unidades de conservação na Amazônia, totalizando pelo menos 4.404 produtores atendidos; e (viii) realização de cursos de capacitação, presenciais ou à distância, em assuntos relacionados ao processo de regularização ambiental e à temática florestal, perfazendo o quantitativo de 11.638 pessoas capacitadas.

Em relação ao Inventário Florestal Nacional (IFN), houve um avanço maior na área inventariada, com a licitação de mais dois lotes do IFN no Cerrado, sendo um em Minas Gerais e outro em São Paulo. Isso possibilitou se chegar a 417,5 milhões de hectares de área inventariada no final de 2019, com 106 mil coletas botânicas, 25 mil coletas de amostras de solos e 27,5 mil entrevistas socioambientais.

Os dados coletados pelo IFN em todo o país permitirão i) melhorar as estimativas sobre os estoques de madeira, biomassa e carbono nas florestas; ii) ampliar o conhecimento sobre a floresta brasileira, notadamente as espécies de porte arbóreo; iii) produzir informações para subsidiar a formulação de políticas, programas e projetos no campo do manejo florestal sustentável das florestas do país.

Para a agenda das Concessões, ao longo de todo o período, o SFB realizou diversas atividades, tais como: (i) monitoramento dos 18 contratos de concessão florestal, superando 1 milhão de hectares; (ii) desenvolvimento de novas tecnologias de monitoramento da atividade e rastreabilidade da produção; (iii) contratação de estudos de estruturação técnica e econômica das concessões florestais; (iv) aperfeiçoamento do marco regulatório das concessões; (v) implementação contínua de ações relativas ao planejamento, monitoramento e a gestão das concessões nas florestas públicas da União; (vi) promoção do prêmio em Estudos de Economia e Mercado Florestal; e (vii) contratação de estudos técnicos necessários para a elaboração de editais de concessão florestal; e (viii) publicação de edital de licitação para concessão florestal da UMF IV da Flona do Jamari (33.000 hectares).

Sistema Nacional de Unidades de Conservação

Com a finalidade de fortalecer e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) trabalha em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos gestores estaduais e municipais, desenvolvendo ações focadas em capacitação, implementação e melhoria da gestão das Unidades de Conservação (UCs), tais como: elaboração de planos de manejo, instituição de conselhos gestores, regularização fundiária, fiscalização, redução da área atingida por incêndios florestais, realização de pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade.

Como resultado dos esforços empreendidos destacam-se, para as UCs federais, até 2019: (i) 198 UCs com Planos de Manejo elaborados e aprovados; (ii) 283 UCs com Conselhos Gestores instituídos; (iii) o aperfeiçoamento dos esforços e métodos de monitoramento de número de visitantes, alcançando 8,8 milhões de visitantes até novembro; (iv) a redução da área atingida por incêndios florestais em 20%; (v) a ampliação da regularização fundiária para 15,8 milhões de hectares, incluindo desapropriações, doação por compensação de reserva legal,

repassa por concessão de direito real de uso pelo INCRA, e entrega pela SPU de áreas públicas federais sobrepostas a unidades de conservação federais. Merece destaque, em 2019, a avaliação da gestão de 555 UCs, o que corresponde a 79 % da área das UCs do SNUC. Embora ainda não seja possível fazer uma análise de melhoria da gestão de todas essas UCs, em função do pouco tempo de mensuração, esse é um avanço importante, uma vez que o início da aplicação do monitoramento por meio do SAMGe (Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão desenvolvido pelo ICMBio) e os esforços do MMA para adesão da ferramenta pelos estados e municípios tem permitido a uniformização do monitoramento e o aumento significativo da área das UCs avaliadas.

Adicionalmente, dos projetos em execução, coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente, destacam-se: (i) O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); (ii) O Projeto Consolidação do SNUC (LifeWeb); (iii) O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas GEF-Mar e (iv) O Projeto GEF Terrestre (Estratégias de Conservação, restauração e manejo para a biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal), além do Projeto Áreas Protegidas Locais, que visa contribuir para melhorar as condições dos governos locais para conservar a biodiversidade por meio da gestão efetiva e equitativa de áreas protegidas e de outras medidas de conservação.

Essas ações estão alinhadas com os compromissos globais de conservação da biodiversidade assumidos pelo governo brasileiro junto à Convenção sobre Diversidade Biológica, da Organização das Nações Unidas. Entre 2016 e 2019 o Brasil se engajou em avançar no alcance das Metas Nacionais para a Biodiversidade e o Ministério do Meio Ambiente trabalhou para acompanhar a qualidade do alcance dessas metas.

Conservação do Meio Ambiente por Meio da Elevação de Renda e Inclusão Social e Produtiva

Com a publicação do Decreto da Estrutura Regimental do MMA, Nº 9672/2019, o Programa Bolsa Verde foi descontinuado em função da extinção da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável - SEDR. As atribuições da extinta SEDR/MMA não foram herdadas pelo SFB e sim distribuídas entre a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo SAF/MAPA e a Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação SDI/MAPA, que não estão contempladas no Programa 2078.

Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado

As atividades relacionadas às políticas de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS), no âmbito do MMA, ficaram distribuídas entre o Departamento de Patrimônio Genético (DPG) e o Departamento de Apoio ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (DCGEN), seguindo as determinações legais previstas tanto na Lei 13.123/2015 quanto no Decreto 8772/2016. Desta forma, propôs-se a adaptação dos indicadores para permitir o acompanhamento das atividades desenvolvidas a partir das novas competências legais de cada um desses departamentos.

No período, o DCGEN participou ativamente em discussões técnicas internacionais com o objetivo de divulgar o modelo regulatório brasileiro, com destaque para as discussões no âmbito da Reunião -Ended Working Group on the Post-2020 Global Biodiversity Framework, no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica. Mais além, atuou pro-ativamente nos debates referentes

ao reconhecimento de que as informações de patrimônio genético disponíveis em sequências digitais (digital sequence information - dsi) integram o escopo da Convenção e sua utilização deve estar sujeita às regras do regime de ABS, tal qual previsto na legislação brasileira atualmente em vigor, a Lei nº 13.123/2015. Em 2019, foram capacitadas mais de 650 pessoas no âmbito do Plano Nacional de Sensibilização e Fortalecimento de Capacidades em Acesso e Repartição de Benefícios, por meio de palestras ministradas e cursos organizados para os três principais públicos de usuários do sistema de Acesso e Repartição de Benefícios (ABS) na sociedade civil, dos setores acadêmico e empresarial, bem como dos detentores de conhecimentos tradicionais associados (povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares). Além disso, foi realizado um curso de atualização em ABS para cerca de 50 agentes de fiscalização do IBAMA e de outros órgãos que atuam na área, e contou com a participação de servidores de todas as regiões do país e foi realizado com recursos do Projeto GEF ABS. Além disso, foram realizados pelos usuários do SisGen um total de 6.277 cadastros de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado e 402 cadastros de remessa ao exterior. Em relação ao número de Notificações realizadas, e que traduz o desenvolvimento de novos produtos resultantes do patrimônio genético, foram registradas 854 notificações no sistema.

Redução da Ameaça à Extinção de Espécies da Biodiversidade Brasileira

As ações realizadas aqui estão relacionadas com o avanço na implementação do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção Pró-espécies (Portaria MMA nº 43/2014), que busca minimizar as ameaças e o risco de extinção de espécies brasileiras da fauna e flora.

Ao longo da vigência deste PPA, três grandes temas foram objeto de ações realizadas pelo MMA e suas vinculadas para o alcance deste objetivo. Primeiro, a busca para redução do risco de extinção das espécies, com destaque para a publicação da Estratégia Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. A partir da implementação dessa Estratégia, mais de 80% das 3.286 espécies ameaçadas de extinção no país contam atualmente com instrumentos de conservação vigentes e em implementação, o que levará a uma melhoria do estado de conservação dessas espécies e, conseqüentemente, à redução do risco de extinção.

Outro tema refere-se aos sistemas de informação, com disponibilização de informações sobre espécies pelo Portal da Biodiversidade PortalBio, melhoria das bases de dados sobre espécies, desenvolvimento de sistemas de informações para melhoria no processo de avaliação do estado de conservação das espécies brasileiras e disponibilização de sistemas eletrônicos de controle do IBAMA para os estados, como SISFAUNA, o SISPASS e o SINAFLORE.

Por último, o controle de espécies exóticas invasoras, com destaque para a Revisão da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras e publicação do seu Plano de Implementação.

Ainda assim, a aferição mais precisa dos resultados deste objetivo depende da atualização das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção (Portarias MMA nº 443, 444 e 445/2014). Apesar dos avanços e esforços do MMA, ICMBio, IBAMA e JBRJ, as Portarias não foram atualizadas a tempo de constarem nesse Relatório.

Considerações e Perspectivas

Para fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e

consolidar as UCs Federais, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) vem trabalhando em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e órgãos gestores estaduais e municipais, desenvolvendo ações focadas em capacitação, implementação e melhoria da gestão das Unidades de Conservação (UCs), tais como: elaboração de planos de manejo, instituição de conselhos gestores, regularização fundiária, fiscalização, redução da área atingida por incêndios florestais, realização de pesquisas científicas e monitoramento da biodiversidade. O Serviço Florestal Brasileiro (SFB) também vem participando com o ICMBio na elaboração de planos de manejo de Florestas Nacionais com interesse para concessão florestal.

Como oportunidade para o desenvolvimento do País por meio do turismo ecológico, destaca-se em 2019 o reconhecimento do Sítio Misto Paraty Ilha Grande como Patrimônio Cultural e Natural Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), um trabalho de articulação entre União e Estados que demonstra avanços no fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Ainda em 2019, o MMA, com apoio do estado do Maranhão, avançou na preparação e candidatura do Parque Nacional Lençóis Maranhenses a Sítio do Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO.

Entre 2016 e 2019, o MMA trabalhou na criação de novas unidades de conservação, visando ampliação e consolidação do sistema. Nesse período foram protegidos 951.136 km², por meio da criação ou ampliação de unidades de conservação federais em importantes áreas para conservação da biodiversidade na caatinga, no Cerrado, na Amazônia, na Mata Atlântica e, especialmente, no ambiente Marinho e Costeiro.

Acerca do estado de conservação das espécies, importa relatar que o processo de avaliação do risco de extinção das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais ainda não foi concluído, inviabilizando sua mensuração. Além disso, ressalta-se que a despeito dos esforços envidados para melhorar o estado de conservação das espécies, os ciclos biológicos necessários para melhoria do seu estado de conservação podem levar mais do que o prazo do ciclo PPA.

Visando o Desenvolvimento Sustentável das Cadeias Produtivas e Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado, além dos demais módulos da versão 2 do SisGen, será entregue em 2020 o Portal Brasileiro de ABS, com recursos oriundos do GEF ABS e do orçamento federal. Além disso, o DCGEN garantirá as condições de funcionamento e segurança do SISGEN quanto ao registro das atividades de: 1) acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado; 2) remessas de patrimônio genético ao exterior; 3) notificações de produtos acabados oriundos do acesso ao PG e ao CTA.

Em relação à Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais, destacam-se os seguintes desafios para o próximo ano: (i) disponibilização e implantação dos ambientes de análise e retificação dinamizadas do SICAR para as 21 unidades federativas que adotam a plataforma do SICAR; (ii) disponibilização do PRA simplificado para as 21 estados que optaram por utilizar o SICAR; (iii) implantação das Cotas de Reserva Ambiental (CRA) (conforme regulamentação prevista no Decreto 9.640/2018); (iv) desenvolvimento de ambiente para monitoramento do PRA e da CRA; (v) ações de capacitação para elaboração das propostas simplificadas de adesão ao PRA e fomento à recuperação da vegetação nativa em áreas de preservação permanente e reserva legal.

A análise do Cadastro Ambiental Rural, é a etapa mais importante e desafiadora da implantação dos instrumentos da Lei Federal 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro), pois somente após a validação dos dados declarados no CAR, os proprietários/possuidores poderão acessar os Programas de Regularização

Ambiental PRA e/ou as Cotas de Reserva Ambiental CRA. Para a execução das novas funcionalidades é necessária uma definição clara e objetiva das normas e procedimentos a serem adotados; Desenvolvimento de plataforma para operacionalização da solução; Produção de bases de dados temáticas, com qualidade, escala e resolução temporal compatíveis com a demanda; e Comunicação e apoio ao produtor rural para acompanhamento da análise de seu cadastro.

Por fim, reforça-se que a implementação do CAR, assim como dos demais instrumentos previstos no Código Florestal, para regularização ambiental e valorização de ativos florestais de imóveis rurais, são etapas fundamentais para a conciliação das políticas ambientais e agrícolas do País. Essas informações, qualificadas e unificadas em uma única plataforma, interligada com outras plataformas governamentais, permitirão promover o desenvolvimento, agregação de valor e aumento de competitividade, rastreabilidade e transparência dos diversos setores do agronegócio brasileiro.

De uma maneira geral, no que tange a execução do objetivo 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras, a meta proposta no PPA foi superada em, aproximadamente, 20 vezes. As principais razões para o desempenho significativamente acima do planejado foram a vinda da agenda de regularização ambiental para o SFB e as parcerias firmadas. No primeiro ano de vigência do PPA a meta foi superada em cerca de 12 vezes, sendo que ao longo do PPA parte dos produtores continuaram a ser atendidos em outras etapas dos projetos iniciados em 2016, porém não foram novamente contabilizados, de maneira a evitar a duplicidade na contagem na mensuração dos resultados.

Nesse diapasão, há de se reiterar a importância da articulação junto a diversas instituições e atores do setor como um vetor de alavancagem do cumprimento das metas estabelecidas, uma vez que proporcionou sinergias que mitigaram parte das dificuldades relacionadas à baixa capacidade operacional e à baixa disponibilidade orçamentária, bem como ampliaram significativamente o alcance da implementação das políticas públicas afetas à atuação do SFB.

Dessa forma, para os próximos anos, o SFB espera aumentar a sua capacidade em atuar de maneira mais sistêmica e articulada com outras instituições, visando otimizar os recursos (humanos e financeiros) escassos da instituição, ampliando sinergias, reduzindo duplicidade de ações, e dando escala aos resultados alcançados.

PROGRAMA 2079

DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

O Governo brasileiro vem atuando ativamente para enfrentar os desafios propostos por um momento de instabilidades política e econômica. Esse período vem sendo encarado como oportunidade para realizar adequações em ações e políticas, mantendo-se o foco na melhoria da competitividade e produtividade do país.

Uma série de medidas e ações vem sendo tomada para incrementar padrões e estruturas produtivas no País, integrando os setores público e privado e a sociedade civil na busca pelo fortalecimento da estrutura industrial no Brasil.

Assim, o Ministério Economia direcionou seus esforços ao longo de 2019 para executar, apurar e priorizar suas ações de modo a impactar a produtividade e competitividade do setor produtivo.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Programa InovAtiva Brasil, já conta com mais de 33.200 empreendedores na plataforma e 500 mentores voluntários, havendo recebido mais de 10.000 projetos de startups. Já em 2019, o Programa recebeu da 100 Open Startups o prêmio de primeiro lugar na categoria Ecosystem, pelos resultados na conexão das startups com grandes empresas brasileiras.

Os indicadores do Programa mostraram pouca alteração no período observado. No que diz respeito especificamente aos indicadores relacionados ao desempenho dos setores de comércio e serviços, a participação do Comércio e Serviços no Total de Empregos Celetistas representava 68,03 % das carteiras assinadas em 2018 e passou para 68,24% em 2019. Já a participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB, valor acumulado em quatro trimestres, registrava 73,45% em setembro de 2018 e passou a representar 73,80% em novembro de 2019. Quanto ao Indicador de Empresas Industriais com mais de 500 Pessoas Ocupadas que Inovaram, o número passou de 42,20% em 2018, para 44,40% em 2019.

INOVAÇÃO NAS EMPRESAS , ESTÍMULO À P&D E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A Câmara Brasileira da Indústria 4.0 (Câmara I4.0) foi formalizada em abril de 2019 e reúne um grupo de instituições públicas e privadas com o objetivo de integrar as políticas do Governo Federal de fomento à indústria 4.0, manufatura avançada e IoT, para concentrar esforços, otimizar recursos financeiros e profissionais e contribuir para a modernização das empresas. A Câmara aprovou o Plano de Ação que objetiva ser um instrumento indutor do uso de conceitos e práticas relacionados à indústria 4.0, visando o aumento da competitividade e produtividade das empresas brasileiras, contribuindo para inserção do Brasil nas cadeias globais de valores e, conseqüentemente, melhorando sua posição em índices globais de competitividade. O Ministério da Economia faz a coordenação da Câmara conjuntamente com o MCTIC e o

acompanhamento da implementação das iniciativas constantes do Plano de Ação apresentado em setembro de 2019. O referido documento contém ações para auxiliar o setor produtivo na adoção ou geração de novas tecnologias.

O Programa InovAtiva Brasil, lançado em 2013 com o propósito de capacitar milhares de empreendedores para aceleração de negócios inovadores de forma gratuita, prática e com qualidade de nível mundial, já conta com mais de 33.200 empreendedores na plataforma e 500 mentores voluntários (executivos, investidores-anjo, empreendedores de sucesso), havendo recebido mais de 10.000 projetos de startups. Já em 2019, o Programa recebeu da 100 Open Startups o prêmio de primeiro lugar na categoria Ecosystem, pelos resultados na conexão das startups com grandes empresas brasileiras. No segundo semestre de 2019, foi lançado um novo ciclo do InovAtiva de Impacto Socioambiental, no qual foram selecionadas 40 startups. Desse grupo, 19 passaram para a etapa final e se apresentaram em dezembro para uma banca de investidores no Demoday InovAtiva, em São Paulo.

No o que se refere ao aperfeiçoamento de marcos legais, podemos destacar no ano de 2019 a publicação do Decreto nº 9.941, de 25 de julho de 2019, que institui o Comitê para as Políticas de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia – CAPDA, a publicação da Portaria ME nº 395, de 5 de agosto de 2019 que estabelece regras para o cadastramento de empresas de auditoria que irão atuar junto as empresas beneficiárias da Lei de Informática na Zona Franca de Manaus e o Programa prioritário de Indústria 4.0 e Modernização Industrial - Resolução CAPDA nº 9, de 29 de outubro de 2019

Considerando ainda o escopo da Lei de Informática, seu caso se tornou objeto de cooperação internacional com o governo da Coreia, no programa Korean Sharing Program – KSP, de troca de experiências em desenho de política industrial para o setor de Tecnologia da Informação e Comunicação.

O MDIC e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES estruturaram ao longo de 2017 um fundo de co-investimento em startups. Em 2019, o Fundo foi lançado. Com relação à internacionalização de startups, em 2017, o MDIC, em parceria com a Apex-Brasil, o MRE, o SEBRAE e a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, lançou o programa StartOut Brasil. Entre 2017 e 2019 mais de 140 startups participaram do StartOut Brasil.

Em 2017, foi publicado o Decreto nº 9.243, que institui a Sala de Inovação, instância governamental que tem como objetivo a atração de um maior número de centros de P&D para o Brasil. Entre 2016 e 2019, 26 novos centros e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento foram atraídos para o país.

Em 2019, o Ministério da Economia recriou o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI). O objetivo do GIPI é administrar a governança do sistema de propriedade intelectual brasileiro, cujas competências são compartilhadas e difusas entre diversos órgãos da administração. Sob nova organização, o GIPI é presidido pelo Ministério da Economia e composto por nove outros Ministérios. O novo GIPI tem o propósito de endereçar temas de política doméstica de propriedade intelectual. Como resultado das atividades

do GIPI no ano de 2019, definiu-se como prioridade a construção de uma Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual, inspirada em casos de países que alcançaram avanços recentes na área. Para tanto, foi criado Grupo de Trabalho do GIPI para a construção da Estratégia. Destaca-se em 2019, a adesão do Brasil ao Protocolo de Madri para o registro internacional de marcas, finalizando processo iniciado no ano de 2006. O Sistema de Madri facilita e simplifica o registro internacional de marcas. Com a submissão de um pedido apenas e o pagamento de somente uma taxa à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), órgão internacional responsável pela administração do Sistema. É possível submeter o pedido para registro de marca nos mais de 120 países membros do Protocolo, que abrangem cerca de 80% do comércio mundial.

O INPI iniciou, em 2019, a execução do plano de combate ao backlog de patentes, que visa reduzir em 80% o estoque de pedidos de patentes pendentes de análise no período de 2 anos. O plano consiste em medidas de gestão do exame de patentes para simplificar o processo e aproveitar exames de patentes da mesma família realizados em escritórios de outros países, reduzindo o esforço necessário para o exame e aumentando a produtividade do examinador do INPI.

Os projetos pilotos de PPH passaram por reestruturação no ano de 2019, quando o INPI passou a adotar modelo de acordo padronizado para todos os escritórios de propriedade industrial parceiros, para o compartilhamento, aproveitamento e priorização de pedidos e exames de patentes da mesma família entre escritórios parceiros. A principal inovação do novo modelo de Patent Prosecution Highway - PPH é que ele abrangerá pedidos de patentes de todos os setores tecnológicos. O modelo único de PPH para todos os parceiros confere mais previsibilidade e reduz os custos de negociação de novos acordos.

Foi desenvolvido o Programa Brasil Mais (antigo Brasil Mais Produtivo), uma iniciativa para aumentar a produtividade e competitividade das empresas brasileiras por meio da adoção de metodologias e tecnologias que promovam a melhoria das habilidades e práticas gerenciais e produtivas e a cultura do aperfeiçoamento contínuo, da inovação em processos e da redução de desperdícios.

O programa é coordenado pelo Ministério da Economia, com gestão operacional da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e execução pelo SENAI e pelo SEBRAE. Em 2019, o programa foi expandido para outros setores, incluindo todos os segmentos da indústria, comércio e serviços, além de buscar modelos que garantissem redução do custo por atendimento e menor dependência de recursos da União. Também foi desenvolvido projeto piloto para criação de eixos temáticos de atendimento com novas metodologias, com foco no apoio à digitalização e adoção de tecnologias de internet das coisas industrial, em parceria com o Fórum Econômico Mundial e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT).

FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DOS SETORES DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em 2019, em prol da execução do objetivo 1079 do Programa 2079, o Ministério da Economia (ME) recriou o Fórum de Competitividade do Varejo (FCV) por meio da Portaria nº 169, de 02/06/2019, e nomeou seus membros por meio Portaria nº 12.120, de 27/11/2019. Adicionalmente, como forma de articulação com o setor privado, a Subsecretaria de Desenvolvimento de Comércio e Serviços (SCS) coordenou a Mesa Executiva do Varejo e Franquias e a Mesa Executiva de Tecnologia da Informação.

As principais medidas e articulações realizadas pela SCS no âmbito do FCV e da referida Mesa Executiva buscando promover a competitividade e produtividade do setor varejista nacional foram: (i) proposta de revisão da RDC nº 153/2017 quanto às CNAEs 46.46-0-01 (Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria) e 46.46-0-02 (Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal), junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; (ii) ação em parceria com a Senacon/MJ para promoção da "dosimetria de multas" e uniformização de procedimentos nos Procons estaduais; (iii) elaboração de pareceres analisando o mérito das propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional que visam alterar o sistema tributário (ex: PEC nº 45/2019, PEC nº 110/2019 e PLP nº 148/2019); (iv) finalização do projeto piloto ProVA Lab – Laboratório de Inovação do Varejo, encerrado em julho/2019, que teve como resultado 3 ciclos de atividades de inovação com 5000 pessoas impactadas, cerca de 100 atividades realizadas, 1400 empresas atendidas, cerca de 50 novos negócios realizados entre startups e varejistas e 2 lojas conceitos abertas no espaço; (v) diálogo com o Banco Central do Brasil para aperfeiçoar a regulamentação sobre meios de pagamentos; e, (vi) contribuição para inserir a dimensão de comércio e serviços no Programa Brasil Mais (antigo Brasil Mais Produtivo) e com a criação de piloto de capacitação de empresas do setor terciário a ser implantado a partir de 2020, em parceria com o Sebrae Nacional.

No que se refere especificamente ao comércio eletrônico, destaque para: (i) prorrogação da atividades do Subcomitê de Comércio Eletrônico e Exportações pelo CITDigital, tendo reunindo-se 6 vezes em 2019 para tratar de temas como ausência de dados oficiais de comércio eletrônico e promover discussões na tentativa de harmonizar conceitos e regulações nacionais e internacionais relacionadas ao *ecommerce*; (ii) participação de reunião dos BRICS, coordenada pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com realização de apresentações sobre intercâmbio de marcos legais e troca de experiências sobre coleta de estatísticas de comércio eletrônico; (iii) realização de reuniões temáticas sobre operações multicanais com entidades representativas do comércio eletrônico/tratativas com a Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ com a finalidade de colaborar com o processo de adequação da legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente nas operações multicanais (omnichannel); (iv) elaboração de estudos sobre o combate à

pirataria e produtos contrafeitos, tendo apresentado levantamento das leis nos Estados Unidos e no Reino Unido; (v) elaboração de panorama geral sobre o sistema brasileiro de combate à pirataria; (vi) acompanhamento e colaboração com o Ministério da Justiça no processo de construção da minuta de texto de Memorando de Entendimento de Autorregulação das Plataformas Digitais no Brasil discutido no âmbito do Conselho Nacional de Pirataria.

Deu-se continuidade a mais um ano de publicação impressa e digital do Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras. A edição 2019 contém cerca de 240 eventos e o material foi distribuído para parceiros da iniciativa privada, representantes setoriais, sendo disponibilizado ao público em geral em meio eletrônico no site do Calendário (www.expofeiras.gov.br).

Quanto ao setor de serviços, destacam-se as atuações da SCS: (i) reuniões técnicas com os segmentos de audiovisual (incluindo o setor de games), tecnologia da informação, arquitetura e engenharia, aplicativos (*online-to-offline*), franchising, serviços esportivos, entre outros, com o objetivo de identificar gargalos e necessidades de melhoria do ambiente de negócios para os diversos segmentos do setor de serviços; (ii) início de discussão sobre a importância da atração de data centers para o desenvolvimento tecnológico do país; (iii) capacitação de mão obra e atração de mão de obra altamente qualificada para o setor de serviços, com destaque para o segmento de TI; (iv) discussão inicial para a formulação de um marco regulatório para o setor de aplicativos; (v) diálogo com o setor de turismo e outros órgãos públicos contribuindo para elaboração da MP nº 907/2019; e, (vi) articulação junto à Frente Parlamentar de Comércio, Serviços e Empreendedorismo (em consonância com a RFB), para acelerar a aprovação do PLP nº 521/2018 e PLP nº 217/2019, visando a instituição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

A SCS desenvolveu o Portal NBS Digital com o objetivo de tornar mais amigável a navegação pela NBS (Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis) e o acesso às NEBS de cada código, além de facilitar a pesquisa de serviços ou termos específicos (www.nbs.economia.gov.br), e recriou a Comissão da NBS, em conjunto com a RFB.

Por fim, a SCS atuou na reformulação do Memorando de Entendimento em Serviços entre o Ministério da Economia do Brasil e o Ministério do Comércio da China e iniciou o trabalho de elaboração de um Plano de Ação, no escopo desse Memorando, para os próximos anos. A SCS tem a coordenação do citado diálogo bilateral por parte do ME.

COMPETITIVIDADE, QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Ao longo de 2019, a Renai - Rede Nacional de Informações sobre Investimentos - organizou sua base de dados, transferindo todos os dados para os sistemas Sharepoint e Power BI e diminuindo a dependência de contratação de soluções de TI externas. No Power BI, foi disponibilizado um conjunto de gráficos e tabelas com filtros para facilitar a visualização comparativa dos

dados do cadastro da Renai. Ademais, diminuiu-se a periodicidade da disponibilização de dados no site do Ministério. Iniciou-se, também, o processo de planejamento e elaboração de Termo de Referência para a iniciativa de capacitação dos estados para atração de investimentos. Foram publicados o Panorama de Anúncios de Investimentos no Brasil (2018) e os Relatórios de Anúncios de Projetos de Investimentos (1º e 3º trimestres 2019 e 1º semestre 2019), todos disponibilizados por meio eletrônico no site do ME.

Com a publicação da Portaria ME nº 309, de 24 de junho de 2019, e da Portaria SDIC nº 324, de 29 de agosto de 2019, buscou-se agilizar o processo de análise e concessão de Ex-tarifário por intermédio da eliminação do CAEx e da SERFB do processo, pelo fim da necessidade de renovação (vigência das concessões até 31/12/2021), pela redução do prazo das consultas públicas (de 30 para 20 dias) e pela adoção de novos critérios (preço e prazo) na análise. Toda as informações públicas relacionadas ao tema são constantemente atualizadas e disponibilizadas a todos os interessados no site do ME, buscando ampliar a transparência dos programas do governo.

Em 2019, foi editado Decreto recriando o Grupo Técnico Interministerial de Análise de Processos Produtivos Básicos - GT PPB (Decreto nº 9.867, de 27 de junho de 2019). Com isso, também foi necessário publicar nova portaria disciplinando o funcionamento do grupo e os procedimentos de análise e aprovação de PPB (Portaria Interministerial ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019). A nova portaria buscou dar mais celeridade ao processo de análise e publicação dos pleitos de fixação e alteração dos PPB. Também objetivando dar maior liberdade, flexibilidade e adaptabilidade das regras a diferentes modelos de negócios e dar mais estabilidade e previsibilidade às regras dos PPBs, foi elaborada metodologia por pontuação para adequação das portarias da Lei de Informática à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2019 foram realizadas 37 fiscalizações (sendo 36 presenciais) de empresas para a verificação do cumprimento dos PPB aos quais estas estavam habilitadas. De forma a dar mais transparência aos trabalhos desenvolvidos na área, foram publicadas estatísticas relativas ao PPB no site do ME.

Em 10 de dezembro de 2018 foi publicado a Lei nº 13.755, que instituiu o Programa Rota 2030. Durante o ano de 2019, foram publicadas diversas portarias regulamentando o Programa, além de credenciadas as instituições coordenadoras dos Programas Prioritários, cujo objetivo é promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico da cadeia.

Em relação ao Building Information Modeling, encerrou-se o convênio com a ABDI que previa a disponibilização dos manuais, guias e de biblioteca BIM, tendo todas as entregas sido concluídas até 2018. Assim, foi lançado um edital de chamamento com vistas a dar continuidade das ações focando na implementação da Estratégia BIM BR. O edital contemplou, ainda, temas como Código de Obras e Edificações, alvará de construção, coordenação modular e construção industrializada, além de ações de difusão do BIM, capacitação dos gestores públicos em BIM e inovação em BIM.

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

2019 foi um ano de reorganização interna e de mudanças nas diretrizes estratégicas do Ministério que levaram a planejar e organizar a política para Arranjos Produtivos Locais (APLs) para os próximos anos. Mudanças importantes aconteceram como a extinção do Grupo de Trabalho Permanente para APLs (GTP APL) após 15 anos de funcionamento.

Assim, o trabalho focou na melhoria da qualidade dos dados sobre APLs e, em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), foram realizados ajustes no Observatório Brasileiro de APLs (OBAPL). O avanço do OBAPL passa pela sua evolução na capacidade de análise de dados e elaboração de indicadores capazes de medir a eficiência das políticas públicas para APLs e, também, no avanço em sistemas adicionais de cadastro, com filtros para auxiliar a identificação dos arranjos por Estado, por setor e por grau de informação.

Dentro do Observatório, foi aprimorada a Plataforma do VISÃO, um sistema de dados georreferenciados, que permite a disponibilização e visualização de informações provenientes de diversas bases de dados, baseadas em localização geográfica, para dar suporte à tomada de decisão.

Foi realizada a atualização dos dados dos Núcleos Estaduais e permaneceu a política ativa de divulgação de notícias e informações com o envio do Informativo dos APLs duas vezes por semana, bem como a publicação das notícias nas redes sociais e no Observatório.

Em termos de apoio direto aos APLs, permanece a iniciativa de assinatura de convênios, com recursos oriundos de emendas parlamentares para ações de capacitação, estruturação e melhoria das condições de competitividade dos arranjos. Assim foram assinados 4 instrumentos novos em 2019 para apoio a APLs nos estados da Bahia, de Goiás e de São Paulo. Todos os convenientes recebem apoio e orientação para o detalhamento dos projetos que receberão os recursos.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

No ano de 2019 foram implementadas iniciativas que vieram contribuir para o alcance dos objetivos do Plano Plurianual – PPA 2016 - 2019, tanto no sentido de elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira e do setor de comércio e serviços, quanto de estruturar a governança dos Arranjos Produtivos Locais e expansão do escopo do Programa Brasil Mais.

Mesmo frente aos desafios advindos do início de um novo governo, espera-se contar com as parcerias já estabelecidas para atuar na articulação com órgãos e entidades públicas e privadas. Isso contribuirá para integração das ações de desenvolvimento industrial, por meio da proposição de iniciativas para elevar a eficiência e reduzir custos sistêmicos, o que permitirá o aperfeiçoamento e a simplificação de mecanismos regulatórios e, conseqüentemente, a melhoria do ambiente de negócios.

PROGRAMA 2080

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

Eixo estruturante da ação do Estado para o crescimento econômico e o desenvolvimento social, a educação tem um papel preponderante na construção de um Brasil desenvolvido e ao mesmo tempo justo com seu povo. A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE 2014- 2024), contribui para a orientação da política educacional sob uma perspectiva sistêmica, que se refletiu no Programa Temático 2080 – Educação de Qualidade para Todos, do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019.

O Programa 2080 apresenta cinco objetivos que visam, em cooperação federativa: à ampliação do acesso à educação básica de qualidade (objetivo 1007); ao fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação (objetivo 1008); à ampliação da educação profissional e tecnológica e da educação superior de qualidade (objetivos 1009 e 1010, respectivamente); e ao aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino (objetivo 1011). Todos os objetivos, metas e iniciativas visam ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O Ministério da Educação (MEC) usa os dados oficiais do Governo Federal, inclusive os estudos e estatísticas elaborados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como fonte das informações dos indicadores do Programa 2080 – Educação de Qualidade para Todos.

Especificamente quanto aos indicadores cuja fonte é o Censo da Educação Básica ou o Censo da Educação Superior, esses valores correspondem ao exercício de 2018. A partir de 2012 o IBGE reformulou suas pesquisas por amostra de domicílios e implementou uma nova pesquisa, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c), que, desde então, passou a ser aplicada paralelamente à Pnad anual, que teve sua última edição em 2015. Em 2016, a Pnad-c substituiu de forma definitiva a Pnad anual, trazendo ganhos de representatividade e abrangência da amostra e contemplando três formas de divulgação: mensal, trimestral e anual, abarcando também características demográficas, de trabalho e relativas à educação, entre outras. Os demais indicadores que dependem unicamente de registros administrativos do MEC correspondem ao exercício de 2019.

Ao longo deste texto serão descritas as principais ações realizadas pelo MEC no exercício de 2019 e, sempre que possível, no período de vigência do PPA 2016-2019, no âmbito do Programa 2080.

EDUCAÇÃO BÁSICA

O direito à educação básica de qualidade para todos depende do esforço conjunto e articulado entre todos os entes federados e deve contribuir para a redução das desigualdades sociais, além de dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania e de meios para progredir nos estudos e no trabalho. Nesse sentido, o Governo Federal, observado o regime

de colaboração com os estados, municípios e Distrito Federal, apoia técnica, pedagógica e financeiramente as redes e os sistemas de ensino com ações voltadas ao desenvolvimento da educação infantil, do ensino fundamental e médio, incluindo a alfabetização e educação de jovens e adultos; a educação especial inclusiva; a educação do campo, indígena e quilombola; a educação ambiental e em direitos humanos; a educação para as relações étnico-raciais; e a educação para a juventude.

Nesse contexto, como estratégias de superação de desafios que envolvem a qualidade da oferta, o acesso, a permanência, a correção da defasagem escolar, a ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais, no período de 2016-2019, o MEC realizou diversas ações tais como: aprovação e apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular; ampliação e qualificação da rede física escolar em áreas urbanas e do campo; implantação de programas para a oferta do atendimento educacional especializado; ampliação gradativa da educação em tempo integral; oferta de programas suplementares de alimentação, transporte escolar, materiais pedagógicos e livros didáticos e paradidáticos; e ações de apoio técnico, pedagógico e financeiro às redes de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de um instrumento fundamental para orientar os currículos das redes de ensino, os materiais didáticos, as formações de professores e as avaliações de aprendizagem. Em 2017, o texto final da BNCC para a educação infantil e para o ensino fundamental foi homologado pelo Ministro de Estado da Educação. Em dezembro de 2018, o texto final da BNCC para o Ensino Médio foi aprovado e homologado pelo MEC, finalizando a BNCC da Educação Básica.

Os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental alinhados à BNCC foram aprovados pelas 27 secretarias estaduais de educação ao longo de 2018 e 2019. Os currículos estaduais para o Ensino Médio alinhados à BNCC estão em fase de elaboração e devem ser aprovados até 2020. O MEC, em setembro 2019, encaminhou ao Conselho Nacional de Educação — CNE, considerações acerca da Proposta de Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica relacionada à revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores. O CNE elaborou o Parecer CNE/CP nº 22/2019 e o Projeto de Resolução das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica — DNC's, instituindo a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC — Formação), revisando e atualizando as resoluções CNE/CP nº 2 de 2015 e CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Os referidos documentos foram homologados pelo MEC, por meio da Portaria nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019, e publicados por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), outra ação importante, foi instituída em abril de 2019, por meio do Decreto nº 9.765/2019, que estabeleceu como primeiro item das suas diretrizes a priorização da alfabetização no primeiro ano do Ensino Fundamental. Trata-se de um

extensivo programa de Orientação à Alfabetização, baseada em evidências científicas, que aborda aspectos referentes à formação dos professores e de gestores, disponibilização de material de apoio, contratação de avaliações de fluência (habilidades de leitura) e implementação de avaliações de impacto, entre outras ações.

O MEC lançou, em agosto de 2019, o caderno da Política Nacional de Alfabetização, destinado a estados e municípios, professores e alunos do ensino fundamental, pais e responsáveis, bem como estudantes da educação de jovens e adultos. O caderno aborda o cenário atual, marcos históricos e normativos no Brasil quanto a alfabetização, apresenta importantes relatórios científicos internacionais e aborda desde conceitos sobre alfabetização e literacia até a implementação, avaliação e monitoramento da PNA.

O MEC lançou, em 2017, o Programa Mais Alfabetização (PMALFA), que tem por objetivo aumentar os índices de alfabetização até o final do segundo ano do ensino fundamental. O Programa apoia as unidades escolares no processo de alfabetização, para fins de leitura, escrita e matemática. Em 2019, o PMALFA contou com aproximadamente 35.132 mil escolas públicas dos 26 estados, do Distrito Federal e de 4.194 municípios, atendendo cerca de 3 milhões de estudantes do 1º e no 2º ano do ensino fundamental. Foram cerca de 122 mil turmas, 32.406 mil assistentes de alfabetização e 120.363 mil professores alfabetizadores participantes. Foram investidos aproximadamente R\$ 151 milhões para a execução do Programa.

Além disso, em dezembro de 2019, o MEC lançou o Programa Conta pra Mim, que pretende estimular o desenvolvimento intelectual da primeira infância e reúne uma série de materiais para orientar as famílias a como contribuir na construção do projeto de vida e do sucesso escolar das crianças. É um programa inovador, uma iniciativa governamental de valorização da leitura em família.

Ainda em 2019, o Brasil assinou termo de adesão ao principal estudo que avalia a fluência em leitura do mundo: o PIRLS (Progress in International Reading Literacy Study). A primeira aplicação do exame no Brasil será realizada em 2020 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Assim, alunos do 4º ano vão passar a ter a capacidade de leitura e compreensão de textos avaliadas em exame realizado por amostragem em larga escala em escolas públicas e privadas, o que possibilitará uma melhor compreensão das políticas e práticas que promovem o progresso educacional.

A Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece universalizar a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches para crianças de até 3 anos de idade. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c/IBGE), a taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos manteve trajetória de crescimento, passando de 31,9% em 2016 para 35,7% em 2019. Em relação ao percentual das crianças de 4 e 5 anos que frequentam a escola, o índice passou de 90,5% em 2015 para 93,8% em 2019, o que representa um crescimento continuado, em âmbito nacional, da capacidade de atendimento.

A implementação do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) é uma das ações do MEC que contribui para o alcance da Meta 1

do PNE, mediante ações de reestruturação e de ampliação da rede física escolar pública. O Proinfância repassa recursos do Governo Federal aos entes federados para a construção de unidades de educação infantil padronizadas e para a aquisição dos mobiliários e equipamentos fundamentais para o funcionamento dessas unidades. Em 2019, com recursos oriundos do Plano de Ações Articuladas (PAR) foram aportados cerca de R\$ 294,56 milhões contemplando a construção de 264 novos estabelecimentos de educação infantil e a reforma e ampliação de 124 unidades de educação infantil, beneficiando ao todo 283 municípios. Em relação a aquisição de mobiliários e equipamentos de educação infantil o aporte foi de aproximadamente R\$ 5,34 milhões, atendendo a 33 escolas de educação infantil. Durante o período de vigência do PPA (2016-2019) foram aportados recursos para a construção de aproximadamente 700 novos estabelecimentos de educação infantil, a reforma e ampliação de 248 unidades, bem como a aquisição de mobiliários e equipamentos para 274 creches e pré-escolas.

A universalização do ensino fundamental e a conclusão dessa etapa na idade recomendada, bem como a elevação de matrículas na rede pública de ensino também estão contemplados no PNE, nos objetivos das Metas 2 e 3. De acordo com dados da Pnad-c/IBGE, o percentual da população de 6 a 14 anos que frequentavam ou que já tinham concluído o ensino fundamental alcançou 98% em 2019.

Em consonância ao disposto nas Metas 2 e 3 do PNE, o MEC, por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), são apoiadas construções de escolas de educação básica. No período de 2016 a 2019, foram investidos cerca de R\$ 895,21 milhões, atendendo a 740 novas unidades de educação básica. Desse montante, especificamente, no ano de 2019, foram destinados R\$ 445,21 milhões, para a construção de 409 escolas de educação básica, sendo 262 unidades em áreas urbanas, 128 destinadas ao campo, 17 aos territórios indígenas e 2 quilombolas, beneficiando 244 municípios.

O Programa Novo Mais Educação (PDDE), lançado em 2016, é desenvolvido em articulação institucional e em cooperação com as secretarias estaduais, e tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar. Em 2019, o PNME atendeu cerca de 4.236 escolas, desse total 3.653 eram municipais e 444 estaduais. Foram atendidas 5.868 escolas localizadas na zona urbana e 5.803 na zona rural. O universo de estudantes atendidos foi de 1.182.627 distribuídos em 121.208 turmas. Foram disponibilizados recursos no valor de aproximadamente R\$ 33 milhões.

Destaca-se, ainda, o lançamento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, instituído pelo Decreto presidencial nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, e regulamentado pela Portaria MEC nº 2.015, de 20 de novembro de 2019. O Pecim é uma ação do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de excelência em gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares da reserva. Em 2019, 15 estados e o DF aderiram ao Pecim com 38 escolas estaduais participantes. O restante das 16 vagas foi redistribuído para os municípios, totalizando as 54 escolas que receberão o programa no ano de 2020. Ainda em

dezembro de 2019, foi realizada a primeira capacitação do programa para profissionais das escolas que receberão o modelo e representantes da Secretaria de Educação dos entes e, em fevereiro de 2020, ocorre a capacitação dos militares das forças auxiliares dos Estados e Municípios selecionados para o Pecim.

Em relação ao ensino médio, essa é a etapa da educação básica que apresenta os resultados de fluxo e proficiência escolar mais preocupantes, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Segundo os dados do relatório INEP “IDEB – Resultados e Metas”, o índice do Ensino Médio da rede Pública segue estagnado em 3,5. Segundo os dados do IBGE (Pnad-c), a taxa de frequência à escola da população de 15 a 17 anos foi de 91,2% em 2016 e de 91,9% em 2019. Já a taxa líquida de matrículas no ensino médio passou de 69,8% em 2016 para 70,9% em 2019.

Diante deste contexto, o Novo Ensino Médio, instituído pela Lei nº 13.415/2017, coloca-se como uma resposta tanto para a melhoria na qualidade do ensino médio quanto para as questões de atratividade e evasão, ampliando progressivamente o tempo mínimo do estudante na escola e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído por meio da Portaria nº 649/2018, tem como objetivo geral dar suporte às unidades da federação na elaboração e execução do Plano de Implementação do Novo Ensino Médio. Em 2019, o Ministério reabriu período de adesão ao Programa, com o objetivo de garantir que as 27 Unidades da Federação recebam apoio técnico e financeiro. O programa tem, atualmente, aproximadamente 4 mil escolas inscritas e o valor empenhado na ordem de R\$ 304 milhões para repasses da segunda e terceira parcelas do programa. Ainda houve repasse da primeira parcela para 193 novas escolas que aderiram ao Novo Ensino Médio em 2019 no valor total de R\$ 4 milhões.

O Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral (EMTI) foi instituído pela Portaria MEC nº 1.145/2016, substituída pela Portaria MEC nº 727/2017, cujo objetivo é ampliar a oferta de educação em tempo integral no âmbito do ensino médio, por meio da transferência de recursos para as secretarias estaduais e distrital de educação. Em 2019, o programa conta com 1.027 escolas em tempo integral, com as 27 Unidades Federativas que aderiram ao EMTI desde 2016. O programa tem, atualmente, aproximadamente 294 mil matrículas. Já foram transferidos ao programa R\$ 1,1 bilhão, sendo a segunda parcela do repasse de 2019 no valor de R\$118 milhões transferida no mês de novembro 2019.

Em relação à melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas de educação básica, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) proporciona transferência direta de recursos para as escolas, para cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos, devendo os recursos serem empregados, entre outras despesas, na aquisição de material permanente e de consumo; na realização de pequenos reparos, adequações e serviços de manutenção e conservação. Em 2019, por meio do PDDE Básico, foram repassados R\$ 789,3 milhões a 114.054 escolas estaduais, distrital e municipais de ensino, distribuídas em todas as regiões brasileiras, beneficiando cerca de 32,8 milhões de alunos da educação básica pública. Foram contemplados, também, com recursos do PDDE, 1.285 escolas de educação

especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, às quais foram repassados R\$ 7,8 milhões, beneficiando 109,5 mil alunos de educação especial. O PDDE também viabiliza a assistência financeira aos estabelecimentos de ensino com as ações agregadas para efetivar atividades da política educacional do MEC. Assim, no âmbito das Ações Agregadas, em 2019, foram contempladas 4.236 escolas, beneficiando 1,2 milhões de alunos com recursos da ordem de R\$ 33 milhões para financiar as atividades do Programa Novo Mais Educação.

Em consonância com a meta 4 do PNE, que trata da universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para o público da educação especial em idade escolar, o MEC vem, ao longo dos anos, atuando positivamente no sentido de oportunizar a todos os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entre 4 e 17 anos, o atendimento educacional e m classes comuns com o Atendimento Educacional Especializado – (AEE). Em 2018, o número de matrículas desses estudantes atingiu o total de 941.583 matrículas, sendo 866.020 em classes comuns, perfazendo um percentual de 92%, o que representa uma variação positiva de 3,7 p.p. em relação a 2015 conforme Censo Escolar Inep. Em 2019, esse percentual alcançou o índice de 92,7% de matrículas (Censo 2019).

No âmbito do Programa Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), importante apoio à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), destaca-se o remanejamento de equipamentos recebidos, em edições anteriores do programa, por escolas que já não possuem mais matrícula de estudantes da educação especial, para escolas que atualmente possuem (conforme Censo escolar do ano anterior) e ainda não haviam sido contempladas. Em 2018 e 2019, não houve ampliação do número de SRM, no entanto, foram realizados os procedimentos necessários à expansão do Programa, como apresentação de proposta de novo pregão eletrônico, modificando a forma de composição do kit que compõe a SRM para adequar a composição da sala às diferentes etapas e níveis de ensino.

O Programa Escola Acessível tem como objetivo promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e a comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. Em 2018, 1.367 escolas das 27 UFs tiveram seus planos validados, com recursos repassados na ordem de R\$ 20 milhões. Em 2019, por meio do PDDE Escola Acessível, 1.594 escolas públicas de educação básica tiveram planos de atendimentos aprovados, sendo destinados R\$ 21,7 milhões para cobertura de despesas de custeio e capital, ainda foram empenhados mais de R\$ 87,4 milhões para beneficiar outras 6.755 escolas.

No âmbito dos programas suplementares à educação, com vistas a garantir o acesso e permanência, bem como a qualidade do ensino e aprendizagem, o MEC apoiou os estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas de alimentação, transporte escolar e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende alunos da Educação Básica nas etapas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado, educação profissional e educação de jovens e adultos, matriculados em

escolas públicas, filantrópicas, comunitárias e confessionais, bem como aqueles matriculados nas escolas federais, em conformidade com o Censo Escolar do ano anterior ao do atendimento. No ano de 2019, o orçamento atualizado do Programa foi de R\$4 bilhões para atender 40,6 milhões de alunos e aproximadamente 150 mil escolas.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear, em caráter suplementar, despesas com o transporte escolar de estudantes da rede pública de educação básica residentes em área rural. Em 2019, os valores per capita do Programa se mantiveram idênticos aos de 2018, quando houve um aumento de 20%, ficando entre R\$144,88 e R\$206,69. Nesse cenário o PNATE foi responsável por destinar R\$ 626,5 milhões à 5,2 mil Entidades Executoras, beneficiando mais de 4,4 milhões de alunos.

Já o Programa Caminho da Escola tem o objetivo de renovar e padronizar a frota de veículos e embarcações de transporte escolar, garantido segurança e qualidade e contribuindo para o acesso e permanência dos alunos nas escolas da rede pública da educação básica. Em 2019, foram 2.482 municípios beneficiados para aquisição de 8.103 ônibus providos com requisitos de acessibilidades, com investimentos na ordem de R\$ 1,8 bilhões, incluindo as aquisições com recursos do FNDE e recursos próprios dos entes federados. Somente com recursos do FNDE foram adquiridos, 3.940 ônibus rurais acessíveis e 402 ônibus urbanos acessíveis, totalizando um investimento de R\$ 1,0 bilhão.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) tem a finalidade de avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Desde 2018, o PNLD passou a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias alinhados à BNCC. A partir da publicação do Decreto nº 9.099/2017, o escopo do PNLD ganhou contornos que vão muito além da aquisição e distribuição de Livros Didáticos e Literários, passando a contemplar jogos educativos, softwares entre outros, inclusive, voltados para a gestão escolar. Além disso, pela primeira vez, em 2019, o Programa passou a atender escolas da Educação Infantil, as quais receberam livros didáticos e literários do PNLD. No ano de 2019, foram beneficiadas 123.342 escolas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio com materiais do PNLD, tendo sido adquiridos 172.571.931 exemplares de livros didáticos, representando um custo de aquisição da ordem de R\$ 1.3 bilhão.

No âmbito do PNLD Acessível, no exercício de 2019, foram distribuídos 20.671 livros no formato tinta-braille atendendo a 3.402 alunos cegos matriculados em 1.177 escolas dos anos iniciais do Ensino Fundamental (de 1º ao 5º ano) participantes do PNLD, correspondendo a um investimento de R\$ 9,9 milhões. Acrescenta-se que, além do material distribuído, foram resguardados em Reserva Técnica 7,6 mil livros, totalizando 28,3 mil exemplares Braille. Para os alunos com baixa visão ou dificuldades no processo de leitura, foram adquiridos livros em formato EPUB, tendo sido disponibilizados 362 títulos. Em 2019, foram investidos R\$ 5,4 milhões com a

aquisição dos títulos em EPUB. Até o final do exercício, 104 escolas haviam baixado os arquivos.

O MEC também fomenta ações relacionadas às tecnologias educacionais, com vistas à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, com destaque para o Programa de Inovação Educação Conectada, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) e o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE).

O Programa de Inovação Educação Conectada, instituído em 2017, tem como foco apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica, visando conjugar esforços entre órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal, municípios, escolas, setor empresarial e sociedade civil para assegurar as condições necessárias para a inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica. O Programa conta, até 2019, com a adesão de 5.374 municípios, 26 Estados e o Distrito Federal, permitindo o apoio à conectividade terrestre (transferência de recursos via PDDE) a 70.744 escolas e aproximadamente 30 milhões de alunos atendidos, somando R\$ 222,4 milhões investidos em 2019 para conectividade em escolas urbanas.

Em 2017, por meio de descentralização de recursos do Ministério da Educação – MEC, para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, foi firmado contrato entre MCTIC e a Telebrás para fornecimento de internet satelital para 6.500 escolas rurais. Em 2019 o número de instalações foi ampliado para cerca de 8.000 escolas, sem a necessidade de novo repasse de recursos. A instalação de internet nas escolas rurais teve início em janeiro de 2019, com o repasse de R\$ 60 milhões para o MCTIC. Até dezembro de 2019, foram beneficiadas 7.402 escolas rurais, localizadas em 2.068 municípios, correspondendo a 2.211.283 matrículas.

O ProInfo tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. Em 2019, por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR), foram repassados cerca de R\$ 8 milhões para a aquisição de kits de robótica. No período de 2016 a 2019 foram investidos cerca de R\$ 38 milhões no Programa. Além disso, aproximadamente 1.635 unidades educacionais, estaduais e municipais, beneficiaram-se com a ativação de 1.795 tablets educacionais, adquiridos em anos anteriores, para uso dos professores de educação básica das escolas públicas.

No âmbito do Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), foram registrados 66.180 pontos de conexão, beneficiando mais de 30 milhões de alunos e aproximadamente 1,5 milhão de professores. A velocidade média das conexões subiu para 4,7 Mbps, o que significa um aumento de mais de 100% em relação à velocidade disponibilizada no início do Programa. No âmbito das escolas rurais, o FNDE atuou de forma colaborativa ao Projeto de Conectividade Rural da ANATEL, cujo objetivo é fornecer internet com velocidade mínima de 1 Mbps a todas as escolas públicas rurais que possuam energia elétrica, algum tipo de recurso tecnológico e que estejam dentro de um raio de até 30 km da sede do município. Desde sua concepção em 2012, a iniciativa atendeu cerca de 30 mil entidades de ensino.

O acompanhamento da frequência escolar de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) - condicionalidade da educação no âmbito do

Programa - visa combater o abandono e a evasão escolar, e contribuir, portanto, para a permanência e a progressão nos estudos de crianças e adolescentes em situação de pobreza e em vulnerabilidade social. Em 2019, esse acompanhamento, realizado em mais de 138 mil escolas, registrou, em média, a frequência de 14.601.177 de estudantes o que representa 51,29% das matrículas das escolas públicas nas etapas de ensino fundamental e médio, de acordo com o Censo Escolar de 2018.

FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A formação e valorização dos profissionais da educação, principalmente dos que atuam na educação básica, é uma estratégia fundamental para que a universalização da educação se concretize. As ações de formação de profissionais da educação básica deparam-se com o desafio do regime federativo, pois envolvem estados, municípios e o Distrito Federal, com suas respectivas redes de ensino, e a União, em seu papel central de coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, atualizada pelo Decreto nº 8.752/2016, norteia-se pelos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Plano Nacional de Educação 2014-2024 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior. Articulados à Política, são desenvolvidos diversos programas pelo Ministério da Educação (MEC).

O MEC, em 2019, atuou ativamente junto ao CONSED e UNDIME na coordenação dos esforços que resultaram na definição das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (DNC's) e na instituição da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 e da publicação da Portaria MEC nº 2.167, de 19 de dezembro de 2019. As novas DCN's mantiveram a carga horária de 3.200 horas para cursos de formação de docentes da educação básica; promoveram a flexibilização da carga horária da Segunda Licenciatura; definiram novas competências no perfil dos cursos com maior ênfase na prática e no conhecimento do conteúdo e da didática – e restringiram o uso da modalidade de Ensino a Distância — EaD.

Por meio do AVAMEC - Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação são oferecidos diversos tipos de curso de aperfeiçoamento na modalidade Ensino a Distância (EaD) para professores e demais profissionais da educação. No ano de 2019, foram disponibilizados treze cursos destinados ao treinamento nos temas Base Nacional Comum Curricular — BNCC. O número total de cursistas ativos foi de 76.847, sendo 61.718 nos cursos de formação continuada para professores e 15.129 nos cursos de formação continuada para demais profissionais da educação básica.

Ressalta-se, que, em 2019, no âmbito do projeto Forma Brasil — Docente, foi realizado diagnóstico das necessidades territoriais de formação inicial de professores em serviço, para fins de planejamento do atendimento da demanda. Além da elaboração de projetos pedagógicos das licenciaturas em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza alinhados à BNCC.

No âmbito das instituições federais de educação superior, de acordo com o Censo da Educação Superior 2018, foram registradas um total de 101.021 novas matrículas em cursos de licenciatura voltados à formação de professores da educação básica. Ao longo do período de 2016-2019, o número de novos ingressos nos cursos de licenciatura nas universidades federais foi de 85.774 em 2015, 89.267 em 2016, 116.165 em 2017 e 101.021 em 2018, o que perfaz um total de 392.227 novas matrículas no período.

Com vistas a responder à demanda por formação inicial de professores da Educação Básica e contribuir para o alcance da meta 15 do PNE, o MEC, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), implementa importantes programas para a formação de professores entre os quais se destacam: o Programa de Residência Pedagógica; Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid); Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor); sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB); e mestrados profissionais para professores em serviço na rede pública de educação básica.

O Programa Residência Pedagógica tem por objetivo induzir o aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica, a partir da segunda metade de seu curso, e deve contemplar, entre outras atividades, regência de sala de aula e intervenção pedagógica. O programa concede bolsas aos estudantes de licenciatura, aos professores da educação básica e aos professores das instituições de ensino superior (IES). No ano de 2019 foram investidos cerca de R\$ 224,4 milhões, referente ao pagamento médio mensal de 38.401 bolsas, sendo 32.916 bolsas aos licenciandos e 5.485 bolsas aos demais participantes.

Já o Pibid enfatiza a prática como componente curricular e atividades teórico-prático. Os projetos do Pibid são institucionais e promovem a inserção dos licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar. O programa concede bolsas aos estudantes de licenciatura, aos professores da educação básica e aos professores das instituições de ensino superior (IES). No ano de 2019 foram investidos R\$ 289,1 milhões, referente ao pagamento médio mensal de 47.436 bolsas, sendo 40.660 bolsas aos licenciandos e 6.776 bolsas aos demais participantes.

O Parfor oferta cursos de primeira e segunda licenciatura para professores em serviço na modalidade presencial. No ano de 2019, as 478 turmas vigentes estavam ofertando formação inicial a aproximadamente 14.187 professores da Educação Básica em serviço. Desse total, 6.053 ingressaram nas 150 turmas ofertadas pelo Edital 19/2018, iniciadas entre agosto de 2018 e junho de 2019. Em 2019 não foi lançado novo Edital, porém, foram iniciadas 87 novas turmas, oriundas do Edital 19/2018, com 3.527 professores matriculados.

O Sistema UAB oferta prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da educação básica na modalidade a distância. É integrado por 133 instituições de educação superior e 743 polos de apoio ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. No ano de 2019, a UAB ofertou 7.819 novas matrículas para a formação inicial de professores.

Em consonância com a Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE), o Sistema UAB também oferta cursos de especialização e mestrados profissionais (PROEB), estes últimos com vagas exclusivas para professores em exercício nas redes públicas de educação básica. Em 2019, dos 10 programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), quais sejam: Matemática, (ProfMat), Física (MNPEF), Letras (Profletras), Artes (ProfArtes), História (ProfHistória), Biologia (ProfBio), Química (ProfQui) e Filosofia (ProfFilo), Educação Física (ProEF) e Sociologia (ProfSocio), mantiveram em andamento, ao todo, 3.452 ofertas.

Em 2019, agregando as novas matrículas em especializações, 3.800, ofertadas pelo Sistema UAB, com os números nos mestrados profissionais, 3.452 supracitados, registaram-se 7.252 novas matrículas.

O MEC também apoia ações de formação inicial e continuada de professores relacionadas às políticas educacionais nas áreas educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola e educação para as relações étnico-raciais.

A formação continuada para as modalidades de educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação do campo e para a temática da educação para as relações étnico-raciais é viabilizada por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento e/ou especialização para professores (as), gestores, técnicos das redes de ensino e membros da comunidade escolar, ofertados por Instituições Públicas de Educação Superior (IPES).

De 2016 a 2019 foram descentralizados recursos na ordem de R\$ 11,8 milhões para atender a formação (custeio e bolsas) no âmbito do Escola da Terra, formação continuada para professores do campo e de comunidades quilombolas das redes estaduais e municipais de ensino, em regime de alternância. Vale destacar 14.016 cursistas concluíram a formação.

A promoção da formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica, por sua vez, realizou-se por meio da Ação Saberes Indígenas na Escola. No período de 2016 a 2018, foi descentralizado o valor de R\$ 61,4 milhões, que proporcionou a oferta de 13.208 vagas. Não houve atendimento em 2019.

O Programa de Apoio à Formação Superior e às Licenciaturas Interculturais (Prolind) fomenta a oferta de cursos específicos para a habilitação de professores indígenas para a docência nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. De 2016 a 2018 foram ofertadas 5.312 vagas, com descentralização no valor de R\$ 16,6 milhões. Em 2019 foram descentralizados valores num montante de 5,9 milhões para oferta de 876 vagas.

Quanto à Educação Especial, houve o apoio à formação continuada de professores para atuar nas salas de recursos multifuncionais e em classes comuns do ensino regular, em parceria com Instituições Públicas de Educação Superior. Em 2019 foi descentralizado o valor de aproximadamente R\$ 139 mil para atender a oferta de mil vagas.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

O acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e as necessidades do mercado de trabalho é considerado fundamental pelo Governo Federal para a inserção socioproductiva

dos trabalhadores e para o crescimento econômico do País. Portanto, para alcançar tal objetivo, o MEC tem contemplado iniciativas que visam à promoção de ações para: a) engajar os institutos federais com o setor produtivo; b) alinhar e organizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às demandas locais e regionais, por itinerários formativos; c) ampliar e fortalecer os processos de reconhecimento de saberes e competências profissionais; d) consolidar os institutos federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional.

Para impulsionar a EPT, o MEC desenvolveu, em 2019, o Programa Novos Caminhos, que possibilita a abertura de novas oportunidades para os jovens entrarem no mercado de trabalho e novos cursos com foco nas demandas do mercado e nas profissões do futuro. Por meio das ações previstas no Programa, o Governo Federal apoiará as redes e instituições de ensino no planejamento da oferta de cursos, na implementação do itinerário da Formação Técnica e Profissional trazida pela reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 2017), na promoção de ações voltadas ao alinhamento da oferta de cursos com as demandas do setor produtivo e na incorporação das transformações resultantes de processos de inovação científica e tecnológica.

Como ações voltadas à organização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por itinerários formativos, também no âmbito do Programa Novos Caminhos, Eixo “Gestão e Resultados”, foi publicada a Portaria nº 1.719, de 08 de outubro de 2019, que estabeleceu o processo de abertura do prazo para apresentação das propostas para atualizar o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Conforme cronograma anunciado, as etapas para a atualização, que incluem dentre outras, a avaliação das propostas e submissão ao Conselho Nacional de Educação – CNE, serão finalizadas em agosto de 2020.

Com relação à promoção de ações voltadas ao alinhamento da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às demandas locais e regionais, foram realizadas tratativas para internalização do Mapa da Educação Profissional e Tecnológica, visando sua disponibilização no portal com domínio mec.gov.br.

Visando ao engajamento dos institutos federais com o setor produtivo, o MEC deu continuidade às ações no âmbito do Programa para o Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal (EnergIF), com destaque para a seleção dos melhores projetos para ampliação da oferta de cursos nas áreas de Energia Solar Fotovoltaica e de Eficiência Energética, bem como com investimentos na ação de ampliação de infraestrutura/autoprodução de energia, com investimentos para aquisição das Usinas Fotovoltaicas.

Nesse sentido, foi aprovada a continuidade do Programa Profissionais para Energias do Futuro II, em parceria firmada com o Ministério de Cooperação e Desenvolvimento da Alemanha (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung - BMZ). As ações, que se inserem no âmbito do Programa EnergIF, serão executadas pela Sociedade Alemã de Cooperação Internacional (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ) até o final de 2021.

Ainda em relação ao Programa Novos Caminhos, outra ação de destaque para o engajamento dos institutos federais com o setor produtivo e referente ao Eixo “Inovação e Empreendedorismo” do programa, que visa

fortalecer os vínculos entre educação, trabalho e desenvolvimento socioeconômico, disseminando a cultura do empreendedorismo e da inovação no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica. Assim, destacam-se a ampliação dos Polos de Inovação da EMBRAPA nos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IFs) e o lançamento, pelo Escritório de Inovação e Empreendedorismo (EIE), de editais para fomento a projetos que estimulem as atividades de pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica nas redes de ensino e instituições de Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, como ação voltada a ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, para públicos prioritários, destaca-se o Programa Nacional Mulheres Mil, realizado via Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) desde 2016 nas redes estaduais e distrital de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tendo alcançado um total de 16.718 matrículas durante o período deste PPA.

Na vertente da ampliação da oferta de cursos de EPT na área de Educação do campo, Florestas e Águas, o MEC desenvolveu ações que compreendem: o financiamento para criação e manutenção de 96 Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEAs) em instituições da Rede Federal e em instituições de ensino superior, monitoradas pelo MEC e demais ministérios parceiros (MAPA, SEAD/PR e MCTIC), com o repasse de R\$ 1 milhão para o CNPq.

No âmbito da educação inclusiva, destaca-se o apoio aos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNEs), que custeia o investimento para a adequação de acessibilidade de vários imóveis da Rede Federal, bem como o fomento para a consolidação dos Centros de Referência em formação de pessoal em conteúdos específicos, cujo objetivo é confecção de material acessível, adequação-adaptação de material pedagógico e desenvolvimento de tecnologia assistiva.

O Plano Nacional de Educação (PNE), no conjunto de suas metas, reservou à Meta 10 tratar da educação de jovens e adultos (EJA), estabelecendo que, do total das matrículas dessa modalidade, 25% sejam integradas à educação profissional. Nesse sentido, a Meta 10 tem como foco não só ampliar a escolarização dos jovens e adultos, mas também proporcionar capacitação profissional, de modo que estes estejam preparados para atuar no mercado de trabalho.

Em 2018, do total de 3,54 milhões de matrículas na Educação de Jovens e Adultos, 47.870 matrículas foram ofertadas de forma articulada à EPT, conforme dados do Censo da Educação Básica (Inep/MEC). Esse número representa apenas 1,35% das matrículas de EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional.

Considerando o escopo da educação profissional e tecnológica integrada à EJA, tanto no ensino fundamental quanto no médio, as ações conduzidas pelo MEC para o alcance da meta 10 do PNE são executadas por intermédio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos (Proeja) – cujo objetivo é a oferta gratuita de cursos técnicos na forma integrada e concomitante, bem como de cursos de formação inicial e continuada. A partir do ano de 2016, a oferta de cursos do Proeja passou a ser executada no âmbito do Pronatec, por intermédio do Pronatec EJA. Nessa modalidade

específica, até 2019, foram registradas 8.740 matrículas financiadas por essa iniciativa.

Em 2019, para contribuir com esse esforço nacional, o MEC propôs o estabelecimento de parceria com as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para o desenvolvimento de ações de Educação de jovens e adultos integrada à Educação Profissional. As ações dessa parceria têm sido fomentadas por meio de Termos de Execução Descentralizada (TEDs) que envolveram recursos da ordem de R\$ 19 milhões para financiar ações tais como: mobilização dos municípios; formação continuada de profissionais da educação; oferta de cursos de EJA (Ensino Fundamental) integrada à qualificação profissional; produção de material pedagógico; monitoramento da permanência; pesquisa e inovação; e realização de cinco encontros regionais e um encontro nacional.

Além dessa ação, em 2019 também foi elaborada uma nova resolução, com publicação prevista para 2020, para utilização dos saldos remanescentes do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA), instituído em 2004. O PEJA tem por objetivo ampliar a oferta de vagas no ensino fundamental e ensino médio públicos, em cursos presenciais com avaliação no processo, por meio de assistência financeira de caráter suplementar, mediante transferências automáticas aos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, para atender aos jovens e adultos que não tiveram acesso ou não concluíram a escolarização em idade própria e que estejam fora da escola. Em 2019, os saldos remanescentes do PEJA nas contas correntes dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, era de R\$ 75,1 milhões.

A Meta 11 do PNE tem como primeiro enfoque triplicar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, garantindo a qualidade da oferta. Além disso, estabelece que, pelo menos, 50% dessa expansão ocorra no segmento público.

Conforme dados do Censo Escolar (Inep/MEC), em 2016 foram registradas 1.775.324 matrículas em educação profissional técnica de nível médio, passando para 1.791.806 matrículas em 2017 e 1.868.917 matrículas em 2018, o que representa um aumento de 93.593 matrículas entre 2016 e 2018. Do total de matrículas de 2018, mais de 1,1 milhão delas foram ofertadas por instituições das Redes Públicas Federais, Estaduais e Municipais.

Em relação a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada, no período de 2016 a 2019, destacam-se as cinco iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído em 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica: Acordo de Gratuidade, Brasil Profissionalizado, Rede e-Tec, Bolsa-Formação e Expansão da Rede Federal.

Em 2019, foram investidos, no financiamento do Pronatec, o total de aproximadamente R\$ 45 milhões, alcançando a oferta de 262.813 matrículas em cursos técnicos e FIC. Esse dado não contempla o número de matrículas oriundos do Acordo de Gratuidade com o Sistema S, que serão disponibilizados a partir de março do ano de 2021.

Além da oferta de matrículas, outras ações merecem destaque no âmbito das iniciativas do Pronatec, a exemplo da Rede e-Tec que, em 2019, em continuidade da parceria estabelecida com a Rede nacional de Ensino e

Pesquisa (RNP), conta com cerca de 1.300 objetos educacionais no Repositório de objetos de aprendizagem (PROEDU), os quais são disponibilizados para acesso público, no endereço eletrônico: <http://proedu.rnp.br/>.

No âmbito da Expansão da Rede Federal, em 2018, ocorreu a retomada de 05 obras paralisadas; continuidade de 35 obras em execução; início de 19 novas obras e aquisição de equipamentos diversos para 33 campi da Rede Federal. Registra-se a conclusão de 258 obras no período.

Como ação no âmbito do fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica, destaca-se o Programa Brasil Profissionalizado. Em 2019, foram concluídas 4 novas escolas, além de outras 8 ampliações e/ou reformas finalizadas, sendo que a iniciativa gerou, neste ano, 71.726 matrículas.

Para contabilizar o quantitativo alcançado de vagas no âmbito das iniciativas do Pronatec, entre os anos de 2016 a 2019, foram consideradas as 1.220.923 vagas ofertadas em 2016, as 1.1104.463 vagas ofertadas em 2017, somando com as 330.747 vagas de 2018 e as 262.813 vagas de 2019, totalizando 2.918.946 vagas ofertadas no período.

Além disso, com vistas ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica, em dezembro de 2019, houve inauguração de novos campi dos institutos federais: campus Senador Canedo do Instituto Federal do Goiás; campus de Santa Rita do Instituto Federal da Paraíba; campi de Campo Grande e de Corumbá do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul; campi de Paragominas e Ananindeua do Instituto Federal do Pará.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e interiorizar a educação superior, com inclusão e qualidade, são alguns dos principais desafios do Governo Federal.

Neste contexto foi desenvolvido o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), um sistema informatizado instituído e regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC). É um sistema de organização e unificação de acesso dos estudantes egressos do ensino médio aos processos seletivos das instituições públicas de educação superior, auxiliando-as na organização da oferta e na otimização da ocupação de suas vagas, contemplando, inclusive, as matrizes de diversidade, inclusão e qualidade, sobretudo a partir da inclusão do atendimento às ações estabelecidas pela Lei nº 12.711/2012.

Outra ação desenvolvida com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior é o Programa Universidade para Todos (Prouni), que seleciona estudantes egressos do ensino médio da rede pública, ou da rede particular na condição de bolsista integral da própria instituição, com renda familiar per capita máxima de até 3 (três) salários mínimos a partir das notas obtidas no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). No ano de 2019 foram ofertadas o total de 411.930 novas bolsas, das quais 219 mil foram ocupadas, ou seja 53 %. Durante o período de 2016 a 2019, já foram ofertadas 1.489.224 novas bolsas do Prouni. O Programa possui também ação de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, qual seja a Bolsa Permanência, que beneficiou, em 2019, uma média mensal de 8,6 mil bolsistas. Desde sua criação, em 2005, o Prouni já atendeu, até 2019, mais de 2,69 milhões de estudantes.

Além destas ações o MEC instituiu em 2001, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que tem por objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Em 2017, o Fies passou por alterações tornando-se um modelo de financiamento estudantil moderno que possibilita juro real zero para os estudantes que comprovam renda familiar bruta per capita de até 3 (três) salários mínimos, e uma escala de financiamentos variável conforme a renda familiar do candidato. As alterações ocorridas em 2017 permitiram a oferta de financiamento aos estudantes a uma taxa de juros real zero e a garantia de financiamento de, no mínimo, 50% do valor do curso escolhido. Os critérios de entrada no Novo Fies permaneceram os mesmos dos anos anteriores, quais sejam, que o estudante tenha média no Enem igual ou superior a 450 pontos, não tenha nota zero na redação, e renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos. O novo modelo do FIES e seus objetivos contribuem juntamente com outras políticas de acesso desenvolvidas pelo MEC, para o alcance da Meta 12 estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Em 2019, foram ofertadas 100 mil vagas, sendo firmados 84.532 contratos, ou seja, uma taxa de ocupação de 85%.

O número de matrículas na educação superior (graduação e sequencial) continua crescendo, atingindo a marca de 8,45 milhões de alunos matriculados nas modalidades presencial e a distância em 2018, conforme dados do Censo da Educação Superior (Inep/MEC), sendo 1.231.909 de matrículas em cursos de graduação presencial nas instituições federais de ensino.

Relativamente a cursos de graduação em Medicina, no período de 2016-2019, foi possível, com os editais de chamamento público, alcançar o total de 8.416 novas vagas de cursos de medicina no período, sendo 641 dessas vagas autorizadas no ano de 2019.

Merece destaque, ainda, o número de matrículas em cursos de graduação (licenciatura), presencial e a distância, para formação inicial de professores para a educação básica, que passou de 1.471.930, em 2015, para 1.628.676 em 2018.

No âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que busca minimizar o déficit de docentes, ampliando o quantitativo de profissionais docentes com formação em nível superior e ampliar a política de formação em nível de pós-graduação de docentes que atuam na rede básica de ensino, foram realizadas 15.620 matrículas, no ano de 2019, sendo 8 mil licenciaturas, 6.400 especializações, 880 bacharelados e 340 cursos superiores de tecnologia.

Dentre as ações da UAB, destacou-se a implantação, ano de 2019, o projeto Ciência é 10!, curso de especialização da UAB para professores graduados que estão atuando no sistema público de ensino e dando aulas de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, do 6º ao 9º ano. Em 2019, foram concluídas as etapas de seleção de instituições participantes; seleção e capacitação dos tutores e professores do curso; seleção dos alunos e matrícula na etapa de acolhimento e repasse de custeio no valor de R\$ 207,5 mil. O início das aulas ocorrerá a partir de fevereiro/2020.

Em relação à assistência estudantil, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência para moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência,

transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Os recursos destinados ao atendimento das ações do programa são alocados diretamente nas unidades orçamentárias das IFES, que no ano de 2019 contou com um orçamento da ordem de R\$ 1,06 bilhão. Em média, o programa atende anualmente aproximadamente 300 mil estudantes e concede aproximadamente 850 mil benefícios.

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) é destinado aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior (IFES). O valor do auxílio financeiro pago mensalmente aos estudantes beneficiários do programa é de R\$ 900,00 para estudantes indígenas e quilombolas e de R\$ 400,00 para os demais estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente o PBP atende aproximadamente 19 mil estudantes e contou com orçamento de R\$ 139,5 milhões destinados às bolsas de estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior.

Com o propósito de libertar as universidades das amarras atuais e modernizar a educação superior do País, o MEC lançou o Programa Future-se. Inédito e inovador, o Programa baseia-se em boas práticas internacionais e propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior, conferindo maior autonomia financeira a universidades e institutos federais. A adesão ao Future-se será voluntária, e as universidades e os institutos federais continuarão a contar com um orçamento anual destinado pelo governo federal. O diferencial é que o programa possibilita que cerca de R\$ 1 bilhão de receitas que atualmente já são geradas pelas instituições possam ser utilizadas por elas próprias, com a simplificação e desburocratização desse processo, além de possibilitar ampliação significativa das fontes de financiamento.

A proposta do Programa foi submetida à consulta pública e as contribuições recebidas foram consolidadas pelo MEC, o qual enviará o projeto ao Congresso Nacional para prosseguimento do trâmite. O Future-se é dividido em três eixos complementares: Gestão, Governança e Empreendedorismo (sustentabilidade financeira; transparência, auditoria externa e compliance; eficiência de gastos; gestão imobiliária); Pesquisa e inovação (centros de pesquisa e parques tecnológicos; startups; aproximação de instituições e empresas); Internacionalização (intercâmbio de estudantes e professores; revalidação de títulos e diplomas estrangeiros; ampliação do acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online; parcerias com instituições privadas).

O Ministério da Educação garantiu em 2019, para as universidades federais, a atualização da matriz orçamentária para financiamento de despesas de custeio e investimentos, o que possibilitou a distribuição de recursos a partir de indicadores acadêmicos e gerenciais que premiam a meritocracia. Os índices de matrículas e de conclusão de cursos de graduação, além dos conceitos acadêmicos de cursos de graduação e pós-graduação, são alguns dos indicadores que foram levados em consideração para alocação dos orçamentos.

Além disso, o Ministério da Educação (MEC) criou, em dezembro de 2019, cinco novas universidades federais. Foram criadas a Universidade Federal de Jataí (UFJ), Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (Ufape), Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e Universidade Federal de Catalão (UFCat). A

intenção é que essas instituições transformem-se em centros de excelência modernos.

Para prover o país de quadros de alto nível técnico e científico, em 2019, o Governo Federal deu continuidade as suas ações de fomento à pós-graduação. Uma importante estratégia para o fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) é a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no país. Em 2019, foram concedidas 96.947 bolsas de pós-graduação no país, sendo 47.383 de mestrado (3.145 dessas na modalidade profissional, destinadas à formação de professores para a educação básica), 43.327 de doutorado e 6.237 de pós-doutorado.

Em relação à Meta 14 do PNE que prevê a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores, no caso do mestrado, a meta já foi ultrapassada, tendo sido titulados 64.432 mestres no ano de 2018; já para o doutorado a previsão é de alcance da meta antes do final da vigência do PNE, tendo em vista que em 2018 já foram titulados 22.901 doutores.

Convém destacar que nos últimos anos, priorizou-se a concessão de bolsas de doutorado no país, passando de 42.779 bolsas em 2015 para 43.327 em 2019. Em 2018, observou-se o pico da concessão de bolsas no país no período, tendo sido concedidas 103.034 bolsas de pós-graduação. Além do apoio ao SNPG por meio da concessão de bolsas no país, em 2019 foram investidos cerca de R\$ 200,9 milhões para custear as atividades dos PPG e dos projetos de pesquisa aprovados pela CAPES e para apoiar a realização de 885 eventos científicos e tecnológicos de curta duração no país, bem como outros R\$ 431 milhões foram investidos para a manutenção do Portal de Periódicos.

Entre 2016 e 2019 foram concedidas 15.792 novas bolsas no exterior por meio de ações de mobilidade acadêmica internacional, cooperação internacional e internacionalização da ciência e pesquisa brasileiras. Em 2019, do total de 3.520 novas bolsas no exterior, 1.494 bolsas são do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt), que possui o objetivo de promover a internacionalização da educação superior brasileira, em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

O total de discentes matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, em 2018, chegou a 290.248, contra dados consolidados de 251.681 em 2015, de 266.818 em 2016 e de 277.833 em 2017. Além disso, O Sistema Nacional de Pós-Graduação concedeu, em 2018, um total de 88.120 títulos de mestrado e doutorado. Em 2015 esse número era de 73.549 títulos concedidos.

A contratação de docentes com mestrado e doutorado pelas instituições de educação superior (IES) brasileiras é de extrema importância para a qualidade do ensino e pesquisa no país. A Meta 13 do PNE determina a ampliação para 75% da proporção de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior. Segundo dados do Censo da Educação Superior 2018 (Inep/MEC), 81,3% dos docentes das IES eram mestres e doutores, ultrapassando em cerca de 6 p.p. a meta prevista.

No âmbito das ações estratégicas, foi lançado o Programa de Cooperação Acadêmica em Defesa Nacional (PROCAD-Defesa) por meio do qual foram selecionados 12 projetos de pesquisa nas áreas de interesse da

Defesa, com um investimento de cerca de R\$ 13,7 milhões em bolsas de estudo e recursos de custeio ao longo da execução dos projetos.

Ainda em 2019, com o objetivo de apoiar PPG *stricto sensu* que possuam em suas linhas de pesquisa temas relacionados à finalidade de combater, analisar o impacto e propor soluções para o derramamento de óleo identificado em agosto de 2019 nas praias brasileiras, foi lançado o Edital CAPES-Entre Mares (nº 26/2019). Por meio desta ação emergencial está previsto o investimento de R\$ 1,3 milhão em bolsas de mestrado e recursos de custeio.

No âmbito do acordo firmado entre a CAPES e o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), em 2019 foi publicado o Edital nº 28, por meio do qual o Conselho investirá R\$ 4,8 milhões para o apoio a PPG profissionais em Enfermagem, com vistas a qualificar recursos humanos altamente especializados, fora dos centros já consolidados de ensino e pesquisa, de forma a contribuir para o desenvolvimento, o fortalecimento e a ampliação de PPG *stricto sensu* e promover a cooperação acadêmica e o desenvolvimento de pesquisa científica e tecnológica na área de Enfermagem.

Dando continuidade às ações estratégicas voltadas para a redução das assimetrias regionais do SNPG, em 2019 foi assinado um acordo de intenções para implementar, a partir de 2020, um programa voltado ao desenvolvimento da pós-graduação na Amazônia Legal, com o objetivo de promover a fixação de pesquisadores na região Amazônica e apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico nos estados da região Norte, Maranhão e Mato Grosso, com um investimento previsto da ordem de R\$ 200 milhões em cinco anos. Ainda com foco na redução das assimetrias do SNPG, ressalta-se a manutenção de programas de fomento tradicionais, tais como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (PROCAD/Amazônia) e o Programa Visitante Nacional Sênior na Amazônia (PVNS/Amazônia), por meio dos quais foram concedidas mil bolsas em 2019.

Com vistas à democratização do conhecimento, o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), do qual o Portal de Periódicos CAPES é resultado, investiu R\$ 431 milhões na promoção do fortalecimento dos PPG no Brasil por meio do acesso online à informação científica nacional e internacional de alto nível. O Portal de Periódicos conta com um acervo de mais de 49 mil títulos com textos completos, 136 bases de dados de referências e resumos, 12 bases de dados dedicadas exclusivamente a patentes, mais de 300 mil documentos em texto completo dentre anais de congresso, livros, relatórios e documentos históricos, além de obras de referência como enciclopédias, compêndios, atlas, estatísticas e materiais audiovisuais como partituras, podcasts, imagens em 3D dentre outros.

Relativamente às funções de regulação e supervisão no âmbito do Sistema Federal de Ensino (SFE), o MEC deu continuidade ao processo de regulamentação e revisão da educação superior e registrou, em 2019, a publicação de 4.791 atos regulatórios, sendo 2.922 atos de regulação, 511 atos de supervisão, 642 atos institucionais e 716 atos de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Vale destacar que, de acordo com o Censo da Educação Superior (Inep/2018), existem 2.537 IES, 37.962 cursos superiores e 8.450.755 estudantes matriculados, sendo que o SFE, sob responsabilidade do MEC,

representa 93% das instituições de ensino superior, 89% dos cursos superiores ofertados, e 91% das matrículas da educação superior do país.

Diante desse universo de instituições e cursos de educação superior e visando ainda coibir situações irregulares de emissão de diplomas, o MEC instituiu o Diploma Digital que, com o uso do certificado digital ICP-Brasil, permitirá a desburocratização, redução de tempo e custos, maior transparência, agilidade e lisura, o que permitirá o combate à falsificação e irregularidades de registro e emissão de diplomas. Com efeito, será possível a entrega de um serviço mais barato, melhor e mais eficiente ao cidadão em plena consonância aos anseios de uma sociedade moderna.

No âmbito do Ministério da Educação, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) possui a missão estratégica de atuar na gestão dos hospitais universitários vinculados às universidades federais. Essas instituições são referência na prestação de serviços de saúde de média e alta complexidade e na atuação como campo de prática para a formação de profissionais na área de saúde, nas dimensões de ensino-aprendizagem, pesquisa, inovação tecnológica e extensão. Atualmente, esta Empresa administra 40 hospitais universitários de 32 Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) distribuídos por 23 unidades da federação. Além das unidades da Ebserh, a rede universitária federal conta com mais 10 unidades hospitalares que totalizam 50 unidades no país.

Atualmente, a empresa oferece mais de 7,7 mil vagas de residências médica e multiprofissional em 1.023 programas, além de ser campo de prática para mais de 60 mil graduandos na área da saúde em 32 Universidades Federais. Entre 2015 e 2019, o número de residentes aumentou em 36,7%, e o número de programas de residência passou de 817 para 1.023.

Em 2019, foram aplicados recursos para investimentos em capital nos hospitais, principalmente por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), de forma a manter o parque tecnológico atualizado. O Rehuf conta com financiamento compartilhado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, com aportes crescentes nos últimos quatro anos, partindo de cerca de R\$ 740,5 milhões em 2016 para R\$ 756,9 milhões em 2017, R\$ 792,7 milhões em 2018 e finalmente R\$ 836,5 milhões em 2019. Esses recursos foram destinados ao apoio das atividades assistenciais e recuperação da capacidade de oferta de serviços de saúde pelos HUF, bem como à aquisição de equipamentos médico-hospitalares, realização de reformas e obras de adequação e ampliação da infraestrutura física bem como renovação do parque tecnológico.

No campo da assistência à saúde, entre 2016 e 2019, houve crescimento no número de atendimentos prestados à população pelos Hospitais Universitários Federais da Rede Ebserh, observando os quatro grandes grupos de produção assistencial, quais sejam, consultas, exames, internações e cirurgias. As consultas apresentadas ampliaram em 5,89%, passando de 6,75 milhões para 7,15 milhões; os exames cresceram 5,68%, passando de 15,57 milhões para 16,46 milhões; as internações foram ampliadas de 308,6 mil para 350,7 mil, com crescimento de 13,66%; e as cirurgias apresentaram um aumento de 16,43%, saindo de cerca de 145 mil para quase 168,8 mil cirurgias hospitalares.

GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO

O Ministério da Educação (MEC) desenvolve um conjunto de ações voltadas para o aprimoramento dos processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino por meio do fortalecimento das relações colaborativas com entes federados, órgãos executivos, normativos e de controle social dos sistemas de ensino, bem como da mobilização dos diferentes setores para a construção de consensos sucessivos em torno dos temas estruturantes dessas áreas, tendo como horizonte o Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse contexto, expressando a prioridade definida pelo atual governo, o MEC firmou, em julho de 2019, um compromisso com a sociedade brasileira: “até 2030, o Brasil será referência em Educação Básica na América Latina”. Nessa oportunidade, foi então divulgado o Compromisso Nacional pela Educação Básica, um planejamento estratégico construído com a colaboração de representantes do MEC, do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) com o objetivo de impulsionar a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e a educação para jovens e adultos. O compromisso visa fortalecer a integração da educação nas esferas municipal, estadual, distrital e federal.

Tendo como orientador o Plano Nacional de Educação 2014-2024, o Compromisso é composto por 22 projetos, com foco no acesso, permanência e aprendizagem dos alunos nas diversas etapas da educação básica, bem como na valorização e qualificação dos docentes, gestores e demais profissionais da educação.

Dentre as diversas ações para promover, em cooperação federativa, o aprimoramento da gestão, destaca-se o Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento desenvolvido desde 2007 que auxilia estados, Distrito Federal e municípios na elaboração de seu planejamento plurianual, apoiando-os no levantamento de suas demandas e indicadores educacionais e planejamento de suas políticas voltadas para seu sistema de ensino, além de ser um canal de comunicação permanente entre estes entes federados e o MEC. Para o atual ciclo do PAR, 2016-2020, registra-se que 5.472 municípios e 26 estados e o Distrito Federal concluíram a etapa de preparação, com levantamento de informações e o preenchimento do diagnóstico de suas redes de ensino, e estão elaborando os seus planos articulados, voltados para as dimensões da gestão educacional, formação de profissionais da educação, práticas pedagógicas e avaliação e infraestrutura física e recursos pedagógicos, para o próximo ano.

A II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (II CONEEI), realizada em 2018, teve como tema “O Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos Povos Indígenas” e buscou avaliar os avanços, impasses e desafios da Educação Escolar Indígena desde a realização da I CONEEI, em 2009; construir propostas para a consolidação da política nacional de Educação Escolar Indígena; reafirmar o direito a uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada e bilíngue/multilíngue e ampliar o diálogo para a construção de regime de colaboração.

Em 2019, o MEC elaborou, em parceria com os membros da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e debatido em sete Audiências públicas com atores da Educação Escolar Indígena (EEI), em todas

as regiões brasileiras, o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), formado por um conjunto de 67 iniciativas, distribuídas em metas e organizadas a partir de sete eixos estratégicos: I – Gestão da Educação Escolar Indígena e Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; II – Territórios Etnoeducacionais; III – Infraestrutura; IV - Práticas pedagógicas e material didático; V – Valorização e formação de professores indígenas; VI - Oferta da Educação Escolar Indígena e do Ensino Superior; VII - Sistema de Avaliação da Educação Escolar Indígena.

No que se refere à avaliação nacional, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) aplicou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) em 2019 para 7 milhões de estudantes do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental, e 3ª série do ensino médio. Os resultados desta avaliação serão tratados tecnicamente até maio de 2020, quando está prevista a divulgação preliminar dos resultados.

Em outubro/novembro de 2019 foi realizada a primeira edição do SAEB – Educação Infantil, com vistas a oferecer novas evidências sobre essa etapa da Educação Básica em 2020. Vale lembrar que, ainda em 2018, do ponto de vista normativo, por meio da publicação Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, que regulamentou a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica, também foi possível registrar a inclusão da etapa de Educação Infantil no Sistema de Avaliação. Os aprimoramentos do SAEB 2019 foram:

- Abrangência de todo o percurso regular da Educação Básica, com a inclusão da Educação Infantil no escopo do SAEB;
- Implementação de novas Matrizes de Língua Portuguesa e Matemática tendo o 2º ano do Ensino Fundamental como etapa de referência do SAEB, conforme estabeleceu a BNCC. Haverá aplicação de itens de resposta objetiva e itens de resposta construída;
- Implementação das áreas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas no escopo dos testes de 9º ano do Ensino Fundamental do SAEB, tomando por referência a BNCC. Haverá aplicação de itens de resposta objetiva e itens de resposta construída;
- Abandono das siglas “Aneb”, “Anresc”, “Ana”, “Prova Brasil”. A partir de 2019, para as comunicações e os normativos sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica, as referências serão sempre ao SAEB, acompanhado das etapas, das áreas de conhecimento, dos tipos de instrumentos envolvidos etc;
- Unificação das agendas do SAEB até 2021. A aplicação de instrumentos ocorrerá em anos ímpares (2019 e 2021) e a divulgação de resultados e indicadores em anos pares (2020 e 2022);
- Afirmação de dimensões da qualidade educacional que extrapolam a aferição de proficiências em testes cognitivos, para estudos de fatores associados e elaboração de novos indicadores para o SAEB;

Após período de 15 dias para recursos por parte das unidades escolares, o Inep divulgará o resultado final da avaliação prevista para agosto de 2020, e procederá a uma agenda discussão pública sobre os resultados apresentados. Paralelamente, estão sendo concebidos novos modelos de interlocução pública dos resultados com vistas a oferecer subsídios e dados para as redes escolares, gestores e sociedade acerca das evidências

educacionais produzidas pelo conjunto de avaliações, sobretudo no que diz respeito aos dados contextuais coletados pela primeira vez no SAEB 2019 por meio de novos questionários direcionados para diretores e professores de creches e pré-escolas, e para secretários municipais e estaduais de educação.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Os desafios da educação brasileira são diversos, mas as políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC buscam maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad-c) de 2017 demonstram que 97,8% das crianças entre 6 e 14 anos frequentavam a escola e 93,7% das crianças de 4 a 5 anos encontravam-se matriculadas na pré-escola, atestando que a universalização do acesso para essas etapas de ensino ocorreu. O mesmo não pode ser afirmado quando se trata da cobertura de creches e do ensino médio. Quanto ao acesso de crianças de 0 a 3 anos, pouco mais de um terço frequentam creches. E, quanto ao ensino médio, além de ainda não ter atingido a universalização, constata-se que um quarto dos jovens não concluiu o ensino fundamental na idade esperada, o que atrasa seu ingresso no ensino médio e traz impactos nos indicadores de escolaridade do país.

Acompanhados de outros dados educacionais, esse diagnóstico retrata a urgência da priorização da qualidade na educação básica para que os brasileiros recebam uma formação suficiente para exercer a sua cidadania e alcançar o pleno potencial de liberdade e de produtividade. Trata-se de um problema complexo e com múltiplas causas, que exige atuação em diferentes frentes: desde a primeira infância até a educação escolar formal e além.

A transformação da realidade educacional do Brasil passa pela mudança do foco para a qualidade da educação, com prioridade na educação básica, aprimoramento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e fortalecimento do papel do Ministério da Educação (MEC) como indutor da política de educação nacional, com vistas a elevar a qualidade desse nível de ensino, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

A proposta do MEC para o Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica visa a criação de um mecanismo permanente e eficaz de financiamento da educação básica, voltado não apenas à equalização das oportunidades educacionais, mas também à melhoria dos índices de desenvolvimento da educação, por meio do incentivo à gestão por resultados. Assim, o modelo proposto pelo Ministério para o novo Fundo busca o aprimoramento do efeito redistributivo do aporte federal de recursos, para alcançar os municípios mais necessitados, o aumento da Complementação da União, para garantir um maior investimento por aluno, e por fim, a inserção de indicadores de qualidade educacional na dinâmica operacional do Novo Fundeb, para assegurar a eficácia da política pública na melhoria efetiva dos sistemas de ensino em todo o país.

No que tange à promoção de ações para ampliar o acesso à educação infantil, o MEC está reformulando as ações de apoio à rede escolar pública de educação infantil. A expectativa é aportar recursos para construção e

finalização de creches; aquisição de equipamentos e mobiliário; e custeio destinado ao funcionamento das unidades de educação infantil. Espera-se com isso dar celeridade na conclusão de mais de 4 mil creches até 2022, o que possibilitará o atendimento de 1,7 milhão de crianças. Essa reformulação prevê parcerias de investimentos público-privadas, disponibilização de vagas em creches privadas por meio de voucher, a implementação dos Parâmetros de Qualidade da Educação Infantil e a aplicação e divulgação dos resultados da avaliação piloto da educação infantil. Espera-se atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência do PNE.

Entende-se, ainda, que uma melhoria acentuada e estruturante na qualidade da alfabetização é o caminho para zerar o analfabetismo absoluto e funcional e, com isso, possibilitar maior chance de sucesso escolar e, como consequência, na vida profissional. Daí decorre a importância da instituição de uma Política Nacional de Alfabetização, que tenha lugar central nas estratégias adotadas pelo MEC para o alcance da qualidade da educação e de um extensivo programa de Orientação à Alfabetização, baseada em evidências científicas, que aborde aspectos referentes à formação dos professores e de gestores, disponibilização de material de apoio, contratação de avaliações de fluência (habilidades de leitura) e implementação de avaliações de impacto, entre outras ações.

Para vencer o desafio de oferecer uma educação de qualidade para todos, é fundamental também universalizar a taxa de atendimento, para a população de 4 a 17 anos, na educação especial, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação. Cabe ainda registrar a atualização do aspecto normativo e orientador da Educação Bilíngue de Surdos, com o objetivo de propor mudanças normativas na educação que correspondam à atual realidade social, orientando os sistemas de ensino e estimulando iniciativas inovadoras que visem o progresso e a valorização das singularidades e diversidades da sociedade.

O fortalecimento do ensino médio, com destinação de parte da carga horária à oferta de diferentes itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais) e, também, na formação técnica e profissional desponta como um meio de aproximar o estudante no mercado de trabalho.

Nesse sentido, para fazer frente ao desafio de ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo, é preciso quebrar preconceitos no país contra as funções técnicas. Vale registrar que apenas 8% de estudantes brasileiros cursam essa modalidade, enquanto na Europa esse percentual é de 50%. Para isso, são necessárias iniciativas que impulsionem melhorias na regulação da oferta de cursos técnicos, formação de professores, bem como a atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e a ampliação da oferta de cursos profissionais e técnicos, além de parcerias entre público e privado. A criação de polos de inovação nos institutos federais para disseminar a cultura do empreendedorismo e alavancar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, que atendam as reais demandas do setor produtivo aproximando a educação do mercado de trabalho, está no horizonte das ações. Propõe-se para o PPA 2020-2023 a meta de elevar para 5 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, até 2023.

No que se refere à Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, para o próximo quadriênio, a perspectiva é elevar a taxa bruta de matrícula na graduação e fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado. Para 2020, está prevista a implementação de um modelo de redistribuição de bolsas de mestrado e doutorado no país, visando reduzir o desequilíbrio existente, de forma a alinhar o fomento à avaliação realizada pela Capes/MEC, além de ações estratégicas que envolvem parcerias e programas direcionados ao desenvolvimento regional e local, com maior interação entre o meio acadêmico e o setor produtivo.

Ante os desafios postos à educação, avaliações, exames e indicadores estão sendo aprimorados para fornecer, no período de vigência do PPA, importantes subsídios para a reorientação das políticas públicas, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado. Em 2019, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) teve o maior percentual de presentes da história desde 2009. De olho do futuro, e materializando essa revolução digital na Educação, o ENEM, que terá aplicação digital a partir de 2020 (ENEM Digital), em projeto piloto, e sua implantação será progressiva, com previsão de consolidação em 2026. Para além do aprimoramento da aplicação, com a possibilidade de realização do exame em várias datas e em mais locais, e da economia com a impressão em papel, do ponto de vista técnico, o ENEM Digital vai permitir a utilização de novos tipos de questões com vídeos, infográficos e até a lógica dos games.

PROGRAMA 2081 JUSTIÇA, CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

O Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP estruturou no Programa 2081, para o período compreendido entre 2016 e 2019, medidas com vistas a garantir a segurança pública, o combate à corrupção, a proteção social e o enfrentamento à criminalidade, além de assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal de 1988.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019 o MJSP alcançou resultados significativos, dentre os quais destacam-se:

No enfrentamento ao tráfico de drogas foram realizadas diversas ações com objetivo de identificação, sequestro e bloqueio de bens e valores das organizações criminosas, ocasionando com isso um dos melhores resultados de apreensão patrimonial da Polícia Federal - PF nessa área, atingindo a monta de R\$ 630.169.551,80, até novembro de 2019. Como consequência também dos esforços investigativos da PF no enfrentamento ao tráfico de drogas outro recorde foi batido com a contabilização do maior montante de apreensão de cocaína já atingido, 98,4 toneladas até novembro 2019.

A quantidade de apreensões da Polícia Rodoviária Federal – PRF também foi significativa em 2019 e, de forma geral, apresentou expressivos resultados nos últimos quatro anos, com destaque para as apreensões de cocaína e crack, que apresentaram aumento em torno de 30% no último ano, como se pode observar na tabela x a seguir:

Apreensões PRF	2015	2016	2017	2018	2019	Variação percentual 2018/2019
Cocaína (kg)	7.641	6.633	9.127	18.767	24.534	30,70%
Crack (kg)	1.027	1.242	1.453	1.248	1.622	29,90%
Pessoas Detidas	24.735	31.734	37.762	34.658	39.232	13,20%
Cigarros (pacote)	6.080.409	7.279.820	9.365.070	10.790.280	11.742.495	8,80%
Maconha (kg)	164.530	220.465	387.874	305.729	324.606	6,20%
Armas de fogo (unidades)	1.962	1.562	2.034	1.738	1.723	-0,90%
Munições (unidades)	135.164	76.672	186.599	161.100	74.655	-53,70%

tabela x: quadro de apreensões de ilícitos e pessoas detidas pela Polícia Rodoviária Federal com dados brutos nos últimos 5 anos e a variação percentual entre o ano de 2019 e 2018.

Na esfera do combate à corrupção e lavagem de dinheiro, pode-se citar o projeto "Delegacia Modelo de Investigação e Análise Financeira". Foram deflagradas pela PF 152 Operações Especiais de Polícia Judiciária de combate à corrupção e a crimes financeiros, envolvendo 501 prisões, 2.154 buscas e apreensões e R\$2,0 bilhões em valores apreendidos.



Gráfico 01 - Comparativo entre os números de Operações Especiais deflagradas entre os anos de 2016 e 2019, com as respectivas metas estabelecidas junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Relacionada à temática de proteção aos Direitos Humanos a PRF registrou em 2019, o total de 2.326 entre ocorrências Contra a Dignidade Sexual, Contra a Família, Contra a Organização do Trabalho, Contra a Pessoa, e de crimes enquadrados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso e no Estatuto do Estrangeiro. Foram resgatadas 75 pessoas desaparecidas, 312 vítimas de tráfico de pessoas, 117 crianças em situação de trabalho infantil, 446 adultos em situação de trabalho escravo e 123 crianças vítimas de exploração sexual.

Houve também expressivo avanço no campo da genética forense efetuada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp. A Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos - RIBPG concluiu a estruturação de cinco laboratórios, totalizando a cobertura nos estados brasileiros aptos para processar vestígios biológicos diversos, especialmente os de crimes sexuais e de homicídios. Além disso, houve a coleta de 63.464 amostras, no ano de 2019, alcançando o total de 70.000 amostras de materiais biológicos de presos condenados coletadas desde 2016. Com as informações contidas no Banco Nacional de Perfis Genéticos foram confirmadas 1.418 coincidências, sendo 1.184 entre vestígios e 234 entre vestígios e indivíduos, o que auxiliou em mais de 1.000 investigações.

REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO DAS RODOVIAS FEDERAIS

A prevenção dos acidentes de trânsito é meta central da segurança viária, os acidentes de trânsito ceifam dezenas de vidas no Brasil e milhões no mundo.

Nesse sentido, a PRF intensificou o controle que gerou incremento nos indicadores de fiscalização em relação ao ano de 2018, com correspondente aumento dos flagrantes relacionados à falta de capacete motociclístico (+5,31%), dirigir sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas (+68,31%), não uso do cinto de segurança (+12,62%) e uso de celular ao volante (+12,97%).

Quanto à percepção da insegurança, baixo efetivo policial e à certeza da impunidade, a PRF dentro da sua área de atuação intensificou esforços. Foram realizados 2.483.274 testes de alcoolemia que correspondem a 46% a mais que os realizados em 2018. Já os veículos e pessoas efetivamente abordadas pela PRF foram 3.799.913 e 4.388.203, correspondendo a um acréscimo de 19% e 27%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

O indicador Taxa de Acidentes Graves apresentou resultado de 160,83 acidentes por um milhão de veículos da frota nacional (Sistema BAT; DENATRAN), mantendo a redução paulatina, mesmo já tendo cumprido a meta estabelecida no Plano Plurianual - PPA.

Além disso, a PRF adotou a meta estabelecida pela ONU, qual seja, Década de Ação pela Segurança no Trânsito que tem como objetivo reduzir as mortes em 50% entre os anos de 2010 e 2020. O teto da taxa de mortalidade, considerando a projeção anual dessa meta pela ONU, foi de 48,73 mortes por um milhão de veículos da frota nacional. A PRF alcançou o índice de 46,95% em 2019, portanto, abaixo do teto. Ainda em relação a esse ano, foram computadas 4.823 vítimas fatais, 8% a menos em relação ao exercício anterior.

As fiscalizações da PRF estão acima da meta para Testes de Alcoolemia, Pessoas Fiscalizadas e Veículos Fiscalizados, em que o valor aferido foi de 2.178.419, 7.355.527 e 8.062.363 respectivamente (Sistema PDI), o que representa 132,01%, 133,72% e 146,57% da meta, respectivamente.

As ações educativas da PRF têm como foco a mudança de atitude dos atores do trânsito, assim, uma das principais atividades desenvolvidas no ano de 2019 para a ampliação das ações de Educação para o Trânsito e, conseqüentemente, redução da violência no trânsito, foi a mudança nos parâmetros de detalhamento das métricas focando na atuação conjunta da fiscalização e educação para o trânsito na Rodovia, com o Cinema Rodoviário, tendo, por conseguinte, números de maior qualidade em prestação de serviço público de excelência à sociedade. Além disso, houve também o fortalecimento dos Projetos FETRAN Teatro e FETRAN Pedagógico, sendo mais um ano de consolidação dos projetos nos Estados que estão implementados. Por tais razões, no ano de 2019, as ações de Educação para o Trânsito alcançaram 835.443 pessoas (Sistema PDI).

ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE

O número de operações da Polícia Federal – PF manteve-se elevado em 2019. Foram deflagradas 2.217 operações especiais no enfrentamento de crimes nas áreas de desvios de recursos públicos, cibernéticos, previdenciários, fazendários, ambientais, eleitorais, contra os direitos humanos, tráfico de drogas, financeiros e contra o patrimônio.

Nesse sentido, destaca-se na temática de combate à corrupção, a Operação Faroeste, que apurou esquema criminoso de venda de decisões judiciais, por

juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), além de corrupção ativa e passiva, lavagem de ativos, evasão de divisas, organização criminosa e tráfico de influência; e a Operação Lamanai, na temática de crimes financeiros, cuja apuração visou desarticular organização criminosa sediada em São Leopoldo/RS e atuante no mercado financeiro paralelo, por meio da captação ilegal de recursos de cerca de um milhão de clientes, implicando no bloqueio de R\$200 milhões de reais em contas bancárias e mais R\$48 milhões de reais em *bitcoins*.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (GISE), resultando em altos índices de apreensão de entorpecentes e bens patrimoniais. Nesse sentido, o foco tem sido a investigação financeiro-patrimonial, com objetivo de identificação, sequestro e bloqueio de bens e valores das organizações criminosas, visando sua desarticulação por meio da descapitalização de suas atividades ilícitas, acarretando resultados históricos de apreensão patrimonial da PF nessa área, conforme apresentado no tópico de principais resultados. Nos portos brasileiros apreendeu-se mais cocaína antes de sua saída do que aquela apreendida nos portos estrangeiros.

Além disso, a PF também priorizou o enfrentamento à produção de drogas, com o direcionamento de esforços e recursos para ações de erradicação de cultivos ilícitos, tanto em solo brasileiro, quanto em cooperação com os países vizinhos como por exemplo na operação com o Paraguai, que evitou a colocação em circulação de mais de 3.428,30 toneladas de maconha, Operação NOVA ALIANÇA, e com o Peru onde foi realizada a Operação AMAZÔNIA com desenvolvimento de ações de erradicação de plantios ilícitos de folha de coca e destruição de laboratórios de cocaína.

No aprimoramento da segurança das fronteiras, durante o período do PPA, em virtude do aumento do número de registros de controle migratório (entradas e saídas do país), a PF adotou novas tecnologias, a exemplo dos portais de autoatendimento (E-Gate) instalados nos aeroportos de Guarulhos, Galeão e Campinas. Ressalte-se ainda que todos os postos de fronteira aérea, terrestre, marítima e fluvial estão em pleno funcionamento e as ações de policiais federais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) no Brasil culminaram com a efetiva prisão de vários foragidos estrangeiros em território nacional. Além disso, houve reforço no combate aos crimes fronteiriços nos Estados do Paraná e Amazonas e na Segurança nas Fronteiras por meio da Operação Sentinela. Destaca-se a participação ativa da PF em todas as etapas do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF).

Nos aeroportos do Brasil também foram empreendidos esforços no enfrentamento ao tráfico de drogas, com ações de rotina e pontuais voltadas a identificação de organizações criminosas. Destaca-se a realização da Operação FALCÃO PEREGRINO II, nos aeroportos de Salvador, Recife,

Guarulhos e Rio de Janeiro, que objetivaram padronizar a metodologia e intensificar as fiscalizações.

Cabe citar também o projeto PROMETHEUS, cujo escopo é a mudança do procedimento preliminar à instauração de inquérito policial e a meta é reduzir consideravelmente o número de inquéritos instaurados e em andamento, de baixa eficiência, relacionados a crimes fazendários, previdenciários, contra o meio ambiente e cibernéticos, ódio e pornografia infantil, em especial aqueles sem viabilidade investigativa, visando melhorar o procedimento de investigação desses delitos em todo o país; aumentar a eficiência da PF no combate ao crime organizado; e aprimorar sua atuação na desarticulação de Organizações Criminosas que atuam nesses tipos de delitos.

Alinhada à temática de combate ao crime organizado, a PRF, dentro da sua esfera de competência, também tem atuado na desarticulação das organizações criminosas. Em 2019 foi registrado 4.232 ocorrências policiais envolvendo apreensão de drogas e/ou armas, 12% acima que o registrado no anterior, as quais permitem a identificação de integrantes, rotas e modos de operação, cooperando no desenvolvimento de ações conjuntas e integradas.

A ampliação das ações de enfrentamento à criminalidade trouxe, ainda, resultados expressivos na recuperação de veículos objeto de furto/roubo, totalizando 6.956 veículos recuperados em 2019, 6% a mais que os recuperados em 2018. Entende-se que a “quebra” da “mobilidade do criminoso” limita seu raio de atuação, facilitando o planejamento e a concentração do policiamento em locais estratégicos. Desde 2016, somam-se 24.486 veículos recuperados e devolvidos aos seus proprietários.

Quanto ao enfrentamento aos crimes ambientais, a PRF intensificou a fiscalização em 2019 registrando 2.809 ocorrências policiais, 43% a mais que em 2018. Em relação à mesma tipologia de crime, a PF, em 2019, instaurou 3.956 inquéritos, 2,6% a mais do que em 2018. Nesse mesmo sentido, a instituição relatou, em 2019, um total de 3.793 inquéritos, o que corresponde a 5,7% de aumento se comparado aos inquéritos relatados no ano anterior.

Durante o PPA 2016 a 2019, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP atuou no fortalecimento das instituições de segurança para enfrentar à criminalidade. Destaca-se a institucionalização da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da Lei 13.675/2018, que tem como um dos objetivos a integração entre os órgãos de segurança pública e as instituições afetas à temática.

Essa integração é evidenciada pelas ações voltadas à proteção das fronteiras brasileiras, no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteira – PPIF, coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR e tendo a SENASP como responsável pelos planos de ação de: capacitação de gestores e operadores dos 11 estados fronteiriços em níveis estratégico, tático e operacional; doação de equipamentos; e apoio da Força Nacional de Segurança Pública desenvolvendo ações de policiamento

ostensivo, atividades de fiscalização, inibição, prevenção, coibição e repressão a delitos.

Ainda pautada na política de integração, visando o melhor atendimento à sociedade, a SENASP lançou o projeto “EM FRENTE BRASIL”. O projeto consiste em promover um conjunto de ações multidisciplinares coordenadas e convergentes, por meio de eixos de atuação específicos e de um sistema de governança e gestão integrada, objetivando a redução de crimes violentos em localidades com alta concentração de violência. Nos cinco municípios onde está sendo implementado em fase piloto, foram constituídas forças-tarefas compostas por unidades de segurança municipal, estadual e federal, contribuindo para a queda significativa dos índices criminais, com a redução de 44,2% de homicídios dolosos e 29,3% de roubos apurada desde o início do projeto em 30 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019.

Em se tratando de dados e informações, a SENASP desenvolveu ao longo destes quatro anos, soluções tecnológicas que permitem a troca de informações e o cruzamento de dados. O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais de Rastreabilidade e Munções, de Material Genético, de Digitais e de Drogas – SINESP é hoje uma realidade na transmissão de dados e informações em tempo real dos sistemas eletrônicos de boletins de ocorrência dos estados. Destacam-se ainda o SINESP Big Data, uma infraestrutura computacional para execução de aplicações de segurança pública e o SINESP GEO, para análise de eventos espaço-temporais relacionados a ações delituosas, produção de manchas criminais dinâmicas e rotas para o policiamento ostensivo e comunitário.

O fortalecimento das instituições de segurança pública também se deu por meio das capacitações oferecidas pela Senasp ao longo destes quatro anos. Ao todo, 633.727 profissionais de segurança pública foram capacitados por meio de cursos presenciais e na modalidade de educação à distância, nos mais diversos temas afetos à temática incluindo: instruções de nivelamento para atuação, aperfeiçoamento e gestão e, temas transversais acerca dos direitos humanos, gênero e criminalidade violenta.

No âmbito da Secretaria de Operações Especiais - SEOPI destaca-se o Programa VIGIA (Vigilância, Integração, Governança, Interoperabilidade e Autonomia), de Segurança Nacional nas Fronteiras e Divisas, em total consonância com o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF). O Programa VIGIA tem como proposta principal a “prevenção e repressão, com o intuito de fortalecer o enfrentamento à criminalidade com enfoque em organizações criminosas, tráfico, corrupção, contrabando, descaminho, crimes contra a propriedade intelectual, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira”.

Outro grande avanço para os resultados do PPA na vertente de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, foi a atuação da Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS, por intermédio da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro – ENCCLA, principal rede de articulação

voltada à coordenação de agentes governamentais no combate a crimes financeiros e de corrupção, foi o fortalecimento e ampliação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – REDE-LAB, passando de 45 laboratórios em 2015 para 63 em 2019. Esses laboratórios permitem a análise tecnológica em grandes volumes de informações nas investigações de casos de lavagem de dinheiro ou corrupção que envolvam quebras de sigilo bancário, além de sigilos telefônico e fiscal, contribuindo assim para o combate ao crime organizado. Destaca-se, ainda, a publicação do Plano de Diretrizes de Combate à Corrupção, que tem como objetivo nortear a atuação de instituições governamentais e da sociedade civil no enfrentamento à corrupção.

No que tange aos aspectos de supervisão relacionados à meta de “aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira”, destaca-se que o número de cadastros ativos de pessoas obrigadas sujeitas à regulação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF atingiu o total de 30.362 na data-base de 31 de dezembro de 2019. Isso reflete uma redução de 15%, em relação ao ano anterior, da quantidade de cadastros ativos, decorrente da implementação de novos e mais criteriosos procedimentos para o cadastramento.

Além disso, as ações de fiscalização para verificação de conformidade quanto ao cumprimento, por parte dos sujeitos sob a supervisão do COAF, dos deveres previstos na legislação para prevenção da lavagem de dinheiro e do financiamento do terrorismo e da proliferação das armas de destruição em massa, foram concluídas 5.164 ações do gênero entre 2016 e 31 de dezembro de 2019. Dessas ações de fiscalização, 2.781 foram Avaliações Eletrônicas de Conformidades (AVEC) e 2.383 foram Averiguações Preliminares (AP).

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

No tocante ao enfrentamento da corrupção na Administração Pública Federal por meio do aprimoramento dos mecanismos de prevenção, detecção e punição, destaca-se que as apurações disciplinares resultaram, no ano de 2018, na aplicação de 643 penalidades expulsivas (demissões, cassações de aposentadoria e destituições de cargo em comissão), constituindo um total de 1.699 no período entre os anos de 2016 e 2018. Das penalidades expulsivas aplicadas entre 2016 e 2018, 1.103 (65%) foram decorrentes de atos relacionados à corrupção. Relativamente às punições expulsivas aplicadas pelo Sistema Correccional do Poder Executivo Federal nos últimos 4 anos (2016 a 2019), verifica-se que 5,4% foram revertidas. Este índice de reintegrações constitui-se muito inferior ao verificado na série histórica (2003 a 2015), de 12,1%.

Ademais, como inovação no âmbito normativo, foi publicada a Instrução Normativa que regulamenta os procedimentos de apuração e

responsabilização de pessoas jurídicas, a Instrução Normativa (IN) nº 13/2019, que atualiza a regulamentação para os procedimentos de apuração e responsabilização de pessoas jurídicas previstos pela Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). As inovações introduzidas pela IN visam a aumentar a celeridade do processo de responsabilização, bem como assegurar às empresas processadas o exercício efetivo de seu direito de contraditório e defesa.

Ainda no âmbito normativo, a Corregedoria-Geral da União da Controladoria-Geral da União (CRG/CGU) também elaborou proposta de novo Estatuto de responsabilização de agentes públicos e de revisão das normas que regulamentam o termo de ajustamento de conduta (TAC), resultando na publicação da Instrução Normativa nº 17, de 20 de dezembro de 2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Entende-se que o MJSP por meio da atuação e sintonia de propósitos e fundamentado no comprometimento com a justiça, foi capaz de auxiliar o país no avanço da implementação das políticas públicas de segurança pública, defesa da cidadania e de promoção de direitos.

Os esforços empreendidos neste ano foram empregados da melhor forma para reduzir a violência no trânsito, combater a corrupção, garantir a proteção social e enfrentar a criminalidade.

Além da manutenção dos resultados exitosos nas atividades de fiscalização de trânsito nas rodovias federais, com enfoque nas infrações relacionadas a ultrapassagens indevidas, embriaguez ao volante, uso de telefone celular ao volante e uso irregular de equipamentos de segurança, a perspectiva para os próximos anos é o recrudescimento do combate ao crime organizado transnacional, principalmente no tocante ao tráfico de drogas e armas e da repressão à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Relatório de avaliação do Programa 2082

Política Externa

ABERTURA COMERCIAL

Com o objetivo de contribuir para a abertura da economia brasileira, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) orientou a atuação internacional do Brasil em 2019 com vistas ao fortalecimento da integração do país às cadeias transnacionais de valor, de modo a incrementar a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

- Foram concluídas, no âmbito do MERCOSUL, negociações comerciais com grandes parceiros como a União Europeia e a Associação Europeia para o Livre Comércio (EFTA). Ambos os acordos, uma vez em vigor, resultarão em crescimento estimado de mais de US\$ 90 bilhões no PIB brasileiro em um período de 15 anos; graças aos acordos, as exportações brasileiras a esses mercados deverão crescer em cerca de US\$ 100 bilhões até 2035.
- Dentre outros acordos firmados em 2019, merecem destaque os Acordos de facilitação de comércio e cooperação com a China, assinados durante visita presidencial àquele país, em outubro, o Acordo para Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados, além dos protocolos sanitários para exportação de carne bovina e farelo de algodão e de outros instrumentos de cooperação em áreas como energia, ciência, tecnologia e inovação; ao longo do ano, a China habilitou 25 estabelecimentos brasileiros produtores de carne (com destaque para carne bovina) a exportar para o mercado chinês.
- É igualmente digno de nota o Acordo com Fundo de Investimento Público saudita, por ocasião da visita presidencial à Arábia Saudita, em outubro passado, para explorar oportunidades, no Brasil, de investimentos mutuamente benéficos em até US\$ 10 bilhões.
- Em 2019, tiveram seguimento rodadas negociadoras do MERCOSUL com o Canadá, a Coreia do Sul e Singapura, de modo a possibilitar a conclusão de acordos de livre comércio em futuro próximo.

MERCOSUL

Importantes medidas de abertura comercial também foram concretizadas entre os parceiros do MERCOSUL. No bloco, o Brasil conferiu ênfase à retomada dos princípios do Tratado de Assunção: liberdade comercial e defesa da democracia. Com base nesses princípios, o Brasil sediou a Cúpula presidencial de Bento Gonçalves, ocasião em que foram assinados:

- Acordo de Facilitação de Comércio, com o objetivo de simplificar e harmonizar procedimentos comerciais;
- Acordo para Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados, em moldes similares ao instrumento firmado bilateralmente com a China, para desburocratizar o comércio entre os sócios;
- Acordo para a Proteção Mútua de Indicações Geográficas (IG), que permitirá reconhecer mais rapidamente as IGs de um país do MERCOSUL em outro país do bloco (benefícios para produtos brasileiros como queijo

“canastra”, café do “Cerrado Mineiro” e vinho do “Vale dos Vinhedos”, entre outros);

- Revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL, de modo a reduzir impostos sobre comércio de produtos e baratear bens e insumos, como máquinas e equipamentos para consumidores e empresários.

ATUAÇÃO REGIONAL

Em relação à atuação regional, com vistas ao fortalecimento institucional e à defesa da democracia na América do Sul, o MRE empreendeu os seguintes esforços no contexto do MERCOSUL, do Grupo de Lima, do PROSUL e do TIAR, além de avanços para a integração regional:

- Simplificação institucional do MERCOSUL, por meio da criação de mecanismos de transparência com o setor privado e de mensuração da produtividade e prestação de contas pelos foros;
- Conformação de um novo bloco regional, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), de estrutura simplificada e centrada na interlocução fluida entre líderes sul-americanos; prossegue, em 2020, trabalho de elaboração do primeiro plano de trabalho do PROSUL;
- Trabalho contínuo em prol da redemocratização da Venezuela, em coordenação com os demais parceiros do Grupo de Lima e por meio da implementação de medidas não-militares do TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca); a segunda reunião do Órgão de Consulta do TIAR, em dezembro, em Bogotá, aprovou lista com 29 pessoas ligadas ao regime ilegítimo de Nicolás Maduro suspeitas do cometimento de ilícitos nos países membros do Tratado;
- Acompanhamento da transição na Bolívia iniciada em novembro, com atuação voltada a garantir que se mantenha dentro dos parâmetros democráticos; e
- Ainda no âmbito da integração regional, foram iniciadas as obras de construção da Segunda Ponte sobre o rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai. A Segunda Ponte será exclusiva para o fluxo de cargas e oferecerá alternativa logística à já saturada Ponte da Amizade (inaugurada em 1965). O empreendimento será financiado por Itaipu Binacional, que celebrou o convênio correspondente com o Governo do Estado do Paraná. A nova ponte foi viabilizada por meio de negociações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai, cujas relações alcançaram novo patamar em 2019.

RELAÇÕES BILATERAIS – PRINCIPAIS RESULTADOS

Em 2019, a política externa brasileira promoveu a defesa dos interesses nacionais nas relações bilaterais com nossos parceiros em todos os continentes.

No que tange ao relacionamento com os EUA, foram obtidos os seguintes resultados:

- Assinatura, em março, e entrada em vigor, em dezembro, do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) com os EUA, que propiciará parcerias

não só com os americanos, mas, também, com países e empresas atuantes no mercado de lançamentos espaciais, que tem crescido continuamente e deverá sair dos atuais US\$ 350 bilhões por ano para atingir US\$ 1 trilhão por ano em 2040;

- Assinatura, em 12 de novembro de 2019, da Declaração Conjunta entre Brasil e Estados Unidos, para ingresso do Brasil no Programa Global Entry, do governo dos EUA, administrado pela U.S. Customs and Border Protection (CBP), que oferece trâmite imigratório simplificado para viajantes de baixo risco pré-aprovados;
- Respaldo essencial dos Estados Unidos ao processo de acessão do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE); no início de 2020, em 15 de janeiro, o governo dos Estados Unidos formalizou o apoio ao ingresso prioritário do Brasil na entidade;
- Fortalecimento da cooperação em defesa decorrente da designação do Brasil, pelos EUA, como aliado preferencial extra-OTAN em 2019, o que abre ao país oportunidades de intercâmbio e assistência militar, à parte reforçar a capacidade brasileira de inserção competitiva em mercados de alto valor agregado;
- Preparação de reunião plenária, em 2020, da ATEC (Acordo Brasil-Estados Unidos de Cooperação Econômica e Comercial), instância que tem por objetivo avançar na remoção de barreiras ao comércio e aos investimentos entre Brasil e EUA;
- Conclusão, com os EUA, em 2020, do Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) de Operadores Econômicos Autorizados, nos moldes de instrumento semelhante concluído em 2019 com a China e entre os países membros do MERCOSUL.

Quanto ao relacionamento bilateral Brasil-Israel, merecem destaque:

- Assinatura, com Israel, durante a visita presidencial em março, de seis acordos bilaterais, nas áreas de ciência e tecnologia, defesa, segurança pública, serviços aéreos, segurança cibernética e saúde e medicina; ressalta-se o acordo-quadro em ciência, tecnologia e inovação, dada a liderança israelense no setor de pesquisa e desenvolvimento em áreas da indústria 4.0;
- Abertura, em dezembro, do escritório comercial do Brasil em Jerusalém, administrado pela Apex-Brasil; e
- Israel reiterou seu forte apoio à adesão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em sua atuação bilateral com países asiáticos, o Brasil buscou promover a abertura de mercados, as parcerias para a cooperação e a atração de investimentos. Em 2019, foram concretizadas as seguintes medidas:

- Em sua visita ao Japão, por ocasião da entronização do imperador Naruhito, o Presidente da República manteve encontro com empresários e tratou de novas oportunidades de investimentos em projetos de infraestrutura no Brasil;
- As relações Brasil-China avançaram em 2019, com a realização da V Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação

e Cooperação (COSBAN), em maio, a III Reunião do Diálogo Estratégico Global (DEG), em julho, e a visita presidencial, em outubro. Nessas ocasiões, os países reconheceram os importantes fluxos comerciais bilaterais e comprometeram-se a estimular a diversificação da pauta comercial, o que se materializou nos diferentes acordos assinados;

- Com relação à China, também houve avanços na área de ciência e tecnologia e cooperação espacial, com especial destaque para o lançamento do satélite CBERS-4A.

No contexto das relações bilaterais com países africanos, o foi realizada visita ministerial a Cabo Verde, Senegal, Nigéria e Angola, em dezembro de 2019. Com os quatro países, todos integrantes do entorno estratégico brasileiro no Atlântico Sul, houve avanços de coordenação, em especial nas áreas de segurança e defesa, comércio, investimentos e cooperação. O Brasil realizou importante ação humanitária em Moçambique, para prestar assistência às vítimas dos ciclones tropicais Idai e Kenneth, que atingiram aquele país em março e abril.

Em outubro de 2019, os esforços de coordenação e de adensamento das relações bilaterais entre o Brasil e os países árabes culminaram na visita presidencial aos Emirados Árabes Unidos, à Arábia Saudita e ao Catar, países que demonstraram especial interesse em investir no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). As visitas também contribuíram para a abertura comercial aos produtos brasileiros do agronegócio e da indústria de defesa. Por ocasião da visita, foram assinados 20 acordos com aqueles três países, sobre temas como finanças, ciência e tecnologia, defesa, investimentos, vistos e serviços aéreos.

MULTILATERAL

BRICS

O Brasil assumiu, em 2019, a presidência de turno do BRICS. Nesse ano, coube ao país organizar os principais eventos do agrupamento, com saldo de 116 encontros, em diferentes níveis.

- Os chefes de Estado e de Governo encontraram-se em duas ocasiões, na Cúpula de Brasília, 13 e 14 de novembro, e na Reunião Informal de Líderes do BRICS à margem do G20, em Osaka, 28 de junho. Houve dezesseis reuniões ministeriais nas áreas de finanças; saúde; comunicações; meio ambiente; trabalho e emprego; ciência, tecnologia e inovação; agricultura; cultura; segurança; comércio; assuntos de segurança nacional; e energia.
- Declarações e comunicados conjuntos, que avançaram o diálogo e a cooperação entre os países do BRICS, foram divulgados ao longo de 2019, com destaque para os dois documentos aprovados pelos chefes de Estado e de Governo do agrupamento: a Declaração de Brasília, por ocasião da 11ª Cúpula do BRICS, e o Comunicado Conjunto de Imprensa, por ocasião da Reunião Informal em Osaka.

A presidência de turno brasileira do BRICS ajudou a fortalecer o papel do Brasil no agrupamento, ao colocar o país em posição de facilitador da coordenação política e de propulsor do avanço da cooperação em diversas áreas. As prioridades da presidência brasileira (ciência, tecnologia e inovação; saúde pública; economia

digital; combate aos crimes transnacionais; e aproximação do Novo Banco de Desenvolvimento – NDB – ao Conselho Empresarial do BRICS – CEBRICS) buscaram gerar resultados concretos. Destacam-se, nesse sentido, as seguintes realizações, referendadas pela Declaração de Brasília:

- Assinatura do Memorando de Entendimento entre Agências de Promoção de Comércio e Investimento do BRICS;
- Criação da Aliança Empresarial de Mulheres do BRICS;
- Implementação da Rede de Inovação do BRICS (iBRICS);
- Estabelecimento da Nova Arquitetura de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Criação da Plataforma de Cooperação em Pesquisa Energética do BRICS;
- Realização do Encontro sobre Recuperação de Ativos do BRICS;
- Realização do Seminário do BRICS sobre Estratégias para Combate ao Terrorismo;
- Estabelecimento de Subgrupos de Trabalho em Temas Relacionados ao Terrorismo;
- Criação do Programa de Pesquisa Colaborativa em Tuberculose;
- Estabelecimento da Rede de Bancos de Leite Humano do BRICS.

ACESSÃO À OCDE

O Brasil definiu como prioridade o processo de acesso à OCDE. Sobre esse processo, acelerado pelo respaldo norte-americano, o Conselho Brasil-OCDE, criado em 2019, continuará a aperfeiçoar o exercício de coordenação da participação brasileira nos foros e instâncias da Organização. O Conselho é o órgão colegiado de coordenação política e estratégica para a preparação do processo de acesso do Brasil à Organização e, também, para a coordenação do engajamento do país como não membro até a conclusão do referido processo. Integram o Conselho o Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República (com a função de coordenador) e os Ministros das Relações Exteriores, da Economia e da Secretaria-Geral da Presidência da República. Em desenvolvimento paralelo, o Brasil registrou-se, ao longo de 2019, para participar de quase 400 reuniões da OCDE em variados temas, o que aumentou a familiaridade com a agenda da Organização e intensificou a convergência com seu marco normativo, que deverá contribuir para a melhora da definição e da execução de políticas públicas no Brasil.

TEMAS ECONÔMICOS

Em temas multilaterais econômicos, à parte o processo de acesso à OCDE, destaca-se a atuação do Brasil nas discussões e tratativas sobre a reforma da Organização Mundial de Comércio (OMC), as quais envolvem temas como:

- Retomada do pilar negociador da OMC;
- Defesa e preservação de seu sistema de solução de controvérsias;
- Melhoria do nível de transparência e trabalho substantivo da Organização.

No que diz respeito às negociações de acordo sobre subsídios à pesca, prioridade

brasileira no âmbito da OMC, registrou-se, em 2019, apresentação de propostas por diversos membros, inclusive pelo Brasil, bem como consolidação das abordagens em documentos temáticos, para facilitar o processo negociador. Apesar disso, persistiram significativas divergências entre os principais atores. Em janeiro de 2020, as tratativas foram retomadas, de modo a buscar concluir o acordo até a 12ª Conferência Ministerial (Nur-Sultan, junho de 2020).

Como tópicos atinentes à OMC em curso de execução, o MRE busca concluir, em 2020, ações iniciadas contra países específicos que mantêm barreiras a produtos do agronegócio brasileiro. O MRE encontra-se igualmente engajado na preparação da participação brasileira na XII Reunião Ministerial da OMC, prevista para junho próximo, em Nur-Sultan, Cazaquistão. Objetivo primordial do Brasil é obtenção de avanços concretos em acesso a mercados em agricultura. O Brasil busca, igualmente, garantir que a operacionalidade do Órgão de Apelação seja restabelecida, de modo a que contenciosos comerciais com envolvimento do Brasil tenham o devido encaminhamento. O MRE continua, ademais, a participar de todas as etapas de investigações antidumping, de salvaguardas e de medidas compensatórias que afetem exportações brasileiras.

MEIO AMBIENTE

Em temas multilaterais relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, o Brasil seguiu, em 2019, comprometido em conciliar produção e preservação ambiental. No campo da redução das emissões de carbono, a Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil no âmbito do Acordo de Paris é uma das mais ambiciosas do mundo: redução de 37% nas emissões de gases de efeito estufa até 2025, com base nas emissões de 2005.

Na COP 24, realizada em Katowice, Polônia, em dezembro de 2018, aprovava-se a regulamentação necessária para a implementação efetiva do Acordo de Paris, com novas regras multilaterais, aplicáveis a todos os países. Faltara, contudo, na ocasião, consenso sobre item relativo às negociações do Artigo 6 do Acordo de Paris, que versa sobre a regulamentação do mercado de carbono. O Brasil possui reduções reconhecidas de 6 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente resultantes do combate ao desmatamento. Na COP 25, realizada em Madri, Espanha, em dezembro de 2019, tampouco se logrou entendimento na questão.

Na COP 25, a delegação brasileira empreendeu grande esforço de flexibilização, na tentativa de alcançar um acordo equilibrado que atendesse aos interesses da economia brasileira. A flexibilidade do Brasil, todavia, não foi reciprocada por outras partes. O Brasil conseguiu, entretanto, solução de compromisso que permitiu postergar o tratamento do tema para 2020. Ponto central da atuação brasileira na área é a reivindicação de que os países desenvolvidos cumpram com sua obrigação internacional de assegurar aos países em desenvolvimento meios apropriados de implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, incluindo os recursos do Fundo Verde para o Clima.

Como tópico em curso de execução na área ambiental, a criação, em 2020, do Marco Global de Biodiversidade Pós-2020, concentra os esforços em curso da diplomacia ambiental brasileira. O MRE trabalhou, ao longo de 2019, para garantir

que a elaboração do referido Marco contemple a conservação da biodiversidade, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa dos benefícios de sua utilização.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

No domínio dos direitos humanos e da cidadania, o MRE logrou reeleição do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, para o mandato 2020- 2022, com votação expressiva: 153 votos, em comparação com 137 em 2016. O MRE reafirmou, no âmbito do CDH, o preceito da igualdade entre mulheres e homens em direitos e obrigações, bem como a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, conforme a legislação brasileira. Enfatizou-se a necessidade de maior cooperação internacional no combate a todas as formas de violência e discriminação contra mulheres e meninas, ao feminicídio e ao tráfico internacional de pessoas. Igualmente no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, o MRE deu início a esforços, junto com os EUA, para pôr em funcionamento a Aliança Internacional em prol da Liberdade Religiosa, estabelecida em 2019.

TEMAS CONSULARES

No âmbito do atendimento consular e de assistência a comunidades brasileiras no exterior, os postos do MRE no exterior concentraram esforços, em 2019 (e continuarão a fazê-lo em 2020) na ampliação da oferta, qualidade e eficiência dos seus serviços na busca por maior racionalização dos trabalhos. Tem-se aprimorado, igualmente, os mecanismos de agendamento prévio dos atendimentos presenciais, de forma a modernizar os procedimentos e a otimizar o tempo que o cidadão utiliza para ir ao consulado.

No que diz respeito à isenção de vistos para nacionais de países específicos, finalizou-se, em 2019, a emissão de visto de visita para os nacionais japoneses, canadenses, norte-americanos, australianos e cataris (medida recíproca, neste último caso). Deu-se início, em paralelo, a processo licitatório para contratação de empresa responsável para serviço de “Visa Center” em 12 cidades na China. Foi igualmente autorizado processo licitatório para habilitar a abertura de “Visa Centers” em Nova Delhi e Mumbai.

COOPERAÇÃO JUDICIAL

O crescente fluxo de pessoas e de bens pelas fronteiras demandam do Governo brasileiro extensa rede de acordos de cooperação jurídica internacional, com o objetivo de tornar mais efetiva a aplicação da lei brasileira e de outros países no que respeita à investigação, à instrução de ações penais, ao acesso à justiça, ao cumprimento de decisões judiciais e à extradição. Estão em vigor no Brasil mais de cento e vinte acordos que regulam a cooperação jurídica internacional, em matérias civis e penais, tanto no plano multilateral como bilateral. Os acordos fortalecem a capacidade do governo brasileiro de combate ao crime organizado dentro e fora das fronteiras nacionais. Em 2019, em coordenação com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o MRE deu continuidade à formação da rede de acordos, tendo promovido a negociação e a assinatura dos seguintes instrumentos:

- Acordo de Extradução entre a República Federativa do Brasil e a República de Cameroun, celebrado em 3 de setembro de 2019;
- Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas à Privação de Liberdade entre a República Federativa do Brasil e a República de Cameroun, celebrado em 3 de setembro de 2019;
- Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, celebrado em 13 de junho de 2019;
- Tratado de Extradução entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, celebrado em 13 de junho de 2019;
- Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino do Marrocos sobre Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em 13 de junho de 2019;
- Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas Brasil- China; e
- Acordo de Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal Brasil-África do Sul.

TEMAS CULTURAIS

Na esfera cultural, o MRE envidou esforços em 2019 para dar início, em futuro próximo, aos trabalhos do Instituto Guimarães Rosa, que permitirá o planejamento estratégico das ações culturais e educacionais externas do governo brasileiro e constituirá marca instrumental para ampliar parcerias com agentes públicos e privados no Brasil e no exterior. Foi intensificada, paralelamente, a parceria com interlocutores dos setores das indústrias criativas brasileiras de modo a potencializar a difusão da cultura nacional no exterior. Foram empreendidos mecanismos de harmonização das práticas administrativas e pedagógicas dos centros culturais e leitorados, com vistas a robustecer a difusão do português no exterior.

ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO MRE

No âmbito administrativo, o MRE iniciou, em 2019, a incorporação das melhores práticas de gestão de políticas públicas reconhecidas pela OCDE e preconizadas pelo governo federal, que segue adiante com o apoio de novas ferramentas de gestão, a modernização dos serviços ao cidadão e a contratação de consultoria de apoio à gestão estratégica.

Programa 2083

Qualidade Ambiental

O Programa de Qualidade Ambiental foi organizado no PPA 2016 – 2019 de modo a: implementar a Política Nacional de Resíduos Sólidos; controlar as emissões atmosféricas de poluentes; promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana e, realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e de empreendimentos.

Os resíduos sólidos, aos poucos, deixam de ser vistos como uma responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico. Nesse sentido, o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos confere um novo ordenamento que requer uma participação mais atuante de todos os atores. Por isso, cabe à União, sobretudo, o papel de indutora e fomentadora dessas novas práticas, o que pode ser feito pela alocação de recursos, definição de diretrizes, formulação dos acordos setoriais, instituição de novas normas.

A degradação da qualidade ambiental observada nas grandes metrópoles, se apresenta como importante e urgente problema a ser enfrentado, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos. O que exige a implementação de políticas públicas mais efetivas relacionadas à qualidade do ar, à qualidade das águas e do solo, além de gestão de resíduos, saneamento e gestão de áreas contaminadas.

O licenciamento ambiental constitui um grande desafio ao fortalecimento das diretrizes de sustentabilidade ambiental no planejamento e na execução de projetos voltados ao desenvolvimento do país. O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria operacional em processos de licenciamento ambiental conduzidos pelo Ibama e concluiu que, nos licenciamentos prévios de linhas de transmissão, o Instituto atua de forma “tempestiva” na maioria dos casos analisados. De acordo com o Tribunal, a demora de empreendedores para realizar ajustes necessários aos estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios (EIA/Rima) contribui para o prolongamento dos prazos de emissão de licenças.

A gestão ambientalmente adequada dos produtos químicos avançou com a revisão do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POP) e com o programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara). O programa alcançou a meta de eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos, inventariados nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

O controle das emissões de substâncias poluidoras na atmosfera é outro instrumento relevante da gestão ambientalmente adequada. Progressos importantes foram alcançados a partir da criação do Programa Nacional de

Controle da Qualidade do Ar (Pronar), pela Resolução nº 5, de 15 de junho de 1989, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, que estabeleceu as estratégias e os instrumentos para a gestão da qualidade do ar, em nível nacional. O Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), teve fundamental importância na diminuição das emissões veiculares na atmosfera nas últimas décadas, em especial nas cidades.

Nos anos de 2018 e 2019 o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) revisou as resoluções que dispõem sobre: (i) os padrões nacionais de qualidade do ar; (ii) o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) Leves e Pesados; (iii) e o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Motociclos e Veículos Similares (Promot).

Assim, a Resolução Conama nº 491/2018, que revisou os padrões de qualidade do ar, trouxe uma série de avanços para a gestão da qualidade do ar em nível nacional. Dentre eles, o compromisso de redução gradativa dos padrões de qualidade do ar, com base em critérios técnicos, de forma alinhada ao preconizado pela Organização Mundial da Saúde - OMS, com uma estratégia de implementação em quatro etapas. Outro avanço trazido pela resolução foi a uniformização dos resultados do monitoramento da qualidade do ar, para a adequada comunicação à sociedade.

No início de 2019, o Ministério do Meio Ambiente definiu a qualidade ambiental urbana como Agenda Prioritária, com o lançamento da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. A Agenda visa o tratamento dos principais problemas ambientais existentes nas cidades, que já concentram 85% da população brasileira, representando assim uma resposta efetiva para melhorar a sustentabilidade e a qualidade de vida nas cidades. Para tanto, a Agenda compreende seis fases com planos de ação específicos: combate ao lixo no mar, gestão de resíduos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas e áreas contaminadas.

Principais Resultados

Em relação aos indicadores do programa, destacam-se os seguintes avanços: a) As licenças emitidas pelo IBAMA que atingiram em 2019 (95 licenças de instalação, 126 de operação e 53 licenças prévias e de pesquisa sísmica); b) As manifestações técnicas emitidas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental que alcançou, no ano de 2019, o montante de 3.900; c) Número de autos de infração lavrados pelo IBAMA que atingiu 12.028 autos; d) Número de embargos realizados pelo IBAMA decorrentes de infração ambiental alcançou 3.892; e) Número de termos de apreensão, emitidos pelo IBAMA, de bens envolvidos em infração ambiental atingiu 3.594 termos; f) Percentual de sanções pecuniárias cumpridas (multa paga) decorrentes de sanções ambientais apuradas pelo IBAMA que alcançou 12,32%; g) Percentual de municípios com coleta seletiva organizada por meio de cooperativas ou

associações de catadores de materiais recicláveis atingiu 15,63%; h) Quantidade de agrotóxicos obsoletos eliminados de 660 toneladas; i) Quantidade de catadores de materiais recicláveis alcançou 27.063 associados.

A seguir, são apresentados os avanços mais importantes do programa, organizados por objetivos.

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Cada brasileiro gera, em média, 1 kg de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) por dia, a partir do que, estima-se que a população brasileira gere aproximadamente 79 milhões de toneladas de RSU por ano, sendo que apenas uma parte desse montante (43 milhões de toneladas em 2018) é destinada de forma ambientalmente adequada. Para atacar esse problema ambiental, o Governo Federal elaborou o Programa Lixão Zero. Atuando de forma a equacionar a questão dos resíduos sólidos urbanos, por meio do fortalecimento de sua gestão integrada, coleta seletiva, reciclagem, logística reversa e destinações ambientalmente adequadas dos resíduos e rejeitos, na busca por cidades mais sustentáveis.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) tem como uma das metas mais importante o fim dos lixões e aterros controlados nos 5.570 municípios brasileiros. Mas, o fechamento de um lixão ou aterro controlado não é uma tarefa fácil. Requer a criação de um sistema alternativo de gestão de resíduos, com planejamento adequado, capacidade institucional e administrativa, recursos financeiros, apoio social e vontade política.

Contudo, isso depende de um plano de ação robusto, onde esforços estejam integrados, com o envolvimento e participação do governo, setor privado e sociedade civil. Ao destacar alguns dos esforços a serem empreendidos na implementação da PNRS no Brasil, relativamente aos resíduos sólidos urbanos, a Agenda visa a redução de resíduos encaminhados para disposição final (aterros sanitários), com aumento da reutilização e reciclagem, aproveitamento energético dos resíduos e gases dos aterros e erradicação dos lixões no território nacional.

Nessa perspectiva, o Programa Lixão Zero se propõe a conciliar processos socioeconômicos e sustentabilidade com vistas a minimizar os impactos ambientais decorrentes das pressões que os resíduos sólidos urbanos exercem sobre os recursos naturais, bem como, promover mudanças na cultura comportamental quanto à responsabilidade e atuação das diferentes partes interessadas envolvidos na gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos.

As principais ações executadas em 2019 foram:

- ✓ Lançamento do Programa Nacional Lixão Zero;
- ✓ Assinatura da Portaria Interministerial 274/2019 MMA/MME/MDR que disciplina a recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos referida no § 1º do art. 9º da Lei nº 12.305, de 2010 e no art. 37 do Decreto nº 7.404, de 2010;
- ✓ Lançamento do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos –SINIR;

- ✓ Assinatura do acordo de cooperação técnica entre o MMA e a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - Abrelpe, para a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.
- ✓ Assinatura do acordo setorial de logística reversa de baterias chumbo ácido;
- ✓ Inclusão de Projetos para Ampliação da Capacidade de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.
- ✓ Apoio a 57 municípios, no valor de R\$ 64 milhões, em parceria com o Fundo de Direitos Difusos do Ministério da Justiça na aquisição de equipamentos para gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. Esse edital atendeu a 4 ações do programa lixão zero:
 - Apoiar municípios no encerramento de lixões e aterros controlados.
 - Apoiar municípios na realização de coleta seletiva das frações seca e úmida, de forma a aumentar o índice de reciclagem.
 - Apoiar municípios na realização de reciclagem da fração seca de RSU
 - Apoiar municípios na realização de compostagem e biodigestão anaeróbia de resíduos orgânicos.
- ✓ Assinatura do acordo setorial de logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes;
- ✓ Publicação da Portaria Interministerial MMA/MME 475/2019 que estabelece percentuais mínimos de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado coletado, com metas crescentes para os próximos 4 (quatro) anos.

Controle das Emissões de Poluentes

A qualidade do ar é um tema prioritário para o Ministério do Meio Ambiente - MMA e no ano de 2019 passou a integrar a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. O principal objetivo do MMA é promover ações que visem à melhoria da gestão e da qualidade do ar no país, como a implantação da Rede Nacional de Monitoramento, que irá, inicialmente, prover estações de monitoramento de qualidade do ar aos estados que ainda não dispõem de monitoramento de partículas inaláveis (MP₁₀ e MP_{2,5}) e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, que irá receber e divulgar de forma integrada os dados do monitoramento da qualidade do ar de todas as Unidades Federativas.

Como abordado anteriormente, os padrões de qualidade do ar foram revisados pela Resolução Conama nº 491/2018, que trouxe uma série de avanços para a gestão da qualidade do ar em nível nacional. Uma das previsões desta resolução foi a elaboração do Guia Técnico para o Monitoramento e Avaliação da Qualidade do Ar, pelo MMA em conjunto com os órgãos ambientais estaduais e distrital, ação essa concluída no ano de 2019.

As novas fases do PROCONVE e do PROMOT aprovadas pelo Conama e as respectivas datas para sua entrada em vigor são as seguintes:

- I. Veículos Pesados - Fase P8 estabelecida pela Resolução Conama nº 490/2018, terá início em 2022, com sua última etapa em janeiro de 2023;
- II. Veículos Leves - Fase L7 terá início janeiro de 2022; Fase L8 terá início em janeiro de 2025, com sua última etapa em janeiro de 2031, ambas estabelecidas pela Resolução Conama nº 492/2018;
- III. Motociclos e similares - Fase M5 estabelecida pela resolução Conama nº 493/2018, terá início em 2023, com sua última etapa em janeiro de 2025.

O PPA 2016-2019 definiu 3 (três) metas para avaliação do controle de emissões atmosféricas, quais sejam, as concentrações no ar dos poluentes Material Particulado Inalável (MP₁₀), Dióxido de Enxofre (SO₂) e Dióxido de Nitrogênio (NO₂) em três estações localizadas em São Paulo (Marginal Tietê- Ponte, Cerqueira César e Osasco). Para a quantificação das metas foram utilizados os dados disponibilizados pelo sistema Qualar da CETESB (<https://cetesb.sp.gov.br/ar/qualar/>).

No ano de 2019 houve aumento das concentrações máxima de Material Particulado Inalável (MP₁₀) em relação a 2018 nas 3 estações consideradas. Contudo, ao analisar o período acumulado (2016-2019) houve uma redução da concentração medida em 2 estações (-15% na Marginal Tietê-Ponte e -28% na Cerqueira César) e um aumento na estação Osasco (+1,9%).

Para a quantificação da Meta do PPA 2016-2019, no ano de 2019, a concentração média de MP₁₀ das 3 estações foi de 38,7 µg/m³, tendo a meta sido parcialmente alcançada, com a concentração média de MP₁₀ próxima ao valor estabelecido como meta (35 µg de MP₁₀/m³) e com significativa redução da concentração de MP₁₀ no período do PPA 2016-2019. A meta foi atingida na estação Cerqueira César nos anos de 2018 e 2019 e na estação Marginal Tietê-Ponte no ano de 2018.

Em relação à redução da concentração máxima de dióxido de enxofre (SO₂), no ano de 2019, a concentração de SO₂ teve declínio nas estações Cerqueira César e Osasco e, se manteve inalterada na estação Marginal Tietê-Ponte. Para a quantificação da meta, no ano de 2019, a concentração média de SO₂ das três estações foi de 2,3 µg/m³, assim, todas as estações alcançaram a meta do PPA 2016-2019 de 3 µg de SO₂/m³.

Para a quantificação da meta do PPA 2016-2019, no ano de 2019, para o poluente dióxido de nitrogênio (NO₂), foi considerada a concentração média das 3 estações de 49 µg/m³, tendo sido alcançada a meta estabelecida (50 µg NO₂/m³ de ar). Ao se analisar individualmente os resultados de 2019, apenas a estação Marginal Tietê-Ponte não atingiu a meta estabelecida. Além disso, houve redução da concentração máxima de NO₂ em 2019, quando comparada ao ano de 2018 em 2 estações: (-3%) na Marginal Tietê-Ponte e (-15%) na Cerqueira César. A concentração máxima de NO₂ em 2019 se manteve inalterada na estação de Osasco, quando comparada a 2018.

Em relação ao objetivo de promover a gestão adequada de substâncias e

produtos químicos destacam-se os seguintes avanços:

- Conclusão do Projeto BRA-08/G32 – Estabelecimento da Gestão de Resíduos de PCB e Sistema de Disposição, em 30/06/2019, com o desenvolvimento de dois projetos demonstrativos para elaboração de inventários e planos de gestão de PCB em duas companhias elétricas (Eletrobrás Rondônia e Companhia Estadual de Energia Elétrica - Rio Grande do Sul), em complemento aos três realizados anteriormente no âmbito do projeto;
- Conclusão de Carta Acordo com a CETESB para o desenvolvimento de treinamentos e material de divulgação sobre a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POP) e Bifenilas Policloradas (PCB). Os treinamentos incluíram execução de dois cursos de ensino a distância e um treinamento presencial para laboratórios que realizam análises de PCB;
- Elaboração de Manual de Gestão de PCB, com orientações para a elaboração de inventário nacional e para destinação de PCB;
- Desenvolvimento de módulo de formulário eletrônico no SINIR para elaboração do inventário nacional de PCB;
- Aprovação do Projeto “Destruição ambientalmente adequada de PCB (Bifenilas Policloradas) no Brasil”, pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF, em dezembro de 2019. O projeto foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD);
- Elaboração do Projeto “Eliminação do uso de mercúrio no setor cloro-álcali no Brasil”, que tem como objetivo descontinuar o uso de mercúrio, até 2025, por meio do descomissionamento de quatro instalações de cloro-álcalis.
- Revisão do projeto para fortalecimento institucional do Brasil para resposta a emergências com substâncias químicas, com recursos alocados pelo Programa Especial (*Special Programme*), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA;
- Implementação do Projeto NIP Update, com recursos do GEF, que tem como objetivo atualizar o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POP em relação aos novos POP que foram adicionados à Convenção. Para isso, estão contratadas a Embrapa (com a colaboração da CETESB) para a realização de estudo de degradação da sulfuramida em PFOS, e a UFRJ para o desenvolvimento de inventários de novos POP adicionados em 2015 e 2017 na Convenção de Estocolmo;
- Implementação e Revisão do Projeto “Desenvolvimento de Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio no Brasil” (Projeto MIA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. O projeto tem como objetivo de identificar e avaliar as fontes e de estimar as emissões e liberações de mercúrio, inclusive com a identificação de áreas contaminadas com mercúrio;
- Elaboração de guia técnico para o manuseio, armazenamento e gerenciamento do mercúrio metálico apreendido pelas operações de

fiscalização do IBAMA, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); e

- Acompanhamento dos projetos de fortalecimento das Comissões Estaduais do P2R2 dos estados de Alagoas, Minas Gerais e Paraná, no âmbito do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2).
- Em relação à meta de promover a eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia, registra-se que em 2016, os estados iniciaram o recolhimento dos estoques de agrotóxicos (Poluentes Orgânicos Persistentes – POP). Em 2017 foi contabilizada a eliminação de 225 toneladas de agrotóxicos obsoletos no Estado do Paraná e de 300 toneladas no Estado de São Paulo, totalizando 525 toneladas de agrotóxicos obsoletos eliminados. Em 2019, o Estado da Bahia informou que não possuía mais estoques de agrotóxicos obsoletos, com isso o total previsto de 660 toneladas foi eliminado, o que permitiu o alcance da meta de 100% de eliminação estabelecida para o Plano.

Controle e Fiscalização Ambiental de Atividades e Empreendimentos

Nas inovações trazidas pela promulgação do Decreto 9.760/2019, sobretudo quanto aos procedimentos de Conciliação, tanto IBAMA como ICMBio, em coordenação pelo MMA, procederam pela revisão de normas infralegais e remodelamento de seus fluxos de processo no intuito de consolidar a Política Pública. Atualmente todo o Plano de Ação encontra-se em fase final de implementação.

Dentre as contribuições da Coordenação de Apuração de Infrações Ambientais, foi definida a meta de julgar 60.000 processos instaurados em decorrência de condutas ou atividades lesivas ao meio ambiente, para o ciclo 2016/2019. A referida meta foi alcançada antes do fechamento do ciclo, sendo que em todo o período foi apurada uma superação de pouco mais de 50% do estipulado. O objetivo da meta foi o de ampliar o quantitativo de sanções aplicadas contra as transgressões ambientais. Isso fica claro, quando se examina o montante arrecadado na parte final do ciclo, onde em 2018 houve recolhimento superior a R\$ 205.000.000,00 milhões em multas, a partir do pagamento ordinário e por alternativas oferecidas de renegociação de débitos, como foi o caso do PRD (Programa de Regularização de Débitos não Tributários). Com relação ao pagamento ordinário das multas, também foi detectada uma ampliação pouco superior a 12%, quando se compara o montante arrecadado de R\$ 140.455.671,44 em 2018 com os R\$ 157.383.222,18 em 2019.

Merece também destaque a expedição de 2.256 decisões de desprovisionamento recursal em 2019, nos processos apuratórios de infrações ambientais, contra 2.141 decisões da mesma categoria em 2018, no período de 01/01 a 31/12 de cada ano comparado). Esses dados indicam que houve um aumento de 5,37% na quantidade de multas confirmadas em grau definitivo.

Considerando os eixos temáticos qualidade ambiental, os principais resultados obtidos em 2019 foram os seguintes:

Publicação de guia técnico para o manuseio, armazenamento e gerenciamento do mercúrio metálico apreendido pelas operações de fiscalização do IBAMA, em parceria com Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Celebração de parceria com a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA), para criação de grupos de trabalho para discussão das necessidades de procedimentos operacionais, que poderão constar nas instruções normativas do IBAMA relativas à implementação das novas fases do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve/Promot). Ainda em relação a este programa, foram emitidas 3.596 Licenças para Uso da Configuração de Veículo ou Motor – LCVM e 986 Licenças para Uso da Configuração de Ciclomotores, Motociclos e Similares - LCM, em 2019.

Controle e prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, (Resolução CONAMA nº 416/2009), com cumprimento da meta de destinação de pneus inservíveis nacional em 98,50%. Assim como do recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC - Resolução CONAMA nº 362/2005), com a coleta de 39,81% do volume do OLUC comercializado em 2019 (ano- base 2018), resultado superior ao valor da meta nacional prevista na Portaria Interministerial MMA/MME Nº 100, de 2016, de 39,70%. Análise e emissão de 63 solicitações de autorização de importação, exportação e trânsito de resíduos perigosos (Convenção de Basileia) e de 3.673 solicitações de autorização para importação das substâncias que destroem a Camada de Ozônio (Protocolo de Montreal).

Quanto ao controle de substâncias químicas e produtos perigosos, foram realizadas 1834 avaliações de produtos químicos e biológicos em 2019, relativas a novos registros, renovação de registros, à alteração de registros e à pesquisa ou experimentação de agrotóxicos, remediadores e preservativos de madeira. Foram elaborados 61 perfis ambientais de ingredientes ativos químicos, utilizados na preparação de agrotóxicos entre os anos 2016 a 2019, em parceria com a UnB.

A regulamentação de agrotóxicos e afins foi aprimorada com a publicação da Instrução Normativa Conjunta entre IBAMA, MAPA e ANVISA n. 1 de 2019.

Foi publicada também a IN 25/2019, que estabeleceu critérios para o Registro Temporário Especial de remediadores, para dar suporte ao atendimento da emergência ambiental provocada pelo incidente do vazamento de óleo no litoral do nordeste brasileiro.

Foi elaborado o “Manual de Diretrizes sobre Embalagens de Agrotóxicos e Afins”, para padronizar informações relativas às embalagens dos produtos agrotóxicos e afins e orientar o preenchimento do Sistema de Avaliação de Agrotóxicos do Ibama.

Em 2019, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada 44/2019 com o Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, contemplando o projeto “Implementação da Avaliação de Risco Ambiental para proteger a vida dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos”. O projeto visa estabelecer o modelo da Avaliação dos Riscos no uso de agrotóxicos como análise do poder público e da população frente à realidade

do Brasil, assegurando um maior desenvolvimento socioeconômico sustentável. Espera-se, com essas medidas, promover a redução da degradação de habitat naturais e a liberação de agrotóxicos para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Em operações de fiscalização, foram apreendidas 8,16 toneladas de agrotóxicos irregulares em seis estados: Amapá, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Roraima e Tocantins. Os agentes ambientais federais fiscalizaram 93 propriedades rurais e aplicaram 46 autos de infração que totalizam cerca de R\$ 3,4 milhões.

Por fim, houve a identificação pela Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2019, de melhorias do sistema de registro de agrotóxicos, que está atualmente em fase de conclusão do Relatório Preliminar pelo tribunal.

Neste contexto da qualidade ambiental, foram realizadas capacitações, à distância e presencial, que contaram com a participação de 600 servidores do Ibama e dos órgãos estaduais de meio ambiente de 23 Unidades da Federação.

Dos 2.700 processos de licenciamento ambiental ativo no Ibama, 275 foram instaurados em 2019. Neste ano, foram emitidas 636 licenças e autorizações, incluindo retificações e renovações.

Mais de 450 empreendimentos em instalação ou operação tiveram alguma medida de acompanhamento técnico pelo Ibama em 2019, seja por meio de auditoria documental ou vistoria técnica. Das 21 licenças prévias emitidas, 86% foram emitidas dentro do prazo legal.

Os seguintes projetos foram destaque em 2019:

- Licenciamento prévio da produção de petróleo da etapa 03 do Pré-Sal Brasileiro, que engloba mais de 126 bilhões em projetos. O licenciamento da etapa 3 do Pré-Sal, é o maior licenciamento ambiental de Exploração e Produção (E&P) do mundo.
- Regularização ambiental da unidade de produção de petróleo das bacias no Rio Grande do Norte e Ceará.
- Licença para a operação da Linha de Transmissão 800 kV Xingu-Rio. Maior Linha de Transmissão do país, que escoar a energia produzida na hidrelétrica de Belo Monte para o restante do Brasil.
- Licença para a operação da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém, importante para o escoamento da energia eólica produzida no Nordeste para o Sistema Nacional Interligado.
- Licença para a operação da Termoelétrica de Pampa Sul.
- Licença de Instalação (LI) para o Projeto S11D+10Mtpa, para o aumento de produção de minério de ferro do Complexo S11D Eliezer Batista em 10

milhões de toneladas por ano com beneficiamento a seco, pertencente ao maior complexo de minas de ferro do mundo.

- Licença para a ampliação do terminal de contêiner do Porto de Paranaguá, terceiro maior terminal de contêiner do país.

Em relação à compensação ambiental prevista pelo art. 36 da Lei 9.985/2000, o licenciamento ambiental federal destinou, em 2019, R\$ 230.323.669,45 (mais de duzentos e trinta milhões de reais) a Unidades de Conservação em todo o país. No mesmo ano, foram aplicados, isto é, recebidos e executados, R\$ 237.329.895,01. Somente em 2019, 74 Unidades de Conservação foram contempladas.

Em dezembro de 2019 foi implementado o sistema eletrônico de gestão de demandas do licenciamento ambiental federal (SISG-LAF), para a fase de licenciamento prévio.

Em 2019 foram publicadas as seguintes normativas relativas ao licenciamento ambiental:

- A Instrução Normativa de Delegação em 28/01/2019, que regulamenta instrumento de cooperação previsto na Lei Complementar nº 140/2011;
- Instrução Normativa Conjunta Ibama/ICMBio nº 08, de 27 de setembro de 2019, que estabelece procedimentos entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Ibama, relacionados ao licenciamento de atividades e empreendimentos que afetem as Unidades de Conservação Federais ou suas zonas de amortecimento;
- Instrução Normativa nº 26, de 6 de dezembro de 2019, que institui o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal - SisG-LAF, com o objetivo de informatizar e automatizar os serviços oferecidos e prestados pelo Ibama no licenciamento ambiental.

A taxa de controle de acidentes ambientais em empreendimentos licenciados pelo Ibama, sofreu aumento no período de 2016 a 2019, sendo de 33% (2016), 29,25% (2017), 43,45% (2018) e 49,1% (2019), o que significa maior agilidade e controle sobre os incidentes de competência federal.

Considerações e Perspectivas

A partir de 2019 a qualidade ambiental urbana passou a ser prioritária, por serem os ambientes que concentram a maior parte da população brasileira, além dos principais centros produtivos nacionais. A degradação da qualidade ambiental observada em cidades brasileiras, em especial nas grandes metrópoles, se apresenta como importante e urgente problema a ser enfrentado, pois impacta diretamente a qualidade de vida dos cidadãos, consistindo em um importante instrumento de coordenação e integração de ações entre as múltiplas partes interessadas e de orientação para formulação e implementação de políticas públicas mais efetivas e concretas relacionadas à

qualidade do ar, à qualidade das águas e do solo, além de gestão de resíduos, saneamento e gestão de áreas contaminadas e degradadas. Busca-se, assim, melhorar os resultados dos indicadores de qualidade ambiental nas cidades, com foco nas grandes metrópoles brasileiras.

Assim, a Agenda de Qualidade Ambiental Urbana do Ministério do Meio Ambiente está organizada em seis linhas de ação: Lixo no Mar, Resíduos Sólidos, Áreas Verdes Urbanas, Qualidade do Ar, Saneamento e Qualidade das Águas, e Áreas Contaminadas.

Duas fases da Agenda já foram lançadas pelo Ministério do Meio Ambiente: o “Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar” e o “Programa Lixão Zero”, cujas informações estão disponíveis no sítio eletrônico do Ministério, inclusive com painéis interativos onde podem ser acessados mapas, indicadores e estatísticas associadas a esses temas.

O “Programa Lixão Zero” possui entre suas prioridades na gestão de resíduos:

- ✓ Realizar o encerramento de lixões e aterros controlados no país;
- ✓ Melhorar a gestão de resíduos sólidos;
- ✓ Viabilizar arranjos institucionais para a gestão de resíduos, estimulando sua organização segundo escalas ótimas, considerando os modelos de regiões e consórcios públicos, assim como concessões e parceria público-privada nas diferentes modalidades de contratos;
- ✓ Ampliar a capacidade de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos Urbanos mediante parcerias com a iniciativa privada;
- ✓ Fortalecer a implementação do sistema de logística reversa, principalmente de embalagens em geral;
- ✓ Regulamentar os sistemas de logística reversa que estão pendentes;
- ✓ Implementar sistema de especialização e caracterização de áreas contaminadas e apoiar os municípios e consórcios para recuperação dessas áreas.

Igualmente, a Agenda de Qualidade do Ar aborda ações como: i) o desenvolvimento de instrumentos para melhorar a gestão da qualidade do ar; ii) o apoio às Unidades Federativas para implementar as ações de monitoramento e controle da qualidade do ar; iii) o aprimoramento das regulamentações nacionais relativas à gestão da qualidade do ar; e iv) o desenvolvimento de planos de ação de controle.

Na Agenda de Saneamento e Qualidade das Águas há importantes desafios para a melhoria dos indicadores, em especial nas cidades. Mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada e 100 milhões não têm acesso a coleta e tratamento de esgoto. O Plano de Ação desta Agenda inclui ações voltadas à prevenção e controle da poluição dos recursos hídricos, e estão relacionadas ao sistema de esgoto, drenagem e reuso. Já existe um conjunto de instrumentos, ações, projetos, planos e programas implementados em várias instituições nos três níveis federativos para a gestão da qualidade da água e promoção do saneamento no Brasil. A Agenda apoia ações no âmbito

de planos e programas em curso e visa o aperfeiçoamento das normas e instrumentos relacionados à qualidade da água, reutilização e controle da descarga de efluentes em corpos hídricos, tais como o monitoramento e o licenciamento de atividades poluidoras. A perspectiva é que com a revisão do marco legal do saneamento, em discussão no Congresso Nacional, sejam atraídos investimentos privados que auxiliem na melhoria dos índices de coleta e tratamento e, por conseguinte, na melhoria da qualidade das águas, com reflexos positivos para a saúde, meio ambiente, economia e turismo.

Quanto ao controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos destaca-se a inclusão da etapa de conciliação prévia na estrutura do processo de apuração das infrações ambientais. Para 2020, permanece o desafio da automatização do processo de apuração de infrações ambientais e a publicação da norma conjunta que rege esse processo. Essas implementações tendem a trazer maior qualidade dos produtos gerados, transparência, melhora no monitoramento dos prazos processuais e eficiência na cobrança das sanções.

Em relação à qualidade ambiental, os principais desafios para 2020 são: (a) integração de sistemas, referente ao CTF/APP, com os órgãos estaduais de meio ambiente; (b) capacitação dos servidores para o correto manuseio do mercúrio metálico apreendido, a partir do guia técnico publicado; (c) continuidade na execução do projeto piloto de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e do projeto de Implementação da Avaliação de Risco Ambiental para proteger a vida dos riscos associados ao uso dos agrotóxicos; (d) aprimoramento normativo; (e) aumento da transparência ativa, através da disponibilização de dados e informações referentes aos processos de controle de resíduos e dos resultados dos serviços de avaliação de produtos químicos e biológicos.

Quanto ao licenciamento ambiental destacam-se como principais desafios para os próximos anos: (1) governança sobre as informações ambientais do licenciamento ambiental; (2) estabelecimento de sistema de licenciamento ambiental, incluindo as novas etapas do SISG-LAF; (3) a categorização e tratamentos diferenciados pelo Ibama para processos com complexidades distintas, de acordo com o potencial de impacto do empreendimento e de valores mínimos estabelecidos; e (4) garantia de transparência e disponibilidade de dados no licenciamento ambiental.

O ano de 2019 foi marcado por dois desastres de grandes proporções: o rompimento de barragem de rejeitos em Brumadinho/MG e o derramamento de óleo de origem desconhecida que atingiu a costa brasileira. Tais situações vivenciadas trazem oportunidades de melhoria nas ações de gestão de desastres, que deverão ser aprimoradas em 2020.

PROGRAMA 2084 RECURSOS HÍDRICOS

O Brasil é um dos países que possuem a maior disponibilidade de água doce do mundo, no entanto a disponibilidade hídrica não é homogênea no território e nem correspondente à distribuição populacional. Além disso, a demanda de água pelas diferentes atividades econômicas, os problemas de qualidade de água e as alterações no regime hidrológico decorrentes das mudanças no clima, exigem medidas estruturais e ações de gestão para a promoção da segurança hídrica. Dessa forma, a Diretriz Estratégica que orientou a elaboração do Programa Temático Recursos Hídricos foi a promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.

A infraestrutura hídrica permite intervir nas condições naturais, nem sempre favoráveis, de disponibilidade hídrica, buscando regularizar o atendimento aos diversos usos, prevenir cheias e suprir a demanda por água decorrente do desenvolvimento do país e do seu crescimento populacional. A gestão, pela implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e de seus instrumentos, é o eixo de atuação que representa o pacto de compartilhamento da água entre os múltiplos usos, incluído o ecossistêmico. Complementando a atuação do Programa, a revitalização de bacias hidrográficas consiste nas medidas de promoção e integração de ações ambientais com vistas à preservação, conservação e recuperação dos rios brasileiros, contribuindo para a manutenção ou ampliação da disponibilidade de água, com qualidade e quantidade, para as gerações do presente e do futuro.

PRINCIPAIS RESULTADOS

No período de vigência do PPA 2016-2019, no eixo de atuação relacionado à infraestrutura, registrou-se avanço na execução de obras estruturantes e de caráter regional. Destaca-se o início da pré-operação do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), em 2017, que foi responsável por evitar o colapso de abastecimento humano, nos municípios com captação de água no rio Paraíba, sendo Campina Grande o município de maior população atendida. Atualmente, 1,4 milhão de pessoas são beneficiadas pelo PISF em 46 municípios, sendo 12 em Pernambuco e 34 na Paraíba.

O planejamento das infraestruturas necessárias também avançou, tendo sido publicado, em 2019, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), importante instrumento de diagnóstico e de direcionamento dos estudos e investimentos necessários para os próximos anos.

O funcionamento continuado das salas de crise representou um significativo avanço de gestão, nesse período de quatro anos, mantendo um ambiente de coordenação e articulação de atores governamentais e não governamentais. Esse mecanismo permitiu a prevenção e a minimização dos efeitos dos eventos hidrológicos extremos, como a melhoria das condições de armazenamento nos reservatórios do Rio São Francisco; a manutenção da

hidrovia Tietê Paraná sem interrupções; a prevenção do alagamento da BR 364, evitado por meio da alteração das condições de operação dos reservatórios das UHEs Jirau e Santo Antônio.

A seguir, apresentam-se os principais destaques, por Objetivo, do Programa Temático recursos Hídricos.

AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE ÁGUA PARA USOS MÚLTIPLOS VIA INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

As metas relacionadas à ampliação da capacidade de adução e de reservação de água bruta contribuem para a consecução deste objetivo mediante a execução direta do PISF e o apoio técnico e financeiro do Governo Federal às obras de infraestrutura hídrica realizadas pelos entes federados. Destacam-se:

- Adutora do Agreste Pernambucano, com previsão de atender 2 milhões de habitantes, atingiu 61% de avanço físico de sua primeira etapa, no ano de 2019;
- Canal Adutor do Sertão Alagoano, com previsão de atender 1 milhão de habitantes, atingiu 93% de execução física dos trechos I a IV, sendo que os Trechos de I a III encontram-se concluídos e funcionais;
- Projeto de Interligação das Adutoras do Alto Sertão (PIAAS), obra associada ao Canal do Sertão Alagoano, com captação no Trecho I, foi concluída em 2016;
- Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I, visa atender 24 municípios, chegou a 64% dos serviços executados, em 2019, havendo sido concluído o trecho prioritário que permitirá conexão do PISF para abastecimento da Bacia do Rio Jaguaribe, incluindo região Metropolitana de Fortaleza;
- Canal da Vertente Litorânea, da Paraíba, abastecerá uma população de 1,5 milhão de habitantes, registrou percentual da execução física acumulado, em 2019, de 78%;
- Barragem de Atalaia, localizada em Sebastião Barros/PI, beneficiará cerca de 47 mil habitantes da região, atingiu 92%, em 2019;
- Barragem Pedregulho, nos municípios de Dirceu Arcoverde e São Lourenço do Piauí, atenderá 11 mil habitantes, alcançou 97% de execução física, em 2019.

O PISF, maior obra de infraestrutura hídrica do país, com 477km de extensão em dois eixos (Leste e Norte), disponibilizará água para o abastecimento regular de 12 milhões de pessoas, em 390 municípios e 294 comunidades rurais às margens dos canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. No global, registrou 97,3% de avanço físico, até 2019. O Eixo Norte atingiu 97,40% de execução dos serviços e o Eixo Leste, 97,10%, sendo que a água já flui por 106 km (51%) do Eixo Norte e 217 km (100%) do Eixo Leste, que entrou em pré-operação em 2017.

As restrições orçamentárias, decorrentes da situação fiscal do País, e problemas técnico com as executoras das obras, foram as principais dificuldades enfrentadas na realização das metas deste objetivo.

RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS HÍDRICAS

Com o objetivo de garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas, foi prevista no PPA a realização de intervenções de recuperação e manutenção de barragens. No período de vigência do PPA, a meta foi superada e 20 barragens tiveram sua reabilitação concluída. Destaca-se a recuperação dos reservatórios estratégicos que receberão água do PISF, tendo sido concluídos Castanhão/CE, Boqueirão/PB, Curema/Mãe D'Água/PB, Armando Ribeiro Gonçalves/RN e Barra do Juá/PE.

Outra meta cumprida foi a o desenvolvimento e implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Esse importante instrumento da Política Nacional de Segurança de Barragens reúne o cadastro de 19 mil barragens.

O maior desafio para garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas é viabilizar a sua sustentabilidade econômica, pela caracterização serviços prestados e pela recuperação dos custos, de forma que os empreendedores reúnam os meios para a operação e manutenção segura das barragens e sistemas adutores.

PLANEJAMENTO E GESTÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA HÍDRICA

Com o objetivo de fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica, dois importantes planos foram concluídos no período de vigência do PPA, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União (Planerb).

O PNSH, publicado em 2019, representa um marco importante para o avanço na elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH). Além de um diagnóstico bastante sólido sobre a situação e os desafios nacionais, o PNSH apresentou o planejamento dos investimentos em infraestrutura hídrica, de forma integrada e consistente, com natureza estratégica e relevância regional.

O Planerb, também lançado em 2019, apresenta o diagnóstico do estado de barragens da União, o plano de ações de reabilitação e o plano de ações para elaboração dos Planos de Segurança de Barragens (PSB).

A concretização do modelo de gestão do PISF, com início de sua operação comercial, foi uma meta desafiadora e que não foi concluída no período de vigência do PPA. Diversas tratativas foram realizadas entre a União e os Estados no âmbito do Conselho Gestor do PISF, no entanto, em 2018, recorreu-se à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF) da Advocacia-Geral da União (AGU) para a condução das negociações para formalização dos contratos de prestação do serviço de adução de água bruta do PISF. O intuito das conversas é chegar a uma solução consensual, respeitando as demandas e interesses de todos os envolvidos, a fim de se construir um acordo sobre a cobertura dos custos envolvidos na operação e manutenção do empreendimento.

ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS E SUAS INTERAÇÕES COM AS SUPERFICIAIS

Agenda de Ações para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos tem como um dos seus eixos principais prover os órgãos gestores de recursos hídricos estaduais de conhecimento hidrogeológicos, técnico-gerencial e de capacitação específica em águas subterrâneas, para que possam realizar adequadamente a gestão sistêmica e integrada de recursos hídricos.

Destaca-se a conclusão dos estudos da região de Belém/PA, em 2018, e de São Luís/MA, em 2019. Os Estudos Hidrogeológicos para a Gestão das Águas Subterrâneas da Região de Belém/PA, resultaram num significativo avanço no conhecimento hidrogeológico da região que inclui os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará, onde residem cerca de 2,5 milhões de habitantes. Já a avaliação hidrogeológica da Região Metropolitana de São Luís/MA, promoveu o conhecimento sobre os sistemas aquíferos da Ilha de São Luís, as relações entre eles e os corpos d'água superficiais e a avaliação de locais com restrições de uso, tanto em termos de quantidade, quanto de qualidade.

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS E SEUS INSTRUMENTOS

O número de usuários regularizados, em corpos d'água de domínio da União, cresceu nos últimos anos. Merece destaque a integração dos dados dos órgãos estaduais no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNDARH), levando a um crescimento de 124 mil para mais 315 mil usuários cadastrados. Em 2019, atingiu-se 62% do território nacional incluído em Planos de Recursos Hídricos e 7 rios de domínio da União com cobrança pelo uso dos recursos hídricos implementada, sendo o Rio Paranaíba e Rio Verde Grande os mais recentes (início da cobrança em 2017).

A Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN), com mais de 4.800 estações hidrometeorológicas, é a principal fonte de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH), um dos instrumentos de gestão previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos. Destaca-se o aumento do número de estações automáticas em operação, que saiu de 1.800 para 1.961 nos últimos quatro anos e a instituição e a implementação gradativa (até 2019, 13% de implementação) de uma Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RNHR) planejada para, entre outras finalidades, contribuir com a prevenção de eventos hidrológicos extremos, a avaliação da qualidade da água, e avaliação de variações e tendências de longo prazo.

O monitoramento da qualidade da água vem se aperfeiçoando com a implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas (RNQA) no País, por meio de apoio financeiro e técnico aos Estados integrantes do Programa. Até 2019, foram assinados 23 contratos do Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água (QUALIÁGUA).

Nos últimos 2 anos, foi implementado um sistema de monitoramento dos níveis de água dos açudes na região Nordeste do País e no norte de Minas Gerais,

diariamente os 448 açudes transmitem dados de forma automatizada, os quais estão integrados ao SNIRH, aumentando a confiabilidade dos dados que subsidiam medidas regulatórias, como os 30 marcos regulatórios editados nos últimos três anos e uma centena de alocações de água, de modo a permitir o enfrentamento da escassez hídrica.

SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Em 2019, foi reformulada a estrutura do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), para se adequar à nova organização do Poder Executivo Federal e ao tratamento efetivo das políticas públicas sob sua responsabilidade. O objetivo é conferir uma melhor funcionalidade e coesão na estrutura do CNRH, possibilitando o fortalecimento de sua pauta com questões estratégicas de formulação e conciliação para a gestão de recursos hídricos em âmbito nacional.

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) prevê o repasse de recursos financeiros aos estados, para aplicação no fortalecimento dos comitês estaduais de bacias hidrográficas, sendo o repasse condicionado ao cumprimento de um conjunto de metas. Até o momento, o Programa contou com a adesão de 22 Unidades da Federação, abrangendo 176 Comitês de Bacia Hidrográfica estaduais.

Todos os 26 estados da federação e o Distrito Federal aderiram ao Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), que vem estimulando o alcance de metas e avanços na gestão estadual de recursos hídricos. O programa tem demonstrado avanços na implementação das políticas estaduais e nacional de recursos hídricos, bem como na capacidade de governança do SINGREH.

Outra iniciativa realizada em conjunto com os órgãos federais e estaduais é a operacionalização do Monitor de Secas, que visa ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação, iniciado pela região nordeste, vem desde 2018 sendo expandido para o restante do país, já foram incluídos os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Destaca-se, nesse período, a realização do 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018. Um marco para o Brasil e para o mundo, pois contou com a participação de 12 chefes de estado, 56 ministros, 134 parlamentares de 134 países e mais de 120 mil pessoas. Como legado, colocou o tema água na agenda política e deixou cinco declarações à comunidade internacional sobre o urso do recurso no planeta.

BOAS PRÁTICAS DE USO DE ÁGUA E SOLO E REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A revitalização de bacias hidrográficas consiste em promover e integrar um conjunto de ações ambientais com vistas à preservação, conservação e recuperação dos rios brasileiros. Está em desenvolvimento o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas, que visa integrar a gestão das águas com a gestão ambiental e outras políticas públicas, promovendo a

transição para um modelo de desenvolvimento sustentável, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão.

Em 2019, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Federal e os estados de Goiás e Mato Grosso, com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e a implementação do Projeto “Juntos pelo Araguaia”, que tem por objetivo a revitalização da Bacia do Rio Araguaia por meio da adoção de práticas de conservação do solo e da água, associadas à recomposição da vegetação nativa.

Entre os maiores desafios da revitalização de bacias hidrográficas no Brasil está a redução das cargas poluidoras nos corpos d'água. Nesse contexto, destaca-se o Projeto de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), que utiliza uma estratégia de estímulo financeiro a prestadores de serviços públicos de saneamento que investirem na implantação e operação de estações de tratamento de esgotos (ETE). Desse modo, de 2016 a 2019, foi possível reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 84.076 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), equivalente a 117% da meta estabelecida.

O Programa Produtor de Água realizou esforços para implementação de 88 Projetos, em 17 estados do país, contemplando todas as regiões geográficas. Esses esforços foram materializados em 38 leis municipais específicas para Pagamento de Serviços Ambientais e 35 evoluíram para o efetivo Pagamento por Serviço Ambiental. Em 2019, foram realizadas ações de indução em 29 localidades e de acompanhamento em 39 projetos. Foi alcançada a meta de 8.714 ha recuperados, sendo 1.272 ha em 2019.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

O Programa de Recursos Hídricos tem representado avanços no planejamento e implementação de infraestrutura, na conservação e na gestão dos recursos hídricos no país, na minimização de conflitos pelo uso da água, no estabelecimento de medidas para o enfrentamento de crises hídricas. No entanto, a garantia de sustentabilidade ao desenvolvimento social e econômico, depende de um cenário de segurança hídrica, de atingimento desafiador diante do contexto de alterações climáticas e da ocorrência, cada vez mais frequente, de eventos hidrológicos extremos.

A continuidade de desenvolvimento e o aperfeiçoamento das ações deste Programa são fundamentais à segurança hídrica da população brasileira. Dentre os principais desafios que se apresentam, a revitalização de bacias hidrográficas demanda muito envolvimento social e articulação intersetorial, e a infraestrutura requer um significativo investimento, tanto para a execução de novos empreendimentos quanto para a adequação da infraestrutura existente aos novos padrões dos regimes hidrológicos. A sustentabilidade econômica e a diversificação das fontes de financiamento para empreendimentos hídricos são pontos a serem enfrentados nos próximos anos.

PROGRAMA 2085

REDUÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DO ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: PREVENÇÃO, CUIDADO E REINSERÇÃO SOCIAL

O Plano Plurianual que compreende o período de 2016 a 2019, conforme disposto na Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, alçou à categoria de programa temático a política pública tendente à redução do impacto social do álcool e outras drogas, desdobrando-se em 3 (três) eixos estruturantes, quais sejam prevenção, cuidados e reinserção social. Nota-se, ainda, especial destaque para a prevenção dentre o público infanto-juvenil, além da expansão e perenização na oferta de ações de cuidado e reinserção social para os indivíduos usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas.

O ano de 2019, em razão da posse de novo governo, restou marcado por expressivas mudanças na política pública sobre drogas, impactando, pois, nas ações vinculadas ao Programa em questão. Destaque-se as alterações de natureza orgânica, com divisão das atribuições entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o novel Ministério da Cidadania, que ficou responsável pelas ações voltadas à demanda por drogas, permanecendo o Ministério da Justiça com a responsabilidade pelas ações focadas na redução da oferta de drogas, conforme delimitado na Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei 13.844, de 18 de junho de 2019, bem como no Decreto 9.674, de 02 de janeiro de 2019.

Não bastando as alterações orgânico-estruturais, é de se sublinhar, ainda, a aprovação da nova Política Nacional sobre Drogas – PNAD, pelo Decreto 9.761, de 11 de abril de 2019, e a publicação da Lei 13.840, de 05 de junho de 2019, a qual promoveu alterações na Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006 – Lei de Drogas. Assim, a política pública relacionada às drogas passou a ser regida por novas diretrizes.

PRINCIPAIS RESULTADOS

- Incremento de novas 4.274 (quatro mil duzentos e setenta e quatro) vagas em comunidades terapêuticas para o acolhimento de usuários e dependentes de substância psicoativas, com a formalização de 216 novos contratos;
- Criação pela Portaria MC nº 562, de 19 de março 2019, do Plano de Fiscalização e Monitoramento de Comunidades Terapêuticas, o qual estabelece os critérios e parâmetros para a fiscalização das comunidades terapêuticas contratadas pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas - SENAPRED;
- Instituição da Certificação de Qualidade dos Cursos de Capacitação para Comunidades Terapêuticas, buscando a qualificação técnica dos profissionais que atuam na área, fixando parâmetros essenciais de qualidade, uniformidade e conteúdos programáticos, por meio da Portaria MC nº 564, de 19 de março de 2019;
- Seleção, por meio de Edital de Chamamento Público, de Organizações da Sociedade Civil, com celebração de 4 (quatro) Termos de Fomento com o objeto de apoiar financeiramente a criação de grupos de apoio e mútua ajuda a pessoas com transtornos decorrentes do uso e

- dependência de álcool e outras drogas, seus responsáveis, familiares e demais interessados. Registre-se que o certame estabeleceu como critério seletivo a priorização de novos grupos em municípios fronteiriços, próximos a comunidades indígenas e nos municípios selecionados para o Programa de Enfrentamento à Criminalidade Violenta, “Em Frente Brasil”;
- Lançamento da Campanha de Prevenção ao Uso de Drogas “Você nunca será livre se escolher usar drogas”, com massiva difusão nos diversos meios de comunicação e mídias sociais;
 - Celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para realização de pesquisa para verificação do perfil de uso de drogas através da análise do esgoto nos municípios de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Carlos (SP), Campinas (SP), Natal (RN), além do Distrito Federal;
 - Financiamento de projeto com a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, para a realização de investigação acerca da associação entre desfechos clínicos relacionados aos transtornos psicóticos e uso de maconha e canabinóides;
 - Parceria com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP para a realização do III LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas e I Levantamento de Cenas de uso em Capitais (LECUCA), com vistas à apuração do real e atual panorama do consumo de drogas no país, além de inédita investigação acerca dos aspectos do consumo em cenas abertas (cracolândia);
 - Internalização do Observatório Brasileiro sobre Drogas – OBID, com conteúdo atualizado e sob prisma da nova Política Nacional sobre Drogas – PNAD.

PREVENÇÃO DO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Com relação ao objetivo específico relacionado à prevenção do uso de álcool e de outras drogas, a estratégia tem enfoque nas crianças e adolescentes, buscando evitar ou retardar o início do uso.

De maneira geral, foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção ao Uso de Drogas, tendo como mote a frase “Você nunca será livre se escolher usar drogas”, com maciça divulgação nas diversas plataformas de comunicação e mídias sociais. A campanha chama a atenção para os malefícios e prejuízos, individuais e coletivos, do uso e abuso de álcool e outras drogas, com vistas à reversão dos indicadores que apontam uma iniciação cada mais precoce por parte de crianças e adolescentes, o que decorre da diminuição da percepção de risco.

Com foco específico nas crianças e adolescentes, foi firmado acordo de cooperação técnica com os gestores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, com apoio financeiro para a confecção de materiais didáticos a serem distribuídos aos alunos participantes do Programa.

Cabe ressaltar a efetividade desta parceria com o PROERD, vez que se trata de estratégia capitaneada nas unidades da federação pelas Polícias Militares que já apresentam resultados concretos e objetivamente aferíveis.

Assim, busca o Ministério da Cidadania, por meio da SENAPRED, potencializar as ações para que sejam expandidas aumentando-se a capilaridade e alcance do Programa.

Cumpre salientar, na mesma linha, a eficácia da parceria sob o enfoque da eficiência administrativa, já que se optou pelo fomento de um “case” de sucesso com vistas ao seu fortalecimento, em detrimento de lançamento de outro programa com o mesmo propósito. Assim, verifica-se a geração de valor público à sociedade com otimização de recursos públicos.

Ainda no que toca às ações preventivas, convém citar a assinatura com o Centro Islandês para Pesquisa e Análise Social – ICSRA, de carta de intenções para aplicação no Brasil do modelo de prevenção ao uso de drogas “*Planeth Youth*” de comprovada eficácia no país nórdico e em outras partes do mundo. Inicialmente o programa será implementado, em caráter experimental, em 5 (cinco) municípios, no bojo do projeto de enfrentamento à criminalidade violenta “Em Frente Brasil”, coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

REDE DE CUIDADO E DE REINserÇÃO SOCIAL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS

Com relação às ações de cuidados e reinserção social, importa registrar que a SENAPRED expandiu de forma significativa o apoio financeiro às comunidades terapêuticas com atuação no acolhimento de usuários e dependentes de drogas lícitas e ilícitas.

No ano de 2019, houve o incremento total de novas 4.274 (quatro mil duzentos e setenta e quatro) vagas financiadas diretamente pelo governo federal, resultando no total consolidado de 10.883 (dez mil, oitocentos e oitenta e três) vagas, com 489 contratos vigentes distribuídos em 26 unidades da federação. Cite-se que a parceria entre o governo federal e as entidades da sociedade civil se constitui como diretriz da nova PNAD.

Além da expansão da rede cuidados, foi lançado o mapa virtual das comunidades terapêuticas contratadas, que se constitui como ferramenta de grande importância para a divulgação dos serviços prestados. Além deste aspecto, o georreferenciamento das entidades serve ainda como meio de transparência quanto à destinação do dinheiro público, incentivando cada vez mais o controle social sobre o orçamento público.

Outra ação a ser destacada diz respeito ao fomento para a ampliação dos grupos de apoio e mútua ajuda, com foco que se estende à família do usuário ou dependente de drogas. É cediço que os danos diretamente decorrentes do uso de álcool e drogas extrapolam a esfera pessoal, irradiando-se para a família e entorno do indivíduo, atingindo, por fim, o meio social, vez que o uso de substâncias psicoativas está intimamente relacionado com outros agravos sociais, além de funcionar, no caso das drogas ilícitas, como fonte primeira de recursos para o narcotráfico e outras atividades deletérias das organizações criminosas.

Assim, o financiamento da ampliação dos grupos de apoio e mútua ajuda, extensível aos familiares trata o problema do uso e abuso de drogas em toda a sua complexidade.

Afirme-se, também, que a referida expansão visa alcançar públicos mais vulneráveis, exigindo-se, para o apoio financeiro, a criação de grupos em

municípios fronteiriços, nas regiões norte e nordeste, localidades próximas a comunidades indígenas, além dos municípios do projeto “Em Frente Brasil”.

GESTÃO TRANSVERSAL DAS POLÍTICAS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

Em relação à gestão transversal da política sobre drogas, observa-se que a Política Nacional sobre Drogas aprovada em 2019 está em plena consonância com este objetivo específico. A gestão transversal, intersetorial e intersistêmica é colocada como um dos pressupostos da PNAD, o que se justifica pelo reconhecimento de que somente o engajamento de diversas áreas pode fazer frente ao periclitante panorama do uso de drogas no país.

Como já dito, atualmente a gestão da política sobre drogas está dividida entre a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - SENAD, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, incumbida das ações voltadas à redução da oferta de drogas – com atividades relacionadas à segurança pública, regulação de substâncias precursoras, controladas e drogas lícitas, combate ao tráfico e produção de drogas ilícitas, à lavagem de dinheiro e crimes conexos. À SENAPRED, vinculada ao Ministério da Cidadania, compete as ações de prevenção, cuidados e reinserção social, com vistas à redução da demanda por drogas.

No contexto da gestão transversal, é de se sublinhar, no ano de 2019, a nova estrutura do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, órgão superior do Sistema Nacional de Política sobre Drogas – SISNAD, consoante disposto no Decreto 9.926, de 19 de julho de 2019. O CONAD é composto por representantes do Ministério da Cidadania, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, da Educação, Saúde, da Mulher, Família e Direitos Humanos, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência de República, Agência Nacional de Vigilância Sanitária, além de representantes dos estados da federação.

Percebe-se, pois, a clara intenção de que as ações sejam executadas nas diversas frentes do governo central, com a efetiva participação de diversos atores na formulação e implementação da PNAD.

No mesmo sentido, o Decreto 9.926/2019 cria a Comissão Bipartite, como órgão acessório ao CONAD, com a participação dos gestores federais e de representantes de todos os Estados e do Distrito Federal.

Assim, também neste particular, a gestão horizontalizada e participação dos demais entes federados cumpre o objetivo previsto no PPA, além de ratificar o princípio da responsabilidade compartilhada, inserido na Política Nacional sobre Drogas – PNAD.

REDE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS FAMÍLIAS

No que toca ao objetivo atinente à rede de proteção de crianças e adolescentes, em que pese a alocação da responsabilidade direta em outra pasta ministerial, o Ministério da Cidadania, por meio da SENAPRED, desenvolveu ações diretamente focadas nas crianças e adolescentes, em razão da já mencionada transversalidade das políticas públicas.

Ressalte-se a já aludida parceria com o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – PROERD, com vistas a expansão do projeto que se desenvolve diretamente no ambiente escolar.

Além disso, a intenção de implantação do Programa “*Planeth Youth*”, também referido acima, visa o desenvolvimento de estratégias que buscam retardar a iniciação de crianças e adolescentes ao uso de álcool e outras drogas.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Conforme detidamente exposto, o exercício de 2019, que representou o fim de vigência do Plano Plurianual 2016/2019 e início de nova gestão governamental, foi marcado pelo novo arranjo estrutural do governo federal, com criação de novas pastas e redistribuição das competências governamentais.

Além disso, como já observado nos exercícios anteriores, a implementação das políticas e cumprimento das metas estabelecidas no PPA restou premida por imperativos de ordem econômico-financeiro.

Contudo, em que pese referidos óbices, resta evidente o cumprimento das metas e objetivos, representados efetivamente pelas entregas ora elencadas, as quais revertem-se de forma direta em valor público à sociedade, proporcionando a ampliação dos serviços de cuidados e reinserção social aos usuários e dependentes de drogas, além de ações relacionadas à prevenção.

No que se refere à execução orçamentária, é de se destacar que a SENAPRED alcançou o percentual de 99,64% (noventa e nove inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento).

As ações levadas a efeito, além do impacto imediato já referido, se colocam ainda como propulsoras de novas entregas, à medida que a política pública sobre drogas pressupõe continuidade e aprimoramento.

Assim, a consolidação institucional e do arcabouço normativo, ocorrida no exercício de 2019, apontam para horizontes promissores no sentido de se imprimir concretude aos direcionamentos propostos na nova Política sobre Drogas e, por conseguinte, nas metas e objetivos posteriores.

PROGRAMA 2086 TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

O Programa Transporte Aquaviário foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços relacionados a esse tipo de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas hidroviárias e dos portos organizados.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em comparação aos anos anteriores, os indicadores do programa apresentaram avanços na quantidade de carga movimentada de combustíveis minerais, com 873,3 t/hora; na quantidade movimentada de minérios, escórias e cinzas, com 3.733,4 t/hora; e na quantidade movimentada de soja, com 617,0 t/hora; além da quantidade de contêineres movimentados, com 56,9 unidades/hora. Na apuração do tempo para atracação dos navios, as embarcações que movimentaram combustíveis minerais aguardaram, em média, 41,7 horas; as de movimentação de contêineres 7,1 horas; e das de soja 39,4 horas. Outro indicador avaliado positivamente foi o da variação percentual de movimentação de carga de navegação interior, que evoluiu de 0,19% em 2015 para 10,98% em 2019.

No setor Portuário, no que se refere aos arrendamentos, foram celebrados 12 contratos, sendo um no Porto de Itaquí de movimentação de celulose, com previsão de investimentos de R\$ 214,9 milhões; três no Porto de Cabedelo; um no Porto de Vila do Conde; quatro no Porto de Belém/Miramar; um no Porto de Santos; um no Porto de Santarém; e um no Porto de Vitória, de movimentação de grãos líquidos, com investimentos previstos de R\$ 779,3 milhões.

A meta prevista para a construção de dez embarcações destinadas à cabotagem com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) foi superada e alcançou 14 entregas no ano de 2019, e a de implantar quatro Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos chegou a sete unidades já no ano de 2017. Quanto à manutenção e operação de 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4, os serviços foram realizados em 39 unidades.

Em relação à hidrovia do Tietê, foram concluídas as obras de Ayrosa Galvão e a Rodovia SP-595, estando em andamento o Canal de Ibitinga, cuja obra foi iniciada em 2019. Na hidrovia do Paraná, as intervenções de melhorias em

pontes e acesso às eclusas ainda dependem da elaboração de projetos para sua implementação.

Com relação às intervenções previstas nas eclusas da hidrovia do Sul, foram contratados os projetos para as quatro eclusas sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, sendo elas: Amarópolis, Dom Marco, Fandango e Bom Retiro do Sul. Ainda nesta hidrovia, o projeto de dragagem da Lagoa Mirim foi finalizado, e atualmente são planejadas ações para licenciamento ambiental e a contratação dos serviços de dragagem.

Também foram realizadas dragagens nas hidrovias do São Francisco, Paraguai, Madeira e Sul, e ainda ações para o derrocamento na Hidrovia do Tocantins, além de manutenções na hidrovia do Paraná.

MELHORIA DA NAVEGABILIDADE E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA DE PEQUENO PORTE

As ações que compõem a meta adequar quatro Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte foram concluídas ainda em 2017, sendo elas: Parintins (Pontes), Humaitá, Manacapuru e Beruri (Ponte), todas na região norte.

Com relação a meta eliminar 18 pontos críticos em hidrovias, mesmo não sendo alcançada em sua totalidade, podemos citar a obra do derrocamento em Nova Avanhandava, que mantém-se no percentual de cerca de 20% executada, e será relicitada pelo Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo – DH/SP. Já a obra do Canal do Ibitinga foi iniciada em 2019 e está em execução. Na hidrovia do Paraná, as intervenções de melhorias em pontes e acesso às eclusas ainda dependem da elaboração de projetos para sua implementação.

Com relação às intervenções previstas nas eclusas da hidrovia do Sul, foram contratados os projetos para as quatro eclusas sob responsabilidade do DNIT, sendo elas: Amarópolis, Dom Marco, Fandango e Bom Retiro do Sul. Ainda nesta hidrovia, o projeto de dragagem da Lagoa Mirim foi finalizado, e atualmente são planejadas ações para licenciamento ambiental e a contratação dos serviços de dragagem.

CORREDORES HIDROVIÁRIOS E NOVAS INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS DE PEQUENO PORTE

Da meta de implantar 23 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte previstas, oito foram concluídas, todas na Região Norte: Carauari/AM, Manacapuru/AM, Guajará/AM, Ipixuna/AM, Itamarati/AM, Tefé/AM, Itacoatiara – Novo /AM e São Miguel do Guamá/AM.

Com relação à construção das eclusas de Marabá e São Luiz do Tapajós, no rio Tocantins, as obras só poderão ser realizadas após ou em conjunto com a implantação das respectivas Usinas Hidrelétricas.

FROTA MERCANTE BRASILEIRA DE LONGO CURSO

No ano de 2019, foram contratados R\$ 0,32 bilhão em novos projetos para construção/manutenção de embarcações/estaleiros. Somando os financiamentos contratados entre 2016 e 2019, temos uma execução acumulada de R\$ 3,33 bilhões.

Em relação ao volume de recursos originados no FMM e liberados pelos agentes financeiros para os tomadores de empréstimos, nos anos de 2016 a 2019, foram repassados R\$ 9,82 bilhões aos armadores e estaleiros.

Sobre entregas de projetos, é relevante informar que os operadores dos corredores logísticos da Região Norte seguem desenvolvendo o modal hidroviário com a entrega de 199 embarcações de navegação interior de 2016 a 2019, todas construídas na Região Norte. As barcas e empurradores destinam-se, em sua maioria, ao escoamento da produção de grãos pelo arco norte, proporcionando redução dos custos de transporte dos produtores, do fluxo de caminhões, do número de acidentes e dos custos de manutenção nas rodovias. Além disso, houve relevante entrega de novas embarcações no setor offshore no mesmo interregno, totalizando 47 embarcações, sendo seis em 2019. Do total geral de projetos concluídos com apoio financeiro do FMM, 310 foram concluídos no período do PPA 2016-2019.

Em 2019, foram concluídos mais 53 projetos de embarcações, divididos da seguinte forma: construção de cinco embarcações de apoio portuário, seis de apoio offshore, dois de cabotagem e 20 de carga interior; além da manutenção de oito embarcações de apoio portuário, 11 de apoio offshore e conversão de uma embarcação de apoio offshore. Ao fim de 2019, permaneciam na carteira de projetos contratados e em execução do Fundo da Marinha Mercante - FMM 24 projetos de embarcações e um de estaleiro. As contratações de novos projetos no referido ano alcançaram o valor de R\$ 319,4 milhões.

No acumulado dos anos de 2016 a 2019, foram concluídos um total de 310 projetos, sendo 14 de cabotagem, 26 de apoio portuário, 69 de apoio offshore, 199 de navegação interior e dois de estaleiros. Em relação ao volume de recursos originados no FMM e repassados aos tomadores dos empréstimos, no ano de 2016 esse montante alcançou R\$ 2,83 bilhões, seguido de R\$ 2,33 bilhões em 2017, R\$ 2,64 bilhões em 2018 e R\$ 2,02 bilhões em 2019, totalizando R\$ 9,82 bilhões em repasses à indústria naval brasileira.

MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

Em 2019, foram realizadas ações de manutenção em cinco das sete hidrovias previstas no PPA; sendo dragagens nas hidrovias do São Francisco, Paraguai, Madeira e Sul, e ainda atividades para o derrocamento na Hidrovia do Tocantins. No período do PPA 2016-2019, houve manutenção em seis

hidrovias, além das cinco já mencionadas, foi realizada também na hidrovia do Paraná.

Das 40 instalações portuárias públicas de pequeno porte, temos 39 mantidas e operadas, sendo que a IP4 de Maués/AM não foi considerada devido à pendência no recebimento definitivo de sua obra de construção.

Foram realizadas também, melhorias ou implantações de sinalizações em três das sete hidrovias previstas no PPA: hidrovias do Paraguai, Madeira e do Sul.

ADEQUAÇÃO DA CAPACIDADE PORTUÁRIA

No que se refere aos arrendamentos, foram celebrados 12 contratos, sendo:

- Terminal de movimentação de celulose: um no Porto de Itaquí, com previsão de investimentos de R\$ 214,9 milhões;
- Terminal de movimentação de grãos líquidos combustíveis: três no Porto de Cabedelo; um no Porto de Vila do Conde; quatro no Porto de Belém/Miramar; um no Porto de Santos; um no Porto de Santarém; e um no Porto de Vitória, com investimentos previstos de R\$ 779,3 milhões.

A previsão de investimentos destinados para as referidas áreas arrendadas totaliza-se na ordem de R\$ 994,2 milhões. O valor dos lances dos terminais leiloados ficou na ordem de R\$ 897,3 milhões. Vale destacar que o Ministério da Infraestrutura publicou portaria em agosto de 2019 com novas regras para a gestão de contratos de arrendamento dos portos organizados, buscando dar mais segurança jurídica e destravar investimentos da iniciativa privada. O objetivo é dar mais previsibilidade, reduzir os riscos, melhorar o ambiente de negócios e abrir caminho para novos investimentos.

No ano de 2019, houve um incremento nos arrendamentos em relação aos anos anteriores. Os arrendamentos portuários foram considerados estratégicos para o crescimento da economia do país, aumentando a eficiência portuária e a integração da cadeia logística internacional. Os novos terminais proporcionam vantagem competitiva e sustentável do porto como um todo, contribuindo para maior participação da iniciativa privada.

GOVERNANÇA E GESTÃO DO SETOR PORTUÁRIO

As novas perspectivas para o setor portuário incentivaram o Governo Federal a revisar o planejamento do setor, com um modelo de gestão capaz de tornar os portos competitivos, autossustentáveis, menos dependentes de recursos externos.

Fazem parte do conjunto de planejamento do setor portuário nacional o Plano Mestre, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Plano Geral de Outorgas (PGO). Todos os instrumentos estão conectados e passam a formar um conjunto funcional.

Em 2019 foram realizados esforços para acompanhamento da evolução dos portos, onde as companhias estão realizando contratações de consultorias especializadas ou usando seu próprio quadro técnico para suporte ao mapeamento e revisão dos processos de gestão portuária. Foram realizadas também reuniões de Alinhamento e troca de experiências entre as Docas, sendo retomado o monitoramento da implantação do Programa, apresentação dos temas: Compliance e Controles, Desempenho Empresarial, Modelo Tarifário, Recursos Humanos, Segurança e Planejamento Estratégico.

Dentre as metas que compõem o Objetivo: aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário, a meta atualizar os Planos Mestres para 36 portos organizados teve melhor alcance pois concluiu ao fim do PPA 2016-2019, a atualização dos Planos Mestres em 28 complexos portuários, sendo eles : Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ, Niterói/RJ, Areia Branca/RN, Angra dos Reis/RJ, Salvador/BA, Aratu/BA, Natal/RN, Ilhéus/BA, Vitória/ES, Barra do Riacho/ES, Recife/PE, Suape/PE, Forno/RJ, Maceió/AL e Santos/SP

LOGÍSTICA PORTUÁRIA

A melhoria da produtividade do nível de serviço dos fluxos logísticos do sistema portuário baseia-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, por exemplo, a implantação do Porto Sem Papel – PSP, que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, que concentra as informações de diversas áreas de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto virá a integrar, também, as informações de outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System* - VTMIS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

O sistema Porto Sem Papel, atualmente encontra-se ativo em 102 Terminais de Uso Privado - TUPs. No ano de 2019, o sistema foi ativado em 14 TUPs.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nos anos 2017 e 2018, os percentuais da meta de se alcançar 25% dos portos organizados com Índice de Desempenho Ambiental - IDA igual ou superior a 85 mantiveram-se estáveis em 16,13%, mas em virtude da alteração da estrutura institucional da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA, dada pelo Decreto nº 9.676/2019, os setores relacionados à avaliação do Objetivo 1084 foram extintos. Por essa razão, não foi possível a verificação do andamento do Objetivo e sua meta institucional.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Apesar de medidas terem sido adotadas, houve objetivos e metas do PPA 2016-2019 no Programa que ficaram aquém do esperado: das 21 metas dos oito objetivos, 11 não atingiram 50% ou mais de realização. As justificativas

mais comuns apontadas pelos executores/gestores foram a ausência ou insuficiência na articulação de atores para sua implementação, as falhas de gestão, a descontinuidade da estratégia da política pública, a alteração ou instituição de normativos legais, a incompatibilização entre a programação orçamentária e financeira e, por fim, até a insuficiência de quadro de pessoal.

Os Programas do PPA 2020-2023 inerentes ao Ministério da Infraestrutura têm como premissa o alinhamento ao Planejamento Estratégico proporcionando infraestrutura viária com mobilidade segura e eficiente de pessoas e cargas.

A perspectiva para o modal aquaviário é pela continuidade dos processos de leilão de portos e áreas portuárias, além do planejamento e da gestão estratégicos.

Para 2020, estão previstos nove leilões de terminais portuários, com previsão de investimentos de R\$ 900,0 milhões.

- Terminais portuários: um em Fortaleza/CE (Terminal Marítimo de Passageiros de Fortaleza – 1º trimestre); um em Paranaguá/PR (PAR 32 – 4º trimestre); quatro em Itaqui/MA (IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13 – 2º trimestre); dois em Santos (STS 14 E STS 14 A – 3º trimestre) e um em Salvador/BA (ATU12 – 4º trimestre).

A dragagem do Porto do Rio Grande/RS, obra com investimento público, está em fase final de execução e ao final terá retirado cerca de 16,0 milhões de metros cúbicos de sedimentos depositados ao longo dos 30,0 quilômetros do canal de acesso ao porto, com aumento do calado de 12,8 metros para 14,0 metros e ampliando ainda mais a capacidade de movimentação de cargas.

Em 2020, terá continuidade também a priorização de ações integradas ou pontuais nos grandes gargalos de infraestrutura de transportes, buscando privilegiar o aumento da capacidade em vias nacionais. Para isso, pretende-se aumentar a participação da iniciativa privada tanto no processo de financiamento quanto na construção e na operação de importantes projetos de infraestrutura de transportes.

Será também consolidado o planejamento integrado do setor, que leva em conta oferta e demanda nos corredores logísticos, com a ampliação de plataformas logísticas intermodais/multimodais, proporcionando maior balanceamento da matriz de transportes, tendo por objetivo direcionar os investimentos públicos e privados.

PROGRAMA 2087 TRANSPORTE TERRESTRE

O Programa de Transporte Terrestre foi organizado com a finalidade de fazer frente aos principais desafios enfrentados pelo setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: a cobertura da malha, a capacidade das rodovias e ferrovias, a eficiência e a segurança do transporte terrestre.

A extensão da malha rodoviária pavimentada federal no Brasil, atualmente, é de 65,3 mil Km de rodovias, de um total de aproximadamente 120 mil quilômetros, entre planejadas, não pavimentadas e pavimentadas. No modo ferroviário, a extensão da malha em operação no Brasil é de 29,1 mil km, sendo a densidade da malha de 3,51 km de ferrovias em operação por 1.000 km².

PRINCIPAIS RESULTADOS

No PPA 2016-2019, foram estabelecidos indicadores que poderiam ser influenciados diretamente pelos esforços da política pública desta Pasta. Assim, podemos citar que o número de acidentes (de 181.272 para 61.161) , o número de vítimas (de 100.369 para 76.210) e o número de vítimas fatais (de 8.227 para 4.825) nas rodovias federais, que mostra redução significativa na quantidade verificada em relação ao valor de referência durante o período do PPA.

O Governo Federal , com vistas a proporcionar melhorias na infraestrutura de transportes terrestres de forma segura e transparente aperfeiçou o Programa de Concessões, como resultado dessa nova estratégia foram concretizadas relevantes concessões. Dentre as principais, destacam-se:

- Concessão da ferrovia Norte-Sul (Tramo Central), entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP, com extensão de 1.537 km;
- Leilão da BR 364/365/GO/MG. Este novo modelo define os vencedores dos leilões, combinando lances pela menor tarifa e pela maior outorga.

Com objetivo de aumentar a abrangência da rede de transportes, foram feitos investimentos na construção de novas rodovias. As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, reduzir o número de acidentes e promover o desenvolvimento econômico na malha rodoviária do país. Foram construídos 182,23 km de rodovias em 2019, totalizando 850,84 km nos quatro anos do PPA. Dentre as principais ações de infraestrutura desenvolvidas, destacam-se: pavimentação de segmentos da BR-163/PA com a eliminação de frequentes atoleiros; avanços significativos na pavimentação da BR-230/PA e construção de trechos da BR-242/TO e BR- 235/BA.

No período, teve continuidade a manutenção, sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha rodoviária federal, com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, com conseqüente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

Os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha rodoviária sob administração do MINFRA. Com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul (FNS), foram realizadas as seguintes atividades: conservação de passagens de nível, substituição de placas de sinalização, limpeza e lubrificação dos aparelhos de

mudança de vias (AMV's), vistorias nas superestruturas ferroviárias, substituição de dormentes, instalação de barreiras defletoras flutuantes, manutenção de bacias de acumulação e infiltração, capina manual, roçada, limpeza de sarjetas e valetas, limpeza mecanizada de vegetação e aceiros. Foi mantido o avanço das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, em toda a extensão do Tramo Central da FNS, englobando de Anápolis-GO a Porto Nacional/TO. Além disso, foram efetuados investimentos em melhorias de instalação de contratrilhos na Barragem de Gurupi-TO.

No modal rodoviário, houve continuidade da manutenção, sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha federal, com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias, com conseqüente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

CONCESSÃO DE RODOVIAS FEDERAIS E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS REGULADOS

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados.

Dos contratos de concessão que estavam previstos de serem licitados, em função de definição de política pública do governo federal, no período de 2016 a 2019 foram leiloados dois trechos rodoviários, quais sejam:

- Concessão da BR-364/365/GO/MG, Jataí/GO a Entroncamento BR-153/MG.
- Concessão da BR-101/290/448/386/RS – Rodovias de Integração do Sul.

Em relação à fiscalização, atualmente, existem 55 pontos de fiscalização eletrônica que possuem equipamento com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares, atingindo 100% da meta para o período.

DUPLICAÇÃO DE RODOVIAS E CONSTRUÇÃO DE TERCEIRAS FAIXAS

O Governo Federal tem buscado priorizar os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional.

O processo de adequação de capacidade refere-se, à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Foram realizados: 39,17 km em 2016; 167,49 km em 2017; 129,39 km em 2018 e 214,18 km em 2019, totalizando 550,23 km, o equivalente a 79,28% da meta.

CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS , ANÉIS E TRAVESSIAS URBANAS RODOVIÁRIAS

Este objetivo visa contribuir para desviar o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional e pela implementação de

travessias urbanas que, embora ativessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Foi prevista a adequação de quatro travessias urbanas, tendo sido concluída a travessia de Porto Velho, na BR-364/RO. A travessia de Uberaba, na BR-262/MG, não foi concluída devido à rescisão contratual pela Prefeitura de Uberaba. A travessia de Ubatuba, na BR-101/SP, não foi iniciada dada indisponibilidade orçamentária e as Travessias de Santa Maria/RS e São José do Rio Preto/SP estão em execução de acordo com o orçamento disponível.

Sobre os contornos rodoviários, a meta não foi alcançada devido a fatores relacionados ao meio ambiente, desapropriação, entraves de ordem técnica na elaboração dos projetos e licitações das obras, além de restrições orçamentárias. Para o período, foram concluídos o Contorno de Timbé do Sul, na BR-285/SC e o Anel de Campo Grande/MS.

CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, promover o desenvolvimento econômico e reduzir o número de acidentes na malha rodoviária federal do Brasil.

A meta contempla a construção de 1.133,0 km de rodovias federais, dos quais foram realizados: 91,7 km em 2016; 246,74 km em 2017; 330,17 km em 2018 e 182,23 km em 2019, totalizando 850,84 km nos quatro anos, correspondendo a 75,09% da meta.

Como fatores intervenientes, citamos a restrição orçamentária do programa e interferências durante a execução dos contratos, tais como: desapropriação, obtenção de licenciamento ambiental e redes de concessionárias de serviços públicos (energia elétrica, telefonia, água e esgoto, entre outros).

EXPANSÃO DA MALHA FERROVIÁRIA FEDERAL

Para promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, foi dado prosseguimento à expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, houve continuidade dos empreendimentos da Ferrovia Norte-Sul - Extensão Sul (FNS-ESUL) e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), dentro das metas previstas no PPA.

Em 2019, foi realizada a subconcessão do trecho ferroviário da Ferrovia Norte Sul, no segmento entre Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, com um total de 1537,0 km. Foram repassados para o subconcessionário os seguintes avanços físicos acumulados: 97,5% de terraplenagem; 92,3% de drenagem; 89,4% de superestrutura e 93,2% de obras de artes especiais, resultando num avanço físico global de 93,6%. Os serviços remanescentes foram repassados ao subconcessionário. Já na FIOL, foram realizados:

- FIOL I (Ilhéus /BA a Caetité/BA) em 2019: 0,54% de infraestrutura; 0,44% de drenagem e 0,52% de obras de arte especiais, com acumulado de: 77,1% de infraestrutura; 52,5% de drenagem; 68,5% de

superestrutura e 85,3% de obras de arte especiais. No segmento FIOL I, há previsão de subconcessão do segmento no exercício 2020.

- FIOL II (Caetité/BA a Barreiras/BA) em 2019: 15,1% de infraestrutura; 8,2% de drenagem; 11,4% de superestrutura e 1,2% de obras de arte especiais, com acumulado de: 52,4% de infraestrutura; 17,8% de drenagem; 25,3% de superestrutura e 43,4% de obras de arte especiais.

ORDENAÇÃO DO TRÁFEGO NOS PERÍMETROS URBANOS

O Governo Federal tem buscado ordenar o tráfego nos perímetros urbanos por meio de construção de contornos, de anéis e de variantes ferroviários, além de outras intervenções. A meta é realizar 03 adequações ferroviárias em perímetro urbano nas cidades de Barra Mansa/RJ, São Carlos/SP e Juiz de Fora/MG.

O empreendimento de Barra Mansa encontra-se com a construção das unidades habitacionais em andamento e com as obras remanescentes contratadas, começando em janeiro de 2020. O empreendimento de Juiz de Fora (MG) está com obras em andamento no ritmo planejado. O empreendimento de São Carlos (SP) já consta do caderno de obrigações (renovação antecipada) da Concessionária (RUMO Malha Paulista) e o convênio DIF/TT N 1022/2010 deverá ser encerrado.

Para alcançá-la, o Ministério da Infraestrutura, por intermédio do DNIT, firmou contratos com empresas para execução das obras em Barra Mansa (RJ). Embora a meta não tenha sido alcançada, é possível identificar avanços expressivos no andamento das adequações, com esforços de cunho institucional em prol da sua conclusão. Em relação à adequação de Juiz de Fora, em 2019 a obra encontrava-se com 69% de execução física, com a conclusão das intervenções: Acesso à Ponte da Praça dos Poderes e Ponte da Praça dos Poderes, acesso à Ponte da Tupynambás e ponte Tupynambás e acesso à Ponte da Rua Antônio Lagrota e ponte Antônio Lagrota. Além disso, foram concluídos a obra da Alça do Viaduto Augusto Franco e o reforço de solo dos encontros do Viaduto Tupynambás. Também foi contratada a obra do Viaduto da Praça dos Poderes, com 6% de execução no cronograma físico-financeiro.

CONTROLE E MANUTENÇÃO PERMANENTE DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL NÃO CONCEDIDA

A manutenção, a sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha rodoviária federal abrangem diversas operações que asseguram melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários, com consequente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

Ao final de 2019, encontravam-se em operação 37 equipamentos de medição de peso, sendo: quatro na Região Sul; dez na Região Sudeste; cinco na Região Centro-Oeste; dez na Região Norte e oito na Região Nordeste, superando a meta estabelecida em 60%.

Em 2019, estavam em implantação/operação 582 equipamentos de controle de velocidade nos pontos críticos. Houve redução na quantidade de

equipamentos, porém, manteve-se a priorização dos trechos com riscos de acidentes considerados alto e muito alto.

O Programa BR-LEGAL tem como objetivo a implantação e manutenção das sinalizações horizontal e vertical, dos dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços de engenharia de trânsito nas rodovias federais. Em 2019, houve um decréscimo de 22% no percentual de execução da meta em relação ao ano anterior, atingindo um percentual de 59% de cobertura da malha. Este decréscimo se deu em virtude do encerramento de alguns contratos do Programa que não foram prorrogados ou objeto de nova contratação que será feita após a implantação do novo Programa BR-Legal 2, a ser lançado no decorrer de 2020.

O Governo Federal deu continuidade à adoção de ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. A cobertura contratual em rodovias pavimentadas e sem pavimentação passou de 89,5% para 77,0% em 2019, representando uma diminuição percentual de cobertura de 12,5% em comparação ao ano anterior. Este percentual considera a situação de cobertura da malha rodoviária federal no último dia do ano em análise, podendo ter ocorrido ao longo do ano variações percentuais de cobertura em função de encerramentos de contrato ou novas contratações, devoluções de malha e concessões rodoviárias. Ressalta-se que apesar da diminuição percentual da cobertura contratual na data apurada, apenas 5% dos segmentos rodoviários federais não tiveram cobertura contratual durante todo o ano de 2019.

MANUTENÇÃO E CONCESSÃO DE FERROVIAS FEDERAIS

Este Objetivo busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio. Espera-se uma ampliação de capacidade de tráfego, melhoria da segurança e sinalização da via, integração de novos pátios, construção de novos ramais, modernização da frota ferroviária, aperfeiçoamentos dos processos de manutenção e das atuais concessões ferroviárias federais.

A malha ferroviária em operação, sob administração federal, compreende atualmente o trecho Palmas/TO – Anápolis/GO (Tramo Central), integrante da Ferrovia Norte-Sul, com extensão total de 855,0 km. Durante o PPA 2016- 2019, os serviços de manutenção foram realizados em 100% da malha ferroviária, sob administração federal, com o objetivo de conservar a qualidade da infraestrutura e superestrutura do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul. Foram realizadas as seguintes atividades: conservação de passagens de nível, substituição de placas de sinalização, limpeza e lubrificação dos aparelhos de mudança de vias (AMV's), vistorias nas superestruturas ferroviárias, substituição de dormentes, instalação de barreiras defletoras flutuantes, manutenção de bacias de acumulação e infiltração, capina manual, roçada, limpeza de sarjetas e valetas, limpeza mecanizada de vegetação e aceiros. Além dessas atividades, é mantida equipe de prevenção capaz de atendimentos e monitoramentos ambientais e houve investimentos em melhorias de instalação de contratrilhos na Barragem de GurupiTO.

A meta de concessão ferroviária foi atingida a partir da concessão da ferrovia Norte-Sul (Tramo Central), entre Porto Nacional/TO e Estrela D'Oeste/SP, com extensão de 1.537 km. Foi arrecadado no leilão o valor de R\$ 2,72 bilhões, sendo o primeiro leilão de ferrovias em mais de dez anos. A ferrovia é considerada como um dos principais projetos para o escoamento da produção agrícola do país.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Considerando os nove objetivos e as 21 metas propostas para o Programa, quatro metas foram atingidas, sendo uma delas superada em 60% a previsão, e mais cinco tiveram execução acima de 60%. Houve um número significativo de metas com valor zerado, sendo a principal justificativa para a não realização das obras a indisponibilidade orçamentária.

Para 2020, estão previstos sete leilões rodoviários, totalizando 4.007,0 km e dois ferroviários, totalizando 1.679,0 km, além de quatro renovações ferroviárias antecipadas, totalizando 5.462,0 km. A previsão de investimentos é de R\$ 42,6 bilhões durante o período das concessões.

- Rodovias: BR-101/SC – 220,0 km, BR-381/262/MG/ES – 672,0 Km, BR- 163/230/MT/PA – 970,0 Km, BR-153/080/414/GO/TO – 852,0 Km, BR-116/101/465/RJ/SP – 402,0 Km, BR-116/493/RJ – 711,0 Km, BR-040/495/RJ/MG – 180,0 km;
- Ferrovias: FIOLE – Caetité/BA: 537,0 Km, Ferrogrão – Lucas do Rio Verde/MT/Sinop/MT/Miritituba/PA: 1.142,0 Km;
- Renovações antecipadas: Rumo Malha Paulista: 1.989,0 Km, Estrada de Ferro Carajás: 892,0 Km, Estrada de Ferro Vitória-Minas: 895,0 Km, MRS Logística S.A.: 1.686,0 Km.

Com relação aos investimentos públicos, merece destaque a continuidade da duplicação de trechos da BR-381/MG, BR-163/PR, BR-101/BA, BR-116/RS e construção de trechos da BR-242/TO e BR-230/PA.

Serão contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal (pavimentada e não pavimentada), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento.

No âmbito da expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, houve continuidade dos empreendimentos da Ferrovia Norte-Sul - Extensão Sul (FNS-ESUL) e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOLE), dentro das metas previstas no PPA 2016- 2019.

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL